



ISSN 2238-1661

V. 13, Nº27/ Edição Especial de 2024

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campus de Três Lagoas

REVISTA ELETRÔNICA **TRILHAS DA** HISTÓRIA

CONEXÕES FEMINISTAS: ENSINO DE HISTÓRIA, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MULHERES NA CIÊNCIA





REVISTA ELETRÔNICA
TRILHAS DA
HISTÓRIA

Revista do Curso de História da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

Editoração:



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**



Apoio:



CONEXÕES DE SABERES

Indexação:

latindex



LatinREV

Red Latinoamericana de Revistas en Ciencias Sociales


REDIB
Red Iberoamericana
de Innovación y Conocimiento Científico


LivRe
Revistas de livre acesso

REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Curso de Licenciatura em História

Volume 13, Número 27, Edição Especial de 2024.

ISSN: 2238-1651

www.trilhasdahistoria.ufms.br/



EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof.ª Dr.ª Dolores Puga, UFMS, Brasil

Prof.ª Dr.ª Mariana Esteves de Oliveira, UFMS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

Douglas Chaves dos Reis, UFMS, Brasil

Rubia Dara Leão de Jesus, UFMS, Brasil

Wayla Silva Sá, UFMS, Brasil

REVISORES DE NORMA E LÍNGUA PORTUGUESA

Ana Resende, UERJ, Brasil

Anísio Batista Pereira, UFU, Brasil

Arthur Rodrigues Pereira Santos, UFRJ, Brasil

Braulio Costa Pereira, UFRJ, Brasil

Carlos Eduardo do Vale Ortiz, UNIR, Brasil

Geovane Souza Melo Júnior, UFU, Brasil

Katia Roberta Rodrigues Pinto, UFMS, Brasil

Maria Alice Ribeiro Gabriel, USP, Brasil

Marlise Buchweitz, UFPEL, Brasil

Priscilla Pellegrino de Oliveira, UERJ, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Guilherme Gonçalves Mormito, UFMS, Brasil

Isadora Laís Moreira Bachiega, UFMS, Brasil

Pedro Henrique da Silva, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento, UFMS, Brasil

Rubia Dara Leão de Jesus, UFMS, Brasil

Wayla Silva Sá, UFMS, Brasil

CAPA

SCHMITT, Elaine. Marcha do 13º Mundo de Mulheres. Florianópolis. 16 de agosto de 2017.

COMUNICAÇÃO

Prof.ª Dr.ª Dolores Puga, UFMS, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Aureo Busseto, UNESP/Assis, Brasil

Prof.ª Dr.ª Carmen Norambuena Carrasco, Universidade del Chile, Chile

Prof.ª Dr.ª Cintia Lima Crescêncio, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Erlando da Silva Reses, UnB Faculdade de Educação, Brasil

Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Jaime de Almeida, UnB, Brasil
Prof. Dr. Leandro Hecko, UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Celma Borges, UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Márcia Maria Menendes Motta, UFF, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr Alejandro Schneider, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Prof.ª Dr.ª Alzira Salete Menegat, UFGD, Brasil
Prof. Dr Ângelo Priori, UEM, Brasil
Prof. Dr. Antônio Dari Ramos, UFGD, Brasil
Prof. Dr Carlos Barros Gonçalves, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, UNICAMP, UFU, Brasil
Prof.ª Dr.ª Celia Regina da Silveira, UEL, Brasil
Prof. Dr. Edvaldo Correa Sotana, UFMT, Brasil
Prof. Dr. Fernando Perli, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Fortunato Pastore, UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Fulvia Zega, Universidade Ca' Foscari di Venezia, Itália
Prof.ª Dr.ª Doutora Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal
Prof. Dr José Antonio Mateo, Consejo nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina
Prof.ª Dr.ª Laura Gabriela Caruso, IDAES/UNSAM-CONICET, Argentina
Prof.ª Dr.ª Lúcia Helena Oliveira Silva, UNESP/Assis, Brasil
Prof.ª Dr.ª Lucimar Rosa Dias, UFPR, Brasil
Prof. Dr. Luiz Antônio Castro Santos, UERJ, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mara Burkart, Univerisdad Nacional de San Martín/Universidad de Buenos Aires/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicos y Técnicos, Argentina
Prof.ª Dr.ª Marisa de Fatima Lomba de Farias, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Mark John Lawrence Sabine, University of Nottingham, Reino Unido
Prof.ª Dr.ª Nauk Maria de Jesus, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, UNASP, UNISA, Brasil
Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil
Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França
Prof.ª Dr.ª Rosemeire Aparecida de Almeida, UFMS, Brasil
Prof. Dr. Sergio Augusto Queiroz Norte e Silva, UNESP/Assis, Brasil
Prof. Dr. Sidnei José Munhoz, UEM, Brasil
Prof.ª Dr.ª Tania Regina de Luca, UNESP, Brasil
Prof. Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira

Prof.ª Dr.ª Yara Nogueira Monteiro, USP, Brasil

Prof.ª Dr.ª Zueleide Casagrande de Paula, UEL, Brasil

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica Trilhas da História foi pensada e elaborada com o objetivo de promover o debate acadêmico, tendo o propósito de enriquecer as pesquisas em andamento no curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, bem como, agregar produções de outros lugares, instituições e sujeitos. Com esse objetivo, esperamos alcançar, além de professores da universidade e da rede pública e privada de ensino, alunos graduandos de nosso curso e de outras universidades, tendo por intuito incentivar novas pesquisas e a busca por conhecimentos produzidos pela História e áreas afins. Se a proposta é interdisciplinar, disciplinas como a Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Arqueologia, entre outras, encontrarão espaço para veicular as suas produções, desde que concernentes aos temas sugeridos pela Revista. A Revista se constitui de Dossiês; Artigos livres; Ensaios de Graduação; Resenhas e Fontes.

HISTÓRICO DO PERIÓDICO

Trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram, como, por exemplo, os traçados de trilhos arquitetados para transportar transeuntes, escoar a produção, levar o “progresso”, modificando e impactando a vida pelos centros e rincões do Brasil, ao trazer o peso do desenvolvimento e da oficialidade. Mas não podemos nos esquecer que os trilhos também nasceram das trilhas. As trilhas buscam apontar para as brechas que podemos abrir em meio aos traçados da história.

Nossos campos, entretanto, não são ermos, pois já foram semeados e cultivados por inúmeras pessoas e experiências, por professores e alunos que percorreram os caminhos do Curso no Campus de Três Lagoas. Nesse percurso foram deixando marcas na tessitura do que se construiu ao longo de 50 anos. A proposta da Revista Eletrônica Trilhas da História não é, então, a “invenção” da roda, nem mesmo de um novo “caminho”. É o resultado e o reconhecimento de que os traçados já existem e que é preciso ampliá-los, sem perder de vista as veredas sulcadas a muito custo, para que as trilhas possam hoje ser abertas.

Este trabalho implica olhar para os sujeitos e as paisagens de outrora, tal como do presente, partindo da premissa de que se não reconhecermos isto e desconhecermos nossa história, natimortas as trilhas já seriam. O título Trilhas da História, escolhido coletivamente pelos discentes e docentes do curso, busca sugerir os meandros das novas abordagens e novos sujeitos. É com este intuito que a Revista nasce, desejando ser mais uma ferramenta de divulgação da produção de saberes históricos e de áreas afins, os quais

possam contribuir para a escrita de uma história comprometida com o meio em que está inserida.

A Revista Trilhas da História nasce democrática e esperamos que permaneça dessa maneira. Desejamos que tenha longevidade como mais um instrumento de questionamento e de denúncia da reprodução da história e da condição de “ventríloquos” – ou mesmo da separação frágil do ensino e da pesquisa –, propondo, em suas publicações, uma relação dialógica entre o ser professor e o ser pesquisador.

ꦱꦸꦩꦂꦶꦲ꧀ SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ	11-16
APRESENTAÇÃO ARTIGOS, ENSAIO DE GRADUAÇÃO, RESENHA E FONTE.....	17-22

ARTIGOS DOSSIÊ

DO LUTO À LUTA: ATIVISMO E TEORIZAÇÃO FEMINISTA NA VISIBILIZAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

FROM SADNESS TO FIGHT: ACTIVISM AND FEMINIST THEORIZATION IN THE VISIBILITY, INTERPRETATION AND CONFRONTATION OF GENDER VIOLENCE AGAINST WOMEN IN BRAZIL

Cláudia Maia e Eloisa Rosalen 24-49

VIOLENCIA DE GÉNERO EN EL ÁMBITO DE LA POLÍTICA EN ARGENTINA. DISCURSOS Y PRÁCTICAS ANTIFEMINISTAS

GENDER VIOLENCE IN THE POLITICAL ARENA IN ARGENTINA. ANTIFEMINIST DISCOURSES AND PRACTICES

Alejandra Oberti 50-82

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA INTERNET E DIREITOS DIGITAIS: PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO A PARTIR DO PROJETO INTERNET

GENDER-BASED VIOLENCE ON THE INTERNET AND DIGITAL RIGHTS: PROPOSALS FOR TACKLING IT BASED ON THE INTERNET PROJECT

VIOLENCIA DE GÉNERO EN INTERNET Y DERECHOS DIGITALES: PROPUESTAS PARA ABORDARLA A PARTIR DEL PROYECTO INTERNET

Elaine Schmitt e Cristina Scheibe Wolff 83-107

TERRITORIOS DE INJUSTICIA: ACCIONES FEMINISTAS CONTRA EL ACOSO SEXUAL EN ESPACIOS ACADÉMICOS

TERRITORIES OF INJUSTICE: FEMINIST ACTIONS AGAINST SEXUAL HARASSMENT IN ACADEMIC SPACES

Claudia Andrea Bacci 108-133

<i>PARA ALÉM DA INTERSECCIONALIDADE: CONEXÕES FEMINISTAS AFRODIASPÓRICAS NA ANÁLISE DO RACISMO NA AMÉRICA LATINA</i> <i>BEYOND INTERSECTIONALITY: AFRODIASPORIC FEMINIST CONNECTIONS IN THE ANALYSIS OF RACISM IN LATIN AMERICA</i>	
Yarlenis Mestre Malfrán	134-155
<i>DESIGUALDADES DE GÊNERO NA CIÊNCIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE PESQUISA DO CNPq (2005-2023)</i> <i>GENDER INEQUALITIES IN BRAZILIAN SCIENCE: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS OF CNPq RESEARCH GRANTS (2005-2023)</i>	
Rebeca Buzzo Feltrin, Karla Adriana Martins Bessa e Maria Margaret Lopes	156-173
<i>UMA BREVE HISTÓRIA DAS CARTUNISTAS NO BRASIL: CAHÚ, HILDE, CIÇA E MARIZA EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO (1960-1980)</i> <i>A BRIEF HISTORY OF WOMEN CARTOONISTS IN BRAZIL: CAHÚ, HILDE, CIÇA AND MARIZA IN GENDER PERSPECTIVE (1960-1980)</i>	
Cintia Lima Crescêncio	174-201
<i>ENSINO DE HISTÓRIA COMO AÇÃO POLÍTICA: HISTÓRIA DAS MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO EM SANTA CATARINA</i> <i>HISTORY TEACHING AS POLITICAL ACTION: THE HISTORY OF WOMEN AND GENDER RELATIONS IN SANTA CATARINA STATE</i>	
Nucia Alexandra Silva de Oliveira	202-222
<i>EM BUSCA DE EPISTEMOLOGIAS OUTRAS: ENSINO E PESQUISA HISTÓRICA COMO CONSTRUÇÕES POLÍTICAS FEMINISTAS</i> <i>SEARCHING OTHER EPISTEMOLOGIES AND PRACTICES: TEACHING AND HISTORICAL RESEARCH AS FEMINIST POLITICAL CONSTRUCTIONS</i>	
Gleidiane de Sousa Ferreira Ana Maria Veiga	223-247
ARTIGOS, ENSAIO DE GRADUAÇÃO, RESENHA E FONTE	
<i>A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS</i> <i>THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP AND INTERNATIONAL MIGRATION</i>	
Eduardo De Oliveira Soares Real e Vera Maria Ribeiro Nogueira	249-267
<i>VARNHAGEN, O IHGB E A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA GERAL</i> <i>VARNHAGEN, THE IHGB AND THE WRITING OF A GENERAL HISTORY</i>	
Ana Priscila de Sousa Sá	268-285

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E A CRIAÇÃO DO CLUBE FARROUPILHA EM SANTA MARIA-RS: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE AINDA EM ABERTO.

THE JOURNEYS OF JUNE 2013 AND THE CREATION OF CLUBE FARROUPILHA IN SANTA MARIA-RS: CONTRIBUTIONS TO AN OPEN DEBATE

Marcelo Noriega Pires 286-304

A AULA DE HISTÓRIA E OS TEMPOS DE REFORMAS: REFLEXÕES SOBRE CENAS ESCOLARES

THE HISTORY CLASS AND THE TIMES OF REFORM: REFLECTIONS ON SCHOOL SCENES

Renan Santos Mattos 305-326

PELOS CAMINHOS DA MÚSICA SUL-MATO-GROSSENSE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

THROUGH THE PATHS OF SOUTH MATO-GROSSENSE MUSIC: A BIBLIOGRAPHIC STUDY

Alan Silus da Cruz Silva 327-346

ABORDAGENS, LIMITES E POSSIBILIDADES NO USO DE RELATOS DE VIAGEM COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA HISTORIOGRAFIA AFRICANISTA

APPROACHES, LIMITS AND POSSIBILITIES IN THE USE OF TRAVEL ACCOUNTS AS A HISTORIOGRAPHICAL SOURCE: CONSIDERATIONS FROM AFRICANIST HISTORIOGRAPHY

Fernando Henrique de Almeida Lima 347-364

PERIÓDICOS FEMININOS E A MODA NO IMPÉRIO BRASILEIRO: 1852-1860

WOMEN'S JOURNALS AND FASHION IN THE BRAZILIAN EMPIRE: 1852-1860

Rosiane Rodrigues Luz 365-387

PINHEIRO, BÁRBARA CARINE SOARES. COMO SER UM EDUCADOR ANTIRRACISTA. SÃO PAULO: PLANETA DO BRASIL: 2023. 160P.

Luiz Gustavo Alves Lemos dos Santos 388-391

ARQUIVO DA CHANCELARIA DA CÚRIA DIOCESANA DE TRÊS LAGOAS – APRESENTAÇÃO DO ACERVO

ARCHIVE OF THE CHANCELLERY OF THE CURIA DIOCESANE OF TRÊS LAGOAS – PRESENTATION OF THE COLLECTION

Vitor Wagner Neto de Oliveira 392-399

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

CONEXÕES FEMINISTAS: ENSINO DE
HISTÓRIA, VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E
MULHERES NA CIÊNCIA

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

Este dossiê intitulado "Conexões feministas: ensino de história, violências de gênero e mulheres na ciência" é resultado de uma seleção de artigos que foram apresentados em conferências e mesas redondas da V Jornadas do LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História), realizado na Universidade Federal de Santa Catarina entre os dias 16 e 19 de outubro de 2023, cujo tema foi "Pesquisa e Ensino da História das Mulheres e do Gênero".

A proposta desta edição das Jornadas foi valorizar a Lei Estadual 18.226/2021, que inclui no currículo das escolas de Santa Catarina, como conteúdo transversal, a História das Mulheres do Campo e da Cidade. O evento contou com conferência, sete mesas redondas, minicursos e mais de 130 apresentações em simpósios temáticos, presenciais e *on-line*, e teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Realizado desde 2015, as Jornadas do LEGH reúnem pesquisadoras/es de várias partes do Brasil e do exterior que realizaram seus percursos formativos no LEGH ou que são parceiras/os de projetos desenvolvidos pelo Laboratório. Destas V Jornadas, participaram pesquisadoras vinculadas a três grandes projetos: 1) Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas múltiplas insurgências; 2) A internet como campo de disputas pela igualdade de gênero; e 3) MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020). O primeiro e o terceiro projetos são financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o segundo pela Fapesc.

Assim, os artigos que aqui se apresentam resultam de dois principais objetivos das Jornadas do LEGH. Um deles é discutir e atualizar perspectivas teóricas e metodológicas de pesquisas na área da História e das Ciências Humanas como um todo, a partir do intercâmbio entre pesquisadoras/es convidadas por sua atuação nas temáticas de interesse, aquelas/es que, embora oriundas/os do LEGH, ao atuarem em instituições de outras regiões do país têm diversificado suas abordagens científicas, além de estudantes de graduação, pesquisadoras/es em formação e professoras/es do Ensino Fundamental e Médio. Este intercâmbio tem possibilitado produzir inovação no campo científico, especialmente pela perspectiva interdisciplinar

de muitas das pesquisas desenvolvidas, pela criação e fomento de redes de conhecimento e pela formação do capital humano. O outro objetivo do evento tem relação direta com a publicação deste dossiê pela revista *Trilhas da História*, que é a disseminação de pesquisas que desenvolvem diferentes temáticas e perspectivas teóricas em nosso campo do conhecimento.

Todos os artigos foram submetidos à avaliação duplo-cega e compõem um conjunto que chamamos de “conexões feministas”, que abordam e avançam no debate de diversos desafios da sociedade no que se refere às questões de gênero.

O tema da violência, por exemplo, atravessa a maior parte dos artigos deste dossiê. São contribuições feministas para o debate sobre violências de gênero na política, na internet, nas universidades e as violências racistas na reprodução assistida em Cuba.

As violências de gênero, embora uma realidade antiga, são ainda assunto urgente no tempo presente, como nos mostram os artigos aqui publicados e os dados empíricos dos órgãos de segurança pública, da saúde ou de inúmeras análises qualitativas. Representam, também, um desafio científico na busca pela mudança, pois como propõem Héléne Bourdeloie e Lena Hübner, "a investigação feminista está enraizada numa práxis que se traduz em ação militante para provocar mudanças sociais" (BOURDELOIE; HÜBNER, 2024, p.3).

O primeiro artigo, escrito por Claudia Maia e Eloisa Rosalen e intitulado “Do luto à luta: ativismo e teorização feminista na visibilização, interpretação e enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres no Brasil” é, por exemplo, um esforço de demonstrar o amplo panorama das contribuições do campo acadêmico e da militância feminista para a questão da violência de gênero. As autoras apontam leis, discutem abordagens e mostram as contribuições da história para este enfrentamento.

O segundo artigo, de Alejandra Oberti, intitula-se "Violencia de género en el ámbito de la política en Argentina: discursos y prácticas antifeministas", e explora expressões de violência política de gênero na Argentina a partir da análise de publicações em duas contas de mulheres políticas na plataforma *Twitter/X*. Oberti inicia a análise pelas ações das organizações feministas argentinas a partir dos anos 1980 para, posteriormente, dialogar com uma série de estudos que buscam conceitualizar e denunciar formas contemporâneas de violência política, notadamente aquelas produzidas em meios digitais.

Ainda sobre o contexto digital, Elaine Schmitt e Cristina Scheibe Wolff abordam, no artigo “Violência de gênero na internet e direitos digitais: propostas de enfrentamento a partir do projeto internet”, algumas das discussões realizadas no âmbito do projeto “Internet segura com perspectiva crítica de gênero”. As autoras ainda apresentam a legislação que regula o campo digital no Brasil, ações feministas e antifeministas nas redes sociais on-line e apontam os resultados do projeto.

Em “Territorios de injusticia: acciones feministas contra el acoso sexual en espacios académicos”, Claudia Andrea Bacci problematiza a potencialidade de estratégias coletivas responsáveis e criativas nas denúncias contra o assédio sexual nos espaços acadêmicos. A partir de fontes históricas diversificadas (publicações acadêmicas, informes institucionais, denúncias públicas, escrachos e ações online), proveniente de contextos diversos de Portugal e da Argentina, a autora explorou o modo como os sentimentos de injustiça podem ser tematizados.

Abordando racismo e sexismo, o texto de Yarlenis Mestre Malfrán intitulado “Para além da interseccionalidade: conexões feministas afrodiaspóricas na análise do racismo na América Latina”, focaliza, através da hifenização entre projetos feministas negros do Norte e do Sul global, o território compartilhado de epistemologias e alianças políticas feministas negras transnacionais. A autora observa o racismo como peça central de uma matriz de dominação reprodutiva, presente no âmbito da reprodução assistida em Cuba.

Embora não trate de violência, o artigo de Rebeca Feltrin, Karla Adriana Martins Bessa e Maria Margaret Lopes demonstra a desigualdade de gênero na ciência a partir da análise de dados do Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Por meio de um *software* de Análise Interseccional de Perfil – AIP (FELTRIN *et al*, 2021), as pesquisadoras analisam os perfis de pesquisadoras/es que receberam bolsas do principal órgão de fomento do Brasil, com uma perspectiva interseccional, considerando gênero, raça/etnia, região e área do conhecimento. A pesquisa, que compara dados de 2005 e de 2023, se insere no contexto dos objetivos do Observatório Sul-Sudeste do INCT-Caleidoscópio.

Tangenciando a discussão sobre desigualdade e invisibilidade, Cintia Lima Crescêncio, em seu artigo “Uma breve história das cartunistas no Brasil: Cahý, Hilde, Ciça e Mariza em uma perspectiva de gênero (1960-1980)” apresenta características sobre cada uma dessas artistas, recuperando seus locais de produção, temas e

abordagens, em busca de filiações, pertencas e legados. Seu objetivo é contribuir para a história do humor gráfico no Brasil e das cartunistas e chargistas brasileiras, trabalho que a historiadora já realiza há anos a partir dos periódicos impressos e entre os anos 1960 e 1980. Também é um texto de referência para quem busca conhecer as “pioneiras” deste estilo, seu engajamento com os temas do feminismo e seu legado para as novas gerações.

Enfocando os silêncios e invisibilidades das mulheres na história a partir da análise de dois livros didáticos do Ensino Público catarinense, Nucia Alexandra Silva de Oliveira provoca-nos a pensar o papel de professoras/es de História em focar as questões de gênero na educação, apesar das limitações dos materiais didáticos e da ausência dessa recomendação nos documentos oficiais do estado de Santa Catarina, como o Currículo Base do Território Catarinense e Proposta Curricular. Inspirada por bell hooks, a autora propõe o “Ensino de História como ação política”, estimulando que as salas de aula sejam espaços de transgressão das opressões, silêncios e ausências baseadas em gênero.

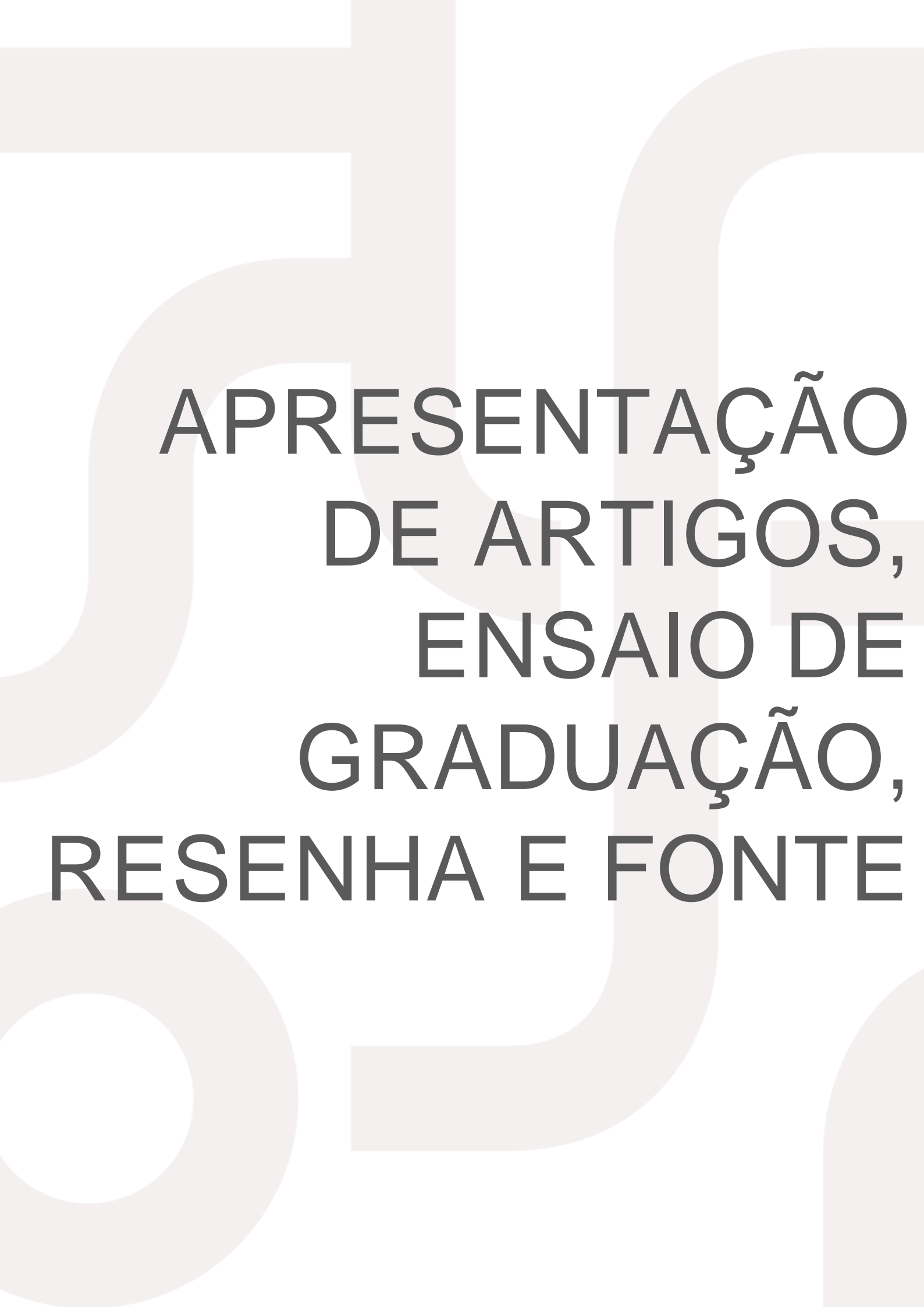
Na mesma toada do artigo de Nucia, encerra o dossiê o artigo de Gleidiane de Sousa Ferreira e Ana Maria Veiga intitulado "Em busca de epistemologias outras: ensino e pesquisa histórica como construções política feministas". As autoras argumentam que o ensino e a pesquisa histórica, em perspectiva feminista, são fundamentais e contribuem para a produção de práticas capazes de desconstruir hierarquias, transformar realidades e atuar sobre as urgências do tempo presente, apontando para a construção de espaços e relações que permitam a observação crítica sobre si e sobre o mundo.

Para concluir, esperamos que estes textos que fazem "conexões feministas" sobre as questões de gênero na pesquisa, ensino e extensão, tenham a possibilidade de contribuir com análises para a construção de um mundo sem violências e com mais presença e valorização das mulheres e pessoas diversas que somos atravessadas por diferentes marcadores sociais de diferença e resistentes às múltiplas formas de opressão. Desejamos a todas/es/os uma boa leitura.

As organizadoras.
Joana Maria Pedro
Janine Gomes da Silva
Morgani Guzzo

REFERÊNCIAS

BOURDELOIE, Hélène; HÜBNER, Lena. Introduction: faire de la recherche féministe: défis épistémologiques et méthodologiques au Québec et en France. *Le cahiers du CEDREF*, 26, 2023, p. 3. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cedref/1921>. DOI: <https://doi.org/10.4000/cedref.1921>. Acesso em 18 Set. 2024.



APRESENTAÇÃO
DE ARTIGOS,
ENSAIO DE
GRADUAÇÃO,
RESENHA E FONTE

É com grande satisfação que a Revista Trilhas da História retomou, no último mês, o recebimento de artigos livres, suspenso no início de 2024 em função da grande quantidade de textos submetidos em 2023, e isso só foi possível pelo esforço e pelo privilégio de podermos lançar uma edição especial, a primeira em nossa trajetória de mais de treze anos. Essa edição é especial, portanto, por diversos motivos. Em primeiro lugar, porque fomos a revista escolhida para abrigar um dossiê de excelência, resultante da V Jornadas do LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História) e organizado pelas professoras Joana Maria Pedro, Janine Gomes da Silva e Morgani Guzzo, referências incontornáveis no debate proposto para compor o dossiê “Conexões feministas: ensino de história, violências de gênero e mulheres na ciência”.

Em segundo lugar, essa edição se destaca por reabirmos a seção de artigos livres, ensaios de graduação, resenhas e fontes, marcada pela diversidade de textos e temas. Além de voltar a receber os artigos, estamos retomando suas publicações nesse número, já que o último dossiê (História e Patrimônio), em face da quantidade de pesquisadores que atenderam ao seu chamado, não pode comportar outras seções. A edição especial, então, servira a um duplo propósito e nos permitiu atualizar o fluxo de recebimento e publicação de artigos antes do que havíamos previsto. Isso não é pouco, diante da aceleração do tempo e aumento das demandas que temos experimentado.

Por fim, essa edição também é especial pela já mencionada variedade e qualidade do material disposto na seção de artigos livres, de ensaios, resenhas e fontes. Assim, além do dossiê supracitado, estamos publicando seis artigos livres, um ensaio de graduação, uma resenha e uma apresentação de fonte, de modo a fortalecer o aspecto inovador de nosso periódico, que se abre a graduandos, reserva espaço para divulgação de fontes históricas e demonstra a multiplicidade de formatos pelos quais se divulga o conhecimento histórico no ambiente editorial acadêmico. Tudo isso com um arco temático muito amplo, evidenciando como a produção histórica científica tem uma potência inesgotável e plural, apesar de tão poucos recursos e investimentos. Assim temos seguido em nossa revista também, contando com o trabalho abnegado de estudantes e docentes editores, e de tantos avaliadores, que dedicam gratuitamente seu tempo para a tarefa da divulgação da História em um cenário que ainda não apresenta as mudanças que recentemente habitaram nossas

esperanças e lutas. Mas essa potência de luta, de trabalho e de pesquisa se expressa nos resultados que ora apresentamos.

O primeiro artigo a compor a seção é “A Ditadura Militar Brasileira e Migrações Internacionais”, em que Eduardo de Oliveira Soares Real e Vera Maria Ribeiro Nogueira abordam as migrações internacionais para o Brasil no período da Ditadura militar, analisando a legislação do período, a promulgação do Estatuto do Estrangeiro e suas alterações em aspectos políticos e econômicos da época.

Na sequência, o artigo de Ana Priscila de Sousa Sá, intitulado “Varnhagen, o IHGB e a escrita de uma história geral”, traz o processo de emergência da historiografia brasileira e os debates que a forjaram no século XIX, tanto por parte dos associados do IHGB, quanto pela produção e recepção da obra *A História geral do Brasil* (1854-1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen. Interessante observar como as querelas no instituto e a obra de Varnhagen, ao buscarem definir uma identidade nacional, também acabam por dar contornos às formas pelas quais os brasileiros produziram e aprenderam História por um longo tempo. A autora mobiliza perspectivas comparatistas, autores referenciais da História da Historiografia e textos oitocentistas para deslindar os dissensos, méritos e as críticas que marcaram a obra do também conhecido como Visconde de Porto Seguro.

O terceiro artigo é intitulado “As Jornadas de Junho de 2013 e a criação do Clube Farroupilha em Santa Maria -RS”, de Marcelo Noriega Pires. O autor propõe uma análise a partir do materialismo histórico dialético sobre as jornadas de junho, com foco nas disputas de diferentes grupos, oportunistas pelos levantes. Ele analisa um caso específico para entender o papel das *Think Tanks* na dinâmica conflituosa de captura ideológica das jornadas e dos acontecimentos posteriores, incluindo o golpe contra Dilma Rousseff. Para tanto, analisa o caso do Clube Farroupilha, uma associação criada em 2013 por estudantes universitários de Santa Maria - RS que, segundo o autor, “desejavam enfrentar a hegemonia marxista na academia”. Marcelo Noriega argumenta sobre a importância de entendermos o espaço que as chamadas *Think Tanks*, tal como o Clube Farroupilha, têm no fortalecimento da direita no Brasil em sua história recente.

No quarto artigo livre, Renan Santos Mattos nos brindou com o texto “A aula de história e os tempos de reformas: reflexões sobre cenas escolares”, em que analisa mudanças curriculares do ensino de história com foco no aumento de ideais conservadores e da censura moralizante nos espaços escolares. Lançando mão de

relato das experiências profissionais, o autor também debate, de forma sensível, as relações entre estudantes e professores no contexto de tensões em sala de aula, elegendo a aula de história como um cenário potente para a construção do trato democrático saudável entre diferentes posicionamentos político ideológicos.

O artigo seguinte, “Pelos caminhos da música sul-mato-grossense: um estudo bibliográfico”, de Alan Silus da Cruz Silva, é estudo bibliográfico sobre obras que tratam da música sul-mato-grossense, via análise de conteúdo. Não se trata de analisar as músicas, mas de inventariar e convidar os leitores a conhecerem as obras literárias que abordaram as músicas sul-mato-grossenses e suas relações socioculturais com o território. Mas isso não nos tira a deliciosa curiosidade de conhecer mais sobre as músicas e os artistas do estado. O autor fundamentou sua análise em Bakhtin e justificou sua proposta no argumento de que a música regional dialoga fortemente com seu povo nas suas circularidades, e que muitos pesquisadores abordaram a cultura do Mato Grosso do Sul nos campos da arte, literatura, dança, teatro, identidade e formação cultural do homem pantaneiro, mas no que tange à música, foram poucos os estudiosos a se debruçarem. Assim, ele analisa os livros publicados dos anos 1980 até a atualidade, frutos de pesquisas e entrevistas. Deles, extrai as conexões históricas que nos permitem entrever os movimentos culturais da música entrelaçados ao tecido social do Mato Grosso do Sul e chama nossa atenção para a importância de mais estudos sobre o tema.

Para finalizar o conjunto de artigos livres, o sexto texto chama-se “Abordagens, limites e possibilidades no uso de relatos de viagem como fonte historiográfica: considerações a partir da historiografia africanista”, escrito por Fernando Henrique de Almeida Lima. O autor propõe apresentar como essas fontes foram exploradas pelos historiadores e as mudanças operadas, a partir dos anos 1970, pelos movimentos historiográficos no seu trato, com ênfase na historiografia africanista. Fernando Henrique deslinda esse processo e pondera que ao tomarem distanciamento daqueles que classificam os relatos de viagem como simples expressão da subjetividade europeia, bem como daqueles que os trataram como reflexo do real, as novas abordagens expressam a importância destas fontes para o entendimento das complexas dinâmicas relacionais entre africanos e europeus, com foco nas agências dos sujeitos, suas negociações e tensões, face ao imperialismo europeu, numa compreensão que extrapola o perigo de uma história única, como defende Chimamanda Adichie.

Como Ensaio de Graduação, apresentamos o texto “Periódicos Femininos e a Moda no Império brasileiro: 1852-1860”, de Rosiane Rodrigues Luz. A autora analisou periódicos do século XIX para compreender a moda na sociedade brasileira da época, especialmente na Corte Imperial e na província de São Paulo. A partir da leitura das fontes *Jornal das Senhoras* e *O Lirio*, direcionados ao público feminino, ela busca interpretar a moda pelo olhar feminino. Do ponto de vista teórico metodológico, sua pesquisa lançou mão da perspectiva de gênero e estabeleceu uma análise de conteúdo, relacionada às questões sociais e econômicas pela chave do consumo da moda pelas mulheres. A autora nos chama a atenção ainda para a “influência francesa sobre a moda feminina no Brasil Imperial e a participação das mulheres na direção e redação de periódicos em uma sociedade patriarcal e conservadora”. Nem é preciso gostar de moda para reconhecer a riqueza dessa análise, mas se gostar, vai ser um deleite.

A resenha da edição ficou por conta de Luiz Gustavo Alves Lemos dos Santos, que escolheu a obra “Como ser um educador antirracista”, de Bárbara Carine Soares Pinheiro, editada pela Planeta Brasil em 2023. A resenha crítica argumenta que a obra não se resume a um manual didático, mas um debate que propõe a descolonização do currículo escolar como tarefa que exige formação especializada e a disposição de todos os envolvidos. Ele também alerta que não se trata de uma obra restrita ao corpo docente e membros da equipe escolar, mas também aos pais, “percebidos como agentes educacionais que reconhecem a própria responsabilidade no processo e compreendem a urgência de adotar práticas antirracistas em todos os setores da sociedade”. E como bem nos alertou Ângela Davis, numa sociedade racista, é preciso ser antirracista, por isso também nos alegamos de acolher esta resenha.

Finalmente, concluindo o conjunto completo de tipos de textos acadêmicos adotados em nossa revista, temos um texto na seção com Fontes, intitulado “Arquivo da chancelaria da cúria diocesana de Três Lagoas”, em que Vitor Wagner Neto de Oliveira apresenta o processo de organização e descrição do acervo da Chancelaria da Cúria Diocesana de Três Lagoas, ocorrido entre 2020 e 2023, por uma equipe coordenada por ele em trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS, Campus de Três Lagoas. O NDH, além de abrigar coleções e acervos documentais atinentes à história social da região, atua em arquivos institucionais em Três Lagoas-MS. No texto, o professor Vitor Oliveira apresenta o arquivo da chancelaria e descreve a experiência de sua organização pela equipe. O arquivo foi organizado e classificado

e a equipe que trabalhou na Cúria, grande parte em meio à pandemia de Covid-19 (tomando os cuidados necessários), buscou respeitar classificações remanescentes para facilitar o manuseio dos consulentes. O autor exemplificou as fichas de classificação e consulta e, do ponto de vista quantitativo, podemos perceber que foi um trabalho de grande fôlego e com potencial de contribuição para a entidade e às pesquisas futuras, uma vez que o acervo agora compreende 32 caixas arquivos, 10 placas com documentos de dimensões especiais e 9 pastas de fotografias. Esses suportes guardam cerca de 7.876 documentos escritos em 14.308 folhas, agrupados em 351 maços, 9 cartazes, 11 mapas e plantas, 19 jornais e ou recortes de jornais com 100 folhas, 55 fotografias e 180 livros de registros diversos. O reconhecimento do NDH como referência para a organização de acervos institucionais fundamentais para a memória desta região é um dos resultados que se vislumbra em uma perspectiva mais global, e com o qual nossa revista se regozija por compartilhar da importância social que o Curso de História exerce na sociedade a que está inserido.

Nesse conjunto rico e diverso de textos e temas, também seguimos esperançosas de vermos nosso periódico impactando a produção e divulgação científica que demanda todo o esforço analógico em um universo em que as inteligências artificiais podem ora facilitar o trabalho com um atalho, ora sabotar os processos éticos que compõem a construção e o espalhamento do conhecimento construído. Esperançamos ainda que os recursos de inovação sejam sensíveis para pavimentar melhor nosso trabalho e nosso compromisso ético com a divulgação científica editorial porque acreditamos que a riqueza expressa nestas páginas é fundamentalmente humana e dependente do nosso trabalho e respeito com estudantes e pesquisadores que terão agora mais uma edição da Trilhas da História a se interpor no diálogo e à construção de tantos novos saberes.

Novembro de 2024

As editoras:

Dolores Puga, Mariana Esteves de Oliveira
Rúbia Dara Leão de Jesus e Wayla Silva Sá



SEÇÃO DOSSIÊ

MAIA, Cláudia*

<https://orcid.org/0000-0002-8358-8940>

ROSALEN, Eloisa**

<https://orcid.org/0000-0001-5125-9969>

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a importância e as contribuições dos ativismos feministas e da pesquisa, no campo dos estudos de gênero e da História das Mulheres, que instituíram e fazem avançar o debate sobre as violências de gênero no Brasil, bem como as políticas públicas de enfrentamento. Para tanto, buscamos sinalizar alguns debates da epistemologia feminista sobre os ativismos; a teorização feminista que colaborou – e colabora – na visibilização, na interpretação e no enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres; e a trajetória de alguns grupos e ativismos que atuaram no enfrentamento à violência. Buscamos dialogar com diferentes produções historiográficas, com a finalidade de historicizar algumas ações e estratégias de luta do ativismo feminista no Brasil e de discutirmos as contribuições teóricas (seja do feminismo acadêmico seja dos movimentos fora das universidades) na conceituação e na compreensão desse fenômeno.

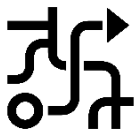
PALAVRAS-CHAVE: feminismos;
mulheres; violências de gênero.

ABSTRACT: The objective of this article is to discuss the importance and contributions of feminist activism and the researches in the field of gender studies and Women's History which advance the debate violence of gender in Brazil as well as public confronting policies. Therefore, we seek to highlight debates in feminist epistemology about activism; the feminist theorization that turned visible, interpret and confront gender violence against women; and the trajectory of some groups of activists that worked to combat violence. We seek to dialogue with different historiographical productions, with the purpose of a) historicizing some actions and fighting strategies of feminist activism in Brazil and b) discussing theoretical contributions (whether from academic feminism or movements outside universities) in the conceptualization and understanding of this phenomenon.

KEYWORDS: feminisms;
women; gender violence

*Possui Pós-doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa; doutora em História pela Universidade de Brasília. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Coordenadora do Observatório Norte-mineiro de Violência de Gênero. Pesquisadora Nível 2 do CNPq. E-mail: claudia.maia@unimontes.br

** Possui Pós-Doutorado Júnior/ CNPq na Universidade Estadual de Montes Claros; doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente professora substituta na UFSC. E-mail: rosalaneloisa@gmail.com



INTRODUÇÃO

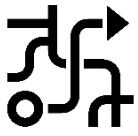
A violência de gênero segue sendo, sem dúvida, um ponto de convergência e uma pauta comum entre feministas, acadêmicas e ativistas, de variadas vertentes¹. No Brasil, esse é um fenômeno que não só aumenta – conforme demonstram os dados atualizados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2022; 2023) – como tem se diversificado. Nesse cenário, somam-se à violência doméstica, aos feminicídios e ao estupro outras violências – algumas das quais antes naturalizadas ou invisibilizadas –, como *sextorsão*, importunação sexual, *sexting*, *stalking*, assédios, violências psicológicas e financeiras em espaços públicos e em ambientes de trabalho (*mansplaining*, *bropropriating*, *gaslighting*), violência política de gênero e LGBTfobia, apenas para citar algumas das mais recorrentes².

Para além dos números crescentes e das tipificações recentemente nomeadas, verifica-se também o aumento da crueldade nas formas de violentar e matar os corpos femininos e/ou feminilizados. Não raro, deparamo-nos com notícias de feminicídios em que os corpos das vítimas foram queimados, desfigurados, esquartejados, degolados, esmagados e esfaqueados dezenas de vezes³. Os requintes de crueldade com os quais as mulheres são mortas reafirmam a misoginia motivadora desses crimes e evidenciam o crescente ódio ao feminino. As motivações desses assassinatos, bem como a diversificação da crueldade, podem se amparar, dentre outros motivos, na nossa recusa em ocupar os lugares de obediência, de submissão e de docilidade que, historicamente, foram construídos para nós; ao passo que também podem ser uma resposta a nossa busca por maior equilíbrio nas relações de

¹ Este artigo resulta de reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto Observatório Norte-Mineiro de Violência de Gênero (APQ-00721-22), que recebe apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), para a qual registramos os nossos agradecimentos.

² A *violência política de gênero* é o delito no qual um ou mais homens no exercício do poder público pressionam, perseguem, hostilizam e ameaçam mulheres, com a finalidade de se apropriar de seu poder, ou de induzi-las a tomar decisões contra a própria vontade ou contra os seus princípios éticos políticos (Albaine, 2016). *Sextorsão* é uma prática de extorsão pautada em ameaças de vazamento de arquivos de conteúdo íntimo, sexual. *Mansplaining* é o ato de explicar para uma mulher algo que é óbvio para ela; *Gaslighting* é um tipo de manipulação psicológica, na qual um homem distorce ou mente acerca de fatos ou informações para se beneficiar. Por último, *bropropriating* é a ação de se apropriar de algo produzido por uma mulher, se automeando como autor ou produtor. Cf. Ibac (s/d; acesso 18/02/202); Stocker; Dalmaso (2016). Cf. também: O NOVO, 2024; 'SEXTING', 2024

³ Alguns exemplos recentes podem ser vistos em: Alguns exemplos recentes: REDAÇÃO, 2021; HOMEM, 2020; Brum, 2023; Reis, 2023.



poder. Nesse sentido, entendemos o aumento da violência de gênero, sua diversificação e a intensificação da crueldade, como uma reação aos feminismos que, tanto nas ruas quanto na academia, vivenciam mais um momento de grande efervescência, crítica e expansão. São movimentos que transformam o luto pelas inúmeras mortes em luta, no enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres no Brasil.

Nesse contexto, este artigo objetiva discutir acerca das contribuições da pesquisa no campo dos estudos de gênero, da História das Mulheres e dos ativismos feministas para fazer avançar o debate sobre a violência de gênero no Brasil. Para tanto, partimos das seguintes questões: Como os ativismos feministas atuaram para publicizar e criminalizar a violência de gênero contra as mulheres, no Brasil, a partir dos anos de 1970? Que aportes teóricos os feminismos construíram para problematizar, nomear, compreender e orientar a elaboração de medidas de enfrentamento à violência de gênero? Com o intuito de abranger esses questionamentos, dividimos este texto em três partes: na primeira, buscamos mapear e historicizar algumas ações e estratégias de luta do ativismo feminista brasileiro que resultaram em medidas concretas de enfrentamento à violência contra mulheres; na segunda parte, abordamos algumas das contribuições teóricas do feminismo acadêmico no processo de conceituação e compreensão do fenômeno da violência de gênero; por fim, fazemos um balanço dos avanços e tecemos as considerações finais. Com as discussões desenvolvidas aqui, esperamos contribuir com esse importante debate e, ao mesmo tempo, fornecer pistas para estimular e desenvolver novas pesquisas sobre essa temática no campo da História.

OS FEMINISMOS NA RUA: AVANÇOS E CONQUISTAS

A década de 1970 se inicia no Brasil com o endurecimento do regime ditatorial, o fracasso da luta armada e com as perseguições aos mais diversos grupos políticos. Esse cenário começa a se modificar a partir segunda metade, com uma nova configuração atrelada à anistia, à abertura política e à emergência de novos movimentos sociais (como o movimento negro, feminista e de mulheres, e indígena) (Araujo, 2000; Baniwa, 2007; Doimo, 1995; Domingues, 2007; Sader, 1988). Embora o aparato estatal da ditadura ainda estivesse presente, o período foi embrionário no que diz respeito aos inúmeros debates que tomaram corpo público durante a década

de 1980 e se consolidaram na década de 1990; inclusive, alguns desses serviram ainda como precursores de legislações implementadas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e de sua sucessora, Dilma Rousseff. As principais discussões, provenientes dos movimentos feministas ou da luta por direitos das mulheres, inseriram na ordem do dia a pauta sobre a violência contra a mulher, ou violência de gênero, conforme o conceito foi sendo debatido e redimensionado ao longo das últimas décadas.

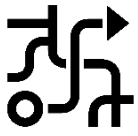
A partir do ano de 1975, vimos surgir novos grupos⁴ políticos de mulheres que deram a tônica aos movimentos feministas e, em termos atuais, à luta por igualdade de gênero no período. Nesse cenário, os grupos feministas⁵ denominados “SOS” ou “SOS Mulher” – espalhados em diferentes capitais do país, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte – foram as primeiras ações da sociedade civil a se voltarem para a temática da violência contra as mulheres (Grossi, 1994). Caracterizados “por um agir político diante das instâncias públicas, contribuindo para a politização das violências de gênero cotidianas e para a demanda por uma resposta do Estado” (Bandeira, 2014, p. 251), esses grupos foram extremamente importantes por denunciar a situação de vida das mulheres e reivindicar condições jurídicas e legais adequadas para a defesa de seus direitos, em articulações nacionais e internacionais. Muitas dessas iniciativas se desmantelaram ainda na metade dos anos de 1980, mas diversas outras se organizaram posteriormente, se concretizam e deram visibilidade ao debate da violência de gênero.

A temática sobre a violência contra a mulher⁶ foi extremamente marcante no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, sobretudo, em função de diversos casos de assassinatos que tiveram repercussão nacional. Dentre os crimes “mais conhecidos” pelo grande público da época, destacam-se os casos de: 1º) Ângela Diniz, assassinada em 1976, no Rio de Janeiro, pelo ex-namorado, Doca Street; 2º) Eliane de Grammont, assassinada em 1981, em São Paulo, pelo ex-marido (Saffioti,

⁴ A emergência desses grupos, durante a década de 1970, não anula o fato de que antes disso já existiam espaços que discutiam a “questão da mulher” e tinham como protagonistas as mulheres.

⁵ Alguns exemplos desses grupos: *SOS Mulher*, criado em 1982 no Rio de Janeiro; o *SOS Corpo*, iniciado em Recife no ano de 1981; o *Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM)*, criado no início dos anos de 1980, em Belo Horizonte; entre outros (Cf. Duarte, Carmo, Luz, 2008; Grossi, 1994).

⁶ Nesse ponto, utiliza-se a expressão “violência contra a mulher”, em vez da nomenclatura usual, “violência de gênero”, por sinalizar melhor o período referenciado.

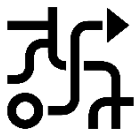


2015); 3º) Violeta Formiga, assassinada pelo marido, em 1982, em João Pessoa (Sobreira, 2017); 4º) Eloísa Ballesteros e Maria Regina Souza Rocha, mineiras, assassinadas em 1980 pelos seus maridos, no arco de quinze dias, em Belo Horizonte (Teixeira; Chrystus, 2020; Grossi, 1994; Corrêa, 1981).

Os casos de Eloísa Ballesteros e Maria Regina Souza Rocha foram exemplares no sentido da mobilização que provocaram. À época, muitas mulheres e feministas se reuniram na escadaria da Igreja São José, em Belo Horizonte, para se manifestar contra a morte de mulheres, inaugurando o movimento “Quem ama não mata”. Essa campanha, que teve como precursora a capital mineira, se espalhou nacionalmente e serviu como oposição ao argumento frequentemente mobilizado pelos assassinos para sensibilizar a opinião pública e o corpo de jurados, o “matei por amor”. Junto deste, outros argumentos eram proferidos na tentativa de isentar feminicidas de suas responsabilidades, como o da “ação empreendida sob violenta emoção ou paixão” ou o da “legítima defesa da honra”. Conforme assinalou Maria Corrêa, embora não explícito no Código Penal, a “legítima defesa da honra” emergia autenticada pela sociedade (Corrêa, 1981, p. 21-22), por isso acabava sendo considerada pelo corpo de jurados, formado por pessoas leigas (Duarte; Carmo; Luz, 2008; Saffioti, 2015; Teixeira; Chrystus, 2020). Essa tese só foi declarada inconstitucional em agosto de 2023, isto é, foram necessários mais de 40 anos de críticas, manifestações e lutas para que essa “justificativa” fosse finalmente banida dos tribunais⁷.

A década de 1980 foi também palco de vitórias importantes, como a institucionalização da defesa das mulheres a partir de políticas públicas estatais. Nesse sentido, destacam-se a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, por Franco Montoro, e o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais (CEM-MG), por Tancredo Neves, ambos criados no ano de 1983; no âmbito federal, José Sarney foi o responsável por instituir o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985. Todos os representantes políticos do CNMD faziam parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que naquele início de década, se reinventava e organizava institucionalmente o PMDB-Mulher. Este, apesar do forte engajamento partidário e civil, não se constituía como um grupo autônomo dentro do movimento feminista (Barsted, 1994; Santos, 2006).

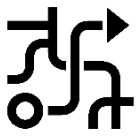
⁷ Cf. notícia: TESE, 2023.



Essa década ficou também marcada pela criação das delegacias das mulheres, que se espalharam Brasil afora. Em Minas Gerais, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) foi implementada no ano de 1985, sendo a segunda de todo o país. Como se sabe, sua organização partiu de um anteprojeto entregue pelas mulheres do CNDM ao então governador do Estado (Duarte; Carmo; Luz, 2008). Nesse período, também foram criadas duas DEAMs no interior do Estado, em Montes Claros (1987) e em Uberlândia (1988) (Resende, 2008; Souza, 2009). A implementação dessas primeiras delegacias foi uma vitória importante, na medida em que davam maior suporte às denúncias de violência contra a mulher, no entanto, enfrentava-se ainda muitas dificuldades, como a falta de efetivo, de formação adequada do(a)s agentes, de infraestrutura básica, de reconhecimento e de prestígio no âmbito da esfera policial devido seu menor poder ofensivo, situação verificada também nas delegacias da mulher de outros Estados (Brandão, 1998; Gregori, 1992; Pasinato, 2004, 2005; Maia, 2017).

Na década de 1990, com o avanço das ONG's no Brasil, surgiram diferentes ações institucionais organizadas pela sociedade civil a partir das demandas dos movimentos feministas. Aqui, por exemplo, tem destaque a *Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos*, com atuação no estado do Rio Grande do Sul, em 1993, e o *SOS Mulher e Família*, criado em Uberlândia, Minas Gerais, no ano de 1997. O *SOS Mulher* retoma o nome utilizado nos anos de 1980, mas se apresenta com uma nova roupagem, ao buscar oferecer atendimentos multiprofissionais, com acolhimento voltado para casais ou grupos de apoio (Guerra, 2018). Céli R. Pinto (2006), ao analisar o surgimento das ONGs nesse período, destaca o forte potencial das organizações, principalmente, no âmbito das construções das redes – locais, nacionais, internacionais, com movimentos sociais, com o Estado ou entidades filantrópicas etc. Como exemplo disso, vale citar a atuação do *SOS Mulher e Família*, que já obteve financiamentos da Secretaria de Políticas para as Mulheres e estabelece relações com outras instituições na cidade de Uberlândia (Guerra, 2018). Porém, cabe lembrar que as ONG's não podem ser vistas como substitutas das políticas públicas e das instituições do Estado ou mesmo dos movimentos sociais (Pinto, 2006).

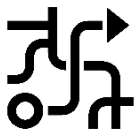
As décadas seguintes também significaram muito no combate à violência de gênero contra as mulheres, a partir, primeiro, da criação da Secretaria de Estado dos



Direitos da Mulher (2002), ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, e, posteriormente, pela constituição da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – secretaria a qual era atribuído o *status* de Ministério. A SPM colaborou ativamente para a ampliação de mais delegacias para o atendimento das mulheres e para a elaboração da “Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, através do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007, com o objetivo de dar maior efetividade ao texto da Lei Maria da Penha”. Um dos desdobramentos disso foi a criação dos Centros de Referência e Atendimento à Mulher (Gomes; Castro, 2022, p. 05). Além disso, ao longo dos últimos vinte anos, contamos com grandes avanços, representados pela aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, considerada a terceira mais avançada do mundo no âmbito do combate às violências de gênero, e da Lei do Feminicídio (Maia, 2017).

Apesar das formas diferentes e de novos e velhos embates, a temática das violências permanece no âmago dos diferentes movimentos feministas e se constitui como uma importante bandeira do crescente movimento LGBTQIAPN+ e como um dos eixos temáticos mais aglutinadores dos movimentos, tornando quase unânimes as palavras de ordem que mencionam o combate às violências. Nesse contexto, as lutas empreendidas nos mais variados âmbitos culminaram com algumas vitórias, a saber: a criação das Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher, nos anos de 1980, e as ampliações posteriores; a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006; a institucionalização das políticas de enfrentamento às violências contra as mulheres nas décadas seguintes; a aprovação da Lei do Feminicídio, em 2015; e a criminalização da homotransfobia (uma ampliação da Lei do Racismo, existente desde 1989) a partir de 2019 (Andrade; De Lima Campos, 2018; Bandeira, 2014). Embora as discussões jurídicas e institucionais tomem parte importante das argumentações sobre as violências, as discussões não podem ser reduzidas apenas a isso, uma vez que foi a interlocução entre diferentes áreas, campos e sujeitos que fez da violência de gênero o eixo central das políticas públicas do Estado brasileiro, que, inclusive, se voltam às diversidades.

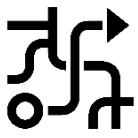
A constituição dos grupos de ativismos no combate à violência deixou uma herança de luta e de vitórias muito importante para a história dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo no que diz respeito à instituição de políticas públicas (como



buscamos demonstrar acima). Por outro lado, os retrocessos do ponto de vista social e político vividos nos últimos anos – com o golpe que depôs a então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e as eleições presidenciais do ano de 2018 que alçaram Jair Messias Bolsonaro ao poder – criaram um cenário favorável à constituição de diferentes movimentos antigênero, antiLGBT, misóginos e antifeministas que, por meio de discursos de ódio contra as mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, autorizavam a violência contra esses grupos (Pedro, Wolff, Silva, 2022). Nesse contexto, especificamente após a eleição de 2018, acompanhamos a destruição e/ou precarização de políticas públicas; a liberação da posse e do porte de armas – revogado nos primeiros dias do governo Lula em 2023 –, que impactaram diretamente no aumento dos feminicídios; a difusão do fundamentalismo religioso-cristão, que reforça o papel de submissão das mulheres e de condenação das sexualidades dissidentes; e, por fim, as declarações conservadoras, misóginas e machistas por parte do, hoje, ex-presidente (Pedro, Wolff, Silva, 2022).

Embora os últimos 6 (seis) anos tenham sido marcados pelo retrocesso, conforme expomos acima, os novos feminismos emergentes nas grandes cidades, como a Marcha das Vadias; a Marcha das Margaridas (camponesas); a Marcha das Mulheres; as ocupações em escolas; a Marcha das Mulheres Negras; a Primavera Feminista; a greve de mulheres com o 8M; os diferentes ativismos digitais, como o movimento #EleNão, em 2018 etc., não deixaram de colocar em suas pautas a luta contra a violência doméstica, o racismo, a violência sexual, a violência política de gênero etc. (Pedro, Wolff, Silva, 2022). Além disso, durante esse período, a violência de gênero ganhou maior atenção nos noticiários, nos programas de televisão, nas novelas, nas campanhas educativas, deixando “de ser algo restrito ao âmbito doméstico, uma mera briga entre marido e mulher, para se tornar uma preocupação pública, social e do Estado” (Maia, 2020, p. 220); tratamento muito diferente daquele verificado nas décadas anteriores, verificamos uma maior condenação social da violência de gênero (Lage; Nader, 2012).

É certo que a violência de gênero ainda é uma realidade que segue à risca o objetivo de minar e exterminar de todas as formas a vida das mulheres. Mas não deixa de ser verdade também que os novos ativismos, os avanços políticos sociais e o debate público que passou a ser feito sobre o tema nos últimos anos reacendem nossa esperança feminista de ver o fim desta violência.

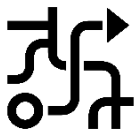


PENSAMENTO FEMINISTA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA

A violência contra as mulheres não é um fenômeno novo, tampouco, uma temática nova. Nesse sentido, os já citados trabalhos de Mariza Corrêa sobre os assassinatos de mulheres e a crítica aos chamados “crimes da paixão” estão entre os pioneiros no campo das ciências sociais e figuram ainda como grandes referências⁸. No âmbito da historiografia, podemos citar as precursoras pesquisas de Rachel Soihet (1986); Vera Puga (1998); Marta Esteves (1989); Cristina Wolff (1999); Sueann Caulfield (2000); e Magali Engel (2000). Já entre as mais recentes, despontam os trabalhos de Cláudia Maia e Renata Maia (2012), Marluce Fagundes (2018), Tânia Vasconcelos (2020), dentre outras, que investigam a violência contra as mulheres, a partir de processos criminais, e a sua relação com os crimes de sedução, defloramento, lesão corporal, entre outros. Estes estudos têm tido destaque no campo da História por situar, já desde o século XIX, as violências contra as mulheres naquilo que foi definido como “crimes de honra” ou “contra a família”. De maneira próxima, estão os estudos de Eni de Mesquita Samara (2007) e Ana Silvia Scott (2012), cujo recorte temático recai sobre as famílias e as violências nos séculos XVIII até o XX; e os de Maria Odila Leite Dias (1984; 2012) e Keila Grinberg (1994), que orientam o foco de suas análises para as mulheres escravas e as violências vividas no século XIX.

A violência doméstica foi introduzida como temática de interesse das historiadoras mais recentemente, com destaque para os trabalhos de Lana Lage (2007, 2012, 2017), Beatriz Nader (2012; 2017a; 2017b), Tânia Regina Zimmermann (2010), Diva Muniz (2017), Claudia Maia (2017; 2019; 2020), Luciana Silveira (2021); Maria Clarice Souza (2009), Rosana Santos (2012), Érika Amorim Cheim (2019), dentre outras. De modo geral, essas pesquisadoras buscam pensar – a partir dos recortes de seus trabalhos – as violências na contemporaneidade e as multiplicidades de eixos que as envolvem, como velhice e violência de gênero; as trajetórias dos movimentos sociais; as publicações de notícias em jornais; os casos de comoção nacional; os avanços, as conquistas e os retrocessos; a legitimação – em especial a

⁸ Mariza Corrêa defendeu a dissertação de mestrado intitulada *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais* (Corrêa, 1975), que deu origem a dois importantes livros: *Os Crimes da Paixão* (Corrêa, 1981) e *Morte em Família* (Corrêa, 1983).



lei Maria da Penha – as instituições e a condenação social da violência; a historicidade da violência de gênero no Tempo Presente; a utilização de novos termos e categorias (como, feminicídio); a biopolítica e o (des) valor da vida das mulheres; a violência contra empregadas domésticas; entre outras temáticas⁹. Destacamos ainda a tese de Ângela Oliveira (2024) que analisou as descontinuidades históricas provocadas pela Lei Maria da Penha na comarca de Oeiras (PI) e a tese Cláudia Nichnig (2024) que resultou de pesquisa inédita sobre a violência de gênero contra mulheres Kaiowá e Guarani da Grande Dourados, realizada a partir da narrativa e das experiências das próprias indígenas.

Como citado acima, os feminismos contemporâneos (que tiveram início no final da década de 1970 no Brasil) têm rompido o silêncio sobre formas antigas de violência contra as mulheres – antes naturalizadas ou esvaziadas do seu conteúdo criminal –, como: 1) o assédio sexual e a importunação sexual etc. em todos os espaços, incluindo a universidade, como tem mostrado Lídia Possas em suas importantes pesquisas¹⁰; 2) as novas formas de violência contra as mulheres, como a pornografia de vingança¹¹ (modalidade que conta com mais de 5 mil registros de processos judiciais no país, dos quais, Minas Gerais é o lugar com o maior número de casos, com 18,8% do total (Croquer, 2023)); 3) a violência política de gênero enfrentada pelas mulheres que participam como candidatas e/ou ocupam cargos políticos (como a vivenciada por Dilma Rousseff, quando presidente do Brasil), tema atualmente problematizado e denunciado pelos trabalhos das historiadoras Joana Maria Pedro, Roselane Neckel e Cristina Wolff (2023). No entanto, apesar do surgimento de novas e diferentes perspectivas no que diz respeito ao estudo crítico dessa violência, as análises interseccionais e de longa duração (que conecte gênero, classe, raça, territorialidade e que considere o passado colonial até o presente) ainda têm ocupado pouco as historiadoras.

⁹ Importante ressaltar que estamos cientes da lacuna presente neste artigo quanto aos trabalhos produzidos por historiadoras fora do eixo sul-sudeste, que certamente são numerosos. Por esse motivo, iniciamos um levantamento dos trabalhos e historiadoras brasileiras que têm se dedicado à pesquisa sobre violência de gênero, para melhor conhecer o campo e, futuramente, incorporá-los a outras discussões e realidades.

¹⁰ Cf. ASSOCIAÇÃO..., 2023.

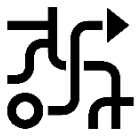
¹¹ Sobre pornografia de vingança, consultar a dissertação de mestrado de Mariana Nascimento Maia (2022).

Mesmo assim a teorização feminista e as pesquisas têm sido fundamentais para nominar, visibilizar, criminalizar e compreender o fenômeno da violência de gênero, que não se limita às mulheres. Essas elaborações teóricas transbordaram a academia, à medida que influenciam e/ou definem legislações e políticas públicas, e possuem conexão direta com os movimentos sociais, estabelecendo com eles um processo de retroalimentação, como discutimos no tópico anterior.

Se no passado os grupos feministas se voltavam a auxiliar as mulheres ou a pensar/denunciar as violências cometidas contra elas, a concepção acerca dessa violência se ampliou com a introdução da categoria “gênero”, resultado de uma longa elaboração teórica feminista (Scott, 1995). O deslocamento semântico de violência contra “à mulher” para “violência de gênero” (ou violências de gênero, no plural) constitui uma história em si, que se reconfigurou ao longo das décadas¹². Os termos, embora algumas vezes utilizados de forma intercambiável, carregam escolhas, marcos temporais, significados, definições e intenções bastante distintas (Debert, Gregori, 2008; Maia, 2021). Essa nomenclatura foi objeto de inúmeras discussões em função do grupo de sujeitos mobilizado ou alvo das ações de defesa, da tipificação da violência cometida e do ângulo de política e ação social defendido (Debert, Gregori, 2008). Esses debates são permeados por inúmeras disputas e entendimentos, que se constituíram nas últimas décadas entre as diferentes pesquisas provenientes das ciências humanas e jurídicas, do campo legislativo e judiciário, assim como dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+ (Bandeira, 2014; Debert, Gregori, 2008; Valobra, 2009; Santos e Pasinato, 2005; Maia, 2021).

A aproximação entre *violência* e *gênero* – entendido especialmente a partir das proposições formuladas por Joan Scott (1995, p.86), a saber: (1^a) “um elemento constitutivo de relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”; e (2^a)

¹² Longe de querer explicar toda a discussão, cabe sinalizar que o debate em torno da definição de “violência contra à mulher ou às mulheres” esteve atravessado pela mudança de compreensão acerca das hierarquias sociais. Explicamos: enquanto violência contra à mulher ou às mulheres pressupunha uma dominação masculina, reforçada pela lógica binária masculino/ feminino, a violência de gênero ampliou a definição, trouxe ao centro outros sujeitos e passou a considerar as dimensões relacionais e interpessoais (afastando ou melhorando o debate acerca da imagem vitimizada das mulheres). Embora “violência de gênero” seja o termo mais recorrente atualmente, nem por isso resolve todos os problemas, uma vez que, em algumas circunstâncias, substituiu os demais sem um debate adequado. Algumas discussões a respeito dessa questão podem ser vistas em: Bandeira, 2014; Debert, Gregori, 2008; Faleiros, 2007.



“um primeiro modo de dar significado às relações de poder” –, possibilitou a elaboração do conceito de *violência de gênero*. Nessa perspectiva, o fenômeno da violência passa a ser compreendido como algo que acontece dentro de uma relação de poder historicamente desigual, e não como algo natural. Compreendemos o poder conforme a acepção proposta por Michel Foucault, ou seja, como uma correlação de forças em que há sempre a possibilidade de inversão ou insubmissão. Isso posto, entendemos que “a *violência de gênero* encontra seus fundamentos na cultura/sociedade patriarcal[heteronormativa] e consiste em ações e condutas baseadas em representações de gênero, que causam morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, seja no âmbito público ou privado” (Maia, 2020, p.50). Por outro lado, o conceito assim formulado possibilita considerar que tanto as mulheres quanto as pessoas não enquadradas na hétero-cisnormatividade podem assumir a posição de sujeitas ativas, que resistem, exercem e fazem uso do poder, não ocupando somente o lugar de meras subordinadas e vítimas.

Ao lado das ações dos ativismos feministas, o conceito de *violência de gênero* possibilitou desnaturalizar a violência contra mulheres, retirando-a do âmbito do privado para considerá-la como um problema público e político que afeta toda a sociedade; compreender que a violência às mulheres baseia-se, mantém-se e perpetua-se em razão das construções em torno dos significados do masculino e do feminino (conforme a primeira proposição do conceito de gênero apontada por Joan Scott); mostrar que a violência às mulheres resulta de relações de poder (2ª proposição do conceito de gênero), e que a sua eliminação, portanto, depende da desconstrução das representações e das assimetrias de poder do gênero. Quaisquer medidas de erradicação dessa violência que não levem isso em consideração são apenas paliativas, pois não atingem a estrutura do gênero. Talvez seja por esse motivo que, apesar dos avanços nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, ela não arrefeceu (Maia, 2020).

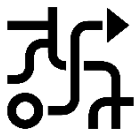
A concepção de violência de gênero fez também avançar a compreensão dos assassinatos de mulheres e a elaboração do conceito de feminicídio. Embora no Brasil a tipificação do feminicídio como uma qualificadora do homicídio tenha ocorrido somente em 2015, e a palavra “gênero” tenha sido excluída do escopo da lei (o que demonstra o caráter brando e conservador da nossa lei), o conceito de feminicídio vem sendo elaborado desde os anos de 1970, tendo sido usado pela primeira vez,

conforme Wânia Pasinato (2011), em 1976, pela socióloga feminista Diana Russel perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes contra as Mulheres em Bruxelas¹³. Nessa esteira, os trabalhos da antropóloga Rita Laura Segato foram, sem dúvidas, – especialmente a partir de sua pesquisa sobre assassinatos de mulheres em *Ciudad Juarez*, no México – os responsáveis por trazer mais profundidade e ampliação ao conceito (Segato, 2003, 2005, 2016). Para Segato, o termo designa o “conjunto de violências dirigidas especificamente à eliminação das mulheres por sua condição de mulher” (Segato, 2016, p. 141). Nos crimes de feminicídio, o que se procura eliminar são as expressões e enunciados do feminino, por isso a violência é dirigida aos corpos femininos e/ou feminilizados; não raro, os assassinos procuram atingir os signos do feminino, como os seios, o rosto, o órgão sexual, desse modo, é comum que a tortura ou estupro precedam o assassinato (Segato, 2005). Por todas essas características, esse tipo de assassinato, praticado com requintes de crueldade, especialmente contra corpos trans, é categorizado como crime de ódio.

Embora o feminicídio seja mais comum e perceptivo em relações pessoais, pode também ocorrer em contextos de impessoalidade, pois conforme mostra Rita Segato (2016), esse tipo de crime é uma forma de afirmação de poder. A violência de gênero de maneira geral é expressiva e diz respeito às disputas pelo poder e pela soberania. Nas novas formas de Guerra do mundo atual, o corpo feminino se tornou o principal cenário em que se inscreve a violência, por meio da qual se emite mensagens de terror e de poder (Segato, 2016). A matança ocorrida em Pernambuco, no dia 15 de setembro de 2023, é um exemplo disso. Conforme os noticiários, o suspeito de matar dois policiais em tiroteio, no dia anterior, e a sua família (mãe, esposa e três irmãos) foram assassinados (Ferraz, 2023). Nesse caso, matar os membros da família, incluindo as mulheres, foi uma forma de afirmar o poder, perante a comunidade, na guerra travada pela polícia.

Em síntese, as discussões em torno do conceito de feminicídio têm possibilitado desvelar a cumplicidade masculina em torno da impunidade dos crimes, uma vez que os responsáveis são “inseridos” em uma espécie de rede de proteção;

¹³ Ainda segundo essa autora ao discutir justamente a utilização dos termos *feminicídio* e *femicídio*, na América Latina, as feministas optaram pelo termo *feminicídio*, a partir das contribuições da deputada mexicana Marcela Lagarde, para quem o termo *femicídio*, ao ser traduzido para o espanhol, perde força (Pasinato, 2011, p. 232). Além disso, esse termo também é usado para enfatizar a impunidade e a responsabilidade do Estado nesses crimes.

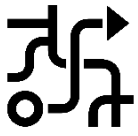


denunciar a omissão do Estado; evidenciar de que maneira corpos femininos e feminilizados são transformados em territórios de afirmação da posse e do poder masculino; compreender o mandato de masculinidade – termo elaborado também por Rita Segato (2016) para designar o conjunto de potências que devem ser cotidianamente provadas pelos homens entre seus pares – como letal às mulheres; perceber as mulheres como vidas não enlutáveis, vidas politicamente não relevantes nos quadros das biopolíticas contemporâneas (Maia, 2019).

Rita Segato vai além do conceito e propõe o termo “femi-geno-cídio”, por considerar que o feminicídio é um crime contra *genus*, ou seja, ele se dirige de forma sistemática à mulher como gênero, como um grupo específico. Se compreendido dessa maneira, o feminicídio poderia ser incluído no foro internacional que trata dos crimes de lesa humanidade e genocídio (Segato, 2016, p. 145-146), o que criaria, dessa maneira, condições de possibilidade para, de fato, interromper a matança e a guerra às mulheres.

A virada epistêmica feminista (Veiga, 2020) promovida pelos feminismos negro e de(s)coloniais – especialmente a partir da crítica à centralidade da mulher branca, burguesa, heterossexual, urbana, transformada em sujeito feminino universal tanto dos estudos quanto das políticas públicas – tem sido fundamental para fazer avançar o debate sobre o fenômeno da violência de gênero, na medida em que aponta para a necessidade de pensar e problematizar a questão a partir do neoliberalismo, da colonialidade de gênero e, principalmente, dos marcadores interseccionais.

A inclusão do conceito de interseccionalidade nas análises sobre violência de gênero possibilita perceber que as mulheres não vivenciam a violência da mesma forma e, conseqüentemente, não se beneficiam igualmente das políticas de proteção. Dito em outros termos, mulheres negras vitimadas pela violência de gênero podem ser vitimadas também pela violência do racismo institucional e estrutural, ao buscar proteção e justiça. Estudos com esse enfoque têm mostrado o acesso diferenciado à justiça estatal no que se refere, por exemplo, às penas aplicadas aos responsáveis (Pereira, 2023). As análises estatísticas sobre os dados da violência no Brasil, por sua vez, evidenciam que esta é atravessada pela raça. Conforme aponta o *Anuário de Segurança Pública*, de 2023, entre as vítimas de feminicídios “61,1% eram negras e 38,4% brancas” (FBSP, 2023, p. 142); isso significa dizer que as mulheres negras são os alvos preferenciais desse tipo de violência. Do mesmo modo, também observou-

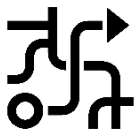


se “[...] grandes aumentos das taxas de injúria racial (que cresceu 32,3%) e racismo (que cresceu 67%)”, o que, segundo o Anuário, significou tanto um aumento da demanda pelo acesso ao direito de não se discriminar/a (FBSP, 2023) quanto, por nossas palavras, a presença efetiva do racismo em nossa sociedade.

Da mesma forma, as desigualdades econômicas constituem um fator que impulsiona a violência e colocam mulheres pretas, pobres e periféricas em condições de maior precariedade, limitando suas possibilidades de romper com relações violentas (Maia, 2020). Isso posto, além da perspectiva interseccional, torna-se cada vez mais urgente considerar nas análises acerca da violência de gênero a sua relação com a expansão do neoliberalismo, responsável pelo aumento da pobreza e da concentração de renda; pelo esvaziamento ou destruição de políticas sociais; pela privatização de serviços essenciais; e pela redução do Estado ao mínimo. Conforme adverte Françoise Vergès,

A análise das violências de gênero e sexuais não podem desconsiderar as profundas transformações que produziram o mundo no qual vivemos – aumento das desigualdades, concentração de riquezas nas mãos de poucos, destruição acelerada das condições de vida, políticas de assassinato e devastação. Desvincular a situação das mulheres do contexto global de naturalização da violência perpetua uma divisão que favorece o patriarcado e o capitalismo, pois implica identificar e punir os “homens violentos”, naturalizar a violência de alguns sem atacar as estruturas que produzem essa abominação” (Vergès, 2021, p.24).

Nessa esteira, os efeitos da colonialidade na violência de gênero é outro aspecto que precisa ser considerado e mais estudado. Conforme assinalou Rita Segato (2021), a colonial modernidade reorganizou as relações de gênero, antes duais, preexistentes no mundo aldeia; com a intrusão essas relações foram transformadas em binárias, e o papel da mulher, antes complementar, se tornou suplementar em muitos povos. Por um lado, esse arranjo promoveu a certa despolitização do espaço doméstico, por outro, a domesticação das mulheres e a contínua privatização da família. Tudo isso favoreceu a perda de *status* e de exercício de poder por parte de muitas mulheres, que acabaram sendo sujeitadas (parcial ou integralmente); o que não impede que se desenvolvessem práticas de resistência. Para Segato, o homem colonizado foi compensado pela adesão ao projeto colonial, com mais poder sobre sua companheira (2021, p.102), que, com o tempo, passa à condição de propriedade. Essa perspectiva é de extrema relevância, sobretudo para

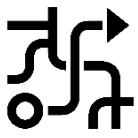


se compreender o fenômeno crescente da violência doméstica de gênero sobre as mulheres indígenas, ainda pouco estudado e muito invisibilizado. Apesar disso, é preciso destacar que na contemporaneidade as mulheres indígenas criaram seus próprios movimentos de resistência e ressignificação de práticas, a exemplo das Assembleias das indígenas Kaiowá e Guarani (Kuñangue Aty Guasu), estudadas no Cláudia Nichinig (2024), onde elas problematizam as violências contra mulheres e propõem ações de enfrentamento às desigualdades de gênero; ou ainda das inúmeras mulheres lideranças indígenas que assumem o comando de aldeias e mandatos políticos.

UM BALANÇO...

Após o breve histórico apresentado acerca do ativismo feminista na luta contra a violência de gênero e dos avanços teóricos na produção de conhecimento sobre esse fenômeno nos estudos feministas, diversas perguntas permanecem, entre as quais: por que, apesar dos avanços no campo dos direitos e das políticas públicas, as violências de gênero ainda persistem e têm atingido índices cada vez mais altos? De que forma a história (enquanto disciplina, campo de estudo e de debates sobre as temporalidades) tem contribuído e o que pode fazer para aprimorar os debates sobre a violência de gênero? Por que os avanços não trouxeram resultados no sentido de conter as violências?

A cientista política Carole Pateman (1993) explicita que a lógica do contrato social excluiu as mulheres; a metade do acordo, ou seja, as relações do contrato sexual, ficou de fora da teoria do contrato. Devido a essa exclusão, as mulheres foram colocadas como objetos, e não protagonistas desse acordo. De um modo geral, a autora evidencia a base patriarcal na constituição do Estado Moderno, suas simbioses e interconexões, e a constituição do que denominou de patriarcado moderno. Para ela, tanto as ideias socialistas (o que inclui as de Karl Marx) quanto as feministas estão pautadas no senso de propriedade e de indivíduo constituídos pela lógica do contrato original/ social; assim, existe um sistema de utilização para sua rejeição, isto é, um “dar as mãos” aos contratualistas para depois negar tais termos (Pateman, 1993, p. 31-32). Nesse sentido, em que pese o contrato seja uma ficção política historicamente construída, como se posicionar diante do paradoxo assinalado pela autora: lutar por pautas como a destruição da dominação estabelecida pelo contrato original/sexual ou

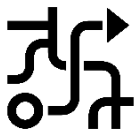


aceitar a sua lógica para rejeitá-lo em suas condições de dominação? Ou ainda: lutar dentro da esfera liberal para garantir níveis de proteção ou enfrentar o capitalismo (que se constituiu a partir do colonialismo) e o patriarcado, destruindo-os como um todo em função das pautas das mulheres? Após várias conquistas, podemos afirmar que nós, mulheres, exercemos de fato o pleno direito de cidadania do ponto de vista das violências? Com certeza, não. E, ao que nos parece, escolhemos lutar dentro do contrato sexual/ social, aceitando as “migalhas” paliativas das legislações de combate às violências que, ao fim e ao cabo, não protegem todas as mulheres. As estruturas – patriarcado, capitalismo, racismo – que produziram e mantêm as desigualdades de gênero e as violências permanecem inalteradas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ativismo feminista das últimas cinco décadas foi fundamental para denunciar, nomear, visibilizar e consolidar o debate público em torno da violência de gênero contra as mulheres. Igualmente, as pesquisas no campo da História das Mulheres e a teorização feminista foram essenciais para a construção de conceitos que possibilitaram analisar e aprofundar o conhecimento acerca da violência de gênero, especialmente, no que se refere à sua desnaturalização, sua percepção a partir de relações de poder e à sua conexão com sistemas mais amplos, como o patriarcado, o capitalismo, o racismo e o colonialismo. A prática e a teoria feminista sobre a violência de gênero contra as mulheres, tanto no Brasil quando em outros contextos, têm forçado, influenciado e orientado sobremaneira a criação de políticas públicas e legislações de enfrentamento à violência e de proteção às mulheres e meninas; são exemplos disso as delegacias de mulheres, a Lei Maria da Penha, a Lei do Femicídio. Contudo, também é patente que a violência de gênero ainda é uma realidade persistente e crescente, e que os avanços no seu enfrentamento são ainda muito paliativos e se constituíram majoritariamente dentro do campo legislativo e institucional do Estado neoliberal.

Conforme assinalamos ao longo deste texto, para de fato transformar esse cenário da violência de gênero – contra mulheres, meninas e pessoas não identificadas com a hetero-cisnormatividade – são necessários investimentos políticos mais amplos no combate às desigualdades e iniquidades (econômicas, sociais,



políticas etc.), na transformação social, na mudança de valores e práticas histórico-culturais e na descolonização do gênero.

Nesse aspecto os feminismos, os estudos de gênero e a História das Mulheres ainda têm muito a contribuir. Ora, se o masculino e o feminino são uma construção histórica, assim como as relações de poder que produzem/significam os corpos como homens e mulheres, posicionando-os numa hierarquia de valores; transformam em abjetos os corpos que não assumem os significados do gênero (M/F); condenam aqueles que não se assemelham ao branco, hétero, masculino, cristão, burguês, tornando-os vidas não enlutáveis, então a mudança desse quadro deve começar a partir da destruição dos dispositivos de produção do gênero. É nesse sentido que a educação, em todos os níveis, incluindo a escolarizada, a História das Mulheres e os estudos de gênero têm um papel essencial. Mas, para ser uma ferramenta capaz de transformar a sociedade e conter a violência, essa educação precisa ser libertadora, feminista, antirracista, não capitalista e decolonial, como nos ensina bell hooks (2018). Nesse processo, a História (seja como disciplina seja como sucessões das múltiplas temporalidades) deve e tem muito a contribuir.

REFERÊNCIAS

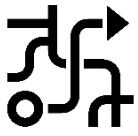
ALBAINE, Laura. Paridad de género y violencia política en Bolivia, Costa Rica y Ecuador. Un análisis testimonial. *Ciencia Política*, v. 11, n. 21, Bogotá, p. 335-362, jun. 2016.

ANDRADE, Luciana Vieira Rubim; DE LIMA CAMPOS, Mariana. A institucionalização de políticas de enfrentamento às violências contra as mulheres em Minas Gerais: conquistas, entraves e desafios. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 6, n. 1, jan/ 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30364/17896> 03 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – Anpuh Brasil. *Aula Aberta dos GT's: Assédio nas Universidades*. YouTube. 12 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/yrns5dmasoQ?feature=share>. Acesso em: 22 de fev. de 2024.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BRANDÃO, E. R. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, C.; HOLANDA, H. B. *Horizonte plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1998.



BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, p. 449-469, mai/2014.

BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. *Tellus*, Campo Grande, ano 7, n. 12, p. 127-146, abr/2007. Disponível: <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i12.136> Acesso em: 20 de jul. de 2023.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Estudos Feministas*, v. 2, p. 38-54, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16092> Acesso em: 03 de ago. de 2023.

BRUM, Matheus. 'Coloquei fogo mesmo, não dá nada': homem incendeia e mata ex-mulher. 11/09/2023. *Estado de Minas*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/09/11/interna_gerais,1560031/coloquei-fogo-mesmo-nao-da-nada-homem-incendeia-e-mata-ex-mulher.shtml. Acesso em: 18 de fev. de 2024.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

CHEIM, Érika Oliveira Amorim Tannus. *Mulher e patriarcado: violência de gênero contra a mulher em Carangola - MG (2006-2018)*. 2019. 205 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7774511 Acesso em: 18 de fev. de 2023.

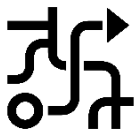
CORRÊA, Mariza. *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais*. 1975. 307 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1576974>. Acesso em: 4 de ago. de 2023.

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. São Paulo: Editora Graal, 1983.

CROQUER, Gabriel et al. Brasil tem ao menos 4 processos por dia por registro e divulgação de imagens íntimas sem consentimento. 05/02/2023. *G1*. Disponível: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/02/05/brasil-tem-ao-menos-4-processos-por-dia-por-registro-e-divulgacao-de-imagens-intimas-sem-consentimento.ghtml#dados>. Acesso em: 22 de fev. de 2024.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, p. 165-185,



2008. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011v> Acesso em: 20 de jul. de 2023.

DIAS, Maria Odila L. da. *Quotidiano e poder em São Paulo no XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila L. Resistir e Sobreviver In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 360-381.

DOIMO, Ana Maria. *A Vez e Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007> Acesso em: 20 de jul. de 2023.

DUARTE, Constância Lima; CARMO, Dinorah; LUZ, Jalmelice. *Mulheres de Minas: Lutas e conquistas*. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.

ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, 2000, p. 153-177. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100153 Acesso: 11 fev. 2024

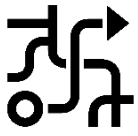
ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TORQUETTE, Stella R. *Violência: contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 61-65.

FAGUNDES, Marluce Dias. *Honra, moral e violência nos "anos dourados": discursos jurídicos em crimes sexuais - Porto Alegre (1948-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/189312> Acesso em: 18 de fev. de 2024.

FERRAZ, Arthur. Após mortes de dois PMs em tiroteio, suspeito e cinco parentes dele são assassinados. 15/09/2023. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/09/15/apos-morte-de-dois-pms-em-tiroteio-encapuzados-matam-suspeito-e-parentes-dele.ghtml>. Acesso em: 15 de fev. de 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> Acesso em: 03 de ago. de 2023.



FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> Acesso em: 03 de ago. de 2023.

GOMES, Naira; CASTRO, Amanda Motta. A violência de gênero e a Lei Maria da Penha a partir de uma perspectiva decolonial. *Revista Feminismos*, v. 11, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/49721/29414> Acesso em: 01 de ago. de 2023.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, p. 473-483, nº Especial, 1994.

GUERRA, Cláudia Costa. *Jogos de poder e metamorfoses: representações sociais de violências de gênero, na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, de 1997 a 2017*. 2018. 420 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2018.

HOMEM suspeito de matar mãe na Grande BH e abandonar corpo esquartejado em mala é indiciado pela Polícia Civil. 11/09/2020. **G1** portal de notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/09/11/homem-suspeito-de-matar-mae-na-grande-bh-e-abandonar-corpo-esquartejado-em-mala-e-indiciado-pela-policia-civil.ghtml>. Acesso em: 18 de fev. de 2024.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record (selo: Rosa dos tempos), 2018.

IBAC. Gaslighting, Mansplaining, Manterrupting, Bropropriating e Manspreading: uma visão analítico-comportamental <https://ibac.com.br/gaslighting-mansplaining-manterrupting-bropropriating-e-manspreading-uma-visao-analitico-comportamental/>. Acesso em: 18 de fev. de 2024

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a Mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286-312.

LAGE, Lana. As Delegacias especializadas de Atendimento à Mulher no Rio de Janeiro: uma análise de suas práticas de administração de conflitos. In: Maria Beatriz Nader; Lana Lage da Gama Lima. (Org.). *Família, Mulher e Violência*. Vitória: PPGHis/UFES, 2007, v. 8, p. 19-38.



LAGE, Lana. Cultura do estupro, representações de gênero e Direito. *Linguagem e Direito*, v. 4.2, p. 7-18-18, 2017.

MAIA, Cláudia. J.; MAIA, Renata. S. Gênero, sexualidade e sedução no discurso jurídico. *Mosaico* (Goiânia), v. 5, p. 33-43, 2012.

MAIA, Cláudia de Jesus. Vidas que não importam: violência contra mulheres e biopolítica no norte de Minas, os efeitos da lei 11.340/2006. *LABRYS* (edição em português. On-line), v. 30, p. on-line, 2017.

MAIA, Cláudia de Jesus. Sobre o (des) valor da vida: feminicídio e biopolítica. *História* (São Paulo), v. 38, p. 01-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019052> Acesso em: 03 de ago. de 2023.

MAIA, Cláudia de Jesus. Uma Pandemia de Longa Duração: Violência De Gênero Contra Mulheres. *Revista Mosaico-Revista de História*, v. 13, p. 219-231, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/mos.v13i2.8681> Acesso em: 03 de ago. de 2023.

MAIA, Mariana Nascimento. *Pornografia de vingança: violência de gênero na internet na Era farmacopornográfica*. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros/MG, 2022.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. As feridas abertas da violência contra mulher no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In: STEVENS, Cristina et al. *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017, p. 36-49.

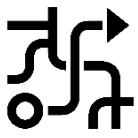
NADER, Maria Beatriz. Mulher e violência na América Latina e no Caribe. *Estudos CEDHAL*, v. 10, p. 241-286, 2012.

NADER, Maria Beatriz. O descostume do casamento. In: Marlusse Pestana Daher. (Org.). *Vivências II*. 1ed. Brasília: Inique Brasil, 2017a, v. 2, p. 69-74.

NADER, Maria Beatriz. Violência de gênero e denúncias registradas. In: Cristina Stevens, Edlene Silva, Susane de Oliveira, Valeska Zanello. (Org.). *Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres*. 1ed. Brasília: Technopolitik, 2017b, v. 1, p. 105-130.

NICHNIG, Cláudia Regina. *Corpos-territórios Kaiowá e Guarani na Kunangue Aty Guasu: em luta contra as violências de gênero*. Florianópolis, 2024, 251f. Tese (doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Ângela M. Macedo de. *Entre experiências individuais e experiências jurídicas: descontinuidades históricas provadas pela Lei Maria da Penha na comarca de Oeiras/PI*. Teresinha, 2024, 302f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Piauí.



O NOVO golpe de 'sextortion' na internet: 'Tenho sua senha e conheço seu segredo'. *BBC News*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46490009> Acesso 18 fev. 2024. Acesso em: 18 de fev. de 2024.

PASINATO, Wânia. *Justiça e violência contra a mulher: o papel judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume, 2004.

PASINATO, Wânia. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres e acesso à justiça. *Plural*. São Paulo, 2005, p.79-104.

PATEMAN, Carole. Prefácio e Fazendo contratos. In: PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 11-37.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de Mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*. Campinas, Unicamp, n. 37, pp.219-246, jul.-dez.,2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. Desafios dos feminismos na História do Brasil Contemporâneo. *História* (São Paulo), v. 41, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/MSpKpKS43mMjsSDRNxgVyrml/> Acesso em 01 ago. 2023.

PEREIRA, Jéssica Martins. *Feminicídio, Interseccionalidade e comoção: estudo de caso a partir de processos-crime em Montes Claros (2014-2021)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Unimontes. Montes Claros/MG, 2023.

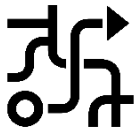
PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 49, nº 3, p. 651-670, 2006.

PUGA, Vera Lúcia. *Paixão, sedução e violência 1960-1980*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

REDAÇÃO. Homem mata esposa por atropelamento proposital na presença dos filhos em MG. 30/05/2021. *Istoé*. Disponível em: <https://istoe.com.br/homem-mata-esposa-por-atropelamento-proposital-na-presenca-dos-filhos-em-mg/>. Acesso em: 18 de fev. de 2024.

REIS, Gabriel. Corpo de professora é encontrado queimado, degolado e sem a perna em MG; ex foi preso e confessou o crime. 03/10/2023. *G1 Triângulo Mineiro*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2023/10/03/corpo-de-professora-e-encontrado-queimado-degolado-e-sem-a-perna-em-mg-ex-foi-preso-e-confessou-o-crime.ghtml>. Acesso em: 18 de fev. de 2024.

RESENDE, Tatiana Carneiro de. *Aspectos referentes ao estupro, às vítimas e aos agressores segundo processos-crime em Uberlândia-MG*. 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2008.



SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, Patriarcado e violência*. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAMARA, Eni de Mesquita. Disciplina, violência e poder nas relações de gênero no Brasil: séculos XVIII e XIX. *Métis (UCS)*, v. 6, p. 11-22, 2007.

SANTOS, Rosana de Jesus. *Entre elas: A violência de gênero de patroas contra domésticas – Montes Claros, 1961 a 1980*. In: Maia, Claudia; Caliero, Regina. *Mulheres, Violência e Justiça*. São Paulo: Annablume, 2012. p. 189-213.

SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 401-426, dez. 2006.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 15-42.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-94, jul-dez. 1995.

SEGATO, Rita L. *Las estructuras elementales de la violencia*. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.

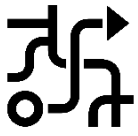
SEGATO, Rita L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(2), maio-ago. 2005.

SEGATO, Rita L. *La guerra contra las mujeres*. Madrid/Argentina: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In: SEGATO, Rita Laura *Crítica da colonialidade em oito ensaios e a uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p.85-120.

‘SEXTING’: envio de mensagens com conteúdo sexual cresce entre os adolescentes. **G1**. Disponível: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/sexting-envio-de-mensagens-com-conteudo-sexual-cresce-entre-os-adolescentes.ghtml>. Acesso em: 18 de fev. de 2024.

SILVEIRA, Luciana. *Revendando histórias, quebrando o silêncio: representações sociais da velhice nos relatos de mulheres em situação de violência*, Vitória - ES (2010 -



2020). 2021. 180 f. Tese (Doutorado em História), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2021.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. *A Cunhã Coletivo Feminista: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015)*. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2017.

SOIHET, Rachel. *Vivências e formas de violência: mulheres de classes subalternas no Rio de Janeiro, 1890-1920*. 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

SOUZA, Maria Clarice Rodrigues de. *Violência contra mulheres: uma questão de gênero - Montes Claros 1985-1994*. 2009. 258 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2009.

STOCKER, Pâmela C.; DALMASO, Silvana C. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da *Folha*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398, set.-dez./2016.

TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury; CHRYSTUS, Mirian. No curso dos rios e das leis: a luta por políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 21, n. 35, p. 9-54, jan/2020. Disponível: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/366/406> Acesso em: 20 de jul. de 2023.

TESE da legítima defesa da honra é inconstitucional. 01/08/2023. *Portal STF*. Disponível: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511556&ori=1>. Acesso em: 23 de fev. de 2024.

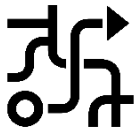
VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. *Sertanejas defloradas e Don Juans julgados: relações sexoafetivas de mulheres pobres no sertão da Bahia (1942-1959)*. 1. ed. Salvador: EDUNEB / EDUFBA, 2020.

VALOBRA, Adriana. Violências silentes. In: TORNQUIST, Carmen Susana (et. al.) (Orgs.). *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2009, p. 119-143.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, p. e0101, 2020.

VERGÈS, Françoise. *Um teoria Feminista da Violência*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

WOLFF, Cristina s. *Mulheres da floresta: uma história – Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

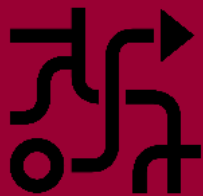


WOLFF, Cristina S.; NECKEL, Roselane; PEDRO, Joana M. Mulheres na política brasileira contemporânea: desafios e violências. *Revista Caderno Espaço Feminino do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher*, v. 36, p. 79-99, 2023.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. *Violência e gênero em notícias no Oeste Paranaense (1960-1990)*. 177 p. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2010. Disponível em: <https://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0373-T.pdf> Acesso em: 03 de ago. de 2023.

Recebido em 06/05/2024

Aprovado em 28/10/2024



OBERTI, Alejandra*

<https://orcid.org/0000-0001-8813-2523>

RESUMEN:** En este trabajo me interesa explorar expresiones de violencia política de género que hasta hace poco aparecían como residuales y producto de voces marginales (en Argentina). Parto de algunas preguntas exploratorias. ¿En qué medida estas intervenciones son parte constitutiva de los modos en que estas fuerzas políticas actúan? ¿Qué relación guardan estas expresiones con las formas de la racionalidad política que proponen? ¿Qué lugar ocupan en la construcción de grupos (o colectivos más o menos agregados) que replican las ideas neoliberales y atacan al sistema democrático? Para responder a estas preguntas, seleccioné y analicé comentarios violentos producidos en las redes sociales contra dos legisladoras argentinas que estuvieron acompañadas de intervenciones de personas públicas que utilizan contra ellas argumentos fuertemente discriminatorios y violentos, configurando escenas de violencia política de género.

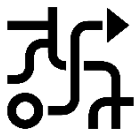
PALABRAS CLAVE: Violencia política de género; Redes sociales; Políticas Neoliberales

ABSTRACT: In this paper I am interested in exploring expressions of gender-based political violence that until recently appeared as residual and the product of marginal voices (in Argentina). I start from some exploratory questions: To what extent are these interventions a constitutive part of the ways in which these political forces act? What relation do these expressions have with the forms of political rationality they propose? What place do they occupy in the construction of groups (or more or less aggregated collectives) that replicate neoliberal ideas and attack the democratic system? To answer these questions, I selected and analyzed violent comments produced in social networks against two Argentine female legislators that were accompanied by interventions of public people who use strongly discriminatory and violent arguments against them, configuring scenes of gender political violence.

KEYWORDS: Gender Political Violence; Social Networks; Neoliberal Policies.

*Profesora titular de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata y profesora e investigadora de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (Carrera de Sociología e Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe). E-mail alejandraoberti@gmail.com

** Este texto es resultado del diálogo sostenido en los últimos años con las integrantes del proyecto de investigación "A internet como campo de disputas pela igualdade de gênero" del "Laboratório de Estudos de Gênero e História", localizado en el Centro de Filosofía y Ciencias Humanas de la Universidad Federal de Santa Catarina. Agradezco a la profesora Cristina Scheibe Wolff, directora del proyecto, por las lecturas y los intercambios enriquecedores y a la profesora Joana María Pedro por la lectura de una versión inicial de este trabajo y sus generosas sugerencias.



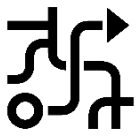
INTRODUCCIÓN

Los discursos de las derechas contemporáneas en Argentina exponen con una honestidad brutal la violencia de su proyecto político, social y económico y de sus ideas que combinan una perspectiva capitalista de rasgos neoliberales, con la defensa de valores “occidentales y cristianos” en oposición a lo que denominan “marxismo cultural” (SAFERSTEIN, 2023, p. 133). En ese marco, el conservadurismo moral tradicional encuentra nuevos aliados y estrategias para oponerse al avance de derechos de las mujeres y personas lgtbiq+ generando un movimiento de “politización reactiva” (VAGGIONE, 2022, p. 52), con marcados rasgos antifeministas, racistas y homofóbicos. Si bien este tipo de discursos no constituye un fenómeno nuevo, la aparición y consolidación de partidos como La Libertad Avanza –que, con sus particularidades, expresa un fenómeno extendido a nivel global– supone un cambio de escala.

La investigadora y activista brasileña Sonia Correa (2024) ha estudiado detenidamente el surgimiento y la expansión de estos fenómenos políticos en diferentes países y ha desarrollado un marco general para explicar la relevancia que tienen las políticas anti género en los programas de las nuevas derechas. Para comprender ese contexto, señala Correa, es necesario tomar en cuenta una serie de elementos: la expansión de la racionalidad neoliberal que ha penetrado profundamente en las sociedades occidentales en ámbitos que van más allá de sus dimensiones económicas; otros fenómenos de alcance global como son la repolitización del discurso religioso que se ha producido en las últimas décadas; los límites que han mostrado los procesos de democratización iniciados en los años 1980 para mejorar la vida de amplios sectores de la población y también su incapacidad para contener la violencia estructural. Desde esta perspectiva, para Correa nos encontramos ante “un proyecto político de muy largo plazo y muy ambicioso”, que incluye pero excede una reacción a los logros en términos de igualdad de género, derechos sexuales y reproductivos, es decir no solo un fenómeno de *backlash*,

¹ sino también sino un intento de restauración de “un orden político, jerárquico, asimétrico, destinado al mantenimiento del capitalismo en su forma actual” (CORREA, 2024, p. 107). Se trata de una “reemergencia de la defensa de valores tradicionales

¹ Sobre los límites del encuadre del *backlash* se puede consultar el trabajo de David Patternote (2020).



en un contexto de creciente diversidad en las prácticas sexuales y de mayor autonomía en las formas de identificación con lo religioso” (VAGGIONE, 2022, p. 52).

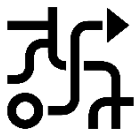
Estos discursos anti feministas y anti políticas de género se apoyan en definiciones falaces donde la noción de “ideología de género” es central. Por “ideología de género” se refieren a una serie de “distorsiones” generadas por un “feminismo radical” que operaría a nivel en los organismos internacionales, como Naciones Unidas, para desnaturalizar las funciones sociales de varones y mujeres. Pero no solo eso, “ideología de género” puede aplicarse a cualquier política de ampliación de derechos de las mujeres, de las personas lgtbiq+. Como señala Sonia Correa en una entrevista con María Alicia Gutiérrez:

los proponentes anti-género movilizan lógicas e imaginarios simplistas y establecen enemigos volátiles –por un lado, las feministas, por otro los gays, por allá artistas, más allá académicxs, en otras partes los cuerpos trans– agitando pánicos morales para desviar la atención de temas estructurales tales como las desigualdades crecientes de género, raza, clase y etnicidad. [...] Atacan las reivindicaciones feministas y de política sexual para preservar, o, de hecho, restaurar órdenes políticos, culturales y sociales contrarios a la pluralidad, la deliberación democrática y la hospitalidad. En general, atacan cualquier tipo de política comprometida con las posibilidades de superación de la desigualdad y la precariedad (CORREA, 2018, p. 111)

Para el caso argentino, como han mostrado distintas investigaciones (SAFERSTEIN 2023, PEDRIDO, 2024, VAGGIONE, 2022) los ideólogos de estas nuevas derechas –como Agustín Laje y Nicolás Márquez²– se han convertido en personas influyentes en diferentes sectores sociales, incluso de manera creciente entre las y los jóvenes. En sus intervenciones profundizan esas conexiones a las que se refiere Sonia Correa y sientan las bases para llevar adelante una “batalla cultural” contra el progresismo y la izquierda (donde incluyen al feminismo). Si bien publican libros y realizan presentaciones públicas (cada vez más frecuentemente), la contienda que proponen encuentra en Internet y las redes sociales -donde se activan esos discursos antifeministas de un modo agresivo y exacerbado- un campo privilegiado.

Internet es un instrumento poderoso que ha sido utilizado creativamente por los feminismos para producir encuentros, debates, convocar a movilizaciones, fortalecer convocatorias y crear redes de apoyo y generar solidaridad (SCHEIBE WOLFF, 2024). Colectivos de activistas, organizaciones, medios de comunicación

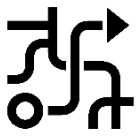
² Agustín Laje es un activista político argentino, representante de una perspectiva política de extrema derecha, es uno de los autores de *El libro negro de la nueva izquierda* (2016), conjuntamente con Nicolás Márquez. En sus intervenciones promueve una retórica política que denomina libertaria y es explícitamente antifeminista y homofóbica (SAFERSTEIN, 2023).



alternativos y espacios académicos encuentran en el mundo digital un espacio para formular sus estrategias y difundir ideas. Así como diferentes movimientos sociales, las feministas han desarrollado herramientas para multiplicar su incidencia a partir del uso de las redes sociales (VACAREZZA, 2022). Sin embargo, también es un espacio donde se construye contramovimiento que se expresa con violencia en muchas ocasiones amparado en el anonimato que permiten las redes sociales (aunque no siempre). Este tipo de discurso puede manifestarse de diversas maneras, desde expresiones verbales directas de desprecio o desvalorización de las mujeres hasta la difusión de estereotipos negativos, promoción de la violencia de género o la justificación de la subordinación de las mujeres en la sociedad. Contenidos misóginos, comentarios racistas, persecución de las sexualidades disidentes y estigmatización de sectores populares se yuxtaponen con una fuerte vocación conservadora en términos morales, atacando de manera sistemática y con convicción los principios básicos de la convivencia democrática.

En este trabajo me interesa explorar algunas de esas expresiones que hasta hace poco aparecían como residuales y producto de voces marginales (en Argentina). Parto de algunas preguntas exploratorias. ¿En qué medida estas intervenciones son parte constitutiva de los modos en que estas fuerzas políticas actúan? ¿Qué relación guardan estas expresiones con las formas de la racionalidad política que proponen? ¿Qué lugar ocupan en la construcción de grupos (o colectivos más o menos agregados) que replican las ideas neoliberales y atacan al sistema democrático?

Para intentar responder a las preguntas planteadas, realicé un relevamiento de comentarios en las cuentas de *Twitter/X* de Ofelia Fernández, legisladora de la Ciudad de Buenos Aires elegida en 2019 y de Natalia Zaracho, Diputada Nacional por la provincia de Buenos Aires elegida en 2021. La selección de estas legisladoras obedece a que sus candidaturas han despertado polémicas públicas por cuestiones de edad, de clase social y de nivel educativo y han sido objeto de expresiones de odio de manera recurrente. En ambas cuentas encontré numerosos comentarios denigrantes, insultos y amenazas de diverso tipo que si bien se condensan en algunos momentos, muestran una cierta regularidad a lo largo del tiempo en todo el período que relevé inicialmente (junio de 2020 a marzo de 2024). A partir de esa búsqueda general, para este trabajo seleccioné y analicé comentarios referidos a algunos acontecimientos (distantes temporalmente de las campañas electorales) que



despertaron especial atención en las redes sociales, y a la vez las trascendieron en tanto estuvieron acompañados de intervenciones de personas públicas que utilizan contra ellas argumentos fuertemente discriminatorios y violentos, configurando escenas de violencia política de género.

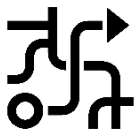
Elijo como punto de partida un breve recorrido por las acciones que las organizaciones feministas argentinas que se gestaron a partir de los años 80, realizaron en torno a la violencia: en el primer apartado caracterizo el tratamiento y el lugar que ocupa la violencia para el activismo en el marco de una agenda que buscó la ampliación de derechos, la participación política y la inclusión social de las mujeres; en el segundo, dialogo con una serie de estudios enfocados en conceptualizar y denunciar formas contemporáneas de violencia política, especialmente la que se produce en entornos digitales.

A partir de ese marco general, analizo las expresiones violentas en las redes sociales mencionadas y propongo una reflexión acerca del lugar que ocupan en los discursos de las derechas contemporáneas argentinas.

LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES, UN ASUNTO DE DERECHOS HUMANOS

La tematización de violencia contra las mujeres como un asunto político ha sido unos de los temas más relevantes en la agenda del movimiento feminista de Argentina desde fines de la última dictadura. Las acciones que llevaron adelante las organizaciones que se fueron gestando a partir de 1982 buscaron inicialmente visibilizar las relaciones de poder que ocultan desigualdades sociales y el sometimiento de las mujeres, denunciando el acoso, la violencia y la discriminación y planteando la necesidad de producir reformas legislativas que amplíen la participación política de las mujeres y, más adelante, de personas lgtbiq+ y tiendan a la igualdad de derechos y oportunidades (CHEJTER, 1995; GRAMMATICO, TARDUCCI y TREBISACCE, 2019).

Dos elementos contextuales son relevantes para comprender la importancia que le han dado las organizaciones feministas argentinas a las acciones para enfrentar las prácticas abusivas. En primer lugar, en el contexto de la apertura democrática, las demandas de las organizaciones de derechos humanos y posteriormente la realización de juicios por crímenes de lesa humanidad, que

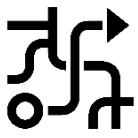


instalaron la defensa de los derechos humanos como una premisa básica de la convivencia social, le imprimieron a la etapa post dictatorial un sello singular. El movimiento de derechos humanos, que ha sido y es una parte fundamental de las condiciones políticas desde entonces, se conformó como un actor colectivo con una identidad propia, distinta de otras identidades políticas, dotado de un modelo de acción diferenciado, autónomo y con capacidad para producir intervenciones en función de intereses propios (ALONSO, 2022; JELIN, 1995; OBERTI, 2014).

En ese marco, la tematización de la violencia hacia las mujeres como un asunto de derechos humanos fue uno de los ejes de trabajo articulado entre las organizaciones feministas en esos momentos de transición hacia la democracia. En 1983, ATEM 25 de noviembre (Asociación Trabajo y Estudio de la Mujer)³, OFA (Organización Feminista Argentina) y otras agrupaciones protagonizan, de manera conjunta, una campaña pública: el Tribunal de Violencia contra la Mujer “Mabel Adriana Montoya”, una instancia de articulación que intentó crear conciencia acerca de la violencia sexual y convocó a realizar intervenciones con impacto público (CHEJTER, 1995).⁴

³ La Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer (ATEM) 25 de Noviembre toma ese nombre en homenaje al Día Internacional contra la Violencia Social, Sexual y Política que se ejerce contra las mujeres, establecido en 1981 en el Primer Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe. La fecha luego sería retomada por Naciones Unidas. Desde sus primeras acciones ATEM denuncia la violencia hacia las mujeres en todas sus formas, desarrolla trabajos para analizar los vínculos complejos entre la violencia dictatorial y la continuada violencia que sufren las mujeres en sus vidas, mientras señala la especificidad de la represión, las marcas diferenciadas en la tortura, la naturaleza patriarcal del Estado terrorista y las continuidades en el presente. También acompañó desde la dictadura la lucha de las Madres de Plaza de Mayo, Abuelas de Plaza de Mayo y Familiares de detenidos y desaparecidos por razones políticas (TARDUCCI, 2019; TREBISACCE, 2020).

⁴ En Buenos Aires, en agosto de 1983 Adriana Montoya, una joven de 17 años, se arrojó por una ventana de un cuarto piso con un paraguas abierto y un bolso bajo el brazo. La joven fue trasladada al hospital donde falleció después de estar 42 días en coma. El propietario del departamento, un comerciante de 34 años que vivía solo, fue acusado de intento de violación, pero según el Juzgado a cargo de la causa al no haberse reunido los elementos que develen lo ocurrido no resultó procesado. Para un análisis del expediente judicial y de las repercusiones de este caso se puede consultar el texto, ya clásico, de Silvia Chejter, *La voz tutelada. Violación y voyeurismo* (1990). El “Tribunal de Violencia contra la Mujer” fue producto de una articulación de varias organizaciones feministas (ATEM, Organización Argentina y Libera, entre otras). Llevaron adelante acciones de denuncia y agitación, colocaron afiches reclamando justicia alrededor de la casa del agresor de Adriana. Por otro lado, se propusieron realizar acciones de acompañamiento, que no pudieron sostener dada la enorme demanda que tuvieron, las llamaban para hacer denuncias de todo tipo de abuso, en las casas, en las escuelas y ámbitos laborales. El Tribunal continuó su trabajo un tiempo más, llevó adelante denuncias por otros casos aunque, según señala Margarita Bellotti, en su entrevista en Memoria Abierta, les resultaba imposible responder a los múltiples reclamos de asistencia que despertó la actividad de denuncia y “se llegó a la conclusión que tal iniciativa requería de la



El Tribunal se dio a conocer con una gacetilla que señalaba que: “la violencia contra la mujer es una cuestión política. Es un proceso consciente de terrorismo sexual que acompaña el ejercicio del poder patriarcal” (TRIBUNAL DE VIOLENCIA CONTRA LA MUJER, 1983). Con estas acciones, buscaban poner al descubierto los mecanismos de producción de la violencia y de su silenciamiento, mostrar la articulación entre las distintas prácticas violentas, crear conciencia acerca de la violencia sexual y llegar a los medios de comunicación.

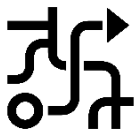
Estas acciones ejemplifican la incidencia del lenguaje que proviene del movimiento de derechos humanos en el feminismo y sus reflexiones sobre la violencia sexista. A la vez, las feministas reconocen en ese discurso un horizonte de alianzas y la pertenencia a un mismo campo de disputas. Es así que la denuncia de la violencia sexista, por parte del feminismo, incluyó un enfoque claro de la particular relación entre terrorismo de Estado y violencia hacia a las mujeres. Un posicionamiento y una conceptualización pioneros que han implicado discusiones arduas dentro de los espacios feministas. En un volante del 8 de marzo de 1985 se enfatiza en las formas específicas de violencia contra las mujeres en la dictadura:

A fin de implementar un modelo económico que profundizará la dependencia del país y la explotación, la dictadura militar necesitó suprimir las luchas obreras y populares. La desaparición de personas fue el método central de esa política represiva, hombres y mujeres sufrieron por igual sistemáticas torturas en campos de exterminio, aislados de la sociedad, sin que sus familiares y amigos conocieran dónde se encontraban y cuál era su suerte. Las autoridades de entonces negaban su existencia. En el caso de las mujeres, que constituyen aproximadamente el 30% de los detenidos desaparecidos, se agregaban tormentos adicionales: violaciones, vejámenes sexuales de todo tipo y torturas aplicadas a embarazadas con el consiguiente temor por la vida del futuro niño y sabiendo de antemano que, una vez nacido, los represores los separarían definitivamente de ella y de su familia (MULTISECTORIAL DE LA MUJER, 1985).

Resulta significativo el modo en que el feminismo comprende esa forma de violencia como parte de la estructura de dominación y establece puentes conceptuales entre la violencia sexual y la violencia de Estado/violencia política ejercida contra las mujeres, a la vez que reivindica la actividad política de las mujeres que en las décadas anteriores se sumaron a las organizaciones revolucionarias aunque no lo hicieran en nombre de su género.

En segundo lugar, estas acciones están en sintonía con desarrollos internacionales que se producen tanto por la movilización de grupos feministas,

existencia de servicios de apoyo para mujeres golpeadas y violadas. De lo contrario se ponía en riesgo de producir una mayor frustración" y por esa razón se disolvió (BELLOTTI, 2019).

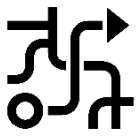


especialmente provenientes del norte global, donde el tema ganó visibilidad desde los años 70, como en los organismos internacionales que han impulsado la legitimación de la problemática y han realizado acciones concertadas con los grupos feministas y los Estados para denunciar y enfrentar la violencia. La caracterización de la violencia como un fenómeno estructural, mecanismo de control de todas las mujeres y que representa un continuo de acciones y goza de tolerancia social (OSBORNE, 2009) ha llevado a reflexiones agudas acerca de los límites de la justicia, especialmente los mecanismos de control penal. Desde el movimiento feminista se han discutido las expectativas puestas en el derecho y de qué manera la conceptualización misma de la violencia (como delito o como conflicto social) actúa como condicionante para el efectivo acceso a la justicia de las mujeres y cuáles son las líneas de acción posible para la construcción de una agenda pendiente en materia de violencia contra las mujeres, superando las barreras que flanquean el acceso a la justicia.⁵ “La violencia contra la mujer es también una violación de los Derechos Humanos”, es una consigna que se instaló en la escena local ya en 1986.⁶ En Argentina, en estas cuatro décadas el movimiento feminista se ha visto influenciado por ese movimiento transnacional pero a la vez ha producido su propia agenda de trabajo con diversas problemáticas.

La lucha por los derechos sexuales y reproductivos, que incluye la demanda por el aborto legal, es un ejemplo muy notorio porque ha atravesado décadas, generando también articulaciones de largo alcance entre grupos diversos. En efecto, la lucha por el derecho al aborto tiene una extensa trayectoria en Argentina desde el retorno de la democracia en 1983. Si bien en los primeros años este tema quedó limitado a las discusiones de grupos pequeños, ya a comienzos de la década de 1990 las organizaciones feministas conformaron articulaciones con el objetivo de instalar la

⁵ Las discusiones acerca de qué se espera de la justicia, cuáles son sus límites y la caracterización de “punitivismo” para las demandas sociales de castigo penal para la violencia de género tienen una larga historia. Algunas referencias de esas discusiones se pueden encontrar tempranamente en el trabajo de Susan Boyd (1995). En Argentina se pueden consultar el trabajo pionero de Silvia Chejter (1990) y también Chejter (2005); Arduino (2018) y Trebisacce (2020), entre otros.

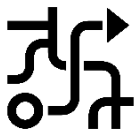
⁶ La discusión sobre los derechos de las mujeres como derechos humanos toma un fuerte impulso a nivel global en los 90 con una serie de acciones de grupos de mujeres de diferentes países en torno a la Conferencia de Viena de Derechos Humanos. El objetivo era demandar a la Conferencia que discutiera de una manera integral los derechos humanos de las mujeres a todos los niveles de su procedimiento (CHEJTER, 1995). Sin embargo, en el caso argentino, varios años antes esa discusión ya estaba presente. El volante mencionado puede consultarse en Memoria Abierta (MA), Fondo Elsa Cola Arena, “La violencia contra la mujer”, febrero de 1986.



discusión pública sobre la legalización y la despenalización. Un punto álgido fue el debate de la nueva Constitución Nacional en 1994 donde desde sectores gubernamentales se intentó incluir la defensa de la vida desde la concepción. Algunas de las articulaciones fueron la Comisión por el Derecho al Aborto y Católicas por el Derecho a Decidir, que comenzó a trabajar en Argentina en ese momento, se formó el Foro por los Derechos reproductivos, la coalición Mujeres Autoconvocadas para Decidir en Libertad (MADEL), entre otras (GUTIERREZ 2024, ROSENBERG, 2020). Por otra parte, el trabajo de las activistas se basó siempre en múltiples estrategias que combinaron el cabildeo, la lucha en las calles, las performances artísticas, la creación de redes de profesionales, la intervención en los medios de comunicación, entre otras y el acompañamiento a mujeres que deciden abortar (VACAREZZA, 2013; CIRIZA, 2013; ROSENBERG, 2020, ZURBRIGGEN, 2024). Finalmente, el 28 de mayo de 2005 (Día Internacional de Acción por la Salud de las Mujeres), se conformó la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito, reuniendo en ese momento a 70 organizaciones (GUTIERREZ, 2018; ROSENBERG y SCHVARTZMAN, 2014). Además de la discusión por la “despenalización social” del aborto y el acompañamiento a personas que querían abortar, la Campaña ha contribuido a organizar el trabajo de profesionales y ha presentado proyectos de ley que buscaban su legalización. Finalmente, en diciembre de 2020, el Congreso de la Nación sancionó la Ley 27.610 que regula el acceso a la interrupción voluntaria del embarazo y la atención postaborto para todas las mujeres y personas con otras identidades de género con capacidad de gestar.

Otro asunto relevante ha sido la determinación de promover políticas afirmativas que corrijan desigualdades históricas en el reconocimiento de derechos para ejercer cargos políticos. En consonancia con lo que estaba ocurriendo en el plano internacional, en Argentina, a partir de mediados de la década de 1990, se han sancionado normas que tienden a promover la ampliación de la representación de las mujeres en las Cámaras y Legislaturas.⁷ Como resultado de estas acciones, a partir

⁷ La Ley 24.012 de “Cupo femenino”, sancionada en 1991, determinó que al menos el 30% de las listas de candidatos que presentan los partidos en las elecciones estuviera ocupado por mujeres. En 2017 se sancionó la Ley 27.412 de “Paridad de Género en Ámbitos de Representación Política” que establece que las listas de candidatos al Congreso de la Nación (Diputados y Senadores) y al Parlamento del Mercosur deben ser realizadas “ubicando de manera intercalada a mujeres y varones desde el/la primer/a lugar en adelante”. Esta ley se aprobó en 2017 y se comenzó a implementar en 2019.



de que asumieron las autoridades elegidas en 2023, en la Cámara de Diputados de la Nación 111 bancas se encuentran ocupadas por mujeres (de un total de 257), mientras que la Cámara de Senadores está conformada por 33 mujeres y 39 varones.

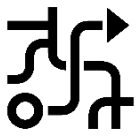
Estas problemáticas, junto con muchas otras, dieron lugar a un activismo diverso. Movimiento social de mujeres con presencia en sindicatos y movimientos sociales, mujeres de partidos políticos, feministas autónomas y feministas en el Estado han convivido y sostenido disputas a lo largo de estas décadas.

NUEVAS FORMAS Y NUEVAS CONCEPTUALIZACIONES DE LA VIOLENCIA

Si bien en los últimos años la cuestión de la violencia hacia las mujeres y personas lgtbiq+ se fue tornando en objeto de debate más allá de las organizaciones feministas, en los medios de comunicación, en las instituciones estatales y en la academia, dando lugar a que personas y colectivos que no necesariamente se reconocen en el movimiento de mujeres participen de modo activo en la instalación del tema como un asunto público, hasta llegar al punto más masivo con el impulso del primer *Ni una Menos* del 3 de junio de 2015, durante las décadas anteriores podemos registrar numerosas acciones de visibilización y denuncia (DAICH y TARDUCCI, 2018). La violencia estuvo presente en estudios (CHEJTER, 1990, 1994; HERCOVICH, 1992, 2009), propuestas de reformas legales, políticas públicas, campañas de comunicación, registros de femicidios y travesticidios⁸ y otras violencias. Desde diversas perspectivas, se ha procurado situar esta problemática como un asunto de orden social que tiene sus raíces en relaciones sociales desiguales. Es decir, el legado de las primeras intervenciones feministas en democracia estuvo, de un modo o de otro, siempre presente.

En 2009 y como resultado de arduos debates se sancionó la Ley 26.485 *Ley de Protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales* (en adelante *Ley de Protección integral*), una normativa, que contempla una serie amplia de violencias, así como diferentes ámbitos en los cuales éstas pueden suceder: reconoce tanto la esfera privada como los espacios laborales y cualquier otro. Más allá de las

⁸ Las organizaciones de mujeres produjeron los primeros registros y análisis de femicidios. Aunque los datos no fueran oficiales, estos trabajos resultaron fundamentales para dar cuenta de la magnitud y las características del fenómeno. Por ejemplo, la ONG Casa del Encuentro ha producido información referida a los femicidios desde 2008: <https://www.lacasadelencontro.org/nuestrotrabajo.html>

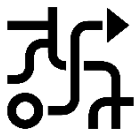


limitaciones y las críticas que no tardaron en surgir (RODRÍGUEZ, 2010), la ley plantea objetivos amplios, como “la eliminación de la discriminación entre mujeres y varones en todos los órdenes de la vida, el derecho a vivir una vida sin violencia, el desarrollo de políticas públicas tendientes a erradicar la violencia, la remoción de patrones socioculturales que promueven y sostienen la desigualdad de género y, finalmente, favorecer el acceso a la justicia de las víctimas de violencia” (GHERARDI, 2012).

En su formulación inicial, la *Ley de Protección integral* no mencionaba los entornos virtuales, como espacios a ser protegidos y tampoco hacía referencia explícita a la violencia política, aunque se trata de un asunto que estuvo muy presente en las discusiones de los años 80, debido a la preocupación de algunas organizaciones por visibilizar el modo en que las mujeres habían sufrido la represión dictatorial. Sin embargo, en los años posteriores, con la expansión de las redes sociales, el espacio virtual se ha convertido en un foro habitual para la discusión política y, por lo tanto, en un lugar donde las personas quedan expuestas a agresiones, reproduciendo y multiplicando lo que sucede en el espacio presencial (DONOSO-VÁZQUEZ *et. al.*, 2018). Esto ha llevado a que algunas investigadoras planteen la existencia de nuevas formas de violencia, como “la violencia de género digital” para referirse a violencias mediadas por una tecnología y dirigida mayoritariamente a mujeres y personas lgtbiq+ por su condición sexo-genérica. Se trata de acciones que tienen lugar, de forma parcial o total, por el uso de las tecnologías de información y comunicación y plataformas de redes sociales (BARRERA y RODRÍGUEZ, 2017, ONU Mujeres, 2020). Como señala Lorente Acosta, con la expresión violencia digital nos referimos a las mismas violencias que tiene lugar en el espacio presencial, “desarrolladas a través de procedimientos distintos y mucho más eficaces en un doble sentido. Por un lado, por su capacidad de controlar, y por otro, por sus posibilidades de camuflarse y diluirse como parte de un ambiente de ‘normalidad’” (LORENTE ACOSTA, 2018, p.7).

Esto ha llevado a que, en Argentina, la violencia política y la violencia digital por razones de género fueran incorporadas recientemente a la *Ley Protección integral* que fue modificada en 2019 y 2023 para introducir estos nuevos elementos.⁹

⁹ Las leyes N° 27.533 (2019) y N° 27.736 (2023) modificaron la *Ley de Protección Integral* produciendo una serie de reformas que se apoyan en normas sancionadas a nivel regional e internacional. Entre esas normativas es especialmente relevante la *Ley Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en la Vida Política* (OEA, 2017), promovida por el *Mecanismo de Seguimiento de la Convención Belém*



La violencia digital (llamada también violencia en línea o violencia telemática) pasó a ser considerada como una expresión de las ofensas que las mujeres y personas lgtbiq+ sufren en el mundo presencial, entre ellas la “violencia política de género”.

Violencia digital o telemática: toda conducta, acción u omisión en contra de las mujeres basada en su género que sea cometida, instigada o agravada, en parte o en su totalidad, con la asistencia, utilización y/o apropiación de las tecnologías de la información y la comunicación, con el objeto de causar daños físicos, psicológicos, económicos, sexuales o morales tanto en el ámbito privado como en el público a ellas o su grupo familiar (LEY 27.736).

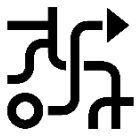
Por otra parte, la violencia política se incorporó a la ley tanto en la definición de lo que se entiende por violencia contra las mujeres, como en la tipología y en la consideración de las modalidades que ésta asume:

Violencia pública-política contra las mujeres: aquella que, fundada en razones de género, mediando intimidación, hostigamiento, deshonra, descrédito, persecución, acoso y/o amenazas, impida o limite el desarrollo propio de la vida política o el acceso a derechos y deberes políticos, atentando contra la normativa vigente en materia de representación política de las mujeres, y/o desalentando o menoscabando el ejercicio político o la actividad política de las mujeres, pudiendo ocurrir en cualquier espacio de la vida pública y política, tales como instituciones estatales, recintos de votación, partidos políticos, organizaciones sociales, asociaciones sindicales, medios de comunicación, entre otros (LEY 27.533).

A partir de las modificaciones de la *Ley de Protección Integral*, desde distintos espacios estatales y de la sociedad civil surgieron iniciativas tendientes a producir información con el objetivo de visibilizar y denunciar la existencia y la extensión de estas formas de violencia. Una de esas iniciativas consistió en el “Monitoreo de expresiones de violencia política por motivos de género” llevado adelante durante la campaña electoral de 2021 por el Observatorio de Género y Equidad Parlamentaria de la Cámara de Diputados de Argentina. El relevamiento se realizó en la red social *Twitter* (actualmente llamada *X*), de las candidatas a diputadas nacionales que participaron en las elecciones legislativas de ese año (HCDN, 2022).

Los datos recopilados en ese trabajo son reveladores de la extensión del fenómeno que se concentra notablemente en las candidatas de los distritos Ciudad

Do Pará (MESECVI) en 2016. En su Artículo 3, la *Ley Modelo* define la violencia política contra las mujeres, estableciendo que: “Debe entenderse por ‘violencia contra las mujeres en la vida política’ cualquier acción, conducta u omisión, realizada de forma directa o a través de terceros que, basada en su género, cause daño o sufrimiento a una o a varias mujeres, y que tenga por objeto o por resultado menoscabar o anular el reconocimiento, goce o ejercicio de sus derechos políticos. La violencia contra las mujeres en la vida política puede incluir, entre otras, violencia física, sexual, psicológica, moral, económica o simbólica” (OEA, 2017: p. 25).

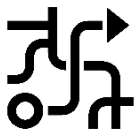


Autónoma de Buenos Aires y Provincia de Buenos Aires. En síntesis, la lectura de los resultados muestra que las redes sociales, y sobre todo *Twitter/X*, constituyen espacios donde circula violencia política en general y, en ese contexto, la violencia política por motivos de género se instala como un fenómeno particular que sufren las candidatas, que recrudece en tiempos de campaña electoral, buscando amedrentar, humillar o restringir la participación de quienes se candidatean y dando un mensaje violento aleccionador al resto de las mujeres y personas lgtbiq+. ¹⁰

Los comentarios relevados involucran contenidos que apuntan mayoritariamente al “descrédito o persecución en base a estereotipos de género”, seguido de publicaciones que “revelan o divulgan imágenes e información íntima”; y luego, en menor medida, le siguen “mensajes con hostigamiento que restringen el uso de la palabra”, “amenazas y mensajes con contenido de acoso sexual”, y finalmente “imágenes o mensajes que dañan los elementos de la campaña electoral” (HCDN, 2022: p. 30). El trabajo permite diferenciar la violencia política, que ocurre de manera recurrente en las redes, de la violencia política de género, que tiene características específicas que son posibles de distinguir ya que esta última apela directamente al uso de estereotipos de género, comentarios sobre atributos físicos, los roles tradicionales de género, violencia sexual y discursos misóginos (KROOK Y RESTREPO SANÍN, 2016; ELA, 2018). Ciertamente se trata de una frontera porosa, ya que aun cuando las candidatas, legisladoras y/o funcionarias no muestren particular preocupación por problemáticas vinculadas a los derechos de las mujeres y/o personas lgtbiq+ u otros temas de género, suele suceder que los ataques hagan uso de las herramientas propias de la misoginia con el fin de socavar sus competencias para ejercer cargos políticos. Por esa razón, se ha considerado que la “violencia por motivos de género en política tiene importantes similitudes con los delitos de odio” (KROOK Y RESTREPO SANÍN, 2016, p. 139).

Este Monitoreo, como ya he señalado, tomó en consideración publicaciones producidas en el marco de la campaña electoral de 2021 por considerar esos momentos de disputa particularmente violentos. Pero, sin desconocer la crispación que provocan las campañas electorales, me pregunto en qué medida, una vez cerradas esas instancias, la violencia queda suspendida. Mi percepción inmediata es

¹⁰ En el universo de análisis abordado no hubo personas candidatas travesti-trans.



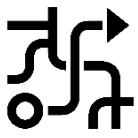
que eso no sucede. Por el contrario, como señalé al inicio de este texto, en tanto los ataques contra mujeres que participan en la vida política movilizan identificaciones y representaciones, establecen estereotipos y reproducen desigualdades de género, raciales y de clase, continúan en el tiempo, produciendo picos de violencia en diferentes momentos. En ese sentido, se puede afirmar que las redes sociales, proveen herramientas para la reproducción de modelos de participación política, de interpelación a públicos afines y de construcción de redes de sociabilidad que se sostienen más allá de las campañas electorales.

INSULTOS, AMENAZAS Y MINORIZACIÓN, LOS RIESGOS DE LEGISLAR Y SER MUJER Y JOVEN

Ofelia Fernández (Buenos Aires, 2000) fue legisladora de la Ciudad de Buenos Aires por la coalición “Frente de Todos” entre 2019 y diciembre de 2023 cuando terminó su mandato. En las elecciones de 2023 no postuló a ningún cargo electivo señalando diferencias con su espacio político en varios puntos, entre ellos, en el modo en que se constituyeron las listas de candidatos y candidatas (DIARIO CLARÍN, 2023).

La militancia política de Ofelia Fernández comenzó tempranamente en el ámbito estudiantil. A los 15 años ya se había convertido en presidenta del Centro de Estudiantes de la Escuela Superior de Comercio Carlos Pellegrini, una escuela de educación media dependiente de la Universidad de Buenos Aires, y dos años después, elegida nuevamente, se transformó en una figura pública durante un conflicto por una reforma educativa que impulsaba el gobierno porteño y que derivó en la toma de esa escuela y otras treinta. Además, la joven fue parte de la activación adolescente que se fue incorporando a las demandas feministas desde 2015 con la convocatoria *Ni Una Menos*.¹¹ Si bien las tomas y las protestas son habituales en las escuelas de educación media de Argentina, en el caso de los establecimientos dependientes de las Universidades nacionales, que tienen en su historia a numerosos

¹¹ En el mes de marzo de 2015, en un contexto de creciente visibilización de la violencia hacia las mujeres, particularmente de diversos casos de femicidio, un conjunto de escritoras, activistas, periodistas y artistas organizaron en la Ciudad de Buenos Aires una maratón de lectura en rechazo al tratamiento que los medios de comunicación le daban a esas violencias extremas. La convocatoria contenía la consigna *Ni una menos* que en las semanas siguientes se amplificaría notablemente hasta llegar a la masiva convocatoria a la concentración del 3 de junio de 2015. La consigna y luego la agrupación que lleva ese nombre representan un momento altamente significativo para el feminismo argentino.



personajes notables de la vida social y política y cuentan con estudiantes fuertemente politizados, el movimiento estudiantil es todavía más dinámico y está siempre en estado de alerta. Durante el conflicto de 2017, que tuvo una amplia cobertura en medios de comunicación de alcance nacional y se extendió durante semanas, Fernández fue entrevistada por periodistas de diferentes medios de comunicación, participó de debates y pudo explicar los motivos de la toma con claridad y seguridad. Los ataques de la prensa alineada con el gobierno de la Ciudad de Buenos Aires y el gobierno nacional, ambos a cargo de la coalición “Juntos por el Cambio” liderada por el entonces presidente Mauricio Macri, llegaron rápidamente y terminaron por amplificar la voz de las y los estudiantes.

Como representante del movimiento estudiantil, y a pesar de ser muy joven, siempre respondió a la prensa con precisión y solvencia, explicando los puntos centrales del conflicto. De este modo se hicieron públicos los motivos de la toma, que excedían las críticas a la propuesta de reforma educativa de corte neoliberal: insuficiencia de vacantes, demandas de políticos de género destinadas a prevenir situaciones de violencia y efectivo cumplimiento de la Ley de Educación Sexual Integral.¹²

Durante su mandato como legisladora de la Ciudad de Buenos Aires, presentó 32 proyectos de ley y cientos de proyectos de resoluciones y declaraciones, entre los cuales se destacan una serie de propuestas vinculadas a diferentes problemáticas. A la cuestión habitacional de la Ciudad (regulación de alquileres, suspensión de desalojos y emergencia habitacional para la población travesti y trans); mejoras en el ámbito educativo (ampliación del sistema de becas, mejoras edilicias y comedores escolares) y políticas de género (creación del Programa “Atención Integral de la Interrupción Voluntaria del Embarazo”; ampliación del sistema de atención de la ley de “Prevención de la violencia familiar y de asistencia a sus víctimas” y la reglamentación de la “Ley Micaela” en el ámbito de la Ciudad).

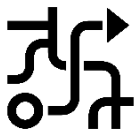
¹² La Ley de Educación Sexual Integral (ESI) (Ley 26.150) establece el derecho de todos los estudiantes a recibir contenidos de educación sexual de manera integral en todas las escuelas del país desde el nivel inicial hasta la formación técnica. La ESI entiende la sexualidad de manera amplia, no restringida únicamente a cuestiones relacionadas con la genitalidad sino que abarca también los deseos, creencias, actitudes, valores, actividades, prácticas, roles y relaciones. El enfoque adoptado para una educación sexual se enmarca en una concepción integral de la sexualidad, el cuidado y promoción de la salud y los derechos humanos.

A partir del momento en que postuló su candidatura a legisladora por la Ciudad de Buenos Aires, en 2019, y durante todo el período en que ejerció el cargo, sufrió ataques constantes en sus redes sociales, especialmente *Instagram*, *YouTube* y *Twitter/X*. Descrédito por su condición de mujer joven y por sus antecedentes como militante estudiantil, persecución en base a estereotipos de género y hostigamiento por sus posiciones políticas y su defensa de los derechos de las mujeres. Si bien los ataques violentos se manifiestan en relación a todos los temas y en todas sus apariciones públicas, aquellos proyectos relacionados con el género son los que reciben insultos más violentos.

En 2020 Fernández presentó un proyecto de resolución que proponía la “reglamentación e implementación por parte del Poder Ejecutivo y Poder Judicial de la Ley 6.208 [Ley Micaela], exigiendo que su aplicación sea para la totalidad de la planta trabajadora de la Ciudad, incluyendo también las Juntas Comunes” (FERNÁNDEZ, 2020a). La “Ley Micaela” es una normativa aprobada en el Congreso Nacional en diciembre de 2018 que establece un programa de capacitación obligatoria en materia de género y de violencia contra las mujeres para los funcionarios de todas las jerarquías en todos los niveles de los poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial de la Nación.¹³ Si bien la legislatura porteña había adherido a dicha ley el año anterior, el proyecto de resolución presentado por Ofelia Fernández apuntaba a su efectiva aplicación ya que el Poder Ejecutivo local aún no la había reglamentado. Las reacciones no se hicieron esperar.¹⁴ Buscando desvirtuar el sentido de la propuesta cientos de comentarios ponían en duda su competencia para ocupar el cargo de legisladora alegando que el proyecto era una copia de una ley ya vigente. “Ya estaba la ley burra, dejá de mentir!!!” “Dios!! Que inútiles tenemos como legisladores”. “Chorra... Dejen de robar las cosas que ya se hicieron”, “¿No se te seca la concha de tanto robar sin hacer un carajo útil?” “Nena porque no te dejás de jugar a legisladora

¹³ La Ley 6.208 es una normativa de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires que adhiere a la Ley Nacional 27.499, conocida como Ley Micaela. Se llama así en conmemoración de Micaela García, una joven de 21 años, militante social y del Movimiento *Ni Una Menos*, que fue víctima de femicidio.

¹⁴ El Tweet de Ofelia Fernández puede visualizarse en el siguiente enlace: <https://x.com/Ofefernandez/status/1222226665511759873> y los comentarios acá: https://twitter.com/Ofefernandez/status/1222226665511759873?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwc%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1222226665511759873%7Ctwgr%5E6e738687a78ece8f6b87636f069cc98e5e5edc86%7Ctwcon%5Es1&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.lanacion.com.ar%2Fpolitica%2Fofelia-fernandez-presento-sus-primeros-proyectos-como-nid2328304%2F



y te dejas de robar el dinero con el que los pagadores de impuestos financiamos tu beca”, “con el sueldo comprate guantes para lavar los platos”, son apenas algunos ejemplos.

La confrontación procesada a través del insulto, que se multiplica y retroalimenta rápidamente en el ámbito digital, pone al descubierto la vigencia de una cultura patriarcal basada en la subestimación de la capacidad de las mujeres para ejercer un cargo político, señalando que las mujeres están fuera de lugar cuando están en “ese” lugar. Se trata de dichos que exceden el debate político y la crítica en tanto se sostienen en la descalificación de sus capacidades y que se entrelazan con comentarios que desvalorizan el tema propuesto.

Menciono algunos: “Que deplorable este proyecto. Más doctrina de género para justificar la agenda 2030 de la ONU. Porque no laburan de verdad y hacen un proyecto para dejar de blanquear la deuda ilegítima que siempre tiene que pagar el pueblo por culpa de la inoperante casta política”; “¿igualdad de género? Como can (sic) a hacer un proyecto sobre algo que ya existe, o que me digan que derecho tiene el hombre que no tenga la mujer, en estas boludeces van nuestros impuestos, país inviable”; “con todas tus políticas igualitarias que financia el estado, matan al empresario y justifican su socialismo diciendo que van a lograr la igualdad de oportunidades y hacen más pobre al pobre y más pobre al que genera el trabajo que es el sector privado y eso genera que no venga la inversión. Se hacen llamar progresistas y retroceden.” “El 90% d (sic) los crímenes son contra hombres, dicho d otra forma el 90% d las víctimas d asesinatos son varones. Estadística se llama, es global. Al cupo sólo lo exigen en ciertos y determinados puestos, más bien políticos, jerárquicos, en construcción, metalurgia, tambos, etc., no?”

Por otra parte, el cuerpo de Fernández se transforma en sí mismo en blanco para el ataque, a través de comentarios como “gorda”, “foca”, “fea”, “eunuca”. Como señalan Mona Lena Krook y Juliana Restrepo Sanín,

... usar imágenes o estereotipos de género para atacar a las oponentes mujeres, hace que las acciones se conviertan en un caso de violencia contra las mujeres en política, puesto que sugiere que las mujeres no pertenecen a lo político. Estas acciones tienen un profundo impacto puesto que no están dirigidas contra una sola mujer sino que también tienen el propósito de intimidar a otras mujeres políticas, disuadir a otras mujeres que puedan considerar una carrera política y, peor aún, comunicar a la sociedad en general que las mujeres no deberían participar (2016, p. 139).

La indicación imperativa “comprate guantes para lavar los platos” apela directamente a tópicos inscriptos en el sentido común, y por lo tanto no requiere explicación. Se trata de un juicio que tal vez parezca un poco anticuado pero no por eso menos presente en la doxa, que reenvía a las mujeres al espacio doméstico.¹⁵

Pero los ataques personales no se detienen en el imperativo doméstico, sino que se deslizan rápidamente a formas expresivas más violentas, amenazas y deseos de sufrimiento, violencia sexual y muerte que remiten de modo directo a los métodos represivos de la última dictadura en Argentina. Reproduzco a continuación una pequeña muestra de este tipo de publicaciones cuya característica distintiva es la apelación emocional al odio (FERNÁNDEZ, 2020b).¹⁶

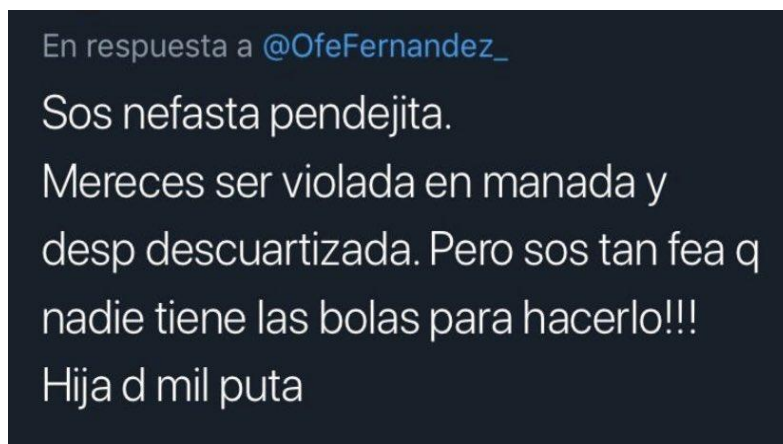


Imagen 1: Comentario realizado en la cuenta oficial del *Twitter/X* de Ofelia Fernández, 5 de junio de 2020. Registro realizado el 10 de septiembre de 2023.

¹⁵ En 1994, durante la presidencia de Carlos Menem, el entonces Ministro de Economía Domingo Cavallo, ejecutor del plan económico neoliberal que desembocó en la crisis de 2001, protagonizó una discusión pública con Susana Torrado, una demógrafa reconocida internacionalmente por su trabajo. Torrado había dado a conocer una cifra alarmante sobre el aumento de la desocupación, señalando que se trataba de una manifestación inherente al plan de convertibilidad, es decir a la política económica del gobierno, y había reclamado aumentos salariales para investigadores y docentes. El Ministro enfurecido respondió que Torrado, y sus colegas, “se vayan a lavar los platos”, en una muestra de desprecio por la ciencia, pero también de un brutal sexismo al recurrir a una frase que se usa de manera recurrente en la vida cotidiana, discusiones de tránsito y cruces de opinión en las redes, con el objetivo de deslegitimar la palabra de las mujeres.

¹⁶ Aunque en las distintas redes sociales abundan publicaciones de este tipo, me limito a presentar aquí solo una muestra tomada de la propia cuenta de Ofelia Fernández. Se trata de ocurrencias a las cuales ella misma ha hecho referencia públicamente y que pueden ser consultadas siguiendo este enlace:

https://twitter.com/OfeFernandez_/status/1269054079629701121?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwc%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1269054079629701121%7Ctwgr%5Ecbfd44a55d5437f8d271ffc01f30ebd86304b7c2%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fd-718217612908838630.ampproject.net%2F2404230718000%2Fframe.html

En respuesta a [@OfeFernandez_](#) [@alfiesolomonns](#)
y 2 más

No mereces perdon alguno, tenes
suerte de que no este a cargo de pais
porque te aseguro que hubieses sido
ejecutada en una plaza.

Imagen 2: Comentario realizado en la cuenta oficial del *Twitter/X* de Ofelia Fernández, 9 de julio de 2020. Registro realizado el 10 de septiembre de 2023.

NO PUEDO TENER TANTO ASCO OJALÁ
TE MUERAS GORDA HIJA DE REMIL PUTA
[@OfeFernandez_](#) CERDA PARASITA LA
CONCHA DE TU MADRE

Imagen 3: Comentario realizado en la cuenta oficial del *Twitter/X* de Ofelia Fernández, 9 de julio de 2020. Registro realizado el 10 de septiembre de 2023.



Imagen 4: Comentario realizado en la cuenta oficial del *Twitter/X* de Ofelia Fernández, 9 de julio de 2020. Registro realizado el 10 de septiembre de 2023.

Las secuencias de insultos se superponen a las amenazas directas de destrucción física y desaparición. El enunciado “te subimos al Falcon” remite directamente a la práctica de los grupos de tareas que actuaron en Argentina durante la última dictadura militar.¹⁷ Falcon es el modelo de los automóviles marca Ford que fueron empleados en los operativos de secuestro y desaparición, por eso el “Falcon verde” se convirtió en un símbolo de la represión ilegal y “subir al Falcon” en sinónimo de desaparición forzada. De ese modo, la amenaza se produce a través de una cita de la metodología represiva dictatorial con la cual establece un vínculo directo.¹⁸

¹⁷ Grupo de tareas es la denominación que recibían los grupos de acción represiva ilegal durante el período del terrorismo de Estado en Argentina. Eran quienes tenían a su cargo la ejecución directa y material del plan represivo, secuestros, traslados y torturas.

¹⁸ Por lo menos desde una década atrás, se ha observado el incremento de posiciones negacionistas y apologéticas con relación a las violaciones a los derechos humanos de las dictaduras latinoamericanas. Si bien la relativización y la negación de los alcances de esos

Al analizar el fenómeno global de expansión de espacios políticos de extrema derecha, Gabriel Giorgi señala que la movilización de afectos, especialmente el odio, resulta un elemento clave para comprender ese fenómeno: “las mutaciones de las derechas que venimos viendo son inseparables de una gramática afectiva, que no niega pero que modula y transforma las ideas que se movilizan y que se defienden” (GIORGI, 2023, p. 212). Ideas animadas por un impulso disciplinador reaccionario que se sostiene en:

... la fantasía de «limpiar» el espacio público y de «devolver» ciertos cuerpos a los lugares de donde «no deben» salir: las mujeres a sus casas y al lugar que le da el patriarcado, los pobres a sus barrios y a sus lugares de subalternidad, etc. Una fantasía de reordenar una trama social allí donde las luchas democráticas sacan a los cuerpos de los lugares que tenían asignados. Ahí el odio se vuelve una especie de afecto regulador del espacio público... (p. 215)

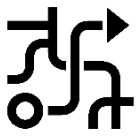
Es necesario señalar que los insultos y amenazas a las mujeres políticas no se limitan a las redes sociales, como queda evidenciado en los actos que menciono a continuación, siguiendo con el ejemplo de los ataques a Ofelia Fernández.

En diciembre de 2021 asumió Leonardo Saifert como Diputado de la Ciudad de Buenos Aires por el partido Avanza Libertad que lideraba José Luis Espert y que hasta poco tiempo antes integraba Javier Milei.¹⁹ Saifert es uno de los autores de los tweets en cuestión. El día de la asunción, Fernández denunció en el recinto que varios militantes de Avanza Libertad la habían seguido a la salida de la Legislatura con amenazas e insultos que reproducían los términos empleados en las publicaciones de las redes sociales. Ante la denuncia, Saifert hizo un pedido de disculpas (por los insultos proferidos en las redes sociales) donde a la vez que reconoce sus dichos relativiza su responsabilidad, una disculpa que no es una disculpa: “En el momento en que dije eso no tenía ningún peso ni responsabilidad política. De todas maneras, estoy consciente de que mis dichos estuvieron fuera de lugar y pido disculpas a la diputada Fernández y a todos los que se hayan ofendido por esos dichos”.²⁰ El modo

crímenes tampoco constituyen un fenómeno nuevo, asistimos, especialmente en los países del Cono Sur, a un recrudescimiento muy marcado de esos discursos (TORRAS, 2024; GUTIÉRREZ y OBERTI, 2024).

¹⁹ Cuando Javier Milei asumió la presidencia, José Luis Espert rompió el acuerdo que había sostenido los años previos con Juntos por el Cambio y anunció su ingreso y el de su espacio a La Libertad Avanza, la coalición liderada por Milei.

²⁰ Si bien la cuenta de *Twitter/X* de Saifert fue cerrada y las publicaciones eliminadas, en diferentes medios de comunicación ha quedado registro de sus dichos que combinan misoginia, racismo, capacitismo y antisemitismo con la reivindicación de las prácticas represivas de la dictadura. Cfr.:



que da inicio a su intervención evidencia un intento de desresponsabilización y el modo en que la cierra traslada la carga de sentido a quién se haya ofendido. Ambas formulaciones contribuyen a limitar el conjunto de la disculpa a una mera formalidad.

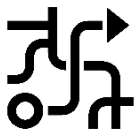
A partir de este ejemplo surgen dos cuestiones que me gustaría subrayar y en las que me detengo en el apartado siguiente.

RACISMO, ODIOS DE CLASE Y MISOGINIA

En primer lugar, se hace evidente que el mundo digital no es el único espacio de circulación de este tipo de discurso sino sólo un eslabón con un poder de replicación cuyo alcance es difícil de dimensionar. Como señala Gabriel Giorgi, recientemente asistimos a un punto de inflexión en relación a la violencia en política, y su particular ensañamiento con las mujeres, en el intento de asesinato perpetrado contra la entonces vicepresidenta Cristina Fernández de Kirchner en 2022. Si bien desde el momento en que asumió la presidencia en 2007, la ex mandataria fue objeto de crecientes expresiones de violencia, insultos y amenazas diversas que incluyeron un sin número de performances que la representaban muerta, a punto de ser ejecutada o presa, el intento de asesinato, señala Giorgi, implica una suspensión de la mediación simbólica y enlaza directamente el odio con la violencia política (GIORGI, 2023).

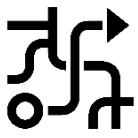
Pero ciertamente no se trata de un fenómeno local ni tampoco propio de este milenio. Por el contrario, diversas investigaciones han advertido de la existencia de movimientos de reacción que se expanden rápidamente en respuesta a las demandas feministas, a la ampliación de derechos de personas lgtbiq+ y también son reactivas a la participación de mujeres en política. Como señala Susan Faludi en su estudio sobre el fenómeno antifeminista en los Estados Unidos durante la década de 1980, “um *backlash* contra os direitos da mulher não é nenhuma novidade na história americana. Na verdade, trata-se de um fenômeno recorrente: toda a vez que as mulheres parecem ter algum sucesso na sua marcha rumo à igualdade, surge uma inevitável geada atrapalhando o florescimento do feminismo” (FALUDI, 2001, p. 65). La resistencia al feminismo puede manifestarse de diversas maneras, desde burlas, minorización, oposición política, campañas en redes sociales o incluso en acciones

<https://www.infobae.com/politica/2021/12/07/un-legislador-de-milei-le-pidio-disculpas-a-ofelia-fernandez-por-insultarla-en-redes-y-luego-elimino-su-cuenta-de-twitter/>



violentas como ataques personales a figuras públicas identificadas con los objetivos feministas, y suele surgir como respuesta a la extensión de políticas de igualdad de género, derechos de las mujeres y personas lgtbiq+ o cambios en las normas sociales y culturales que amplían la participación política de la mujeres. Si bien la noción de *backlash*, como he mencionado en la introducción, ha sido ampliada y reformulada en las últimas décadas, los análisis realizados por Faludi han sido, y continúan siendo, referencia para el desarrollo de la literatura posterior. En este sentido, como señala Jordi Bonet-Martí los movimientos anti feministas representan un fenómeno complejo y diverso que tiene múltiples expresiones entre las cuales se destacan las reacciones conservadoras que se expanden con el crecimiento de las nuevas derechas y “la crisis de un modelo de masculinidad tradicional que se siente amenazado por los cambios sociales y la noción de derecho agraviado asociada al sentimiento de pérdida de estatus frente a las supuestas mejoras que habrían conseguido las minorías” (BONET-MARTÍ, 2021, p. 68) y en ese sentido la noción de *backlash* mantiene una relativa vigencia.

Ahora bien, es necesario señalar que en la actualidad, especialmente en América Latina, se ha producido una confluencia de los discursos y acciones que se oponen a las políticas de ampliación de los derechos humanos de las mujeres, de las personas lgtbiq+, de la expansión de derechos sexuales y reproductivos y de ciudadanía sexual, con discursos y acciones negacionistas, relativistas y apologéticos de las violaciones de derechos humanos de las dictaduras y con la exacerbación de una mirada neoliberal en relación a la economía, los derechos laborales y todas las políticas públicas. Su crecimiento concomitante y el hecho de que, en líneas generales, sean enarboladas por los mismos actores, constituye un escenario con graves implicancias políticas e institucionales. Partidos de derecha, sectores de las fuerzas armadas y de seguridad, empresarios e iglesias ponen en el centro de la disputa política e ideológica la noción de derechos humanos y de todos los derechos, ya sea para negarlos, relativizarlos o apropiarse del término tergiversando sus fundamentos. Estos fenómenos no representan una novedad que se haya limitado a una coyuntura en particular, sino que constituyen una tendencia de más larga duración. Particularmente, en los últimos años la alianza de las políticas antigénero, el neoliberalismo extremo y las políticas apologéticas de la violencia estatal se ha extendido y generado “contra-movilizaciones” que buscan adhesiones sociales como

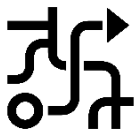


nunca antes, todo ello con el foco de ataque concentrado en los “derechos humanos” como fuente de todos los males que aquejan a la economía.

Adicionalmente, estos discursos conservadores han creado un lenguaje transnacional que impacta, aunque con una gran variedad de efectos, en los diferentes países de la región (GUTIERREZ y OBERTI, 2024).

En segundo lugar, como consecuencia de lo anterior, el odio visible y explícito contra cualquier política de género y de ampliación de los derechos de las mujeres y de las personas lgtbiq+ que se multiplica en las redes y en otros espacios sociales se desliza rápidamente a un odio generalizado hacia las mujeres y las personas lgtbiq+ que actúan en política, especialmente cuando provienen de sectores populares o racializados. En esos casos, aun cuando su actividad no haga foco en el género, la misoginia se expresa en intervenciones que promueven el odio y el desprecio con una carga de clase notoria. En relación a esta cuestión, las agresiones sufridas por la diputada Natalia Zaracho constituyen un ejemplo emblemático del modo en que las mujeres son objeto privilegiado del odio de clase y género.

Natalia Zaracho asumió como diputada nacional por la provincia de Buenos Aires en diciembre de 2021. Dirigente del Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE), un movimiento de base conformado por trabajadores del sector informal que buscaban agruparse y luchar por el reconocimiento de su aporte a la economía y otras demandas específicas, tiene una historia de vida que no es habitual encontrar en la Cámara de Diputados de Argentina. Nació en 1989, creció en Villa Fiorito (partido de Lomas de Zamora), una localidad pobre del conurbano bonaerense. La profunda crisis económica de fines de la década de 1990 la llevó abandonar la escuela primaria a los 12 años y a los 14 comenzó a trabajar recolectando cartones junto a su familia. Su activismo comenzó en el MTE, y más adelante se integró al Frente Patria Grande, una organización política que en las elecciones generales de 2019 formó parte de la coalición Frente de Todos. Zaracho postuló a una banca en la Cámara de Diputados de la Nación en esa elección y si bien no llegó a resultar electa, en 2021 con la renuncia de otra diputada fue convocada para ocupar la banca y completar el mandato hasta diciembre de 2023 y en las elecciones de 2023 fue elegida nuevamente. Asumió vistiendo su uniforme de recolectora y prestó juramento “por la patria cartonera y por la lucha de los pobres”. Anunció que presentará un proyecto para implementar la



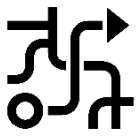
“renta básica universal”, señalando deficiencias en el programa Asignación Universal por Hijo (AUH) y otros programas de asistencia social.

Los ataques a Zaracho constituyen mayoritariamente casos de violencia política que no necesariamente se encuadran en las definiciones de violencia política de género, que como ya hemos señalado se distingue de la violencia política que abunda en las redes sociales. Éstos se centran en su extracción popular y se la critica duramente por no haber terminado sus estudios secundarios.

Desde que asumió la banca como Diputada Nacional, sus redes sociales, especialmente *Twitter/X* que usa regularmente, están plagadas de comentarios clasistas y racistas que remarcan su condición humilde como un demérito para ocupar un cargo legislativo. En marzo de 2024, Zaracho criticó duramente al gobierno por su política económica en general y particularmente por el desfinanciamiento de los comedores populares que implementó en los primeros meses de gestión en un contexto de aumentos de precios de los alimentos y crecimiento del desempleo. En ese marco, calificó a la política económica del gobierno de Javier Milei como “transferencia de recursos de los sectores populares a los más concentrados de la economía”. Al día siguiente, Esteban Trebucq, un periodista del medio oficialista *LN+*, buscó desautorizar sus dichos señalando “a Zaracho no le gusta estudiar” y que esa es la razón por la que apenas terminó la escuela primaria (LA NACIÓN, 2024), lo cual generó una encendida respuesta de su parte: “Trebucq, fracaso es ser un lamebotas de Mieli (sic). Tengo convicciones y las defiendo, no como vos que sos un militante del ajuste y no lo admitís. Capaz eso es lo que te molesta, payaso” (ZARACHO, 2024).

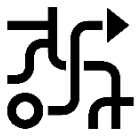
Las respuestas no se hicieron esperar. Una de las primeras fue la de la canciller Diana Mondino, una figura pública que destaca por sus comentarios homofóbicos, misóginos y racistas, quien señaló que “el problema no es que tengas o no convicciones, el problema es que legislas sin tener secundario. Encima como agravante, viviste prácticamente toda tu vida durante el kirchnerismo. Sos la evidencia empírica del absoluto fracaso que fue el curro del Estado Presente” (MONDINO, 2024), dando inicio a miles de comentarios agraviantes y/o clasistas”.²¹ “Gorda”,

²¹ Las respuestas y comentarios que se produjeron a partir de esta intervención se encuentran publicados de manera completa en la cuenta de *Twitter/X* de Natalia Zaracho y se pueden consultar siguiendo este enlace: [Natalia Zaracho on X: "Trebucq, fracaso es ser un lamebotas de Mieli. Tengo convicciones y las defiendo, no como vos que sos un militante del ajuste y no lo admitís. Capaz eso es lo que te molesta, payaso." / X](#)



“grasa”, “largá la torta frita”, “analfabeta”, “aprendé a leer y escribir”, “ignorante”, “bruta”, son apenas algunos ejemplos de los insultos que se multiplicaron a lo largo de semanas. Las publicaciones de este tipo se combinan con otra serie –escrita con un lenguaje más correcto, pero no menos altanero y clasista– que argumenta sobre lo inapropiado de su presencia en la Cámara. Esas publicaciones insisten en vincular la escasa escolarización de Zaracho con incapacidad para legislar: “me da un poco de lástima esta diputada pero es la muestra más clara de la basura que profesan, este tipo de personas con 0 preparación...”. Confunden engañosamente la falta de oportunidades con un déficit personal: “anda a terminar la escuela, es una vergüenza que con tremenda ignorancia estés en (sic) ocupando lugar en el estado”. Vuelven una y otra vez a remarcar que su lugar no ese: “esta mujer es la evidencia empírica de que el error está en las listas sábanas, cada uno en su lugar”. Como en el comentario inicial de la canciller Diana Mondino, éstos establecen un *a priori* donde la escolarización es la única fuente de conocimiento, la responsabilidad por el nivel de estudios alcanzados por una persona es de las familias y los modelos que proponen una cierta ampliación de derechos económicos y sociales son siempre corruptos, inútiles y autoritarios.

Se trata de discursos que registran el malestar de quienes se perciben perjudicados por la insuficiencia de las políticas públicas inclusivas, pero orientan dicho malestar a una crítica al Estado y a lo público *per se* y no lo vinculan con el modelo neoliberal y la concentración económica que son parte esencial de ese fracaso (CALVEIRO, 2021; ILLOUZ, 2023). De ese modo, se eliminan de la discusión las crueldades propias del sistema económico y las relaciones de poder quedan ocultas detrás de la idea moralizante de la responsabilidad individual. Puestas a atropellar las exigencias de mínimas reparaciones que presenta Natalia Zaracho al demandar políticas de asistencia para los sectores más vulnerables, estas intervenciones descargan críticas que aparecen como contradictorias, por un lado, al Estado y más en general a lo público (encarnado sintéticamente en estos discursos en las políticas de gobierno de Néstor Kirchner, Cristina Fernández de Kirchner y eventualmente de Alberto Fernández) porque no sería eficiente y por otro, a la persona (en tanto individuo) porque no se estaría esforzando lo suficiente para superar sus condiciones. Así estos discursos ocultan las desigualdades de clase, de género y raciales que el resultado de historias personales, configuradas socialmente sobre la base de formas



diversas de discriminación y sostenidas en asimetrías de poder en el acceso a los recursos materiales y simbólicos. Las pautas sociales, económicas y culturales impuestas por el neoliberalismo desarrollan una “pedagogía de la crueldad” (SEGATO, 2018) que se refuerza por la impunidad de formas naturalizadas del desprecio social y de precarización de la vida en todas sus formas. Al mismo tiempo, varones que atribuyen al feminismo las causas de su malestar social y psíquico encuentran en las redes sociales un espacio donde expresar su malestar, como señala un comentario al video donde Ofelia Fernández presenta un informe en ocasión en ocasión del cierre de gestión, publicado en su canal de *YouTube*: “Estas locas le quieren quitar la masculinidad a los hombres de Occidente [...] ¡Qué loca! ¡¿Al servicio de quién o de qué están estas locas?!” (FERNÁNDEZ, 2023).²²

ALGUNAS REFLEXIONES

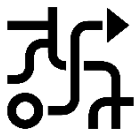
Entre los ataques a ambas legisladoras hay un punto de convergencia que quisiera subrayar. Las políticas de género, las políticas antirracistas, la ampliación de derechos para los sectores populares y las políticas destinadas a promover la igualdad y el reconocimiento de sectores sociales vulnerados, de las mujeres y de las personas lgbtiq+ se encuentran en el centro de los ataques de las fuerzas conservadoras y neoliberales que están en ascenso y que reaccionan generando una contraofensiva implacable que se apoya en expresiones sociales autoritarias y a la vez contribuye a expandir y legitimar políticas antidemocráticas. En América Latina, así como en Estados Unidos y en diferentes países de Europa, las fuerzas de derecha tienen un nuevo impulso y buscan dar lo que llaman una “batalla cultural”, combatir un comunismo inexistente, “combatir al progresismo y al marxismo cultural”. En Argentina desde hace algunos años Agustín Laje y Nicolás Márquez representan los posicionamientos públicos de los grupos conservadores que han organizado una nueva estrategia centrada en lo que denominan “la defensa de la vida” y en contra de “la ideología de género” para desplegar nuevas acciones políticas, como punta de lanza de un proyecto más amplio y abarcador. Esta noción funciona como un aglutinador de una crítica al marxismo cultural, a los movimientos que trabajan por los derechos humanos integrales, al feminismo y a las identidades lgbtiq+ y proponen la

²² El video completo y los 490 comentarios que generó se pueden visualizar siguiendo este enlace: [Ofelia Fernández- Fin del Mandato \(2019-2023\)](#)

restauración de un orden conservador en términos políticos, económicos y culturales, profundamente antidemocrático (GUTIÉRREZ y OBERTI, 2024). Plantean la ineficacia de la clase política (poniendo el eje en la corrupción) y las políticas públicas implementadas dado que no resuelven los problemas acuciantes de la pobreza, falta de empleo y otras necesidades básicas. Sin embargo, a pesar de sus ataques virulentos a la democracia, desarrollan un proceso de “integración” al juego democrático y buscan ocupar lugares en el Estado. Tienen como objetivo socavar la democracia desde sus propias reglas: “desdemocratizar la democracia” (CORREA, 2018).

Como señala Wendy Brown (2022), el neoliberalismo implica a la vez una reconfiguración de la economía capitalista (como plantean los estudiosos neomarxistas) y de los sujetos, las subjetividades, las formas de gobierno y la racionalidad política (aquello que Michel Foucault ha llamado gubernamentalidad). Ambos elementos resultan centrales para comprender las características del neoliberalismo actual que activa de manera conjunta la libertad de mercado extrema, el conservadurismo moral, sexual, familiar y de género y ataca desde múltiples frentes a la democracia. En ese marco, ser mujer y actuar en política implica estar sometida a insultos y agresiones constantes que tienen por objeto disciplinar conductas y reproducir valores patriarcales, muy especialmente si buscan legislar con una perspectiva de género (COLAÇO GOMES, DOS SANTOS CHAVES y PEDRO, 2024).

El orden de sexo-genérico y los modos en que se organizan las relaciones de género son parte de las preocupaciones del conservadurismo neoliberal contemporáneo que esgrime valores morales tradicionales, basados en la familia, la propiedad privada y la organización jerárquica de la sociedad, alejados del principio de igualdad. Esas fuerzas exigen con una virulencia creciente que se respeten esos valores y que los sectores subalternos, especialmente las mujeres, se disciplinen a dichas jerarquías. El tono agresivo y la crueldad con la que se expresan en la actualidad queda evidenciado en los discursos de sus representantes, en sus libros y en los modos en que se mueven en las redes sociales, pero también en acciones violentas que atentan contra la integridad de las personas. Wendy Brown señala que “el fracaso original del neoliberalismo para comprender que las poblaciones no podían ser pacificadas por los mercados y la moralidad, pero sí podían ser activadas de un modo agresivo” se expresa en la actualidad “en la aparición de un carácter antisocial



y agresivo que se muestra públicamente en ataques abiertos a los otros” (BROWN, 2020, s/p).

En este texto presenté una pequeña muestra de ese carácter agresivo que genera y reproduce la violencia de modo insidioso y persistente. Las políticas anti feministas son parte de la movilización social que sostiene las políticas neoliberales. En Argentina además están siendo en este momento parte de las políticas de Estado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Luciano. *Que digan dónde están: una historia de los derechos humanos en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2022.

ARDUINO, Ileana. Entre la victimización opresiva y la justicia emancipatoria: articulaciones entre feminismo y justicia penal. En: NIJENSOHN Malena (comp.) *Los feminismos ante el neoliberalismo*. Buenos Aires: La Cebra, 2018, p. 57 – 70.

BARRERA, Lourdes y RODRÍGUEZ, Candy. *La violencia en línea contra las mujeres en México. Luchadoras MX. Informe Para La Relatora Sobre Violencia Contra Las Mujeres Ms Dubravka Šimonović*. México, 2017.

BONET-MARTÍ, Jordi. Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, vol. 8, n° 1, 2021, p. 61-71.

BOYD, Susan y SHEHY, Elizabeth. Enfoques feministas del derecho: la experiencia canadiense y la diversidad. *Travesías* n° 3. *Violencia sexista, control social y resistencia de las mujeres*. Buenos Aires: Ediciones CECYM, 1995, p. 109 – 136.

BROWN Wendy. *Si no trabajamos en la resignificación de la libertad perderemos esta batalla*. (Entrevista con Verónica Gago). Recuperado de <https://tintalimon.com.ar/post/si-no-trabajamos-en-la-resignificaci%C3%B3n-de-la-libertad-perderemos-esta-batalla/>, 2020.

BROWN Wendy. *En las ruinas del neoliberalismo. El ascenso de las políticas antidemocráticas en Occidente*. Buenos Aires: Tinta Limón y Traficantes de sueños, 2022.

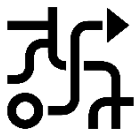
CALVEIRO, Pilar. *Resistir al neoliberalismo: comunidades y autonomías*. Buenos Aires: CLACSO/Ciudad de México: Siglo XXI, 2021.

CHEJTER, Silvia. *La voz tutelada. Violación y voyeurismo*. Montevideo: Nordan, 1990.

CHEJTER, Silvia. Fuenteovejuna en Catamarca. *Travesías* n° 2. Buenos Aires: Ediciones CECYM, 1994, p. 57-68.

CHEJTER, Silvia. *Emergencia y evolución del movimiento antiviolencia en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones CECYM, 1995.

CHEJTER, Silvia (editora). *Femicidios e impunidad*. Buenos Aires: Ediciones CECYM, 2005.



CIRIZA, Alejandra. Sobre el carácter político de la disputa por el derecho al aborto. 30 años de luchas por el derecho a abortar en Argentina. En: ANZORENA, Claudia y Ruth ZURBRIGGEN (compiladoras). *El aborto como derecho de las mujeres. Otra historia es posible*, Buenos Aires: Herramienta, 2013, p. 63-83.

COLAÇO GOMES, Athaysi, DOS SANTOS CHAVES, Eduardo y PEDRO, Joana Maria. Quando o ódio entra nas redes: violência política de gênero e ataques em ambientes virtuais. En: SCHEIBE WOLFF, Cristina y SCHMITT, Elaine (Organizadoras). *A internet como campo de disputas de gênero*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2024, p. 89 – 100.

CORREA, Sonia. Significante vacío: ideología de género, conceptualizaciones y estrategias (Entrevista de María Alicia Gutiérrez). *Revista OLAC*, vol. 2, n° 1, 2018, p. 107 - 113. Recuperado de <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/3191>

CORREA, Sonia. Historia corta e historia larga de las políticas antigénero: el caso de Brasil. En: GUTIÉRREZ, María Alicia, et. al. (Editoras). *Desafíos frente a los proyectos antigénero y negacionistas en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: El Colectivo, 2024, p.103 - 111.

DAICH, Deborah y TARDUCCI, Mónica. De feminismos y violencias. Recuperar la historicidad de las luchas para enfrentar nuevos desafíos. En: *Mujeres y feminismos en movimiento Politizaciones de la vida cotidiana*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2018, p. 75 – 98.

DIARIO CLARÍN. Ofelia Fernández explicó por qué no fue candidata a nada, 25 de junio de 2023. Recuperado de https://www.clarin.com/politica/ofelia-fernandez-explico-candidata-pense-hacer-cosa-preferi-0_sghq4yclOb.html

DIARIO LA NACIÓN. Diana Mondino salió al cruce de Natalia Zaracho, 4 de marzo de 2024. Recuperado de <https://www.lanacion.com.ar/politica/diana-mondino-salio-el-cruce-de-natalia-zaracho-por-sus-criticas-a-un-periodista-legislas-sin-tener-nid04032024/>

DONOSO VÁZQUEZ, Trinidad, VILÀ BAÑOS, Ruth y RUBIO HURTADO, María José. La adolescencia ante la violencia de género 2.0: concepciones, conductas y experiencias. *Educación XX1*, vol. 21, n° 1, 2018, p. 109-133. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70653466006>

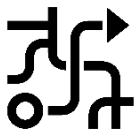
EQUIPO LATINOAMERICANO DE JUSTICIA Y GÉNERO. *Violencia política contra las mujeres en Argentina. Experiencias en primera persona*. Buenos Aires: ELA, 2018. Recuperado de <https://mujeresenelpoder.org.ar/violencia-politica>

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na Guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FERNÁNDEZ, Ofelia. [@OfeFernandez] (28 de enero). Firmé mi primer proyecto. <https://x.com/OfeFernandez/status/1222226665511759873> [Tweef], 2020a.

FERNÁNDEZ, Ofelia. [@OfeFernandez] (5 de junio). Es violencia política. <https://x.com/OfeFernandez/status/1268933764404649989> [Tweef], 2020b.

FERNÁNDEZ, Ofelia. *Fin del mandato (2019-2023)*. (7 de diciembre). Disponible en [Ofelia Fernández- Fin del Mandato \(2019-2023\)](#) [YouTube], 2023.



GHERARDI, Natalia. La ley de protección integral contra la violencia hacia las mujeres: una herramienta para la defensa en la ciudad de Buenos Aires. En: CHINKIN, Christine (et. al). *Violencia de género: estrategias de litigio para la defensa de los derechos de las mujeres*. Buenos Aires: Defensoría General de la Nación, 2012, p. 51 – 89.

GIORGI, Gabriel. Dar el salto. Odio y mutación. *452ºF. Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, n° 28, 2023, p. 210–218. Recuperado de <https://doi.org/10.1344/452f.2023.28.12>

GUTIÉRREZ María Alicia. Feminismos en acción: el debate de la Ley de interrupción voluntaria del embarazo. *Sociales en Debate*, n° 14, 2018. Recuperado de <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/socialesendebate/article/view/3340>

GUTIÉRREZ María Alicia. “Mujeres Autoconvocadas para Decidir en Libertad: organización feminista en la lucha por los derechos sexuales y reproductivos y el aborto. *Mora*, n° 30, 2024, en prensa.

GUTIERREZ, María Alicia y OBERTI, Alejandra. Estudio preliminar: Un debate sobre negacionismos y estrategias de los grupos fundamentalistas conservadores en América Latina y el Caribe. En: GUTIÉRREZ, María Alicia, et. al. (Editoras). *Desafíos frente a los proyectos antigénero y negacionistas en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: El Colectivo, 2024, p. 7 - 25.

HERCOVICH, Inés. De la opción “sexo o muerte” a la transacción “sexo por vida”. En: FERNÁNDEZ, Ana María (ed.), *Las mujeres en la imaginación colectiva*. Buenos Aires: Paidós, 1992, p. 63-83.

HERCOVICH, Inés. *Violencia sobre el cuerpo de las mujeres*. En: *No hay Derecho*, 2009. Recuperado de <https://nohuboderecho.blogspot.com/2009/12/aporias.html>

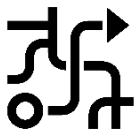
HCDN (HONORABLE CÁMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN). DIRECCIÓN GENERAL DE IGUALDAD OBSERVATORIO DE GÉNERO Y EQUIDAD PARLAMENTARIA, MINISTERIO DE LAS MUJERES, GÉNEROS Y DIVERSIDADES. *Violencia política por motivos de género en las elecciones 2021 - Monitoreo en redes sociales*. Buenos Aires, 2022. Recuperado de [VIOLENCIA POLÍTICA POR MOTIVOS DE GÉNERO EN LAS ELECCIONES 2021](#)

ILLOUZ, Eva. *La vida emocional del populismo*: Buenos Aires: Katz, 2023.

INFOBAE. Un legislador de Milei le pidió disculpas a Ofelia Fernández por insultarla en redes y luego eliminó su cuenta de *Twitter*, 7 de diciembre de 2021. Recuperado de <https://www.infobae.com/politica/2021/12/07/un-legislador-de-milei-le-pidio-disculpas-a-ofelia-fernandez-por-insultarla-en-redes-y-luego-elimino-su-cuenta-de-twitter/>

JELIN, Elizabeth. La política de la memoria: el Movimiento de Derechos Humanos y la construcción democrática en la Argentina. En: AA. VV. *Juicio, castigos y memorias. Derechos humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995, p. 1001-146.

LENA KROOK, Mona y RESTREPO SANÍN, Juliana. Género y violencia política en América Latina. Conceptos, debates y soluciones. *Política y gobierno*, vol. XXIII, n° 2, II semestre, 2016, p. 127-162.



LEY Nacional de Protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales, N° 26.485, 2009 y Ley N° 27.533, 2019, Ley N° 27.736, 2023.

LEY Nacional de Acceso a la Interrupción Voluntaria del Embarazo, N° 27.610, 2021.

LEY Nacional de Capacitación obligatoria en la temática de género y violencia contra las mujeres (Ley Micaela), N° 27.499, 2019.

LEY Nacional de Cupo femenino, N° 24.012, 1991.

LEY Nacional de Paridad de Género en Ámbitos de Representación Política, N° 27.412, 2017.

LEY Nacional de Educación Sexual Integral, N° 26.150, 2006.

LORENTE ACOSTA, Miguel. Prólogo: «Virtualidad ficticia» y violencia de género. En: DONOSO VÁZQUEZ, Trinidad y REBOLLO-CATALÁN, Ángeles (Coords.). *Violencias de género en entornos virtuales*. Barcelona: Editorial Octaedro, 2018, p. 6-8.

MONDINO, Diana [@DianaMondino] (4 de marzo). El problema no es que tengas o no convicciones... <https://x.com/DianaMondino/status/1764796085577322807> [Tweet], 2024

OBERTI, Alejandra. Organismos / organizaciones de derechos humanos. En: ADELSTEIN Andreina y VOMMARO, Gabriel (coords./eds.). *Diccionario del léxico corriente de la política argentina. Palabras en democracia (1983-2013)*. Los Polvorines: UNGS, 2014, p. 267-271.

ONU MUJERES. *Violencia contra mujeres y niñas en el espacio digital: Lo que es virtual también es real*. Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres, 2020. Recuperado de <https://mexico.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Mexico/Documentos/Publicaciones/2020/Diciembre%202020/FactSheet%20Violencia%20digital.pdf>

OSBORNE, Raquel. *Apuntes sobre violencia de género*. Barcelona: Bellaterra, 2009.

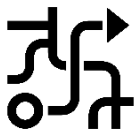
PATTERNOTE, David. *Backlash una narrativa engañosa*. Sexuality Policy Watch, 2020. Recuperado de <https://sxpolitics.org/es/backlash-una-narrativa-enganosa/4806>

PEDRIDO, Victoria. El lenguaje de los derechos en disputa. En: GUTIÉRREZ, María Alicia, et. al. (Editoras). *Desafíos frente a los proyectos antigénero y negacionistas en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: El Colectivo, 2024, p. 47 - 63.

RODRÍGUEZ, Marcela. Ley de protección integral contra la violencia de género: aciertos, retrocesos y desafíos. En: *Discriminación y Género. Las formas de la violencia*. Buenos Aires: Ministerio Público de la Defensa, 2010, p. 131 – 153.

ROSENBERG, Martha. *Del aborto y otras interrupciones. Mujeres, psicoanálisis, política*. Buenos Aires: Milena Caserola, 2020.

ROSENBERG, Martha y SCHVARTZMAN, Elsa. La Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito. La lucha por el derecho al aborto: una deuda de la democracia”. *Voces en el Fénix*. 2014 Recuperado de: <https://vocesenelfenix.economicas.uba.ar/la-campana-nacional-por-el-derecho-al-aborto-legal-seguro-y-gratuito-la-lucha-por-el-derecho-al-aborto-una-deuda-de-la-democracia/>



SAFERSTEIN, Ezequiel. Entre libros y redes: la “batalla cultural” de las derechas radicalizadas. En: *Está entre nosotros. ¿De dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir?*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023, p. 123 – 162.

SCHEIBE WOLFF, Cristina. Uma internet em teu caminho: corpo e afetos no feminismo contemporâneo no Brasil. En: SCHEIBE WOLFF, Cristina y SCHMITT Elaine (Organizadoras). *A internet como campo de disputas de gênero*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2024, p. 14 – 26.

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

TARDUCCI, Mónica, TREBISACCE, Catalina, GRAMMATICO, Karin. *Cuando el feminismo era mala palabra. Algunas experiencias del feminismo porteño*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2019.

TORRAS, Verónica. Cuestionar el legado transicional en el Cono Sur: negacionismo, relativismo y apologías. En: GUTIÉRREZ, María Alicia, et. al. (Editoras) (2024). *Desafíos frente a los proyectos antigénero y negacionistas en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: El Colectivo, 2024, p. 113 – 127.

TREBISACCE MARCHAND, Catalina. Un nacimiento situado para la violencia de género. Indagaciones sobre la militancia feminista porteña de los años 80. *Anacronismo e irrupción*, vol. 10, n° 18, 2020, p 118 – 138.

VACAREZZA, Nayla. Política de los afectos, tecnologías de visualización y usos del terror en los discursos de los grupos contrarios a la legalización del aborto. En: ANZORENA, Claudia y Ruth ZURBRIGGEN (compiladoras). *El aborto como derecho de las mujeres. Otra historia es posible*, Buenos Aires: Herramienta, 2013, p. 209-226.

VACAREZZA, Nayla. Humor y política feminista en los memes de internet a favor del aborto legal en Argentina. *Artefacto visual*, vol. 7, n° 13, 2022, p. 112-142.

VAGGIONE, Juan Marco. El entramado neoconservador en América Latina. La instrumentalización de la ideología de género en las democracias contemporáneas. *Las Torres de Lucca. Revista internacional de filosofía política*, n° 11(1), 2022, p. 51-64. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.5209/ltl.79437>

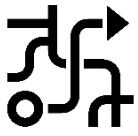
ZARACHO, Natalia [@Naty_Zaracho] (4 de marzo). [Natalia Zaracho on X: "Trebucq, fracaso es ser un lamebotas de Mieli. Tengo convicciones y las defiendo, no como vos que sos un militante del ajuste y no lo admitís. Capaz eso es lo que te molesta, payaso." / X \[Tweet\], 2024.](#)

ZURBRIGGEN, Ruth. Democracia. Abortos. Desobediencias. Socorristas en Red. *Mora*, n° 30, 2024, en prensa.

FUENTES DOCUMENTALES:

ATEM 25 DE NOVIEMBRE, MULTISECTORIAL DE LA MUJER y otras. Volante *La violencia contra la mujer*, 1986. Memoria Abierta (MA), Fondo Elsa Cola Arena.

MULTISECTORIAL DE LA MUJER. Volante, 1985. Memoria Abierta (MA), Fondo Elsa Cola Arena.



TRIBUNAL DE VIOLENCIA CONTRA LA MUJER. Documento, 1983. Memoria Abierta (MA), Fondo Elsa Cola Arena.

ENTREVISTAS:

MEMORIA ABIERTA. *Testimonio de Margarita Belloti*. Buenos Aires, 2019.

Recebido em 12/06/2024

Aprovado em 28/10/2024

SCHMITT, Elaine*

<https://orcid.org/0000-0003-2197-320X>

WOLFF, Cristina Scheibe**

<https://orcid.org/0000-0002-7315-1112>

Resumo: Este artigo é dedicado ao estudo crítico da violência de gênero na Internet em conexão com o cenário político brasileiro, que converge para um debate interdisciplinar envolvendo direitos digitais, liberdade de expressão, estratégias de comunicação e a necessidade de pensarmos propostas práticas de informação e conscientização das dinâmicas on-line. A construção de uma rede de solidariedade feminista e o aumento potencial da disseminação de informações sobre os direitos das mulheres e meninas, bem como de outras minorias sociais, foram diretrizes para a criação de propostas didáticas e informativas no enfrentamento às violências de gênero digitais e que serão apresentadas aqui. A partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto "Internet segura com perspectiva crítica de gênero" (LEGH-UFSC/FAPESC), foi possível levantar e mapear dados quantitativos e qualitativos sobre problemas relacionados a ataques na internet, sobre a criação de comunidades com viés democrático e antidemocrático, sobre iniciativas feministas e antifeministas nas redes sociais on-line, entre outras, o que fomentou a criação de diferentes enfrentamentos por parte do projeto citado. Propomos, conjuntamente, uma breve reflexão sobre os desafios trazidos ao judiciário brasileiro no que diz respeito ao ciberespaço, além da apresentação de alguns materiais resultados do projeto que podem ser utilizados no combate à violência de gênero e à desinformação.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, educação, segurança digital, LEGH, UFSC.

Abstract: This article is dedicated to the critical study of gender violence on the Internet in connection with the Brazilian political scenario, which converges on an interdisciplinary debate involving digital rights, freedom of expression, communication strategies and the need to think about practical proposals for information and awareness of online dynamics. The construction of a feminist solidarity network and the potential increase in the dissemination of information on the rights of women and girls, as well as other social minorities, were guidelines for the creation of didactic and informative proposals to confront digital gender violence, which will be presented here. Based on the research carried out as part of the "Safe Internet with a critical gender perspective" project (LEGH-

UFSC/FAPESC), it was possible to collect and map quantitative and qualitative data on problems related to attacks on the Internet, on the creation of communities with a democratic and anti-democratic bias, on feminist and anti-feminist initiatives on online social networks, among others, which led to the creation of different responses by the aforementioned project. We propose a brief reflection on the challenges facing the Brazilian judiciary with regard to cyberspace, as well as presenting some of the materials resulting from the project that can be used to combat gender violence and disinformation.

Keywords: interdisciplinarity, education, digital security, LEGH, UFSC

Resumen: Este artículo está dedicado al estudio crítico de la violencia de género en Internet en relación con el escenario político brasileño, que converge en un debate interdisciplinario que involucra los derechos digitales, la libertad de expresión, las estrategias de comunicación y la necesidad de pensar en propuestas prácticas para informar y sensibilizar sobre las dinámicas online. La construcción de una red de solidaridad feminista y el potencial aumento de la difusión de información sobre los derechos de las mujeres y niñas, así como de otras minorías sociales, fueron directrices para la creación de propuestas didácticas e informativas para combatir la violencia de género digital, que serán presentadas aquí. A partir de la investigación realizada en el ámbito del proyecto «Internet Segura con perspectiva crítica de género» (LEGH-UFSC/FAPESC), fue posible recoger y mapear datos cuantitativos y cualitativos sobre problemas relacionados con ataques en Internet, sobre la creación de comunidades de sesgo democrático y antidemocrático, sobre iniciativas feministas y antifeministas en las redes sociales online, entre otros, que llevaron a la creación de diferentes respuestas por parte del citado proyecto. En conjunto, proponemos una breve reflexión sobre los desafíos que enfrenta el poder judicial brasileño en términos de ciberespacio, además de presentar algunos de los resultados del proyecto que pueden ser utilizados para combatir la violencia de género y la desinformación.

Palabras clave: interdisciplinarietà, educación, seguridad digital, LEGH, UFSC.

* Doutora e pós-doutoranda em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e especialista em História, Cultura e Patrimônio pela Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória. E-mail: elaine.schmitt@gmail.com.

** Doutora em História pela Universidade de São Paulo com pós-doutorados na Universidade de Rennes 2 na França e na Universidade de Maryland nos Estados Unidos. Professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: cristina.wolff@ufsc.br

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado das discussões provenientes de projetos de pesquisa sobre as questões de gênero na internet, realizadas em equipe no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O projeto intitulado “A internet como campo de disputas pela igualdade de gênero”, contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e foi desenvolvido no LEGH entre 2020 e 2024, sob a coordenação da professora Cristina Scheibe Wolff (UFSC). A questão central foi compreender as disputas com relação ao gênero na internet, especialmente nas redes e mídias sociais a partir dos feminismos contemporâneos no Brasil, sendo esta entendida como um espaço público em que a construção e a discussão de cidadania são constantes. Ele se desdobrou no projeto “Internet segura com perspectiva crítica de gênero”¹, em execução atualmente, o qual gostaríamos de discutir a problemática que o orienta, bem como entender algumas relações entre os temas investigados e o cenário político brasileiro de meados de 2024.

Desde a sua fundação, o LEGH tem se dedicado a investigações variadas e de cunho interdisciplinar que envolvem histórias das mulheres, relações de gênero e os diversos feminismos, sejam eles brasileiros, latinoamericanos, de vertente negra, indígena ou transsexual. Apesar da sua já tradicional atuação em projetos com fins pedagógicos, como a elaboração dos webdocumentário “Mulheres de Luta”², da série de vídeos “Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul”³, o projeto “Internet” trouxe ao Laboratório novos desafios no que se refere à relação entre produção de conhecimento acadêmica, já que reuniu a necessidade da compreensão do ambiente digital como campo de estudos e da expertise para produção de conteúdo formativo e informativo dentro desse ambiente digital, sempre relacionado aos estudos de gênero.

¹ Este projeto (No 38/2022) conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e com financiamento do CNPq -processo nº404662/2021-8 - MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020).

² Série de webdocumentários disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLKdITYoXnoNYeN9VY_cXuYq7tyNzRII-8. Acesso em 22 de abril de 2024.

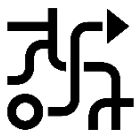
³ Série de webdocumentários disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLKdITYoXnoNbb5paoJ5K69WdvqAXjsdyZ>. Acesso em 22 de abril de 2024.

Neste artigo iniciaremos a discussão tratando das possibilidades de comunicar e interagir na internet, passando pelo percurso conceitual-metodológico e alguns dados alarmantes que embasam a pesquisa. Depois, propomos breves apontamentos sobre a jurisprudência brasileira e a necessidade do letramento digital com perspectiva crítica de gênero. Alguns caminhos da pesquisa também são abordados para, na sequência, apresentamos materiais didáticos que foram planejados e produzidos em consonância aos dados e reflexões obtidas durante os grupos de leituras e a partir das pesquisas desenvolvidas. São materiais didáticos que têm como objetivo maior colaborar com a divulgação de direitos no espaço digital e promover o letramento digital para um público que possui o hábito de consumir redes sociais online, sendo jovem e adolescente principalmente. Por outro lado, apesar de os materiais não preverem instruções para docentes liderarem discussões em sala de aula, estes podem servir como apoio para um debate introdutório pois reúne conteúdo científico, informativo, crítico e educativo.

O imbricamento entre a violência digital de gênero e sua relação com a política brasileira, também faz parte das reflexões propostas, o que nos leva ao debate sobre direitos digitais e na necessidade do desenvolvimento de ações que também possam se somar a diversas outras iniciativas consideradas combativas à desinformação. Conjuntamente, compartilhamos alguns dos caminhos encontrados para tais desafios, assim como a reafirmação da importância da presença do debate sobre gênero, feminismos, diversidades e interseccionalidades em todos os níveis de educação.

AS POSSIBILIDADES DE COMUNICAR E INTERAGIR NA INTERNET

As mudanças estruturais trazidas à comunicação a partir do uso da internet podem ser estudadas por diferentes olhares que perpassam, também, o campo da história, da sociologia, do jornalismo e da política, fazendo emergir um modelo de comunicação de rede muito curioso do ponto de vista investigativo. Posterior à comunicação interpessoal, a comunicação de “um-para-muitos” e da comunicação em massa, vemos na sociedade contemporânea um modelo comunicacional que interliga, por meio da rede, a mídia de massa e a mídia interpessoal. A forma como esta comunicação é organizada e utilizada reflete, ainda, os diferentes níveis de interatividades possíveis, bem como seus paradigmas que tendem a acompanhar a



necessidade e a importância de novas dinâmicas de acessibilidade à informação e de novos papéis de inovação, (CARDOSO, 2009).

Situadas neste espaço que nos coloca em convívio com diversas tecnologias vinculadas a Internet, vimos o surgimento da web 2.0, que permitiu que as pessoas desenvolvessem, protagonizassem e controlassem seus próprios processos e intercâmbios comunicativos graças à interatividade (CASERO, 2010). Por potencialmente ultrapassar a perspectiva unidimensional da mídia massiva, dos monopólios e das práticas de controle de informação, as novas tecnologias de comunicação permitiram, ainda, a interlocução entre diferentes parceiros mediante ações recíprocas e com vínculos virtuais variados, o que favoreceu toda essa inédita interação (Maia, 2008). No entanto, é possível tecer variadas críticas ao modelo de negócios proporcionado pelas grandes empresas de tecnologia como a Meta e a Google, por exemplo, quando interrogamos o que de fato significa a “liberdade de expressão”, quando é concedida e defendida dentro dessas plataformas on-line.

Nesta internet marcada pelo caráter social que abre caminho para uma redefinição do papel desempenhado pela cidadania no campo da comunicação política, reúnem-se práticas para informação, entretenimento, marketing, difusão de conhecimentos e de organização que geram reações tanto no on-line quanto no mundo off-line. Em consonância, respostas institucionais, criação de portais com produção de conteúdo conservador exclusivo e reações de “cancelamentos” são algumas das outras modalidades existentes na internet e que apresentam forte relação com questões políticas, um viés que também faz parte das pesquisas realizadas pelo projeto já citado e que auxiliaram como base científica para a criação dos materiais didáticos que serão apresentados à frente.

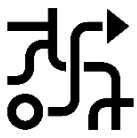
Dentro deste ciberespaço, as redes sociais on-line e outras plataformas virtuais como fóruns, blogs, jogos e chans vêm se constituindo como perpetradores de desinformação e de violências que se dão por diversas formas. A misoginia on-line, por exemplo, se coloca como obstáculo entre as mulheres e os potenciais da comunicação, distribuição da informação e expressão pela internet (VALENTE, 2023). Perseguição reiterada, vazamentos de dados sigilosos, disseminação de imagens íntimas sem consentimento, ataques em massa ou campanhas coordenadas, desinformação generificada e trollagem de gênero, são outras maneiras cada vez

mais usadas para hostilizar e afastar determinados grupos de pessoas deste lugar. (SNYDER, 2022)

Outro fenômeno de interesse no âmbito da comunicação diz respeito à possibilidade do compartilhamento, outra característica básica da web 2.0. A partir dele, o poder de publicação passa dos detentores de grandes audiências às pessoas que possuem maior número de interações. Como resultado, vemos a possibilidade de democratização da comunicação, que permite o exercício de uma influência significativa, geradora de novas formas de participação e diálogo na esfera pública. Contudo, a mudança também ressalta a necessidade de responsabilidade e ética na disseminação de informações, uma vez que o poder de influência pode estar atrelado à inúmeros interesses que escapam do comum. Assim, enquanto a web 2.0 promove um ambiente mais inclusivo e dinâmico, cresce a necessidade de adoção de práticas conscientes e críticas que garantam o espaço virtual como meio de troca construtiva.

Características como a do compartilhamento transformaram as redes, já que estas começam a calcular de acordo com a quantidade de público que interage com uma página ou perfil. O valor atribuído a partir dessa lógica se tornou cada vez mais calculado por meio da abrangência atingida por replicações, menções, comentários, curtidas e compartilhamento de conteúdos. Tal abrangência revela a potência que uma pessoa consegue deter e seu poder de mobilização e transformação. Com isso, percebe-se também a constituição de uma nova hierarquização social, que para Malini e Autoun (2013) possui dois pontos: um em termos internos ao capital, ou seja, a hegemonia das grandes empresas de tecnologia como as já citadas Meta e Google, sobre as indústrias da notícia e do entretenimento; outro sobre a relação capital-trabalho: “captura do tempo livre social do trabalho para gerar gratuitamente valor e inovação às corporações de tecnologia”, (p.217).

Assim, temos o seguinte panorama: a existência de muitos meios de comunicação social em que o assunto em pauta não é apenas produto das instituições de notícia, mas construído pela simbiose de diversos canais, como veículos formais, coletivos informais e indivíduos, o que faz emergir novas formas de comunicar, informar e manifestar. É neste contexto de inovação tecnológica e comunicacional, marcado também pela convergência midiática e transformação cultural, no que diz respeito à produção e consumo de meios de comunicação (JENKINS, 2008), que abrimos espaço para tratar das relações entre direitos digitais e a política brasileira. O



foco no discurso e na interatividade proporcionado pela internet, afirma Flávia Biroli (2020), também pode contribuir para uma transformação digital inclusiva e para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

PERCURSO CONCEITUAL-METODOLÓGICO E ALGUNS DADOS ALARMANTES QUE EMBASAM A PESQUISA

A análise de dados coletados em diversas redes e mídias sociais no âmbito da pesquisa do Projeto “Internet como campo de disputas pela igualdade de gênero” (LEGH-UFSC-FAPESC), demonstrou como textos, fotos e vídeos possuem implicações políticas veementes (Wolff e Schmitt, 2024). A misoginia e o reacionismo, por exemplo, são elementos fundamentais dos discursos coletados e que, no Brasil, estão também associados a grupos políticos de direita, sendo proferidos por homens e mulheres. Este embate político que coloca o aumento de direitos para mulheres e pessoas pertencentes a grupos socialmente minoritários no centro de pautas políticas pode ser observado em muitos lugares do mundo. No estado de Santa Catarina, o Movimento Escola sem Partido e outras entidades de cunho moral, político e religioso reiteram ideias de combate aos estudos de gênero e sexualidade por meio da disseminação de notícias falsas, também conhecida como desinformação generificada, e da falácia da “Ideologia de gênero” (MARQUES E SILVA, 2024). São casos que merecem atenção⁴ e têm tido cada vez mais seguidores e compartilhamentos. (CAMARGO E WOLFF, 2024)

A influencer Pietra Bertolazzi, que se intitula ativista conservadora utilizando a rede social Instagram para vender mentoria sobre antifeminismo e o “resgate da verdadeira feminilidade”, é um exemplo deste tipo de iniciativa reativa que possui alcance significativo. Ingrid Silveira, que se candidatou à Deputada Estadual do Rio de Janeiro (RJ) pelo Partido Liberal, mas não foi eleita, também se soma a este grupo de pessoas dispostas a criar conteúdo contra discursos feministas na internet e que conseguem atingir uma grande parcela de pessoas na internet, levando em conta a

⁴ A notícia sobre a Prefeita eleita na cidade de Canoinhas (SC), Juliana Maciel (Partido Liberal), que simulou jogar livros de uma biblioteca pública no lixo por, segundo ela, oferecerem conteúdo de cunho sexual, é exemplo de desinformações relacionadas à sexualidade e diversidade que circulam atualmente. Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2024/04/19/mp-investiga-prefeita-de-sc-que-fez-video-simulando-jogar-livros-no-lixo.ghtml>. Acesso em 22 de abril de 2024.

quantidade de seguidores. Em sua biografia no Instagram, Ingrid faz referência ao cristianismo, o qual considera como uma de suas principais bandeiras junto ao antifeminismo. Além destas, a conta de Instagram chamada "O homem racional", administrada por Fernando Ataliba que se denomina escritor e mentor com o principal objetivo de "auxiliar homens em sua jornada na busca por uma inteligência emocional mais densa", revela que assim como mulheres antifeministas, existem homens operando na construção de uma sociabilidade retrógrada para mulheres e homens e que chegam à um grande número de pessoas. Assim como Pietra, Fernando também utiliza a rede social para vender cursos em uma plataforma on-line. Em uma breve análise foi possível perceber, a partir da recepção do público ao conteúdo destes perfis, a existência de algumas semelhanças nos discursos dos três estudos de caso que exploram, majoritariamente, aspectos políticos, ideológicos e religiosos.

O acompanhamento dos argumentos centrais do discurso antifeminista utilizado pelos perfis, colocando-os em debate com os estudos feministas contemporâneos, corrobora para a compreensão abrangente das características discursivas e do impacto social e cultural que expressões antifeministas na plataforma potencialmente criam.

No âmbito nacional, chama atenção a produtora Brasil Paralelo (3,9 mi de inscritos em setembro de 2024 no seu canal de Youtube), afirma ser, em seu próprio site, uma empresa privada que envolve jornalismo, entretenimento e educação e que tem como missão o resgate dos "bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros"⁵. Dentre as produções realizadas estão documentários, séries, trilologias, entrevistas, programas, cursos e, até este momento, um filme. No entanto, já é conhecida a relação que a empresa possui com organizações políticas da extrema direita brasileira que, desde a ascensão do ex Presidente Jair Bolsonaro ao poder legislativo, estimulou reações on-line e disseminou notícias falsas com objetivo de criar uma reinterpretação narrativa da história brasileira (FINGER, 2022), o que reuniu discursos conservadores e fundamentalistas que buscavam deslegitimar movimentos de direitos de mulheres e de outras minorias sociais, como os feministas e da população LGBTQIAPN+.

⁵ Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo?utm_medium=home. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

A partir dessa discussão, também importa refletir sobre os avanços e os desafios vivenciados pelo judiciário brasileiro, no que diz respeito ao uso da internet, e que seguem em uma discussão complexa sobre plataformas digitais, liberdade de expressão e a elaboração de leis que garantam que grupos considerados minoritários possam entrar e permanecer nestes ambientes.⁶

Compreender estes embates como um campo de disputa, que perpassa a internet, mas que tem início no off-line por ser um *continuum* (VALENTE, 2023) pode elucidar os desafios, as diferenças e as similaridades apresentadas na realidade que atualmente possui movimentos formados por mulheres autodeclaradas antifeministas e feministas. As questões relacionadas a essa discussão têm consequências sobre vários aspectos da vida cívica, e grande parte dela acontece em ambientes digitais.

A TIC Kids Online, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação do Brasil, mostrou que, em 2023, 34% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos relataram ter passado por situações ofensivas que não gostaram ou que as chatearam na internet⁷. A pesquisa também revelou que 95% da população de 9 a 17 anos utiliza internet no Brasil, o que representa 25 milhões de pessoas. O celular foi apontado como um dispositivo de acesso para 97% das pessoas, sendo o único meio de conexão à rede para 20% dos entrevistados.

Este número colabora para a identificação de uma grande quantidade de jovens com acesso à internet que, dentre as atividades exercidas no ambiente digital, estão nas redes sociais on-line de forma massiva. No Brasil, a porcentagem de pessoas que a utilizam dividida por redes sociais on-line, em 2024, é de 40.96% para o Facebook, 24.5% para o Instagram, 16.06% para o Pinterest e 10.26% para o X (antigo Twitter)⁸. Quando olhamos por uma perspectiva de geração e gênero, a organização Plan Internacional informou em seu relatório anual de 2020 que meninas do mundo todo

⁶ É importante destacar que o termo minoritário aqui não traduz números, já que se pensarmos nestes a população não branca no Brasil é majoritária, assim como as mulheres, por exemplo. Se juntarmos não brancos, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência, teremos certamente uma maioria frente aos homens brancos cishetero.

⁷ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (2023). Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil, ano 2023. Disponível em: <http://cetic.br/pt/arquivos/kidsonline/2023/criancas>

⁸ Disponível em <https://gs.statcounter.com/social-media-stats/all/brazil#monthly-201401-202401>. Acessado em 29/02/2024

estão se auto censurando de forma assustadora devido às experiências de perseguições que sofrem em redes sociais on-line desde seus 14 anos⁹.

Os dados traduzem a necessidade de compreendermos este ambiente e sua utilização por meio de relações complexas entre grupos específicos, considerando o uso das tecnologias em ambientes opressores, como das favelas brasileiras. Nesse sentido, fez parte do projeto uma abordagem sobre as tecnologias digitais do ponto de vista “mundano”, ou seja, de tecnologias que Mike Michael (2023, p.131) aponta como aquelas que hoje são “interligadas à vida cotidiana” e que podem ser compreendidas, simultaneamente, como local de opressão, mas também como ferramenta apropriada pelos oprimidos na busca por liberdade (NEMER, 2021).

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA E A NECESSIDADE DO LETRAMENTO DIGITAL COM PERSPECTIVA CRÍTICA DE GÊNERO

O Marco Civil da Internet no Brasil (lei 12.965/14) é uma das principais leis federais que dizem respeito aos direitos no ciberespaço. Ele foi aprovado após consulta pública que teve início em 2003, sendo o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional em 2011, com aprovação final em 2014. A campanha de mobilização, no entanto, debruçou-se sobre a responsabilidade civil dos blogs e sobre a responsabilização de internautas que dizem coisas na internet por meio de um blog, ou seja, de uma página pessoal que está hospedada em um provedor. Nesse momento havia muitas dúvidas jurídicas para compreender se uma empresa que oferece uma infraestrutura on-line, como uma plataforma, para que diferentes pessoas possam criar diferentes conteúdos, pode ser responsabilizada por tudo que está dentro desse ambiente.

Os tribunais brasileiros discutiram esse tema por bastante tempo e em especial durante a consulta pública do Marco Civil da Internet, entre 2009 e 2010, quando havia certa preocupação com a pluralidade de decisões, que se encaminharam com diferentes sentidos. Alguns tribunais, por exemplo, responsabilizavam as plataformas de blog, o que depois viria a acontecer, também, com as redes sociais, baseado na Teoria do Risco que acredita que, à medida em que se cria um negócio no qual

⁹ Disponível em <https://plan.org.br/relatorios/relatorio-anual-2020/> Acessado em 29/02/2024

diferentes pessoas podem disseminar diferentes discursos, corre-se o risco de que alguém cometa um ato ilícito (Pereira, 1998).

Diferentemente, outros tribunais seguiram na direção da chamada responsabilidade civil subjetiva que, diferente da objetiva que não discute culpa e que pode responsabilizar por risco, analisaria a culpa para tomar uma decisão. Os tribunais procuravam entender se, caso o provedor tivesse ciência de que um conteúdo ilícito havia sido postado, ele passaria a ser responsabilizado caso não removesse o conteúdo. De qualquer forma, a discussão sobre o que significa essa ciência, e de que maneira ela seria aplicada em situações de abuso era algo para ser solucionado ainda, pois se levava a crer que o provedor seria obrigado a remover o conteúdo ilícito para que não houvesse responsabilização. Este foi um dos motivos que deu origem ao Marco Civil da Internet.

O debate foi muito importante para a compreensão da jurisprudência que envolve plataformas de blogs, mas que rapidamente englobou as redes sociais. É nesse momento que o Marco Civil da Internet, no seu artigo 19, procurou privilegiar a liberdade de expressão ao mesmo tempo em que criou um modelo que permitia a responsabilidade desses provedores.

Quando pensamos nos pontos de atenção para o desenho deste artigo em específico, vemos que plataformas digitais (o Marco Civil chama de provedores de aplicações) são responsabilizadas apenas se elas falharem em remover um conteúdo que foi determinado como sendo um conteúdo ilícito, por uma ordem judicial. Nesse sentido, a solução do Marco Civil foi dizer que não caberia às plataformas decidir o que é lícito ou ilícito, já que essa é uma função do Poder Judiciário. Assim, na medida em que uma decisão judicial afirma que determinado conteúdo é ilícito, a plataforma deve removê-la, caso contrário ela será corresponsabilizada com o autor desse conteúdo.

Ao mesmo tempo, vale a pena explicar que a lógica do Artigo 19 foi criar um elemento de fácil identificação ao enfatizar que, em caso de não cumprimento da decisão judicial, a responsabilização aconteceria. Assim, o Artigo 19 privilegiou, em grande medida, a liberdade de expressão, mas também apresentou suas exceções. Em casos de pessoas que figuram em cenas de sexo e/ou nudez divulgadas de maneira não consentida, por exemplo, vale o modelo da notificação e retirada. Quer dizer, a pessoa precisa notificar a plataforma para que esta retire o conteúdo. Não

havendo a remoção, a responsabilização acontece. Mas, quando se diz que os provedores só serão responsabilizados caso eles não cumpram uma ordem social, não significa que os provedores precisem esperar uma ordem judicial para moderar um determinado conteúdo.

No início do ano de 2024, a Comissão de Juristas do Senado Federal apresentou a prévia de um relatório que propõe a exclusão deste artigo do Marco Civil da Internet, além de outros ajustes importantes. Neste mesmo momento vemos a discussão sobre a necessária proibição do discurso de ódio como exercício impulsionado pelos movimentos sociais, que pleiteiam a regulação do discurso, pois entendem os efeitos que ele produz. Quando falamos de discurso de ódio e outras práticas on-line violentas baseadas em gênero, cabe situar historicamente a criação da Lei Lola (13.642) que, desde 2018, prevê a atribuição da Polícia Federal para investigação de crimes na internet que difundem conteúdos misóginos, o que é definido como “propagação de “ódio ou aversão às mulheres”.

O nome da lei se deu em razão da professora da Universidade Federal do Ceará, Dolores Aronovich Agüero, conhecida como Lola Aronovich, que, a partir de denúncias que começou a fazer no seu blog “Escreva Lola Escreva”¹⁰, sofreu uma série de ataques misóginos nas redes sociais. Com isso, grupos extremistas formados principalmente por homens que participavam de fóruns anônimos na *deep web*, passaram a disseminar conteúdo falso e misógeno, seguido de ameaças de morte, estupro e tortura. A pesquisadora, ativista e professora também esteve em um evento de divulgação realizado na UFSC, organizado pela equipe do Projeto “Internet”, no qual foi realizado o lançamento do livro (e-book), o qual contou com a escrita do seu prefácio. O livro reuniu 16 pesquisas inéditas e foi publicado em formato e-book pela editora Cultura e Barbárie¹¹.

Figura 1: À direita, reprodução da capa do livro (e-book) publicado em 2024 e à esquerda a arte de divulgação do evento de lançamento do livro, que contou com uma roda de conversa com Lola Aronovich, quem gentilmente escreveu o prefácio da obra.

¹⁰ Link disponível em: <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/>. Acesso em 20 de abril de 2024.

¹¹ Além da publicação em e-book (digital) também foram impressas cem cópias para que pudéssemos distribuir para todas as pessoas da equipe do projeto, além de levá-lo à eventos e outros espaços de divulgação.



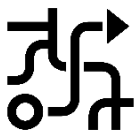
Fonte: as autoras

Na ocasião, Lola falou sobre as dezenas de vezes que já esteve em uma delegacia na tentativa de levar adiante as ameaças que recebeu, e ainda recebe, além da frustração ao acompanhar os casos serem tratados com pouca atenção, principalmente pela dificuldade de o sistema policial e jurídico compreender a maneira de enquadrar e julgar os crimes realizados contra ela.

Entre 2020 e 2021, o InternetLab¹² buscou entender o que o Judiciário brasileiro fazia quando chegavam casos envolvendo misoginia on-line:

Como não há previsão de misoginia no direito brasileiro e as decisões também não mencionam o termo, enfrentamos uma tarefa ainda mais difícil, tanto metodologicamente quanto na própria aferição de conclusões. Precisamos buscar um conjunto grande de palavras-chave para tentar encontrar casos que se enquadrariam na definição de misoginia, já que não era possível buscar a aplicação de uma lei ou um tipo penal (VALENTE, 2023, p.129).

¹² Internetlab é um centro de pesquisa interdisciplinar que promove o debate acadêmico e a produção de conhecimento nas áreas de direito e tecnologia, sobretudo no campo da Internet de maneira independente. É constituído como entidade sem fins lucrativos que atua na articulação entre acadêmicos e representantes dos setores público, privado e da sociedade civil. Para saber mais, acesse o site oficial: <https://internetlab.org.br/pt/>. Acesso em 20 de abril de 2024.



O que se descobriu foi que muitos casos envolvem uma leitura de vida e da moral das mulheres, e se enquadram em uma tipologia que também dialoga com outras investigações. Assim, foram classificados outros tipos de casos como hipersexualização, associação da mulher com prostituição (o que era entendido como um desvalor), questionamento quanto ao desempenho da mulher no que concerne à maternidade, articulação entre preconceitos de gênero e outros marcadores sociais da diferença (raça, etnia, sexualidade, entre outros), questionamento quanto à capacidade profissional, ameaças, divulgação de imagens íntimas não consensuais, e, por fim, apontamento de “defeitos morais, como sugestões de traição, golpismo ou mau-caratismo (VALENTE, 2023, p.130).

Vemos, dessa forma, que a ausência de vocabulário jurídico no caso da misoginia se tornou fundamental para a falta de efetividade concreta dessas legislações, já que não existe previsão na qual se basear para colocar lentes de gênero na análise. Limitações como essas demonstram o quanto precisamos refletir e avançar no que diz respeito ao amadurecimento das leis relacionadas às violências específicas e em ambientes específicos, mas também no quanto precisamos aproximar a esfera civil deste debate.

CAMINHOS DA PESQUISA - A INTERNET COMO CAMPO DE DISPUTAS DE GÊNERO

Cada vez mais os estudos sobre o Tempo Presente percebem a necessidade de compreender as dinâmicas específicas da internet para, então, compreender a complexidade das relações sociais atuais. No entanto, as redes sociais na internet devem ser consideradas reinterpretações e reconstruções com novas características e implicações, diferentemente de meras transcrições do mundo off-line (RECUERO, 2014). Levando isso em conta, as pesquisas realizadas no âmbito do Projeto tiveram a seguinte organização: diferentes equipes se organizaram para investigar diferentes redes e mídias sociais. Assim, cada pequeno grupo utilizou metodologias diversas, como a netnografia (KOZINETZ, 2014), para se aproximar de suas fontes. Houve, por exemplo, um grupo que tomou o site “Mina de HQ” para seu estudo, utilizando a elaboração de uma grande tabela que apresentou detalhadamente o tipo de produção do site de quadrinhos feministas e as temáticas abordadas através do tempo. Essa tabela serviu de base para uma análise computadorizada, com a criação de nuvens

de palavras e outros métodos, que permitiram análise sobre esse conteúdo feminista na internet. (CRESCÊNCIO et. al., 2024). Outros grupos tomaram como base perfis do Instagram, podcasts, sites de jornais, canais de Youtube, e outros, tanto com caráter feminista e democrático, como também de caráter antifeminista e antidemocrático para produzir análise.

Ao mesmo tempo que percebemos as limitações expostas nos resultados de todas as análises produzidas, asseguramos haver um panorama evidente da disputa entre discursos de ódio e antifeministas, mas também sobre as potencialidades da disseminação de conteúdos feministas existentes na internet. Um dos estudos realizados no âmbito do projeto, por exemplo, pretendeu abordar o uso feito da plataforma de site e de redes sociais on-line do próprio LEGH, como o canal do YouTube "Gênero e História" e das contas do Facebook e Instagram, enquanto ferramentas de comunicação, interação e divulgação científica¹³. Para que chegássemos ao panorama citado, foi estabelecido recorte temporal de cerca de um ano (2022 – 2023) para a análise das redes sociais ativas, de forma que pudéssemos entender o comportamento das métricas de acessos, perfil do público, alcance e engajamento, ou seja, aquelas postagens que foram mais curtidas e mais comentadas do perfil. Já para a análise do site, foi utilizada a ferramenta Google Analytics.

Neste estudo preliminar, a conectividade ligada ao Laboratório pôde ser compreendida como um elemento que favoreceu tanto a democracia, quanto o combate à desinformação e à misoginia cada vez maior no ambiente on-line (GONÇALVES et.al., 2024). Assim, interpretamos a experiência como uma ação que operou, potencialmente, a favor do fortalecimento de uma conexão social de solidariedade feminista. É focalizando em resultados como este que, posteriormente, diferentes materiais didáticos foram planejados e executados, uma tentativa de apresentar soluções para que a internet se torne um espaço de produção de conhecimento e de redes de apoio cada vez mais inclusivas.

¹³ Importante destacar que este trabalho desenvolvido nas redes sociais é realizado por bolsistas, estudantes de graduação, pós-graduação e pós-doutorado vinculadas ao Laboratório, dedicando seu tempo e esforço para ampliar o alcance nas plataformas digitais. Notavelmente, esses esforços são conduzidos de forma independente, sem qualquer apoio financeiro (para além do acesso da plataforma que hospeda o site institucional), evidenciando o comprometimento da equipe envolvida na disseminação do conhecimento em estudos de gênero e feminismo.

A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMO PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO

No plano de trabalho do Projeto já estava prevista a produção de materiais didáticos que pudessem divulgar de forma acessível a um público amplo, os resultados obtidos na pesquisa. No entanto, foram os estudos e os resultados das pesquisas que nos guiaram com embasamento científico neste planejamento. No intuito de apresentar e exemplificar tais propostas de enfrentamento, partimos agora para descrição da forma como foram planejados e produzidos estes materiais.

Dentre eles estão uma cartilha educativa sobre violência digital de gênero; uma série de podcasts no qual foram realizadas algumas entrevistas com as professoras e pesquisadoras do projeto; um e-book reunindo todas as pesquisas inéditas; e uma série de vídeos com definições relacionadas aos estudos de gênero, feminismos e sexualidade que visou combater a desinformação generificada. Todos os materiais estão reunidos no site que foi desenvolvido especificamente para o projeto: <https://internetlegh.ufsc.br/>. A preocupação com a adequação dos materiais à linguagem, às formas de divulgação on-line e às faixas etárias foram preocupações constantes deste Projeto que previu consonância com vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente os de número 5, 10 e 16¹⁴.

De acordo com bell hooks (2018), existe uma necessidade de trabalhos acadêmicos com viés feminista direcionados à cultura jovem e à comunidade se quisermos avançar rumo às mudanças de um sistema patriarcal opressor. Da mesma forma, a autora está atenta para a necessidade de iniciativas voltadas às crianças, e que partam ou tenham a colaboração de movimentos sociais, uma vez que o ensino do pensamento teórico feminista precisa alcançar além da palavra acadêmica e da palavra escrita: “Há uma multidão que não tem habilidade para ler a maioria dos livros feministas. Audiolivros, músicas, rádio e televisão são formas de compartilhar o conhecimento feminista (HOOKS, 2018, p. 46).

Acreditamos que a produção desses materiais didáticos é assertiva neste sentido, pois buscou alinhar-se aos objetivos de uma política feminista e democrática

¹⁴ Tais objetivos tratam especificamente da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres e meninas para a superação de desigualdades e violências para alcançar um desenvolvimento sustentável com justiça social.

desde seu planejamento de apresentação, até a distribuição e a divulgação. Outra característica que ressaltamos é a possibilidade de download de todos os materiais por meio do repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, o que faz com que a necessidade de conexão de internet para a utilização em determinados espaços educacionais, que apresentam esta dificuldade, seja dispensada.

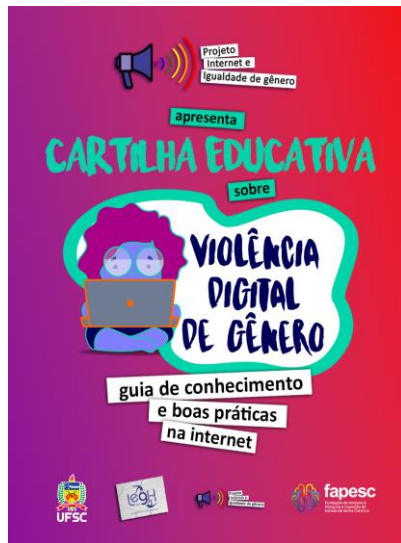
A CARTILHA EDUCATIVA SOBRE VIOLÊNCIA DIGITAL DE GÊNERO: UM GUIA DE CONHECIMENTO E BOAS PRÁTICAS NA INTERNET

Promover a conscientização sobre a violência digital foi o principal objetivo desta cartilha educativa digital, que, a partir da criação de uma personagem que auxilia na condução do conteúdo que pode ser considerado espinhoso, reuniu seis tipos de violência e medidas de segurança que podem ser tomadas. Com o total de 14 páginas, a cartilha abordou, a cada uma delas, as seguintes violências: trollagem de gênero; perseguição ou stalking; disseminação de imagens íntimas sem consentimento; ataques em massa; vazamento de informações pessoais e discursos de ódio.

A escolha pelo planejamento e produção deste material de divulgação sobre segurança digital, privacidade e direitos na internet pôde ser compreendida como ação fundamental para a ocupação e uso seguro de meninas, mulheres e outras minorias no mundo virtual. Além de breves explicações sobre algumas das violências cometidas na internet, seguidas por uma lista com sugestões de medidas de segurança que envolvem a utilização de ferramentas de bloqueio, por exemplo, destacamos ainda a importância em conhecer leis brasileiras que podem ajudar na identificação de possíveis crimes, além da leitura atenta dos termos de uso de cada plataforma de rede social.

Ao final da cartilha ilustrada, enfatizamos como o enfrentamento de violências digitais requer uma luta conjunta de governos, organizações da sociedade civil, plataformas digitais, esforços que se somam ao engajamento de cada cidadã e cidadão. Uma lista de serviços especializados finaliza a produção, levando por meio de hiperlinks a uma série de dispositivos legais e iniciativas da sociedade civil organizada no combate à violência digital de gênero.

Figura 2: Reprodução de algumas páginas da cartilha educativa desenvolvida no âmbito do Projeto “Internet” (LEGH - UFSC)



1 TROLLAGEM DE GÊNERO:

A trollagem de gênero pode parecer uma simples brincadeira, mas tem como objetivo desestabilizar a conversa e causar medo a ponto de fazer com que muitas pessoas abram mão dos espaços digitais. Muitas vezes, têm caráter misógino, racista, capacitista e LGBTIQIAPN+ fóbico.

As principais táticas são: ameaças, violência sexualizada e constrangimento que servem para silenciar as mulheres e podem ser parecidas com maneiras já conhecidas de silenciamento no off-line. No entanto, podem apresentar algumas diferenças nas plataformas já que a ação performática transforma um debate que poderia ser saudável em constrangimento ou medo.

Medidas de segurança:

- Não alimente os trolls: aprenda a ignorar, isso protege também a sua saúde mental.
- Adote o bloqueativismo: saiba que você tem direito de fazer suas regras e bloquear de forma rápida e frequente quem desejar.
- Entenda que a internet não é lógica, nem justa, e por mais que sua resposta a um ataque pareça efetiva. É importante "não morder a isca".
- Não compartilhe para não dar engajamento aos trolls.
- Leia os termos de uso das plataformas que utiliza para saber seus direitos e como fazer denúncias.

2 PERSEGUIÇÃO ou STALKING

O crime de stalking é definido como perseguição reiterada por qualquer meio, ou seja, pode ocorrer fora e dentro da internet. Ela envolve ameaça à integridade física e psicológica, interferindo na liberdade e na privacidade da vítima.

Na internet, o stalking também é conhecido como "perseguição cibernética" e pode envolver a descoberta e a coleta de uma série de informações sobre você.

Como? Simplesmente acompanhando o que você publica nas redes sociais. Ali estão suas fotos, hábitos, lugares preferidos, amigos e familiares. É um prato cheio!

Medidas de segurança:

- Conheça as leis que podem te ajudar. No Brasil, a Lei 14.132/2021 tipifica o crime de perseguição. Conheça para poder acioná-la!
- Não compartilhe informações pessoais com estranhos, mesmo que seja uma pessoa super fofa que você acabou de conhecer em um aplicativo.
- Evite divulgar detalhes como seu endereço e telefone em redes sociais, inclusive de forma indireta, como na foto em que aparece a plaquinha da coleira do seu cachorro.
- Evite postagem de fotos de local de trabalho ou estudo em tempo real, pois isso coloca sua integridade física em risco, caso esteja sendo perseguida.
- A menos que você seja uma figura pública, configure seu perfil para que apenas pessoas próximas tenham acesso às suas informações. Considere, também, a criação de dois perfis: um para o trabalho e outro para sua vida pessoal.

6 DISCURSO DE ÓDIO

É qualquer forma de comunicação (verbal ou não verbal, como memes e imagens manipuladas) que disseme o ódio, intolerância ou preconceito contra algum grupo social. Pode atingir pessoas e grupos independente do gênero, classe, raça/etnia ou posicionamento político, mas mulheres e/ou pessoas de grupos marginalizados por raça/etnia, classe, orientação afetivo-sexual, religião, capacidade física ou intelectual e outros marcadores da diferença são alvos mais frequentes, e de ódio mais intenso.

Medidas de segurança:

- Há leis brasileiras que punem atos motivados por preconceito ou ódio, como a Lei do Racismo (7.716/89). Também se encaixa nessa lei os ataques às pessoas LGBTIQIAPN+ (SIT, 2023).
- Dialogue com seus grupos de amigos on-line e off-line sobre os limites da liberdade de expressão e do discurso de ódio.
- Sempre que possível, denuncie postagens ou comentários que promovam o discurso de ódio às plataformas digitais, mesmo que não sejam direcionados à você.
- Lembre-se que sua rede social é um espaço seu e é você quem decide como e com quem interagir. Proteja-se, pois, apesar das regras e das leis, a internet ainda não é um ambiente justo.
- Proteja-se e não faça ecoar esses discursos: não compartilhe conteúdos ofensivos, deixe de seguir e/ou bloqueie perfis que estejam disseminando discurso de ódio.

Para além da pesquisa, análise e divulgação de dados que evidenciam a necessidade de enfrentar a violência digital e promover a igualdade de gênero, sabemos que essa luta requer ação conjunta de governos, organizações da sociedade civil e plataformas digitais, além do esforço e engajamento de todas as cidadãs e cidadãos.

Somente por meios coletivos que pressionem pela regulamentação das plataformas, fiscalização efetiva e criação de políticas de enfrentamento às violências poderemos desfrutar de um ambiente on-line seguro, respeitoso e igualitário, em que todas as pessoas tenham acesso às potencialidades que a tecnologia proporciona.

De maneira individual, comece por conhecer leis e termos de uso, compartilhe informações e medidas de segurança e tome o controle da tecnologia sem medo. Lembre-se que, apesar dos enfrentamentos, a internet também é sua.

Lista de serviços especializados:

- Ligue 180 (*Central de Atendimento a Mulher em Situação de Violência*)
- Disque 100 (*Disque Direitos Humanos*)
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)
- Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs)
- Delegacias Ciber Crimes (DRCC, DRCL, DRCE)

Lista de dispositivos legais:

- Lei do Marco Civil da Internet (12.965/2014)
- Lei Maria da Penha (11.340/2006)
- Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012)
- Lei Lola (13.642/2018)
- Lei de Stalking (14.132/2021)
- Lei do Racismo (7.716/1989)
- Código Penal (1940/1940)
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- Defensoria Pública (DPE)
- Defensoria Especializada na Defesa do Direito das Mulheres (NUDEM, NAEM, NAM, DEPEDIM)
- Casa da Mulher Brasileira (CMB)

Iniciativas da Sociedade Civil

- SaferNet Brasil (<https://new.safernet.org.br/>)
- Mapa do Acolhimento (<https://www.mapadoacolhimento.org/>)
- Projeto Justiceiras (<https://justiceiras.org.br/>)
- Internetlab (<https://internetlab.org.br/pl/>)

Fonte: as autoras

A SÉRIE DE VÍDEOS

O objetivo central da série foi popularizar e desmistificar termos e conceitos comuns nos estudos de gênero, feminismos e sexualidades. Com linguagem coloquial e didática, os oito vídeos com uma duração média de 2 minutos e meio buscaram alcançar especialmente o público jovem e adolescente nas redes sociais. Os temas abordados foram os seguintes: feminismos; gênero; interseccionalidades; LGBTQIA+; anticapacitismo; antirracismo; violência de gênero e violência digital de gênero. A pesquisa e a roteirização de toda a série foi feita por jornalistas do Portal Catarinas, um veículo de jornalismo independente de Santa Catarina parceiro deste projeto e que atua, desde 2016, na produção de conteúdo, curadoria de informação e observação dos debates públicos sobre gênero e feminismos, principalmente desencadeados pelos meios de comunicação hegemônicos.

Ao longo de oito semanas, os vídeos foram publicados semanalmente no canal @GeneroeHistoria, no Youtube¹⁵, e também no Instagram¹⁶ e no Tik-tok¹⁷ do Laboratório, juntamente ao canal de Instagram e Tik-Tok do Portal Catarinas^{18 19}. Com esta colaboração, foi possível articular pesquisa científica com uma produção jornalística preocupada, também, com a divulgação científica, já que além de colaborar na roteirização e produção, o Portal ficou responsável por fazer a postagem semanal junto com o envio de releases para uma lista de contatos da imprensa que poderia ter interesse. Gostaríamos de mencionar, muito brevemente, que o vídeo com mais visualizações no Youtube até o momento desta análise²⁰ havia sido sobre Interseccionalidade, com 563 visualizações. Este é número significativo quando levamos em conta sua distribuição orgânica. Além disso, haviam 1.865 inscrições e 5.905 de visualizações gerais.

Figura 3: Captura de tela dos diferentes canais on-line do Laboratório em que os vídeos em questão foram publicados: à esquerda no Canal do Youtube, ao meio do Perfil do Instagram e à direita no Tik-Tok

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/@GeneroeHistoria>. Acesso em 02 de setembro de 2024.

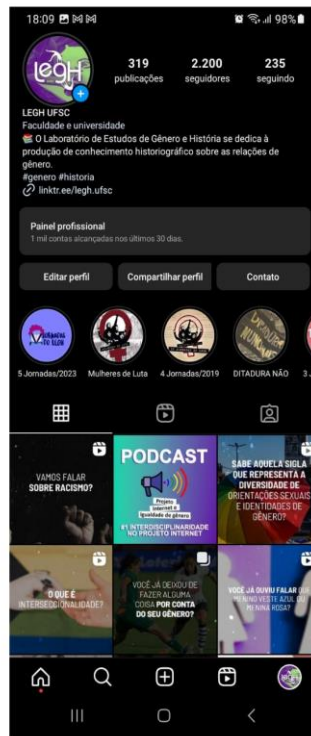
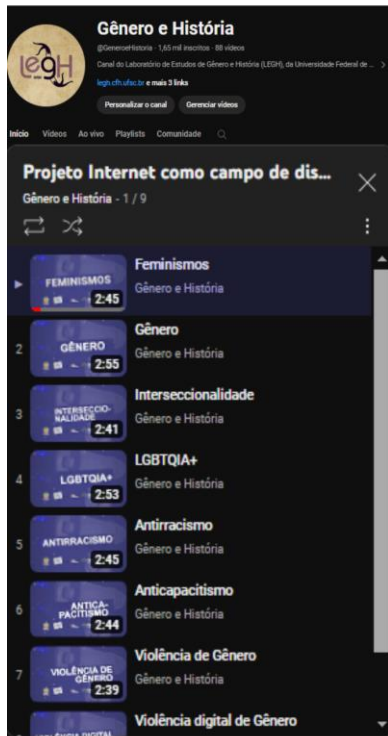
¹⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/legu.ufsc>. Acesso em 02 de setembro de 2024.

¹⁷ Disponível em: <https://www.tiktok.com/@legu.ufs>. Acesso em 02 de setembro de 2024.

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/portalcatarinas/>. Acesso em 23 de abril de 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://www.tiktok.com/@portalcatarinas>. Acesso em 23 de abril de 2024.

²⁰ A análise foi feita dia 28 de julho de 2024.



Fonte: as autoras

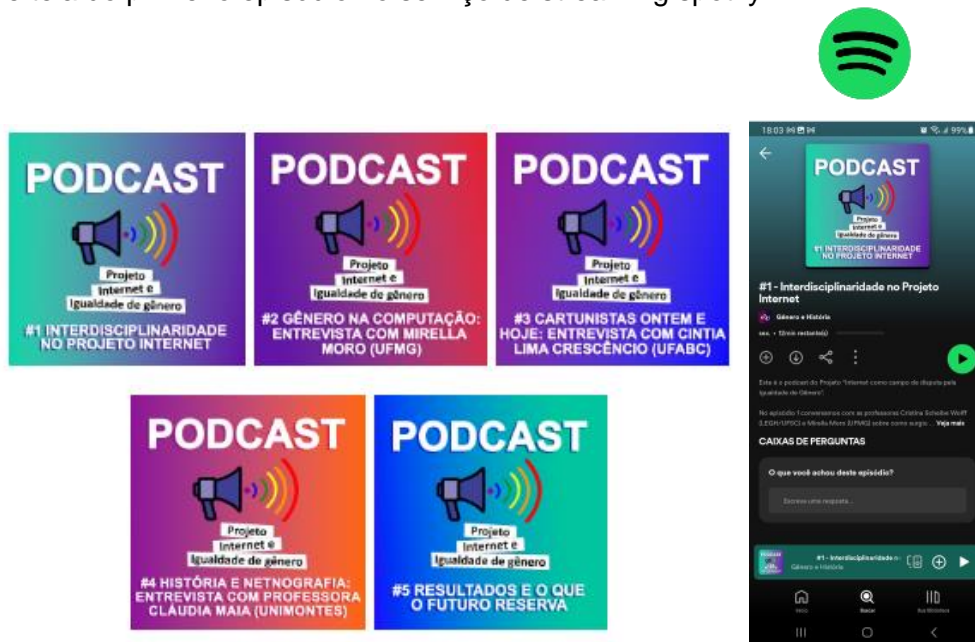
A SÉRIE DE PODCASTS

Esta série foi a primeira experiência com produção de podcasts do Laboratório e teve como objetivo central compartilhar o processo produtivo do projeto “Internet como campo de disputas pela igualdade de gênero”. Nele abordamos os desafios vivenciados tanto ao longo das investigações que envolveram diferentes metodologias, quanto no planejamento e produção de diferentes resultados relacionados do ponto de vista temático, mas que, ao mesmo tempo, dessem conta de atender uma série de carências críticas na atualidade e que perpassam acesso à informação, direitos e letramento digital.

No primeiro episódio, as professoras Cristina Scheibe Wolff (LEGH/UFSC) e Mirella Moro (UFMG) contaram como surgiu a ideia de pesquisar a internet com uma perspectiva feminista e os desafios e potencialidades do trabalho conjunto e interdisciplinar entre Ciências Humanas e Ciência da Computação. No segundo,

Mirella Moro, professora de Ciência da Computação da UFMG, contou sua trajetória na área, além de como as questões de gênero atravessaram suas reflexões e interesses de pesquisa. A professora da Universidade Federal do ABC, Cintia Lima Crescêncio, que tem pesquisado as mulheres quadrinistas e cartunistas e o humor gráfico feminista no Brasil foi a entrevistada da vez. Ela comentou os desafios de trabalhar com as fontes on-line, já que sua pesquisa se debruçou, dessa vez, sobre o site “Mina de HQ”. Na conversa apresentada no quarto episódio, a professora Cláudia Maia, da Unimontes/MG, falou sobre as pesquisas desenvolvidas por ela e por uma equipe de bolsistas sobre a metodologia da netnografia e sobre como foi a experiência coletiva de participar desse projeto. O quinto e último episódio da série trouxe uma conversa com as coordenadoras do projeto, no qual abordaram os resultados do projeto e seus desdobramentos futuros.

Figura 4: À direita, artes produzidas para divulgação de cada episódio da série de podcast do Projeto “Internet como campo de disputas pela igualdade de gênero” e à esquerda captura de tela do primeiro episódio no serviço de streaming spotify.



Fonte: as autoras

O SITE OFICIAL DO PROJETO

Diferente das redes sociais, como Instagram, Facebook e YouTube, que são plataformas altamente interativas e projetadas para facilitar a comunicação, interação e compartilhamento de conteúdo entre as pessoas, o site estático reuniu conteúdo referente à objetivos específicos que não envolvem interações complexas. No nosso

caso, o objetivo maior foi apresentar informações institucionais de maneira rápida, simples e direta, com um design fixo e uma estrutura que oferece uma experiência ágil e sem a necessidade de atualizações frequentes.

Sua estrutura é projetada de forma a atender às diversas necessidades dos visitantes, proporcionando acesso a um abrangente conjunto de recursos e informações. A estrutura do *site* é dividida nas seguintes seções que formam o menu principal: projeto, materiais didáticos, publicações acadêmicas, notícias relacionadas ao Projeto e um campo para busca rápida. Na seção projeto, estão presentes as seguintes subcategorias: sobre, equipe e contato. Em materiais didáticos são listadas outras subcategorias, que são as páginas específicas para cada resultado do projeto. São eles: livro, cartilha, série de vídeos e série de podcasts. Na sequência, é possível acessar as publicações relacionadas ao projeto e que foram apresentados em eventos científicos, bem como em anais de eventos.

Este site (<https://internetlegh.ufsc.br/>) desenvolvido pela equipe do projeto, buscou reunir todos os resultados em uma apresentação que permitisse agregar diversas mídias. Para seu lançamento e divulgação, foi realizada uma live que pode ser assistida pelo link disponibilizado no canal do Youtube do Laboratório²¹. Nela, foram apresentadas e comentadas cada uma das abas do site, dando espaço para que as pessoas que acompanhavam o lançamento pudessem também interagir e tirar suas dúvidas.

²¹ Disponível neste link: https://www.youtube.com/live/uXc_eOsgtVA?si=l2763k_Schm8uA3r. Acesso em 22 de abril de 2024.

Figura 5: Print da tela de início do site oficial do Projeto “Internet como campo de disputas pela igualdade de gênero”



Fonte: as autoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propor-se a compreender a internet de maneira abrangente e interdisciplinar, somada também às lentes epistemológicas dos feminismos interseccionais, nos desafiou a relacionar uma série de implicações que nos foram apresentadas ao longo de todo este projeto. A cada novo passo dado nas diversas investigações pretendidas, íamos deixando de ser simples usuárias da internet, utilizando-a diariamente e por muitas horas em nossas vidas, sem perceber sua intensa influência nos discursos, nas emoções e na constituição política e cidadã, além de uma série de outras subjetividades em disputa neste espaço.

Propor-se a produção de uma análise abrangente e feita a partir de uma perspectiva histórica desses fenômenos sociais, igualmente nos ajudou a compreender que o meio digital das redes sociais e dos recursos da internet são fundamentais para o entendimento tanto da dinâmica social e política que vivemos e também das dinâmicas de movimentos sociais como os feminismos da sociedade contemporânea, por exemplo. Nossa ideia, portanto, foi tomar determinados grupos e redes como parte de um projeto maior, oferecendo reflexões mais consistentes do ponto de vista político e científico, o que também proporcionou embasamento qualificado para a produção dos materiais didáticos.

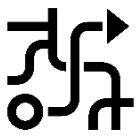
Destacamos ainda, o papel que as redes sociais do LEGH desempenham desde o ano de 2018, período em que as redes sociais on-line do Laboratório não apenas serviram como um meio efetivo de divulgação científica, mas também se transformaram em uma ferramenta estratégica de enfrentamento às diversas ameaças e disseminação de a desinformação generificada, que passou a ganhar apoio do governo vigente. Através do perfil de *Instagram* e do canal no *Youtube*, especialmente, o Laboratório compartilhou conhecimentos e também se solidificou como uma comunidade politicamente posicionada em um momento de muitos ataques contra discussões sobre gênero, feminismos e sexualidades, temáticas que foram fortemente pautadas e deturpadas na internet.

Em tempos de golpe jurídico-midiático, de propostas profundamente antidemocráticas como a intitulada “Escola Sem Partido”, e da ascensão de carreiras políticas construídas sobre discursos de ódio, misoginia, anti-intelectuais e anti-diversidade tanto no on-line quanto no off-line, é que o site internetlegh foi ao ar. Esperamos que diferentes segmentos possam se apropriar das reflexões e informações disponíveis nos materiais disponíveis no site, com o intuito de dar sentido à própria vida prática, servindo também como base que possa orientar a tomada de decisões políticas responsáveis. Assim, damos sentido também a nossa produção acadêmica, pois, ao tocarmos em determinados assuntos diante da conjuntura política específica em que vivemos, estamos marcando nossa posição enquanto ciência humana e enquanto facilitadoras de conhecimento. Específica porque marca uma transição em termos de comunicação e interação por redes digitais, um momento de transformações que muda definitivamente nossa relação com o passado estudado e com nossas projeções para o futuro que desejamos.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos (orgs). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-188.

CAMARGO, Ana Carolina Andrade de; WOLFF, Cristina Scheibe. Discursos Antifeministas no Instagram de pessoas eleitas em Santa Catarina. In: WOLFF, Cristina Scheibe; SCHMITT, Elaine (orgs). *A internet como campo de disputas de*



gênero. Cultura e Barbárie: Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254998> Acesso em 23 de abril de 2024.

CARDOSO, G. Da comunicação de massa para a comunicação em rede. In: Cardoso, G; Cadima, F. R; Cardoso, L. L. *Media, redes e comunicação: futuros presentes*. Lisboa: Quimera Editores, 2009

CASERO, Andreu. El despertar del público? Comunicación política, ciudadanía y web 2.0. In: Vicente, Maximiliano Martin; Rothberg, Danilo (orgs.). *Meios de comunicação e cidadania*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 107-122.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; et. al. Internet, quadrinhos e feminismos: uma análise automatizada do Mina de HQ. In: WOLFF, Cristina Scheibe; SCHMITT, Elaine (orgs). *A internet como campo de disputas de gênero*. Cultura e Barbárie: Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254998>. Acesso em 02 de setembro de 2024.

GONÇALVES, Ailê; MARCHIORI, Emili C.; BORTOLATTO, Marina O.; SCHMITT, Elaine. Legh on-line: um estudo do laboratório de estudos de gênero e história na internet. In: Wolff, Cristina S.; Schmitt, Elaine (orgs). *A internet como campo de disputas de gênero*. Cultura e Barbárie, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254998>. Acesso em 02 de setembro de 2024.

FINGER, Vinícius. História, Mídia Digital e Anti-Ciência: a quimera narrativa do canal Brasil Paralelo. *Historiæ*, 12(2), 2022, 83–104. Recuperado de <https://furg.emnuvens.com.br/hist/article/view/13477>. Acesso em 13 de abril de 2024.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019

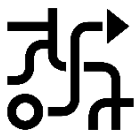
JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2008. 428 p.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

MALINI, Fábio; Antoun, Henrique. *@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAIA, Rousiley. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: Gomes, Wilson; Maia, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008

MICHAEL, Mike. Between the Mundane and the Exotic: Time for a Different Sociotechnical Stuff. *Time & Society*, v. 12, n. 1, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961463X03012001372>. Acesso em 24 de abril de 2024.



MORALES, Fábio Augusto; Pereira, Mateus Henrique de Faria. O convite da história global. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 26, n. 41, pp. 7-13, jan. 2019. ISSN 2175-7976. doi: 10.5007/2175-7976.2019v26n41p7.

NEMER, David. *Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória, ES: Milfontes, 2021.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

RECUERO, Raquel. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. *Fronteiras – estudos midiáticos*, 16(2), 2014. 60-77. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.162.01>. Acesso em 23 de abril de 2024.

SNYDER, Cara K. Navigating online misogyny: strategies, methods, and debates in digital feminism. *Feminist Studies*, 48:3, 2022. Pp. 776-789.

VALENTE, Mariana. *Misoginia na Internet: Uma Década de Disputas por Direitos*. Editora Fósforo, São Paulo: 2023

WOLFF, Cristina Scheibe; SCHMITT, Elaine (orgs). *A internet como campo de disputas de gênero*. Cultura e Barbárie: Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254998> Acesso em 23 de abril de 2024.

Recebido em 07/05/2024

Aprovado em 28/10/2024



BACCI, Claudia Andrea*

<https://orcid.org/0000-0002-8012-1114>

RESUMEN: El artículo indaga en la potencialidad de estrategias colectivas responsables y creativas en las denuncias contra el acoso sexual en espacios académicos, en los que se conjugan abusos en las relaciones de poder y jerarquías del género. A partir de un corpus empírico heterogéneo (publicaciones académicas, informes institucionales, denuncias públicas/escraches y acciones online), proveniente de contextos diversos (Portugal y Argentina), exploro el modo en que los sentimientos de injusticia pueden motorizar solidaridades feministas para superar algunas de las limitaciones de las denuncias públicas, escraches y normativas y protocolos administrativos.

PALABRAS CLAVE: escraches; protocolos; colectivos de denuncia.

ABSTRACT: This article examines the potential of responsible and creative collective strategies in complaints against sexual harassment in academic spaces, where abuses of power relations and gender hierarchies are combined. From a heterogeneous empirical corpus (academic publications, institutional reports, public complaints like “escraches” and online actions) from different contexts (Portugal and Argentina), I explore how feelings of injustice can drive feminist solidarities in academia to overcome some of the limitations of public complaints, administrative regulations and protocols.

KEYWORDS: *escraches*; protocols; complaint collectives; injustice.

* Socióloga y Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Profesora en Sociología (Facultad de Ciencias Sociales, UBA) y en posgrados (Universidad Nacional de La Plata y Universidad Nacional de Tres de Febrero). Es Investigadora Formada del Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC/FSoc-UBA) y Becaria Posdoctoral (Extraordinaria) del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).



Hay muchas maneras de provocar un disturbio feminista [...] Alzar la voz y hablar con otras, refugiar a la que habla: estos actos de difundir la palabra construyen mundos. Aguar la fiesta es un proyecto constructor de mundos.
Sara AHMED (2021, p. 455-456)

INTRODUCCIÓN

“Explosión”, “marea”, “estallido”, “ola” y “tsunami” son algunos de los nombres que se han dado al crecimiento del movimiento feminista en América Latina en la última década. Heloísa Buarque de Hollanda evoca el “susto alegre” que le produjo escuchar el “vozerío, marchas, protestos, campanhas na rede e meninas na rua [que] se aglomeraram, gritando (...) A novidade era tão repentina quanto forte” (2018, p. 11). Lo inesperado y arrasador de este despliegue de acciones, intervenciones y discursos feministas, que intensifican la escena pública en diferentes contextos, locales y regionales, tiene uno de sus ejes en sentimientos de injusticia ante experiencias de exclusión y violencia sexista, y en particular con la emergencia y diseminación de protestas y denuncias de acoso y violencia contra mujeres y personas LGTTBIQ+. Estas denuncias exponen públicamente las ofensas y de sus agentes tanto en espacios institucionales como en redes virtuales (RICHARD, 2021; LÓPEZ DIETZ; HINER, 2022; VERA GAJARDO, 2022a; GIUDICE, 2023).

La denuncia pública, transformada por generaciones de nuevas feministas, recupera una larga tradición de repertorios de acción y genealogías de protesta con temporalidades desfasadas o bien discontinuadas, de gran heterogeneidad y vitalidad (CHEJTER, 1995; SUÁREZ y BANDEIRA, 2002; CARNEIRO, 2003; SAGOT, 2008). Sonia E. Álvarez (2019) postula que “el feminismo” (en singular) constituye un “campo discursivo de acción” dinámico en el cual se multiplican los espacios y los discursos sobre qué es y quiénes serían “feministas”, cuáles serían sus prácticas de acción y protesta, atravesado por disputas de sentido en relación a distintos temas. Por otra parte, la imbricación del activismo feminista con otros movimientos sociales desde los años 2000 ha afectado crecientemente esas otras prácticas y discursos de acción/protesta, por lo que cuestiones que eran vistas como estrictamente “feministas” –desigualdades de género y sexismo, racismo y lesbo-transfobia, acoso y abuso sexual– comenzaron a atravesar los debates al interior de otros agrupamientos y movimientos, así como a “viajar” a través de redes sociales articulando “processos de



tradução cultural e apropriação política, [que] formam parte do referente discursivo de expressões feministas locais” (ALVAREZ, 2022, p. 11). Una perspectiva feminista sobre las formas y repertorios de la protesta social y la acción callejera requiere considerar los afectos/sentimientos y corporalidades que las impulsan, las apropiaciones, ecos y resignificaciones discursivas que enuncian “lo injusto” en diferentes escenas y contextos sociopolíticos (JASPER, 2013; SOLANA y VACAREZZA, 2020).

En este artículo exploro el modo en que los sentimientos de injusticia ante el acoso sexual pueden motorizar solidaridades feministas en el ámbito académico – universidades, institutos científicos de investigación y otros espacios institucionales de educación superior. También analizo la forma en que distintas acciones muestran algunas de las limitaciones tanto del enfoque en la denuncia (como en lo que se conoce como “escraches”), como de la centralidad de protocolos administrativos para gestionar y satisfacer las demandas de justicia ante el abuso de relaciones de poder sexistas.

Carlos Pereda señala en la introducción del *Diccionario de Injusticias* que “las injusticias singulares se interrelacionan y conforman tramas (...) dibujando territorios de la injusticia” (2022, p. XI). Dichos “territorios de injusticia”, según el autor, traman ejes verticales (jerarquías institucionales y estructurales) que afectan la vida cotidiana, la distribución social-económica de recursos y los sesgos institucionales; y ejes horizontales (fracturas sociales excluyentes y descalificadoras) que operan a través de prejuicios persistentes en la historia y estructura sociales, así como de su normalización en la vida cotidiana. Pero los sentimientos de injusticia ante “experiencias de exclusión y oprobio enseña(n) no solo a sentir rabia, indignarse y protestar, sino también a buscar otros horizontes” (PEREDA, p. VII), impulsando la emergencia de formas de reconocimiento mutuo y activación política.

Dos preguntas delimitan los alcances de las reflexiones que presento: ¿De qué modo las universidades integran “territorios de injusticia” delineados por políticas sexistas y por la normalización de prejuicios sobre las relaciones entre los géneros? ¿Cómo se enuncian protestas y denuncias ante este tipo de injusticias en estos territorios institucionales?



Para ello, en el primer apartado desarrollo algunos elementos de estrategias de denuncia contra el acoso sexual en instituciones académicas en el marco de la expansión de los feminismos latinoamericanos e ibéricos de los últimos años. En el segundo retomo los debates que se generaron en torno a las estrategias de denuncia pública y escraches, y a la implementación de protocolos institucionales, en particular sobre los supuestos sesgos punitivistas y de victimización en este tipo de acciones e intervenciones. En los dos apartados siguientes problematizo estas cuestiones, en primer lugar, en relación a los casos de acoso denunciados en la Universidad de Coimbra (Portugal) conocidos en 2023 que involucraron al sociólogo Boaventura De Sousa Santos y a otras personas del Centro de Estudios Sociales de esa universidad. En segundo lugar, expondré algunos elementos de las acciones del Comité Efímero de Interpelación Feminista de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) realizadas en noviembre de 2020.

Para ello recurro a un *corpus* heterogéneo de materiales: publicaciones académicas, informes institucionales e intervenciones en espacios digitales de acceso público (Facebook, Instagram, Youtube y blogs o sitios institucionales). Analizo aspectos dichas acciones de protesta y denuncias desde una perspectiva metodológica cualitativa aplicada al estudio de discursos sociales así como a su circulación en las redes digitales (RAPLEY, 2008, p.29-46; KOZINETS, 2015), para observar las resignificaciones que producen estas acciones al demandar formas de justicia no necesariamente ligadas a la matriz jurídica o procedimental de las instituciones, que recuperan formas feministas de intervención en el espacio público (AHMED, 2015, p. 40-42; SCHEIBE WOLFF, 2024).

ACOSO SEXUAL EN ÁMBITOS ACADÉMICOS

La preocupación por el sexismo y el acoso en el ámbito académico ha crecido en los últimos veinte años, pese a que ya en la década de 1990 diferentes Convenciones internacionales sobre derechos humanos y derechos de las mujeres señalaron la necesidad de atender esta problemática en instituciones educativas en general y universidades en particular (FUENTES VÁSQUEZ, 2019, p. 138). En América Latina y el Caribe, el campo académico en general no ha estado exento de miradas críticas que, desde diversos colectivos ligados a las luchas feministas y

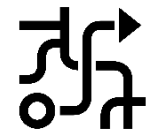


antirracistas y el afianzamiento e institucionalización de las áreas de estudios de género, *queer*, LGTTBIQ+ y perspectivas interseccionales, cuestionan el modo en que las instituciones impulsan (o eluden) acciones concretas ante las denuncias y protestas contra el acoso sexual y otras formas de discriminación y violencia por razones de género (GAMBOA SOLÍS, 2019).

La historiadora Joan W. Scott señalaba que, pese a sus usos de sentido común, la categoría de *género* permite comprender las relaciones de poder matizadas en torno a la diferencia sexual y la “difícil relación (en torno a la sexualidad) entre lo normativo y lo psíquico” (2011, p. 100) que todavía atraviesa todas las relaciones sociales (el trabajo, la política, los derechos, la familia, entre otras). Además, entendida como la serie de tecnologías discursivas que atraviesan la cultura y producen regulaciones corporales y subjetivas (DE LAURETIS, 1996), nos permite comprender jerarquías de preservación/reproducción de representaciones del sexo y la sexualidad en el mundo contemporáneo. La violencia sexual forma parte del andamiaje de tecnologías del género que operan “naturalizando” el binarismo sexual (varón/mujer) y de género (femenino/masculino), así como patrones cis/heteronormativos que reproducen jerarquías sociales y valores culturales de carácter histórico, por lo que pueden ser cuestionadas y transformadas (BUTLER, 2001).

Desde ese marco conceptual, el acoso sexual puede entenderse –de manera amplia y a la vez concreta– como una “falta de respeto a una voluntad o a una conciencia ajenas, a las que no se otorga valor”, un atropello a la privacidad, una solicitud de carácter sexual no deseada o consentida, que se propone intimidar, humillar u ofender (OSBORNE, 2009, p. 141). En este marco, señala Raquel Osborne, el acoso puede articular el sexismo y otras jerarquías sociales en un complejo de conductas inapropiadas (chistes soeces, exhibiciones sexuales indeseadas, forzamientos) que incluyen el uso de nuevas tecnologías digitales como vehículo, y pueden llegar hasta el abuso o la violación. (Ibíd., p. 143 y 151-153).¹

¹ En los casos que presento aquí, tanto en Portugal como en Argentina existen leyes y regulaciones institucionales contra diferentes formas de violencia contra las mujeres y por razones de género. En Argentina la Ley 26.485/2009 incluye el acoso sexual entre las conductas penalizadas como violencia laboral e institucional, tanto contra las mujeres como por razones de género (identidad de género y orientación sexual). En el caso de Portugal, el



La antropóloga feminista mexicana Marta Lamas plantea la problemática ambigüedad del término “acoso”, señalando que su uso entre los feminismos de América Latina ha sido propiciado por el avance de corrientes puritanas y victimistas propias del conservadurismo sexual “americano”. Según Lamas, el incremento de denuncias de acoso sexual “canalizan así el malestar y la indignación que les provocan prácticas machistas, agresivas o discriminatorias”, reduciendo “en el significativo “acoso”, la complejidad de un contexto violento, desigual y explotador” que excede a las conductas sexuales individuales (LAMAS, 2018, p. 7). Para esta autora, la noción refuerza el sentido común que sostiene la inocencia/victimización de las mujeres *versus* la agresividad/inmunidad de los varones, uno de cuyos efectos negativos sería la consolidación de estereotipos de (in)vulnerabilidad según género y la intensificación del “pánico moral sexual”. Estos estereotipos serían propios del esquema patriarcal punitivo de las instituciones represivas estatales, que dan lugar a denuncias falsas, “linchamientos verbales, ‘escraches’ y otras acciones terroristas” (Ibíd., p. 22-39).² El subtítulo del libro resume esta cuestión de manera lapidaria “¿Denuncia legítima o victimización?”. Si bien la ambigüedad del término merece ser discutida, desde la perspectiva de Lamas se desconoce el peso del fenómeno en las esferas laboral-institucional –como la académica–, así como en la vida cotidiana, y las estrategias feministas de denuncia pública son descontextualizadas e impugnadas.

Por su parte, Scott indica que el problema en el caso del acoso sexual en dicho ámbito radica en que los señalamientos propios de las denuncias públicas nos hacen perder de vista las estructuras socio-políticas y culturales de desigualdad –sexismo, clasismo, racismo, etc.– que sustentan el daño subjetivo. Así, al individualizar y personalizar las demandas, atenúan la centralidad de estas desigualdades en la constitución y reproducción de las instituciones (2019, p. 88-92).

assédio sexual constituye una contravención grave incluida en el Código do Trabalho (CT: art. 29) a través de la Ley 73/2017 modificatoria.

² Ahmed (2022, p. 357-358) advierte acerca del uso de la noción de “linchamiento” para denominar estas acciones, ya que ésta “evoca una historia de violencia racista específica contra varones negros” que coloca a las denunciantes (en el caso que aborda) en el lugar de “una turba iracunda” racista, recuperando el trabajo de Kimberlé Crenshaw sobre los usos de esta metáfora para el caso de la acusación de Anita Hill contra el Juez Clarence Thomas en 1991 en los Estados Unidos (resurgido con el #MeToo en 2017).



Considerando estas prevenciones, nos preguntamos “si hay acoso: ¿cabe la pregunta sobre la legitimidad de la denuncia?” (MARIASCH, 2019).

Como apunta Gema González al analizar la experiencia del colectivo Red No Están Solas (REDNES) en universidades mexicanas, existe una gran diferencia entre el escrache entendido como “una acción colectiva antisistémica” que denuncia la impunidad, y otras acciones de carácter punitivo. Del mismo modo es preciso diferenciar entre la victimización como una forma de desestimar a quienes denuncian, y la agencia de quienes actúan *qua* víctimas en el espacio público (GONZÁLEZ, 2019, p. 174). Retomaré ambas cuestiones en los apartados siguientes.

A diferencia del supuesto punitivismo y victimización que obturarían la capacidad crítica de las denuncias de acoso sexual, la socióloga feminista Sara Ahmed propone observar “el activismo de la queja” contra las “culturas institucionales de acoso” en los espacios académicos. Para ello recoge testimonios sobre procesos de denuncia por acoso sexual, capacitismo, discriminación racial y hacia personas con identidades de género y orientaciones sexuales diversas, producidas en universidades e institutos superiores en el Reino Unido, e invita a “oír la queja” ya que, dice, “Que te oigan como a una persona que se queja es lo mismo que que no te oigan [...] una forma muy efectiva de menospreciar a esa persona” (AHMED, 2022, p. 9).

La figura de la “feminista aguafiestas” (*feminist killjoy*), que Ahmed retrataba en sus libros previos, desarma los consensos de felicidad o armonía (familiar o institucional) porque “habla del daño”, señala la injusticia del sexismo o la violencia existente en un objeto, situación o discurso. Para esta autora, este señalamiento puede entrañar consecuencias indeseadas o inesperadas, según el lugar que se ocupe en las jerarquías académicas de poder, si bien sus sesgos sexistas son quizás menos visibles (AHMED, 2022, p. 325-336; 353-355). Dichos sesgos atraviesan también otras asimetrías y desigualdades basadas en el prestigio o la posición institucional, desde las más ostensibles como el sistema de claustros, o las etarias y pedagógicas (estudiantes-docentes, becarixs-orientadorxs), como las que se dan entre pares y entre las diferentes jerarquías del trabajo (docentes-administrativos-técnicos, etc.).

En las universidades de América Latina la dinámica expansiva de la matrícula y del personal dedicado a la enseñanza y a la investigación se caracteriza por un



marcado proceso de feminización desde la década de 1980 (segregación horizontal) (OCTS-OEI, 2023, p. 25-30). Esto supone fuertes transformaciones institucionales que sin embargo no se reflejan en la democratización de las estructuras jerárquicas de gobierno o del trabajo académico, ni en el acceso a niveles superiores de formación (doctorados) o en áreas tecnológicas (segregación vertical) (UNESCO-IESALC, 2021, p. 21-44). Como destaca Osborne (2009, p. 135-140) siguiendo estudios realizados desde la década de 1990 en España, la segregación laboral por sexos –horizontal y vertical– se expresa según lógicas de jerarquías laborales y genéricas, de carácter discriminatorio o coercitivo. Es en este sentido que afirma que el acoso sexual en el medio laboral (en este caso, universidades o centros científicos) puede ser considerado como un indicador de la persistencia de modelos patriarcales de las relaciones entre los géneros. Un ejemplo de esta persistencia es el relevamiento realizado por la Agencia de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea que señala que “El acoso sexual es más frecuente en las mujeres con titulación universitaria y en las pertenecientes a los grupos profesionales de más alto nivel” (FRA-EU, 2012, p. 33).

La expansión de la perspectiva de género en las universidades, así como su contacto con los activismos feministas en las calles, tanto en América Latina como en la Península Ibérica, aporta una mirada crítica del carácter jerárquico y desigual de las relaciones de género (y otras relaciones de poder), promoviendo la implementación de medidas y reglamentaciones específicas como protocolos, secretarías de atención de denuncias y redes interinstitucionales de universidades e institutos de formación superior e investigación (CERQUEIRA et al., 2023; BRITO et al., 2022; GOMES, 2021; BUARQUE DE ALMEIDA, 2019; BLANCO Y SPATARO, 2019; BUARQUE DE HOLANDA et al., 2018).

ESCRACHES Y PROTOCOLOS

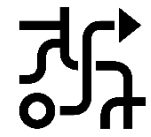
Las demandas de justicia por acoso sexual en el ámbito universitario –así como otras formas diversas de discriminación y maltrato fundados en prejuicios racistas, capacitistas o contras las diversidades sexo-genéricas–, van desde las denuncias públicas informales como los “escraches”, tanto en el espacio físico como en redes sociales (Facebook e Instagram; blogs, etc.), hasta la creación de instancias



normativas específicas de reparación y/o sanción concretas, como protocolos y códigos de conducta, entre otras. Los sentimientos de injusticia que los motorizan, impulsan otros afectos políticos y formas de solidaridad feministas que llevan a reconsiderar “en el pensamiento y la praxis feminista (...) las relaciones convencionales entre temporalidad, afectos y política” (SOLANA y VACAREZZA, ob. cit., p. 8). Esta mirada afectiva retrospectiva visibiliza la persistencia de situaciones de acoso y abuso en el ámbito universitario, promueve acciones de intervención y articulación con trayectos formativos (talleres, mesas de discusión, publicaciones) y actualiza memorias feministas de/en las disciplinas.

En la Argentina, desde 2014 aproximadamente, y con diferentes intensidades en el marco de las movilizaciones #NiUnaMenos³ y la viralización de *hashtags* como #nonoscallamosmás o el #Metoo estadounidense, diferentes colectivos y grupos de mujeres y feministas comenzaron a denunciar públicamente situaciones de acoso, abuso y violaciones ocurridas en distintos espacios sociales como la universidad y escuelas secundarias, el ambiente del rock, el teatro, espacios laborales, o la calle. Estas acciones se identificaron como “escraches” porque retomaban algunos aspectos del repertorio de luchas por los derechos humanos de la organización *Hijos por la Identidad y la justicia, contra el Olvido y el Silencio* (H.I.J.O.S.). Durante la década de 1990 los escraches de H.I.J.O.S. se proponían visibilizar la impunidad de militares acusados por crímenes de la última dictadura, bajo la consigna “Si no hay justicia, hay escrache”. La denuncia y condena social se producía a través de acciones en la vía pública donde se identificaba y señalizaban los espacios de trabajo o residencia de los acusados con la consigna “Acá vive un genocida”, para informar a las/los vecinos y generar una “condena social” como una forma de reparación simbólica (MANSO, 2021).

³ La primera manifestación #NiUnaMenos (3 de junio de 2015) fue convocada espontáneamente por redes sociales por un grupo de periodistas, artistas y activistas feministas en repudio al asesinato en la provincia de Santa Fe de Chiara Páez (14 años, embarazada de 2 meses) por su novio. La manifestación había sido precedida por una “Maratón de lectura” el 26 de marzo en la plaza pública del Museo del Libro y de la Lengua de la ciudad de Buenos Aires para conmemorar la desaparición de la estudiante universitaria Florencia Penacchi (2005) y protestar por el femicidio de Daiana García (marzo 2015). Estas convergencias se mantuvieron hasta al menos 2020, cuando las restricciones pandémicas afectaron parcialmente la masividad de las convocatorias.



En el caso de los escraches por acoso sexual, su expansión vertiginosa en espacios académicos y educativos exigió a autoridades y otros actores sociales implicados reflexionar sobre los desafíos de visibilizar el sexismo y la violencia de género sin abonar políticas punitivistas y dispositivos patriarcales de castigo, cuya selectividad puede capturar y desvirtuar la perspectiva feminista en estas intervenciones (PÉREZ, 2023; ARDUINO, 2021; PECHENY et al., 2019). Además, el uso creciente de las redes sociales y otras tecnologías comunicacionales aceleran y profundizan las interacciones y generación de “comunidades virtuales” y redes organizativas de diferente alcance, que se autonomizan de las regulaciones propias de la interacción cara-a-cara en la vida cotidiana (LAUDANO, 2019; BONAVITTA et al., 2020).

Tamar Pitch (2014, p. 20-21) advierte sobre uno de los obstáculos y riesgos que supone el desplazamiento en las estrategias discursivas feministas contra la violencia (sexual y de género) desde un paradigma orientado hacia las causas socio-culturales y políticas de la opresión, hacia otro centrado en la víctima. Este desplazamiento epocal, indica la autora, individualiza las casusas y despolitiza las demandas. En este punto, señala, la legitimidad de la víctima que denuncia, una voz históricamente silenciada en el marco del paradigma securitario y penal-punitivo del Derecho, pierde su alcance controversial y su potencial transformador.

La elaboración de protocolos y encuestas institucionales sobre acoso sexual recogió las reflexiones sobre estas cuestiones producidas desde 2015, al menos en Argentina (SALETTI-CUESTA et al., 2023; GÓMEZ ROJAS et al., 2021; VACAREZZA et al., 2020). Los protocolos en el ámbito académico plantean normas de conducta apropiadas, reglamentos de recepción de denuncias y procedimientos para su tratamiento de acuerdo a los Estatutos de cada Universidad, al funcionamiento de sus órganos de cogobierno (participación de todos los claustros) y al régimen de autonomía institucional. Si bien estos instrumentos normativos tienen efectos democratizadores, ya que sus principios aseguran el anonimato, el “debido proceso”, limitándose a la aplicación de procedimientos académicos,⁴ su implementación no

4. Las denuncias de abusos y violaciones se derivan al ámbito judicial penal. Los principios rectores de estos protocolos en el caso argentino se adecúan a la Ley 26485, aseguran la gratuidad en instancias de asesoramiento, el respeto en la recepción de las denuncias, la confidencialidad y el anonimato de los datos de denunciados y acusados (hasta que se



está exenta de obstáculos ligados a la existencia de estructuras de poder propias de la academia.

En este sentido, la demanda de justicia a través de denuncias públicas constituye un elemento importante de los discursos feministas en la academia para visibilizar las redes sociales e institucionales que garantizan la impunidad y reproducción de las estructuras del género. Las denuncias también ofrecen espacios de “activación de la herida” (VERA GAJARDO, 2022b).

CUANDO LAS PAREDES HABLAN: SILENCIAMIENTO

De acuerdo a Elizabeth Jelin, en el acoso sexual vinculado a situaciones laborales “Predominan el silencio, la invisibilidad, el ocultamiento y la culpabilización de la víctima” (1994, p. 19). No debería sorprender que la instancia de denunciar constituya un punto de quiebre subjetivo y social que abre un abanico complejo de posibilidades, desde el litigio legal y la denuncia formal ante las instituciones, hasta estrategias informales de exposición pública de la situación, e incluso formas evitativas para mitigar el costo de la exposición personal en estructuras jerárquicas de poder (patriarcal/laboral) de cuya capacidad para brindar respuestas se desconfía (OSBORNE, ob. cit., p. 153-158). Por eso, una denuncia puede ser muchas cosas y puede también hacer cosas diferentes en diferentes momentos:

Una denuncia puede ser el modo en que decimos no a algo, sea oralmente o por escrito o incluso a través de una comunicación no verbal: las denuncias como una forma de objetar, llamar la atención, desafiar, nombrar, cuestionar, retirarse, no sonreír, no reír, gruñir y más. (AHMED, 2022, p. 183)

En este apartado me referiré a algunas aristas de las acciones y procesos que rodearon a las denuncias presentadas por parte de ex becarias y activistas sociales contra el sociólogo Boaventura De Sousa Santos, reconocido por sus aportes a los estudios decoloniales y epistemologías del Sur. Santos fue denunciado por situaciones de acoso y abuso en el Centro de Estudios Sociales (CES/Universidad de Coimbra, Portugal) donde se desempeñaba como investigador y profesor. Estas

ratifique la denuncia), evita la revictimización y exposición pública de denunciantes, y procura diligencia y celeridad en el proceso.



denuncias generaron una enorme cantidad de notas periodísticas, reflexiones, cartas de apoyo y de protesta, manifiestos y entrevistas, algunas de las cuales retomo brevemente para establecer una cronología descriptiva del proceso. En lo que sigue, considero el modo en que los procedimientos administrativos y las políticas editoriales se conjugaron para dar como resultado un apagamiento de las voces de quienes denunciaron, así como un silenciamiento de las aristas críticas de estas denuncias hacia las instituciones académicas y sus modos de gestionar las jerarquías y relaciones de poder.

Las primeras denuncias públicas surgieron en abril de 2023 a raíz de la publicación, el 31 de marzo, del volumen *Sexual misconduct in academia: informing an ethics of care in the University* por la Editora Routledge. En el Capítulo 12 Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro y Miye Nadya Tom, ex estudiantes de posgrado en el CES presentaban una autoetnografía del camino que las llevó a denunciar a su entonces director por acoso sexual y moral, y sobre las formas en que la institución trató esas denuncias (VIAENE et al., 2023).⁵ Aunque a lo largo del capítulo hablaban del “profesor estrella” sin mencionar la identidad de ninguna/o de los involucrados, pronto se difundió que se traba Santos y de otrxs proferores del CES. El “caso” había explotado en verdad primero en las paredes del CES en 2018, donde aparecieron pintadas que decían “Fuera Boaventura. Todas sabemos”, para luego replicarse en las redes sociales (#TodasSabemos). Tras la publicación del capítulo de Viaene, Laranjeiro y Tom, se sumaron comunicados y nuevas denuncias (Suspenden..., 2023; CORREIA, 2023; Todas sabemos, 2023). Por ejemplo, la escritora y *weychafe* mapuche Moira Millán recordó la denuncia que había realizado en 2018 en el marco de la VIII Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) en Buenos Aires, donde relató el acoso e intento de abuso sexual que había sufrido por parte de Santos durante una visita a Coimbra en 2010 (MATAMALA, 2023). CLACSO era una de las instituciones en las cuales Santos cumplía funciones como profesor, por lo que sus autoridades resolvieron desvincularlo al conocerse las denuncias publicadas en 2023 y acompañar

⁵ El capítulo se difundió también en una traducción al español, “Las paredes hablaban cuando nadie más lo hacía”, como intervención colectiva autoconvocada de investigadoras y profesoras en solidaridad.



iniciativas impulsadas por Grupos De Trabajo autoconvocadxs para abordar esta problemática (DUEÑAS et al., 2024).

Todo se sucedió muy rápido. El 16 de abril el CES anunció la suspensión de Santos como director emérito, así como de uno de sus colaboradores implicados, y convocó a una Comisión Independiente para investigar las cerca de quine denuncias presentadas en su contra. Em su Informe final la Comisión reconoció “padrões de conduta de abuso de poder e assédio por parte de algumas pessoas que exerciam posições superiores na hierarquia do CES” (COMISSÃO INDEPENDENTE DE ESCLARECIMENTO DE SITUAÇÕES DE ASSÉDIO, 2024, p. 65-66 y 74-75). Además, recogió información sobre las dificultades para denunciar estos hechos, sobre el peso de la precariedad académica y laboral en la estructura académica e institucional para el acceso a puestos de empleo y financiamiento de investigaciones, así como la ausencia de espacios seguros o de confianza en los cuales asesorarse.⁶

Las autoras del capítulo mencionado recuperaban otros procesos similares en otras universidades prestigiosas, destacando que la dificultad para presentar estas denuncias radicaba en que “In the case of academia, few understand how institutions and their internal dynamics might constrain young female academic researchers from standing up and talking out publicly” (2023, p. 209). A dichas dificultades se podrían agregar en este caso las políticas editoriales ya que, pese a integrar la colección “Investigación Interdisciplinaria en Género” y a que el propio resumen del libro señalaba que “This book is about experiences of sexual misconduct in the everyday spaces of academia and what and how we can learn from these experiences to inform an ethics of care in the university”, la Editorial decidió retirar la publicación del sitio online (CÂNCIO, 2023).⁷ Pese a la enorme difusión de la denuncia, la experiencia del trabajo de denunciar fue silenciada, ahora solo se encuentran disponibles las páginas del escándalo en las redes sociales y el Informe oficial de la Comisión.

⁶ Un Comunicado de la Presidencia y el Comité Directivo del CES señala que en 2019 se crearon instrumentos y procedimientos para el abordaje de denuncias de este tipo (<https://ces.uc.pt/en/agenda-noticias/destaques/2023/comunicado>).

⁷ En el sitio de la Editorial Routledge se anuncia “This content is out of print and no longer available for purchase on this site”, y solo es accesible la Introducción y sección de bibliografía final. Un colectivo internacional de investigadoras/es y profesorxs elaboraron una carta abierta a la Editorial (<https://www.buala.org/pt/mukanda/censura-academica-em-situacoes-de-mas-condutas-sexuais-e-abuso-de-poder-na-nossa-academia-na>).



Como muestra el trabajo de Ahmed, los procesos de denuncia nos informan sobre el funcionamiento de las instituciones y sus normativas, una especie de *fenomenología* o *mecánica institucional* (2022, p. 174-179 y 364-377):

Muchas denuncias sobre problemas institucionales se resuelven de manera tal que reproducen problemas. Muchas denuncias terminan siendo denuncias sobre el modo en que se manejan las denuncias. Muchas denuncias hechas en instituciones terminan siendo denuncias sobre las instituciones. (AHMED, 2022, p. 51)

Este tipo de denuncias reciben impugnaciones que producen desconfianza sobre las intenciones de quienes denuncian, antes que una escucha empática. ¿Cómo puede manifestarse la denuncia feminista en los ámbitos académicos, sin deslegitimar normativas y protocolos y sin ceder al impulso individualizante y pasivo de la nominación como “víctima”? ¿Qué podremos oír cuando esas denuncias se realizan? ¿Qué dimensiones del trabajo académico resultan cuestionadas en estos relatos y qué relación guarda esto con las formas en que sus instituciones producen/reproducen relaciones de poder basadas en desigualdades de género y sexismo?

Escuchar lo que las paredes dicen “cuando nadie más lo hace” –como denunciaba el título del capítulo de Viaene, Laranjeiro y Tom–, puede ser también prestar oídos a voces colectivas que muestran los modos en que la mecánica de una institución está “fallando” o que sus muros se están desmoronando.

CÓMO NOS MOVEMOS: COLECTIVOS DE DENUNCIA

En este último apartado pretendo mostrar la forma en que la protesta y acompañamiento feministas pueden bordear los señalamientos de “punitivismo” sin silenciar las voces de quienes denuncian y demandan alguna forma de justicia y reparación. Activar denuncias colectivas y elaborar estrategias de visibilización que singularicen las condiciones bajo las cuales operan el sexismo y la discriminación de género, racial y demás, en el ámbito académico –incluso en aquellos espacios que incluyen estos temas en sus agendas de trabajo e investigación–, son algunas de las formas que invocan genealogías de la acción feministas que, al demandar justicia, la producen.

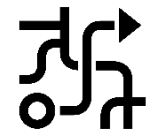


Si bien considero junto con González (ob. cit.) que el método del escrache no responde necesariamente a una perspectiva punitivista de la denuncia, así como no toda víctima se “victimiza” (o es “victimizada” al ser aludida), reconozco los problemas que las prácticas de denuncia pública suponen en términos de una ética de la nominación del daño que considere también posibilidades de reparación (FAUR, 2019). Sin embargo, como surge de las denuncias realizadas en el CES, los instrumentos y normativas institucionales no siempre logran alojar el descontento a través del involucramiento solidario y sin replicar la violencia. En ocasiones, como señala Ahmed, se naturaliza el esfuerzo que supone denunciar (y acompañar las denuncias) por discriminación y sexismo.

En diversos trabajos previos (DUEÑAS et al., ob. cit.; BACCI y OBERTI, 2022; VACAREZZA *et al.*, ob. cit.) apostábamos a transformar las aulas universitarias y otros espacios de formación superior en “espacios hospitalarios” donde pudieran ensayarse preguntas sobre el modo en que el poder y el género atraviesan nuestras universidades. Estas preguntas son una elaboración necesariamente colectiva, surgen en el encuentro con otras y otros, y solo pueden ser respondidas provisoriamente. Como advierte Ahmed, la necesidad institucional de individualizar denuncias, denunciadxs y denunciantes puede ser una forma de consolidar la “negativa a reconocer o actuar en respuesta a la situación” (2022, p. 449), cristalizando territorios de injusticia difíciles de desarmar.

Para reflexionar sobre la cualidad colectiva de la denuncia feminista voy a concentrarme en una acción realizada en la Universidad Nacional de Córdoba (UNC) en el año 2020. Encuadro estas acciones como estrategias colectivas de denuncia y reparación, formas de “justicia feminista”, que cobijan quejas o denuncias por diferentes formas de acoso y violencia de género que no han logrado ser tramitadas por las instituciones, o que resultan difíciles de reconocer/exponer sin riesgo para quienes denuncian.

En el contexto de Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO) que rigieron en la Argentina durante la pandemia de COVID-19 (2020-2021), la sobrecarga de trabajo y demanda institucional en el ámbito educativo y académico afectaron especialmente a las mujeres y diversidades sexo-genéricas (UNESCO-IESALC, 2021: 45-47). En este periodo también se dinamizaron acciones de denuncia y



concientización sobre diversas formas de violencia de género y sexual, fundamentalmente a través de las redes sociales (APREZA SALGADO y BRAVO SALCIDO, 2021). En el caso de la UNC, desde el Centro de Investigaciones María Saleme de Bournichon y el Museo de Antropología, ambas instituciones pertenecientes a la Facultad de Filosofía y Humanidades (FFyH-UNC), se propusieron visibilizar el Día Internacional de Lucha contra las violencias hacia la Mujeres (Lesbianas, Trans y Travestis) que se conmemora el 25 de Noviembre de 2020. La intervención consistió en la puesta en circulación de una serie de acciones reunidas en un sitio web, en el canal de Youtube y en la página de Instagram del CIFYH, señaladas con las consignas #RedesFeministasContraLasViolencias y #ConVidaNosQueremos, que realizaron entre el 19 y el 27 de noviembre de 2020.⁸

Dichas acciones se proponían multiplicar las “redes feministas contra la violencia” conformadas por organizaciones como #NiUnaMenos-Córdoba, en articulación con otras acciones institucionales plasmadas en el Protocolo disciplinario académico (SALETTI-CUESTA *et al.*, 2023)⁹. En los diferentes espacios virtuales expusieron un Diccionario de Escritoras, una lectura comentada de la comedia *Lisístrata* de Aristófanes (online), un conversatorio online sobre la aplicación de la Ley Micaela en la Universidad,¹⁰ el video “Cuerpas Exquisitas”,¹¹ y la serie de carteles del Comité Efímero de Interpelación Feminista publicados en el sitio web.¹²

Las “interpelaciones” del Comité Efímero exponían en un weblog e Instagram alrededor de 60 carteles que presentaban una serie de preguntas orientadas a abrir “espacios de reflexión de y sobre las comunidades que habitamos, entre ellas la propia universidad”. Algunas de estas se dirigían al trabajo académico cotidiano y su imbricación con el trabajo de cuidados dentro/ fuera del hogar, destacando la prolongación de las labores domésticas de las mujeres en los ámbitos académicos, o

⁸ Fuentes: Mariposas contra las violencias, <https://ffyh.unc.edu.ar/cifyh/mariposas-contra-las-violencias/>

⁹ Este Protocolo integra el *Plan de Acciones y Herramientas para prevenir, atender y sancionar las Violencias de Género en el ámbito de la UNC* (Res. CSup.1011/15).

¹⁰ La Ley 27499/2019 establece la capacitación obligatoria e integral en género y violencia de género para todas las personas que se desempeñan en la función pública, en los tres poderes del Estado nacional. Se la denomina así en conmemoración de Micaela García, una joven de 21 años, militante política y feminista, víctima de femicidio en 2017.

¹¹ Fuente: <https://youtu.be/8rcKOEJRSBM?si=oGTIbwMZakOGCHel>

¹² Fuente: <https://ffyh.unc.edu.ar/mariposascontralasilencias/comite-efimero-de-interpelacion-feminista/>



la alteración de las tareas docentes o de investigación para continuar con la domesticidad. Otros carteles señalaban la discriminación sexista y de género en la carrera académica, o el prejuicio contra personas LGTTBIQ+. A los fines de este artículo me detendré en aquellas interpelaciones ligadas de forma específica al acoso sexual.

Varios carteles cuestionaban el supuesto de que la Universidad fuera un espacio igualitario y protegido de la violencia de género y sexista, mostrando que allí operaban relaciones de poder invisibilizadas bajo el prestigio y el reconocimiento académico. También hacían preguntas muy simples como “¿Por qué el *oikos* académico siempre recae sobre cuerpos femineizadx?” dirigidas a la institución y sus prácticas productivas-reproductivas, y otras muy complejas como “¿De cuántos espacios más tendremos que retirarnos para tener derecho a una vida libre de violencias?”, en las que la “retirada” oscila entre las tácticas de autoprotección y la resignación.

En relación a la acción de denunciar, las interpelaciones se dirigían tanto hacia la disponibilidad de escucha que (no) habían sentido al intentar denunciar –“¿Alguna vez hiciste una acusación por violencia de género y fuiste desestimada?”, “¿Te dijeron que eran mentira o tu imaginación?”-, como hacia quienes se negaban a escucharlas: “¿Hasta cuándo el pacto de encubrimiento?”, “¿Cuántos silencios vale el machismo?”. El silencio opera aquí como la desestimación de la queja/denuncia, un silenciamiento de la queja/denuncia y un consenso tácito de no hablar del “asunto” que protege a quienes son acusados y a la institución.

Finalmente, otro conjunto de carteles recurría a la negación hiperbólica convirtiéndola en actos afirmativos enunciados de forma colectiva, asamblearia e inorgánica, bajo la firma del Colectivo Efímero que, como parte del campo discursivo del feminismo, autoriza a hablar: “Nuestros cuerpos no les pertenecen”, “Ni Una Vez Más”, “Ni Una Menos”, “No hay excepción ni justificación para la violencia patriarcal”. Negación sobre negación, estas interpelaciones reiteran haber dicho que “no” y también que no fueron escuchadas.

Bajo la forma de preguntas no respondidas y negaciones, las intervenciones del Comité Efímero elaboraban las ofensas y politizaban sentimientos de injusticia (VERA GAJARDO, 2022a), re-encuadrando el “territorio de injusticias” académico



dentro del campo discursivo feminista. Constituían así verdaderas interpelaciones sobre las prácticas y discursos encarnadas subjetivamente, que interrogaban sus anudamientos ideológicos. El rodeo por la pregunta se dirigía anónimamente hacia colegas, compañeros, autoridades y referentes intelectuales, toda la comunidad universitaria atravesada por prácticas y estructuras de poder imbricadas por formas diversas de discriminación y sexismo. La emergencia de estas interpelaciones en el marco de la elaboración colectiva forma parte también de la construcción de un “oído feminista”, un método para llevar adelante el trabajo de cambiar las instituciones y lograr que se escuchen las quejas/denuncias que se preferiría desoír (AHMED, 2022, p. 14-20).

El trabajo del Comité de Interpelaciones Feministas retomaba algo de la canción anónima que animaba las manifestaciones de la “Marea Verde”, “Ahora que estamos juntas, ahora que sí nos ven...”, como una chispa para encender la transformación. Una política feminista de lucha contra todas las formas de violencia contra las mujeres y personas LGBTTIQ+, expone las fronteras siempre imprecisas de lo público y lo privado e interpela a los poderes y sujetos que las sustentan, disponiendo otros formatos y recursos para el debate público, más allá de la denuncia formal, los escraches y protocolos institucionales.

CONSIDERACIONES FINALES

La agenda que plantean algunas intervenciones feministas en la academia en el mundo luso-hispanohablante busca generar espacios inclusivos y libres de violencia sexista; así como reforzar las tareas de cuidado y diversificación institucional. La vitalidad crítica de los feminismos supone además cierta vacilación en el diálogo que se establece entre activismo y vida académica, un ejercicio que nos involucra en una práctica reflexiva colectiva, entrelazando diferentes niveles y jerarquías sociales de opresión y desigualdad, que debe amplificarse de algún modo en las aulas y otros espacios académicos.

Los ejemplos desarrollados brevemente en este artículo muestran las dificultades institucionales para admitir la emergencia de voces feministas en los espacios académicos, donde explosiones y tsunamis feministas se topan con muros firmes. Pero quienes vivimos entre esas paredes hemos comenzado a hablar,



empujando sus límites. La denuncia no escuchada en el Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra (Portugal) encontró su canal. Aunque el silenciamiento, que en otras ocasiones se deriva de las formas burocráticas de manejo de la “información sensible”, operó a través de otros medios, al final las paredes hablaron y la denuncia explotó. Por otro lado, la experiencia del Comité Efímero de Interpelación Feminista de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) produjo un espacio colectivo de enunciación que circuló la palabra pública sobre las formas más o menos sutiles de injusticia de la *mecánica institucional* de la vida universitaria.

Estas intervenciones desde/en el ámbito académico son un llamado de atención acerca de transformaciones necesarias y profundas de la cultura sexista en la vida cotidiana-laboral en ese ámbito. Si escuchamos con hospitalidad estas demandas de justicia, quizás surja allí también una invitación dirigida a resistir la complacencia, una estrategia para plantear la desobediencia general a las relaciones de saber/poder, una invitación que nutre y reformula una larga historia en el pensamiento feminista.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA DE LOS DERECHOS FUNDAMENTALES DE LA UNIÓN EUROPEA (FRA-EU). Violencia de género contra las mujeres: una encuesta a escala de la UE (Resumen de las conclusiones). Luxemburgo: UE, 2014. Disponible en: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-vaw-survey-at-a-glance-oct14_es.pdf; Acceso: 06/05/2024.

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. México: PUEG-UNAM, 2015.

AHMED, Sara. *Vivir una vida feminista*. Buenos Aires: Caja Negra, 2021.

AHMED, Sara. *¡Denuncia! El activismo de la queja frente a la violencia institucional*. Buenos Aires: Caja Negra, 2022.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos en movimiento, feminismos en protesta. *Punto Género*, Santiago de Chile, n.11, 2019. <https://doi.org/10.5354/2735-7473.2019.53881>



ALVAREZ, Sonia E. Protesto: Provoações Teóricas a partir dos Feminismos. *Polis*, Osorno, vol. 21, n.61, p.98-117, 2022. Disponible em: <http://journals.openedition.org/polis/21314>; Acceso: 06/05/2024.

APREZA SALGADO, Socorro y BRAVO SALCIDO, Armando. La violencia contra las mujeres en el contexto de la pandemia: entre la eliminación del espacio público y la toma del ciberespacio. *Jurídica Ibero*, México, año 6, julio-diciembre, p.15-39, 2021.

ARDUINO, Ileana. Preguntas para pensar la relación entre justicia, reformas y feminismo. *Mora*, Buenos Aires, vol. 27, n.1, 2021.

BACCI, Claudia y OBERTI, Alejandra. Enseñamos en el mundo. Escenas para una universidad feminista. En: FONSECA SANTOS, Melody; MITJANS, Tito y HERNÁNDEZ, Georgina (Comps.), *Memoria y feminismos: cuerpos, sentipensares y resistencias*. México D. F.: Siglo XXI Editores y CLACSO. 2022, p. 337-362.

BLANCO, Rafael y SPATARO, Carolina. Con/contra las estrategias institucionales: percepciones de estudiantes universitarios ante iniciativas contra violencias sexistas. *Nómadas*. Bogotá, n.51, 2019. [10.30578/nomadas.n51a10](https://doi.org/10.30578/nomadas.n51a10)

BONAVITTA, Paola; PRESMAN, Clara y BECERRA, Jeli Camacho. Ciberfeminismo. Viejas luchas, nuevas estrategias: el escrache virtual como herramienta de acción y resistencia. *Anagramas*, Medellín, v. 18, n.36, p.159-180, 2020. Disponible en: <http://hdl.handle.net/11407/5879>; Acceso 19/02/2024.

BRITO, Carolina; BARBOSA, Marcia C.; PAVANI, Daniela B.; COSTA, Angelo B. y NARDI, Henrique C. Harassment in Brazilian Universities: How Big Is This Problem? The Federal University of Rio Grande Do Sul (UFRGS) as a Case Study. *Anais Da Academia Brasileira De Ciências*, Rio de Janeiro, vol. 94, n.2, 2022. <https://doi.org/10.1590/0001-3765202220201720>

BUARQUE DE ALMEIDA, Heloísa. Violence sexuelle et de genre à l'université: du secret à la bataille pour la reconnaissance. *Brésil(s)*, n.16, 2019. <https://doi.org/10.4000/bresils.5348>

BUARQUE DE HOLANDA, Eloísa; MORAES, Andrea; SILVEIRA DE FARIAS, Patrícia. Na academia. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Explosão*



feminista: Arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 205-238.

BUTLER, Judith. *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Buenos Aires, Paidós, 2001.

CÂNCIO, Fernanda. Ação legal na origem de suspensão de livro que denuncia Boaventura. Autora fala em “silenciamento”. *Diário de Notícias [Online]*. 12 de agosto de 2023. Disponible en: <https://www.dn.pt/sociedade/acao-legal-na-origem-de-suspensao-de-livro-que-denuncia-boaventura-autora-fala-em-silenciamento-16850546.html>; Acceso: 03/11/2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n.49, p.117-133, 2003. Disponible en: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>; Acceso: 03/11/2023

CERQUEIRA, Carla; TABORDA, Célia; PEREIRA, Ana Sofia. #MeToo em Portugal: Uma análise temática do movimento através de artigos de opinião. *Cuadernos.Info*. Santiago, n. 55, 2023. <https://doi.org/10.7764/cdi.55.57013>

CHEJTER, Silvia. *Emergencia y evolución del movimiento antiviolencia en la Argentina*. Serie Informes de Investigación, n. 1. Buenos Aires: CECyM, 1995.

CORREIA, Mariama. Deputada brasileira denuncia assédio sexual de Boaventura durante doutorado. *Pública [Online]*. São Paulo, 14 de abril de 2023. Disponible en: <https://apublica.org/2023/04/deputada-brasileira-denuncia-assedio-sexual-de-boaventura-durante-doutorado/>; Acceso: 06/05/2024.

DE LAURETIS, Teresa. La tecnología del género. *Mora*, n.2, p.6-34,1996.

DUEÑAS, Maireth; FLORENCIO DE AGUIAR, Thais; VALDIVIESO, Magdalena [et al.]. Reflexiones y resistencias sobre las violencias patriarcales en la academia. *Boletín de la Comisión InterGTs de iniciativas de reflexión y formación sobre violencias en la academia*, n.1, 2024. Buenos Aires: CLACSO. Disponible en: <https://www.clacso.org/boletin-1-reflexiones-y-resistencias-sobre-las-violencias-patriarcales-en-la-academia/>; Acceso: 06/05/2024.



FAUR, Eleonor. Del escrache a la pedagogía del deseo. *Anfibia*. Buenos Aires, 18/02/2019. Disponible en: <https://www.revistaanfibia.com/del-escrache-la-pedagogia-del-deseo/>; Acceso 27/03/2020.

FUENTES VÁSQUEZ, Lya. “Cuentos que no son cuentos”: acoso sexual, violencia naturalizada en las aulas universitarias. *Nómadas*. Bogotá, n.51, 2019. [10.30578/nomadas.n51a8](https://doi.org/10.30578/nomadas.n51a8)

GAMBOA SOLÍS; Flor de María. Acoso sexual en la Universidad: de protocolos y protocolos. *Nómadas*. Bogotá, n.51, 2019. [10.30578/nomadas.n51a12](https://doi.org/10.30578/nomadas.n51a12)

GIUDICE, Lucía. La táctica del hashtag, escraches y los feminismos en Uruguay. *Crítica y Resistencias*. Córdoba, n.11, p.57-69, 2023. Disponible en: <https://www.criticayresistencias.com.ar/revista/article/view/164>; Acceso: 14/03/2024.

GOMES, Mariana. Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização. *Áskesis*, São Paulo, vol. 10, n.2, 2021. <https://doi.org/10.46269/10221.590>

GÓMEZ ROJAS, Gabriela; OBERTI, Alejandra; RAMOS MARGARIDO, Silvina. Encuesta sobre violencias de género de la Facultad de Ciencias Sociales (UBA): ¿una metodología para favorecer la escucha?. *II Congreso de Políticas Públicas contra las violencias de género*, vol. I. Ministerio de las Mujeres, Políticas de Género y Diversidad Sexual, Gobierno de la Provincia de Buenos Aires, 2021, p.354-373.

GONZÁLEZ, Gema. Escraches en redes feministas universitarias: una estrategia contra la violencia de género hacia las mujeres. *Comunicación y Medios*. Santiago de Chile, vol. 28, n.40, 2019. [10.5354/0719-1529.2019.53974](https://doi.org/10.5354/0719-1529.2019.53974)

JASPER, James M. Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación. *ReLaCES*, vol. 4, n.10, p.48-68, 2013.

JELIN, Elizabeth. ¿Ante, de, en, y? Mujeres, derechos humanos. *América Latina Hoy*, n.9, p.7-23, 1994.

KOZINETS, Robert V. *Netnography: Redefined*. London: SAGE, 2015.



LAMAS, Marta. *Acoso. ¿Denuncia legítima o victimización?* México: Fondo de Cultura Económica, 2018.

LAUDANO, Claudia. “#NiUnaMenos en Argentina: Activismo digital y estrategias feministas contra la violencia hacia las mujeres”. In: NATANSOHN, Graciela y ROVETTO, Florencia (Orgs.). *Internet e feminismos: olhares sobre violências sexistas desde América Latina*. Salvador de Bahía: EDUFBA, 2019, p. 149-173.

LÓPEZ DIETZ, Ana y HINER, Hillary. ¡Nos quitaron tanto que nos quitaron hasta el miedo! Acción colectiva, emociones, repertorios y marcos estratégicos del Tsunami Feminista de 2018 en Chile. *Revista Páginas*, Rosario, vol. 14, n.35, 2022. <https://doi.org/10.35305/rp.v14i35.644>

MANSO, Noelia D. Escraches en redes sociales. Aproximaciones históricas, medios y agendas feministas. *Intersecciones en Comunicación*. Olavarría, vol. 1, n.15, 2021. <https://doi.org/10.51385/ic.v1i15.58>

MARIASCH Marina. Acoso y confusión: Reseña de Marta Lamas. *LatFem*. Buenos Aires, 17/04/2019. Disponible en: <https://latfem.org/acoso-y-confusion/>; Acceso: 06/05/2024.

MATAMALA, Lola. Moira Millán: “No me iba a dejar violar aunque fuera Boaventura”. *El Salto Diario*. España. 16 de abril de 2023. Disponible en: <https://www.elsaltodiario.com/violencia-machista/tengo-denunciar-bonaventura-sousa-santos-hombre-presumiblemente-izquierdas>; Acceso: 16/03/2024.

OBSERVATORIO IBEROAMERICANO DE LA CIENCIA, LA TECNOLOGÍA Y LA SOCIEDAD (OCTS-OEI). Panorama de la educación superior en Iberoamérica a través de los indicadores de la Red INDICES. *Papeles del Observatorio*, n. 25, 2023. Disponible en: <https://observatoriocts.oei.org.ar/wp-content/uploads/2023/04/Papeles-25-Web.pdf>; Acceso: 06/05/2024.

OSBORNE, Raquel. *Apuntes sobre violencia de género*. Barcelona: Bellaterra, 2009.

PECHENY, Mario, ZAIDAN, Luca, y LUCACCINI, Mirna. Sexual activism and ‘actually existing eroticism’: The politics of victimization and ‘lynching’ in Argentina. *International Sociology*, vol. 34, n.4, 2019. <https://doi.org/10.1177/0268580919854297>



PEREDA, Carlos (Comp.) *Diccionario de Injusticias*. México: Instituto de Investigaciones Filosóficas, UNAM / Siglo XXI Editores, 2022, p. IX-XXVIII.

PÉREZ, Moira. Escrache feminista, punitivismo, y la memoria larga del patriarcado. In: PARRA, Fabiana y CRISTECHE, Mauro (Eds.). *Desigualdades, resistencias y derechos en Latinoamérica y el Caribe*. Quito: Religación Press, 2023, p. 111-140.

PITCH, Tamar. La violencia contra las mujeres y sus usos políticos. *Anales De La Cátedra Francisco Suárez. Revista de Filosofía Jurídica y Política*, Granada, n.48, 2014. <https://doi.org/10.30827/acfs.v48i0.2778>

RAPLEY, Thomas. *Los análisis de la conversación, del discurso y de documentos en investigación cualitativa*. Madrid: Morata, 2008.

RICHARD, Nelly. La insurgencia feminista de mayo 2018 en Chile. In: *Zona de tumultos: Memoria, arte y feminismo. Textos reunidos de Nelly Richard: 1986-2020*. Buenos Aires: CLACSO, 2021. p. 311-327.

SAGOT, Montserrat. Los límites de las reformas: violencia contra las mujeres y políticas públicas en América Latina. *Revista de Ciencias Sociales*, Costa Rica, vol. II, n.120, 2008. <https://doi.org/10.15517/rcs.v0i120.10523>

SALETTI-CUESTA, Lorena, SCOCOZZA, Romina, y YUKELSON, Ana G. Balances y desafíos a ocho años de implementación del Plan de Acciones y Herramientas Contra las Violencias de Género en la Universidad Nacional de Córdoba. *Polémicas Feministas*, Córdoba, n.7, p.1–12, 2023. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/polemicafeminista/article/view/42208>; Acceso: 19/02/ 2024.

SCHEIBE WOLFF, Cristina. Uma internet em teu caminho: corpo e afetos no feminismo contemporâneo no Brasil. In: SCHEIBE WOLFF, Cristina y SCHMITT, Elaine (orgs.). *A internet como campo de disputas de gênero*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2024, p. 14-26. [DOI 10.29327/5366407](https://doi.org/10.29327/5366407)

SCOTT, Joan W. Género: ¿Todavía una categoría útil para el análisis? *La manzana de la discordia*, Cali, vol. 6, n.1, 2011. <https://doi.org/10.25100/lamanzanadeladiscordia.v6i1.1514>



SCOTT, Joan W. *Knowledge, power, and academic freedom*. New York: Columbia University Press, 2019.

SOLANA, Mariela; VACAREZZA, Nayla Luz. Sentimientos feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 28, n.2, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n272445>

SUÁREZ, Mireya y BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina y UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 295-320.

Suspenden al sociólogo portugués Boaventura de Sousa Santos tras denuncias de acoso sexual. *El Diario Ar [Online]*. Argentina. 16 de abril de 2023. Disponible en: https://www.eldiarioar.com/sociedad/suspenden-sociologo-portugues-boaventura-sousa-santos-denuncias-acoso-sexual_1_10124684.html; Acceso: 25/04/2023.

UNESCO-IESALC. Mujeres en la educación superior: ¿la ventaja femenina ha puesto fin a las desigualdades de género? París: UNESCO-IESALC, 2021. Disponible en: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377183>; Acceso: 19/02/ 2024.

VACAREZZA, Nayla; SAPOROSI, Lucas; PELLER, Mariela; OBERTI, Alejandra y BACCI, Claudia, “*El Tendedero en la Universidad: Legados feministas contra el acoso y el sexismo*”, *Boletín Retazos. Memorias feministas*, Buenos Aires, n.1, 2020. Disponible en: <https://www.clacso.org/boletin-1-retazos-memorias-feministas/>; Acceso: 27/10/2020.

VERA GAJARDO, Sandra. La funa feminista. Debates activistas frente a las acusaciones públicas de violencias de género. *Anuario del Conflicto Social*, Barcelona, n.13, 2022a. <https://doi.org/10.1344/ACS2022.13.3>

VERA GAJARDO, Sandra. Herida rebelde y activación de la víctima. El marco contra la violencia en las movilizaciones feministas chilenas del 2018. *La ventana*, Guadalajara, vol. 6, n.55, 2022b. <https://doi.org/10.32870/lv.v6i55.7386>;



FUENTES

COMISSÃO INDEPENDENTE DE ESCLARECIMENTO DE SITUAÇÕES DE ASSÉDIO NO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS. Relatório Final. Coimbra: Universidade de Coimbra, febrero de 2024. Disponible en: <https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/comissao-independente>; Acceso: 06/05/2024.

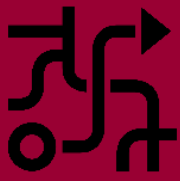
MARIPOSAS CONTRA LAS VIOLENCIAS. 25 de noviembre: memoria, genealogías y luchas feministas. Córdoba, Argentina. 2020. Disponible en: <https://ffyh.unc.edu.ar/mariposascontralasviolencias/>; Acceso 16/05/2024.

Todas sabemos. Manifiesto. *Diário Público [Online]*. Portugal. 14 de Abril de 2023. Disponible en: <https://www.publico.pt/2023/04/14/sociedade/noticia/sabemos-2046156>; Acceso 20/04/2023.

VIAENE, Lieselotte; LARANJEIRO, Catarina y TOM, Miye Nadya. The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual- power gatekeeping within Avant-garde Academia. In: PRITCHARD, Erin and EDWARDS, Delyth (Eds.). *Sexual misconduct in academia: informing an ethics of care in the University*. Oxon: Routledge, 2023, pp. 208-226.

Recebido em 21/05/2024

Aprovado em 28/10/2024



MALFRÁN, Yarlenis Mestre*

<http://orcid.org/0000-0003-1923-4811>

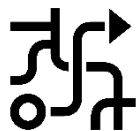
RESUMO: A disputa entre feminismos negros do Norte e do Sul global não é exatamente um fenômeno novo. Um dos pontos que vem sendo posicionado no epicentro deste debate é o conceito de interseccionalidade, para alguns, já presente no pensamento de Lélia Gonzalez, embora formulado teoricamente por Kimberlé Crenshaw. Neste trabalho, defendo que investir no antagonismo entre feminismos negros do Norte e do Sul global é improdutivo se considerarmos as possibilidades de hifenização entre eles, o que não significa que suas agendas sejam as mesmas. Uma das possibilidades de hifenização entre projetos feministas negros do Norte e do Sul global é o feminismo afrodiaspórico, território compartilhado de epistemologias e alianças políticas feministas negras transnacionais. Para ilustrar o argumento proposto, revisito a noção de racismo reprodutivo resultante de uma análise interseccional para reposicionar esta noção num enquadramento feminista afrodiaspórico, mostrando o potencial da hifenização para compreendermos singularidades do racismo na América Latina e no Caribe.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade; Feminismo afrodiaspórico, Racismo.

ABSTRACT: The dispute between black feminisms from the global North and South is not exactly a new phenomenon. One of the points that has been positioned at the epicenter of this debate is the concept of intersectionality, for some already present in the thinking of Lélia Gonzalez, although theoretically formulated by Kimberlé Crenshaw. In this work I argue that investing in the antagonism between black feminisms from the global North and South is unproductive if we consider the possibilities of hyphenation between them, which does not mean that their agendas are the same. One of the possibilities for hyphenation between black feminist projects from the global north and south is afrodiasporic feminism, a shared territory of transnational black feminist epistemologies and political alliances. To illustrate the proposed argument, I revisit the notion of reproductive racism resulting from an intersectional analysis, to reposition this notion within an afrodiasporic feminist framework, showing the potential of hyphenation to understand singularities of racism in Latin America and the Caribbean.

KEYWORDS: Intersectionality; Afrodiasporic feminism, Racism.

*Psicóloga Social. Doutora em Ciências Humanas, na linha de estudos de gênero do Programa de pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC, 2021). Com pós-doutorado em Saúde Única em periferias urbanas de São Paulo (USP, 2022). Possui mestrado em Intervenção Comunitária pelo Instituto Superior de Ciências Médicas Habana/Cuba (2004). Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Oriente, Cuba (1999). Foi docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades no curso de graduação em Psicologia de 2003 até 2017 (Universidade de Oriente, Cuba). Foi professora Visitante na Universidade de Mindelo, Cabo Verde (2005-2007). Foi professora do Seminário Especializado do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (modalidade virtual), edição setembro de 2022 a março de 2023, oferecido pelo Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas da Universidade de Harvard. Com experiência na área de feminismos e estudos de gênero, estudos decoloniais, pesquisa sobre políticas públicas de saúde. As suas publicações recentes tratam de interseccionalidade, saúde como objeto de disputa política, teorias feministas anti-racistas, estudos trans, biopolíticas reprodutivas e as relações entre epistemologias, corpos, políticas e poder em sociedades latinoamericanas. Atualmente é pesquisadora do Projeto "UNIFESP Negra: uma cartografia étnico-racial". (UNIFESP, 2023)



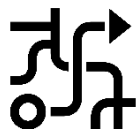
FEMINISMOS VIAJANTES

Os feminismos atravessaram as fronteiras do Velho Mundo para chegar a vários países da América Latina em meados do século XIX. Essas viagens continuam instigando disputas até os dias de hoje. Com corte na relação entre feminismos negros do Norte e do Sul global, uma dessas disputas acontece em torno do conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002) nos Estados Unidos, usado recorrentemente em análises feministas na América Latina. Em uma pesquisa anterior que revisito neste texto (Malfrán, 2021), fiz justamente esse movimento de propor uma análise feminista negra da saúde trans e da saúde reprodutiva em Cuba, tendo como chave analítica principal o conceito de matriz de dominação cunhado por Patricia Hill Collins (2019), conceito este que amplia a proposta inicial de Crenshaw (2002) acerca das análises interseccionais.

Uma das perguntas que me acompanhou durante o processo de produção da tese foi: Por que feminismo negro e feministas negras do Norte global, como Patrícia Hill Collins (2019), para tratar de políticas públicas de saúde cubanas e, portanto, situadas no Sul global? Podemos inferir algumas premissas presentes neste tipo de questionamento. Uma delas se refere à (suposta) incompatibilidade Norte-Sul global no âmbito de articulações feministas negras. Por outro lado, revelam-se certos imaginários sobre o feminismo negro de matriz estadunidense, segundo os quais certos objetos de pesquisa, no caso, políticas públicas de saúde cubanas, não poderiam ser abordados lançando mão dessa matriz teórica, principalmente a abordagem da interseccionalidade que foca na análise das matrizes de dominação, proposta desenvolvida por Collins (2019) no âmbito estadunidense.

Tais questionamentos me lembram as reflexões de Yuderkys Espinosa Miñoso (2022) quando defende que é preciso superar a análise fragmentada da dominação, através de uma revisão decolonial do conceito de interseccionalidade. Uma das críticas da autora ao conceito é que, ao demarcar o sujeito esquecido (no caso a mulher negra) dentro de uma ordem hegemônica de gênero e raça, a interseccionalidade “acolhe uma solução para o problema dentro dos marcos institucionais oferecidos pelo modelo atual de direito” (Miñoso, 2022, p. 442).

Em discordância com a leitura de Miñoso (2022) e acolhendo as disputas sobre teorias feministas negras do Norte e sua circulação nos territórios do Sul global,

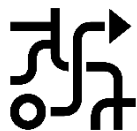


entendo que o feminismo negro estadunidense é um projeto de deslocamento de um feminismo hegemônico branco e burguês que historicamente obliterou as mulheres negras e suas questões. Desde as críticas de bell hooks (2004) ao “problema sem nome” enunciado no clássico livro de Betty Friedan (1975) até as denúncias de Ângela Davis (2016) ao movimento de mulheres sufragistas, que mostrou seu racismo contra a comunidade negra, observamos que, mesmo situado no Norte global, este feminismo negro questiona a cumplicidade do feminismo branco e burguês com a manutenção de situações de dominação. O feminismo negro estadunidense oferece subsídios para análises aprofundadas da opressão, instigando as lutas por emancipação e liberdade. Essas contribuições reconfiguram o feminismo como um todo para além das fronteiras geográficas estadunidenses.

Ao mesmo tempo, retomando a crítica de Miñoso (2022), mesmo que inicialmente as análises interseccionais se consolidaram conceitualmente no âmbito do Direito a partir do trabalho de Kimberlé Crenshaw (2002), as mesmas têm-se expandido para além desses domínios. Como evidenciado em pesquisas no campo das políticas públicas de saúde que vêm usando a vertente interseccional que foca nas matrizes de dominação (Malfrán, 2021; Morais, 2023), tais análises não só expõem os mecanismos de dominação reproduzidos no interior de políticas institucionais, mas são capazes de revelar o substrato colonial que articula saúde, sexualidade, reprodução e raça na modernidade/colonialidade.

Como apontou a proponente do conceito: “qualquer matriz específica de dominação, quer seja vista pelas lentes de um sistema único de poder, quer seja considerada à luz das opressões interseccionais, é organizada por quatro domínios de poder inter-relacionados: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal” (Collins, 2019, p. 437), minha abordagem dá atenção ao racismo enquanto peça central de uma matriz de dominação reprodutiva, presente no âmbito da reprodução assistida em Cuba (Malfrán, 2021).

A interseccionalidade, na perspectiva defendida por Collins (2019), permite uma análise de opressões e privilégios interseccionais como fenômenos associados a uma matriz de dominação. Ao mesmo tempo, quando deslocamos esse conceito para um contexto estrangeiro como o nosso, um contexto que viveu e vive até hoje os efeitos da colonização, essa chave analítica abre as portas para entendermos tais

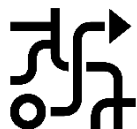


matrizes de dominação como fenômenos historicamente constituídos no contexto da colonização e da atual colonialidade (Morais, 2023). Assim, parece importante mantermos as fronteiras epistemológicas abertas para observar: Que novas questões podem ser colocadas a partir destes deslocamentos?

Como propôs Ana Luisa Morais em pesquisa sobre o regime político da sexualidade, é pertinente usarmos os “quatro domínios propostos por Collins (2019) como categorias analíticas interseccionais, ajustadas pelo olhar decolonial, para analisar como se organizam os discursos que reiteram a colonialidade” (Morais, 2023, p.61). Seguindo esta perspectiva, discuto o que venho cunhando como racismo reprodutivo (Malfrán, 2021), procurando, nesta ocasião, aproximar este fenômeno da leitura de Lélia Gonzalez (2020) acerca do racismo por denegação. O ponto central deste debate se concentra nos enunciados e práxis da política pública de reprodução assistida em Cuba, especificamente, a fertilização *in vitro* (FIV) com gametas doados¹, e o modo como as regulações estabelecidas neste caso, ao tempo que expõem dinâmicas interseccionais decorrentes de poderes hegemônicos, disciplinares e institucionais, também articulam reprodução, raça e parentesco enquanto expressão de lógicas coloniais racistas.

Argumento que os direitos reprodutivos e sua compreensão como parte de uma agenda feminista, demandam pensarmos criticamente a questão racial. Tal agenda pode se beneficiar das análises interseccionais e decoloniais. Os feminismos negros têm sido cruciais nestas disputas ao denunciar, por exemplo, o caráter racista da esterilização compulsória de mulheres negras, fenômeno constatado em países como os Estados Unidos e o Brasil (Damasco; Maio; Monteiro, 2012). Considerando a interseção entre reprodução e raça, interessa observar novas formas em que os regimes coloniais se apresentam no âmbito reprodutivo, muitas vezes ecoados nas concepções de profissionais da saúde e nos enunciados das políticas de saúde sexual e reprodutiva, como mostra a pesquisa realizada em Cuba que revisito neste texto

¹ Pelo menos foi esta a configuração da política de reprodução assistida em Cuba até 2022, ano em que houve mudanças na mesma a partir da aprovação do Novo Código das Famílias (Cuba, 2022). No cenário aberto pelo Novo Código, se estabeleceu o fim do privilégio dos casais heterossexuais no acesso às tecnologias reprodutivas na busca por filhos. Contudo, estas mudanças ainda mantêm um silêncio em torno da dimensão racial da política reprodutiva, razão que justifica a pertinência deste debate.

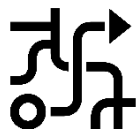


(Malfrán, 2021), coincidindo com achados das pesquisas de Rosely Gomes Costa (2004) e Ana Luisa Morais (2023) no Brasil. O escrutínio acerca das formas em que o racismo se apresenta no âmbito reprodutivo, constitui uma tarefa feminista que amplia o escopo da justiça reprodutiva enquanto horizonte de práxis decolonial no campo da saúde.

Trago para a análise o contexto cubano, pois além do silêncio histórico sobre questões raciais presente no país (Zurbano, 2006), subscrevo também com Rosa Campoalegre Septien (2018) que Cuba tem sido pouco visibilizada nos debates feministas negros latino-americanos. Na ilha caribenha, existe um acúmulo importante no âmbito do ativismo afrofeminista como evidencia, por exemplo, o trabalho da Rede de Mulheres Cubanas Afrodescendentes. É importante continuar visibilizando o pensamento feminista negro cubano no coro de vozes feministas negras latino-americanas, caribenhas e afrodiáspóricas, assim como as contribuições que, na ilha, compõem os debates sobre interseccionalidade.

Como qualquer dispositivo teórico, as ferramentas analíticas reunidas em torno da interseccionalidade, apresentam seus limites e potencialidades. Vale lembrar que interseccionalidade não se refere apenas a um conceito, mas a um projeto de investigação e práxis crítica que tem um compromisso com a justiça social (Collins; Bilge, 2021). Desta forma, é possível entender as matrizes de dominação como parte desse arsenal crítico que tem o potencial de questionar os efeitos da colonialidade, dialogando assim com um quadro de pensamento afrodiáspórico. Como apontado por Maria da Graça Costa (2023, p. 34) “contribuições elaboradas no seio dos feminismos negros [...] são centrais na construção contracolonial de conhecimentos”.

Não se trata aqui tampouco de operar na direção de algumas análises que afirmam que “o que atualmente entendemos como interseccionalidade, difundida conceitualmente como uma criação de Kimberlé Crenshaw, já estava presente nas reflexões acadêmicas de Lélia Gonzalez” (Silva; Mbandi, 2022, p.109). Como tenho mencionado em vários dos contextos onde esta disputa é colocada, entendo que essa comparação comporta tanto um erro conceitual quanto um certo desmerecimento da originalidade do pensamento de Lélia Gonzalez (2020), figura emblemática do feminismo negro latino-americano. Certamente quando Lélia González (2020) expõe,



por exemplo, sua analítica do racismo pela via da denegação (ideia que retomarei mais adiante), ela mostra a originalidade e a sofisticação do seu pensamento.

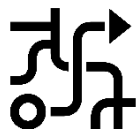
Neste sentido, defendo que existem possibilidades de troca entre feminismos negros do Norte e do Sul global que se dão pelo prisma do que João Manuel de Oliveira (2010) chamou de hifenização entre feminismos. Neste trabalho, tomo emprestada a argumentação de Oliveira para conduzir essa discussão, entendendo a interseccionalidade como um elo, uma ponte que “possibilita manter as fronteiras epistêmicas abertas [...] manter a imaginação epistemológica alerta sobre novas formas de pensar a teoria feminista” (Oliveira, 2010, p. 27).

Da mesma forma, seguindo as indicações dos estudos feministas de tradução cultural, pode-se reconhecer nestas viagens de teorias feministas negras, o que Sonia Alvarez (2009, p. 743-744) explicou quando disse que “constituímos uma política de tradução ao despudoradamente traficarmos teorias e práticas feministas, cruzando fronteiras geopolíticas, disciplinares e de outras naturezas”, um trânsito que burla o senso comum para facilitar alianças feministas, antirracistas e pós-coloniais, a partir do entendimento da América Latina como uma formação cultural transfronteiriça e não necessariamente territorialmente delimitada.

Na seção a seguir, tomo como ponto de partida as noções de Oliveira (2010) de hifenizar e habitar propostas enquanto articuladoras das relações entre projetos feministas negros. Sob a perspectiva desta articulação, dialogo com as bases do feminismo afrodiaspórico apresentadas por Aurora Vergara Figueroa e Katherine Hurtado em 2014, na Colômbia. Entendo que o feminismo afrodiaspórico é um local onde podemos situar as ideias de Lélia González (2020) sobre racismo por denegação, mostrando, assim, as ressonâncias entre o feminismo “ladino-amefricano” e o feminismo afrodiaspórico, ressonâncias estas que me permitem retomar o debate sobre racismo reprodutivo com base nessas coordenadas feministas.

HIFENIZAR E HABITAR NO ÂMBITO DO FEMINISMO AFRODIASPÓRICO: ALGUNS APONTAMENTOS

Sonia Álvarez (2009) defende que precisamos de epistemologias conectantes que permitam consolidar alianças feministas. Nesta direção, a autora destaca que discursos e práticas feministas viajam por uma variedade de territórios e de direções



e acabam se tornando paradigmas interpretativos para a leitura/escrita de questões de classe, de gênero, de sexualidade, de migração, de saúde e afins. As viagens das teorias feministas surgem “da necessidade de um engajamento, por parte das feministas, em diálogos e negociações produtivas através de múltiplas fronteiras geopolíticas e teóricas” (Álvarez, 2009, p. 748).

Precisamente, por se tratar de um engajamento dialógico que recusa o assimilacionismo, as viagens das teorias feministas possibilitam “novas formas de pensar sobre conexões translocais entre feminismo do Norte global e (dentro e através do) Sul global” (Álvarez, 2009, p. 750). É por isso que quando conceitos cunhados no seio do feminismo negro de matriz estadunidense, tais como matriz de dominação ou imagens de controle (ambos da autoria de Collins), são deslocados para compor análises e debates nos territórios do Sul global, entendo que não se trata, necessariamente, de uma importação de conceitos, mas de uma possibilidade de construir diálogos transnacionais a partir de um *locus* de enunciação feminista negra.

Ao mesmo tempo, esse engajamento dialógico não anula a importância da afirmação do caráter parcial e localizado dos saberes que resultam da interlocução entre diversos arsenais teórico-políticos. Ao invés disso, trata-se de outra lógica de produção de conhecimentos que, reconhecendo o caráter situado dos diversos feminismos e, ao mesmo tempo, sua condição de serem movimentos que romperam fronteiras, expandem seu léxico teórico e político para compreenderem problemas sociais nos nossos territórios. Na leitura de Álvarez (2009), trata-se de uma fenda aberta para o tráfico despudorado de teorias e práticas feministas, cruzando fronteiras geopolíticas e disciplinares, tráfico esse que vem “trazendo *insights* dos feminismos de latinas, de mulheres de cor e do feminismo pós-colonial do Norte das Américas para as nossas análises de teorias, práticas, culturas e políticas do Sul, e vice-versa” (Álvarez, 2009, p. 744).

Os pressupostos de Álvarez (2009) encontram ressonância nas metáforas do habitar e do hífen como signos que coligam saberes feministas de diferentes contextos. Ambas as ideias são propostas por João Manuel de Oliveira (2010) para se referir aos múltiplos cruzamentos conceptuais e políticos nos feminismos. Nas palavras do autor, “a teoria feminista habita neste espaço de interstícios, onde os cruzamentos conceptuais construíram [...] uma forma híbrida de saberes” (Oliveira,



2010, p. 26). Convém explicar brevemente as implicações desse habitar não só da teoria, mas das lutas feministas, sobretudo se considerarmos que “o feminismo, enquanto espaço de intervenção científica e filosófica, não é acantonável a uma unicidade de perspectivas” (Oliveira, 2010, p. 26).

entendo aqui a noção de habitar como um ponto de interrogação, como uma marca questionadora desses espaços conceptuais. Uso habitar como um verbo (performativo), não como um lugar preciso, apesar de o verbo implicar a localização. Onde se quer localizar a teoria feminista? Quais as modalidades que recorre para dar sentido a essa habitação? [...] quais os espaços em que os feminismos podem habitar em termos da sua produção conceptual. E o termo habitar passa a ganhar ressonâncias diferentes, como uma ferramenta de imaginação epistemológica de questionamento sobre o modo como o conhecimento é construído, por quem é construído e quais os limites a essa construção” (Oliveira, 2010, p. 26-27).

Deste entendimento da noção de habitar que busca dar conta dos espaços conceituais que a teoria feminista visita e revisita, depreende-se a ideia de hifenização que assinala que:

os feminismos contemporâneos se localizam num espaço cada vez mais hifenizado, isto é, em espaços dialógicos [...] Mais do que espaços dialogantes, são espaços conceptualmente intersticiais [...] marcados pela liminaridade e pela recusa da ereção de fronteiras estanques entre os saberes [...] Essa organização dos saberes não é hierárquica e poderíamos pensá-la como rizomática [...] a minha proposta é pois que os feminismos habitam em espaços marcados pela hifenização [...] Habitar esse espaço conceptual híbrido, marcado pelo hífen e já não apenas com o plural da ideia de mulher, implica um reposicionamento das propostas feministas (Oliveira, 2010, p. 27-37)

Precisamente, um dos marcos teórico-políticos que mostra como podem ser construídos espaços de saberes hifenizados entre feminismos negros é o feminismo afrodiaspórico (Figueroa; Hurtado, 2020). Sobre as possibilidades de hifenização que comporta o feminismo afrodiaspórico, suas proponentes na Colômbia têm dito: “estabelecemos conexões entre as propostas discutidas nesse cenário e uma série de propostas de feminismo de caráter diaspórico formulada na América Latina, em diálogo com o feminismo negro norte-americano e o feminismo africano” (Figueroa; Hurtado, 2020, p. 1201). Desta maneira, são demarcados alguns dos cruzamentos conceptuais e políticos que se dão sob a égide do feminismo afrodiaspórico. Ao



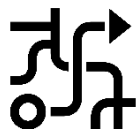
afirmar sua consolidação a partir das conexões com múltiplos mundos, Figueroa e Hurtado (2020, p. 1219) sublinham que:

ao navegar pelo legado do feminismo negro ao redor do mundo, compreendemos a necessidade urgente de um pensamento feminista afrodiaspórico. Entendendo este como um processo, como uma agenda de investigação, uma estratégia de mobilização social, uma prática de solidariedade e reivindicação por justiça reparativa (Figueroa; Hurtado, 2020, p. 1219).

Considerando o antes exposto, não é errado afirmar que o feminismo afrodiaspórico habita “na encruzilhada presente nas culturas afrodiaspóricas, exímias em agenciar resistência e existência a partir da lama colonial” (Morais, 2023, p. 46). A diáspora africana ou afrodiáspora é o *locus* de enunciação que encontra esta proposta e que nos convida, dentre outras coisas, a elaborarmos nossa própria agenda de pesquisa, resultante de conexões e colaborações feministas negras que auxiliem na crítica à colonialidade e seus diferentes desdobramentos. Trata-se de um processo em aberto onde os saberes feministas negros habitam outros locais, viajam, criam fluxos e espaços intersticiais, visando um entendimento abrangente de questões que nos são caras enquanto viventes do mundo negro afrodiaspórico.

Neste sentido, constata-se que o feminismo afrodiaspórico constitui “uma complexa, ampla e heterogênea perspectiva de pensamento [...] como forma de pensamento e como prática, responde às múltiplas relações de dominação que se diferenciam em cada país pelas histórias e contextos geopolíticos que caracterizam a diáspora africana” (Figueroa; Hurtado, 2020, p. 1205). Ou seja, as matrizes de dominação que, enquanto legado colonial, se atualizam de formas diversas em nossos territórios, constituem objeto de análise e intervenção do feminismo afrodiaspórico.

Parece-me, então, que o aceno feito por Lélia Gonzalez (2020) quando se referiu ao racismo por denegação como via para compreender “a questão racial na América Latina” (González, 2020, p. 142), dialoga com o compromisso do feminismo afrodiaspórico de compreender as múltiplas formas de dominação vigentes até hoje nos nossos territórios. Para isso, Lélia desenvolveu um exercício de hifenização de saberes, lançando mão de duas categorias do pensamento laciano, nomeadamente, infans e sujeito do suposto saber (González, 2020), deslocando tais



categorias para o quadro de um feminismo afro-latino-americano, visando compor análises sobre o racismo na nossa região.

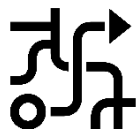
Seguindo as indicações de Lélia, na seção a seguir discuto a ideia de racismo reprodutivo. Na busca por enegrecer esta noção a partir de um novo ponto de observação, que teve sua leitura inicial na abordagem interseccional, coloco-a agora sob o prisma do racismo por denegação, uma proposta latino-americana afrodiaspórica (González, 2020).

RACISMO REPRODUTIVO: NOVAS EXPRESSÕES DO RACISMO POR DENEGAÇÃO

No contexto regional da América Latina e do Caribe, Cuba se destaca por ter sido pioneira na garantia de direitos sexuais e reprodutivos. A exemplo disso, pode-se mencionar o fato de a ilha ser o primeiro país na região que descriminalizou e institucionalizou o aborto, como parte de uma ampla gama de direitos sexuais e reprodutivos ao longo das mais de seis décadas da Revolução Cubana² (Benítez Péres, 2014; Torres Santana, 2020). De forma mais recente, o Novo Código das Famílias (Cuba, 2022a) significou um ponto de ruptura com concepções tradicionais na medida em que acabou com a exclusividade dos casais heterossexuais no acesso às formas de reprodução, medicamente assistida, e promoveu a inclusão de técnicas especialmente polêmicas, como a gestação por substituição, na sua modalidade altruísta.

Nesse sentido, o racismo, enquanto uma política da colonialidade, tem sido central na configuração histórica das políticas reprodutivas nos países da América Latina e do Caribe. A exemplo disso, pode-se mencionar que “Brasil e Cuba foram os últimos países a aprovar uma lei que libertava os/as filhos/as das mulheres escravizadas, interrompendo, para as mães escravizadas, o princípio romano *partus sequitur ventrem*” (Bento, 2024, p.38). A Lei do Ventre Livre expunha a centralidade

² A descriminalização do aborto em Cuba data de 1936, principalmente como resultado da ação de movimentos de mulheres que vinham disputando direitos. Contudo as interrupções voluntárias da gravidez em aquela época eram realizadas em condições de bastante censura. Foi com o triunfo revolucionário que este panorama foi radicalmente transformado. Para mais detalhes ver: “La trayectoria del aborto seguro en Cuba: evitar mejor que abortar” da autoria de María Elena Benítez Pérez.



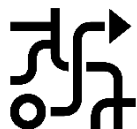
do racismo na objetificação das mulheres negras, reduzindo-as a um ventre (retirando assim sua humanidade) e reforçava a ideia de que a capacidade reprodutiva das mesmas era algo que poderia ser gerenciado por terceiros, no caso, os senhores escravocratas. O processo de invasão colonial e seu projeto civilizatório de fundamentos racistas e cis-heterossexistas delinearão os contornos da governança reprodutiva cujas modalidades de ação ecoam até os dias de hoje, o que nos coloca diante do imperativo de racializar o debate sobre políticas reprodutivas, entendendo que “toda política reprodutiva é racializada” (Tempesta, 2022, p. 5).

No caso de Cuba, os protocolos sobre a reprodução assistida por ovodoação são contemplados nos documentos *Programa Nacional de Atención a la Pareja Infértil* (MINSAP, 2012) e *Propuesta de Metodología para la Introducción de la Técnica de Reproducción Asistida por Ovodonación en Cuba*³ (MINSAP, 2013). Também foi publicado o livro *Atención a la Pareja Infértil en Cuba: aspectos metodológicos*, da autoria de Roberto Fumero (2021), que contém atualizações dos protocolos a serem seguidos pelas equipes multidisciplinares que trabalham nestes serviços. Tais documentos⁴ mostram a centralidade da dimensão racial na gestão reprodutiva.

Em termos gerais, três são as condições para o acesso às técnicas de reprodução assistida: ter completado 20 anos e ter até 45 anos para as mulheres e 55 anos para os homens; ter o consentimento livre, informado e expresso das pessoas envolvidas; avaliação de forma fundamentada e científica pela equipe multidisciplinar as possibilidades de sucesso da aplicação das técnicas, o risco à saúde das pessoas envolvidas e dos possíveis descendentes (Cuba, 2022b). Atualmente existe uma rede

³ Os referidos documentos *Programa Nacional de Atención a la Pareja Infértil* e *“Propuesta de Metodología para la Introducción de la Técnica de Reproducción Asistida por Ovodonación en Cuba* não estão disponíveis em formato digital, apenas em formato impresso. Ambos os documentos foram objeto de análise no contexto da pesquisa de campo realizada em Cuba por parte da autora deste artigo, na ocasião da realização da pesquisa de doutorado que, como mencionado no início deste artigo, serve como base para as reflexões aqui desenvolvidas.

⁴ Outras atualizações em torno da reprodução assistida no país aconteceram com a aprovação do Novo Código das Famílias em Cuba (Cuba, 2022a). O mesmo foi um marco para a entrada em vigor da Resolução 1151/2022 do Ministério da Saúde Pública (Cuba, 2022b) que estabeleceu a Regulamentação da Reprodução Assistida em Seres Humanos. Neste novo cenário, as técnicas de reprodução assistida estão disponíveis para todas as pessoas que manifestam a sua vontade e precisem destas tecnologias, não estando mais restritas a casais heterossexuais, como estava explicitamente pautado nos documentos normativos precedentes e vigentes até 2021.



de serviços que inclui 168 consultas de infertilidade em cada município que conta com 15 centros provinciais de reprodução assistida e 6 centros territoriais⁵ de alta tecnologia com criopreservação de óvulos, embriões e sêmen. Estes serviços são disponibilizados de forma gratuita pelo Sistema Nacional de Saúde pública cubano (MINSAP, 2012; Fumero, 2021).

A partir deste cenário retomo alguns dos achados da pesquisa onde discuti a dimensão racial da reprodução assistida, com foco na administração fenotípica de gametas na fertilização *in vitro*, questão que foi explorada através de entrevistas com profissionais, com usuárias desses serviços e com análise de documentos (Malfrán, 2021). A fertilização *in vitro* se trata de uma técnica de fecundação extracorpórea na qual o óvulo e o espermatozoide são previamente retirados de seus doadores e unidos em ambiente artificial em vidro especial (MINSAP, 2012).

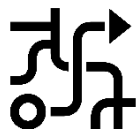
Em entrevista realizada no contexto da pesquisa, uma especialista com longa inserção nesse serviço, expressou:

doação de óvulos é quando você entra em um pico, os óvulos são coletados de uma pessoa desconhecida [...] as características físicas eles sempre tentam que sejam parecidas com a pessoa que recebe a doação [...] eu não entrevisto essas mulheres, as doadoras, mas é muito difícil pensar que ela deu seus óvulos e tem filhos por aí [...] como doadora o filho é dela [...] tem a sua carga genética, a sua carga física⁶ (Malfrán, 2021, p.127, tradução minha).

Cumprê destacar que a similitude fenotípica, considerada uma condição para a realização da fertilização *in vitro*, é um critério compartilhado pela equipe de especialistas composta por psicólogos, por médicos e por enfermeiras fundamentalmente. Amparados nesse consenso, os profissionais operam uma vigilância fenotípica minuciosa que busca garantir continuidade racial entre as mães e pais que chegam no serviço de saúde e sua descendência. Assim, a raça, enquanto

⁵ Conforme se informa nos documentos consultados, os centros territoriais encontram-se localizados em Cienfuegos, Camagüey, Holguín, Santiago de Cuba e dois em Havana.

⁶ No original: “[...] la donación de óvulos es cuando ya entras en un pico, se cogen óvulos de una persona desconocida [...] las características físicas ellos siempre intentan que sean similares con la persona que recibe la donación [...] yo no entrevisto a estas mujeres, las donadoras, pero es muy difícil pensar que ella dio sus óvulos y tiene hijos por ahí [...] como donadora es tuyo [...] tiene tu carga genética, tu carga física que es tuya” (MALFRÁN, 2021, p.127).



um critério reprodutivo, é mobilizada também nos documentos normativos. Conforme foi identificado:

No caso das doadoras anônimas, uma vez aprovadas as mulheres com condições para o procedimento, dentre essas possíveis candidatas é selecionada aquela que, fenotipicamente e com base nos estudos e pesquisas realizadas, melhor se adapta ao casal receptor em questão⁷ (Fumero, 2021, p. 112, tradução minha).

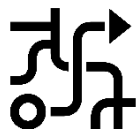
Tanto o casal receptor quanto as doadoras anônimas são objeto de uma avaliação racial que parte do entendimento da equipe acerca dos fenótipos. Certamente, não existe qualquer objetividade ou neutralidade nesta avaliação a que é perpassada por um imaginário racial enquanto legado da colonização. Em relação à seleção das doadoras de gametas, menciona-se que “nas instituições que lidam com esses processos, deve ser elaborado um arquivo que inclua dados físicos: altura, peso, cor da pele e dos olhos, cor e textura do cabelo, marcas ou sinais físicos visíveis e foto”⁸ (Fumero, 2021, p. 109). Estas marcas corporais são cuidadosamente observadas tanto no caso das doadoras quanto das receptoras de óvulos (MINSAP 2012; Fumero, 2021).

Assim, os documentos analisados e o depoimento da especialista entrevistada, ilustram o intenso escrutínio racial dos projetos reprodutivos e das pessoas envolvidas na fertilização *in vitro* por doação de óvulos.

Vale destacar que a vigilância da similitude fenotípica no âmbito da reprodução assistida não é uma prática excepcional das equipes médicas no território cubano. Em pesquisa conduzida por Rosely Gomes Costa (2004) no Brasil, objetivou-se analisar o modo como é feito a seleção de doadores de gametas para a realização de fertilização *in vitro* e sua relação com noções sobre raça. Para tal e de forma similar à pesquisa desenvolvida em Cuba, a autora recorre às entrevistas com médicos e com pessoas que buscam a doação de gametas, tanto em clínicas privadas quanto

⁷ No original: “En el caso de las donantes anónimas, una vez aprobadas las mujeres con condiciones para el procedimiento, de estas posibles candidatas se selecciona aquella que, fenotípicamente y por los estudios e investigaciones realizadas, más se adecue a la pareja receptora en cuestión”. (FUMERO, 2021, p.112).

⁸ No original: “En las instituciones que se ocupan de estos procesos debe confeccionarse un expediente que incluya datos físicos: talla, peso, color de la piel y de los ojos, color y textura del pelo, marcas o señas físicas visibles y foto” (Fumero, 2021, p. 109).



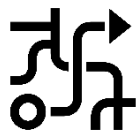
em um hospital público do interior de São Paulo. Dentre os principais achados, se revela que

a equipe médica fica com uma foto da doadora e outra do casal receptor, e os critérios de escolha são: compatibilidade imunológica entre doadora e receptora (abalizada através de exame de sangue), e semelhança fenotípica da doadora com a receptora ou, em alguns casos, com seu marido [...] é a equipe médica que escolhe o doador de sêmen, com base na semelhança imunológica e fenotípica entre doador e receptor [...] ainda que houvesse desejo, por parte dos casais, de branquear ou de escurecer através do uso desse tipo de tecnologia, tal desejo seria barrado pelas instituições médicas, que tomam para si a responsabilidade de garantir que a reprodução seja feita entre “semelhantes” (Costa, 2004, p. 237-241)

Desta forma, mediante a gestão reprodutiva fenotípica e, por tanto, racial, dos materiais genéticos nos casos analisados, tanto em Cuba quanto no Brasil, os profissionais da saúde participam ativamente na naturalização do imaginário biologicista que organiza a inteligibilidade cultural das relações de parentesco e, segundo o qual pais/mães devem, por obrigatoriedade, ter sua descendência fenotipicamente similar. Neste sentido, uma das problematizações trazidas por Costa (2004) é: O que a seleção de doadores de gametas pode nos dizer sobre noções de raça? e minha indagação vai além deste questionamento, me propondo discutir: O que a seleção de doadores de gametas pode nos dizer sobre racismo no âmbito reprodutivo? Pode esse escrutínio racial estar nos informando acerca de novas formas de racismo por denegação?

É pertinente lembrar que foi com as invasões colonialistas do século XV e com o estabelecimento do racismo científico no século XVIII que a atribuição de significados a um fenótipo humano passou a se consolidar como parte dos processos de estratificação da humanidade (Munanga, 2004). Como parte do universo racial imposto nesse contexto, o entendimento de raça associou valores morais e estéticos a diferentes fenótipos, posicionando as pessoas brancas como referência de ideal de humanidade. Neste sentido, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas. Tal crença é baseada no estabelecimento da relação imposta entre o físico e o moral, o físico e o nível intelectual, o físico e o cultural (Munanga, 2004).

Retomando as prerrogativas dos serviços de fertilização *in vitro*, constata-se que o agir dos profissionais da saúde encontra seu alicerce em pressupostos racistas

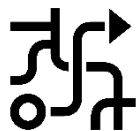


de classificação, comparação e semelhança de fenótipos humanos que buscam instituir o parentesco verdadeiro. Para tal, esses profissionais se servem da sua posição privilegiada nos processos que envolvem a doação dos gametas. O controle meticuloso da similitude fenotípica que, como mostram os achados da pesquisa, vem sendo institucionalizado no âmbito destes serviços evidencia uma gestão colonial dos direitos reprodutivos, em que o dispositivo da racialidade (Carneiro, 2023) se atualiza também na cena da saúde reprodutiva. Argumento que este tipo de práxis pode ser entendido como racismo reprodutivo.

Lélia Gonzalez (2020) deixou pistas importantes para entendermos o racismo presente nas sociedades latino-americanas, como Cuba e Brasil, onde foram aplicadas as técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas, resultando na imposição de ideologias de classificação social (racial e sexual). Lélia salienta que a imposição da estratificação racial se expressa, dentre outras formas, na existência do *continuum* de cor que se manifesta num verdadeiro arco-íris classificatório (González, 2020). Reportando-me às reflexões de Lélia, entendo que a forma como os gametas são administrados não apenas remetem a noções de raça, sendo possível afirmar que essas noções não são inócuas ou neutras e reforçam lógicas racistas, segundo as quais o parentesco deve ser racialmente segregado a partir da intervenção médica.

Lélia González (2020) destacou dois pilares fundamentais para entendermos o racismo por denegação ou por omissão enquanto uma construção ideológica cujas raízes repousam em uma visão de mundo eurocêntrica e colonialista. Neste sentido, apontou que as categorias do pensamento laciano, nomeadamente, infans e sujeito do suposto saber, auxiliam na reflexão acerca do racismo latino-americano. Sobre tais categorias, explicou que infans “designa aquele que não é sujeito do seu próprio discurso na medida em que é falado pelos outros” (González, 2020, p.141). Por sua vez, “a categoria de sujeito de suposto saber se refere a identificações imaginárias com determinadas figuras às quais é atribuído um conhecimento que elas não possuem (mãe, pai, psicanalista, professor, etc.)” (González, 2020, p.142).

A partir das pistas deixadas pela autora entendo que o agir dos médicos como árbitros das decisões reprodutivas no âmbito da fertilização *in vitro* por ovodação tem como fundamento a consolidação da medicina como dispositivo de poder que produz



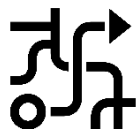
teorias e práticas profissionais que visam a normatização dos corpos. Tais concepções biomédicas, além de atuarem em termos de regulação do que se entende como saudável, atuam também no âmbito de uma biopolítica racial e reprodutiva (Pérez Navarro, 2019).

As biopolíticas reprodutivas designam as manobras históricas do poder biomédico para conceder e negar direitos reprodutivos seletivamente, deslocando para o campo da saúde regimes normativos de raça, sexualidade, gênero (Pérez Navarro, 2019). Não por coincidência e de forma similar ao que estabelecem os protocolos analisados no contexto cubano, a pesquisa de Rosely Gomes Costa (2004) revela que

na maioria dos casos, não é o casal receptor que escolhe o/a doador/a, mas sim o médico/equipe médica da clínica ou do banco de sêmen. Essa escolha do doador por parte do médico/equipe médica tem como critério a semelhança imunológica (tipo de sangue) e fenotípica entre doadores e receptores, independentemente do desejo expresso por cada casal em relação a essa semelhança (Costa, 2004, p. 241).

A similitude fenotípica tutelada pela equipe médica reforça o lugar das pessoas que recorrem à fertilização *in vitro* como infans, ao estarem sujeitas aos critérios da equipe médica neste sentido. Um dos principais argumentos defendidos pelas profissionais entrevistadas no contexto cubano para sustentar a imposição de similitude fenotípica na fertilização *in vitro* é o desejo dos pais de terem filhos parecidos com eles. Contudo, essa biopolítica racial do parentesco, supostamente protetora dos desejos raciais dos pais e das mães, estabelece alianças com as ideologias de classificação racial enquanto legado vivo da colonização. Um dos elementos centrais dessas ideologias é a pureza do sangue como elemento a ser mantido. Desta forma, este exercício de tutela da similitude racial reforça imaginários estéticos dos corpos da receptora e da doadora em questão, integrando-os no pensamento biomédico.

Levando em consideração as intervenções médicas, aqui descritas, que adotam a raça como uma matriz de inteligibilidade reprodutiva e preservam premissas racistas relacionadas à pureza racial no âmbito do parentesco, entendo que, segundo esta lógica, haveria uma zona de abjeção reprodutiva na qual certas misturas fenotípicas seriam indesejadas. Assim, esta práxis médica estabelece um regime



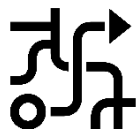
biopolítico de exceção que não ocorre em outros projetos reprodutivos, que igualmente demandam assistência dos serviços de saúde, e não estão sujeitos a tais formas de administração, burocratização e, em definitiva, vigilância das marcas fenotípicas dos agentes reprodutivos.

As questões até aqui debatidas me conduzem a considerar as práxis institucionalizadas de vigilância fenotípica de doação de gametas como racismo reprodutivo enquanto expressão do racismo característico das sociedades latino-americanas. Tais práxis, repousam em ao menos três pilares: a posição histórica da medicina como sujeito do suposto saber; junto a isso, a presença de um ideal regulatório do parentesco que restringe a escolha e, por fim; a autonomia das pessoas usuárias deste serviço. Não obstante, a equiparação dos agentes reprodutivos à posição de infans. É por isso que, embora esta prática em si não inaugure pressupostos racistas, pois eles advêm do legado colonial ainda presente na sociedade, a administração fenotípica dos gametas reproduz e deixa intactas premissas racistas que advogam pela estratificação racial da população, no caso aqui analisado, das pessoas usuárias da reprodução assistida e da sua descendência.

As análises conduzidas por Rosely Gomes Costa (2004) são bastante eloquentes neste sentido.

Em um processo de generalização a partir da população do banco, uma das médicas caracteriza como o “biótipo do brasileiro” aquele representado pelo tipo de sêmen mais procurado no banco, isto é, o do “branco de cabelo escuro e liso”. A médica, na sua generalização, não atentou para o fato do custo elevado de cada dose inseminante (500,00 reais em média, em 2003), que restringe o acesso ao banco da parcela da população mais desfavorecida economicamente. Ao contrário dela, a médica do outro banco considerou que o sêmen de doador “negro” é menos requisitado porque as pessoas “negras” têm um nível socioeconômico mais baixo, não tendo, portanto, acesso à compra de sêmen por causa de seu alto custo (Costa, 2004. p. 242).

Não é o intuito deste trabalho estabelecer conclusões a partir da forma em que os dados fenotípicos deveriam ser administrados nos serviços de reprodução assistida. Antes disso, a reflexão desenvolvida procura continuar esgarçando os regimes coloniais reprodutivos que encontram na ideia de raça o fundamento para institucionalizar formas de escrutínio político ou moral dos projetos reprodutivos. O acúmulo dos feminismos negros em matéria de justiça reprodutiva nos permitem concluir que a autonomia reprodutiva é fundamental para subverter a herança racista

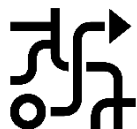


que, ainda hoje, atribui um valor social específico ao branqueamento da descendência, sendo possível considerar formas imprevistas de (des)organização racial das relações de filiação no âmbito da fertilização *in vitro* e de outras experiências reprodutivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo afrodiaspórico habita na encruzilhada. Enquanto proposta insurgente que toma a diáspora africana como *lócus* de enunciação, é pertinente afirmar, parafraseando Luiz Rufino (2019), que compreender a diáspora africana como local da encruzilhada nos faz observá-la como um acontecimento em aberto, cuja potência inventiva enreda muitos cruzos que apontam muitos outros cursos possíveis. Ao tomar o feminismo afrodiaspórico como marco analítico, continuo indagando sobre as formas como o racismo, na sua intersecção com outros regimes de dominação constituídos sob a égide da colonização, ainda, atingem nossas realidades latino-americanas, caribenhas e afrodiaspóricas. Diante disto, este feminismo constitui um esforço de desenvolver novos espaços de mobilização e pesquisa a partir do acúmulo de saberes feministas negros localizados nas Américas, no Caribe e na África.

A proposta sistematizada por Figueroa e Hurtado (2020) coloca os feminismos negros do Norte e do Sul global em outra ordem de relações, menos binárias, estáticas, antagônicas e mais mediadas pela criação de espaços de trocas, cruzamentos e espaços hifenizados. Sob esta perspectiva, a disputa de conceitos tais como a interseccionalidade e as agendas de pesquisa decorrentes do uso desta ferramenta analítica mantém as fronteiras abertas para estabelecer diálogos com conceitos cunhados no nosso território. Esse movimento acaba problematizando a rota epistêmica que vem sendo traçada e que, por exemplo, insiste em ver no pensamento de Lélia Gonzalez (2020), esboços de um conceito de interseccionalidade cunhado no contexto estadunidense e, posteriormente, disseminado para além dessas fronteiras geográficas. Se nos atentamos para a profundidade do pensamento de Lélia Gonzalez (2020), recusamos este tipo de empréstimo, pois antes é possível apostar na hifenização de saberes feministas negros.



Ao longo deste trabalho procurei discutir a questão da relação entre feminismos negros de outra forma, numa abordagem que diverge diametralmente tanto do antagonismo como desse gesto de homologia entre ideias feministas negras que acaba ocultando a potência do feminismo negro latino-americano, suas possibilidades de hifenização, as viagens destas teorias e sua articulação num *lócus* feminista afrodiaspórico. A partir deste enquadramento revisei uma pesquisa anterior para somar esforços no debate sobre racismo no âmbito dos direitos reprodutivos. Reportando-me às reflexões de Lélia Gonzalez (2020), cujo pensamento pode ser localizado no âmbito do feminismo afrodiaspórico, retomei uma das suas inquietações a respeito do silenciamento da questão racial nas nossas sociedades latino-americanas. Neste sentido, Lélia nos interpela quando nos convida a examinar “o olhar que não vê a dimensão racial ou que a esquece” (González, 2020, p. 142), que nada mais é que uma forma de se omitir no questionamento do branqueamento do pensamento hegemônico; pensamento este que resulta em formas de ocidentalização das nossas culturas afrodiaspóricas, latino-americana e caribenhas. Pelas mãos de Lélia, em diálogo com os pressupostos de um feminismo afrodiaspórico, apreendemos um exercício de descolonização que parece um solo fértil para muitos outros cruzamentos, viagens e hifenizações da teoria feminista negra feita por nós neste lado do mundo.

REFERÊNCIAS

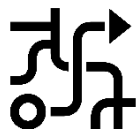
BENÍTEZ PÉREZ, María Elena. La trayectoria del aborto seguro en Cuba: evitar mejor que abortar. *Rev Nov Pob*, Ciudad de La Habana, v. 10, n. 20, p. 87-104, 2014. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1817-4078201400020000. Acesso em: 10 fev. 2023.

BENTO, Berenice. *ABJEÇÃO: A construção histórica do racismo*. São Paulo: Editora Bregantini, 2024.

CARNEIRO, Sueli, *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a política do empoderamento*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019, 493 p.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Tradução: Rane Souza. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021. 288 p.



COSTA, Rosely Gomes. O que a seleção de doadores de gametas pode nos dizer sobre noções de raça. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro. v. 14, n. 2, 2004, p. 235-255. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/YSK6V5S8DyJjQV857JBtbFc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2024.

COSTA, Maria da Graça. *Meu corpo é meu território: mulheres em defesa do bem viver na cidade*. Rio de Janeiro: Ape'Ku Editora, 2023, 192 p.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2022, p. 171-187. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CUBA. Constitución. Ley 156/2022 Código de Las Familias. Cuba: Gaceta Oficial de La República de Cuba, 2022a. Disponível em: <https://www.parlamentocubano.gob.cu/sites/default/files/documento/2022-09/goc-2022-o99.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CUBA. Ley nº 1151/2022. Resolución 1151/2022 Reglamento de La Reproducción Asistida En Seres Humanos. Cuba, 2022b. Disponível em: <https://salud.msp.gob.cu/GACETAS/goc-2022-ex67.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil, 1975-1993. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, jan. 2012, p. 133–151. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NLv5Bs6zRGHhzCZ8859x9dS/?lang=pt#>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

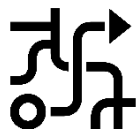
FIGUEROA, Aurora Vergara; HURTADO, Katherine Arboleda. Feminismo afrodiaspórico: uma agenda emergente do feminismo negro na colômbia. *Contemporânea*, [s. l], v. 10, n. 3, set. 2020, p. 1201-1233. Tradução Carolina Nascimento de Melo. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1012/pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Lisboa: Ulisseia, 1975. 323 p.

FUMERO, Roberto Tomás Álvarez. *Atención a la Pareja Infértil en Cuba: aspectos metodológicos*. La Habana: Editorial de Ciencias Médicas, 2021. 195 p.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar. 2020. 375 p.

HOOKS, bell. Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista. In bell. hooks, Avtar Brah, Chela Sandoval, Gloria Anzaldúa (Eds.), *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004, p. 33-50.



MINSAP. (Fonte) Ministerio de Salud Pública – MINSAP. Programa Nacional de Atención a la Pareja Infértil. La Habana: Minsap, 2012

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Superando a análise fragmentada da dominação: Uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. Tradução: Nadia Luciene Ziroldo. *Revista X*, [S.l.], v. 17, n. 1, mar. 2022, p. 425–446. ISSN 1980–0614. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/download/84444/45913>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MALFRÁN, Yarlenis Ileinis Mestre. *Políticas públicas de salud trans-específica y de reproducción asistida en Cuba: un análisis feminista interseccional*. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227181>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MORAIS, Ana Luiza. *O regime político da sexualidade: a saúde sexual como dispositivo colonial/moderno nas políticas públicas*. 2023.. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/15891>. Acesso: 18 set. 2023.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004.

OLIVEIRA, João Manuel. Os feminismos habitam espaços hifenizados: a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *ex-aequo*, Portugal, v. 1, n. 22, ago. 2010, p. 25-39. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S08745560201000020005. Acesso: 18 set. 2023.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. ¿Es la reproducción siempre ya heterosexual? *Encrucijadas Revista Crítica de Ciencias Sociales*, España, v. 17, n. 1, jun. 2019, p. 1-22. Disponível em <https://recyt.fecyt.es/index.php/encrucijadas/article/view/79179>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SILVA, Ariana. Mara da; MBANDI; Dayane Nayara Conceição de Assis. Amefricanas e atlântica: notas decoloniais sobre a gênese do pensamento feminista negro brasileiro. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz de Iguaçu, v. 6, n. 1, nov. 2022, p. 104-121. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3947>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SEPTIEN, Rosa Campoalegre. Mujeres negras, voces, silencios y resistencias: una vez más sobre la experiencia cubana. *Abpn*, Paraná, v. 10, n. 26, jul. 2018, p. 57-76.



Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/638>. Acesso em: 10 fev. 2024.

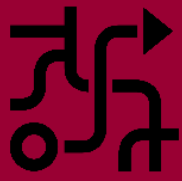
TEMPESTA, Giovana Acacia; FRANÇA, Ruhana Luciano de. Nomeando o inominável: a problematização da violência obstétrica e o delineamento de uma pedagogia reprodutiva contra-hegemônica. *Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, v. 61, n. 27, dez. 2021, p. 257-290. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/xXgjFBTzkvX8J57PcxvBgpK/?lang=pt#>. Acesso em: 10 fev. 2024.

TORRES SANTANA, Aylin. Ley de Salud Pública y derechos de las mujeres y de la comunidad LGTBIQ+. *ONCUBA NEWS*, La Habana, out. 2020. Disponível em: <https://oncubanews.com/opinion/columnas/sin-filtro/ley-de-salud-publica-y-derechos-delas-mujeres-y-de-la-comunidad-lgtbiq/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ZURBANO, Roberto. El triángulo invisible del siglo XX cubano: raza, literatura y nación. *Revista Temas*, no. 46, jun, 2006, p. 111-123. Disponível em: https://www.afrocubaweb.com/news/cuba/trianguloinvisible_zurbano.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

Recebido em: 10/05/2024

Aprovado em: 28/10/2024



FELTRIN, Rebeca Buzzo*

[h[†]https://orcid.org/0000-0002-5606-3989](https://orcid.org/0000-0002-5606-3989)

BESSA, Karla Adriana Martins**

<https://orcid.org/0000-0002-5867-5372>

LOPES, Maria Margaret***

<https://orcid.org/0000-0002-9803-8378>

RESUMO: O presente artigo¹ busca compreender as disparidades na alocação de recursos para pesquisa no Brasil através de uma lente interseccional, examinando os perfis coletivos dos bolsistas em diversas modalidades. Foram estabelecidas algumas relações iniciais sobre a participação das mulheres em bolsas de pesquisa, considerando suas interseções com outros marcadores sociais de diferença, como cor/raça, além das dimensões regionais e de áreas do conhecimento. Para tal, foram analisados dados desagregados do Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação do CNPq² sobre a situação histórica e atual da participação de diferentes grupos no acesso às bolsas de pesquisa em dois momentos distintos (2005 e 2023). A inovação do trabalho reside na análise interseccional do perfil dos bolsistas nas principais modalidades a partir do uso do *software* de Análise Interseccional de Perfil – AIP (FELTRIN *et al.*, 2021), adaptado para as análises empreendidas no contexto do Observatório Sul-Sudeste do INCT-Caleidoscópio. A metodologia busca captar a complexidade do universo analisado, não se limitando a questões como “quantas mulheres” receberam bolsas de pesquisa, mas qualificando esse grupo heterogêneo. Ao considerar o perfil interseccional dos/as bolsistas CNPq, o estudo revela como diferentes marcadores sociais influenciam o acesso, a permanência e a progressão de determinados grupos na carreira científica. Os resultados desta pesquisa contribuem para o debate sobre as desigualdades na ciência brasileira, evidenciando a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas que promovam a equidade e a diversidade no campo científico.

ABSTRACT: This paper seeks to explore the disparities in the allocation of research funding in Brazil through an intersectional lens, examining the collective profiles of grant holders across various categories. Preliminary insights were drawn regarding women's participation in research grants, factoring in intersections with other social markers of difference such as race/ethnicity, as well as regional and disciplinary dimensions. The study utilises disaggregated data from the CNPq Science, Technology, and Innovation Funding Panel, assessing the historical and current representation of diverse groups in grant access across two key timeframes (2005 and 2023). A novel aspect of this research is the intersectional profiling of grant recipients across major categories, employing the Intersectional Profile Analysis software – IPA (FELTRIN *et al.*, 2021), which has been adapted for use within the context of the South-Southeast Observatory of INCT-Caleidoscópio. The methodology aims to capture the complexities of the examined landscape, moving beyond reductive inquiries such as “how many women” received grants, to a nuanced qualification of this heterogeneous group. By considering the intersectional profiles of CNPq grant recipients, the study illuminates how various social markers impact the access, retention, and progression of specific groups within scientific careers. The findings of this research contribute to the discourse on inequalities in Brazilian science, underscoring the pressing need for public policies and affirmative actions that foster equity and diversity in the scientific domain

PALAVRAS-CHAVE: Perfil interseccional; bolsas de pesquisa; relações de gênero e ciência.

KEYWORDS: Intersectional profile; research grants; gender relations and science

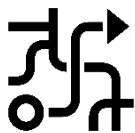
* Doutora em Política Científica e Tecnológica. Pós-doutora pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp e INCT-Caleidoscópio.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp e vice coordenadora do INCT Caleidoscópio.

*** Livre-docente em História das Ciências pela Unicamp, pesquisadora convidada do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/UNICAMP e integrante do Comitê gestor do INCT- Caleidoscópio (2022-2026).

¹ Este artigo é parte das atividades em desenvolvimento no Observatório Sul-Sudeste do INCT/CNPq Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências (12/2022-11/2027). Entre os objetivos gerais do INCT-Caleidoscópio, cabe ao Observatório Sul-Sudeste o monitoramento de indicadores e a elaboração de análises sobre as desigualdades sociais, raciais e violências de gênero e sexualidade, que impactam as trajetórias, as condições materiais e o ambiente profissional das mulheres nas carreiras científicas e acadêmicas, bem como a caracterização do que se entende por “trajetórias exemplares”. Outro objetivo do Observatório é mapear as soluções já encaminhadas e institucionalizadas nas diferentes universidades públicas dos Estados do Sul-Sudeste para erradicar as desigualdades e ampliar a diversidade nas carreiras acadêmicas. Como partimos de um campo de estudos e debates que já tem também um histórico consolidado entre nós feministas acadêmicas, o Observatório tem como missão aglutinar, bem como divulgar a produção já existente sobre este tema.

² Acesso ao Painel de Fomento do CNPq, disponível em: < <http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/> >



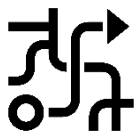
INTRODUÇÃO

A disparidade de sexo/gênero, cor/raça e regional na distribuição de recursos de pesquisa acadêmica no país é só a ponta do *iceberg*. Em uma parte menos visível do sistema acadêmico, encontramos desigualdades estruturais que dificultam a entrada e ascensão de determinados grupos sociais, além de um modelo de funcionamento produtivista de conhecimento que não beneficia nem o próprio desenvolvimento científico.

Para grupos excluídos do processo de produção oficial do conhecimento, como negros, mulheres, grupos LGBTQIA+, pobres ou populações de países menos desenvolvidos, restou a posição de “objetos” de pesquisa, tendo suas vozes silenciadas e “traduzidas” pelos porta-vozes cientistas. Assim, a exclusão de determinados grupos da ciência influenciou o discurso científico sobre mulheres, negros, e outros "outros".

Inúmeras pesquisas no campo da história das ciências mostram que, antes da institucionalização da ciência moderna, mulheres participaram da produção de conhecimento científico, mas foram sendo excluídas e invisibilizadas na medida em que a ciência se tornava uma profissão socialmente reconhecida. Lembrando do sociólogo Robert Merton (1977), cujas considerações desde a década de 1930, continuam a organizar nossos sistemas de C&T, a influência do puritanismo no delineamento das práticas das ciências modernas do século XVII construiu um perfil do homem de ciências moderno com quase as mesmas atribuições de um celibatário. Esse modelo de trabalho árduo, de longas horas no campo ou no laboratório, longe da vida social e familiar, cujo único retorno esperado seria o reconhecimento pelos seus pares, era e - continua a ser, infelizmente - incompatível com as expectativas sociais de cuidado depositadas nas mulheres, especialmente, no caso de coexistir a profissão de cientista e o exercício da maternidade.

O produtivismo acadêmico também contribuiu para esse modelo de carreira, em que a vida pessoal e familiar deve ser colocada em segundo plano ou mesmo ser suprimida. É comum na história das ciências o fato de que muitas mulheres cientistas abdicaram do casamento e/ou maternidade buscando atender às rígidas demandas da carreira. O modelo de carreira científica foi moldado para atender a um perfil muito



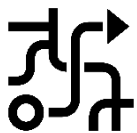
particular de indivíduo, não considerando as demandas de outros grupos que fugissem desse padrão.

Embora tenham ocorrido várias mudanças, especialmente a partir do século XX, alguns privilégios se mantêm nos perfis tradicionais de cientistas mesmo depois de séculos. A visão de ciência como neutra, objetiva e universal, segundo o *ethos mertoniano*¹, mascarada por um ideal meritocrático, dificulta a discussão sobre as desigualdades na ciência, questão que, mesmo após inúmeras pesquisas detalhando seus mecanismos e expondo suas estruturas continua submersa, escondida (KELLER, 1991; SCHIENBINGER, 2001; LOPES, 2016).

A partir dessas considerações, esse estudo propõe analisar os perfis de pessoas que produzem pesquisa e ciência no Brasil, de forma interseccional, especialmente daquelas que receberam recursos financeiros em forma de bolsa de uma das principais agências de fomento do país. A partir da análise do perfil interseccional de bolsistas CNPq, com base nos dados apresentados no Painel de Fomento em CT&I da agência (2005-2023), partimos das seguintes perguntas: haveria impacto nas carreiras científicas de fatores como diferenças de gênero, regionais e/ou pertencimento a determinados grupos racializados? Qual perfil prepondera nestes quase vinte anos de atuação do CNPq nas diferentes modalidades de financiamento? Nem sempre os dados permitem respostas a nossas inquietações, mas as perguntas nos orientam na busca pelos mesmos, com a finalidade de entendermos as dinâmicas contemporâneas de inclusão/exclusão de pessoas nas várias áreas de pesquisa. Os perfis que se afastam do “tradicional” cientista conseguem acessar de forma igualitária as oportunidades na carreira acadêmica e ocupam os mesmos espaços de prestígio que os cientistas mais alinhados a esse perfil tradicional?

O Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), cujos dados subsidiam a análise proposta neste artigo, foi lançado em setembro de 2023 pela Diretoria de Análise de Resultados e Soluções Digitais (DASD) e pode ser considerado um gesto fundamental para garantia de maior transparência às ações de financiamento do CNPq, fornecendo dados valiosos sobre as atividades de pesquisa no país para o desenvolvimento de estudos e para a formulação de políticas na área.

¹ Robert Merton se dedicou à análise da ciência como instituição, buscando estabelecer normas e valores para alcançar o “bom” funcionamento da ciência.

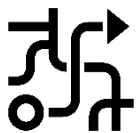


Os dados apresentados pela plataforma são apurados a partir de fontes internas ao CNPq, especialmente na Plataforma Integrada Carlos Chagas, a qual é responsável pela operacionalização do fomento em CT&I do órgão (CNPq, 2023).

Embora os dados disponibilizados sejam apenas sobre as pessoas que recebem ou receberam algum tipo de fomento do CNPq, estes nos fornecem um quadro amplo sobre quem produz ciência no país, já que a agência é responsável por uma parcela considerável do fomento em CT&I no nível federal. Analisar o perfil de bolsistas de pesquisa nas diferentes modalidades (desde iniciação científica até bolsa de produtividade), ao invés de trabalhar isoladamente dados sobre docentes e/ou pesquisadores formalmente contratados nessas carreiras é importante porque incluímos no levantamento os dados relativos a estudantes de graduação e de pós-graduação, estes também responsáveis por parte significativa da produção científica e intelectual brasileira. Os dados que incluem estudantes nos permitem ainda entender as dinâmicas de mobilidade e permanência nos estudos, o possível engajamento nas carreiras acadêmicas em instituições de ensino superior e pesquisa do país.

O Painel de Fomento apresenta uma variedade de dados desagregados sobre bolsistas de diferentes modalidades, desde 2005, em diferentes dimensões, como áreas do conhecimento, distribuição regional, sexo/gênero, cor/raça, entre outros. A grande vantagem dos dados desagregados é permitir cruzamentos/filtros para uma análise interseccional. Ou seja, a partir do cruzamento dos dados disponíveis sobre as pesquisadoras/es é possível identificar padrões e compreender sobreposições ou interações entre diferentes posicionamentos sociais, nos indicando fatores estruturais e/ou conjunturais ao invés de nos atermos a categorias isoladas, uma vez que as exclusões e opressões operam por intersecção. Por exemplo, podemos ter pouca discrepância de gênero em determinada área, mas predominância de um determinado grupo étnico-racial ou social.

Diversas/os autoras/es como Carla Akotirene nos instigam a pensar na interseccionalidade considerando sempre a perspectiva de interseccionalidade do feminismo negro. (AKOTIRENE, 2019). No caso da participação das mulheres brasileiras na pesquisa, inúmeros estudos já apontaram que as mulheres enfrentam dificuldades extras para ascender na carreira acadêmica (LIMA, 2013; LOPES;



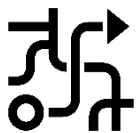
COSTA, 2005; VELHO; PROCHAZKA, 2003). Tais dificuldades estão longe de estarem relacionadas à competência das mulheres, mas remetem a valores atribuídos às diferenças sexuais, enraizados socioculturalmente, que juntamente com outros marcadores sociais de diferença as distanciam do perfil “ideal” de cientista. Entretanto, as ideias de meritocracia, neutralidade e imparcialidade associadas às carreiras científicas contribuem para invisibilizar tais desigualdades.

Vale ainda destacar que as mulheres (cis e trans) que nos referimos neste estudo não são um grupo homogêneo. Portanto, a pergunta deve ir além de “quantas mulheres” estão nas ciências, para uma questão mais qualificada, como: “quais mulheres” estão inseridas/excluídas nas ciências?

ANÁLISE DO PERFIL INTERSECCIONAL DOS BOLSISTAS CNPq – 2005-2023

Embora o Painel de Fomento do CNPq apresente uma base rica de dados desagregados sobre a distribuição de recursos a pesquisadores, até o momento, ele não disponibiliza dados sobre a demanda por recursos ou bolsas, o que dificulta o teste de algumas hipóteses sobre a inclusão de determinados grupos. Por exemplo, ainda não é possível identificar se a baixa representatividade de alguns grupos é dada pelo não atendimento de suas demandas ou se é anterior, se há uma falta de demanda por bolsas desses grupos. Assim, com o não acesso aos dados de demanda por bolsas, o estudo limitou-se a analisar o perfil das pessoas que já estão “incluídas” em alguma medida no universo da pesquisa. Outro fator limitante da pesquisa é que os dados sobre afastamentos relacionados à maternidade só foram incluídos na plataforma em 2021, após forte pressão de redes de pesquisadoras no país, como a Rede de Mulheres nas Ciências, Rede Andorinhas e o movimento *Parent in Science*². Por fim, há um percentual de bolsistas que não declararam cor/raça ou sexo/gênero na plataforma, especialmente nos anos iniciais da amostra. Entretanto, esse percentual de “não declarados” é pequeno quando comparado ao universo total de bolsistas CNPq no período selecionado (15,80% para cor/raça e 0,05% para sexo/gênero).

² Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>. Acesso em 24 set. 2024.



O tratamento dos dados coletados na plataforma do CNPq foi realizado com auxílio do *software* de Análise Interseccional de Perfil – AIP (FELTRIN et al, 2021), adaptado na linguagem *Python* para o uso no presente projeto³, tendo em vista o grande volume de dados a serem processados: para cada ano analisado, havia entre 40 e 80 mil linhas de registros e mais de 900 mil células de dados (FELTRIN; BESSA; LOPES, 2024). O programa é capaz de operacionalizar as variáveis de diferenças sociais de forma interseccional, através da análise das linhas da planilha em formato Excel® com os dados desagregados dos bolsistas da base de fomento do CNPq (como sexo/gênero, cor/raça, região etc.) e atribui um “perfil” a cada bolsista, de acordo com as variáveis de interesse selecionadas. Em seguida, o *software* agrupa os perfis idênticos e os contabiliza, apresentando a frequência absoluta de cada grupo de perfil (número absoluto) e relativa (percentual com relação à amostra total). O AIP apresenta uma listagem em que classifica os perfis, ordenando do mais frequente para o menos frequente em cada dimensão analisada. Tal ordenação permite visualizar como as variáveis se comportam em conjunto, possibilitando um quadro mais sensível e qualificado do grupo analisado (FELTRIN et al, 2021; 2024).

O conceito de perfil foi concebido para permitir uma maior compreensão da dinâmica das diferentes dimensões ou variáveis de forma conjunta, em uma análise interseccional. Assim, ele identifica um grupo que agrega as mesmas categorias variáveis ou diferenças sociais, a depender da análise pretendida. Os perfis que conseguiram alcançar com maior frequência os diferentes tipos de bolsas ao longo de suas carreiras nos dão indicadores dos grupos que foram excluídos, cujas razões devem ser investigadas em função dos interesses de cada pesquisa.

Observamos que as diferenças regionais, de gênero, raça e áreas de conhecimento influenciam a trajetória e acessos de determinados grupos aos espaços mais privilegiados da carreira acadêmica. Assim, quanto mais um grupo se afasta do

³ O *software* foi adaptado durante a pesquisa de pós-doutorado da primeira autora, em colaboração com o professor do IFSP Diego Ferreira dos Santos, o qual reestruturou e programou o AIP como colaborador voluntário para o INCT, e vem trabalhando desde abril de 2023 até o presente nas adaptações do programa. O programa recebeu registro no INPI em Junho/2024, sob número BR 51 2024 001931-6.

“perfil tradicional” ou “ideal” de cientista (no sentido Weberiano⁴), menores são as possibilidades de ocupar espaços de prestígio na carreira acadêmica.

A figura 1 busca representar o uso do conceito no estudo sobre a distribuição das bolsas: quanto maior a concentração de indivíduos semelhantes em um único perfil, mais central na área e carreira ele será e, por consequência, quanto menor a concentração de indivíduos em um perfil, mais periférico ele será:

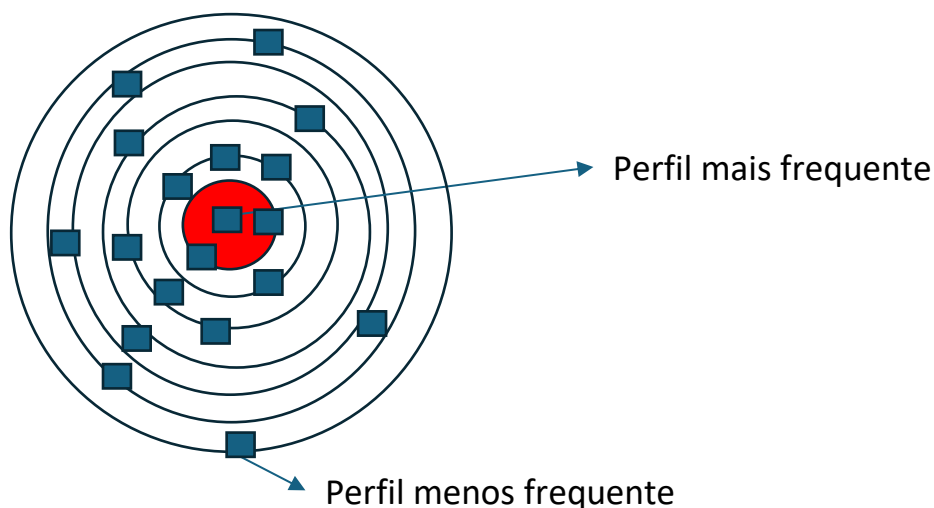
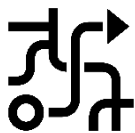


Figura 1 - Ilustração sobre o agrupamento de perfis mais e menos frequentes

O fato de um perfil ser frequente e numeroso significa que ele pode agregar seus pares para atingir objetivos e demandas comuns e, conseqüentemente, terá mais força para se manter no centro, influenciando sua área, sua região e estimulando outros indivíduos semelhantes a seguirem a carreira. Tendo em mente que a ciência funciona em rede, o fortalecimento dos perfis traz benefícios que não são somente individuais, mas também aos seus semelhantes.

A partir da metodologia aplicada no *software* AIP é possível ampliar a compreensão sobre como as diferenças impactam e produzem desigualdades sociais e como operam as diferentes formas de exclusão. Não se trata, evidentemente, de reduzir os indivíduos a categorias fixas, mas sim de compreender com mais detalhes

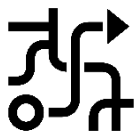
⁴ O tipo ideal ou tipo puro, proposto por Max Weber, é uma ferramenta metodológica que auxilia o sociólogo na compreensão de questões mais amplas da sociedade. Tal tipologia não tem pretensão de corresponder à realidade, mas oferece um poderoso recurso analítico por possibilitar o reconhecimento de padrões úteis para seu entendimento. Da mesma forma, o conceito de perfil busca compreender padrões que possam auxiliar na discussão mais ampla sobre a dominação e a exclusão de determinados grupos na ciência.



como múltiplos fatores atuam de modo conjunto para manter as desigualdades sociais, e, claro, esses perfis são categorias fluidas, que variam diferentemente em cada contexto social e histórico (FELTRIN et. al, 2021; 2024). Assim, após os cruzamentos dos dados gerais sobre a distribuição de bolsas na base de dados do CNPq, utilizamos o *software* AIP para realizar uma análise interseccional dos perfis mais frequentes que receberam bolsas em 7 modalidades selecionadas: iniciação científica, mestrado, doutorado, doutorado no exterior, pós-doutorado, pós-doutorado no exterior e produtividade em pesquisa, nos anos de 2005 e 2023, no primeiro e o último ano completo disponibilizado pela base do CNPq. Para a caracterização dos perfis, consideramos as variáveis “sexo” e “raça” nas dimensões “região”, “modalidade” e “área disciplinar”.

Em 2005, foram concedidas 37.600 bolsas nessas modalidades a 58.196 beneficiários, ao passo que em 2023 tivemos 46.914 bolsas concedidas a 76.215⁵. Embora tenha havido inúmeras políticas de inclusão nas IES nas últimas décadas, impactando diretamente na mudança do perfil dos alunos universitários, percebemos que o perfil dos pesquisadores – especialmente aqueles das modalidades mais prestigiadas na carreira – se manteve mais ou menos inalterado. Em 2005, os perfis que mais concentravam pesquisadores eram os bolsistas produtividade, masculino, branco, da região sudeste e das áreas de exatas. Dentre os dez primeiros grupos que mais concentravam perfis similares, todos eram bolsistas produtividade e da região

⁵ Segundo a Nota Técnica publicada em 01/09/2023 do Painel de Fomento em C&T do CNPq, "o número de beneficiários representa o número de pessoas (CPFs diferentes) contempladas com bolsas ou auxílios que receberam pelo menos um pagamento no ano consultado, por modalidade de bolsa ou auxílio". A nota técnica ainda explica os motivos pelos quais o número de beneficiários não é equivalente ao número de bolsas-ano, sendo eles: 1 - um mesmo beneficiário receber pagamentos relativos a mais de uma modalidade no mesmo ano, mas é contabilizado uma única vez; 2 - beneficiário recebeu pagamentos em diferentes processos de uma mesma modalidade no mesmo ano; e 3 - os totais e subtotais são obtidos pelas unidades de análise (instituição, origem de recurso, programa, área, dentre outros) podem ser fracionados, caso o beneficiário se enquadre em uma das situações anteriores, podendo haver uma variação dessas unidades de análise em cada processo. Disponível em http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/doc/nota_tecnica/. Acesso em 2 set. 2024.



sudeste, nove eram do sexo masculino, nove eram autodeclarados brancos (um dos perfis mais frequentes não havia declarado cor), conforme Figura 2⁶:

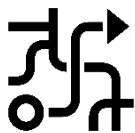
	03_...	05_Área	08_Se...	09...	12_Região
86	Produtivi...	Agronomia	Masculino	Branca	Sudeste
82	Produtivi...	Física	Masculino	Branca	Sudeste
73	Produtivi...	Química	Masculino	Branca	Sudeste
72	Produtivi...	Engenharia M...	Masculino	Branca	Sudeste
65	Produtivi...	Medicina	Masculino	Branca	Sudeste
64	Produtivi...	Física	Masculino	Não ...	Sudeste
61	Produtivi...	Engenharia d...	Masculino	Branca	Sudeste
60	Produtivi...	Engenharia El...	Masculino	Branca	Sudeste
57	Produtivi...	Educação	Feminino	Branca	Sudeste
56	Produtivi...	Bioquímica	Masculino	Branca	Sudeste

Figura 2 - Perfil de bolsistas produtividade mais frequentes (10+) em 2005
Fonte: Imagem gerada a partir do *Software AIP*

Em 2023, percebemos um mesmo padrão de perfis que concentram as bolsas CNPq, especialmente no topo da carreira. Todos os dez primeiros eram bolsistas produtividade da região sudeste, nove deles eram brancos (exceto um, que não declarou cor), e oito eram do sexo masculino. Percebemos que houve um aumento de um perfil feminino entre os perfis mais comuns de 2023. Houve também uma ligeira mudança nas áreas: embora tenha sido mantido o padrão de áreas exatas como as que mais concentram bolsistas do mesmo perfil, percebemos a entrada da área de Geociências entre os principais. A área de educação se manteve como a única da grande área de humanas a figurar entre os dez perfis mais frequentes em 2005 e 2023.

Em 2005, dentre os perfis femininos, o único a figurar entre os dez primeiros foi o da área da Educação (9ª Posição). Já em 2023, os perfis femininos principais estiveram em 9ª e 10ª posição, nas áreas de medicina e educação respectivamente

⁶ A imagem, gerada a partir do *software AIP* apresenta a tabela de agrupamento dos perfis contendo as seguintes colunas: 1 - frequência absoluta (quantidade de perfis repetidos no grupo), 2 - modalidade de bolsa, 3 - área do conhecimento, 4 - sexo/gênero, 5 - cor/raça, 6 - região do país. As imagens 3, 4 e 5 também seguem esta mesma configuração de tabela.



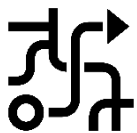
(Figura 3). Outras análises ainda merecem ser feitas para se compreender, por exemplo, em que áreas da medicina essas mulheres se concentram, já que as áreas podem apresentar classificações e hierarquias internas.

Total	03_Modalida...	05_Área	08_S...	09_...	12_...
158	Produtividade ...	Física	Masculino	Branca	Sudeste
114	Produtividade ...	Química	Masculino	Branca	Sudeste
105	Produtividade ...	Agronomia	Masculino	Branca	Sudeste
94	Produtividade ...	Física	Masculino	Não d...	Sudeste
87	Produtividade ...	Engenharia...	Masculino	Branca	Sudeste
86	Produtividade ...	Medicina	Masculino	Branca	Sudeste
74	Produtividade ...	Geociências	Masculino	Branca	Sudeste
69	Produtividade ...	Engenharia...	Masculino	Branca	Sudeste
68	Produtividade ...	Medicina	Feminino	Branca	Sudeste
68	Produtividade ...	Educação	Feminino	Branca	Sudeste

Figura 3 - Perfis mais frequentes em 2023 (10+), todas as modalidades selecionadas
Fonte: Imagem gerada a partir do Software AIP

Com o aumento do número de bolsas no período, percebemos que houve um aumento na concentração de bolsas em determinados perfis, justamente naqueles que já eram mais privilegiados em 2005. Por exemplo, a primeira posição de perfil mais frequente em 2005 era composta por 86 bolsistas produtividade, da área da agronomia, masculino, branco e do Sudeste. Já em 2023, o perfil mais frequente concentrava 158 bolsistas com as características idênticas às do ano de 2005, exceto pela área que foi alterada para Física.

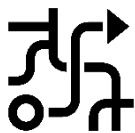
Robert Merton (1977) utiliza o conceito de “efeito Mateus” ao explicar o fenômeno de concentração de recursos e prestígio de determinados grupos na carreira acadêmica, que vão ser mais citados, premiados, divulgados, recompensados, referindo-se à passagem dos Evangelhos que diz que “ao que tem tudo será dado e ao que não tem, até o que tem será tirado”. Assim, o autor analisa que há uma tendência na carreira científica em dar cada vez mais aos grupos que já têm grande quantidade de recursos e privilégios, uma realidade difícil de ser modificada. Margaret Rossiter (1993) publicou um artigo que se tornou um clássico,



The Matthew Matilda effect in Science, como uma crítica contundente à obra de Merton, à ampla lista de seguidores e à meritocracia dos sistemas de C&T, questionando os padrões de masculinidades atribuídos às ciências. O artigo é uma homenagem à sufragista Mathilda Joslyn Gage (1826-1898), que em 1893, seguindo os conceitos históricos da época, escreveu um ensaio com o título de *Woman as an Inventor*, em protesto às crenças sociais hegemônicas de que as mulheres não possuíam genialidade suficiente para serem inventoras. O “efeito Mathilda” justamente propõe a atenção e a análise do lado daqueles – em geral daquelas - cujo reconhecimento científico é obscurecido e os créditos científicos têm sido mesmo retirados.

Em nossa amostra, em 2005, considerando as variáveis cor, sexo, área e região na construção dos perfis de bolsistas (todas as modalidades selecionadas), a variável gênero foi a primeira a se alterar na lista de perfis, constando na 9ª posição entre os mais frequentes, com 57 bolsistas produtividade, feminino, da Educação, Sudeste e branca. Na sequência, a “região” foi a segunda variável a ser alterada nos perfis da amostra selecionada do mesmo ano, aparecendo na 13ª posição dos mais frequentes, com 54 perfis na região Sul, mas mantendo as outras variáveis “branco, masculino, bolsa produtividade, Agronomia”. Fora das regiões Sul e Sudeste, tivemos o primeiro perfil no Nordeste somente na 123ª posição dentre os perfis mais frequentes: com 25 bolsistas, modalidade de Iniciação Científica, masculino, física, sem declaração de cor.

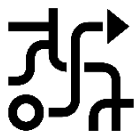
Ainda na amostra de 2005, a primeira vez que apareceu o perfil não-branco mais frequente foi o pardo, na 131ª posição, com 24 bolsistas de Iniciação Científica (IC), masculino, Agronomia, Nordeste. O primeiro perfil preto, aparece em 213ª posição, com 20 perfis, IC, Educação, feminino, preta, Sudeste. Novamente, para compensar as diferenças do perfil ideal de cientista, os pesquisadores e pesquisadoras têm mais chances se atenderem às outras variáveis dominantes, se aproximando do perfil “ideal”. Assim, quanto mais se alinha às categorias “dominantes” ou privilegiadas, por exemplo, buscando orientação ou participando de grupos de pesquisa de pesquisadores dominantes, maiores são as chances dos perfis menos dominantes de alcançarem recursos ou prestígio na carreira acadêmica.



Quando analisamos o ano de 2023, percebemos que o padrão “ideal” novamente se repete. A primeira variável a mudar foi gênero, com 68 perfis de bolsistas produtividade, feminino, branca, área da Medicina, da região Sudeste. Da mesma forma que em 2005, a segunda variável a ser alterada em 2023 entre os perfis mais frequentes foi região e exatamente na mesma posição (13^a), com 63 perfis de bolsistas produtividade, homens, brancos, da Agronomia e da região Sul. O primeiro perfil mais frequente fora do Sul e Sudeste apareceu novamente na região Nordeste, na posição 34^a, com 47 bolsistas (masculino, branco, física, bolsa produtividade). Entretanto, diferente de 2005, o perfil mais frequente fora da região Sul e Sudeste recebeu a bolsa de produtividade ao invés de ser da Iniciação Científica como ocorreu em 2005.

Embora seja um avanço o fato de o perfil mais frequente de bolsa para o Nordeste ter passado da Iniciação Científica para Produtividade nesses quase 20 anos, notamos que a “cor” dos beneficiários muda de parda para branca nesse intervalo. Nesse ponto, temos algumas hipóteses: pode ser que tenha havido uma migração de pesquisadores doutores do Sudeste para o Nordeste, por conta das maiores oportunidades de concursos nesta região (período do programa federal Reuni), ou pode ser que os brancos, embora não fossem um perfil majoritário em 2005 na região Nordeste, tenham tido vantagens para permanecer e ascender na carreira, enquanto os pardos tenham sido desestimulados e abandonaram a carreira. Corroborando o conceito de Efeito Mateus, percebemos que os perfis de homens, brancos, das áreas de Exatas e da região Sudeste que se concentravam em bolsas do topo da carreira em 2005 aumentaram em 2023, enquanto aqueles não-brancos que estavam iniciando suas carreiras fora da região Sudeste se dissiparam no decorrer dos anos. Onde estão aqueles bolsistas de Iniciação Científica pardos da região Nordeste – que poderiam ser hoje um perfil frequente de bolsistas Produtividade - depois dessas quase duas décadas?

Por fim, o primeiro perfil frequente não-branco de 2023 apareceu na 43^a posição, com 43 bolsistas, mas, da mesma forma que em 2005, foi composto por bolsistas de Iniciação Científica. Esse perfil era feminino, da Medicina, parda, da região Sudeste. Novamente, as questões de cor e região se entrecruzam, já que houve um aumento considerável na concentração de bolsistas pardos em um perfil

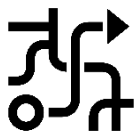


(de 24 em 2005 para 43 em 2023), mas esses bolsistas continuaram sendo de iniciação científica e houve um deslocamento da região Nordeste para a região Sudeste. Embora a população parda seja mais numerosa na região nordeste do país, os bolsistas produtividade do nordeste são majoritariamente brancos. Além disso, o perfil mais frequente pardo – que era e ainda é da iniciação científica - não está mais no Nordeste, como em 2005, mas se deslocou para o Sudeste.

Ao compararmos os cinco perfis mais frequentes tanto em 2005 quanto em 2023, temos o mesmo padrão: todos os perfis brancos estão com bolsa Produtividade, na região Sudeste e são homens, com predomínio das áreas de Exatas. Ao considerarmos o marcador social de cor/raça de forma independente na modalidade bolsa de produtividade, percebemos que, dentre os bolsistas que declararam cor, 70,15% deles são brancos, 10,35% pardos, 1,64% se declararam de cor preta, 1,72% amarela e apenas 0,26% se declararam indígenas. A distribuição de bolsas por cor/raça na modalidade está longe de representar a diversidade brasileira.

Sobre os cinco perfis mais frequentes entre pessoas pardas e pretas, em 2005, eram todos de Iniciação Científica, variando a origem entre região Nordeste e Sudeste, com certo equilíbrio de gênero. Havia um predomínio das áreas de Exatas entre os perfis de pardos e da Educação para os perfis de pretos. Já em 2023, todos os perfis mais frequentes de pretos continuavam na IC, concentrados nas áreas de Educação e Saúde, variando entre Sudeste e Nordeste, sendo predominantemente feminino (4 perfis mais frequentes, dentre os 5). No caso dos perfis mais frequentes de pardos, observamos uma pequena mudança: tivemos 4 perfis de IC e 1 de Produtividade, maioria do Sudeste e feminino, em áreas do cuidado como Educação e Saúde. A exceção é para o único perfil frequente de Produtividade, que é da Física, do Sudeste e é masculino. Houve uma feminização dos perfis mais frequentes entre pardos e pretos, mas eles mantiveram uma concentração nas áreas de cuidado nas modalidades IC. Seria importante a realização de estudos mais aprofundados sobre a distribuição dos perfis no interior das áreas consideradas de cuidado, tendo em vista que tais áreas não são homogêneas e apresentam suas hierarquias internas, podendo ser mais ou menos acessíveis a determinados grupos.

Em 2005, quando consideramos a dimensão região, independente de sexo e cor, percebemos que fora da região Sudeste a grande maioria dos perfis estão



concentrados na IC e em áreas da Agronomia e Geociências. Nas regiões Norte e Nordeste, os cinco primeiros perfis são de IC, enquanto no Sul e Centro-Oeste 2 perfis correspondiam a Produtividade e os outros 3 a IC. Em todas as regiões há um predomínio masculino, onde pelo menos 3 dos 5 perfis mais frequentes eram de homens. Apenas na região Sudeste não havia mulheres entre os 5 perfis mais frequentes e ainda não há, em 2023.

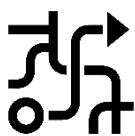
Já em 2023, o Sul aumenta a concentração de perfis com bolsas de Produtividade, mantém 2 dos 5 perfis mais frequentes como femininos e todos os principais perfis são brancos e se mantém em áreas como Agronomia e Educação. Duas áreas que têm historicamente recebido mais verbas, talvez por programas específicos de pesquisa nestas áreas ao longo dos anos. Da mesma forma, no Centro-Oeste a distribuição de gênero entre os cinco perfis mais frequentes se mantém (2 entre 5), continuando sob forte influência da Agronomia e Geociências e de brancos (4 dos 5 perfis).

A grande mudança desses quase 20 anos é que as regiões Nordeste e Centro-Oeste agora têm entre os primeiros perfis mais frequentes os bolsistas Produtividade, saindo somente da concentração de perfis com bolsas de IC. Em todos os casos, as bolsas Produtividade dessas regiões foram destinadas a pesquisadores homens, brancos das áreas de Exatas. Em contraposição, os perfis femininos que ocupavam destaque entre os mais frequentes nessas regiões continuavam ainda, em 2023, como de bolsistas de IC e eram em sua maioria pardos (Figura 3).

T...	03_Modalidade	05_Área	08_S...	09_...	▽ ↑
47	Produtividade ...	Física	Masculino	Branca	Nordeste
40	Produtividade ...	Física	Masculino	Não d...	Nordeste
38	Produtividade ...	Agronomia	Masculino	Branca	Nordeste
36	Iniciação Cient...	Saúde Cole...	Feminino	Parda	Nordeste
36	Iniciação Cient...	Educação	Feminino	Parda	Nordeste

Figura 4 - Perfis mais frequentes de bolsistas da região nordeste, em modalidades selecionadas (2023)

Fonte: Imagem gerada a partir do *Software AIP*



A região Norte foi a única do país que se manteve com os cinco primeiros perfis mais frequentes de IC, como em 2005, predominante feminino (4 dos 5 perfis) e única região totalmente parda (Figura 4). Além disso, continua a forte influência da Agronomia e Educação. Mesmo nessa região que concentra a maior parte da população indígena do país, apenas 19,14% desse grupo estão entre os bolsistas da região Norte, nas modalidades selecionadas em 2023. A maioria dos bolsistas indígenas (31,48%) está na região Sudeste, inclusive, entre os que possuem bolsas produtividade (47,73%, do grupo com bolsas Pq estão no Sudeste, contra 9,09% na região Norte).

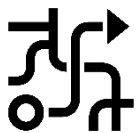
T...	03_Modalidade	05_Área	08_S...	09_...	▽ ↑
19	Iniciação Cient...	Educação	Feminino	Parda	Norte
17	Iniciação Cient...	Agronomia	Feminino	Parda	Norte
16	Iniciação Cient...	Agronomia	Masculino	Parda	Norte
15	Iniciação Cient...	Letras	Feminino	Parda	Norte
14	Iniciação Cient...	Recursos Fl...	Feminino	Parda	Norte

1 to 5 of 830 < < Page 1 of 166 > >

Figura 5 - Perfis mais frequentes de bolsistas da região norte, em modalidades selecionadas (2023)

Fonte: Imagem gerada a partir do *Software AIP*

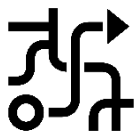
É interessante notar que, nesses quase 20 anos, houve uma redistribuição de bolsas para outras regiões do país fora do Sudeste, mas os beneficiários continuaram os mesmos. Eles são, em sua maioria, homens brancos das áreas de Exatas que, embora estejam no Nordeste ou Centro-Oeste, podem não ser originários dessas regiões, já que mantém o perfil idêntico aos pesquisadores do Sudeste. Além disso, a ascensão desse grupo particular em outras áreas do país só ampliou seus privilégios no território, fazendo com que fossem maioria também em outras regiões do país. Mas essas são considerações que precisam ser melhor investigadas, o que poderá ser feito em breve com a disponibilização das bases de dados da plataforma Lattes pelo CNPq.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa é uma abordagem inicial e parcial das potencialidades das análises interseccionais de perfil através do uso de uma metodologia para operacionalização das diferentes variáveis e dimensões, materializada no *software* AIP. Buscamos analisar a diversidade e equidade nas ciências a partir da distribuição de bolsas de pesquisa, um importante fator para a permanência e ascensão nas carreiras científicas. Observamos também que não podemos estudar as iniquidades e desigualdades a partir de uma única dimensão. Se considerarmos somente a dimensão de gênero, observamos que as mulheres conseguiram melhorar seu acesso às bolsas em algumas áreas de atuação, o que configura uma sua ascensão, embora lenta, na carreira. Entretanto, se formos considerar quais mulheres conseguiram isso, veremos que foram as mulheres brancas da região Sudeste, em áreas de pesquisa ligadas à educação e/ou cuidados, ou seja, as que mais se aproximam do padrão “ideal” de cientista e das áreas mais destinadas às mulheres. Percebemos que ainda existem muitas barreiras a serem transpostas para alcançarmos uma maior diversidade e equidade nas ciências. Concluímos que a dimensão de cor/raça é determinante para facilitar ou dificultar as oportunidades de carreira das/os cientistas, muito além da questão de gênero. Os pardos, pretos e indígenas aparecem, geralmente, em perfis frequentes de bolsistas no início de carreira e aparecem em outras modalidades mais prestigiosas, como a bolsa Produtividade em pesquisa, com mais frequência se estiverem no Sudeste e/ou em áreas consideradas de maior prestígio, dimensões que atuam como fatores “compensadores” pela racialização dos grupos de pessoas pardas, pretas e indígenas. Os indicadores aos quais tivemos acesso no cruzamento interseccional de dados, evidenciam a força do racismo estrutural na produção de ciência no Brasil, ainda que muitas iniciativas e políticas de inclusão e descentralização de recursos tenham sido promovidas ao longo dos últimos 20 anos.

A partir da análise da distribuição de bolsas de pesquisa no país em dois momentos distintos, percebemos que os avanços foram tímidos no sentido de aumentar a diversidade de sexo/gênero, cor/raça, regional ou de áreas das ciências. Os perfis mais beneficiados das principais bolsas de pesquisa do CNPq parecem ter se fortalecido ao longo do tempo e, infelizmente, quando analisamos a história da

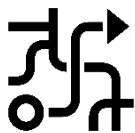


ciência, percebemos que tal perfil “ideal” de cientista se mantém desde os primórdios da ciência moderna.

Não se trata apenas de incluir mais mulheres, se forem um perfil único de mulher, mais próximo daquele “ideal” masculino, reforçando ainda mais os privilégios e aprofundando as desigualdades que desejamos combater. Trata-se de considerarmos as dinâmicas de poder e exclusão que operam via hierarquização de diferenças sociais que tanto influenciam na entrada, permanência e ascensão de outros grupos na carreira acadêmica. É preciso também pensarmos as questões evidenciadas em relação à diversidade regional, a fim de entendermos com maior densidade os impactos da desigualdade regional das ciências nas áreas de menor investimento, confrontando o afastamento entre as ciências e os desafios das regiões mais empobrecidas e com graves problemas no campo e cidade do país.

É importante destacar que existem questões mais amplas e estruturais do modelo das carreiras científicas e da própria produção de conhecimento que precisam ser revistas, que vão além das políticas de distribuição de recursos pelas agências de fomento. Infelizmente, muitas políticas voltadas à inclusão e equidade nas ciências encontram resistência para serem colocadas em prática ou mesmo para serem acionadas pelos beneficiários, já que a cultura científica é muito enraizada e avessa a mudanças em seu funcionamento.

Os números, gráficos e estatísticas podem ser um primeiro passo para estimular uma reflexão mais profunda sobre o modelo de país de produção de ciências e tecnologias nas quais estamos investindo, mas há muito mais a ser problematizado. Não podemos incluir novos grupos, novos olhares e novas demandas em um ambiente já direcionado a atender um grupo e um modelo de sociedade particular. Assim, em primeiro lugar, é necessário fazermos uma revisão do *ethos* científico, uma revisão epistêmica e organizacional. Por um lado, será preciso incluir a visão e demandas dos outros perfis excluídos e silenciados na produção de conhecimento e na organização da carreira acadêmica. No caso do Brasil, nosso ideal feminista antirracista para alcançarmos uma diversidade nas ciências, que seja representativa e atenta às necessidades da maioria de sua população, continua um enorme desafio. É para esse desafio que esperamos estar contribuindo com nossos trabalhos no



Observatório Sul-Sudeste do INCT – Caleidoscópio, espaço onde a presente pesquisa está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polém, 2019. 150 p. CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Disponível em: < <http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/>>

FELTRIN, Rebeca Buzzo; BESSA, Karla; LOPES, Maria Margaret. Observatório Sul-Sudeste de desigualdades, iniquidades e violências de gênero nas universidades. Uma primeira análise do monitoramento realizado em 2023. *Boletim do Observatório Sul-Sudeste do INCT Caleidoscópio*. 2024.

FELTRIN, Rebeca Buzzo; SANTOS, Diego Ferreira; VELHO, Lea. O papel do Ciência Sem Fronteiras na inclusão social: análise interseccional do perfil dos beneficiários do programa na Unicamp. *Avaliação (Campinas)* 26 (01) 2021.

KELLER, Evelyn Fox. *Reflexiones sobre género y ciencia*. Edicions Alfons El Magnànim, Valencia, 1991.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. *Rev. Estud. Fem.* 21 (3). 2013.

LOPES, Maria Margaret e COSTA, M. C. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. In: QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia. (org.) *Gênero nas fronteiras do Sul*. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, Coleção Encontros, 2005.

LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu*. DOSSIÊ. n. 27 (2006).

MERTON, Robert K. *La Sociologia de la Ciencia 2*. Madrid: Alianza Editorial SA, 1977.
ROSSITER, Margaret W. *The Matthew Matilda effect in science*. *Social studies of science*, v. 23, n. 2, p. 325-341, 1993.

SCHIENBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: Edusc – Ed. da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

VELHO, Lea; PROCHAZKA, Maria Vivianna. No que o mundo da ciência difere dos outros mundos? *Revista ComCiência*. 2003.

Recebido em: 07/05/2024

Aprovado em: 28/10/2024



CRESCÊNCIO, Cintia Lima*

<https://orcid.org/0000-0002-2992-9417>

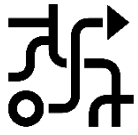
RESUMO: Este artigo pretende fazer uma reflexão sobre cartunistas mulheres brasileiras que tiveram importante atuação entre as décadas de 1960 e 1980. Destacamos Maria da Conceição de Souza Cahú, que assinava Cahú; Hilde Weber; Cecília Alves Pinto, Ciça; e Mariza Dias Costa, Mariza. Procurando analisá-las em perspectiva, no sentido de buscar articulações em seus trabalhos, as considero chave fundamental na construção da história do humor gráfico no Brasil. Este texto recupera e apresenta uma breve síntese sobre cada uma dessas artistas, mapeando seus locais de produção, temas e abordagens, em busca de filiações, pertencas e legados. A partir do reconhecimento da inexistência de estudos detidos sobre estas cartunistas, por meio de pesquisa em jornais e bibliográfica, busco recuperar e apresentar Cahú, Ciça, Hilde e Mariza com base no conceito de genealogia feminista (CIRIZA, 2006) e a partir de um olhar de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Cartunistas mulheres; Genealogia Feminista; Humor.

ABSTRACT: This article aims to reflect on Brazilian women cartoonists who played an important role between the 1960s and 1980s. They are: Maria da Conceição de Souza Cahú, who signed as Cahú; Hilde Weber; Cecília Alves Pinto, Ciça; and Mariza Dias Costa, Mariza. Seeking to analyze them in perspective, in order to seek articulations in their works, I consider them to be a fundamental key in the construction of the history of graphic humor in Brazil, which is why this text recovers and presents a brief synthesis about each of these women artists, mapping their places of production, themes and approaches, in search of affiliations, belongings and legacies. From the recognition of the lack of studies carried out on these women cartoonists, through newspaper and bibliographical research, I seek to recover and present Cahú, Ciça, Hilde and Mariza based on the concept of feminist genealogy (CIRIZA, 2006) from a gender perspective.

KEYWORDS: Women cartoonists; Feminist Genealogy; Humor.

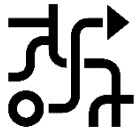
* Professora da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde atua como docente no Curso de Licenciatura em História e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. É coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG/UFABC) e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC). E-mail: cintia.lima@ufabc.edu.br. Este artigo é resultado de reflexões já iniciadas em outras publicações e foi produzido no âmbito do projeto coletivo "MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)", financiado pelo CNPq, Processo nº 404662/2021-8. Este trabalho desdobrou-se no projeto "Uma História das Artistas do Traço no Brasil", coordenado por Cíntia Lima Crescêncio e financiado pelo CNPq, Processo: 403648/2023-8. Parte dos resultados aqui apresentados são oriundos da continuidade da pesquisa neste projeto individual.



“Ela ri de tudo, dos outros e sobretudo de si mesma. Ela diz que o riso protege” (DAAS, 2022, p. 34), narra a escritora Fatima Daas sobre Nina, um amor de sua juventude. A ideia do riso como forma de proteção é fundamental para pensarmos sobre as formas de (re)existir das mulheres, especialmente em uma perspectiva de gênero e feminista. Diante de debates diversos que procuram entender a produção do conceito de humor feminista, que consideram desde os sujeitos produtores ao alvo do riso, é fundamental não perdermos de vista que o humor é, sim, um instrumento de luta e reflexão para as mulheres, seja porque a produção do humor foi negada a elas, em todas as esferas consideradas públicas, como no jornalismo, no desenho, no teatro, no cinema, na palhaçaria, nas letras; seja porque muitas vezes elas escolhem como alvo exatamente as desigualdades e estereótipos de gênero.

Para Nancy Walker (1988), o humor com viés feminista é um humor que questiona a ordem vigente, desestabiliza as normas, desafia a autoridade, sublinha a importância de se repensar uma estrutura política, social e cultural que é baseada na evidente desigualdade entre homens e mulheres. Este tipo de humor inspira e entretém. O humor feminista ri da própria ideia de desigualdade de gênero. Ele esforça-se para tornar a ideia de desigualdade absurda, deslegitimando-a (WALKER, 1988. p. 145). As artistas aqui apresentadas, cada uma a seu modo, questionam as hierarquias e o poder que fundamentam o mundo, seja por meio do riso e do traço, seja pelos enfrentamentos encarados na condição de cartunistas mulheres.

O humor das mulheres pode ser compreendido como um gesto feminista, mesmo que não haja promessas de suas autoras, e é a partir dessa perspectiva que este artigo pretende recuperar e apresentar um breve apanhado de informações e produções de cartunistas do Brasil que fizeram história, mas seguem desconhecidas da História. Nesse sentido, o conceito de genealogia feminista é útil, uma vez que busco evidenciar conexões entre estas cartunistas, inclusive com nosso tempo (CIRIZA, 2006). Ciça (1939-), Mariza (1952-2019), Cahú (1944-2006) e Hilde Weber (1913-1994) são nomes para não esquecer e é este movimento que pretendo realizar nas próximas páginas, um movimento de não esquecimento das cartunistas brasileiras, algo que já vem sendo sublinhado por artistas e coletivos de mulheres que não perdem de vista a importância de conhecer a história das mulheres nos quadrinhos e no humor gráfico.



Muito do que sabemos sobre essas cartunistas não se deve a pesquisas acadêmicas, realizadas em instituições de ensino superior, mas ao trabalho de publicações sobre humor gráfico e quadrinhos com perspectiva de gênero e feminista, como é o caso da revista *As Periquitas, Meninas com humor e opinião*, de 2014, cujo projeto editorial e edição de arte foi assinado por Crau, também uma cartunista; da revista *Risca! memória e política das mulheres nos quadrinhos*, publicada em 2015, que conta com Mariamma Fonseca e Samanta Coan no planejamento editorial e é fruto do coletivo e do site *Lady's Comics*; e da revista *Mina de HQ*, que já teve quatro edições entre 2020 e 2023, e tem como editora-chefe Gabriela Borges. Além disso, destaco o livro *Mulheres & Quadrinhos*, de 2019, organizado por Dani Marino e Luluña Machado.

Estas são iniciativas que debatem o contexto contemporâneo de mulheres no humor gráfico e nos quadrinhos brasileiros a partir do digital, local onde a diversidade de gênero, de sexualidade e racial abundam na produção artística hoje. Este olhar para o presente e, de algum modo, para o futuro, ao contrário do que poderíamos imaginar, não perde de vista as chamadas “pioneiras”, mulheres que trilharam o caminho do desenho, do humor e da arte no passado. Esquecidas pelas obras de referência (CRESCÊNCIO, 2018), e anteriores ao contexto da Internet, artistas como Ciça, Cahú, Hilde, Mariza e muitas outras são alvo do interesse de quadrinistas, cartunistas e leitoras jovens, muitas já nascidas no século XXI.

Este texto, portanto, avança no sentido de contribuir com estes estudos sobre cartunistas mulheres oriundas de contextos em que os impressos predominavam, reconhecendo que ainda há muito trabalho de pesquisa e de arquivo a ser realizado¹. Vale pontuar que há numerosos estudos sobre humor gráfico e sobre cartunistas homens no Brasil, como é o caso do *O Pasquim*, ou de grandes nomes como Ziraldo, Henfil, Millôr, Fortuna, Jaguar, Angeli. Tais cartunistas, inclusive, tiveram coletâneas de suas produções publicadas, além de figurarem em inúmeras listas de “grandes nomes do humor”, que resultam em exposições e homenagens muito justas, mas que não avançam em direção às mulheres cartunistas. A história das cartunistas no humor

¹ Neste artigo, são exploradas e apresentadas fontes localizadas em acervos físicos, acervos disponíveis on-line e acervos digitalizados por grupos de pesquisa. Além disso, coletâneas de cartunistas mulheres também foram consideradas fontes e tiveram suas capas reproduzidas quando possível. As coletâneas integram acervo pessoal.

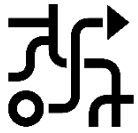


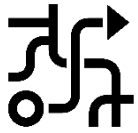
gráfico brasileiro ainda está em construção e aqui pretendo esboçar possibilidades para essa construção, indicando caminhos de pesquisa que podem ser seguidos.

MULHERES, HUMOR E PERIÓDICOS

Um dos caminhos de pesquisa sobre mulheres produtoras de humor gráfico é a imprensa, local privilegiado de publicação humorística desde o começo do século XX e que, a partir do golpe de 1964, viu sua diversidade crescer com a criação de uma imprensa clandestina e alternativa. Ainda que pouco frequentes, as cartunistas mulheres em grandes jornais existiam, muito embora os atuais esforços de sistematização de suas produções nesses espaços ainda sejam tímidos. Jornais como *Folha de S. Paulo*, o *Estado de S. Paulo*, a revista *O Cruzeiro* e *Placar* contaram com a contribuição de cartunistas mulheres, mas não é equivocado dizer que, até o momento, as encontramos em maior número e de modo mais denso em impressos alternativos produzidos por movimentos de mulheres e feministas.

N'O *Pasquim*, por exemplo, apenas a cartunista Mariza foi figura frequente entre os anos de 1974 e de 1978. É possível identificar outras quatro desenhistas do humor no jornal entre 1983 e 1985: Fátima, Ana, Carmen Silvia Paiva e Ilda, sendo que parte dessas aparições é resultado de um concurso de humor. A imprensa alternativa feminista, entre os anos 1970 e 1980, afirma-se como um dos principais espaços de difusão de humor gráfico produzido por mulheres, especialmente o humor que problematiza questões de gênero (BURKART, 2017). Fato curioso é que, apesar disso, não é incomum a associação de cartunistas mulheres importantes ao exaltado jornal de oposição à ditadura. É o caso de Ciça, que nunca publicou desenhos, tiras ou charges n'O *Pasquim*, mas costuma ser identificada como “colaboradora” da publicação quando apresentada como cartunista. De acordo com a própria artista, ela contribuía apenas com textos, fato que merece ser alvo de reflexão.

Fruto da militância das esquerdas feministas do período, preocupadas em debater questões de gênero, em construir a revolução e lutar pelo retorno da democracia, jornais como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio* e *ChanacomChana* foram algumas das publicações que, sem compromisso com a ideia de seriedade promulgada pelas esquerdas tradicionais, fizeram uso do humor gráfico com perspectiva feminista. Reunindo cartunistas difusas em grandes veículos, como Ciça,



que publicou na *Folha de S. Paulo* entre 1967 e 1985, e Cahú, que contribuiu em jornais e revistas, a imprensa feminista era lugar de produção autônoma, livre e comprometida politicamente. No humor gráfico produzido por mulheres publicado nesta imprensa, discutia-se política, democracia, desigualdade, mas também atravessamentos de gênero nas experiências das mulheres, como educação, trabalho doméstico, dupla jornada de trabalho, controle de natalidade, sexualidade, debates que não costumavam encontrar lugar em outras publicações.

Cahú, Célia, Ciça, Crau, Hilde Weber, Lila, Mariza, Marlene Crespo, Miriam Martinho são algumas das mulheres cartunistas que entre os anos 1970 e 1980 tiveram expressiva atuação na imprensa alternativa, na imprensa feminista e, também, na grande imprensa no Brasil. Como elas, há tantas outras ainda desconhecidas, por isso neste texto apresento uma sistematização e uma reflexão com base no que se sabe hoje, com base nas fontes e recursos por ora acessíveis, e não um panorama acabado sobre as cartunistas brasileiras em tempos de difusão pelo papel. Cahú, Ciça, Hilde e Mariza são as artistas que, até o momento, permitem apresentar estas linhas em função de coletâneas já publicadas com suas produções e da pesquisa em arquivo ter avançado em alguns achados.

Ponto, por fim, que uma busca por estes nomes e outros na Biblioteca Brasileira de Dissertações e Teses, em novembro de 2022, não trouxe resultados, indicando a inexistência, ao menos neste Banco de Dados, de pesquisas dedicadas exclusivamente a estas artistas.² Estes e outros nomes aparecem, contudo, nos jornais da época e nos esforços de artistas e coletivos de recuperar a memória das “veteranas”. O *site* Mina de HQ, por exemplo, criou um Banco de Quadrinistas, chamado BAMQ!³ Há nomes como o de Célia, que publicava quadrinhos no jornal *Mulherio*, ativo entre 1981 e 1988, que não temos nenhuma outra informação. Mediante informações ausentes ou dispersas, neste artigo procuro organizar e apresentar alguns dados centrais destas quatro artistas.

² Pesquisa realizada no *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD). Informações colhidas em 21 de novembro de 2022.

³ Ver, a este respeito, <https://minadehq.com.br/banco-de-quadrinistas/> Acesso: 30 ago. 2024.

MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA CAHÚ, A CAHÚ

Maria da Conceição de Souza Cahú, a Cahú⁴, nasceu no estado de Pernambuco, nordeste brasileiro, em 1944, mais especificamente na cidade de Floresta. Mudou-se para São Paulo na década de 1970, quando iniciou uma exitosa carreira na imprensa feminista e na grande imprensa. É sua trajetória pelos impressos que permite que a conheçamos hoje. Na grande imprensa, seus vestígios são inúmeros, embora as pesquisas em busca deles ainda sejam escassas. Cahú contribuiu com as revistas da editora Abril, destaque para a revista *Placar*, sobre futebol, esporte pelo qual era apaixonada, e com os jornais *Folha de S. Paulo* e a *Gazeta Mercantil* (PESSOA e SOUZA, 2019). Notas e respostas a leitores(as) publicadas na *Placar* indicam que Cahú cobria Laerte durante suas férias, pelo menos entre 1976 e 1977⁵. No número 940, de 1988, foi publicada uma matéria sobre um álbum de figurinhas para celebrar as copas de 1958, 1962 e 1970. A artista responsável pelas ilustrações dos “craques” foi Cahú, que ganhou uma nota intitulada “A retratista dos craques”, em que ela narra os desafios de construir as imagens do álbum.

FIG. 1



“A Retratista dos Craques”. *Placar*, Nº 940, 10 de junho de 1988, p. 44.

⁴ Cahú, recentemente, tornou-se alvo de pesquisa financiada pela Lei Aldir Blanc em Pernambuco. Ver Silva, A. C. A.B. da e S., J. A.V. da (2021): “Traços de Cahú: a arte como resistência feminista”, *Revista Fim do Mundo*, Nº 5, pp. 382-392. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11956/10344>. Acesso: 30 ago. 2024.

⁵ É importante mencionar que na pesquisa não tive acesso à coleção completa da revista e, por isso, não há como confirmar que Cahú contribuiu com a *Placar* apenas entre 1976 e 1977.

Cahú também publicou na revista *Balão*, famosa por revelar grandes nomes do desenho, do humor gráfico e do quadrinho nacional (MESSIAS, 2018). Na edição número 8, de 1975, Cahú assina um quadrinho com Paulo Santos. Na primeira página, reproduzida na sequência, é informado que ela foi a responsável pelo desenho.

FIG. 2



CAHÚ/PAULO SANTOS. *Balão*, Nº8, 1975, p. 54.

Em 1992, a artista pernambucana foi premiada pelo 21º Salão de Humor de Piracicaba, na categoria quadrinhos, por *Uma História de Amor*, um tributo a Carlos Zéfiro. A honraria merece ser mencionada não apenas por integrar parte da história de Cahú, mas pela raridade de prêmios para as mulheres no campo dos quadrinhos. Na entrega da 35ª edição do Troféu HQMix, realizada em 2023, artistas mulheres protestaram contra a desigualdade de gênero nas indicações e premiações de uma

das mais importantes premiações de quadrinhos brasileira⁶. Cahú, de algum modo, conseguiu ter seu trabalho reconhecido ainda nos anos 1990.

FIG. 3

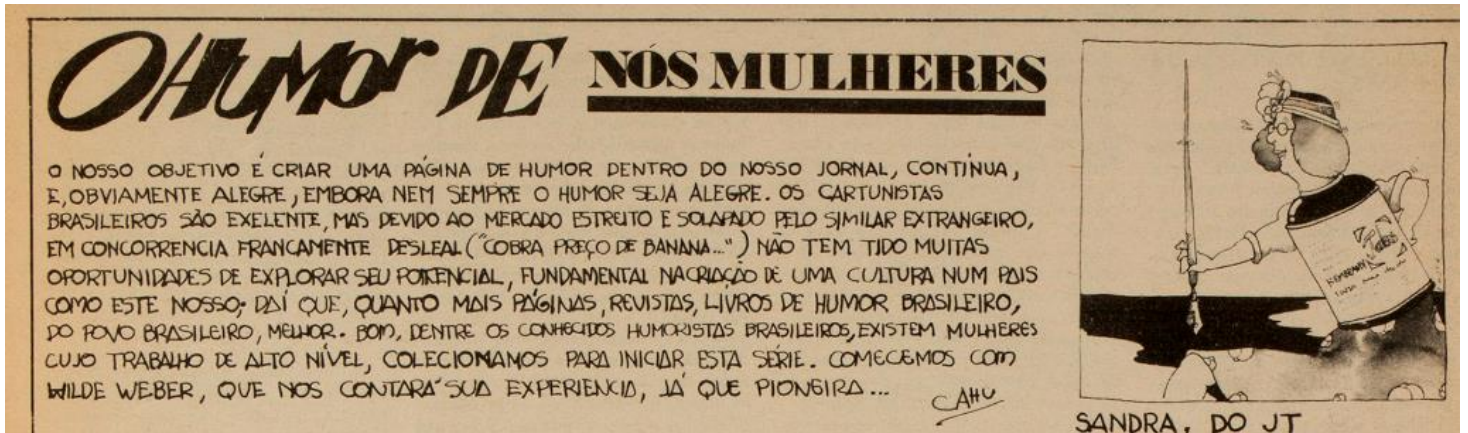


Autorretrato (acervo pessoal da artista). Memorial Conceição Cahú. Floresta/PE. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Autorretrato-acervo-pessoal-da-artista-Memorial-Conceicao-Cahu-Floresta-PE_fig1_354281327. Acesso em: 30 ago. 2024.

Além da sua atuação na grande imprensa e nas publicações de quadrinhos, é fundamental lembrar seu envolvimento com a imprensa alternativa e feminista brasileira a partir de 1975. Cahú fez parte do grupo que produziu o jornal *Nós Mulheres*, que circulou entre 1976 e 1978, e contribuiu com o *Brasil Mulher*, fundado em 1975. A edição número 4 do *Nós Mulheres*, do ano de 1977, é acompanhada de uma página de humor inaugurada por Cahú, em que consta uma apresentação de Hilde Weber ao público.

⁶ Ver, a este respeito, <https://revistaogrito.com/noite-de-entrega-do-trofeu-hgmix-e-marcada-por-protestos-contr-a-falta-de-diversidade-no-premio/>. Acesso: 29 ago. 2024.

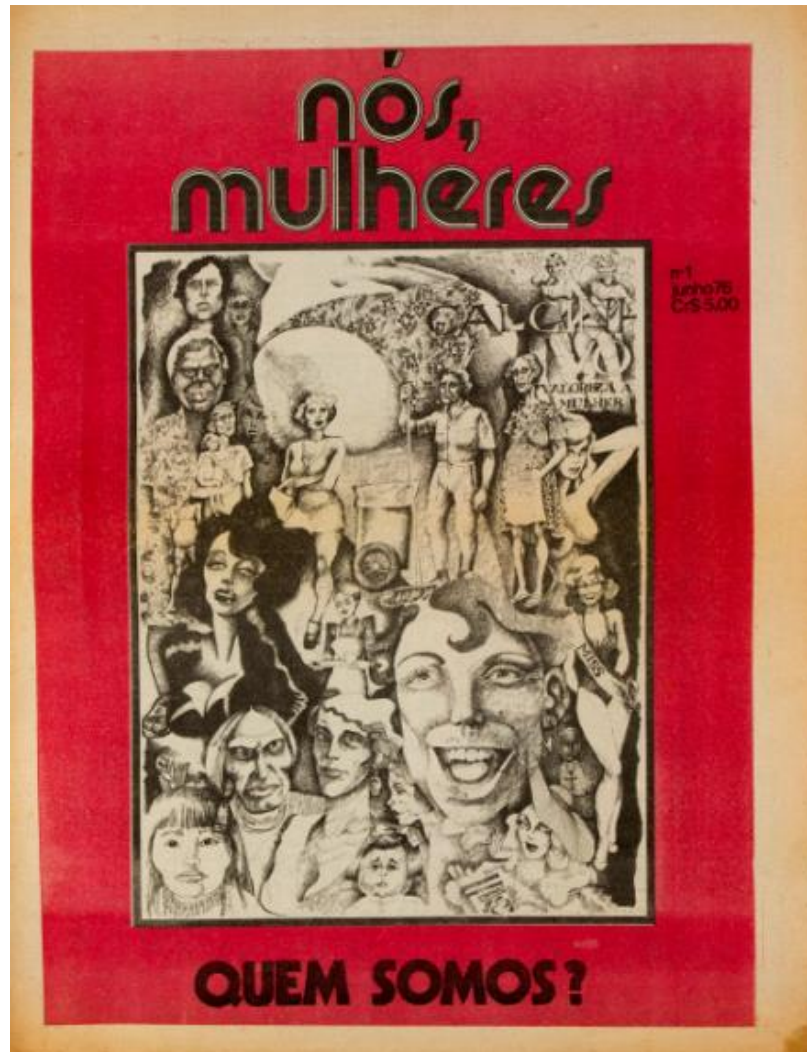
FIG. 4



O nosso objetivo é criar uma página de humor dentro do nosso jornal, contínua, e, obviamente, alegre embora nem sempre o humor seja alegre. Os cartunistas brasileiros são excelente (sic), mas devido ao mercado estreito e solapado pelo similar estrangeiro (sic), em concorrência francamente desleal ("cobra preço de banana...") não tem tido muitas oportunidades de explorar seu potencial, fundamental na criação de uma cultura num país como este nosso; daí que, quanto mais páginas, revistas, livros de humor brasileiro, do povo brasileiro, melhor. Bom, dentre os conhecidos humoristas brasileiros, existem mulheres cujo trabalho de alto nível, colecionamos para iniciar esta série. Começamos com Hilde Weber, que nos contará sua experiência, já que pioneira (CAHÚ, Coluna de Humor. *Nós Mulheres* N° 4, março-abril de 1977, p. 9).

Ilustradora, pintora, retratista, chargista, caricaturista e cartunista talentosa, com formação na Escola de Belas Artes de Recife, Cahú também reconheceu como suas experiências de gênero marcaram sua trajetória no mundo, como mulher e artista. Ao mesmo tempo que seu texto indica um esforço de reconhecer o trabalho de mulheres pioneiras no universo do cartum, suas charges e ilustrações demonstram enorme preocupação com questões de gênero e classe, o que implica no debate sobre trabalho doméstico, dupla jornada, carestia, creche, saúde, pobreza, natalidade. Nos jornais feministas, através de ilustrações, humor gráfico e quadrinhos, conhecemos uma Cahú engajada na luta de mulheres trabalhadoras, faveladas e pobres (CRESCÊNCIO, 2021)

FIG. 5



CAHÚ. *Nós Mulheres*. Número 1, Junho de 1976, capa.

Era muito comum que artistas cedessem quadrinhos, charges ou tiras a jornais alternativos, que não tinham recursos financeiros. O cartunista Henfil, por exemplo, produzia artes exclusivas para sindicatos, produziu, inclusive, para o jornal *Nós Mulheres*. Além disso, há dois pontos importantes de serem observados. Primeiro, parte do humor gráfico era, também, publicado sem autorização prévia, em contexto que o debate sobre direitos autorais não era tão relevante, sem contar a perspectiva horizontal e coletiva que atravessava o fazer político das esquerdas no período. Segundo, a imprensa alternativa feminista não se caracterizava por um modo profissional de fazer jornalismo, a produção dos jornais era parte da militância, o que implica em um modo mais “espontâneo” de pensar os jornais. Fato é que nenhum

destes casos se enquadra na produção de Cahú, que fazia parte da equipe editorial do *Nós Mulheres*, como indicam entrevistas e as próprias edições do jornal (CRESCÊNCIO, 2021). Capas, quadrinhos e charges que integram o *Nós Mulheres* foram feitos especialmente para a promoção de um debate feminista. A faceta feminista de Cahú segue pouco explorada. Na cidade de Floresta, Pernambuco, onde a artista nasceu, foi criado um Memorial em sua homenagem. O Memorial Conceição Cahú conta com o acervo pessoal da artista, que faleceu em 2006.

HILDE WEBER, A PIONEIRA

Cahú, na coluna antes transcrita, propõe uma filiação com o trabalho de Hilde Weber, identificando sua atuação e experiência como pioneira. Nascida em 1913, importante nome da caricatura política e muitas vezes citada entre os chamados “pioneiros”, a imigrante alemã atuou nos *Diários Associados*, com foco na revista *O Cruzeiro*, durante a década de 1930. Entre 1950 e 1960, foi cartunista editorial da *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro. Colaborava com o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde fez charges diárias por quase 30 anos (FONSECA, 1999).

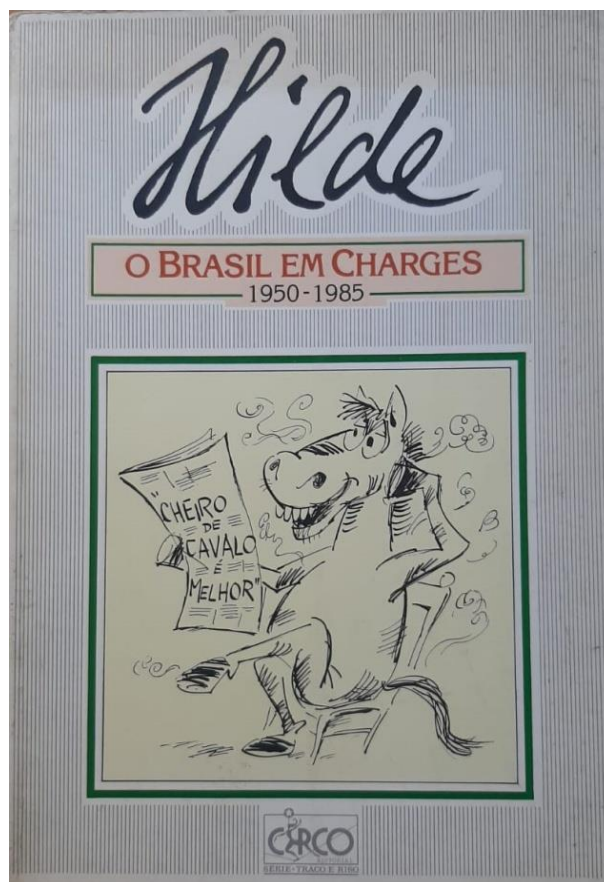
FIG. 6



Foto Ivoty Macambira. Contracapa do livro *Hilde: o Brasil em Charges* (1986).

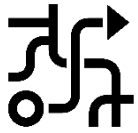
Em 1986, publicou uma coletânea de charges e caricaturas de sua autoria, pela editora Circo, intitulada *Hilde: o Brasil em Charges (1950-1985)*, uma das poucas obras de coletâneas de mulheres do período. Na folha de rosto do livro são apresentados os dez números da série *Traço e Riso*, publicada pela Circo, com seus respectivos autores: Angeli, Chico Caruso, Luiz Gê, Glauco, Grilo, Laerte, Paulo Caruso e ela, Hilde.

FIG. 7



WEBER, Hilde. *Hilde: o Brasil em Charges (1950-1985)*. Editores: Toninho Mendes e Chico Caruso. São Paulo: Circo, 1986.

Importante sublinhar que, para além do desafio do trabalho de pesquisa e arquivo, urgente no caso de estudos sobre cartunistas brasileiras que viveram antes da Internet, convivemos com o parco interesse do mundo editorial na publicação de mulheres, o que explica a existência de poucas coletâneas com o trabalho destas artistas. Mesmo nomes do começo do século XX, como Nair de Teffé, que já foi alvo



de investigações de fôlego (CAMPOS, 2016), não tiveram seu traço eternizado em uma coletânea própria.

Na apresentação da obra de Hilde Weber, Fernando Pedreira afirma que “Chega a parecer incrível que esta seja a primeira grande coletânea de desenhos seus, pois Hilde, com seu trabalho na imprensa diária, acompanhou e ilustrou todos os episódios da História brasileira ao longo deste meio século” (WEBER, 1986, p. 4). A apresentação da coletânea de Hilde peca, assim como muitos dicionários e enciclopédias, ao fazer referência às mulheres, quando elabora na mesma frase um elogio simulado de crítica e comparação aos chamados “grandes mestres do quadrinho nacional”. Pedreira afirma que

O traço de Hilde é leve e forte, o seu estilo é surpreendentemente constante e fiel à si mesmo. Não parece haver nos seus desenhos inquietação, pesquisa formal e, ainda menos, a deliberada versatilidade criadora de um Chico Caruso ou do mestre Millôr Fernandes. A personalidade de Hilde é estável. Tranquila, firme como um barco seguro de sua rota (WEBER, 1986, p. 4-5).

O elogio à obra de uma das primeiras artistas do humor brasileiras é sobre sua “estabilidade”, porque não há inquietação, pesquisa ou versatilidade. Este tipo de tratamento é absolutamente comum entre estudiosos, jornalistas e comentaristas da produção de mulheres. O trabalho das mulheres com frequência é acusado de “falta de qualidade editorial”⁷. Já foram realizados outros estudos a respeito do tema, por isso não nos dedicamos ao assunto aqui (CRESCÊNCIO, 2018), no entanto é essencial registrar que mesmo as artistas reconhecidas são alvo de críticas e ataques. Pioneira e, talvez, protagonista de uma das primeiras coletâneas de uma cartunista mulher do Brasil antes da era da Internet, quando as redes sociais e as formas de financiamento assumiram novos rumos para a difusão da produção de mulheres, Hilde sobreviveu aos críticos e ao tempo⁸.

Hilde, ao contrário de Cahú, que circulava na grande imprensa, nas revistas de quadrinhos e na imprensa alternativa feminista, dedicava-se exclusivamente aos

⁷ Ver, a este respeito, <https://www.brasilefato.com.br/2019/07/05/por-que-o-trabalho-feminino-nos-quadrinhos-e-desvalorizado>. Acesso em: 30 ago. 2024.

⁸Foram localizadas indicações de que um mestrado sobre Hilde Weber foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC, através do trabalho do pesquisador Paulo Albuquerque. No entanto, não foi possível localizar a dissertação nos bancos de dados online.

grandes jornais, representando em seu humor gráfico grandes figuras e acontecimentos da política institucional brasileira. Apesar disso, não apenas foi citada pelo *Nós Mulheres* como “pioneira” e de “alto nível”, como foi alvo de um perfil pelo jornal *O Mulherio*, em 1987. Já na capa, Hilde era anunciada por uma caricatura produzida pela própria, representando um dos políticos mais frequentes em seu traço, Jânio Quadros.

FIG. 8



Mulherio, Nº 30, julho de 1987, capa.

FIG. 9



COLUCCI, A. “Perfil: Nos traços de Hilde, a vida política do Brasil”. *Mulherio*, Nº 30, julho de 1987, p. 12-13.

Arlene Colucci afirmou que Hilde era a mais atuante chargista mulher da imprensa nacional, e que nenhum político escapou de seu traço. Identificada pela colunista como simpática às correntes políticas de centro-esquerda, Hilde tematizava

presidentes, governadores, senadores. Seu traço e seu humor eram dedicados aos homens e ao que eles representavam. Hilde faleceu em 1994.

CECÍLIA ALVES PINTO, A CIÇA

Cecília Alves Pinto, que conhecemos como Ciça, trilhou uma jornada paralela, ao mesmo tempo que muito distinta de Hilde. Atenta às minúcias do cotidiano, aos vícios da política, às assimetrias de poder e acionando uma linguagem didática com personagens protagonizados por formigas, galinhas, pássaros e patos, Ciça é a criadora de figuras famosas do universo das tiras nacionais, como *O Pato*, que ganhou coletânea de luxo em 1986 (GOIDANICH e KLEINERT, 2011)⁹ e *Bia Sabiá*, personagem criada especialmente para publicações feministas (CRESCÊNCIO, 2018a).

FIG. 10



Cortesia da artista. Disponível em: <https://revistaogrito.com/cica-humor-pela-liberdade/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

⁹ Nesta pesquisa ainda não localizamos esta coletânea.

Ciça nunca publicou tiras n’*O Pasquim*, sua especialidade. No entanto, entre 1978 e 1979, o periódico lançou, dentro de coleção intitulada “Humor”, dois volumes com coletâneas de Ciça. O projeto tinha editoria de Jaguar e o intuito era celebrar os 10 anos do personagem Pato, publicado na *Folha*. Na apresentação do Número 1, chamada *O Pato*, Ziraldo afirma que “Agora, que Ciça faz dez anos de tira, o Pasquim se sente na obrigação de lançar a coleção de algumas das melhores...” (CIÇA, 1978, p. 3).

FIG. 11



CIÇA. *O Pato*. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1978.

Já no Número 2, intitulado *O Pato no Formigueiro*, a apresentação fica sob responsabilidade de Henfil, que ressalta o quão impressionante era Ciça publicar tiras diárias na *Folha de S. Paulo* há exatos 12 anos, e afirma: “Desculpem a imagem chauvinista, mas o que me interessa é o efeito: esta Ciça é macho paca!” (CIÇA, 1979, p. 3).

FIG. 12



CIÇA. *O Pato no Formigueiro* (2). Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1979.

Como já afirmado, este tipo de consideração sobre o trabalho das mulheres cartunistas abunda em coletâneas, dicionários, enciclopédias e edições comemorativas, e já foi alvo de análise em outro texto (CRESCÊNCIO, 2018). Vale sublinhar, no entanto, que anedotas machistas são, com frequência, proferidas por companheiros de trabalho, admiradores sinceros e, no caso de Henfil, simpáticos à causa feminista. Destacar tais dizeres é importante para trazer contexto à atuação de mulheres cartunistas.

Nascida em São Paulo, em 1939, Ciça morou parte de sua juventude no Rio de Janeiro e, por lá, envolveu-se com o grupo do *O Pasquim*. Em entrevista publicada na revista *Estudos Feministas*, Ciça (CRESCÊNCIO, 2019) relata que publicou apenas textos no jornal alternativo mais famoso do país. Sua projeção como cartunista foi na *Folha de S. Paulo*, mas também contribuía ativamente com o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* e o *Mulherio*. Ela conta que “Todo mundo que me contatava e, se eu gostava de estar com o veículo, eu fazia. O trabalho das mulheres era de graça. E a *Folha* era quase de graça. Não era de graça, mas o pagamento era ridículo” (CRESCÊNCIO, 2019. p. 3).

FIG. 13



CIÇA. *Brasil Mulher*. São Paulo, 1978.

Ciça, através de sua produção, convidava o público a pensar sobre as injustiças e a desigualdade com humor, fazendo do trabalho doméstico, da maternidade, do controle de natalidade sua pauta em tiras para a imprensa feminista. Em 2006, lançou uma coletânea pela L&M Pocket, o título *Pagando o Pato* figura na capa ilustrada pela bandeira do Brasil em substituição ao “Ordem e Progresso”.

FIG. 14



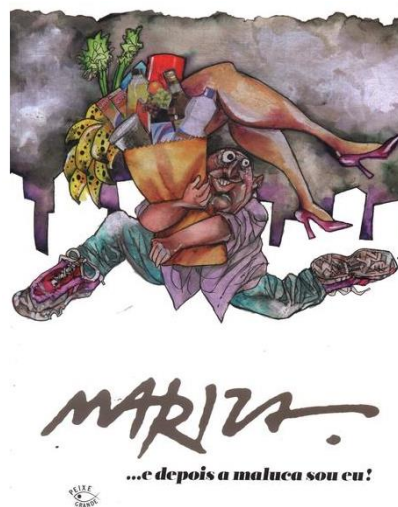
CIÇA. *Pagando o Pato*. Porto Alegre: L&M Pocket, 2006.

Ciça é, provavelmente, uma das cartunistas mais lembradas do período. Acompanhada de Mariza, figurou entre os mais de 80 homens nos dois volumes da *Antologia Brasileira de Humor* (ADAIL, 1976). Também mereceu um verbete na *Enciclopédia dos Quadrinhos* (2011) e, hoje, afirma-se como uma das cartunistas mulheres mais celebradas e acionadas filialmente pelas novas gerações. Em 2019, através de votação popular, Ciça venceu o Troféu Ângelo Agostini como um dos mestres (no masculino) do quadrinho nacional, ação fruto, certamente, da recente onda de mulheres quadrinistas e cartunistas que dominam parte do cenário nacional. Ciça, atualmente, dedica-se à literatura infantil e segue participando de debates sobre humor gráfico, gênero e seu “pioneirismo”.

MARIZA DIAS COSTA, A MARIZA

Contemporânea de Ciça, Mariza Dias Costa, nascida em 1952 na Guatemala, tinha um traço e um desenho vivo, que ameaçava saltar do papel. A obra de Mariza foi alvo de um compilado que reúne nuances biográficos, originais, anotações e trabalhos finalizados. No *...e depois a maluca sou eu!* (2013), publicado pela editora Peixe Grande, e organizado por Orlando Pedrosa, conhecemos uma versão de Mariza colorida, atormentada, artista.

FIG. 15



COSTA, Mariza Dias. *...e depois a maluca sou eu!* São Paulo: Peixe Grande, 2013.

Com uma vida movimentada, pois sua família transitou por diferentes países quando ela era jovem, por volta dos anos 1970 estabeleceu-se no Rio de Janeiro depois de viver na Suíça, no Paraguai, na Itália, na França, no Iraque. No Brasil, Mariza contribuía com os jornais *Ovelha Negra*, *Movimento*, *Jornal do Brasil*, com as publicações *O Bicho*, *Circo* e *Bolsa*. Nesta pesquisa, foi localizado um quadrinho de Mariza publicado no fanzine *A Roleta*, em 1977. Na sequência está reproduzida a primeira página¹⁰.

FIG. 16

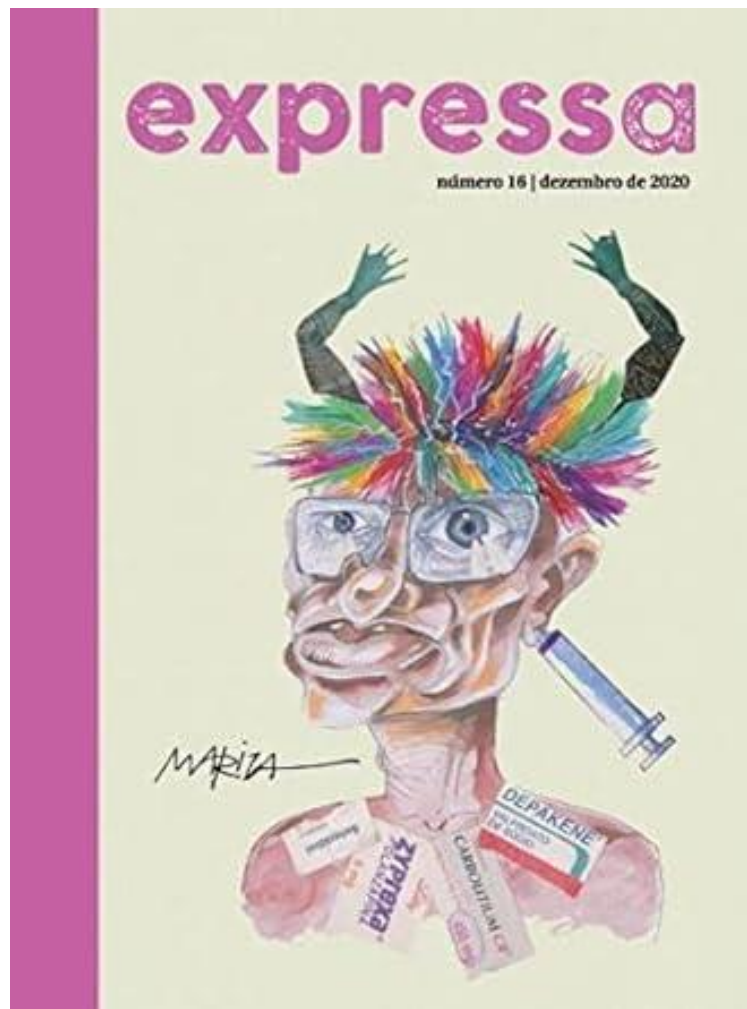


COSTA, Mariza Dias. *A Roleta*. Nº 2, Março de 1977, p. 2.

¹⁰ Importante salientar que número expressivo de documentos consultados na Gibiteca Henfil, localizada no Centro Cultural São Paulo, da cidade de São Paulo, são doações da pesquisadora de quadrinhos Sônia Luyten. A figura 16, por exemplo, tem um carimbo com o nome da pesquisadora.

Em 2020, a Coleção Expressa, editada pelo cartunista Andre Dahmer e pela pesquisadora Ana Paula Simonaci, foi dedicada a Mariza, citada pelo editorial como “uma das mais originais ilustradoras da imprensa brasileira”. Com desenhos inéditos, fotografias e depoimento da própria Mariza, a publicação tem valor inestimável para quem não se conforma com o silêncio de publicações consideradas tradicionais no campo dos quadrinhos e do humor gráfico brasileiros.

FIG. 17

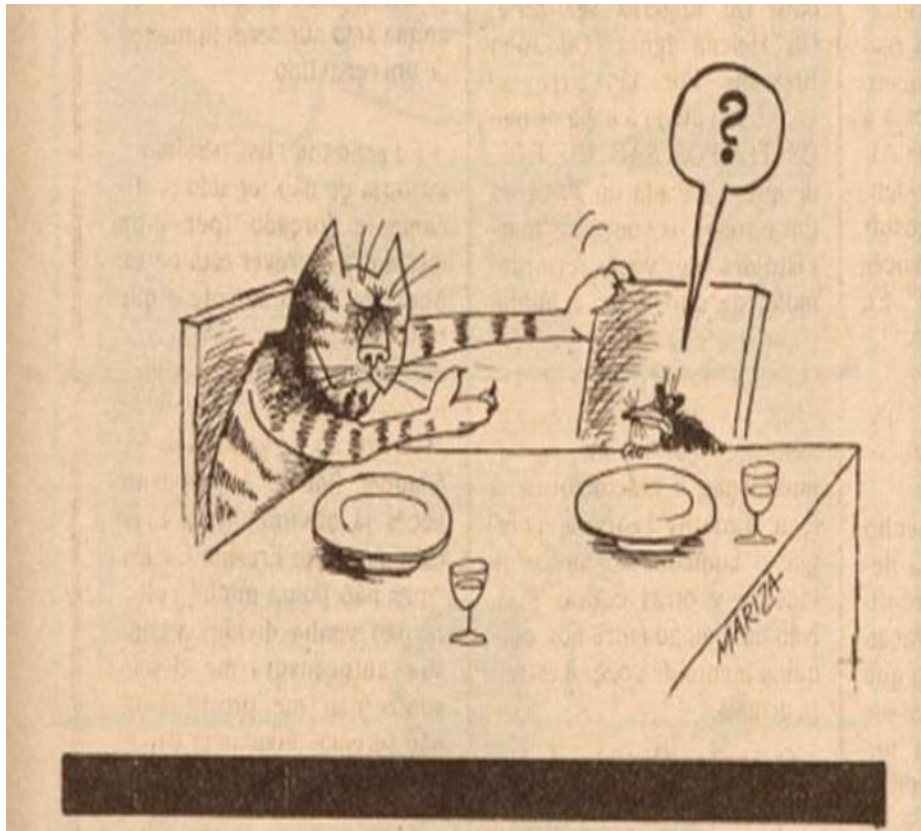


COSTA, Mariza Dias. *Expressa*, Número 16, dezembro de 2020.

Um dos mais importantes nomes do humor gráfico nacional foi capaz de romper, inclusive, a resistência d’O *Pasquim* com mulheres cartunistas. Entre 1974 e 1978, Mariza publicou mais de 45 vezes no jornal. A artista era considerada parte da

“patota”. Seu nome figura na lista “A patota vota”, número 489, de 1978, em que cada integrante do periódico apontou seu candidato a deputado federal. O jornal, em pequenas notas, também divulgava ao público que as gravuras de Mariza podiam ser compradas, indicando o local da venda, e convidava leitores(as) a comparecer em exposição de arte gráfica no Rio de Janeiro em que Mariza expunha sua obra com outras artistas. Apesar da última ilustração de Mariza ter sido localizada no jornal em 1978, Ziraldo a cita como parte de *O Pasquim* no número 590, de 1980. No jornal, estabeleceu forte parceria com Paulo Francis, com quem trabalharia também na *Folha*.

FIG. 18



COSTA, Mariza Dias. *O Pasquim*, Número 428, de 1977.

Na *Folha de S. Paulo*, contribuiu com as colunas de Contardo Calligaris, na seção *Ilustrada*, a partir de 1999. Laura Capriglione conta que Fortuna, do *O Pasquim*, “pirou com os desenhos que Mariza fez no Iraque” (COSTA, 2013, p. 20). Orlando

Pedroso narra que os originais de Mariza eram compostos por “desenhos, recortes, durex e muita cola Pritt” (COSTA, 2020, p. 14).

A *Enciclopédia dos Quadrinhos* (2011) afirmou que seus melhores trabalhos foram os publicados nas revistas *O Bicho* e *Ficção Quadrinhos: Os Mefistofinhos e Traca-xinol óvulos*. Ilustradora, cartunista, quadrinista, desenhista, Mariza não publicava em jornais feministas, embora publicasse em jornais alternativos de esquerda, como o *Movimento*, mas cedeu uma de suas ilustrações para o *Nós Mulheres*, que a publicou na Coluna de Humor, de 1977, acompanhando o perfil de Hilde, escrito por Cahú, e por tira de Ciça.

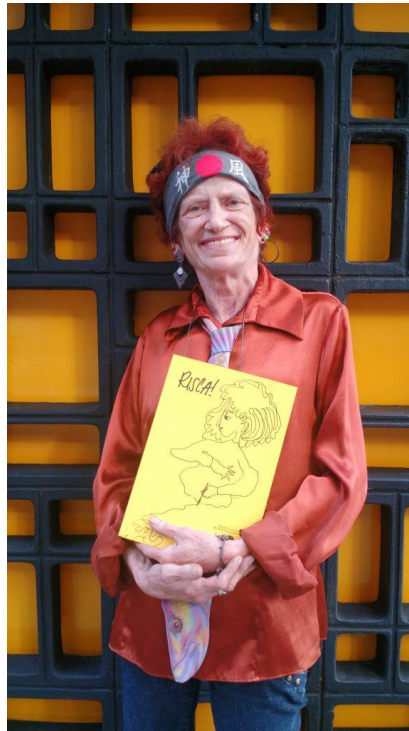
FIG. 19



COSTA, Mariza Dias. *Nós Mulheres*. São Paulo, 1977, p. 9.

Mariza fazia uso de pouco texto e abordava: política, desigualdade, assimetrias de poder, violência e corrupção. Suas escolhas temáticas indicavam grande fascínio pelo inconsciente, pela psicanálise, pelas drogas. Com traços, temas e abordagens complexas. Mariza faleceu em 2019.

FIG. 20



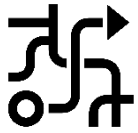
Fonte Ladys Comics. Disponível em:

<http://gravuracontemporanea.com.br/quem-tem-medo-de-mariza-dias-costa/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Em 2017, Mariza, assim como Ciça e Crau, foi parte das convidadas do *Encontro Lady's Comics*, versão pocket, evento organizado pelo coletivo *Lady's Comics*, em São Paulo, claro esforço das novas gerações de estabelecer vínculos com as chamadas “pioneiras”. Na figura 20, é possível observar um registro deste momento, em que a artista posa para a foto com a revista *Risca!* em mãos. No evento, Mariza estava em uma mesa intitulada “Precursoras”, enquanto Ciça compunha uma mesa sobre maternidade e quadrinhos. Entre mesas e atividades sobre homoafetividade, representação de gênero e sexualidade, todos debates atravessados pela produção digital e pelas redes sociais, Ciça e Mariza são uma filiação desejada, buscada e firmada pelas novas gerações¹¹.

O grupo que começou advogando que “HQ não é só para o seu namorado” num *site*, e depois partiu para publicações, eventos e presença nas redes sociais,

¹¹ Ver, a este respeito, http://ladyscomics.com.br/quanta/?page_id=10. Acesso em: 22 abr. 2023.



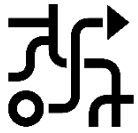
fazia questão de marcar a emergência dos quadrinhos e humor gráfico de mulheres na era da Internet como tributário do trabalho das artistas que publicavam no papel, algumas delas, apresentadas neste artigo.

PARA ENCERRAR, ESTAMOS APENAS COMEÇANDO

O humor produzido por mulheres no Brasil ainda é um campo a ser revelado, não apenas no humor gráfico, alvo privilegiado das reflexões deste texto. O mesmo vale para outras áreas que operam, também, a partir de uma abordagem humorística. Apesar de ainda estar em construção, não podemos negar que as fontes abundam. Demonstração disso é a quantidade de jornais, revistas e demais publicações impressas que se mostram como recurso importante para a construção da história das cartunistas mulheres no Brasil antes do contexto da Internet, em que a profusão de documentos é quase paralisadora.

É a partir desta documentação, ainda em expansão nesta pesquisa, que se faz viável identificar filiações, pertencimentos e mesmo dissonâncias entre as artistas que são frequentemente acionadas como as “pioneiras”. Cahú, Hilde, Ciça e Mariza são a ponta de um fio que nos conduz a uma produção rica e abundante protagonizada por mulheres em seus diversos atravessamentos hoje.

Artistas mulheres, negras, trans, do norte encontram na Internet meios de produzir humor e arte, viabilizando, inclusive, o sustento. Entre os anos 1960 e 1980, os espaços de atuação eram mais restritos, por isso, também, estudos dedicados a estas cartunistas precisam enfrentar o trabalho de arquivo e pesquisa, em cenário de escassas coletâneas das próprias artistas, quase ausência de cartunistas em obras consideradas de referência, como dicionários e enciclopédias de humor gráfico e de quadrinhos, ou mesmo acesso facilitado aos jornais que elas publicavam. Numa imbricação difícil de resolver, já que precisamos descobrir nomes e revelar locais de publicação, formação e abordagens, parcerias e estilos, ao modo genealógico feminista, este artigo apresenta-se como um convite a recuperar e revelar estas e outras cartunistas, em busca de uma história densa das cartunistas do Brasil, construída a partir de um olhar de gênero e feminista.



BIBLIOGRAFIA

ADAIL [et al]. *Antologia Brasileira de humor* (Vol. 2). Porto Alegre: L&PM, 1976.

BURKART, Mara. "O Pasquim y Satiricón ante la emancipación femenina. La prensa satírica de Argentina y Brasil a comienzos de los años setenta". In: PLAZA SANTIBÁÑEZ, Vicente (editor). *Dibujos que hablan. Textos 2015-2016*. Santiago:Consejo Nacional de la Cultura y de las Artes/Universidad de Santiago de Chile/ Plop! Galería/ Vicho Plaza. pp. 129-140, 2017.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. *Nair de Teffé: artista do lápis e do riso*. Curitiba: Appris, 2016.

CIRIZA, Alejandra. Genealogías feministas y ciudadanía. Notas sobre la cuestión de las memorias de los feminismos en América Latina. *VIII Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres, III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género*, Universidad Nacional de Córdoba, Villa Giardino (Córdoba, Argentina), 2006.

CRAU [et al] *As Periquitas*. São Paulo: Editora Kalaco, 2014.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. "O humor mostra... como as coisas não devem ser': uma entrevista com Ciça". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. As mulheres ou os silêncios do humor: uma análise da presença de mulheres no humor gráfico brasileiro (1968-2011). *Revista Ártemis*, vol. XXVI nº 1; jul-dez. pp. 53-75, 2018.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Bia Sabiá em "O pessoal é político": (re)invenção do político no humor gráfico feminista de Ciça (Nós Mulheres, 1976-1978). *Fronteiras*, Grande Dourados, V. 20, n. 35, p. 117-136, 2018a.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. "Pilulinhas Porretas" e feministas de Conceição Cahú nos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres (1976-1978). *Revista De La Red Intercatedras De Historia De América Latina Contemporánea*, (15), 154–179, 2021.

DAAS, Fatima. *A última filha*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

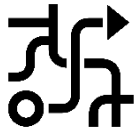
FONSECA, Mariama, COAN, Samanta. *Risca! #1: Memória e Políticas das Mulheres nos Quadrinhos*. Belo Horizonte: Lady's Comics, 2015.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

GOIDANICH, Hiron Cardodo, KLEINERT, André. *Enciclopédia dos Quadrinhos*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

MARINO, Dani, MACHADO, Laluna. *Mulheres & Quadrinhos*. São José: Skript, 2019.

MESSIAS, Carolina Ito. *Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações



e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-22022019-150556/pt-br.php>
Acesso em: 29 abr. 2024.

PESSOA, Alberto, SOUZA, Cristiano “Representações do humor feminino nos quadrinhos de Conceição Cahú”, comunicação apresentada na 6ª *Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos (Anais)*, ECA-USP, São Paulo, 2019. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/jornadas/anais/6asjornadas/q_historia/alberto_pessoa.pdf
Acesso em: 29 abr. 2024.

REVISTA MINA DE HQ N.01. (2020). Editora Independente.
REVISTA MINA DE HQ N.02. (2021). Editora Independente.
REVISTA MINA DE HQ N.03. (2022). Editora Independente.
REVISTA MINA DE HQ N.04. (2023). Editora Independente.

WALKER, Nancy A. *A very serious thing*. Women’s humor and American culture. United States: American Culture, 1988.

FONTES

A Roleta. São Paulo, 1977. Acervo da Gibiteca Henfil.

Balão. São Paulo, 1975. Acervo da Gibiteca Henfil.

Brasil Mulher. São Paulo, 1978. Acervo digitalizado do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CIÇA. *O Pato no Formigueiro* (2). Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1979

CIÇA. *O Pato*. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1978.

CIÇA. *Pagando o Pato*. Porto Alegre: L&M Pocket, 2006.

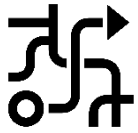
COSTA, Mariza Dias. *...e depois a maluca sou eu!* São Paulo: Peixe Grande, 2013.

COSTA, Mariza Dias. *Expressa*, Número 16, dezembro de 2020.
Mulherio, São Paulo, 1987. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/repositorios/mulherio/>

Nós Mulheres. São Paulo, 1976 e 1977. Acervo digitalizado do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Pasquim. Rio de Janeiro, 1977. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/o-pasquim/>

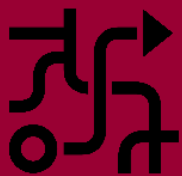
Placar. São Paulo, 1988. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Placar_Magazine.html?id=62E72n4n42wC&redir_esc=y



WEBER, Hilde. *Hilde: o Brasil em Charges (1950-1985)*. Editores: Toninho Mendes e Chico Caruso. São Paulo: Circo, 1986.

Recebido em: 15/05/2024

Aprovado em: 28/10/2024



OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de*
<https://orcid.org/0000-0002-3793-2480>

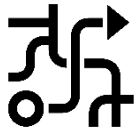
RESUMO: Este trabalho coloca em discussão questões relacionadas ao ensino de História, à história das mulheres e aos estudos de gênero em Santa Catarina. Para isso, observa dois livros didáticos de História de Santa Catarina e documentos como a Proposta Curricular (1991, 1998, 2014) e o Curricular Base do Território Catarinense (2019). Nos referidos textos – abordados aqui como fontes históricas – pretende-se perceber as lacunas, os diálogos e as potencialidades do ensino de História frente às demandas das temáticas citadas. A pesquisa tanto nos livros quanto nos textos curriculares tem mostrado que temas relativos à história das mulheres têm sido pouco ou parcialmente abordados e as questões de gênero pouco aparecem. Recentemente, com as perseguições encampadas por grupos conservadores (políticos de extrema direita e religiosos que atacam e perseguem conteúdos escolares e profissionais da educação) a situação se agrava, especialmente no que se refere aos estudos de gênero. No entanto, entende-se o ensino de História deva ser vivenciado como ação política na medida em que essa área de saber pode ser espaço de importantes discussões que visam contribuir para uma formação de indivíduos cientes da participação das mulheres na história e sensíveis à eliminação de situações de preconceitos e violências de gênero em seus diferentes formatos. Assim, o texto ilustra situações vivenciadas no espaço escolar de modo a defender a ideia do ensino de história como ação política para o enfretamento do silenciamento instituídos sobre a história das mulheres e das relações de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; História das mulheres; Relações de gênero.

ABSTRACT: This paper discusses issues related to History teaching, to the history of women and gender studies in Santa Catarina state, southern Brazil. To this end, we observe two Santa Catarina History textbooks as well as documents such as Curriculum Proposals (1991, 1998, 2014) and the Curricular Base for Santa Catarina territory (2019). In the aforementioned texts – here approached as historical sources – we intend to perceive the gaps, dialogues, and potentials of teaching History face the demands of the mentioned topics. The research in both textbooks and curriculum texts has shown that topics related to the History of women has been little to not approached at all, and gender issues seldom appear. With persecutions by reactionary groups (both far-right politicians and religious figures that attack and persecute school content and education professionals) this situation is made more dire, particularly in what pertains to gender studies. However, we see History teaching as political action in the sense that this area of knowledge can be the space for important discussions which aim to contribute for the formation of individuals who are aware of the participation of women in history, sensible to the elimination of prejudice and gender violence in all shapes and forms. Thus, this text illustrates situations from the school sphere in order to defend the idea of History teaching as political action to face the silencing which has been established on the history of women and gender relations.

KEYWORDS: History Teaching; History of women; Gender relations.

* Doutora em História. Professora no Curso de História e nos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH e ProfHistória na Universidade do Estado de Santa Catarina. Este texto foi escrito com material coletado e com financiamento do CNPq – processo nº 404662/2021-8 – MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020) – e da FAPESC/UEDESC por meio do edital PAP UDESC 01/2023, de apoio aos grupos de pesquisa, no caso o grupo de pesquisa Ensino de História, memória e culturas.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes de iniciar a escrita deste texto, pensei em muitas formas e abordagens para ele. A primeira ideia de título veio em forma de pergunta: quais as potencialidades da história das mulheres e dos estudos de gênero para o ensino de História? A ideia seria partir do reconhecimento das categorias e chegar ao ensino, na forma de questionamento. Não demorou muito para que eu percebesse a importância de inverter a ordem desta relação e retirar o ponto de interrogação da primeira ideia de título. Afinal, não deve haver qualquer dúvida quanto ao assunto: trata-se de tema dos mais urgentes e relevantes no aspecto educativo e social. Assim, a presente discussão vai partir de outra linha de raciocínio – a de que o ensino de História é um espaço de ação política que deve se aproximar dos estudos da história das mulheres e de gênero. Assim, não usei qualquer interrogação na hora de pensar o texto. Nada de questionamentos ou eventuais dúvidas.

A intenção é trazer perspectivas historiográficas e aspectos históricos para reflexão sobre a história das mulheres e as relações de gênero, temáticas que devem ser estudadas e abordadas tanto no espaço da sala de aula como fora dela. São conteúdos relevantes não apenas historicamente, mas também no aspecto social. Defenderei a ideia de que é preciso – e urgente – apostar na formação de professores sensibilizados pela ideia de que o ensino de História não pode se calar frente a essas questões, ainda que estejam escondidas ou até interditas¹ nos currículos e livros didáticos.

É importante apontar alguns aspectos relacionados ao ensino de História – ponto de partida e de chegada desta reflexão – e, também, ao meu lugar de ação como professora-pesquisadora.

Pesquisas sobre a história do ensino de História (FONSECA, 2011; SCHMIDT, 2012) mostram que no processo de instituição dessa disciplina escolar no Brasil foram estabelecidos objetivos, saberes e práticas que buscavam se alinhar ao processo de construção de uma identidade nacional para o país. Nesse processo, uma história eurocêntrica, branca, masculina e feita no singular serviu de modelo.

¹ Faço aqui referência à perseguição que os estudos de gênero vêm sofrendo por parte de setores conservadores do campo político e social que exerceram pressão para que os textos da Base Nacional Curricular Comum não contemplassem questões de gênero.

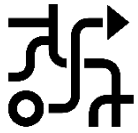


Assim, ao deixar de fora as mulheres, os povos indígenas, as populações afro-brasileiras – e de outras nações –, as narrativas da história brasileira edificaram um modelo de ensino excludente, que perdurou por muitas décadas. Neste artigo não cabe alongar tal discussão, mas é preciso lembrar que tratamos aqui das relações de poder que permearam a criação da história escolar delimitando temas, personagens, aspectos a serem estudados, num recorte que deixou de fora significativa parcela de sujeitos da história brasileira. É imprescindível pensar sobre isso porque esse processo ainda perdura em muitas situações, considerando a força desse modelo colonizado, masculino, branco, heteronormativo e elitizado de ensino em currículos escolares ainda no século XXI.

No entanto, é muito importante ressaltar que a contestação aos modelos ditos tradicionais de currículos e de ensino de História tem acontecido já há algum tempo. Exemplo disso são as muitas pesquisas e eventos dentro da área de pesquisa do Ensino de História que desde a década de 1990 têm sido organizados para propor debates sobre os rumos dessa disciplina escolar no Brasil.

Outro exemplo são as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que, em âmbito nacional, estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de História e da cultura afro-brasileira e indígenas, tornando, portanto, incontornável essa reparação de conteúdo e abordagem das temáticas na história escolar. A lei estadual 18.226, aprovada em 13 de outubro de 2021, torna obrigatória a história das mulheres do campo e da cidade em Santa Catarina como conteúdo transversal no currículo de escolas públicas e privadas no referido estado.

Essas leis dão dimensão de movimentos políticos que extrapolam o espaço escolar, por meio de reivindicações provenientes de movimentos sociais e acadêmicos para encontrar no legislativo uma obrigatoriedade de acontecer. Os currículos são resultado de lutas políticas nos campos acadêmico e escolar, mas não deixa de ser surpresa o fato de que certos temas não tiveram as mesmas dificuldades para serem alçados à categoria de conhecimento escolar. Para estes, não foi preciso lei ou qualquer mecanismo que tornasse obrigatória sua presença no livro didático ou na aula de História, tal qual se faz necessário agora como relação à história das mulheres nos currículos catarinenses, por exemplo.



Afinal, é isso que a lei nos fala: tornar o tema algo obrigatório. Ou seja, se isso aconteceu foi justamente porque não estava tendo a presença necessária nos currículos e no espaço escolar. Nesse aspecto, cabe dizer que a lei catarinense foi proposta pela deputada Luciane Carminatti, do Partido dos Trabalhadores (PT), e que tal iniciativa tem muita relação com a busca por representatividade feminina. No entanto, o estado de Santa Catarina não tem desenvolvido formas de aplicar a lei, haja vista, por exemplo, a inexistência de um acompanhamento do conhecimento ou disseminação da lei nas escolas.

Sabemos que nenhuma legislação garante que um tema seja discutido nas escolas. Para isso, há também de haver vontade política e investimento, e, nesse sentido, devemos buscar maneiras de promover o debate e efetivamente transpor a lei ou as leis para as situações de ensino. É necessário problematizar alguns silêncios sobre a história das mulheres e as perseguições aos estudos de gênero, afinal eles dizem muito sobre aquilo que queremos ou não discutir.

Quando Michele Perrot (2007) fez o histórico questionamento sobre a possibilidade de uma escrita da história das mulheres, nos apresentou elementos para perceber as razões sobre esses silenciamentos. Suas reflexões nos ajudam a entender também os silêncios sobre o ensino de história das mulheres. De acordo com a historiadora, a história das mulheres não se fez porque a elas foi interdita a possibilidade de ter/ser história. Como Perrot nos ensina, as dificuldades inerentes ao conhecimento da presença das mulheres como sujeitos históricos se deram na medida em que não nos foram possibilitados aspectos essenciais, como o registro escrito, os lugares da fala e da ação política, entre outros signos do espaço público.

Romper essa interdição foi um movimento importante que ocorreu a partir de uma complexa conexão entre a história e a política. Joan Scott (1992) também aponta como foi necessário um conjunto de enfrentamentos na academia e nos movimentos feministas para apontar e romper os silêncios sobre a história das mulheres.

Invisibilidade. Silêncio. Um “não lugar”. Essas palavras e expressões aparecem de maneira recorrente também nos textos publicados sobre a história das mulheres e o ensino, tanto naqueles que abordam os livros didáticos como nos que falam sobre currículos (COLLING; TODESCHI, 2015). Trata-se, portanto, de uma primeira



constatação: a de que, a exemplo do que se deu na escrita da história também no ensino, as mulheres foram esquecidas e tornadas ausentes.

Possivelmente não estou trazendo uma grande novidade, mas não é por isso que essa questão óbvia não deva ser lembrada – sobretudo considerando que muitas vezes o óbvio é o que mais nos escapa. Assim, é importante lembrar que não é natural o processo que invisibilizou o ensino de história das mulheres – esse é um acontecimento político inventado e reinventado nas práticas historiográficas e educacionais. Assim, importa ressaltar e defender que precisamos buscar formas de romper essa interdição – seja denunciando os silêncios presentes nos textos de manuais e documentos curriculares, seja na contestação às interdições impetradas agora por grupos contrários a tais temáticas.

É necessária uma mobilização para fortalecer os estudos sobre a história das mulheres e as questões de gênero na educação de modo geral e no ensino de história de modo particular. Estruturas históricas culturais e curriculares, como veremos na sequência deste texto, precisam ser movidas.

Para contribuir com essa discussão, o presente texto foi organizado a partir da seguinte estrutura. Num primeiro momento são abordados silêncios e possibilidades a partir da observação de dois livros didáticos de História de Santa Catarina. Em seguida, são apresentados trechos de documentos curriculares desse mesmo estado: a Proposta Curricular e Currículo Base do Território Catarinense, também considerando suas potencialidades, limites e interdições. Tais fontes servem de subsídios para percepção de como a história das mulheres e os estudos de gênero aparecem como tema e quais as possibilidades de abordagens curriculares. Por fim, como proposta são citadas situações onde professores buscam nas suas ações romper o silêncio institucionalizado na historiografia e nos currículos. No caso, são citadas algumas iniciativas vividas dentro de processos de formação docente onde temáticas da história das mulheres e das relações de gênero aparecem como objeto de pesquisa e ensino.

SOBRE SILÊNCIOS E POSSIBILIDADES EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DE SANTA CATARINA

O silenciamento a respeito da presença das mulheres no ensino de História tem sido apontado especialmente naquelas pesquisas que se dedicaram a investigar livros



didáticos (SILVA, 2007; MISTURA; CAIMI, 2015; MONTEIRO, 2016). Esse produto da cultura escolar, aliás, tem sido um dos temas pesquisados no campo do Ensino de História, considerando seus vários aspectos e interseções, como texto, documento e produto cultural. O recorte deste texto não pretende abordar mais detalhadamente tais elementos em suas implicações específicas, mas sim apontar exemplos que mostrem a maneira pela qual as mulheres estão presentes nos livros.

Assim, para trazer esses elementos à discussão, elegi como fonte de pesquisa e reflexão dois livros de História de Santa Catarina destinados à educação básica, mais especificamente para o 4º e o 5º ano. Esse recorte tem a ver com minha participação no Projeto Mandonas (já referenciado) e, também, como parte dos objetivos que desenvolvo no projeto de pesquisa que coordeno e desenvolvo na Universidade do Estado de Santa Catarina, cujo título é “História das mulheres, relações de gênero e ensino de História: documentos, processos e possibilidades” (1996-2020)”.

O primeiro livro é Santa Catarina de todas as gentes, História e Cultura, de autoria de Neide Almeida Fiori e Ivone Regina Lunardon, publicado pela Editora Base e que foi aprovado no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Para o presente texto, foi analisada a 3ª edição, submetida ao PNLD em 2009. O primeiro trabalho com esse livro foi localizar e observar a eventual presença das mulheres dentro dos conteúdos estudados. O livro tem 6 unidades com recortes que não seguem necessariamente um ordenamento cronológico, mas parecem tomar o “tempo” como um recorte. Isso porque temos uma unidade introdutória chamada “O Estado de Santa Catarina, ontem e hoje” e a unidade final intitulada “Maneiras de viver”. As unidades que separam as duas é que observam eventos temporais: a Unidade 2, cujo título é “Populações Indígenas”; a Unidade 3, intitulada “Populações de origem africana”; a Unidade 4, chamada de “Expansão territorial”; e, por fim, a Unidade 5, que recebeu o título de “Chegam os imigrantes”.

Não foi tarefa fácil localizar temáticas relativas à história das mulheres ou imagens de mulheres neste livro. São passagens pontuais, com discretos destaques – e sem algo que poderíamos chamar de “discurso mais potente” –, que estão distribuídas dentro das unidades e espalhadas como informações complementares, curiosidades ou mesmo no momento de apresentação de fotos. Eis alguns exemplos.

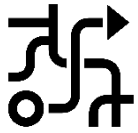
O primeiro deles é uma fotografia de professores no grupo escolar apresentada no final da Unidade 1 “O Estado de Santa Catarina, ontem e hoje”, na seção chamada “Retrato em branco e preto”.



Figura 1. FIORI; LUNARDON, 2008, p. 35.

Trata-se de uma imagem acompanhada de um breve texto que descreve seu conteúdo: “Na foto, podemos ver dois professores e nove professoras, ou seja, a presença feminina predomina. As mulheres trajavam vestimentas que na época eram consideradas muito elegantes”. A seção evidencia uma possibilidade de chamar atenção para questões do passado – anunciando uma presença feminina maior em relação aos homens na profissão de professor, ou seja, uma associação entre mulheres e a profissão de professora. Além disso, dá destaque à vestimenta das mulheres descrevendo-a como “elegantes”.

Esses pontos justamente fazem pensar: por que apontar a profissão docente apenas? Por que destacar a elegância feminina? Seria uma associação com algo a se esperar naturalmente das mulheres? Por que dar atenção a esses elementos? Não se pode inferir um eventual uso da imagem e do texto, mas a presença dessa associação entre elegância e mulheres contribui para uma normalização da beleza como algo do feminino. Assim, pode estabelecer/reforçar representações de gênero



também no campo profissional que podem se tornar estereotipadas se não houver uma devida problematização.

Vamos observar agora alguns trechos de textos apresentados ao longo dos capítulos ou atividades do livro.

Primeiro, uma frase retirada da Unidade 2, “Populações indígenas”, no texto “Xokleng ou botocudos”: “Nas caminhadas eram as mulheres que escolhiam onde acampar: elas sentavam, largavam seus utensílios domésticos e assim estava escolhido o lugar do acampamento” (FIORI; LUNARDON, 2008, p. 61, grifo meu). A seguir, um trecho do texto “Uma nova vida”, da Unidade 3, cujo título é “Populações de origem africana”.

As mulheres também trabalhavam muito. Grande número delas era encaminhado para os serviços domésticos. Ocupavam-se com a cozinha, com atividades de limpeza em geral e cuidavam de seus filhos, nas casas simples onde moravam. Muitas foram “amas de leite” dos filhos dos seus senhores e algumas até “tiravam fotos ao lado dessas crianças”. (FIORI; LUNARDON; 2008, p. 84, grifos meus)

Na Unidade 5, “Chegam os imigrantes”, na seção “Retrato em branco e preto”, aparece a legenda: “Em toda a região da colonização estrangeira no sul do Brasil, a mulher foi muito importante como apoio à família, na educação dos filhos e mesmo no trabalho agrícola ao lado do marido” (FIORI; LUNARDON, 2008, p. 179, grifo meu).

As três frases apresentadas foram selecionadas para dimensionar outro tipo de naturalização presente nos textos – a da referência ao trabalho doméstico e ao cuidado com os/as filhos/as. Ainda que seja bastante importante destacar o trabalho feminino, o texto novamente estabelece um recorte para as questões femininas e o relaciona dentro de uma perspectiva que relaciona as mulheres ao trabalho doméstico e de cuidados. Ou seja, uma associação patriarcal. Afinal, como se dá a ler nos textos, as mulheres cuidavam do lar, das crianças e eram “apoio” à família.

Por fim, cabe dizer que neste livro temos ainda a apresentação de algumas mulheres como personagens históricas. A saber: Maria Bompeixe: apresentada por meio de imagem e um breve texto na seção “Retrato em branco e preto” (p. 59); Indígena Korikrã – Maria Gensh: apresentada por meio de imagem e um breve texto na seção “Retrato em branco e preto” (p. 67); Antonieta de Barros: apresentada no texto “Gente de destaque” por meio de um breve texto e de uma imagem (p. 99); Anita Garibaldi: apresentada no texto “A lagunense Anita”, dentro da Unidade 4, dedicada à



expansão territorial (p. 115); Madre Paulina: apresentada na seção “Você sabia?” por meio de uma imagem e breve texto dentro de um capítulo que fala de colonização (p. 193); D. Francisca: apresentada como irmã de D. Pedro II dentro do texto que fala da colônia que recebeu seu nome e foi colonizada por imigrantes europeus (p. 203).

O segundo livro analisado é *História de Santa Catarina*, de Gislaine Azevedo e Reinaldo Seriacopi, publicado pela Editora Scipione (1ª edição – 2012). Também nesse livro, não temos muitas oportunidades de ler questões mais detalhadas sobre a história das mulheres, ou seja, o livro não apresenta muitas passagens sobre o tema, visto que são apresentadas algumas questões pontuais.

Neste livro destaco a presença de dois textos.

O primeiro é intitulado “As lutas das mulheres catarinenses”, texto da seção “Passado presente”, no capítulo 7 do livro, cujo título é “Um século de muitas mudanças”. O texto se refere ao século XX e às “lutas de catarinenses”, partindo de Anita Garibaldi e chegando a Zilda Arns. São apresentadas as seguintes catarinenses: Anita Garibaldi, Rita Maria, Roese Gaertner, Liberata, Antonieta de Barros e Zilda Arns. Para cada uma delas, um parágrafo breve contando basicamente a razão de serem lembradas como “exemplos de pessoas que, cada qual a sua maneira, trabalharam com o objetivo de promover melhorias na sociedade em que viveram”(p.91-92). Após o texto, sugere-se que seja feita uma lista de como ajudar a melhor a sociedade em que vive.

É interessante perceber que o autor e a autora escolheram chamar a atenção para o fato da ação do cuidado que essas mulheres tiveram em prol da sociedade. Vale a pergunta: por que apostar na atividade que propõe refletir sobre o cuidado? Afinal, é feita uma escolha importante que pode, no entanto, reforçar as tarefas do cuidado e dos sacrifícios como algo específico do feminino. Trata-se de um estereótipo do feminino, construído historicamente e que deve ser problematizado em contexto escolar.

Ainda nesse livro, destaca-se o texto “As trabalhadoras nas minas de carvão de Santa Catarina”, de Carlos Renato Carola. Trata-se de um excerto da dissertação de mestrado do referido pesquisador em que se lê o relato de Rosa Otilia Alves, que trabalhou como escolhedeira em uma mina de carvão na cidade de Criciúma na primeira metade do século XX. A narrativa traz o cotidiano árduo do trabalho com



jornadas longas e que exigem muita força física. O livro didático sugere a leitura do texto e depois uma atividade que apresenta duas questões: uma delas que propõe a discussão sobre o trabalho, os salários diferentes para homens e mulheres – inferior para as mulheres – e a valorização do trabalho feminino na atualidade.

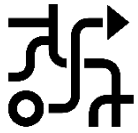
Essa temática abordada e as questões propostas permitem uma discussão muito relevante e oportuna, e o uso de uma narrativa ajuda a personificar o tema. Dar nome, rostos, identidade às questões é um recurso importante para desenvolver a sensibilidade no processo de ensino, especialmente quando abordamos temas sensíveis, como é o caso da história das mulheres. Assim, a escolha do texto e das atividades permite abordar temas e relações em que a atuação da mulher no campo de trabalho é evidenciada e ainda todas as implicações desse processo.

A amostra analisada neste artigo é breve e contempla um recorte temporal da primeira década do século XXI. A pesquisa avançará sobre outros textos, em um futuro breve. No entanto, tal amostra nos dá dimensão de que a história das mulheres carece de mais espaço nos livros didáticos e as abordagens sobre o tema também precisam diversificar, no sentido de inserir a participação das mulheres na história. Não se trata apenas de ilustrar sua presença em um dado momento ou ainda de apenas apresentá-la na forma de uma ou mais personagens como heroínas. Importa mais a história do coletivo, das mulheres em suas muitas atuações, e não a singularidade de uma personagem num mundo que continuará a ser descrito como masculino.

Além dos livros didáticos, a observação em documentos curriculares também nos dá a dimensão dos limites do ensino de história nas abordagens que contemplem a efetiva inserção das mulheres nas narrativas históricas. Novamente vou centrar as análises em documentos catarinenses, considerando meu interesse de pesquisa.

DOCUMENTOS CURRICULARES EM SANTA CATARINA: ALGUMAS IMPRESSÕES

Trago para reflexão a Proposta Curricular de Santa Catarina e o Currículo Base do Território Catarinense. Como se trata de documentos extensos, para esta discussão serão observadas as partes em que estes apresentam concepções



“norteadoras” para a educação de modo geral e de ensino de História de modo mais específico. Também serão consideradas as partes em que os textos apresentam conteúdos a serem estudados na educação básica.

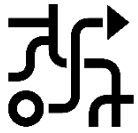
A publicação da Proposta Curricular de Santa Catarina data de 1991 e, de acordo com o site da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (SED), ela é resultado de um processo iniciado em 1988, a partir do processo de redemocratização política do Brasil. O período posterior à ditadura militar – instaurada com o golpe de 1964 – trouxe a necessidade de uma ampla discussão educacional que ocasionou na escrita de propostas educacionais estaduais e, também, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Em Santa Catarina, ainda de acordo com o site da SED, foram estabelecidos grupos de trabalho e etapas para a proposição do texto apresentado em 1991 e revisado em 1998. Novas atualizações foram feitas em 2005 e 2014 para inserção de novas concepções, como a diversidade como princípio formativo².

Vamos iniciar observando alguns aspectos dos textos de 1991 e de 1998 (texto revisado). O texto de 1991 – que tem 85 páginas – se apresenta e justifica em alinhamento à ideia de que a educação precisa ser vista como um processo dinâmico e em diálogo com os saberes dos educandos. A referência é a ideia do ensino como elemento para a transformação social. O contexto pós-ditadura militar e de revisão de aspectos relativos ao processo educacional está evidente no texto. Para a presente discussão, interessa localizar dentro do eixo de conteúdos e finalidades do ensino de História no início dos anos 1990 e ainda apontar questões referentes aos conteúdos. Nesse sentido, localizamos as seguintes perspectivas da Proposta Curricular: que o ensino de História possibilite às crianças “se situarem como ser histórico” e perceber “as relações entre o homem e a natureza, dos homens com os outros homens através do trabalho, bem como as transformações ocorrem no tempo e no espaço” (SANTA CATARINA, 1991, p. 21).

Por sua vez, na disposição dos conteúdos no item “Proposta Preliminar de conteúdos essenciais de História – 1º e 2º graus” (Proposta Curricular – 1991), temos uma História em que a divisão e apresentação dos conteúdos é organizada por meio

² Para saber mais, consultar o site <https://www.sed.sc.gov.br/etapas-e-modalidades-de-ensino/ensino-fundamental/>.



de acontecimentos/recortes da Europa ocidental e nos eixos de História do Brasil – Colônia – Império – República. Ou seja, são os marcos tradicionais e de referência da história nacional. Dentro desse recorte, não foram localizados temas/conteúdos relacionados à participação das mulheres na história.

O texto de 1998, como dito, é uma revisão daquele apresentado em 1991. No item “Fundamentos Teóricos-Metodológicos do Ensino de História”, a Proposta Curricular apresenta questões sobre os objetivos do ensino de História e defende o reordenamento da concepção desta para o “entendimento da sociedade em suas diversidades histórico-culturais”. Cita autores estrangeiros³ e brasileiros/as⁴ que trabalham com essa concepção e que com “níveis histórico do vivido, do refletido e do concebido” (SANTA CATARINA, 1998, p. 137). O texto é concluído com a indicação de que:

Pretende-se que a história não seja apenas a introdução de novos temas, mas também a abertura para novas abordagens sobre as temáticas convencionais onde sejam consideradas como históricas não apenas as experiências vitoriosas, mas também as vencidas que, muitas vezes, são mais ricas e reveladoras de novos sentidos. (SANTA CATARINA, 1998, p. 138)

Trata-se de um texto datado, cujas referências dialogam com uma revisão historiográfica importante e cuja dimensão de fato provocou mudanças de paradigmas na escrita e na pesquisa da História. Dar voz aos vencidos, falar do cotidiano são questões que passam a ser apresentadas pela Nova História (BURKE, 1992) e que, como vimos, chegam também às propostas curriculares. No entanto, ainda se nota a escrita marcada no masculino – haja vista que o texto fala muitas vezes dos “homens”, como no momento de citação das categorias – tempo, espaço, relações sociais, relações de produção, cotidiano, memória. Ao detalhá-las vemos passagens que destacam como “os homens atuam no cotidiano”, “o homem se relaciona com o passado”, “o homem produz socialmente o espaço [...]” (SANTA CATARINA, 1998, p. 138-139). Ou seja, o sujeito universal é o sujeito da história a ser estudada.

³ Henri Lefebvre, Nietzsche, Marc Bloch, Febvre; Jacques Le Goff, George Duby; Perry Anderson, Edward Thompson e Carlo Ginzburg.

⁴ Maria Odila Leite da Silva Dias, Fernando Novaes, Déa Fenelon, Francisco Iglesias, Kátia Matoso, Carlos, Guilherme Mota, Caio Prado Júnior, e Edgar De Decca, Sérgio Buarque de Holanda.



Tanto o texto da Proposta Curricular de 1991 quanto o de 1998, como visto, não fazem referência específica à presença das mulheres como sujeitos históricos ou personagens históricos. Questões de gênero também não são mencionadas. Essa questão, no entanto, se explica tanto em termos historiográficos quanto curriculares. A história das mulheres nos anos de 1990 ainda era uma novidade em termos de escrita e, conseqüentemente, ainda episódio raro na história ensinada.

A escrita da história das mulheres é uma reivindicação que começa a se desenhar no Brasil a partir dos anos de 1980. Joana Maria Pedro e Rachel Soihet (2007) historicizam o acontecimento, lembrando que datam dessa década os trabalhos de Maria Odila (1984), Margareth Rago (1985), Marta de Abreu Esteves, Magali Engels e Eni de Mesquita Samara (1989) e, ainda, a publicação de um volume da Revista Brasileira de História (v.9, n.18), 1989), cujo título é “A mulher no espaço público”.

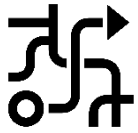
Por sua vez, o gênero como categoria passa a ser conhecido e estudado no Brasil a partir de 1990, data da publicação do texto de Joan Scott “Gênero como categoria de análise histórica” (PEDRO, 2005). Em Santa Catarina, as pesquisas sobre história das mulheres e questões de gênero ganham espaço a partir da década de 1990, por meio de inúmeras dissertações e teses que passam a ser desenvolvidas inicialmente na Universidade Federal de Santa Catarina.

São trabalhos que passam a trazer questões relacionadas ao cotidiano das mulheres e suas inserções nos espaços públicos, temas relacionados ao corpo, entre tantos outros, que passam a consolidar na historiografia catarinense o campo da História das Mulheres e do gênero como categoria imprescindível aos estudos históricos. E como fica a presença desses temas em situações de ensino?

Observando a Proposta Curricular de 2014⁵, temos a presença de outras perspectivas no que se refere à formação de estudantes. O texto informa que se preocupará em apresentar:

- 1) perspectiva de formação integral, referenciada numa concepção multidimensional de sujeito; 2) concepção de percurso formativo visando superar o etapismo escolar e a razão fragmentária que ainda predomina na organização curricular e 3) atenção à concepção de

⁵ De acordo com o texto, a reforma se dá pelas demandas de atualização da educação e pela reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.



diversidade no reconhecimento das diferentes configurações identitárias e das novas modalidades da educação. (SANTA CATARINA, 2014, p. 20)

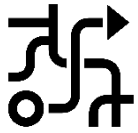
Vale destacar o que o texto define como diversidade e como justifica sua presença no texto da proposta. A ideia de diversidade, de acordo com o texto:

nos remete à ideia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, **gêneros**, orientação sexual, religiosidades. Enfim, diversidades de grupos sociais, de identidades do ser social em sua singularidade que se constituem em espaços, em ambientes, em tempos históricos com características diversas. (SANTA CATARINA, 2014, p. 54, grifo meu)

Nesse aspecto, a diversidade apresenta como possibilidades:

- a educação para as relações de gênero;
- a educação para a diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero);
- a educação e prevenção;
- a educação ambiental formal;
- a educação das relações étnico-raciais;
- as modalidades de ensino: a educação especial; a educação escolar indígena; a educação do campo e a educação escolar quilombola. (SANTA CATARINA, 2014)

Assim, é dentro da discussão sobre diversidade que localizamos uma importante inserção: a discussão sobre gênero. Vale a pena destacar a reflexão feita no texto para determinar por que se deve dar atenção à educação para as relações de gênero: “Falar em gênero é perceber como, para homens e mulheres, para meninos e meninas, a cultura, a sociedade e o atual tempo histórico constroem diferentes formas de ‘ser masculino’ ou ‘ser feminino’ (masculinidades e feminilidades)” (SANTA CATARINA, 2014, p. 62). É importante, por isso, estar na educação básica para minimizar vulnerabilidades, evitar preconceitos, violências, relações de poder e violações aos direitos humanos. No entanto, a questão que fica é se essa perspectiva esteve de modo amplo nas salas de aulas, nos livros didáticos, ou seja, se o texto saiu do papel e provocou mudanças.



A princípio, ensaio responder que não. Especialmente considerando o processo de perseguição e interdição que a categoria gênero passa a receber levando a anulação da categoria nos documentos mais atuais. Na verdade, é importante dizer que não se trata de um não-fazer docente. O que ocorreu foi um alinhamento de setores da extrema direita e fundamentalistas religiosos que passaram a perseguir situações de ensino associadas aos temas dos estudos de gênero.

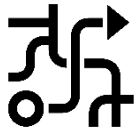
Uma das formas de perceber essa questão é analisar o Currículo Base do Território Catarinense⁶. Esse documento curricular foi publicado em 2019 seguindo o que indica a Base Nacional Comum Curricular – que, por sua vez, apresenta os conteúdos e pressupostos educacionais a serem trabalhados na Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

No Currículo Base, de modo diferente do que aconteceu na proposta de 2014, não temos a indicação das relações de gênero como questão da diversidade. Aliás, outra conceituação é apresentada sobre o tema: “Entendida como característica da espécie humana, a diversidade projeta-nos ao cenário das diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, suas mais distintas organizações, além da própria heterogeneidade que a caracteriza” (SANTA CATARINA, 2019, p. 30).

Ou seja, a ideia de gênero foi banida do texto, a exemplo do que acontece na BNCC. O texto informa que diversidade ainda se constitui como princípio formativo no Currículo Base, no entanto, o que localizamos nos textos são outras questões: educação ambiental formal, educação para relações étnico-raciais, educação de pessoas jovens, adultas e idosas (EJA), educação escolar quilombola, educação escolar indígena, educação do campo e educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

No que se refere a conteúdos e à questão da história das mulheres, a temática aparece em poucas inserções – de modo pontual, sem constância e, ainda, sem indicar ser algo a ser repetido em outras unidades. Eis alguns exemplos: no 6º ano “objeto do conhecimento: o papel da mulher na Grécia, em Roma e no período medieval”. E depois, no 9º ano, dentro da Unidade Temática – “O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX”, quando é

⁶ Para este artigo foi analisado o texto referente à Educação Infantil e do Ensino Fundamental.



indicado o objeto do conhecimento – anarquismo e protagonismo feminino (SANTA CATARINA, 2019)

O que percebemos nesses documentos prescritivos é a invisibilidade ou pequenos *insights* de presença quando se fala da temática mulheres na história e no ensino de História. É uma interdição gritante no que se refere às relações de gênero – temática tão importante para a compreensão das relações que se dão entre homens e mulheres como sujeitos na e da história em materiais didáticos e nas propostas educacionais apresentadas nos currículos.

PARA FINALIZAR – UMA APOSTA PARA TRANSGREDIR

Este texto não pode terminar na constatação das invisibilidades, das negativas ou das dificuldades. É importante encerrar com a potência que vejo no ensino de História para avançar nessas estruturas. E onde está essa força? Na formação de professores.

A formação precisa qualificar profissionais que sejam sensíveis ao tema das histórias das mulheres à compreensão das relações de gênero como categoria também importante para o ensino. Tais temas e abordagens não podem ser episódios pontuais na educação básica, por exemplo em eventuais comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março), data que, dentro e fora de escolas, infelizmente muitas vezes é lembrada apenas para o reforço de estereótipos ligados ao feminino. Assim, é fundamental abordar a questão com a centralidade que ela demanda.

O ensino de história das mulheres não pode ser uma questão de interesse específico – uma opção de um ou outro profissional de ensino. O tema é central e obrigatório – no caso de Santa Catarina há até mesmo uma lei nesse sentido. Cabe agora entender o alcance dessa proposição legislativa e, também, prover meios de que ela seja respeitada.

Projetos como o ProfHistória⁷ mostram que existe uma lacuna no que se refere aos temas da história das mulheres e das questões de gênero. Os mestrados e as mestrandas mencionam muito as tensões vividas na sala de aula e não são raros os

⁷ O Profhistória é um programa de pós-graduação em rede com mestrado e doutorado voltado para professores e professoras de História que atuam na Educação Básica.



depoimentos de inexistência de material ou dificuldades de abordagem – nesse caso, em específico sobre as relações de gênero.

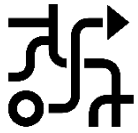
É por isso que temos muitas dissertações do ProfHistória nessas temáticas. Luciana Rossato coletou em sua pesquisa de pós-doutorado dados indicadores dessa realidade. De acordo com a pesquisadora, na turma 1 do ProfHistória houve três trabalhos com a temática de gênero e uma da temática de mulheres. Na turma 2 (2016), houve um significativo aumento, com 23 trabalhos sobre gênero e 10 sobre mulheres. A pesquisa foi feita no Portal Educapes e foram utilizados os termos “gênero”, “mulher” e “mulheres”:

Referente à palavra “gênero”, foi identificado seu uso como palavra-chave em três dissertações da turma 2014 e em 23 dissertações da turma 2016. O termo foi listado sozinho, mas também formando as seguintes expressões: “relações de gênero”, “questões de gênero”, “igualdade de gênero”, “violência de gênero” e “descolonização de gênero”. Já os termos “mulher” e/ou “mulheres” foram utilizados como palavras-chave somente em uma dissertação defendida pela turma 2014 e em dez, defendidas pela turma 2016. A maior parte utiliza o termo no plural e formando a expressão “História das Mulheres”. Nas poucas vezes em que aparece no singular, é formando as expressões “mulher negra” e “escravidão da mulher”. (MONTEIRO; ROSSATO, 2023, p. 10).

Trabalhos de formação docente inicial, como PIBID e Residência Pedagógica, também têm sido espaços de inserção das temáticas. Nesse caso, são jovens professores em formação que localizam e lembram das lacunas que tiveram em seus processos de escolarização, e destacam a necessidade de compor currículos mais diversos, que atendam às tensões recorrentes do espaço escolar, que é também o das sociabilidades de crianças e jovens.

Como coordenadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID – e do Residência Pedagógica, tenho acompanhado trabalhos de estudantes de graduação em processo de formação. São, em grande maioria, jovens que pensam ações de ensino que provoquem reflexões sobre processos históricos e suas ações no presente.

Diante desses cenários de demandas e interesses, é urgente fazer movimentos em que a história das mulheres e os estudos de gênero em suas interfaces com a educação estejam presentes nos cursos de formação de professores – nas licenciaturas e nos programas de pós-graduação. No entanto, será necessário impor

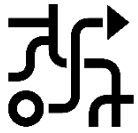


enfrentamentos aos currículos naquilo que bell hooks (2017), chama de pedagogia engajada e transgressora.

Como proposto por hooks, transgredir é ir além do que está normatizado em textos prescritos, é construir outros *curriculum* por meio da prática. É justamente trazer outros processos de estudos – diferentes destes exemplificados aqui nos livros e documentos normatizadores de conteúdo. Transgredir o currículo masculino, colonizado, excludente e que, como vimos, tem sido colocado como possibilidades. Essa história única não pode nos interessar mais. Torna-se, portanto, um ato político confrontá-la.

Como apontado neste artigo, especialmente os estudos de gênero têm sofrido um processo de banimento de textos curriculares. Esse processo se dá num contexto de discursos conservadores que criaram a ideia equivocada da existência de uma “ideologia de gênero”. Infelizmente isso chega às famílias construindo ideias absolutamente errôneas sobre a questão e reforçando um pânico moral cada vez que a palavra é mencionada em uma sala de aula. Diferentemente da ideia associada a uma ideologia de gênero, o que de fato se propõe com a categoria de gênero é a percepção de aspectos sociais e culturais que têm sido construídos historicamente sobre os sujeitos. Levar as discussões de gênero para o espaço escolar passa por estudos importantes sobre violências, oportunidades, diferenças salariais entre homens e mulheres, para citar temas latentes no presente. Mas também é sobre sabermos por que estudamos tão pouco sobre as mulheres na história.

Fernando Seffner e Nilton Mullet (2016) escreveram um texto em que nos falam dos temas sensíveis, das questões socialmente vivas e os modos de pensar aulas de História com eles. É intrigante pensar que a história das mulheres e os estudos de gênero podem ser pensados como temas sensíveis, mas de fato eles são. Por inúmeras razões – como postas ao longo deste artigo. No entanto, como explicam os referidos autores, pensar a aula de História como espaço de compreensão de situações do presente para um estudo do passado permite trabalhar para uma compreensão dos acontecimentos e não mera datação destes. Como abordar o racismo sem falar na escravidão? Como questionar as poucas narrativas sobre mulheres sem lembrar das consequências das hierarquias construídas ao longo do tempo que privilegiam o masculino? A aula de História pode e deve ser formativa: para



uma compreensão do mundo, do eu e de suas reações com o outro; e do outro como sujeito de direitos.

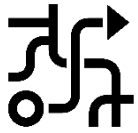
Compartilhando dessas proposições, podemos pensar em professores e professoras como agentes políticos que pensam a transgressão proposta por hooks. Fazer da aula de História o espaço de enfrentamento de silêncio e fazer de professores de História agentes da proposição de reflexões com seu grupo de estudantes. A formação integral de que nos falam a BNCC e o Currículo Base, entre outros textos, não será possível sem tal enfrentamento. Assim, são esses mesmos documentos que nos impulsionam ao trabalho formativo.

Observando os descritores da BNCC, do Currículo Base e da Proposta Curricular, localizamos concepções que indicam que todo o processo de formação dos indivíduos – crianças, adolescentes e jovens – deve caminhar nesse sentido: “o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos” (BRASIL, 2018, p. 53).

É um trabalho bem árduo, desafiador e que será, portanto, longo. Mas não tenho dúvida de que é preciso insistir fazendo no processo de pensar e promover a aula de História como uma ação política.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Gislane e SERIACOPI, Reinaldo. (fonte) *História de Santa Catarina*. Editoria Scipione: São Paulo.2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. (Fonte) *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Lossandro. O ensino da história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. *História e Perspectivas*, n. 53, p. 295-314, jan./jun. 2015.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Mada Lopes. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- FIORI, Neide Almeida e LUNARDON, Ivone. (Fonte) *História e Cultura*. Editora Base: Curitiba, 2008.



FONSECA, Thais Nivia de Lima. *História e Ensino de História*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MONTEIRO, Ana Maria; ROSSATO, Luciana. ProfHistória: formação docente, demandas do presente e novas perspectivas para o Ensino de História. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 36–59. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/revmar.2023.71053>. Acesso em: 16 out. 2023.

MONTEIRO, Paolla Ungaretti. *(In)visibilidade das mulheres brasileiras nos livros didáticos de história do Ensino Médio (PNLD, 2015)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Nilton. SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 14-33 – 2018.

PERROT, Michele. *Minha História das mulheres*. Trad. Angela M. S Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTA CATARINA. (Fonte) Secretaria Estadual de Educação. *Proposta curricular do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1991.

SANTA CATARINA. (Fonte) Secretaria Estadual de Educação. *Proposta curricular do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1998.

SANTA CATARINA. (Fonte) Secretaria Estadual de Educação. *Proposta curricular do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 2014.



SANTA CATARINA. (Fonte) Secretaria Estadual de Educação. *Currículo Base do território catarinense*. Florianópolis, 2019.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. *In*: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Mada Lopes. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SEFFNER, Fernando. Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação. *Educação*, São Leopoldo: Unisinos, v. 20, n. 1, p. 48-57, jan./abr. 2016.

SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, v. 17, n. 1, jan./jul. 2007.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa em história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

Recebido em: 08/05/2024

Aprovado em: 28/10/2024



FERREIRA, Gleidiane de Sousa*

<https://orcid.org/0000-0002-2529-7993>

VEIGA, Ana Maria

<https://orcid.org/0000-0003-0446-1472>**

RESUMO¹: Buscamos, com este trabalho, discutir como o ensino e a pesquisa histórica, em perspectiva feminista, são fundamentais e contribuem para a produção de práticas capazes de desconstruir hierarquias, transformar realidades e atuar sobre as urgências do tempo presente, apontando para a construção de espaços e relações que permitam a observação crítica sobre si e sobre o mundo. Para isso, buscamos apontar alguns diagnósticos sobre os desafios do nosso tempo, tomando o espaço escolar e universitário como *locus* principal de reflexão, assim como tratando de algumas experiências que apontam para as possibilidades dessas políticas e para uma ampliação da crítica em perspectiva interseccional. A partir de um diálogo bibliográfico e de entrevistas orais e escritas com professoras/es e pesquisadoras que debatem a presença de políticas feministas em espaços educacionais, o artigo está organizado a partir de três subtópicos: Alguns diagnósticos sobre a escola e a universidade; Feminismos e História: desnaturalizar para reconstruir; Experiências de hoje e as construções de futuros: reflexões e proposições.

PALAVRAS-CHAVES: Pesquisa histórica, Ensino de História, Epistemologias interseccionais, Políticas feministas.

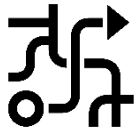
ABSTRACT: With this work, we seek to discuss how teaching and historical research, from a feminist perspective, are fundamental and contribute to the production of practices capable of deconstructing hierarchies, transforming realities and acting on the emergencies of the present time, pointing to the construction of spaces and relationships that allow critical observation of oneself and the world. To this end, we seek to point out some diagnoses about the challenges of our time, taking the school and university space as the main locus of reflection, as well as dealing with some experiences that point to the possibilities of these policies and to an expansion of criticism from an intersectional perspective. Based on a bibliographic dialogue and oral and written interviews with teachers and researchers who debate the presence of feminist policies in educational spaces, the article is organized around three subtopics: Some diagnoses about school and university; Feminisms and History: denaturalize to reconstruct; Today's experiences and constructions of futures: reflections and propositions.

KEYWORDS: Historical research, History teaching, Intersectional epistemologies, Feminist policies.

* Professora do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral - CE. É Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará, mestre e doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina (GEHGA) na Universidade Estadual Vale do Acaraú.

** Ana Maria Veiga é historiadora, doutora em história com pós-doutorado interdisciplinar em ciências humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal da Paraíba, atual presidenta da Associação Nacional de História – ANPUH Brasil, conselheira editorial da Editora do Senado Federal e autora do livro *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura* (2022).

¹ Este texto é vinculado ao projeto "Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)" financiado pelo CNPq, Processo nº 404662/2021-8.



ALGUNS DIAGNÓSTICOS SOBRE A ESCOLA E A UNIVERSIDADE

Falar sobre a escola e a universidade no tempo presente é, antes de tudo, refletir sobre o nosso tempo histórico, seus desafios, urgências e potencialidades. Ao pensar os contextos brasileiro e latino-americano, essas questões assumem contornos ainda mais desafiadores, considerando o longo histórico de desigualdades e violências que formaram essas sociedades, no qual se inclui o *modus operandi* das instituições educacionais e universitárias, desde o acesso, até a permanência e as suas finalidades.

Entre muitos tópicos que poderiam ser abordados naquilo que estamos chamando de “diagnósticos”¹ a respeito dessas instituições, nos deteremos mais especificamente em três elementos que nos parecem fundamentais para refletir sobre os lugares ocupados e os desafios vividos pela escola e pela universidade no tempo presente: a) trabalho e sobrevivência; b) saúde física, mental e social; c) formação crítica. Alertamos, no entanto, que trataremos de alguns aspectos mais abrangentes e chaves desses elementos, tendo consciência de que, para cada um deles, muitas discussões aprofundadas poderiam se realizar, o que não é o nosso propósito neste texto, que busca, sobretudo, compartilhar reflexões iniciais e gerais, em grande parte baseadas em experiências que nos permitam cotejar a importância do conhecimento histórico e da perspectiva feminista como elementos incontornáveis para a produção de relações políticas, sociais e humanas críticas e transformadoras desses espaços e, conseqüentemente, das sociedades de forma mais ampla.

Podemos compreender as escolas e as universidades, destacadamente as públicas, como espaços de confluência dos diversos problemas e dinâmicas sociais. No cotidiano dessas instituições, observamos a presença das mais diferentes vulnerabilidades e conflitos, mas, também, das muitas resistências e enfrentamentos a essas situações. Os espaços escolares e universitários são lugares privilegiados na observação dos desafios do nosso tempo, sejam eles no âmbito do trabalho e das

¹ Estamos compreendendo diagnóstico aqui como a apresentação de um panorama geral e crítico sobre as condições de trabalho e formação nos contextos escolar e universitário. Os elementos priorizados nessa reflexão partem de uma observação crítica de questões que atravessam nossas experiências como professoras e pesquisadoras, cruzada com dados sobre saúde física e mental no âmbito educacional no tempo presente e com um diálogo bibliográfico que trata da importância de uma educação transformadora e libertadora.

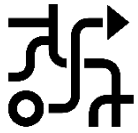


expectativas materiais e de subsistência da vida ou da saúde físico-mental-social dos sujeitos, assim como das dificuldades permanentes para se construírem como pessoas críticas e capazes de agir em direção a um mundo mais igualitário.

Em todos esses casos, crianças, jovens e adultos que passam por essas instituições precisam ser convidados/as/es permanentemente a se observar e se entender como parte constitutiva de uma esfera coletiva, com vidas perpassadas pelas mais diversas dinâmicas sociais. Embora teoricamente esse convite possua certo consenso educacional, as dinâmicas neoliberais que têm atravessado as experiências de sujeitos e instituições nas últimas décadas, cotidianamente impõem ideologias e práticas que privilegiam, velada ou explicitamente, o individualismo ancorado na ideia de salvacionismo individual, a competitividade, a dissociação entre os anseios de futuro e a realidade/expectativa sócio-econômica-ambiental na qual estamos imersas/os. Os três elementos tratados aqui formam, ao nosso ver, um amálgama de questões centrais de sustentação da vida e que, por isso mesmo, fazem da escola e da universidade espaços tão necessários, complexos e potentes, por promoverem fundamentalmente uma articulação entre eles. A passagem por essas instituições, muitas vezes, é o que permite a um grande número de pessoas se situar histórica e socialmente, criar vínculos comunitários, empatias, articular experiências vividas e trajetórias de vida, na esperança de futuros para si e para o seu entorno.

No entanto, sabemos que não é apenas de positividade que esses ambientes se constituem. Quando entram em cena questões etnicorraciais e preconceitos arraigados em nossa sociedade, nós nos deparamos com grandes desafios a serem enfrentados por sujeitos e sujeitas que lidam com um cotidiano de pressões e opressões sociais interseccionadas, com as quais outras parcelas da população não necessitam confrontar.

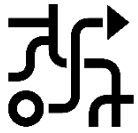
Quando pensamos no campo do trabalho e da subsistência, embora não exclusivamente, a escola e a universidade são lugares cruciais no que se refere às aspirações e possibilidades de condições melhores de vida, que são cada vez mais instáveis nas sociedades atuais, especialmente para as pessoas inseridas historicamente em condições de vulnerabilidade. Ter a formação básica e um curso de ensino superior significa ampliar as perspectivas de renda, particularmente no



Brasil. Mas, mais do que isso, esses espaços oferecem, ou deveriam oferecer, possibilidades de se pensar criticamente o próprio mundo do trabalho, as expectativas e condições de emprego em que estamos inseridas/os. Isto é, não devem apenas preparar para o mercado, estimular uma sobrevivência acrítica nesse mercado, mas dar condições de reflexão sobre as estruturas e relações que impõem o seu funcionamento, ou seja, de podermos imaginar, disputar e reconstruir outras possibilidades de experiência laboral, que seja também intelectual e crítica.

No entanto, embora o trabalho e a subsistência sejam temas importantes para o cotidiano dos debates escolares e universitários, afinal, é parte do processo de formação progredir como um/a profissional competente, ativo/a, e com chances de inserção no mundo do trabalho, é fato também que a ideologia que propaga o produtivismo, a competitividade, os estímulos à auto exploração, a partir do alcance de metas e afins, cada vez mais faz parte das métricas que fundamentam as normas de avaliação de instituições escolares e universitárias, de professoras/es e gestoras/es. Além disso, não é raro que algumas ilusões sejam compartilhadas por esses mesmos sujeitos e, por isso, sejam propaladas - como as que promovem as concepções de um super indivíduo, vencedor, que se supera, multitarefa e polivalente, eficiente, empreendedor, que investe em si, que vive para o trabalho e que, ademais, acredita em uma sustentabilidade e uma qualidade de vida (a sua vida) aquém da experiência coletiva, das regras e direitos sociais ou de um mundo material compartilhado, que demanda cuidados comunitários para fins comuns.

Como aponta uma pesquisa realizada em 2022 pelo *DataFolha*, parte significativa das e dos jovens brasileiros/as têm um excesso (podemos dizer, infundado) de otimismo sobre suas vidas individuais, ao passo que não possuem expectativas positivas para o país. Muitos desses jovens também não veem o estudo como meio indispensável para alcançar melhores condições de vida (CANZIAN, 2022), entendidas estritamente como renda. O descompasso entre a vida individual e coletiva, e a ideia de renda como única variável da qualidade de vida, nos leva a questionar os limites de imaginação de futuro em que muitos/as fincam suas crenças. Tornar-se estável financeiramente, ou rico, pode dispensar o estudo? Mas e a

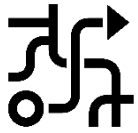


construção de seres humanos melhores e críticos? Podemos prescindir de estimular esse desejo na juventude?

De corpo e alma neoliberais, esses discursos convivem de forma contraditória nas instituições aqui mencionadas que, por princípio, estão desenhadas para o desenvolvimento de senso e práticas críticas, além de orientadas para o interesse público. O conhecimento já não é visto por muitos jovens como algo fundamental para melhores condições de vida, mas também para a sua “formação humana”, expressão que muitas vezes é apresentada como um jargão sem materialidade. Nesse sentido, embora as contradições façam parte do próprio capitalismo, as dinâmicas de ensino e pesquisa em que estamos inseridos/as atualmente parecem margear seus limites, dragando, na prática, uma parcela significativa de pactos e finalidades outras para o ensinar e o pesquisar. Por mais que tenhamos muitos exercícios de resistência, o senso produtivista e o profundo individualismo em que nos vemos envolvidos/as, não raras vezes nos mergulham em rotinas esgotadoras, produzindo para pontuar, para avolumar, para dar resultados quantificáveis a avaliações de desempenho e agências de fomento, vivenciando cotidianos cada vez mais acelerados, fragmentados e difíceis de gerir, e por tudo isso, de resistir.

Essas questões nos levam ao segundo ponto que queremos abordar neste tópico, o da saúde física-mental-social. Falar de saúde não é apenas considerar condições físicas e mentais minimamente estáveis com fins de sermos produtivos para que a engrenagem da produção possa seguir sem interrupções. É falar do gozo de direitos básicos, de uma leitura holística a respeito das condições de vida, do desenvolvimento humano e das relações entre as pessoas. Não é necessário citar estudos recentes, embora possamos fazê-lo, que versam sobre a saúde mental nas últimas décadas para sabermos que atualmente é fato o adoecimento crônico e, em algum grau generalizado, no que se refere à saúde mental.

Estudantes e professoras/es de escolas e universidades são sujeitos particularmente atingidos por esse fenômeno que mescla desamparo econômico, precarização do trabalho e violências de diferentes tipos. Ansiedade, pânico, depressão, síndrome do esgotamento profissional, além de diversos padecimentos físicos, são apenas alguns exemplos de condições que exemplificam os desafios



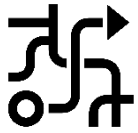
contemporâneos no campo das expectativas de vida, que se referem ao mundo do trabalho, mas, também, à qualidade das relações sociais. Trazer um diagnóstico sobre escolas e universidades hoje é passar necessariamente pelo tema da saúde, que afeta diretamente as condições e relações do ensino e da pesquisa, seus processos e finalidades.

Não é de hoje que, ao conversarmos com professores/as que atuam no âmbito do ensino básico, nos deparamos com condições difíceis e sobrecargas das mais variadas. No entanto, atualmente, quem minimamente atua ou acompanha essas instituições de ensino, observa certo grau de generalização de enfermidades mentais, que confluem no ambiente escolar e se somam a outras dinâmicas de violência e precariedade. Já não é exceção, se é que algum dia foi, um corpo docente cansado, medicalizado, amedrontado e/ou imerso em um cotidiano de excesso de prazos, metas e cargas-horárias, que têm elevado o número desses profissionais que pedem afastamento e licenças médicas².

Além disso, para o caso de gestores/as e professores/as, as cobranças cada vez mais intensas de resultados quantitativos, de cumprimento de metas, de aprovações em sistemas avaliativos nacionais e internacionais que, em muitos aspectos conduzem e balizam os princípios, os objetivos, e portanto, as rotinas de muitas escolas no país, são também realidades adoecedoras do corpo, da mente e dos sentidos pessoais e sociais do próprio processo educativo. Como mencionamos, o volume de solicitações de licenças médicas desses profissionais é alarmante e dá pistas de rotinas extenuantes e, para muitos, do esvaziamento dos sentidos do trabalho professoral.

No caso dos professores e professoras das universidades, as realidades não são tão diferentes. Excesso de trabalho, individualismo, jornadas indefinidas e uma

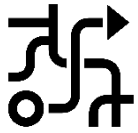
² De acordo com dados divulgados pela TV Globo via Lei de Acesso à Informação, só em São Paulo foram 20.173 professores afastados nos 6 primeiros meses de 2023, em torno de 112 educadores/as por dia (MELLO; JESUS; TV GLOBO; G1 SP). Em matéria da Agência Brasil, publicada no jornal O Povo, pesquisadores que participaram do V Seminário: Trabalho e Saúde dos Professores - Precarização, Adoecimento e Caminhos para a Mudança em 2023, apontaram que doenças como *burnout*, estresse e depressão têm se tornado o principal problema de saúde na vida de professores/as do país, sejam eles/elas da rede pública ou privada (BRASIL, 2023).



métrica produtivista e quantitativa que rege as dinâmicas de fomento são fatores que potencializam o problema. No entanto, outra questão a ser colocada é: como toda essa pressão atua quando é lançada sobre profissionais que precisam, além de tudo, dar conta do racismo e de outras “fobias” que ainda movem nossa sociedade? Falamos a partir do Brasil, mas a questão poderia ser colocada para outros territórios latino-americanos e para as próprias diferenças regionais que existem no nosso país. Afinal, como territórios historicamente desiguais e violentos são particularmente afetados por essas lógicas neoliberais, agravadas pelo racismo e pelo patriarcado? E como isso tem afetado as possibilidades de crítica e reformulação sociais a partir do ensino e da pesquisa?

Todas essas questões nos levam ao terceiro ponto aqui trabalhado, o da formação crítica. Tê-la como elemento inegociável do processo educacional é uma luta que deve ser compartilhada pela sociedade, particularmente por professores/as, estudantes e suas comunidades. Uma percepção crítica que deve começar pelas próprias realidades cotidianas em que esses/as sujeitos/as estão inseridos/as e que vise antes de tudo à inconformidade, ao questionamento, à transformação, à capacidade de prospectar futuros outros compartilhados e não apenas a uma adequação às demandas laborais do mercado ou às rotinas avaliativas institucionais; é uma dinâmica primeira para qualquer tipo de mudança social em direção à igualdade e ao bem viver.

Dessa forma, estamos convictas de que o direito a uma formação crítica e uma educação engajada e transformadora não pode ser perdido ou ofuscado para que consigamos atingir indicadores positivos - muitas vezes distantes e alheios às realidades comunitárias -, as demandas por respeito, dignidade e inclusão, e as urgências de nosso tempo. Ou seja, o conhecimento colocado a serviço das transformações da vida concreta que possibilite outras leituras de mundo, como foi defendido por Paulo Freire, não pode ser secundarizado ou esquecido na vida de professores/as e estudantes, mas deve ser recuperado, endossado, fortalecido e atualizado, de acordo com os múltiplos desafios que vivemos no tempo presente. Recuperar essas perspectivas sobre educação, nos direciona a leituras problematizadoras a respeito do ensino e da pesquisa, permitindo uma reestruturação



das relações entre trabalho, saúde e experiência social crítica, que estamos compreendendo aqui como esferas indissociáveis.

Como nos ensinou bell hooks (2013), os sentidos da educação e a arte de ensinar são, antes de tudo, uma “revolução de valores” (2013, p. 37) e uma necessidade de se transformar a própria vida, para além dos discursos. A educação não está fora do aqui e do entre nós, ela não é sobre coisas externas a nós, sobre promessas de conquistas para o amanhã, para um futuro distante e em nível individual; ela é a matéria-prima, a linguagem e a ferramenta que conecta os desejos de melhorar nossas relações e vidas desde o agora. Não queremos dizer com isso que não devemos pensar sobre o futuro, mas, sim, que ele precisa se conectar e começar com o agora, num entendimento bastante diferente daqueles que apregoam o sacrifício do presente em prol de um futuro longínquo. O futuro, portanto, é uma prática do hoje. Atenta às demandas dos seus alunos/as e do seu público leitor, bell hooks defende que precisamos de um “conhecimento significativo” (2013, p. 33), ou seja, de um conhecimento que signifique, que faça sentido, e estabeleça conexões com nossas realidades.

Isso nos faz pensar em um conhecimento capaz de buscar soluções para demandas de professores/as e estudantes inseridas/os em realidades contingentes; pessoas atravessadas por desafios e potencialidades concretas. São essas relações que produzem sentidos de trabalho, saúde holística e também visões críticas sobre as nossas vidas. Sem isso, não é possível ter educação para a liberdade. Nesse sentido, ao discorrer sobre sua própria experiência como estudante e professora, hooks defende a importância do “entusiasmo” (2013, p. 17) como um sentimento significativo na construção de uma pedagogia crítica.

A reflexão crítica sobre minha experiência como aluna em salas de aula tediosas me habilitou a imaginar não somente que a sala de aula poderia ser empolgante, mas também que esse entusiasmo poderia coexistir com uma atividade intelectual e/ou acadêmica séria, e até promovê-la (2013, p. 17).

Ao debater sobre uma pedagogia engajada, compartilhava ainda: “Aprendi que, longe de ser auto atualizada, a universidade era vista como um porto seguro para



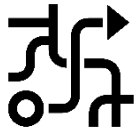
peessoas competentes em matéria de conhecimento livresco, mas inaptas para a interação social” (2013, p. 28). Entusiasmo, atividade intelectual séria e interação social são palavras-chave para o que deve ser nossa rotina nas instituições de ensino e pesquisa. Influenciada pela pedagogia freireana, bell hooks traz reflexões indispensáveis para repensarmos o ensinar e o pesquisar.

Podemos, a partir da autora, entender essas práticas como fundamentais para o fortalecimento das relações entre as pessoas, com base no reconhecimento e no interesse mútuo, permitindo a produção de diagnósticos sobre problemas compartilhados, assim como ações engajadas e a elaboração de soluções para demandas levantadas por essa comunidade, ou seja, a produção de sentido. Uma relação ensino/pesquisa próxima, afetuosa, “autoatualizada”, que se importa com os problemas transversais vividos por estudantes e professores/as é o que mais nos distancia de uma dinâmica tecnicista, indiferente, adoecedora, que nos desconecta, como docentes, do sentido de ensinar e, como estudantes, de percebermos a importância indispensável da educação. A pedagogia engajada de hooks encoraja e dá vigor às comunidades escolares e universitárias, e é esse processo um dos maiores potenciais para o enfrentamento aos diversos tipos de opressão e às estruturas educacionais que têm capturado a educação para os interesses neoliberais.

É partindo desses desafios que nos propomos a refletir sobre os cruzamentos entre ensino, pesquisa histórica e crítica feminista. Não nos referimos aqui apenas à pesquisa e ao ensino dessa ciência em particular, e tampouco somente às ações realizadas por feministas atuantes no movimento, mas às ferramentas e aos raciocínios proporcionados pela crítica histórica e pela crítica feminista como componentes indispensáveis de uma postura atuante na transformação do mundo.

EPISTEMOLOGIAS E EXPERIÊNCIAS OUTRAS: ENSINO E PESQUISA HISTÓRICA FEMINISTAS

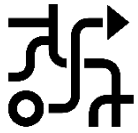
Há um inegável e conhecido avanço dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos no último meio século em diversas partes do mundo, com destaque para o Brasil. Temos componentes curriculares, linhas de pesquisa, revistas especializadas, eventos acadêmicos, financiamentos específicos, debates políticos



que ganharam espaço nos veículos de massa etc., além de grupos de estudos consolidados. No entanto, por diferentes motivos, o estabelecimento de uma memória coletiva feminista e de um reconhecimento público a respeito das contribuições desse movimento ainda está muito distante da realidade brasileira. Precisamente por isso, é muito fácil a falsificação de narrativas sobre a história dos feminismos por parte de seus antagonistas - sobretudo o conservadorismo e o antifeminismo, tão em moda no contexto atual.

Quando nos referimos à memória, estamos nos referindo também, e principalmente, a uma memória das relações e das práticas feministas, e não apenas a conhecimentos objetivos e datáveis sobre as histórias de mulheres e dos movimentos feministas. Ou seja, sobre como as críticas e práticas feministas têm alterado as relações sociais. Sabemos que o feminismo, quando ainda pensado no singular, foi um movimento que ganhou visibilidade ao longo da história pelas ações levadas adiante por mulheres brancas e de camada média, a princípio oriundas do Norte global, com destaque para a Europa central e os Estados Unidos. Assim como podemos pensar as “ondas” feministas como uma simplificação dessa história, que por muito tempo predominou no campo acadêmico e continua em vigência, centrando as mobilizações das mulheres no âmbito eurocêntrico, entendemos como necessário levantar uma reflexão a partir das margens, sobre como as mulheres negras, e outras consideradas não brancas, foram sendo borradas em suas ações e manifestações. Por outro lado, uma historiografia feminista dos afetos e das sensibilidades, como posicionamento político, começa a se consolidar, agregando esses debates, trazendo à tona histórias que por ora carecem de conhecimento e aprofundamento.

A reparação desse desnível histórico começa a ser feita pelas próprias mulheres negras e por outras autoidentificadas como “não brancas” que passaram a se apropriar do espaço acadêmico, não apenas em território estadunidense (considerando-se a influência de Ângela Davis, Patricia Hill Collins e a já mencionada bell hooks), mas também no Brasil, com destaque para as historiadoras Lélia Gonzalez (também antropóloga e filósofa) e Beatriz Nascimento, que desde o final dos anos 1970 já colocavam questões envolvendo raça, classe e sexualidade. Nascimento, inclusive, produzindo importantes questionamentos sobre a escrita da



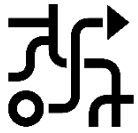
história brasileira, entendida por ela como um fazer intelectual majoritariamente branco, que respondia apenas às suas próprias demandas e, portanto, não enfrentando detidamente o debate racial na compreensão da história do país (NASCIMENTO, 2021).

De toda maneira, foi preciso esperar por um fluxo maior de entrada de pessoas negras nas universidades - no Brasil por meio de cotas raciais para estudantes negros/as - para que essas intelectuais fossem retomadas com mais força a partir da década de 2010, para começarem a ser lidas e reivindicadas nas bibliografias dos planos de ensino, que, ainda muito timidamente, esboçam uma resposta a essas demandas. Nilma Lino Gomes (2017) incluiria essa mobilização por reconhecimento nas ações do que chamou de “movimento negro educador”, aqui vinculado especificamente ao feminismo negro, com a tarefa de abrir espaços, ensinar a sociedade e fazer a história. É essa modalidade, entre os feminismos diversos, que vai desafiar as linhas centrais epistêmicas e subjetivas dentro das universidades³.

Neste ponto, escolhemos trazer como apoio para essa discussão as reflexões e experiências de pesquisa e ensino vivenciadas em contextos diferentes e por profissionais que partem de lugares e vivências distintas, mas que igualmente foram interpeladas por um contexto recente de práticas e críticas feministas que alteraram os debates epistemológicos, metodológicos e políticos de escolas e universidades. Essas experiências foram selecionadas considerando nossos espaços de atuação como professoras e pesquisadoras, e também, a partir de diálogos construídos através do projeto *Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)*, que tem explorado vivências feministas, contrastes e confluências entre mulheres desta região. Para este texto, traremos o caso chileno, que recentemente viveu uma sublevação feminista na educação, e que ajuda a pensar como alguns desses debates estão para além da realidade brasileira.

A primeira experiência que gostaríamos de trazer foi desenvolvida por Janaina Guimarães da Fonseca e Silva, uma mulher negra, que se considera de camada

³ Veiga (2022) desenvolve essa ideia com as noções de “linhas de confronto teórico” e “linhas de confronto subjetivo” com a entrada de pessoas negras nas universidades, com destaque para as mulheres.

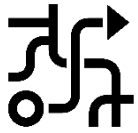


média, portanto privilegiada, e é professora livre-docente do curso de Licenciatura em História no campus Mata Norte da Universidade de Pernambuco (UPE). O foco do trabalho desenvolvido pela pesquisadora foi justamente escutar as mulheres negras professoras daquela instituição, ou que foram formadas dentro dela e hoje atuam em ambiente escolar, sobre as dificuldades encontradas em suas vivências com relação à hierarquia racial e ao preconceito no ambiente de trabalho; saber o quanto desenvolveram uma percepção sobre isso e se levavam a temática para a sala de aula. Janaina informa que optou pela pesquisa devido ao fato de ela mesma ser uma dessas professoras, com toda uma trajetória marcada pelo preconceito racial. Diante da observação e da vivência cotidiana do racismo institucional (ALMEIDA, 2019; KILOMBA, 2019), a pesquisa se tornou necessária.

Entre os dezoito municípios abarcados pelo campus, Janaina conseguiu entrevistar professoras/es provenientes de dez deles. Seu intuito era entender como a própria universidade está formando essas mulheres, alguns poucos homens e pessoas não-binárias que compuseram seu grupo pesquisado, além disso, procurou saber se as questões de raça e gênero estão sendo discutidas adequadamente em sala de aula, justamente para que o racismo e o machismo não se reproduzam.

Das pessoas entrevistadas, todas relataram casos de racismo ocorridos desde a infância, incluindo o racismo religioso, que afetou algumas delas, inicialmente no ambiente escolar e, mais tarde, no acadêmico. Depois de formadas e contratadas como professoras, passaram a acompanhar e algumas vezes acolher casos de racismo também contra as alunas. Ou seja, o problema as afeta desde que eram alunas até o presente, quando se encontram na profissão docente. Dessa maneira, a questão racial se torna um marcador importante para se pensar a existência dessas mulheres, mas também o ambiente escolar, sendo que a maioria das mulheres em sala de aula na Mata Norte pernambucana é negra, de acordo com a pesquisadora.

Se trazemos como exemplo para esta discussão a pesquisa de Janaina Guimarães, é para reforçar o argumento de que as pressões e opressões sofridas por mulheres negras saltam aos olhos no cenário inicial deste texto, quando afirmamos que, desde os últimos anos (podemos falar em mais de uma década), o individualismo e a competitividade vêm dando o tom das relações profissionais escolares e



acadêmicas, e que esses fatores são determinantes para o bem estar e a saúde mental e física das pessoas envolvidas - aqui priorizando o campo da história e a perspectiva feminista.

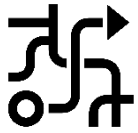
Entender os espaços escolar e acadêmico como um dos lugares onde as relações de afeto, empatia e interesse podem ser construídas, ensinadas e pesquisadas é um caminho fundamental para que sejam alteradas as lógicas opressoras e hegemônicas que temos ressaltado até aqui. Destacar a atuação, para além do apagamento, de professoras e da própria intelectualidade negra (VEIGA; SILVA, 2022) é uma tarefa que envolve, por vezes, resistência e militância política acadêmica.

Partindo das escolhas epistemológicas operadas por Janaina, podemos refletir que a interseccionalidade é um conceito que ajuda a pensar o entrecruzamento dessas opressões (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2018) e como elas são determinantes nas vidas das pessoas não brancas, agudizando a existência das mulheres negras. Essas reflexões trouxeram complexidade às relações entre os feminismos e o campo da História, já que se tornaram incontornáveis e passaram a provocar a própria historicidade da historiografia feminista na atualidade⁴.

Aproveitando um pouco mais dos argumentos de Janaina, destacamos esta passagem de suas reflexões sobre a mencionada pesquisa:

A questão racial é hierarquizante, sim. Sofremos preconceito no sentido de nos colocarem em lugares de pessoas menos inteligentes, menos potentes, menos capazes em nossas diversas carreiras, e na carreira docente também. Então nosso respeito em sala de aula é diferente, a forma como nós somos vistas e colocadas por alunos e alunas é diferente. Muitas professoras narram sobre isso, uma especificamente narra casos de assédio, que ela diz que não ocorreria se fosse com outra professora branca. Isso ocorre também no fato da ascensão na carreira docente, que se torna mais difícil em relação às mulheres brancas, em função do racismo. (SILVA, 2024)

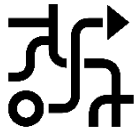
⁴ Crescêncio e Ferreira (2021) refletem sobre as limitações e as potencialidades da historiografia do gênero no Brasil nas últimas duas décadas, tomando como referência a emergência dos debates contra coloniais.



Janaina destaca ainda que, além de pretas, essas professoras são, em sua maioria, mulheres de origem pobre, que demoram mais a fazer suas carreiras e a conseguir ascender economicamente, muitas vezes tendo que manter outros trabalhos paralelos à docência. No cotidiano escolar, isso é observado no tratamento e na falta de respeito por parte dos e das estudantes, também de pais e mães. A pesquisadora se refere a um relato que a mãe de uma aluna dizia que a professora trazia “macumba” para a sala de aula - o que não aconteceria no caso de uma professora branca.

Como pesquisadora, Janaina Guimarães da Fonseca e Silva entende que a colonialidade nos forja por meio do elemento racial, que faz com que as mulheres negras sejam consideradas menores. Dentro da academia, são consideradas incapazes de produzir conhecimento qualificado e saberes docentes. Nos ambientes escolares, essa realidade também é vivenciada, sendo que, na sua percepção com base na pesquisa, as professoras negras são menos respeitadas do que professoras e professores brancos, inclusive do que os professores negros, o que evidencia a questão de gênero interseccionada à questão racial. Ou seja, existe um desrespeito às mulheres negras, mesmo quando são professoras. As consequências desse racismo são nefastas, nas palavras de Janaína, dentro dos ambientes escolares e acadêmicos. O fato de apenas 3% dos membros das pós-graduações no Brasil serem mulheres negras (SILVA, 2023) demonstra a dificuldade de ascensão na carreira do magistério superior. Mesmo na educação básica, poucas aparecem como referência. Janaina lança a pergunta: onde estão as mulheres negras nos ambientes acadêmicos e escolares? Ou nos livros didáticos? Em termos de representatividade, o caminho ainda parece ser bastante longo, assim como é o da luta antirracista, antissexista e anticlassista.

Assim, quando falamos em feminismos e história, não é possível vislumbrar apenas os traçados das linhas centrais da historiografia feminista, mas avaliar que desafios vão sendo colocados ao longo do tempo, que fogem à lógica das referências hegemônicas e da dominação dentro do próprio campo, até recentemente dominado por mulheres brancas e temáticas não tão complexas quanto as colocadas pelos estudos que envolvem interseccionalidades e a entrada das mulheres negras nas



universidades, ocasionando uma “virada epistêmica”⁵, mas também subjetiva e metodológica. Considerando que o epistemicídio também é uma forma de adoecimento, pelo não reconhecimento e pelo apagamento de histórias periféricas.

Dessa forma, a experiência de pesquisa de Janaína nos revela as desigualdades vivenciadas pelas professoras que constituem seu grupo de investigação, mas, principalmente, nos mostra que sua escolha acadêmica como professora-pesquisadora sinaliza uma motivação para identificar e contribuir para a superação dessas desigualdades. Trata-se de uma pesquisa implicada, engajada e atenta às demandas de uma comunidade cujo próprio processo de realização é elemento de ruptura dessas amarras.

Se ampliarmos nosso interesse para o âmbito latino-americano, perceberemos que os problemas podem não ser exatamente os mesmos, mas compartilham desafios similares, com ambientes escolares e acadêmicos marcados pela colonialidade que renova e atualiza um passado colonial comum, e pela política e a lógica neoliberais que têm vigorado nas últimas décadas em toda a região.

No entanto, a politização das relações entre ensino e pesquisa histórica, assim como dos próprios espaços escolares e universitários é também perceptível em alguns contextos latinoamericanos da história recente. Tomaremos como exemplo o contexto chileno, dialogando com a experiência de Maria Antonieta Mendizábal⁶, professora e pesquisadora do curso de História da Universidade do Chile, em Santiago. Em entrevista concedida em 2022 para o projeto *MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)*, a professora comenta sobre a efervescência recente do movimento feminista no país e seus impactos na universidade.

Antonietta destaca que essas mobilizações alteraram determinadamente as relações tanto dentro das universidades, quanto na sociedade chilena como um todo. Afirmo que houve uma grande mudança do Chile dos anos 1990, em que o machismo

⁵ Ver Veiga, 2020.

⁶ A historiadora tem desenvolvido pesquisas sobre o trabalho das Comissões da Verdade no Brasil, no Chile e na Argentina. Entre os assuntos que atravessam seus estudos está a participação das mulheres na luta por memória na história recente desses países.



era bastante estabelecido e naturalizado, para o país dos últimos anos, que vivencia uma alteração rápida e firme de relações e naturalizações de cunho patriarcal que foram implacavelmente questionadas. A pesquisadora teve uma trajetória de vida bastante singular, pois se vê como parte de uma geração de pessoas marcadas pela ditadura chilena, portanto, com famílias tocadas pelas dores das perdas, perseguições e migrações. Nos conta que sua família viveu as tensões do Chile daqueles anos, tendo migrado posteriormente para o Brasil e para a Bolívia. Ao retornar recentemente ao Chile, motivada pelo pós-doutorado e para trabalhar como professora, percebe de forma impactante as mudanças temporais vividas no país no que se refere aos temas de gênero (MENDIZÁBAL, 2022).

É importante situar que o país, desde 2017, passou por um levante feminista, particularmente construído pelo movimento estudantil, com destaque para as meninas e mulheres que lideraram com grande força as manifestações que denunciavam as muitas violências sofridas por elas em ambientes escolares e universitários.

Como escreveu Dora Barrancos (2022, p. 235-236),

Alunas de várias instituições de ensino superior relataram que era comum alguns professores assediarem estudantes sexualmente, e até atos mais graves, porém, na maioria dos casos, a eficácia das denúncias era limitada. Uma sólida malha defensiva costumava proteger esses homens, e não poucos gozavam de determinado prestígio acadêmico, o que tornava mais difícil obter uma sanção para os perpetradores. Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Chile - sede de um dos segmentos do mestrado em Gênero, já que o outro é oferecido na Faculdade de Ciências Sociais -, foram registradas várias manifestações de desconforto e queixas relacionadas com o comportamento agressivo de alguns professores, com sanção expressa num dos casos. Mas não se tratava apenas de professores, também foram muitas as circunstâncias em que vários alunos exerceram violência contra suas companheiras, tentativas de abusos, quando não condutas ainda mais graves. A gota d'água foi em abril de 2018, quando as estudantes de Antropologia da Universidade Austral do Chile, localizada em Valdivia, iniciaram uma ação decisiva ao acusar vários colegas de práticas de assédio e, diante da impunidade prevalecente, tomaram o prédio da Faculdade de Filosofia e Humanidades e posteriormente ocuparam outros setores, estendendo a tomada da sede da cidade de Osorno. Pouco depois, a ação se repetiu, dessa vez na Universidade do Chile, em cuja Faculdade de Direito um professor que também ocupava posição de destaque no sistema de justiça - nada menos que presidente do Tribunal Constitucional - havia tentado estuprar uma de suas discípulas e assistente um ano antes, em agosto de 2017. A jovem

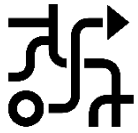


narrou as circunstâncias que a obrigaram a sair às pressas da sala onde trabalhava com o professor e se trancar no banheiro mais próximo, onde começou a vomitar de tanto que se sentia abalada. Sua denúncia foi de enorme valentia e encorajou outras companheiras a contar sobre as circunstâncias de assédio que haviam sofrido, e não apenas por conta daquele destacado acadêmico.

Esse processo singular de denúncias ambientou diversas manifestações que se articularam a um conjunto de insatisfações populares que têm marcado a sociedade chilena contemporânea. Os protestos, advindos principalmente dos ambientes educacionais e em perspectiva feminista, potencializaram as reivindicações etnicorraciais e de classe do país. Como aponta Barrancos (2022, p. 237-238), a indignação contra as estruturas patriarcais foi combinada com uma aguerrida retórica anti-neoliberal.

Antonieta Mendizábal afirma que esse processo gerou um conjunto de “reações duras e firmes” e “protocolos muito rígidos” em relação ao cotidiano das relações na universidade, particularmente entre professores e estudantes. Essas mudanças nem sempre agradaram e, segundo ela, não é incomum que professores homens tratem como exagero ou com insatisfação essas mudanças, mesmo sem dizerem isso explicitamente. De acordo com sua leitura, a reação dura de meninas e mulheres que demandaram tais protocolos pode ser entendida como proporcional ao grau de indignação e de naturalização que essas questões pareciam estar nas instituições educacionais e, a rigor, também em todo o país (MENDIZÁBAL, 2022).

Desse modo, as relações que promovem as dinâmicas acadêmicas, entre elas o ensino e a pesquisa, foram intensamente afetadas por esse debate de gênero, que também impactou a política do país, sendo elemento fundamental das discussões sobre a nova Constituição e do último processo eleitoral que elegeu o atual presidente, Gabriel Boric. Além disso, a entrevista com a professora Antonieta nos ajuda a refletir sobre os muitos impactos do patriarcado, do racismo e das relações de classe na vida acadêmica. A historiadora destaca como a maternidade, por exemplo, continua sendo uma experiência marcadora de desigualdade na academia, questão que identifica na sua própria trajetória, como mãe de dois filhos.



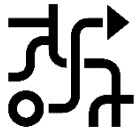
Voltando à realidade brasileira, como último exemplo, ouvimos professores/as de História do ensino básico, que são também pesquisadores/as vinculados ao Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e que atuam profissionalmente no Norte e Noroeste do estado do Ceará, incluindo a cidade de Sobral, que é uma referência no ensino básico do país⁷. Por meio de um pequeno formulário⁸ com perguntas sobre como percebem suas realidades escolares, no que se refere às condições socioeconômicas de estudantes e educadores/as, sua saúde física e mental, além das possibilidades de realização de um ensino de História crítico e atento às intersecções de raça, classe, gênero e sexualidade, pudemos observar experiências complexas na articulação dos elementos propostos.

Segundo as respostas obtidas, como já era esperado, as condições de vida de professores/as e estudantes estão marcadas por diferentes precariedades materiais e estruturais. Das quatro pessoas que responderam ao questionário, todas endossaram questões nesse sentido: desinteresse estudantil, dificuldades estruturais, educação voltada para avaliações externas, ausência de formação de professores/as em alguns temas, sobrecarga de trabalho e baixos salários. Além desses pontos, observamos também menções às complexidades das relações interpessoais e cotidianas no ambiente escolar, em alguns casos podendo melhorar, aliviar os diversos problemas, em outros, piorar ou impedir possibilidades de resistência a essas realidades, principalmente quando consideramos o contexto brasileiro atual. Um dos respondentes, que preferiu não ser identificado, ao narrar sua experiência de jovem professor, refletiu sobre algumas dessas questões.

Percebo que temos muitos desafios, do ponto de vista material e com relação à nossa própria classe docente. Minha experiência enquanto

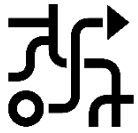
⁷ Sobre a particularidade de Sobral ver Andrade, 2024.

⁸ O formulário disponibilizou cinco perguntas principais, são elas: 1) Como você percebe as suas condições de trabalho docente hoje? Quais as principais potencialidades e quais os principais desafios que você enfrenta?; 2) Como você percebe as condições materiais e de subsistência de estudantes e professores/as no seu contexto de atuação?; 3) Como você percebe as condições de saúde, física e mental, de estudantes e professores/as na realidade em que você atua?; 4) No seu contexto de atuação, você acha que o ensino de História está voltado para o desenvolvimento de criticidade? Se sim, como isso tem acontecido? Se não, o que tem dificultado esse processo?; 5) Você acha que os debates sobre gênero, feminismo, relações etnicorraciais e sexualidade têm alterado as relações de ensino-aprendizagem na escola que você atua?



docente do ensino básico está marcada por muitos desafios. Primeiro, a região norte do Estado do Ceará possui uma grande quantidade de professores de História, fazendo com que seja difícil encontrar um emprego. Por exemplo, apenas no ano de 2024, tive de trabalhar em três escolas diferentes pra ter o mínimo de renda; pra depois então encontrar um emprego de 40 horas numa única escola, sendo que foi um caso à parte; a maioria dos meus colegas no início de carreira estão desempregados. Segundo, o plano de carreira do ensino básico (principalmente para docentes temporários) é extremamente exaustivo, com 40 horas, temos de ministrar 30 aulas, tendo apenas 10 horas de planejamento, fazendo com que seja uma tarefa quase impossível conciliar uma carreira de pesquisa do ponto de vista formal (ingressar na pós graduação, manter um certo nível de produção acadêmica com publicação de trabalhos e participação de eventos); isso foi o que mais me deixou agoniado no meu primeiro ano como docente. Hoje, no segundo ano profissional, encontrei um plano de trabalho onde ministro apenas 15 aulas, e nas demais horas das 40, fico à disposição da escola; isso me permite retomar meus planos de estudos e pesquisa; mas é um caso à parte, e sei que no ensino básico isso não é uma regra. Diante desta carga de aulas, com pouco tempo para a pesquisa, *fico descontente com [a] situação de consciência política de meus colegas no geral. Temos uma grande dificuldade de nos mobilizarmos diante de tais problemas, nos vemos mais como inimigos, com rixas individuais, que como integrantes de um coletivo com interesses em comum. Sem falar que os corpos docentes que tive experiência de trabalhar são, no geral, extremamente conservadores* (RESPONDENTE 1, 2024, grifos nossos).

Essa realidade narrada aponta para a necessidade de imaginarmos outras relações para além das salas de aula, dos conteúdos e das didáticas utilizadas nas aulas de História, que incluem exercícios políticos que, embasados no raciocínio histórico e nos princípios feministas, sejam capazes de propor, construir e estabelecer novas relações entre as/ os sujeitos que participam de uma comunidade educativa. Como apontado na citação anterior, precisamos ter visões críticas a respeito das condições de trabalho às quais estamos submetidos/as, mas também produzir relações que permitam uma solidariedade mútua, que desestimulem as “rixas individuais” e permitam a imaginação de interesses comuns e coletivos, além de fomentar aberturas a ideias progressistas. Fortalecer a “consciência política”, como demandado por nosso colega, é fortalecer as ações sindicais, as políticas de combate às violências nas escolas, é apostar na formação mútua e colaborativa entre professores/as e recuperar a história dessa comunidade, com fins de atuação social



concreta. Como aponta um dos respondentes, por exemplo, sobre os impactos dos debates de gênero, feminismo, relações etnicorraciais e sexualidade na escola:

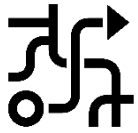
[...] ainda são debates escassos, então alteram, sim, sem dúvida, mas ainda muito pouco, principalmente frente aos problemas que o ambiente escolar tem, como assédio, importunação, objetificação dos corpos femininos, a caricaturização das sexualidades, o racismo recreativo e as diferentes violências. Muito ainda precisa ser feito, e não só com os(as) alunos(as), mas, e principalmente, com os(as) professores(as). Um processo de letramento mesmo, *que nos convide a todos(as) a se perceberem enquanto sujeitos atravessados por todas essas questões, e mais, como importantes para os processos de construção intersubjetiva dos(as) discentes* (RESPONDENTE 2, 2024, grifos nossos).

A partir dessas questões, podemos imaginar o labor da pesquisa e do ensino de História como uma metodologia de observação, interpelação e transformação do cotidiano da escola e das universidades como um todo, e não apenas em aulas de História vividas de forma restrita e dentro de uma sala fechada. A sensibilidade a essas potencialidades pode ser um dos caminhos mais fecundos para se pensar epistemologias e práticas outras. É mover o conhecimento e o processo de ensino e aprendizagem como um arcabouço implicado e aplicável, como uma estratégia essencial da produção de um “conhecimento significativo” (HOOKS, 2013) em uma realidade complexa e abrangente.

Dessa forma, não finalizamos aqui com um conjunto de esquemas replicáveis sobre epistemologias e práticas outras, mas trazendo um conjunto de observações críticas e exemplos na chave da sensibilização, a partir da qual podemos repensar nossas práticas como professoras/es e pesquisadoras/es de História.

ÚLTIMAS REFLEXÕES

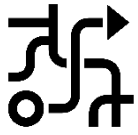
Os exemplos de experiências escolares e universitárias trazidos dialogam entre si, embora tragam especificidades, seja entre as realidades acadêmicas brasileira e chilena, as próprias diferenças entre ensino de História em escolas e em universidades, chegando a uma complexidade maior, que se refere à consideração ou não das questões raciais, de sexualidade e localização, quando tratamos das relações de gênero nesses espaços institucionais.



Em vista do que foi exposto, temos nos perguntado como o feminismo e a História podem se aliar para alterar os desafios aqui discutidos, e como devem contribuir para que se entenda e transforme a denominada “sociedade do cansaço” (HAN, 2015); acrescentamos: e do adoecimento generalizado. Como podem, conjuntamente, atuar para oferecer expectativas e imaginação de futuros a partir de perspectivas não individualistas e capazes de compreender as urgências em relação à nossa sobrevivência como planeta? Como podem ser uma base para que nos reconheçamos como sujeitos históricos atravessados por relações de poder fincadas em hierarquias de raça, classe, gênero, sexualidade e localização, por exemplo, mas também de resistências a essas relações? Ou seja, como o ensinar e o pesquisar História podem ser feitos a partir de uma ética feminista, tendo como meta produzir epistemologias e práticas outras?

Argumentamos que, tanto as críticas feministas como o raciocínio histórico são alicerces imprescindíveis na desnaturalização de estruturas, discursos e práticas de poder que se pretendem inquestionáveis, dadas, transparentes, porque estão profundamente infiltradas nas mais diversas dinâmicas cotidianas. A reflexão histórica, aliada aos princípios feministas que refletem crítica e permanentemente sobre o cotidiano e a infiltração das relações de poder nessa esfera são arcabouços fundamentais na capacidade de produzir o que hooks chamou de “conhecimento significativo” e com fins de “entusiasmo” (HOOKS, 2013). É tomando o cotidiano como elemento base da nossa prática de ensino e pesquisa, como *locus* de prática política de futuro, e como espaço para onde se voltam as finalidades do conhecimento, que a pesquisa e o ensino de História, informados pelas reflexões feministas, têm um potencial de mudar vidas, lógicas e, então, estruturas sociais.

Essas convicções nos impelem a disputar políticas escolares e acadêmicas com vieses feminista e em perspectiva histórica como estratégia para construir ambientes que favoreçam epistemologias e práticas sociais outras. Desse modo, questionar e criar alternativas ao produtivismo, defendendo uma “produção com sentido”, que vá para além das métricas acadêmicas e das avaliações escolares, é tarefa urgente daquelas/es profissionais da História que atuam na educação e na produção de ciência, especialmente em base feminista.



Ter em conta as condições de subsistência material e de trabalho, a saúde holística das pessoas envolvidas e a criticidade como substrato do processo de ensino e aprendizagem e de seus sentidos, oferece um repertório de temas, questões e relações que permite que professores/as, estudantes e comunidades escolares ou universitárias se percebam como sujeitos históricos e como frutos de seu tempo, um tempo em transformação. Portanto, trabalhar por um conhecimento histórico que dialogue, que intervenha, que se alimente e se aplique no cotidiano de pessoas e comunidades reais, sendo ferramenta de transformação e atuação social concreta, é construir uma política feminista para a ciência histórica.

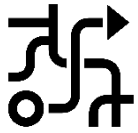
Finalmente, é possível dizer que a busca por epistemologias e práticas outras na ciência histórica, como um exercício de política feminista, não se limita a inserir os estudos de gênero, interseccionais e feministas enquanto temas ou como setores de estudos acadêmicos, mas faz reposicionar e reimaginar, a partir de uma ética feminista, os parâmetros de produção e os sentidos do conhecimento histórico. Assim, acreditamos que o ensino e a pesquisa histórica em base feminista podem contribuir para alterar essa dificuldade de imaginar futuros compartilhados, abrindo possibilidades de se compreender escolas e universidades como laboratórios de realidades outras, de desindividualização e de engajamento social, como produtoras de convívio interno e externo que têm como princípio a (re)organização e a desnaturalização de estruturas limitantes, viciadas e aprisionantes.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla dos Santos. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.

ALMEIDA, Sílvio L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, Maria Clara. Referência na educação básica, município do interior do Ceará projeta Ideb recorde para 2024. *Portal Terra*, 28 abr. 2024. Educar. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/educacao/referencia-na-educacao-basica-municipio-do-interior-do-ceara-projeta-ideb-recorde-para-2024,d1a39a3dbb5ae52e1da364fc4c9006dee2j4kabl.html?utm_source=clipboard
Acesso em: 10 set. 2024.



BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BRASIL, Agência. Dia dos professores: Saúde mental é o principal problema, aponta pesquisa. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 15 out. 2023. Notícias. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2023/10/15/saude-mental-principal-problema-para-os-professores-aponta-pesquisa.html> Acesso em: 21 mar. 2024.

CANZIAN, Fernando. Céticos com o futuro, 76% dos jovens dizem querer deixar o país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/ceticos-com-o-futuro-76-dos-jovens-dizem-querer-deixar-o-brasil.shtml> Acesso em: 9 de fev. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, [A1] Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774> Acesso em: 16 set. 2024.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Da história das mulheres às perspectivas contracoloniais? Reflexões sobre a historiografia do gênero no Brasil (2001-2019). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-19, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/37850/26734> Acesso em: 11 set. 2024.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*: educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MELLO, Zeldá; JESUS, Cleber, TV GLOBO, G1 - SP. 112 professores são afastados por dia em SP por problema de saúde mental; aumento de 15% em 2023. *G1 São Paulo*, São Paulo, 05 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/05/112-professores-sao-afastados-por-dia-em-sp-por-problemas-de-saude-mental-aumento-de-15percent-em-2023.ghtml> Acesso em: 21 mar. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*: Relações raciais, quilombos e movimentos. Organização: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. Gênero e raça em disputa: a escola e a exclusão de sujeitos. *Revista Caderno Espaço Feminino*, v.36, n.2, p.138-154,



Uberlândia, UFU, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/72231/37784> Acesso em: 16 set. 2024.

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. Lugones e o escurecer do ensino de história. *Estudos Feministas*, v.30, n.1, p.1-12, Florianópolis, UFSC, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/85047/48719> Acesso em: 16 set. 2024.

VEIGA, Ana Maria, Entre linhas de confronto teórico e linhas de confronto subjetivo: descolonizar a partir das sertanidades. In: VEIGA, Ana M.; VASCONCELOS, Vânia N.

P.; BANDEIRA, Andréa (orgs.). *Das margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos*. Salvador: EDUFBA, 2022, p. 99-116.

VEIGA, Ana Maria, Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.12, n.29, p.1-32, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101/11454> Acesso em: 16 set. 2024.

VEIGA, Ana Maria; SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. Intelectuais Negras no Ensino de História. In: SOUSA, Deusa Maria de; RIBEIRO, Joyce O. Seixas. *Mulheres, Gênero e Raça: interseccionalidades*. Porto Alegre: Fi Editora, 2022, p. 200-221.

ENTREVISTAS

LIMA, Antonia Dnara da Costa Nascimento. Professora no município de Sucesso - Tamboril/CE respondente do questionário elaborado por Gleidiane de Sousa Ferreira, em março de 2024. Veículo: Formulário Google.

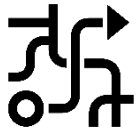
MENDIZÁBAL, Maria Antonieta. Entrevista realizada por Gleidiane de Sousa Ferreira, em novembro de 2022. Santiago, Chile. [Entrevista vinculada ao trabalho de pesquisa para o Projeto *MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)* e financiado pelo CNPq, Processo nº Processo: 404662/2021-8].

PEREIRA, Francisco Matheus Daniel. Professor no município de Santa Quitéria/CE respondente do questionário elaborado por Gleidiane de Sousa Ferreira, em março de 2024. Veículo: Formulário Google.

RESPONDENTE 1. Professor na cidade de Sobral/CE respondente anônimo ao questionário elaborado por Gleidiane de Sousa Ferreira, em março de 2024. Veículo: Formulário Google.

RESPONDENTE 2. Professor na cidade de Sobral/CE respondente anônimo ao questionário elaborado por Gleidiane de Sousa Ferreira, em março de 2024. Veículo: Formulário Google.

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. Realizada por Ana Maria Veiga em 22 de fevereiro de 2024. Veículo: Whatsapp.



Recebido em: 09/05/2024

Aprovado em: 28/10/2024

**SEÇÃO ARTIGOS,
ENSAIO DE
GRADUAÇÃO,
RESENHA E FONTE**



DE OLIVEIRA SOARES REAL, Eduardo*
<https://orcid.org/0009-0007-3719-0767>

RIBEIRO NOGUEIRA, Vera Maria*
<https://orcid.org/0009-0007-3719-0767>

RESUMO: Este artigo aborda a migração internacional no Brasil durante a Ditadura Militar. Esse período foi significativo para as migrações internacionais, com a promulgação de duas leis migratórias. O objetivo é relacionar a construção desses dois instrumentos legais com o contexto social e econômico da época. Os dados foram coletados via consulta a acervos bibliográficos além da análise documental da legislação sobre migração internacional. A primeira parte aborda a legislação do período entre o Golpe Militar de 1964 e a promulgação do Estatuto do Estrangeiro. A segunda parte analisou a promulgação do Estatuto do Estrangeiro e suas alterações em aspectos políticos e econômicos da época. Por fim, entendeu-se que as legislações migratórias da Ditadura Militar foram autoritárias e sinalizam efetivamente para reduzir e evitar a vinda de migrantes internacionais para o Brasil.

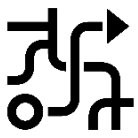
PALAVRAS-CHAVE: Migrações internacionais; Ditadura Militar; Legislação migratória.

ABSTRACT: This article addresses international migration in Brazil during the Military Dictatorship. It was a significant period for international migration, with the promulgation of two migration laws. The objective is to relate the construction of these two legal instruments with the social and economic context of the time. Data were collected through consultation of bibliographic collections in addition to documentary analysis of legislation on international migration. The first part addresses the legislation of the period between the Military Coup of 1964 and the promulgation of the Foreigner Statute. The second part analyzed the promulgation of the Foreigner Statute and its changes, political and economic aspects of the time. Finally, it was understood that the migration laws of the Military Dictatorship were authoritarian and effectively signaled to reduce and prevent the arrival of international migrants to Brazil.

KEYWORDS: International migrations; Military Dictatorship; Migratory legislation.

* Doutor em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas. Mestre em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas.

** Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



1. INTRODUÇÃO

Desde 1980 até o ano de 2017 vigorou no Brasil o Estatuto do Estrangeiro, que tratava da condição jurídica do migrante internacional, construída na Ditadura Militar (1964-1985) com um perfil autoritário. O objetivo deste trabalho é estudar as legislações migratórias elaboradas na Ditadura Militar e sua relação com o contexto político e econômico dessa época.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos e livros, utilizando-se referências que abordam o contexto histórico da Ditadura desde o Golpe Militar de 1964, as reações autoritárias ao regime ditatorial, a influência da situação econômica no processo de redemocratização. Também foi realizada uma análise documental das legislações migratórias, tanto internas como internacionais com ênfase no Estatuto do Estrangeiro.

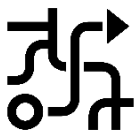
Para atingir os objetivos do presente trabalho, selecionou-se as seguintes categorias analíticas sob a perspectiva crítica-dialética: migrações internacionais; contexto político e econômico da Ditadura Militar Brasileira; legislação migratória.

Procurou-se articular o contexto político e econômico da Ditadura Militar, abordando as circunstâncias que levaram ao Golpe Civil-Militar que introduziu a Ditadura Militar no Brasil. Além disso, discute as reações ao autoritarismo do regime, e a influência da situação econômica no processo de redemocratização. Aponta as limitações do capitalismo nos países periféricos e a competição desigual no mercado internacional com os países desenvolvidos, deteriorando as condições econômicas e sociais do país e levando a uma crise política favorável a intervenção militar.

Também foi realizada uma análise documental sobre as legislações migratórias entre 1964-1985 tanto internas como internacionais. A primeira parte do trabalho envolve a legislação migratória entre 1964 e 1980, ou seja, antes do Estatuto do Estrangeiro. Enquanto a segunda parte discute o Estatuto do Estrangeiro.

2. A DITADURA MILITAR E A LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA ANTES DO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO

A Ditadura Militar chega ao poder durante uma crise política tumultuosa no governo do ex-presidente João Goulart. Os setores mais conservadores já haviam tentado impedir sua posse, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de



agosto de 1961. Goulart já havia sido nomeado Ministro do Trabalho por Getúlio Vargas, durante o seu segundo governo, e havia apresentado, como ministro, um reajuste de 100% do salário-mínimo, o que revoltou a elite brasileira, que passou a taxá-lo de comunista (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Devido a uma campanha liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, Goulart consegue assumir a Presidência, mas sob o sistema parlamentarista, que vigorou até 1963, quando o país, por meio de um referendo, decidiu pelo retorno do presidencialismo (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

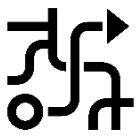
Já eram frequentes os ataques a João Goulart, tanto pela direita como pela esquerda, na época em que ele não era ainda chefe de governo. A primeira já não desejava sua posse desde o início, já a segunda estava dividida. As Ligas Camponesas¹, que eram defendidas na justiça pelo advogado Francisco Julião, não concordavam com instituições tradicionalmente populistas, como eram os sindicatos que apoiavam o PTB (partido de Goulart), sendo, dessa forma, oposição ao governo (PRIORE; VENANCIO, 2016).

O ex-presidente buscou uma aproximação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com as Ligas Camponesas, com o objetivo de reconquistar sua popularidade com os setores de esquerda. Porém, a aliança PTB e PCB levou diferentes setores da sociedade a crer que o governo apoiava o comunismo (PRIORE; VENANCIO, 2016).

A situação foi se agravando cada vez mais; setores da Igreja, os detentores do capital, a grande imprensa e os Estados Unidos apoiavam uma intervenção militar no governo. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo, persuadiu definitivamente a maior parte das Forças Armadas, sob o argumento de que era uma intervenção necessária para salvar a democracia.

Nos meses iniciais de 1964, havia grandes anseios entre as classes dominantes, no que se refere aos grupos radicais das pequenas burguesias urbanas e aos camponeses e trabalhadores rurais, sendo isso consequência da intensidade das contradições presentes na sociedade brasileira (MARINI, 2000).

¹ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais que funcionaram entre 1955 até o golpe militar de 1964. Elas surgiram no estado de Pernambuco e posteriormente se expandiram para outros estados, como: Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e entre outros estados (Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, 2013).

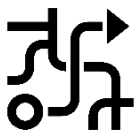


A principal razão para a intervenção militar foram os interesses da classe burguesa, passando a ser um regime “totalitário” e contrarrevolucionário, que se tornaria uma ditadura de classe preventiva (FERNANDES, 1976).

Contudo, após a deposição de Goulart, em 31 de março de 1964, os militares estabelecem uma ditadura, que perdurou quase 21 anos, até 1985. Nessa época, a legislação migratória é alterada, sendo fundamentada na segurança nacional e a ter o migrante internacional como um inimigo.

Em 1964, o presidente João Goulart é deposto e a Ditadura Militar chega ao poder. Essa época foi marcada por um conjunto de leis que tratava a questão migratória: a Lei nº 4.473, de 12 de novembro de 1964, que trata de novas normas de fiscalização de entrada de imigrantes; o Estatuto da Terra, que dispõe sobre a política agrícola brasileira, mas abordou também a questão da colonização por imigrantes; a Lei nº 5.411, de 9 de abril de 1968, que revoga a taxa de imigração para a entrada de imigrantes no Brasil; o Ato Institucional nº 5, que concedia amplos poderes ao presidente da República sem o requisito de terem que ser aprovados pelo Congresso Nacional; a Constituição de 1967, que não traz grandes modificações relativas à imigração; o Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que instituiu a primeira Lei de Segurança Nacional da Ditadura Militar; o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que instituiu a segunda Lei de Segurança Nacional da Ditadura Militar; o Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, que criou uma nova lei de migração; o Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970, que regulamentou o Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969; a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que edita um novo texto para a Constituição de 1967; o Decreto nº 76.536, de 3 de novembro de 1975, o qual dispõe sobre exames médicos para cidadãos portugueses; a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que instituía o Estatuto do Estrangeiro, sendo este bastante debatido, pois vigorou durante 37 anos; o Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, que regulamentava o Estatuto do Estrangeiro; e a Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981, a qual fez várias reformas no Estatuto do Estrangeiro.

Ao passo que o governo de Goulart apoiava uma proposta de uma política externa independente, fundamentado nos princípios de autodeterminação, e não intervenção, com o advento da Ditadura Militar, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco estabelece uma política de interdependência continental. Essa política, elaborada pela Escola Superior de Guerra, previa que o Brasil deveria



concordar com a influência dos Estados Unidos, adotando sua política; em contrapartida, os Estados Unidos admitiriam o quase monopólio do Brasil no Atlântico Sul (MARINI, 2000).

Essa política era interpretada por diversas pessoas como um retorno à submissão do Brasil ao imperialismo dos Estados Unidos. Porém, o que se notava era a concordância da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano, o que era resultado do próprio pensamento econômico e político burguês do Brasil (MARINI, 2000).

O governo de Castelo Branco apresentou o Plano Trienal 1964-1966, cuja finalidade era recuperar o crescimento econômico, que chegou a 6% entre 1964 e 1965, e diminuir a inflação de 92,4%, em 1964, para 25%, em 1965; e para 10%, em 1966. O governo se comprometia, ainda, a alcançar os “objetivos secundários”, como o equilíbrio das contas públicas e a redistribuição de renda (MARINI, 2000).

Além das mudanças na visão econômica, houve grandes mudanças políticas, como o rompimento com o Estado Democrático de Direito, e perseguições contra aqueles que discordavam do governo. Além disso, começaram a ser aprovadas legislações migratórias mais restritivas.

Em 1964, é promulgada a Lei nº 4.473, de 12 de novembro, que dispõe acerca das competências das autoridades para fiscalizar a entrada de imigrantes no Brasil. Essa lei atribuiu à Polícia Federal a responsabilidade por fiscalizar a entrada de imigrantes (BRASIL, 1964a).

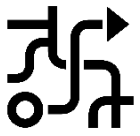
No mesmo ano, é promulgado o Estatuto da Terra, que promove a política agrícola brasileira. O art. 58 trata da colonização de terras por imigrantes:

Art. 58. Nas regiões prioritárias definidas pelo zoneamento e na fixação de suas populações em outras regiões, caberão ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária² as atividades colonizadoras.

§ 2º As atribuições referentes à seleção de imigrantes são da competência do Ministério das Relações Exteriores, conforme diretrizes fixadas pelo Ministério da Agricultura, em articulação com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, cabendo ao órgão referido no art. 74 a recepção e o encaminhamento dos imigrantes (Brasil, 1964b, s.p.).

Além disso, o art. 115 ainda afirmava:

² Posteriormente o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) mudaria de nome para Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (INCRA).



Art. 115. As atribuições conferidas à Superintendência de Política Agrária pela Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, e que não são transferidas para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ficam distribuídas pelos órgãos federais, na forma dos seguintes dispositivos:

I - para os órgãos próprios do Ministério da Agricultura transferem-se as atribuições de:

[...]

b) Promover, supletivamente, a entrada de imigrantes necessários ao aperfeiçoamento e à difusão de métodos agrícolas mais avançados;

c) fixar diretrizes para o serviço de imigração e seleção de imigrantes, exercido pelo Ministério das Relações Exteriores, através de seus órgãos próprios de representação;

[...]

II - para os órgãos próprios de representação do Ministério das Relações Exteriores, as atividades concernentes à seleção de imigrantes (BRASIL, 1964b, s.p.).

No ano seguinte, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 20, que aderiu a um conjunto de convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dentre elas, estava a Convenção nº 97 (Convenção sobre Trabalhadores Migrantes), que viria a ser promulgada pelo Decreto nº 58.819, de 14 de julho de 1966. No entanto, o governo brasileiro, em 2019, unificou todas as convenções da OIT em um único decreto. O art. 1º da Convenção traz a seguinte redação:

Artigo 1º

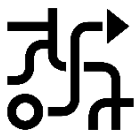
Todo Membro da Organização Internacional do Trabalho para o qual se ache em vigor a presente convenção obriga-se a colocar à disposição da Repartição Internacional do Trabalho e de qualquer outro Membro, quando o solicitarem:

a) informações sobre a política e a legislação nacionais referentes a emigração e imigração;

b) informações sobre disposições especiais relativas ao movimento de trabalhadores migrante e às suas condições de trabalho e de vida;

c) informações sobre os acordos gerais e os entendimentos especiais nestas matérias, celebrados pelo Membro em apreço (BRASIL, 2019, s.p.)

A Convenção possui três anexos: o Anexo I, que aborda o “Regulamento, colocação e condições de trabalho dos trabalhadores imigrantes que não tenham sido contratados em virtude de acordos sobre migrações coletivas celebradas sob controle governamental”; o Anexo II, “Recrutamento, colocação e condições de trabalho dos trabalhadores migrantes que tenham sido recrutados em virtude de acordos sobre migrações coletivas, celebrados sob controle governamental”; e o Anexo III, que trata



da “Importação de artigos de uso pessoal, ferramentas e equipamento dos trabalhadores migrantes” (BRASIL, 2019) .

Em 1967, é outorgada uma nova Constituição, que mantém a competência privativa da União para legislar sobre imigração. A vedação de extradição por crime político ou de opinião é preservada. Além disso, também ficam mantidas as vedações relativas à propriedade de meios de comunicação pelos migrantes internacionais (BRASIL, 1967a). Em 1968, é promulgada a Lei nº 5.411, de 9 de abril de 1968, que revoga a taxa de imigração para a entrada no Brasil (BRASIL, 1968b).

A Ditadura Militar foi caracterizada pelos Atos Institucionais, que eram normas editadas pelo presidente da República, pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com a ratificação do Conselho de Segurança Nacional (BRASIL, 2021). Dessa forma, o Executivo conseguia fazer as mudanças que desejasse na Constituição sem que o Congresso pudesse barrar.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5), outorgado em 13 de dezembro de 1968, foi marcado por conceder amplos poderes ao presidente. Entre eles, estavam a autorização para dissolver o Congresso Nacional e demitir e aposentar servidores públicos. Ainda, o AI-5 também vedou o direito ao *habeas corpus* para crimes políticos, contra a ordem econômica e social, e contra a economia popular, além de autorizar a cassação de direitos políticos pelo presidente, durante 10 anos, das pessoas que fossem contra os interesses da Ditadura Militar (BRASIL, 1968a).

Ela também foi marcada pelas suas leis de segurança nacional. Estas, com exceção da Lei nº 7.170/1983, opunham-se à “guerra psicológica adversa” e à “guerra revolucionária” (FERNANDES, 2012). O Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, trazia estes dois conceitos:

Art.3º

[...]

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação (BRASIL, 1967b, s.p).

O “estrangeiro” não é tratado somente como um grupo, Estado e/ou indivíduo antagônico aos objetivos nacionais, mas também como ideologia, o que compatibiliza com a disposição do crime de propaganda subversiva (FERNANDES, 2012).

Na década de 1960 são criados diversos grupos guerrilheiros, com o objetivo de destituir a Ditadura Militar através de uma revolução. Para isso, seriam necessários recursos financeiros; desta forma, a luta armada começou a praticar diversos assaltos a bancos, o que permaneceu até o início da década de 1970, sendo no total cerca de trezentos assaltos com a arrecadação de mais de 2 milhões de dólares pelos guerrilheiros. Em 1969, esses grupos alteram sua estratégia e decidem se dedicar à libertação dos seus integrantes que haviam sido presos pela ditadura. A luta armada começa a sequestrar uma série de autoridades, inclusive estrangeiras, como embaixadores, em troca de prisioneiros (PRIORE; VENANCIO, 2016).

A ditadura faz, então, uma nova Lei de Segurança Nacional, que é instituída pelo Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que prevê pena de morte e prisão perpétua para certos crimes políticos (BRASIL, 1969a). Além disso, é instituída uma nova Lei de Migração por meio do Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, sendo regulamentada pelo Decreto nº 66.689/70. Nessa época, o alto comando, por livre arbítrio, poderia alterar os requisitos de ingresso dos imigrantes ao território nacional (MILESI, 2007).

O autoritarismo do Decreto-Lei nº 941/1969 é perceptível ao estabelecer critérios amplos para os casos de expulsão do imigrante:

Art. 73. É passível de expulsão o estrangeiro que, por qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou a moralidade pública e à economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso à conveniência e aos interesses nacionais.

§ 1º Dar-se-á, também, a expulsão do estrangeiro que:

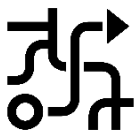
I - Praticar fraude a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil;

II - Havendo entrado no território nacional com infração à lei, dele não se retirar no prazo que lhe for assinado para fazê-lo, não sendo possível a deportação;

III - Entregar-se à vadiagem e à mendicância;

IV - Desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para o estrangeiro.

§ 2º Não se procederá à expulsão se implicar extradição inadmitida pela lei brasileira (BRASIL, 1969b,s.p.).



Não havia conceitos precisos de “tranquilidade pública”, “moralidade pública” e “ordem política ou social”. Outra hipótese, dentre as de expulsão, ocorria caso o indivíduo passível de deportação possuísse indícios de periculosidade ou indesejabilidade. O decreto-lei, no seu art. 119, ainda vedava qualquer forma de manifestação política pelo migrante internacional (BRASIL, 1969b).

É relevante lembrar que o Decreto-Lei nº 406/1938 e o Decreto-Lei nº 7.967/1945, que eram legislações migratórias seletivas e eugênicas do Estado Novo, ainda não haviam sido revogados expressamente, o que permitia ao governo ainda definir a entrada de imigrantes por questões étnicas.

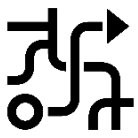
Ainda em 1969, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que edita uma nova redação para a Constituição de 1967. No que envolve a imigração e emigração, nada muda em relação à redação original (BRASIL, 1969c).

No ano seguinte, é aprovado o Regulamento do Decreto-Lei nº 941/1969, por meio do Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970. Em relação a expulsão, o regulamento permitia que ela fosse efetivada antes da condenação, caso fosse do interesse nacional. Além disso, o Ministério da Justiça poderia decretar a prisão do migrante internacional acusado em processo criminal, mesmo não se tratando de prisão em flagrante (BRASIL, 1970).

No caso de deportação, tanto o decreto-lei como o seu regulamento proibiam a regularização do imigrante indocumentado, devendo este retirar-se voluntariamente no prazo de oito dias, sob pena de deportação (BRASIL, 1970). O art. 194 do regulamento ainda permitia que o Poder Executivo poderia suspender as normas do Regulamento conforme o interesse nacional (BRASIL, 1970).

A ação internacional mais conhecida entre as ditaduras sul-americanas implementadas nas décadas de 1960 e 1970 foi a Operação Condor. Esta consistia no compartilhamento de dados de inteligência e na realização de operações extraterritoriais de tortura, sequestro, desaparecimento forçado e execução de opositores políticos exilados (BRASIL, 2014)

Existiram casos famosos como o do jornalista argentino Norberto Armando Habegger, que desapareceu quando chegou ao Rio de Janeiro em 1978. Além disso, existe registro de uma reunião do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre os



refugiados que o Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estaria abrigando estrangeiros subversivos (BARRETO, 2015).

A Cáritas Brasileira, uma organização religiosa vinculada à Igreja Católica, também foi alvo de investigação da Ditadura Militar, pois os clérigos estariam acolhendo refugiados políticos. Segundo relatórios da Comissão Nacional da Verdade, a congregação dominicana, também católica, foi investigada durante a Guerrilha do Araguaia pela Ditadura Militar (BRASIL, 2014). Os clérigos migrantes internacionais foram considerados na época pelo governo brasileiro como defensores de ideologias externas contrárias à ordem social (BARRETO, 2015).

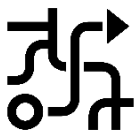
Diante desta situação, a Ditadura Militar Brasileira começou a restringir às atividades dos clérigos estrangeiros e expulsar os que auxiliassem indígenas, camponeses e operários (BRASIL, 2014).

Entre os anos de 1978 e 1979 ocorre a consolidação da abertura política no Brasil. Nessa época, o AI-5 é revogado, a censura é suspensa, e a anistia é concedida aos presos políticos, sendo efetivada mais uma etapa do processo de abertura lenta e gradual. O general Ernesto Geisel consegue fazer seu sucessor, o general João Batista de Oliveira Figueiredo (PRIORE; VENANCIO, 2016).

A fase seguinte consistia em o governo preservar uma forte base no Congresso Nacional, para que o candidato indicado pelos militares fosse eleito. Sendo assim, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido governista, permanece intacta, apenas muda o seu nome para Partido Democrático Social (PDS). Já a oposição legalizada, concentrada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com o estabelecimento do pluripartidarismo, divide-se em diferentes partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT) (PRIORE; VENANCIO, 2016).

3 DITADURA MILITAR E O ESTATUTO DO ESTRANGEIRO

A despeito do moroso processo de abertura, havia alas mais radicais do governo que não concordavam com a redemocratização do país. Devido a isto, a partir de 1980, eles iniciam ataques terroristas e conferem a responsabilidade à luta armada de esquerda. Com isso, visavam persuadir a ala governista partidária da reabertura



política a acabar com esse processo e tornar a ditadura mais autoritária (PRIORE; VENANCIO, 2016).

Em 1980, foi promulgada a Lei nº 6.815, de 19 de agosto, que instituía o Estatuto do Estrangeiro. Essa lei atendia precipuamente a segurança nacional, a organização institucional, e os interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem como a defesa do trabalhador nacional nos termos do seu art. 2º (FRAGA, 1985).

O uso da expressão “interesses políticos” foi alvo de críticas na elaboração do Estatuto. Fraga (1985) lembra que “interesses políticos” somente poderiam se referir a situações de concessão de visto permanente, no exterior, ou da transformação deste em um visto de outra espécie. No entanto discorda-se da visão de Fraga, pois não existia uma definição específica de “interesses políticos” no texto do Estatuto.

Outra crítica análoga foi a condição da concessão, prorrogação ou transformação de visto aos “interesses nacionais”, pois este consistiria em uma expressão vaga e imprecisa. Foi solicitado ao Congresso Nacional para que o art.3º fosse rejeitado, no entanto, isto não aconteceu (FRAGA, 1985).

O art. 26 do Estatuto assegurava que o visto era uma expectativa de direito, podendo a entrada, estada e registro serem impedidos, caso fosse averiguada uma das hipóteses do art. 7º. Esse artigo, por sua parte, abordava casos em que não seria permitido o ingresso do imigrante ao Brasil. Entre eles, estava o caso do migrante internacional que fosse considerado nocivo à ordem pública e aos interesses nacionais (FRAGA, 1985).

A visão da política migratória do Estatuto do Estrangeiro altera em relação às legislações anteriores. Previamente ao Estatuto, o objetivo da imigração era povoar o território, especialmente com migrantes europeus, tidos como superiores aos demais por essas legislações, e que contribuiriam para o branqueamento. Até mesmo, elas possuíam artigos de como uma imigração dirigida deveria ser organizada. Já o Estatuto do Estrangeiro revoga essas legislações e prevê uma imigração seletiva, com fundamento na qualificação dos imigrantes para o trabalho, para um melhor desenvolvimento do país. Portanto, para o Estatuto, o migrante internacional que não possuísse qualificações não era de interesse para o Brasil (FRAGA, 1985).

O Estatuto do Estrangeiro previa de modo evidente, no seu art.16, parágrafo único, quem era o trabalhador migrante internacional almejado que viesse a residir permanentemente no Brasil:

Art.16 O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil.

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (BRASIL, 1980, s.p.).

O Título X do Estatuto do Estrangeiro trazia os direitos e deveres do estrangeiro, o art. 95 dispunha sobre a igualdade de direitos entre estrangeiros e nacionais, nos termos da lei e da Constituição. Porém, o Estatuto previa um conjunto de restrições para os estrangeiros (BRASIL, 1980).

O art. 106, inciso VII, vedava o estrangeiro de participar da administração do sindicato ou na sua representação, da mesma forma em entidades fiscalizadoras da profissão regulamentada (BRASIL, 1980). Contudo, o art. 107 possivelmente era entendido como o artigo mais controverso do estatuto, isso porque ele tratava da proibição da participação de estrangeiros em atos políticos:

Art. 107. O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a ideias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;

III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao português beneficiário do Estatuto da Igualdade ao qual tiver sido reconhecido o gozo de direitos políticos (BRASIL, 1980,s.p.).

Em relação às legislações anteriores, o Estatuto do Estrangeiro continua prevendo uma legislação restritiva. Porém, somente com o Estatuto do Estrangeiro

que as leis eugênicas da Era Vargas foram expressamente revogadas, conforme o art. 141:

Art. 141. Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938; artigo 69 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941; Decreto-Lei nº 5.101, de 17 de dezembro de 1942; Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945; Lei nº 5.333, de 11 de outubro de 1967; Decreto-Lei nº 417, de 10 de janeiro de 1969; Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969; artigo 2º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e Lei nº 6.262, de 18 de novembro de 1975 (BRASIL, 1980, s.p.).

No que se refere à imigração dirigida e espontânea, existentes nas legislações anteriores ao Estatuto, este deixa de apresentar tal divisão.

O Estatuto do Estrangeiro passa a ser regulamentado pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Esse regulamento, assim como o anterior, também discrimina pessoas com deficiências físicas ou com doenças neurológicas, não autorizando sua permanência no país.

No mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 6.964, de 9 de dezembro, que fez várias alterações no Estatuto do Estrangeiro. O art. 4º dessa lei acrescentou o art. 134 ao Estatuto do Estrangeiro, prevendo a possibilidade da regularização de imigrantes:

Art. 4º. Acrescente-se à Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, após o atual art. 132, o seguinte art. 134, renumerados o atual e os subsequentes:

Art. 134. Poderá ser regularizada, provisoriamente, a situação dos estrangeiros de que trata o artigo anterior.

§ 1º Para os fins deste artigo, fica instituído no Ministério da Justiça o registro provisório de estrangeiro.

§ 2º O registro de que trata o parágrafo anterior implicará na expedição de cédula de identidade, que permitirá ao estrangeiro em situação ilegal o exercício de atividade remunerada e a livre locomoção no território nacional.

§ 3º O pedido de registro provisório deverá ser feito no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação desta Lei.

§ 4º A petição, em formulário próprio, será dirigida ao órgão do Departamento de Polícia Federal mais próximo do domicílio do interessado, instruída com um dos seguintes documentos:

I - cópia autêntica do passaporte ou documento equivalente;

II - certidão fornecida pela representação diplomática ou consular do país de que seja nacional o estrangeiro, atestando a sua nacionalidade;

III - certidão do registro de nascimento ou casamento;

IV - qualquer outro documento idôneo que permita à Administração conferir os dados de qualificação do estrangeiro.

§ 5º O registro provisório e a cédula de identidade, de que trata este artigo, terão prazo de validade de 2 (dois) anos improrrogáveis, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 6º Firmados, antes de esgotar o prazo previsto no § 5º deste artigo, os acordos bilaterais referidos no artigo anterior, os nacionais dos países respectivos deverão requerer a regularização de sua situação, no prazo previsto na alínea c do inciso II do art. 133 desta Lei.

§ 7º O Ministro da Justiça instituirá modelo especial da cédula de identidade de que trata este artigo' (BRASIL, 1981,s.p.).

A situação dos imigrantes, disposta no artigo anterior, era a seguinte: a regularização deveria ser ajustada ao previsto no art.18³, e os migrantes internacionais favorecidos deveriam ter ingressado no Brasil até 20 de agosto de 1980 e respeitar o previsto no art. 7^{o4} (FRAGA, 1985).

Em 1983, foi promulgada a Lei nº 7.180, de 20 de dezembro de 1983, que permitia a transformação do registro provisório, previsto no art.134 do Estatuto do Estrangeiro, em permanente (BRASIL, 1983).

Nesse período, o processo de transição para a democracia, liderado pelo governo desde o final dos anos 1970, passou a ser intensamente pressionado pela mobilização popular no início da década de 1980, exigindo o término da ditadura (PRIORE; VENANCIO, 2016). A popularidade do regime estava baixa: a recessão econômica era marcada pela taxa de -4,2% em 1981 e -2,9% em 1983, e a inflação estava muito elevada. Além do mais, houve um intenso aumento da pobreza. Entre os anos de 1977 e 1983, o número de indivíduos que viviam com menos de um dólar por dia cresceu de 17 milhões para 30 milhões (PRIORE; VENANCIO, 2016).

A população também não estava satisfeita com a situação política. Nas eleições de 1982, o governo consegue eleger a maioria dos senadores, no entanto, é derrotado na Câmara dos Deputados. Em virtude da proibição de aliança entre partidos, o PP se funde ao PMDB, fortalecendo a oposição à Ditadura Militar, e já preparando a candidatura à presidência da República, em 1984. Além disso, o PT, com sua origem sindical, elege oito deputados (PRIORE; VENANCIO, 2016).

Então, a oposição apresenta uma Proposta de Emenda à Constituição, instituindo eleições diretas para presidente da República. A tramitação da emenda ganha um grande apoio popular, através do movimento que ficou famigerado como

³ O art.18 do Estatuto do Estrangeiro previa que poderia ser estabelecida como condição para concessão de visto permanente, por prazo não superior a 5 anos, o exercício de atividade certa e a fixação em determinada região.

⁴ O art.7º trazia as situações em que o visto não poderia ser concedido.

“Diretas Já”. Embora houvesse grande apoio da população ao voto direto para presidente, o governo, através de um conjunto de manipulações, foi bem-sucedido ao impedir a emenda no Congresso Nacional. Porém, a oposição venceu a eleição indireta, que elegeu Tancredo Neves (PRIORE; VENANCIO, 2016).

O presidente eleito chegou ao cargo através de um conjunto de alianças improváveis. É possível afirmar que o discurso político anunciado estava associado a uma ruptura com a Ditadura Militar, porém efetivamente vários dos partidários da candidatura de Tancredo Neves eram dissidentes da Ditadura Militar. Ainda, concordou com a política dos fatos consumados, impossibilitando qualquer chance que ultrapassasse a continuação da ordem existente em sua forma vigente (FERNANDES, 1986).

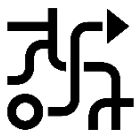
Nesse contexto é que surge a Nova República, sem ruptura com o passado distante ou recente. A ditadura não foi confrontada diretamente, ao contrário, ela foi contornada e de certo modo protelada (FERNANDES, 1986).

Naquela época as classes dominantes compreendiam a Nova República como uma transição difícil para a democracia. Porém, ela foi, na verdade, a manutenção do *status quo* e do fortalecimento de seu sistema de poder. Desta forma, a democracia que foi estabelecida pela Nova República seria restrita, pois, enquanto influências e imposições da classe dominante estivessem presentes, não se poderia falar em uma democracia plena (FERNANDES, 1986).

4 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo entender a legislação migratória construída durante a Ditadura Militar e sua relação com os contextos políticos e econômicos do período. Para isto, estruturou-se o desenvolvimento do artigo em duas partes.

A primeira parte tratou das legislações migratórias da Ditadura Militar anteriores ao Estatuto do Estrangeiro de 1980, período que compreendeu leis de segurança nacional, a adoção da Convenção sobre Trabalhadores Migrantes, o Ato Institucional nº 5, duas Constituições, a primeira legislação migratória da Ditadura Militar (Decreto-Lei nº 941/1969) e o regulamento desta lei. Esse período envolveu os momentos mais autoritários da Ditadura Militar e tinha uma perspectiva de segurança



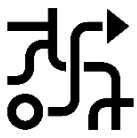
nacional em relação aos migrantes internacionais. Isto, portanto, fez que com que o Decreto-lei nº 914/1969 fosse construído sob essa perspectiva.

A segunda parte tratou do Estatuto do Estrangeiro, que foi promulgado por meio da Lei nº 6.815/1980. Nessa época o país vivia um contexto de crise econômica e reabertura política. Apesar disso, o país não havia ainda deixado de ser uma ditadura, de modo que leis autoritárias continuaram sendo aprovadas, como foi o caso do Estatuto do Estrangeiro. Mesmo sendo uma lei antidemocrática, ela permaneceu vigente até o ano de 2017, quando foi promulgada a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), sendo esta uma grande conquista para os migrantes internacionais.

Desta forma, entende-se que as legislações migratórias da Ditadura Militar eram autoritárias em virtude do contexto político do período, sendo o objetivo de ambas as leis migratórias (Decreto-lei nº 941/1969 e o Estatuto do Estrangeiro) evitar a vinda de migrantes internacionais, visto que a lei restringia diversos direitos para eles.

A criação da Lei de Migração de 2017 ocorre devido a uma mudança de paradigma de um regime autoritário para um democrático que se inicia com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, mesmo o Estatuto do Estrangeiro carregando o autoritarismo da Ditadura Militar, a Constituição o recebe. No entanto, vários movimentos sociais, especialistas em migrações e os próprios migrantes começam se mobilizar por uma nova Lei de Migração.

Em 1997, é promulgada a Lei nº 9.474 (BRASIL, 1997) que regulamenta o refúgio no Brasil. Em 2013, é proposto o Projeto de Lei do Senado nº 288 que resultaria em 2017 na Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017). Durante o trâmite do PLS nº 288/2013 ocorreram diversos eventos que colaboraram para a construção da Lei de Migração como: a Conferência sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), O Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) e o I Diálogo de Participação Social organizado pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (WERMUTH, 2020). Todos esses eventos ressaltaram a importância de a nova lei de migração estar vinculada com o direito internacional dos direitos humanos (BRASIL, 2017). Em virtude, de todos esses fatos é que a Lei de Migração está baseada na proteção aos migrantes e nos direitos humanos.



REFERÊNCIAS

BARRETO, Gustavo. O terrorismo do Estado brasileiro contra os estrangeiros durante a ditadura civil-militar (1964-1985). *Mídia Cidadã*, Rio de Janeiro, 23 fev. 2015. Disponível em: <https://midiacidadada.org/o-terrorismo-do-estado-brasileiro-contr-a-os-estrangeiros-durante-a-ditadura-civil-militar-1964-1985/>. Acesso em: 8 mai. 2024.

BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Brasília: Presidência da República, 1968a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Vol.1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 8 mai. 2024.

BRASIL. *Constituição Federal de 1967*. Brasília: Presidência da República, 1967a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-norma-pl.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 10.088 de 5 de novembro de 2019*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 66.689 de 11 de junho de 1970*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66689-11-junho-1970-408279-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

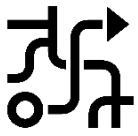
BRASIL. *Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1969a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 941 de 13 de outubro de 1969*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1969b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-941-13-outubro-1969-375371-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 1 de 1969*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1969c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. *Lei nº 4.473 de 12 de novembro de 1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1964a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4473-12-novembro-1964-376860-publicacaooriginal-66498-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. *Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964*. Institui o Estatuto da Terra. Brasília: Congresso Nacional, 1964b. Disponível em:



<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-publicacaooriginal-67105-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. *Lei nº 5.411 de 9 de abril de 1968*. Brasília: Congresso Nacional, 9 abr. 1968b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5411-9-abril-1968-359159-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. *Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980*. Brasília, 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6815-19-agosto-1980-366138-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. *Lei nº 6.964 de 9 de dezembro de 1981*. Brasília: Congresso Nacional, 1981. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6964-9-dezembro-1981-357121-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. *Lei nº 7.180 de 20 de dezembro de 1983*. Brasília: Congresso Nacional, 1983. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7180-20-dezembro-1983-356822-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 1º set. 2021.

BRASIL. *Lei no 9.474 de 22 de julho de 1997*. Brasília: Câmara dos Deputados, 22 jul. 1997. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9474-22-julho-1997-365390-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 out. 2021.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

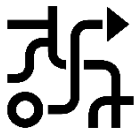
FERNANDES, Pádua. Migração na ditadura militar brasileira: desejados e indesejados perante a doutrina de segurança nacional. In: SEGUNDO CONGRESO DE LA SOCIEDAD LATINOAMERICANA PARA EL DERECHO INTERNACIONAL, 2012. *Anais do Segundo Congresso de la Sociedad Latinoamericana para el Derecho Internacional*. Rio de Janeiro: Instituto Peruano de Derecho Internacional y Comparado, 2012. p. 1-29. Disponível em: https://www.academia.edu/18958197/Migra%C3%A7%C3%A3o_na_ditadura_militar_brasileira_desejados_e_indesejados_perante_a_doutrina_de_seguran%C3%A7a_nacional. Acesso em: 9 abr. 2021.

FRAGA, Mirtô. *O Novo Estatuto do Estrangeiro Comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS. *História das Ligas Camponesas*. [S. l.], 2013. Disponível em: https://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99. Acesso em: 8 jun. 2022.

MILESI, Rosita. Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos. *Caderno de Debates*, Brasília, v. 2, p. 77-96, 2007.



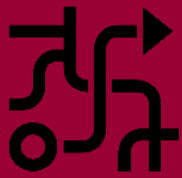
PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. *Revista Direito e Práxis*, 2020, 11: 2330-2358.

Recebido em 20/12/2023

Aprovado em 28/10/2024



SÁ, Ana Priscila de Sousa*

<https://orcid.org/0000-0002-0048-280X>

RESUMO: No Brasil oitocentista, o debate sobre a preeminência de uma história geral ou das histórias provinciais atravessou a pauta de como se deveria escrever a história a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nas primeiras décadas do século XIX prevaleceu o ideal de uma obra de conjunto a ser produzida em um ou muitos volumes, sustentada por fontes confiáveis e laboriosamente reunidas, uma escritura que passava pela observação de critérios que foram discutidos pelos sócios daquela agremiação ao longo de anos em sessões e programas históricos. Nesse contexto, o relato do todo se antecipou às partes, e a primeira edição de uma história geral foi publicada antes da divulgação das histórias das províncias mais elaboradas. A História geral do Brasil (1854-1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen buscou delinear uma feição para jovem nação brasileira, imbuída da concepção pragmática do conhecimento histórico como instrumento de aperfeiçoamento da realidade social, especialmente para o exercício de funções públicas. Por outro lado, percebe-se que o esforço particular de Varnhagen encontrava semelhantes nas fronteiras do Império, onde a historiografia também foi marcada pelas tentativas de solucionar os obstáculos à consolidação das nações e à construção das novas nacionalidades.

PALAVRAS-CHAVE: Varnhagen; escrita da história; história geral.

ABSTRACT: In nineteenth-century Brazil, the debate about the pre-eminence of a general history or provincial histories crossed the agenda of how history should be written from the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). In the first decade of the 19th century, the ideal of a collective work to be produced in one or many volumes, supported by reliable sources and laboriously gathered, prevailed in historic sessions and programs. In this context, the account of the whole came before the parts, and the first edition of a general history was published before the publication of the more elaborate histories of the provinces. The História geral do Brasil (1854-1857) by Francisco Adolfo de Varnhagen sought to outline a feature for the young Brazilian nation, imbued with the pragmatic conception of historical knowledge as an instrument for improving social reality, especially for the exercise of public functions.

On the other hand, it is clear that Varnhagen's particular efforts were similar on the borders of the Empire, where historiography was also marked by attempts to resolve obstacles to the consolidation of nations and the construction of new nationalities.

KEYWORDS: Varnhagen; history writing; general history.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: priscilareds@hotmail.com

O IHGB E OS CRITÉRIOS PARA UMA HISTÓRIA GERAL

O debate sobre a preeminência de uma história geral ou das histórias provinciais atravessou a pauta de como se deveria escrever a história do Brasil no Oitocentos, a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A classificação elaborada por José Honório Rodrigues precisava a história geral como atinente especialmente aos fatos políticos, administrativos, constitucionais, legais, diplomáticos, militares, econômicos, sociais, religiosos e intelectuais de um país, e a história particular ou local como aquela que se limitava a descrever uma província, um Estado, uma cidade, conforme os princípios da primeira, não se podendo sustentar que aquela fosse a soma das histórias locais – as generalizações não seriam seguras se não levassem em conta os desenvolvimentos locais – mas uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representaria a mais legítima contribuição à história nacional (RODRIGUES, 1957, p. 188-189).

No Brasil, o todo se antecipou às partes, a primeira edição de uma história geral foi publicada antes da divulgação das histórias das províncias mais elaboradas, e a escritura dessa história passava pela observação de critérios que foram escrutinados pelos sócios ao longo de anos em sessões, discussões e programas históricos. No início do século XIX prevaleceu o ideal de uma obra de conjunto a ser produzida em um ou muitos volumes, sustentada por fontes confiáveis e laboriosamente reunidas. O secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa foi da opinião de que esse trabalho poderia ser elaborado por uma equipe tutelada pelo Instituto:

Esta tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior às forças de um só homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-á fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil. (BARBOSA, 1839, p. 10)

O secretário perpétuo sugeria um inventariado dos arquivos estrangeiros e provinciais para a consecução de uma história que apontasse os erros das obras então publicadas sobre o Brasil. A qualificação de uma história geral e filosófica vinculava um traço iluminista já disputando lugar com a especialização e profissionalização com os critérios de seleção das fontes oficiais como opções mais confiáveis para a escrita.

O “Discurso” requisitou um letrado compadecido com o “gênio brasileiro”. Embora existissem afinidades com o imaginário europeu – o elogio das riquezas naturais, o futuro auspicioso – as ideias de Brasil construídas nas relações comerciais e nos relatos de viajantes reproduziriam alguns dados precisos, mas tantos outros duvidosos. Partindo desse ponto, obras escritas por estrangeiros foram analisadas por comissões do Instituto como a “História do Brasil” (1839) do português Francisco Solano Constâncio, o parecer foi o de que o autor não se mostrou comprometido com a verdade e a imparcialidade, incorrendo em graves inexatidões geográficas sobre a Província do Rio Grande do Sul. Assinado por Cândido José de Araújo Vianna e Silva Pontes, o “Juízo” condenou a obra de Constâncio também pelo posicionamento sobre a Independência do Brasil, concluindo que “alteração da verdade histórica, injustiça para com os homens, e política absolutamente errada, são as qualidades mais preeminentes do historiador, a que ora se aplica o escalpelo da crítica” (PONTES; VIANNA, 1839, p. 82)¹. Purificados no “crisol da crítica”, outros exemplares da “herança preciosa” – histórias do Brasil produzidas por nacionais e estrangeiros conhecidas pelos fundadores do Instituto – tiveram melhor aceitação como o “Tratado descritivo do Brasil” de Soares de Sousa e, sobretudo, a premiada dissertação de Karl von Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843).

Havia especificidades nas avaliações sobre obras estrangeiras e nacionais. Os juízos e pareceres publicados acerca daquelas apontaram os equívocos dos autores nas descrições do país e relato de sua história, quanto às últimas, a crítica se estendia com denúncias de plágio. Saliente-se que o conteúdo dos pareceres também expressava o debate político sobre temas importantes para a construção nacional como a questão das fronteiras, eventualmente resultando em apoio ou indisposição entre pareceristas e avaliados. Nesse sentido, a crítica de certa forma divulgava posicionamentos políticos num momento conturbado e frente à multiplicação de impressos, fazendo muitas vezes do critério da imparcialidade defendida nas apreciações uma janela para a prática da censura (SGRIGNERO, 2010, p. 124-192).

Discursos como o de Cunha Barbosa lançavam balizas para a confecção de uma historicidade para o Brasil, e com isso o IHGB ia se consolidando como o lugar

¹ Para os pareceristas, havia no autor um “sentimento de despeito” pela emancipação com relação a Portugal.

de produção oficial de uma história do Brasil unificada, ao tempo em que ele mesmo definia os próprios contornos, ancorando-se em práticas e desafios políticos que transpareciam nas escolhas dos trabalhos aprovados ou não para publicação na Revista. A falta de consenso sobre questões de ordem metodológica, a instituição de uma periodização para a escrita da história do país, talvez ajude a explicar o motivo de a agremiação não cancelar uma obra que ocupasse em definitivo o status de história nacional, nem mesmo a *História geral do Brasil (1854-1857)* de Varnhagen. A formulação de critérios e métodos para a escrita da história do Brasil produzida nessas obras e os “textos de fundação” (na expressão de Manoel Salgado Guimarães) como os programas de Cunha Barbosa e Silva Pontes na definição de procedimentos para busca documental, e Raimundo José da Cunha Mattos na exposição de um roteiro cronológico, fundavam uma disputa pelo passado. Outro fundamento que cumpria resolver era o da periodização, critério que Henrique Júlio de Wallenstein – concorrente de von Martius no concurso promovido pelo IHGB – buscou atender em 1843 na dissertação intitulada “Sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”, publicado na Revista somente em 1882. Propondo o sistema de décadas como plano mais acertado, Wallenstein recebeu da comissão encarregada de julgar o melhor trabalho o parecer de que:

o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento de nosso programa, porquanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com as simples distribuições das matérias, e isto por um método puramente fictício ou artificial, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história no gênero filosófico, como se deve exigir atualmente. (Apud MENDES, 2011, p. 93)

A proposta premiada, por sua vez, não indicou uma periodização, mas foi julgada modelo suficiente para quando fosse possível ser realizado, a partir dali era obra do tempo, e desde logo já direcionar as investigações. A proposta de uma história geral pragmática e filosófica dizia respeito a uma história escrita com qualidade literária e retórica, e que revelasse as causas das transformações históricas, preferindo a narrativa como forma de organização e exposição (ARAUJO, 2009, p. 89-90). Herança da cultura iluminista do século XVIII, tinha a ver com a elaboração de um conhecimento sistemático e ordenado, porém o historiador conduziria seu trabalho não por uma abstração prévia, e sim por meio da pesquisa e coleta dos dados, um inquérito previamente formulado que direcionasse o objeto de investigação. Pelas

prescrições de Cunha Barbosa, a narrativa histórica restituiria a vida aos eventos pretéritos, por isso desejava “salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos [...], pela glória nacional” (BARBOSA, 1839, p. 10-13).

A exigência de uma história filosófica descartava o critério cronológico como único (não fornecia o sentido e a finalidade do trabalho de escrita histórica), daí a restrição aos anais e crônicas como formas legítimas do gênero histórico, então em redefinição. De mais a mais, esses programas disputavam a reconstrução do passado, revelando as tensões e disputas que envolviam a escrita da história do Brasil numa narrativa que integrasse o passado “a um tempo e espaço agora percebidos como nacionais” (GUIMARÃES, 2011, p. 100-102). Por vezes chamada universal e vista como a correlação das histórias especiais, ela fora encarada até ali como tarefa para um trabalho em equipe, mas passou a figurar com a exigência de outras resoluções políticas, formais e teóricas, para reunir e coordenar um modelo explicativo geral e um aparato crítico e documental capaz de definir também a relação com o Estado.

SOBRE A FEITURA DA HISTÓRIA GERAL DO BRASIL DE VARNHAGEN (1854-1857)

Se algo não faltava ao futuro *Visconde de Porto Seguro* era a convicção de que seu trabalho promovia a mais relevante contribuição à história pátria daquele *século oscilatório*. A avaliação pouco modesta que externou em carta ao Imperador de 8 de julho de 1853, tão logo concluído o último capítulo da *História geral do Brasil*, animava o ímpeto de ser naquele momento o grande esclarecedor das névoas que pairavam sobre o conhecimento histórico acerca do país:

quando me lembro do trabalho que tenho tido em juntar documentos, quase desde a minha infância (tal que me faltara hoje o ânimo para começá-lo segunda vez), e dos estudos históricos a que me tenho dedicado, sinto quase a convicção de que [se] os meus trabalhos se perdessem, ficaria a nossa história ainda por depurar de erros, - quem sabe por quanto tempo... (VARNHAGEN, 1961, p. 206)

Varnhagen se colocou na posição de oferecer a obra de síntese que o IHGB postulava. A história geral que teve lugar no IHGB – e em Varnhagen a maior realização – conseguiu equilibrar a demanda erudita de crítica documental, “a forma narrativa e a exibição de uma interpretação geral da formação histórica da

nacionalidade que preservava e projetava o Estado Imperial centralizado como grande personagem do relato” (MEDEIROS; ARAUJO, 2007, p. 24-28)². Acerca do seu plano pessoal, Varnhagen dissertou:

desde que nos propusemos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história geral da civilização do nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo: e por tanto arrostamos com os prováveis desassossegos e injustiças futuras, – se é que não já presentes. Embora! Deu-se em todo caso o primeiro passo. Fez-se, por assim dizer, a primeira resenha geral ou antes o primeiro enfeixe proporcionado dos fatos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na História Geral, em lugares convenientes; indicaram-se as fontes mais puras e genuínas; e estes dois serviços (independentes do estilo e da maneira de pensar, que são especiais a cada historiador) ficam feitos. [...] Não era justo que enquanto não podíamos alcançar o ótimo, nos contentássemos com o péssimo, que péssimo era não possuir a nação uma história geral [...]. (VARNHAGEN, 1857, p. VI)

Mostrando-se consciente de que o *pensamento atrevido* que tivera ainda frequentando as aulas na Europa e transformado em narração histórica seria escrutinado pelos novos historiadores parciais que não tardariam a aparecer, apontava que a história geral não era um gênero absoluto ou uma “história total”, imaginando que o trabalho de outros historiadores deveria ser integrado à sua história, um tipo específico de história, uma grande obra que somente o tempo, o processo histórico poderia concluir (ARAUJO; CEZAR, 2018, p. 13). Em outra ocasião, contudo, deu conta ao Imperador que a redação da *História geral* estava em 1654, e os holandeses já se tinham ido, assunto para o qual dedicou três capítulos e acreditava ser suficiente se comparado a outros historiadores mais minuciosos de antes ou depois dali. Refletindo sobre a própria escrita, Varnhagen afirmava sua identidade como historiador e se julgava capacitado para suprir esta *necessidade nacional*.

Se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende (TURIN, 2009, p. 14), o modelo de Varnhagen foi o principal expoente do ordenamento temporal que preconizava a formação de um Estado nacional centralizado e

² Os fundadores do IHGB falavam numa história que fosse filosófica, pragmática e crítica. Sobre isso, ver: WEHLING, 1999.

territorialmente unificado como coroação de um processo civilizador iniciado com a colonização (OLIVEIRA; GONTIJO; FRANZINI, 2018, p. 2-3). A *História geral* fora dedicada ao Imperador e apareceu assinada apenas por um *sócio do Instituto Histórico do Brasil*. A nação despontou como categoria de reflexão privilegiada para a apreensão dessa historicidade nas primeiras décadas do século, no entanto, as relações entre história e nação não foram homogêneas. O movimento em direção a padrões modernos de autonomia não esgota a diversidade da vida intelectual oitocentista, mas foi um traço estruturante de grande relevância, muitos projetos, ideias e ações foram obscurecidos pela grandiosidade e sombra da nação (CEZAR, 2018, p. 81-82).

Antes de pensar a história apenas como instrumento para a política, é mais interessante acompanhar como a ideia moderna de história se fundou no Brasil e se constituiu em conhecimento sobre si própria, depois sobre a nação, isto é, a história pensou sobre si e logo transformou a nação em seu principal objeto. Com isso, articula-se a constituição de uma história científica, seus usos políticos e a construção de uma ideia de nação e de passado marcada por ausências, esquecimentos e supressões que conferiram um sentido histórico à história brasileira (CEZAR, 2004, p. 43-56). Uma história que foi atravessada por uma “retórica da nacionalidade” (CEZAR, 2006, p. 29), ou seja, um conjunto de estratégias discursivas que procurava persuadir os brasileiros de que compartilhavam um passado comum, a despeito da heterogeneidade de sua formação social. A história e a geografia – em companhia da literatura e da etnografia – buscaram singularizar essa retórica, constituindo-se como campos de saber que explicassem a existência de uma nação, ao longo do tempo, formada por “brasileiros”; articulando uma memória dos fatos e do espaço ordenado agora também pela palavra.

A *História geral* fora traçada, segundo Varnhagen, mais em *serviço do país* que das letras. Sua concepção era a de um conhecimento histórico aplicado ao aperfeiçoamento da realidade social, e os instrumentos para isso eram os estudos monográficos e as biografias de cunho pedagógico, especialmente para o exercício de funções públicas. A história também serviria ao melhoramento da administração pública, por isso estava convencido de que a elevação de uma narrativa sobre a nação era, simultaneamente, uma elevação dessa nação e do regime que a governava, e sua obra poderia prestar conselhos aos futuros governantes, colocando a história

como sólida base para as instituições daquela sociedade organizada pela Monarquia. Este foi o tom da dedicatória ao Imperador no Tomo I: o fomento ao estudo da história pátria propiciava o *esplendor* da nação, a instrução comum e o bom governo.

Se a história nacional deveria ser “a imagem da verdade histórica apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação”, o que convinha em sua ótica era a história da colonização, civilização, organização e desenvolvimento do Estado brasileiro (VARNHAGEN, 2011, p. 193-194). Para Renilson Ribeiro, a *História geral do Brasil* era fruto dos anos de estabilidade do reinado de D. Pedro II, comprometido com uma ordenação do passado com a experiência vivida em seu próprio tempo e estabelecendo uma marcha desde a época colonial – lugar de nascimento da nação brasileira – até ali, momento compreendido como sublime da história nacional, pensando a independência como um fim já aguardado e garantindo a continuidade da obra de implementação da civilização europeia iniciada pelos portugueses na nova nação. O futuro da nação estava definido pelo seu passado/presente (RIBEIRO, 2011, p. 95-96). A colônia despontava, ao mesmo tempo, como base da construção da identidade nacional e seu fim – representado na emancipação – o amadurecimento da sociedade brasileira. Ao dedicar o livro ao monarca que o patrocinava, Varnhagen entrelaçava sua escrita ao maior desafio político de seu tempo, e reordenava seus enredos temáticos e cronológicos, inclusive justificando seu desejo de passar um véu sobre o *pouco simpático* assunto do movimento pernambucano de 1817 (entendida como um atentado contra a nação). Se pudesse, deixá-lo-ia de fora.

Ao longo das 54 seções e mais de mil páginas da *História geral do Brasil*, a ordem cronológica dos fatos delineava o passado colonial que, de certa forma, iluminaria as ações do presente. A disposição temática das seções fazia a ligação da história do país à história europeia das navegações, a escolha foi explicada numa nota ao final da primeira edição, na qual garantia ao leitor que as seções 7^a, 8^a, 9^a e 10^a – dedicadas a descrição do território e aos indígenas em geral, sua organização social e *ideias religiosas*, especialmente os tupis – poderiam passar para o início do livro sem prejuízo, porém a forma como foi feito relacionava melhor com a história da humanidade em geral. A preocupação com essa integração do Brasil tinha a ver com suas reservas quanto à composição da população brasileira. Tendo os indígenas como *selvagens* e os negros escravizados como bárbaros, conferia ao colonizador

européu o posto de principal representante da nacionalidade, o que elucida a decisão de começar pelos “descobrimientos”. Neste ponto, compartilhava da leitura de von Martius pela qual foi o português que deu as condições morais e físicas para um reino independente.

O nascimento da nação relatado na *História geral* tinha um ponto de partida bem estabelecido, a própria Independência foi encarada como a etapa final de um processo já em andamento desde a chegada da Família Real. Para o autor, D. João VI foi o primeiro soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e D. Pedro I o príncipe fundador do Império com o ato da Independência oficial, a ratificação do gesto anterior de transferência da Corte. A *verdadeira* nacionalidade brasileira teria nascido antes da emancipação, “já existia no Arraial de Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos Holandeses, e não era Índia; era crioula e cristã, era portanto, já há mais de dois séculos, brasileira” (VARNHAGEN, 2011, p. 194-195). A nova era aberta em 1808, que tornou a colônia o centro da Monarquia bragantina, caracterizaria o rompimento dos *grilhões coloniais*. Com mais essa leitura, demarcava o elemento europeu como civilizador por definição, constituindo a nacionalidade atual e a futura.

A defesa da matriz portuguesa era importante também no plano político-ideológico para delinear o trajeto que ia da colônia à nação, e da massa heterogênea herdada da colônia que formava o povo. Estruturar e tornar efetivo um projeto de nação era a tarefa primordial do século XIX. Nesta missão, à história cabia esquadriñar o passado, ao historiador, homogeneizar o passado, colaborar na administração do Estado levantando dados úteis, favorecer a unidade nacional e fomentar o patriotismo e o espírito público (ODÁLIA, 1997, p. 30-38). Os estudos históricos tornavam-se neste momento uma espécie de acelerador da construção de uma consciência nacional onde havia mais afastamento geográfico entre as províncias (por vezes secessão) e diversidade da população. O título completo da obra – *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*, assinada Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba – enfeixava os componentes essenciais do edifício historiográfico erigido por Varnhagen: a história de um Estado agora independente que foi colonizado por europeus, e escrita por um brasileiro membro do

IHGB que reuniu variada gama de documentos existentes em arquivos de diversos países.

O esforço particular de Varnhagen refletia um muito maior que cruzava o mundo e conferiu ao século XIX a qualidade de século da história, não sendo diferente nas fronteiras do Brasil. De um lado e do outro do Prata a historiografia foi marcada pelas tentativas de solucionar os obstáculos à consolidação das nações e à construção das novas nacionalidades. A escritura da história nacional desejada por Varnhagen esteve presente em outras plagas como Argentina (Bartolomé Mitre) e Uruguai (Francisco Bauzá). A similitude do gênero e a contemporaneidade dos trabalhos torna possível estabelecer uma comparação, os títulos das obras principais desses autores – “Historia de Belgrano y de la independencia argentina” (1857) e “Historia de la dominación española en el Uruguay” (1895), respectivamente – indicam a realização de uma história nos moldes do século XIX, tentando explicar o presente pelo passado por meio da apresentação de fatos comprovados segundo os critérios de verificação reconhecidos; mesmo em Mitre e sua escolha de fazer a biografia de um homem, oscilando, assim, entres dois gêneros já entendidos como diferentes naquele período. Nesses termos, elas podem ser consideradas “nacionais” pelo propósito e objeto, a preocupação com um estilo compreendido à época como pertinente a uma obra de história – como Varnhagen referiu: “a história é um ramo da crítica, não da eloquência” (VARNHAGEN, 1877, p. XII) – e a proximidade cronológica da publicação, o terceiro quarto do século XIX, momento em que já existia certa homogeneidade de elementos culturais e historiográficos mais gerais na América de colonização ibérica. Como Varnhagen, Mitre e Bauzá ressaltavam a “homogeneidad de las experiencias desarrolladas en el decurso temporal en el ámbito de un espacio coincidente con las dimensiones de una unidad político-territorial, ya alcanzada o pronta a alcanzarse” (DEVOTO, 2008, p. 270-280).

No caso de Varnhagen, sua concepção de “Brasil” remetia a capacidade do Estado brasileiro de exercer o poder em um território e, diferente da experiência dos vizinhos, o processo revolucionário constituía um antimodelo para o Império. Nos três, porém, havia um propósito pragmático de cimentar a unidade nacional pelo conhecimento do passado e favorecer o patriotismo, posicionando seus Estados no concerto das nações civilizadas. Obviamente, apenas estimular o sentimento patriótico não requereria tamanho esforço de recopilação de fontes, verificação de

datas, gastos com publicação. Dedicar-se aos estudos históricos interessava por si mesmo, significando um lugar a se ocupar no mundo das letras, e alguns traços definiam a importância desse trabalho, respeitados e reconhecidos pelo grupo. A vocação para os estudos históricos seria uma escolha marcada por sacrifício e abnegação, mais que propriamente por um talento artístico e original, ou manifestação de um gênio (OLIVEIRA, 2011, p. 158). Varnhagen se dizia disposto a sofrer as mais duras censuras e ingratidões em nome das *ideias justas* que acreditava defender, apontando para as relações entre história e justiça, relações que andavam ao lado da ideia de história e crítica.

O gênero da história nacional se desenvolveu entrelaçado com os eventos político-sociais dos séculos XVIII e XIX, de modo que os “historiadores da nação” foram cientes da urgência de legitimar a nova realidade institucional derivada dos processos revolucionários, quase sempre dissimulando a novidade da nação por meio de discursos e imagens de uma suposta origem muito mais antiga. Fato ilustrativo foi a tendência dos historiadores oitocentistas de apontar o momento do nascimento da nação como estratégia para sublinhar sua origem num passado remoto. Outro autor que optou por tal conjunto de elementos que configurava uma historiografia nacionalista conservadora foi Lucas Alamán na “Historia de Méjico” (1844-1852). A obra do historiador mexicano compartilhou de importantes escolhas temáticas com a *História geral* de Varnhagen como postular o Descobrimento, a Conquista e a colonização europeias da América – hispânica e portuguesa, respectivamente – como ponto de partida da história nacional e, portanto, definidores da nacionalidade, a defesa da Independência como passo inevitável na evolução gradual e progressiva da economia e da sociedade, o esforço de contrariar as teses indigenistas.

Na disputa que teve lugar no México na década de 1840 sobre do que era e quem constituía a nação soberana, Alamán se posicionou a favor dos crioulos – os “hombres de bien” filhos dos espanhóis nascidos na América que se acreditavam legítimos herdeiros, logo deveriam preservar a propriedade e a direção do governo – grupo do qual ele mesmo participava. Rejeitava a tese de frei Servando Teresa de Mier na “Historia de la Revolución de la Nueva España, antiguamente Anáhuac” (1813) e Carlos María de Bustamante no “Cuadro histórico de la Revolución de la América mexicana” (1823-1846) que situava o começo da história do México e sua verdadeira nacionalidade no momento pré-Conquista. Para Alamán – como para Varnhagen o era

a herança portuguesa – a nacionalidade mexicana só se configurou após a Conquista do México-Tenochtitlán pelos castelhanos em 1521 e a consequente fundação das principais instituições do Vice-reinado da Nova Espanha. Ao mesmo tempo, um acontecimento bélico e fato político inaugural que criou as bases institucionais que regeram a Nova Espanha, garantindo a ordem, a paz e a prosperidade de seus habitantes ao longo de três séculos (LEDESMA-ALONSO, 2021, p. 232-237)³.

No Prólogo, descreveu seu ofício de historiador:

Parecióme necesario este trabajo, porque veia el poco conocimiento que se tenia acerca de este género de nociones, tan indispensables en un país, en que todo cuanto existe trae su origen de aquella prodigiosa conquista [...]

El público se manifiesta deseoso de saber la verdadera historia de unos sucesos que han sido presentados con tanta infidelidad, y las desgracias que la nacion ha sufrido, han acelerado los desengaños que suelen ser efecto del trascurso del tiempo. Estas y otras razones me han decidido á publicar la parte de historia que corresponde al periodo expresado, y para corresponder como se debe á este deseo me he propuesto presentar los hechos con toda la fidelidad que requiere la verdad de la historia, informándome de éstos con diligente cuidado y consultando no solo todo lo que se ha escrito acerca de ellos sino preguntando á los que los presenciaron y examinando todos los documentos fidedignos que he podido conseguir. De mucho de lo que refiero soy testigo ó he intervenido en ello: de lo demás he tenido á la vista documentos originales, algunos de los cuales copiaré en el apéndice á cada uno de los libros en que dividiré la obra en apoyo de lo que asiente, y en todo citaré exactamente las autoridades que me hayan servido de fundamento, para que puedan consultarse siempre que se quiera. Omitiré en cuanto lo permita la materia, toda observacion propia, dejando que el lector ejerciendo su juicio, califique por sí mismo el mérito de cada accion, cuando esté instruido á fondo de su esencia. Acaso caerán algunas reputaciones mal adquiridas ó mentirosamente formadas: muchos juicios pronunciados por el espíritu de partido, parecerán injustos ó infundados, pero esto no será el resultado de mis raciocinios, sino de los que el lector imparcial haga, en vista de los hechos que se le presenten. (ALAMÁN, 1883, p. 41-43)

É perceptível nas reflexões acima que o autor procurou basear seu relato nas normas da crítica documental mais avançadas à época, além de deixar ao “lector imparcial” o juízo se sua tarefa foi bem executada, tendo em vista a avaliação dos

³ Para Ledesma-Alonso, os especialistas têm focado mais nas narrações historiográficas produzidas a partir do nacionalismo liberal latino-americano do século XIX como a “Historia de la Revolución de la República de Colombia en la América Meridional” (1858) de José Manuel Restrepo, a “Historia de la civilización peruana” (1879) de Sebastián Lorente e a “Historia de Belgrano y de la independencia argentina” (1856-1889) de Bartolomé Mitre.

usos documentais, da originalidade, do testemunho abalizado. O propósito era levar, ao final, ao convencimento de que os fatos ali escrutinados atestavam a veracidade da sua tese. Diante da turbulência que a jovem República experimentava desde a emancipação, recuperar a história da “origem” da nação mexicana se apresentava como uma resposta ao presente, por isso iluminar os efeitos e bens que permaneceriam enquanto a nação existisse era mais importante que examinar os males temporários causados pelos processos de conquista e colonização. A escolha dos começos das histórias de suas nações e a fundação histórica da nacionalidade que ilustrou os trabalhos de Alamán e Varnhagen refletia uma urgência a eles contemporânea. Por essa chave, as histórias nacionais dos dois podem ser compreendidas como respostas discursivas às ameaças políticas e sociais, e até como reações a outras interpretações da história nacional de algum modo contrárias aos interesses e posições ideológicas dos grupos dirigentes (LEDESMA-ALONSO, 2021, p. 246).

Em *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil* (1852), Varnhagen esboçou os traços da história do Brasil como um ramo dos portugueses, que o conquistou e deu as garantias morais e físicas:

A história da civilização do atual Império; o termos código, o termos cidades, o termos governo, o termos sociedade, o vivermos juntos, sem estarmos às frechadas uns aos outros, o sermos cidadãos, o vermo-nos considerados na comunhão das nações mais civilizadas do globo, e finalmente o termos a dita de possuir um Trono ocupado por uma das mais ilustres dinastias do século, o Trono, digamo-lo de passagem que na América do Sul, perseguida quase sempre de ditaduras, mostra a experiência ser a melhor garantia de liberdade. [...] Portanto somos na essência nação, como o prova a língua, de raça latina. [...] Devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo. (VARNHAGEN, 2011, p. 194-195)

Na leitura de Varnhagen e Alamán, a existência do Brasil e do México como sociedades dotadas de instituições políticas, religião e língua em comum se deu a partir da chegada dos europeus, e somente por meios das bases legadas por estes as novas nações poderiam seguir seu caminho munido das condições para o progresso de uma civilização europeia no Novo Mundo.

Dos autores de história como síntese e legitimação das nascentes identidades nacionais, é provável que aquele com quem Varnhagen manteve uma relação próxima foi o chileno Diego Barros Arana. Em carta de junho de 1865, deu conta do

recebimento do primeiro tomo do “Compendio de Historia de America”, elogiando o plano de escrita do amigo e sua reconhecida *sciencia e consciencia* sobre a matéria do livro destinado às escolas primárias e editado nesse mesmo ano. O Compendio de Arana foi escrito com o intento de remediar o “mal” que grassava sobre a história da América, isto é, repetidos erros em trabalhos já publicados (além de lamentar a ausência de uma história geral sobre todos os povos do continente). As considerações de Arana no Compendio e na “Historia jeneral de Chile” (1884-1902) ecoavam preocupações inerentes ao ofício do historiador no século XIX:

O historiador, como se comprende, tiene que dar una gran amplitud a sus trabajos de investigación, que extenderlos a materias que en otras épocas se creían ajenas de la historia, y que combinar sus noticias para hacer entrar en el cuadro de los hechos los accidentes morales y materiales que contribuyen a dar toda la luz posible sobre los tempos que deseamos conocer⁴. (ARANA, 1884, p. XI)

No conjunto, o que historiadores como Arana buscavam era cimentar noções acerca da forma de escrever história, da fundação de uma história do ponto de vista nacional e do historiador como letrado especializado para realizar o trabalho de relatar as origens da nação a partir de determinados procedimentos/protocolos ainda em construção. Segundo se entendia à época, historiador era quem compunha uma história, escolhia, ordenava, examinava os fatos. Enquanto o cronista apenas se ocupava em ordenar a sucessão dos fatos e se permitia adular seu benfeitor, um historiador era comprometido, antes de tudo, com a verdade.

Varnhagen acreditava que o cronista poderia ser mais adulator, o historiador não, sublinhando uma diferença fundamental que o destacaria dos seus antecessores: a sua história foi escrita com a *maior* imparcialidade. Enxergava sua obra como um avanço em relação aos cronistas coloniais, avanço que conformava elementos que definiam um *ethos* para o historiador oitocentista. A esse respeito, Turin apontou a sinceridade, a instrumentalidade e a cientificidade como características que identificavam esse *ethos* particular (TURIN, 2009, p. 14). Os historiadores que acompanhei até aqui empregaram como estratégia retórica esses três *topoi*. Para Varnhagen, cabia ao historiador *consciencioso* escrever uma história do desenvolvimento da *civilização* do Brasil. Sob o argumento da justiça imparcial,

⁴ Diferente do amigo Varnhagen, começou sua História pelos indígenas, seguindo com a Conquista e colonização.

apresentava-se como figura idônea, cujo julgamento era ditado por pressupostos racionais, assegurando ao público que o trabalho ora ofertado era feito com o *coração*, mas não afetado pelas paixões mesquinhas que eventualmente pudessem prejudicar a análise dos fatos. O efeito de verdade brotaria da sinceridade do autor em abrir seu ateliê de trabalho para o leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Varnhagen construiu uma forma de olhar para o passado brasileiro, foi assim que julgou representar com sua *história nacional* a integridade do Brasil entre as histórias das nações, uma integridade já representada pela monarquia. Como um “sujeito à procura da própria definição” (CEZAR, 2018, p. 20), ao historiador oitocentista cabia ir disciplinando seu ofício, definindo os limites de atuação, procedimentos e instrumentos de trabalho. Nesta tarefa, a feitura da *História geral* exibiu a construção simultânea do historiador Varnhagen e sua obra dedicada à nação. Conseguiu ele o sucesso almejado? Em termos, sim. O juízo contemporâneo de um grande leitor seu declarou que ele muitas vezes conseguiu se colocar sob o verdadeiro “ponto de vista nacional”, e foi esse mérito que o permitiu construir uma matriz historiográfica de vida longa.

Os “quadros de ferro” de que falou Capistrano de Abreu teriam sobrevivido a despeito das fragilidades do texto do *Visconde de Porto Seguro*: escavava documentos, determinava a autenticidade, mas pecava na compreensão dos fatos. O valor da interpretação varnhageniana e seu papel na construção de determinado tipo de memória e elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira constituiu um paradigma que fez Abreu dar conta em carta de 1890 ao Barão do Rio Branco de sua resolução em escrever “uma História modesta, a grandes traços e largas malhas”, para “encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados”, “dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino” (Apud GONTIJO, 2005, p. 174). Apresentar outra história que não a “massa ciclópica de materiais” (ABREU, 1931, p. 135) acumulada por aquele que reconhecia o esforço de ter tido que fazer quase tudo.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. *Ensaios e Estudos*. 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.
- ALAMÁN, Lucas. Prologo. In: _____. *Historia de Mexico*. Tomo I. México: Imprenta de Victoriano Agüeros y Comp. Editores, 1883.
- ARANA, Diego Barros. Prólogo. In: _____. *Historia jeneral de Chile*. Tomo Primero. Santiago: Rafael Jover Editor, 1884.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-98, jan./jun. 2009.
- ARAUJO, Valdei Lopes; CEZAR, Temístocles. The forms of history in the nineteenth century: the regimes of autonomy in Brazilian historiography. *Historiein*, Athens, v. 17, n. 1, 2018.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- _____. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- _____. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018.
- _____. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- DEVOTO, Fernando J. Acerca de la construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay. Las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.
- GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LEDESMA-ALONSO, Ricardo. A historiografia nacional como “começo”. A História de Méjico de Lucas Alamán e a História Geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 225-253, jan./abr. 2021.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 63, p. 22-37, 2007.

MENDES, Luís César Castrillon. *Publicar ou arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)*. 122f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil's "formation". *Historein*, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

RIBEIRO, Renilson Rosa. "O ESCRUPULOSO ILUMINADOR DA HISTORIA DO BRASIL": os enredos temáticos e cronológicos da 1ª edição da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857). *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 7, n. 2, p. 86-108, dez. 2011.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. 2. ed. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SGRIGNERO, Adriano Augusto. *Em busca da originalidade e unidade da nação: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, mar. 2009.

FONTES

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839.

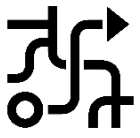
PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva; VIANNA, Cândido José de Araújo. Juízo sobre a História do Brasil publicada em Paris pelo Doutor Francisco Solano Constâncio. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO I, n. 2, 1839.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. *História geral do Brasil*. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877.

_____. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)*. 195f. Tese



(Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, 2011.

Recebido em 15/09/2023

Aprovado em 28/10/2024

PIRES, Marcelo Noriega*.

<https://orcid.org/0000-0002-8002-4218>

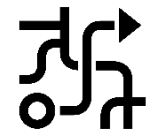
RESUMO: Este trabalho tem por objetivo compreender o processo de disputa político-ideológico presente nas Jornadas de Junho de 2013 de maneira a se relacionar o processo de formação e a consolidação do Clube Farroupilha em Santa Maria. Para tal, debate-se questões como a materialização da luta de classes em suas multiplicidades de formas com os quais o conflito social se manifesta. Também se debate a natureza da referida organização sendo ou não uma *think tank*. Debate-se, ainda, a influência de autores como Ludwig Von Mises o combate das ideias de Karl Marx pelas instituições de ultradireita surgidas e/ou fortalecidas pelas Jornadas de Junho de 2013. Por fim, ainda temos muitos pontos a serem pesquisados em relação a tão amplo e importante tema de pesquisa principalmente no que diz respeito às consequências das Jornadas de Junho de 2013, tanto no nível nacional quanto no nível local e também como que setores- ultraliberais se utilizaram desta conjuntura para criar uma *think tank* na região central do Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Jornadas de Junho de 2013; Clube Farroupilha; *Think Tanks*.

ABSTRACT: This work aims to understand the process of political-ideological dispute present in the June 2013 Days in order to relate the process of formation and consolidation of Clube Farroupilha in Santa Maria. To this end, issues such as the materialization of the class struggle in its multiplicities of ways in which social conflict manifests itself are debated. The nature of this organization being a think tank or not is also debated. The influence of authors such as Ludwig Von Mises and the fight against Karl Marx's ideas by ultra-right institutions that emerged and/or strengthened by the June Days of 2013 are also debated. Finally, we still have many points to be researched in relation to such a broad and important research topic, especially with regard to the consequences of the June Days of 2013, both at the national and local levels, and also how ultraliberal sectors used this situation to create a think tank in the central region of Rio Grande do Sul.

KEYWORDS: Journeys of June 2013; Clube Farroupilha; *Think Tank*

*Doutorando em História. Universidade Federal de Santa Maria. Professor da Rede Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: marcelo.pires@acad.ufsm.br



INTRODUÇÃO

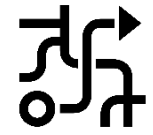
Em junho de 2013 o Brasil presenciou uma série de manifestações de grande escala que influíram de maneira muito sensível na sociedade brasileira como um todo com agentes políticos como as *Think Tanks* ganharam uma relevância política até então nunca por eles experimentada. Passados, mais precisamente, dez anos da ocorrência das Jornadas de Junho, talvez hoje tenhamos condições de alcançar uma compreensão maior dos fatos e das suas consequências para a política brasileira. Tendo em vista, evidentemente que um tema tão complexo não será esgotado em um único artigo como o que apresentamos.

Primeiramente é necessário que delimitemos alguns pontos sobre o que foram as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”. De acordo com Rousseff (2023, p. 07):

Na condição de presidenta da República, coube-me a missão de compreender aqueles fatos e agir com rapidez. Estava claro que se tratava de uma duríssima disputa, entre os dois grandes blocos que se confrontam pelo destino de nosso país. Estarrecidos pela eclosão das manifestações, de origem fortemente espontânea e localizada, esses dois campos passaram a atuar para influir sobre a voz das ruas e atraí-la para o fortalecimento de seus projetos. (ROUSSEFF, 2023, p.07).

O relato da então mandatária da nação é de extrema validade para se compreender como que o governo federal lidou com uma situação até então considerada inesperada. Manifestações que se iniciaram no referido mês questionavam o aumento das tarifas de ônibus urbano em diversas capitais estaduais, de acordo com Altman (2023, p. 86) essas manifestações no período de 6 até 13 de junho de 2013 praticamente estavam restritas a cidade de São Paulo e se concentravam sob a bandeira contra o aumento de vinte centavos na tarifa de ônibus urbano, coordenadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Neste sentido, como que manifestações que se originaram de uma pauta específica ganharam tanta força a ponto de se constituírem como um grande desafio ao então governo federal liderado pelo Partido dos Trabalhadores?

Para se tentar responder a esta pergunta é necessário, primeiramente, definir-se quais são os dois grandes blocos aos quais Dilma Rousseff se refere. Para tal, é preciso recorrer ao materialismo histórico e dialético, principalmente em relação ao conceito de luta de classes que de acordo com Marx e Engels (2010, p. 41) pode ter



a sua importância definida da seguinte maneira: “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”. Temos, desde os primórdios daquilo que definimos como civilização, a luta de classes, seja nas mais diferentes formas de antagonismo entre explorados e exploradores.

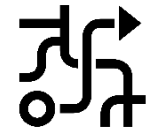
No capitalismo, a luta de classes se aprofunda na dicotomia entre capital e trabalho, personificada respectivamente nas duas classes sociais surgidas, ou ressignificadas, desde então: burguesia e proletariado. Evidentemente que o capitalismo passou por transformações ao longo dos séculos e a luta de classes talvez não seja tão evidente como aparentava ser na sociedade do século XIX analisada por Marx e Engels, o que de maneira alguma invalida as suas percepções, mas nos coloca desafios inerentes ao nosso tempo.

De acordo com Losurdo (2015, p. 63-64), através da teoria da luta de classes, têm-se os seguintes pontos: uma teoria geral do conflito social, a colocação do conflito social no terreno da história e a consideração das multiplicidades das formas com os quais o conflito social se manifesta. Temos, portanto, uma contribuição que nos ajuda a compreender a validade e atualidade das contribuições de Marx e Engels no que diz respeito ao conceito de luta de classes tão importante para se compreender o nosso objeto de estudo.

Partindo da análise sobre as Jornadas de Junho de 2013 percebemos a presença de dois grandes grupos, com suas especificidades: apoiadores e opositores do governo de Dilma Rousseff, onde podemos notar abertamente que estes dois grandes grupos estavam claramente disputando os rumos da sociedade brasileira. O que nos obriga definir mais precisamente como estes estariam configurados.

Para tal consideramos as questões da multiplicidade das formas com que a luta de classes se materializa e também da própria configuração dos governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores em uma coalização que primava pela conciliação de classes envolvendo desde trabalhadores organizados, ou não, em movimentos sociais até setores da burguesia brasileira¹ que viam o governo como apoiador e até indutor de seus negócios.

¹ Boito Jr. (2018) define que os governos federais liderados pelo PT formaram uma Frente Política Neodesenvolvimentista formada por classes e frações de classes que por vezes teriam



Podemos dizer que o outro grande grupo seria composto por uma gama bastante diversificada de grupos desde religiosos, militares e defensores do liberalismo que tomaram a frente das Jornadas de Junho de 2013 as transformando em grandes manifestações de protesto contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff. Vale destacar que mesmo com as Jornadas de Junho de 2013, a então Presidenta conseguiu se reeleger nas eleições de 2014.

Como mencionado anteriormente, temos o fortalecimento das chamadas *Think Tanks* que, de acordo com Rocha (2021), estas organizações, sejam elas nomeadas de institutos, clubes ou mesmo movimentos, estão presentes no Brasil desde o início da década de 1990. Entretanto, a sua relevância aumentou sensivelmente, tendo as Jornadas de Junho de 2013 assumindo um papel decisivo neste fortalecimento, o que justifica o fato de se constituírem como objeto de estudo deste trabalho.

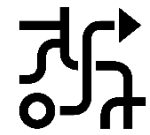
Estudaremos a atuação de uma *Think Tank* específica, o Clube Farroupilha, doravante chamado pela sigla CF, atuante na cidade de Santa Maria/RS desde 2013. Temos assim uma materialização em nível local dos embates nacionais tendo em vista a postura do referido Clube em relação ao Governo Federal liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Para se compreender melhor esta questão, iniciaremos nossa análise a partir do histórico, da atuação e das ligações do CF com outras organizações do mesmo tipo para assim se compreender sua atuação política.

O CLUBE FARROUPILHA (CF)

Inicialmente é preciso definir mais precisamente do que se trata o Clube Farroupilha e nada mais relevante do que buscar em seu sítio como que a organização se autodefine. Portanto, temos:

Fundado em 2013 por estudantes universitários de Santa Maria/RS, o Clube Farroupilha é uma associação sem fins lucrativos que atua em defesa da liberdade. Desde 2014 realizamos eventos que visam promover uma sociedade mais livre, conectando estudantes e disseminando ideais de liberdade no coração do Rio Grande do Sul. Atuamos na formação de jovens

interesses antagônicos na própria luta de classes e por isso exerceram diferentes formas de influência e se envolveram, ou não, em diferentes níveis na defesa do Governo Dilma Rousseff.



lideranças, realizando capacitações e treinamentos para nossos membros, e os aproximando do mercado de trabalho. (Clube Farroupilha. s/d)

Temos um ponto extremamente relevante na questão de o CF ter sido fundado exatamente no mesmo ano das Jornadas de Junho de 2013 o que, nos faz relacionar os acontecimentos nacionais com um possível fortalecimento das condições materiais que possibilitaram uma maior inserção deste tipo de organização declaradamente de cunho liberal na política brasileira. Em 08 de novembro de 2013 houve a primeira atividade do CF aberta ao público santa-mariense, uma palestra realizada no auditório do Prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que contou com a palestra dos professores Domingos Branda e Anderson Denardin. De acordo com o site do CF:

Se houve algum pessimismo quanto ao cenário atual da macroeconomia brasileira, o otimismo que se arraigou a partir do surgimento do Clube, sem dúvidas, prevaleceu sobre o evento. O fechamento foi feito com perguntas da audiência à mesa, discutindo pontos mais específicos ligados à situação atual, principalmente no que se relaciona a formação de cartéis como resultado da atividade estatal reguladora, o mito da soma zero, e a razão da péssima qualidade do transporte público municipal. (Clube Farroupilha. s/d)

Esta passagem é bastante rica ao nos mostrar alguns pontos fundamentais sobre o pensamento do referido Clube. Fica evidente uma certa visão onde seus membros os consideram como única opção viável para a sociedade brasileira ao mesmo tempo em que o estado é visto como o causador dos males que afligem esta mesma sociedade. Vale levar em consideração que o CF, segundo sua própria página eletrônica, surgiu da insatisfação de estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que desejavam enfrentar a hegemonia marxista na academia local.²

Outro ponto que merece o destaque inicial nesta nossa análise é o Panteão de Alumni do CF que faz menção a membros que ocupam funções tais como CEO do Instituto Mises Brasil (IMB), outro membro que foi Deputado Estadual no Rio Grande do Sul pelo Partido Novo (agremiação política declaradamente engajada na defesa do

² CLUBE FARROUPILHA. *Protagonizamos Mundo Mais Livre e Próspero*. Disponível em: www.clubefarroupilha.com.br. Acesso em: 01 nov. 2022.



liberalismo de acordo com as concepções de Ludwig Von Mises), ex-dirigentes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSM e membros ligados atualmente à grandes empresas multinacionais. Sendo assim, é necessário aprofundar na questão das bases teóricas desta organização.

BASES TEÓRICAS DO CLUBE FARROUPILHA

Ao analisar o site do CF, a presença constante de um autor fica bastante evidente. O autor em questão é Ludwig Von Mises, defensor do liberalismo e um ferrenho crítico da obra de Karl Marx. Mises faz parte da chamada “escola austríaca de economia” e ganhou importante relevância internacional na década de 1940 ao emigrar para os Estados Unidos a convite da Fundação Rockefeller, onde viveu até seu falecimento em 1973. Seu nome ganhou certa notoriedade popular com a proliferação do lema: “Menos Marx, mais Mises” durante as Jornadas de Junho de 2013. Como temos por objetivo fazer uma análise marxista destes acontecimentos optamos por confrontar as concepções teóricas de Ludwig Von Mises, um autor defensor do liberalismo, com as de Domenico Losurdo, um autor marxista que pretendeu desenvolver uma contra história do liberalismo.

Em se tratando da obra de Mises, a questão que acreditamos ser primordial diz respeito ao tipo de sociedade expressa nas suas produções intelectuais. De acordo com o autor “a partir da distinção entre empregado e empregador, traça-se, no plano da teoria econômica, uma distinção que não existe na vida real. Nesta concepção empregador e empregado são, em última análise, uma só e a mesma pessoa” (Mises 2017, p. 70). Afirmação esta que fortalece o discurso do empreendedorismo individual, do trabalhador não mais como um produtor de mais valor, não sendo o lucro produto de trabalho não pago e sim como parte da engrenagem que nega a própria existência da contradição entre capital e trabalho.

Percebemos assim uma rejeição explícita do conceito e mesmo da existência de luta de classes. Ludwig von Mises vai além na sua elaboração e afirma na sequência que foi Karl Marx que criou o termo Capitalismo. Afirmação esta que demonstra o pouco apego à pesquisa científica por parte do referido autor já que o



termo já aparece em documentos do século XIII³ das cidades navegadoras de Gênova e Veneza, sendo também utilizado por Adam Smith, na sua obra *“A Riqueza das Nações”*, de 1776 e por Pierre-Joseph Proudhon em sua obra: *“O que é propriedade?”*, publicada inicialmente ainda na primeira metade do século XIX.⁴

Críticas à Marx são uma constante na obra de Mises. Por mais que estas críticas tenham caráter acadêmico bastante questionável por negarem aspectos básicos de qualquer análise acadêmica como a historicidade do termo capitalismo, originando assim uma série de falácias argumentativas. Entrementes temos de levar em conta que as obras de Mises são extremamente acessíveis do ponto de vista dos termos empregados pelo autor e por se constituírem em narrativas lineares e por vezes simplistas que facilitam sua leitura mesmo por pessoas com pouco contato com termos acadêmicos.

Ao mesmo tempo em que Mises ataca Marx, ele também se coloca enquanto um defensor do liberalismo de maneira a afirmar que somente com o exercício completo e irrestrito do liberalismo teremos acesso pleno às benesses do capitalismo. Por isso temos uma defesa da não intervenção do estado na economia, defendendo, assim, políticas classificadas como de defesa do estado mínimo⁵.

Aprofundando mais precisamente para a concepção teórica de Mises (2017, p. 200) temos a seguinte afirmação: o liberalismo “é uma ideologia, uma doutrina de

³ Sobre o papel das cidades italianas na formação do termo capitalismo, recomenda-se a leitura de: BARBOSA, Gláudionor Gomes. *Origem do capitalismo: uma comparação entre as abordagens de Max Weber e Werner Sombart*. *Revista Sociais e Humanas*. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais Humanas, v.22, n°1, 2009.

⁴ Por serem duas obras de grande circulação nos meios acadêmicos se torna pouco crível que Ludwig von Mises não tenha condições de acesso a estas obras, o que nos leva a crer se tratar de uma tentativa deliberada de desconstrução do pensamento de Karl Marx o atribuindo a criação do próprio termo que de acordo com Mises (2017) seria de algo que ele, Marx, considerava como a mais grave calamidade que jamais se abatera sobre a humanidade. Esta afirmação desconsidera toda a construção do pensamento marxiano que analisa, não somente, no Livro I do *Capital* a transição do Feudalismo para o Capitalismo atribuindo inclusive um caráter revolucionário para a burguesia naquele contexto.

⁵ Um exercício bastante válido para este pré-projeto é o estudo da declaração de “Valores e princípios do MBL”, onde os preceitos de estado mínimo, tais como: não intervenção na economia, redução da carga tributária, “livre negociação” entre patrão e empregado, ataques ao serviço público e tantas outras estão claramente expressados e que demonstram uma influência bastante clara da obra de Ludwig von Mises. Movimento Brasil Livre (MBL). *Valores e princípios*. Disponível em: www.mbl.org.br/valores-principios. Acesso em: 09 de julho de 2023.

relação mútua entre os membros da sociedade e, ao mesmo tempo, aplicação desta doutrina à conduta dos homens em uma sociedade real”. Podemos perceber claramente que se trata de um discurso não só justificador da sociedade capitalista bem como também uma propaganda de uma realidade tida como dada e sem possibilidade de alteração.

Já Domenico Losurdo (2015, p. 137) ao ressaltar a validade da luta de classes, tratada por Mises (2010, 2017) como um entrave para se atingir as benesses capitalistas, afirma que o capitalismo se constitui em diferente, múltiplas e contraditórias “relações de coerção”. Esta referência nos mostra a importância de pensarmos na questão das diferentes possibilidades de coerção capitalista, desde a questão da superexploração do trabalho⁶, capitalismo de plataforma⁷ e exército (industrial) de reserva⁸.

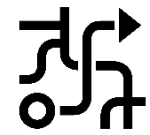
Um tema que, portanto, merece uma melhor apreciação no decorrer da nossa pesquisa é até que ponto a obra de Mises enquanto um propagandista do liberalismo e, conseqüentemente, do capitalismo também tenta exercer um tipo de coerção ao apresentar o capitalismo como o ápice das relações produtivas da humanidade. Também buscaremos compreender as concepções de Losurdo no sentido da sua produção crítica ao liberalismo e ao modo de produção capitalista.

A partir do estudo do lema ou chamado: “Menos Marx e mais Mises”, se pretende estudar o discurso presente nesses movimentos para se compreender seu projeto político, e também os demais projetos políticos e as disputas inerentes às diferentes concepções de sociedade. Um importante ponto de partida é o estudo das obras do próprio Ludwig Von Mises, disponíveis principalmente no *site* do Instituto

⁶ Sobre o tema da superexploração do trabalho, recomendamos a leitura da obra: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kottler Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

⁷ Sobre a questão do capitalismo de plataforma recomendamos a coleção *Mundos do Trabalho* publicada pela Editora Boitempo e coordenada por Ricardo Antunes. Fazemos destaque à seguinte obra: FESTI, Ricardo; NOWAK, Jörg. *As novas infraestruturas produtivas: digitalização do trabalho, e-logística e indústria 4.0*. São Paulo: Editora Boitempo, 2024.

⁸ Diversos estudos versam sobre a questão do Exército (Industrial) de Reserva, colocado em parte aqui por parênteses para demonstrar a questão de que na configuração atual do capitalismo ele não é apenas industrial. Entrementes, recomendamos a leitura da seguinte obra: MARX, Karl. *O Capital: Livro I*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.



Mises Brasil, muitas delas disponíveis para *download* gratuito, o que demonstra uma considerável política de divulgação destas ideias.

Uma análise mais detalhada nas referidas obras nos mostra uma intenção bem clara de se tentar de toda a maneira desconstruir o marxismo. De acordo com Mises (2010), o marxismo teria se tornado a principal filosofia de nossa época através do auxílio prestimoso de Augusto Comte, pois, segundo o autor, um socialista semelhante a Marx. Além disso, figuras como Otto Von Bismarck⁹ também seriam socialistas. Talvez aqui tenhamos o embrião do discurso de que o “marxismo cultural”¹⁰ domina o mundo e que figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro seriam “guerreiros mais avançados” na luta contrária a esta articulação internacional.

Já Domenico Losurdo é “chamado” para o debate por representar uma série de contribuições ao marxismo que acreditamos estarem de acordo com a realidade brasileira. Para comprovar esta afirmação é importante analisar, mesmo que brevemente, a sua obra. De acordo com Domenico Losurdo (2018, p. 193), “Em conclusão, séculos de desenvolvimento do sistema capitalista mundial, longamente hegemônico por países de consolidada tradição liberal, não contribuíram para consolidar a emancipação política”.

As duas visões antagônicas sobre o liberalismo são de importante valia para compreendermos os dois blocos que estavam disputando os rumos das Jornadas de Junho de 2013. Em Santa Maria tivemos o surgimento de uma organização declaradamente liberal que passou a atuar de maneira bastante sensível na disputa da sociedade, inclusive no ponto de vista das disputas eleitorais. Do ponto de vista eleitoral a presença do CF não se restringe ao Partido Novo tendo inclusive parlamentares eleitos pelo Partido Progressista (PP) e pelo Partido Liberal (PL), além da já citada articulação com movimentos de mesmo tipo de abrangência nacional. Avencemos então na busca por uma melhor caracterização da organização santamariense.

⁹ Logo Bismarck o principal agente externo que liderou o combate à Comuna de Paris (1871). Recomendamos a leitura de: MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹⁰ Recomenda-se a leitura de: SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “marxismo cultural”. *Revista da Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Boletim de Conjuntura (BOCA)*. Ano II, V.3. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: 2020. pp.77-82.

SERIA O CLUBE FARROUPILHA UMA *THINK TANK*?

O primeiro ponto para se tentar responder a esta pergunta é buscar uma definição sobre o que seriam esses “tanques de informação/pensamento”. A tradução literal que utilizamos já demonstra uma posição clara e evidente na batalha das ideias. O que nos ajuda a partir para uma definição sobre a função social de organizações que surgiram no Brasil nas últimas décadas e que vem ganhando importância na sociedade brasileira principalmente após as Jornadas de Junho de 2013, vide o exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL) criado inicialmente como uma espécie de trocadilho do Movimento Passe Livre (MPL) e que atualmente chega a disputar ou mesmo tentar influenciar os rumos da política institucional¹¹ mesmo não sendo formalmente um partido político.

O Clube Farroupilha também tem a sua presença tanto na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria como também até 2022 possuía um Deputado Estadual ligado à organização. O que demonstra que mesmo com o discurso de defesa do liberalismo as *Think Tanks* não deixam de disputar os rumos da institucionalidade o que de certa forma não causa estranheza se levarmos em conta os pioneiros IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)¹² que financiaram diversas campanhas políticas durante a década de 1960 e também tiveram papel de destaque no Golpe Civil-Militar de 1964.

Tendo em vista esta relação a institucionalidade tanto das *Think Tanks* pioneiras no Brasil quanto de uma das mais destacadas como MBL, é possível notar uma certa semelhança entre estas e o Clube Farroupilha no sentido de atuar na disputa pelo controle do estado, o que caracteriza o tipo de atuação de *advocacy* destas organizações de acordo com Rocha (2021). De acordo com o Instituto

¹¹ Portal G1. *União Brasil sofre pressão por chapa própria após MBL escolher Kim Kataguiri como pré-candidato à Prefeitura de SP*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/07/uniao-brasil-sofre-pressao-por-chapa-propria-apos-mbl-escolher-kim-kataguiri-como-pre-candidato-a-prefeitura-de-sp.ghtml>. Acesso em: 09 de julho de 2023.

¹² OLIVEIRA, Carlos Fellippe de. *IPÊS E IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964*. *Revista de História Comparada*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, nº 2. 2008.



Millenium¹³, considerado por Pastore (2012) como um herdeiro do IPES e do IBAD, podemos definir o conceito de *Think Tank* da seguinte forma:

O conceito de *think tank* faz referência a uma instituição dedicada a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos vitais – sejam eles políticos, econômicos ou científicos. Assuntos sobre os quais, nas suas instâncias habituais de elaboração (estados, associações de classe, empresas ou universidades), os cidadãos não encontram facilmente insumos para pensar a realidade de forma inovadora. Os *think tanks*, portanto, não fazem o menor sentido em sociedades tradicionais, onde os problemas e as soluções são sempre os mesmos por definição. Nas sociedades modernas e cada vez mais complexa, porém, há a necessidade de espaços que reúnam pessoas de destaque, com autonomia suficiente para se atreverem a contestar criativamente as tendências dominantes, especialmente quando elas se tornam anacrônicas. (Instituto Millenium. s/d).

Esta definição é bem clara ao mostrar o posicionamento de enfrentamento destas organizações em relação a um considerado *establishment*, que autores como Mises que definem a sociedade atual como vivendo, de acordo com Rocha (2021), em uma “hegemonia cultural esquerdista”. Quando falamos em Ludwig Von Mises estamos falando em um dos referenciais mais caros ao Clube Farroupilha, presente no *blog* da referida instituição em diferentes textos que debatem história, economia e cultura.

Devemos fazer aqui talvez uma digressão, um ponto que deve ser levado em conta é a influência das *think tanks* no próprio Governo Federal. Uma pesquisa na página oficial da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) nos mostra que o debate sobre inovação no setor público já conta com sensível influência dos “tanques de pensamento”, vide o seguinte trecho¹⁴:

Think tanks são instituições que desempenham um papel de advocacy para políticas públicas, além de terem a capacidade de explicar, mobilizar e articular os atores. Atuam em diversas áreas, como segurança internacional, globalização, governança, economia internacional, questões ambientais, informação e sociedade, redução de desigualdades e saúde. Produzem pesquisas, análises e recomendações que contribuem para um ambiente de

¹³ INSTITUTO MILLENIUM. *O que significa um think tank no Brasil de hoje*. Disponível em: <https://institutomillenium.org.br/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

¹⁴ ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). *Afinal, o que é um think tank e qual é a sua importância para políticas públicas no Brasil?* Disponível em: <https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

conhecimento, permitindo, inclusive, que os formadores de políticas públicas tenham ferramentas para tomar decisões mais embasadas, além de ter um papel importante na disseminação de conhecimento à sociedade. (Escola Nacional de Administração Pública, 2021, s/p)

Fica evidente a tentativa de influência das *think tanks* em se colocar para realizar funções que deveriam estar à cargo do Estado. O discurso de uma sociedade mais complexa e com desafios que não podem ser resolvidos pelo estado “desatualizado em engessado” é uma realidade nas *think tanks* e o Clube Farroupilha não seria diferente¹⁵:

Logo, o fato dessa população se satisfazer com migalhas acarreta a formação de uma vultosa bola de neve, tendo em vista que desencadeia uma série de comodismos: o Estado dá o peixe, mas não ensina a pescar. Isso significa que, ao sustentar a narrativa do bem-comum, criam-se políticas públicas em forma de assistencialismo, as quais são causa de inépcia aos cidadãos, assolando a capacidade de desenvolverem quaisquer predisposições e aptidões para a tomada de iniciativas para que atinjam o desenvolvimento econômico e enquanto seres humanos. (Clube Farroupilha. s/d)

Neste trecho temos uma importante contribuição para se compreender a relação entre as organizações aqui estudadas e a sua visão de que o estado não deve investir recursos em políticas de redistribuição de renda, pois estaria criando uma dependência do cidadão em relação ao estado e impedindo o seu próprio desenvolvimento e busca por autonomia.

Percebemos que a relação do liberalismo em sua vertente mais radical, o neoliberalismo, com o estado é de extrema importância para se compreender as concepções ideológicas do Clube Farroupilha. O que torna de extrema importância que compreendamos que o próprio surgimento desta organização faz parte de um processo muito mais amplo de atual ofensiva neoliberal que tem como característica fundamental o papel do estado como guardião do direito privado.

Temos assim a comprovação do organograma de Cláudio Katz (2016) que divide os pensadores neoliberais entre ortodoxos e convencionais. Os primeiros tidos como mais autênticos e defensores do papel de não intervenção do estado na

¹⁵ CLUBE FARROUPILHA. *O Estado como organização social detentora do monopólio da coerção*. Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/o-estado-como-organizacao-social-detentora-do-monopolio-da-coercao/>. Acesso em: 11 de julho de 2023.



economia e os últimos como defensores do papel do estado quando necessário para defender interesses da iniciativa privada, como a implementação do viés empresarial na gestão pública. Acreditamos que o segundo tipo é o que melhor representa as *think tanks* do tipo *advocacy* como o nosso objeto de estudo, o Clube Farroupilha.

Já Pierre Dardot e Christian Laval (2016) ao analisarem as contribuições de Friedrich Hayek para o ideário neoliberal realçam sua relação com um papel autoritário que permita que as suas concepções sejam colocadas em prática, sendo extremamente válida a opção pelo estado forte no sentido de garantir os interesses dos capitalistas em detrimento da democracia. Alerta que nos diz muito sobre as possibilidades e potencialidades do desenvolvimento de pesquisa mais detalhada sobre organizações como o Clube Farroupilha.

Outro ponto que caracteriza a atuação das *think tanks* é uma ampla e constante presença nos meios virtuais, que possibilitam o acesso gratuito aos seus materiais de divulgação e propaganda. O Instituto Mises Brasil, site recomendado pelo CF, disponibiliza de maneira completamente livre de custos obras de seus autores referência, o que certamente contribui muito para a sua disseminação de ideias. O debate sobre o valor da informação é de extrema importância para se compreender a questão do papel das *think tanks* na disputa da sociedade, sendo necessário se compreender como as mesmas atuam no ponto de vista virtual.

De acordo com Rocha (2021, p. 94) temos a presença de comunidades de discussão com expressivo número de membros desde a popularização do Orkut que ocorreu por volta do ano de 2006. Sendo assim, temos a seguinte contribuição da autora em questão:

Em pouco tempo os frequentadores das tais comunidades passaram a perceber que todos defendiam uma versão do capitalismo de livre mercado muito mais radical do que o neoliberalismo. Nas palavras do carioca Bernardo Santoro, outro ativo frequentador dos debates no Orkut: “A gente foi discutindo e alguém virou e rapidamente viu que todo mundo ali era muito radical, todo mundo ali era mais libertário do que liberal propriamente dito”. Foi justamente esta radicalidade que motivou os debatedores a eleger como seu principal símbolo o economista austríaco Ludwig Von Mises, tido como o defensor mais radical do capitalismo de livre mercado. No Brasil, a referência ao legado do economista costuma vir acompanhada da defesa de ideias sintetizadas em motes como “imposto é roubo”, “não existe almoço grátis”, “privatiza tudo!”, e “menos Marx, mais Mises”. (ROCHA, 2021, p.101).

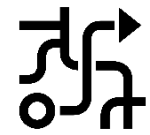


Como este trecho aborda a atuação dos grupos ultraliberais ainda nos anos de 2006 e 2007, quando estes não tinham visibilidade política para além de seus grupos em redes sociais ainda não é possível notar a grande incongruência que se coloca ao se definirem como libertários, principalmente no que diz respeito a serem “anti-estado”, e hoje termos representantes das *think tanks* tanto em cargos eletivos bem como também pretendendo gerir o estado. Sobre a questão desta contradição contida no discurso destas organizações de maneira geral, temos a contribuição de Messemberg (2019, p. 208-209):

Interessante examinar, no discurso desses agentes sociais, a convivência de elementos claramente contraditórios aos princípios neoliberais que defendem. São ferozes partidários do Estado mínimo, porém, pressionam de todas as formas o Estado a criar situações de concorrência e a incentivar modelos de comportamento que direcionem a conduta dos indivíduos no sentido de transformá-los em consumidores e empreendedores. Propagandeiam a defesa do livre mercado numa economia global, mas recorrem constantemente ao discurso de salvação da pátria. Pregam a livre iniciativa, embora não reconheçam direitos individuais básicos.

A autora vai mais além ao abordar a relação do neoliberalismo com a democracia utilizando da contribuição dos já mencionados Pierre Dardot e Christian Laval (2016) que analisam o antidemocratismo na “razão do mundo” neoliberal Fazendo referência à frase “*There is not alternative*” difundida pela então Primeira-Ministra da Inglaterra Margaret Thatcher afirmando assim que não haveria possibilidade de se reverter o processo de implementação do neoliberalismo no mundo.

Talvez agora tenhamos condições de responder à pergunta deste trecho se o CF seria ou não uma *think tank* acreditamos que sim, tanto no seu *modus operandi* bem como também nas suas contradições em relação ao estado. O CF surgiu após as Jornadas de Junho de 2013 na esteira de outros movimentos e organizações com atuação e penetração social fortalecida pelos movimentos em questão. Por isso, o seu estudo nos serve não só para compreender elementos relativos à política local, mas também em relação à política nacional e as formas de agir da direita que emergiu após aquele junho e que disputa os rumos do estado brasileiro de maneira a ainda não se saber os limites da sua potencialidade.



CONCLUSÃO

Para concluir é importante que voltemos à citação inicial da ex-presidenta Dilma Rousseff que relacionou a existência de dois blocos antagônicos que disputam os rumos do Brasil do Brasil e que tentaram influir nas manifestações denominadas de Jornadas de Junho de 2013, mesmo sem se utilizar do termo Dilma explicita aquilo que a teoria marxista denomina de luta de classes.

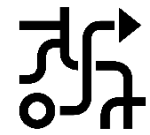
Neste sentido temos uma situação bastante interessante do ponto de vista do estudo acadêmico. Apesar de o então Governo Federal não ter conseguido influir nas manifestações como pretendia e as prometidas reformas estruturais não terem avançado, Dilma parece ter resgatado o prestígio necessário para conseguir se reeleger, o que ocorreu também graças ao apoio dos movimentos sociais e também das pessoas atendidas pelos projetos de redistribuição de renda iniciados por seu antecessor. Todavia, seu segundo governo contou com ferrenha oposição tanto que tivemos o Golpe de 2016 que a retirou da Presidência da República¹⁶.

Abordando mais precisamente o CF temos a sua consolidação em Santa Maria exatamente neste período, desde a sua fundação em 2013 até o Golpe de 2016 esta organização ganhou influência e foi muito profícua na produção e divulgação de materiais que expressam a sua visão de mundo e o colocam claramente de um lado da luta de classes, o que justificaria a pesquisa mais aprofundada sobre a sua aparente consolidação, que pretendemos comprovar ou não através de estudos subsequentes, na política santa-mariense.

Portanto, temos de concreto que o Clube Farroupilha passou a desenvolver séries de atividades, palestras e cursos de formação a partir de 2014 com a defesa clara do impeachment de Dilma Rousseff, inclusive lamentando a ausência de uma maior punição para a ex-presidenta, como fica evidente neste trecho publicado no *blog* da referida organização:

Dilma Rousseff foi salva pelo impeachment. Não tenho dúvidas que se o mandato da presidente tivesse se completado ela sairia reconhecida como a pior presidente da história do Brasil. No entanto, a narrativa do golpe, aparentemente, a transformou de incompetente em uma injustiçada heroína

¹⁶ Pretendemos no decorrer dos próximos trabalhos desenvolver reflexão sobre este período relacionando com o papel das *think tanks* e mais precisamente do Clube Farroupilha em Santa Maria -RS.



e defensora do estado democrático de direito. O suposto golpe fez com que muitos tenham esquecido o que Dilma Rousseff fez em pouco mais de 5 anos de governo. Podemos dizer, sem exageros, que nunca um presidente herdou um país tão arrumado como Dilma Rousseff. Da República, para cá, ninguém tinha pego um país crescendo à 7,6%, com a inflação relativamente controlada, o endividamento público em uma trajetória controlável, a taxa de câmbio valorizada, as exportações em alta e o país em uma trajetória de quase pleno emprego. Ou seja, bastava a presidente fazer as reformas necessárias e deixar o país livre que o desenvolvimento tenderia a se perpetuar.

O mesmo texto coloca que a missão do então novo Presidente Michel Temer seria o de seguir o receituário liberal de presença mínima do estado na economia e de acordo com o texto citado seria o caminho para recuperar o país. Não se pode negar que o CF enquanto uma *think tank* teve posicionamento bem definido na questão do Golpe de 2016, defendido por seus apoiadores como impeachment¹⁷. Sendo assim temos uma grande possibilidade de estudo para se compreender como que se deu toda esta materialização da luta de classes em Santa Maria. Referências a Karl Marx também são uma constante no blog do CF, para reforçar o argumento que os coloca em uma posição clara na luta de classes citamos o seguinte trecho:

O que Marx convenientemente ignorou é que essa não realização de valor pela mercadoria (leia-se falta de demanda pela mercadoria) não ocorre somente após a superexploração da mais valia e, sim o tempo todo, o que destroça qualquer argumento de que a mais valia (se é que existe) é injusta. Isso nos mostra que a verdade teórica está ao contrário do que Marx afirmava. É a mais valia que incentivou (e incentiva) os empresários a continuarem se expondo a incerteza e os riscos de produzir. É a mais valia que empregou pessoas mesmo em períodos em que a população aumentou sete vezes num período de 50 anos (como ocorrido no Reino Unido). Logo, não fosse a mais valia teríamos indigentes passando fome e morrendo nas ruas como no século XIX. A mais valia propiciou sua inserção em um insalubre mercado de trabalho que nas condições da época apresentava-se como a melhor opção.

Temos neste trecho uma notada influência da obra de Ludwig Von Mises que além de negar a luta de classes coloca que empresários, leia-se capitalistas, e trabalhadores são igualmente afetados pela economia. O interessante é que o autor inicialmente em seu texto chega a duvidar da própria existência da mais valia para

¹⁷ Nos estudos posteriores relacionaremos de maneira mais concreta a diferenciação entre impeachment e golpe demonstrando que houve no caso da retirada de Dilma Rousseff da Presidência um Golpe, pois não foi constatado crime pela literatura jurídica.



depois agradecer pela suposta superação da indigência, da fome e morte causada pela miséria. Argumento que pode ser facilmente desmontado se analisarmos dados sobre a proliferação da miséria no mundo em contraste com o crescimento do número de bilionários no mundo. Em outras palavras, o capitalismo não tem por interesse uma distribuição mais igualitária de renda e sim uma concentração de renda cada vez maior na mão de poucos indivíduos, além da formação de “exércitos de reserva” de trabalhadores não só dispostos a trabalhar recebendo baixos salários, mas também servindo de ameaça para aqueles que estão ocupados no mercado de trabalho, sejam aqueles em relação de trabalho precarizado ou mesmo aqueles ainda amparados pelo que ainda restou de conquista social na legislação trabalhista.

Enfim, muitos pontos ainda podem e devem ser explorados em relação a tão amplo e importante tema de pesquisa principalmente no que diz respeito às consequências das Jornadas de Junho de 2013, tanto no nível nacional quanto no nível local e também como que setores da ultraliberais se utilizaram desta conjuntura para criar uma *think tank* na região central do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Breno. Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In: *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz. São Paulo: Boitempo, 2023.

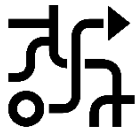
BARBOSA, Glaudionor Gomes. Origem do capitalismo: uma comparação entre as abordagens de Max Weber e Werner Sombart. *Revista Sociais e Humanas*. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais Humanas, v.22, nº1, 2009.

BOITO Jr., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classes nos governos do PT*.

CLUBE FARROUPILHA. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 09 de julho de 2023.

_____. *Obrigado Santa Maria!* Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/obrigado-santa-maria-2/>. Acesso em: 09 de julho de 2023.

_____. *Protagonizamos Mundo Mais Livre e Próspero*. Disponível em: www.clubefarroupilha.com.br. Acesso em: 09 de julho de 2023.



_____. *O Estado como organização social detentora do monopólio da coerção.* Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/o-estado-como-organizacao-social-detentora-do-monopolio-da-coercao/>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

_____. *Em defesa da mais valia.* Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/em-defesa-da-mais-valia/>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

_____. *O impeachment salvou a figura de Dilma Roussef, mas não salvou o país da crise. E agora? O que o governo Temer tem que fazer?* Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/o-impeachment-salvou-a-figura-de-dilma/>. Acesso em 11 de julho de 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.* São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). *Afinal, o que é um think tank e qual é a sua importância para políticas públicas no Brasil?* Disponível em: <https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.* Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FESTI, Ricardo; NOWAK, Jörg. *As novas infraestruturas produtivas: digitalização do trabalho, e-logística e indústria 4.0.* São Paulo: Editora Boitempo, 2024.

INSTITUTO MILLENIUM. *O que significa um think tank no Brasil de hoje.* Disponível em: <https://institutomillennium.org.br/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo.* São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2018.

LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica.* São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer.* São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. *A guerra civil na França.* São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: Livro I.* São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista.* São Paulo: Boitempo, 2010.



MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (orgs.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MISES, Ludwig von. *As seis lições: reflexões sobre política econômica para hoje e amanhã*. São Paulo: Editora LVM, 2017.

_____. *Liberalismo*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

Movimento Brasil Livre (MBL). *Valores e princípios*. Disponível em: www.mbl.org.br/valores-principios. Acesso em: 09 de julho de 2023.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe de. IPÊS E IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. *Revista de História Comparada*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, n° 2. 2008.

ROCHA, Camila. Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? *Revista Aurora*. Universidade Estadual Paulista. V 5, n°2, p. 57-80, jan/jun. 2012.

Portal G1. *União Brasil sofre pressão por chapa própria após MBL escolher Kim Kataguiri como pré-candidato à Prefeitura de SP*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/07/uniao-brasil-sofre-pressao-por-chapa-propria-apos-mbl-escolher-kim-kataguiri-como-pre-candidato-a-prefeitura-de-sp.ghtml>. Acesso em: 09 de julho de 2023.

PROUDHON, Pierre Joseph. *O que é propriedade?* Disponível em: <https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2014/05/O-que-e-a-Propriedade-Livro-de-Pierre-Joseph-Proudhon.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2023.

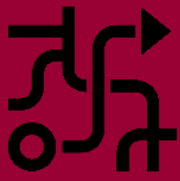
ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. In: *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz. São Paulo: Boitempo, 2023.

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “marxismo cultural”. *Revista da Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Boletim de Conjuntura (BOCA)*. Ano II, V.3. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: 2020. pp.77-82.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Recebido em 18/08/2023

Aprovado em 28/10/2024



MATTOS, Renan Santos*

<https://orcid.org/0000-0003-0888-8641>

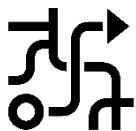
RESUMO: O artigo tem por objetivo problematizar a aula de história como espaço de encontro às diferenças diante de cenários marcados pela polarização política e negacionismo histórico. Problematiza-se o processo de mudanças curriculares no âmbito do ensino de história. Nesse sentido, o primeiro momento dedica-se a assinalar o processo de mudanças curriculares no Ensino de História com o objetivo de evidenciar a emergência de pensamentos conservadores e a limitação de discussão de certos temas no espaço escolar; o segundo momento, com base nas experiências profissionais, evidencia as relações entre estudantes e professores no contexto de tensões entre o que se ensina na escola. E, por fim, reflete-se sobre a importância da aula de história na aproximação entre diferentes posicionamentos. Essa proposta de análise sistematiza a ideia de ensino de história como lugar fundamental para a promoção do diálogo e negociação de pontos de vista.

PALAVRAS-CHAVE: Aula de história; Reformas Curriculares; Democracia.

ABSTRACT: This paper aims to problematize history classes as a space for encountering differences in contexts marked by political polarization and historical negationism. The curricular change process in history teaching is problematized. In this sense, the first moment is dedicated to highlighting the process of curricular changes in History Teaching with the aim of highlighting the emergence of conservative thoughts and the limitation of discussion of certain topics in the school space; the second moment, based on professional experiences, highlights the relationships between students and teachers in the context of tensions between what is taught at school. And, finally, it reflects on the importance of history classes in bringing together different positions. This analysis proposal strives to systematize the idea of teaching history as a fundamental place for promoting dialogue and negotiating points of view.

KEYWORDS: History teaching; Curriculum reforms; Democrac

* Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: renan.mattos@uffs.edu.br



Em seu livro *Cartas a Cristina*, Paulo Freire (2020) enfatiza a importância do conhecimento de história para a construção de perspectivas políticas e sociais alternativas. Sendo assim, Freire sugere a proposta de trazer a vida para a sala de aula com o objetivo de analisar os descompassos da democracia. Logo, voltar-se para as contradições e as discriminações de classe, de gênero e de raça mobilizam o exercício de aprender a viver em democracia.

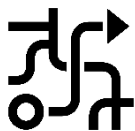
A consolidação do regime democrático, no Brasil, também se relaciona com a noção da educação como direito e seus desafios, a partir da constituição de 1988. Esse período – em termos de políticas educacionais do ensino de história – relegou uma aproximação do ensino de história com a historiografia diante da ampliação de novos temas, sujeitos históricos e metodologias. A aula de história rompia com a ideia de uma educação histórica bancária (FREIRE, 1987), com base na memorização de datas, fatos e personagens denominados de grandes heróis.

Esses aspectos se revelam pontos de partida, pois percebemos diferentes pautas e disputas no campo educacional brasileiro. Sílvia Gallo (2021) argumenta que, a partir de 2016, o contexto social brasileiro foi marcado pela crise da governamentalidade democrática. Nesse sentido, grupos privatistas e conservadores religiosos passaram a delinear as pautas e as políticas públicas educacionais brasileiras; antes de entrar nesse assunto, consideramos importante situar algumas questões importantes de nossa análise.

A chamada história do tempo presente é um tema consolidado no campo da historiografia brasileira. Enrique Padrós (2004) demarca a diversidade de fontes como elemento desafiador para a construção teórico-metodológica sobre o nosso tempo. O referido autor ainda assinala a importância do rigor metodológico para a compreensão do processo social e histórico.

Nesse sentido, citando Le Goff, Padrós explica que

[...] o tempo presente exige, mediante pressupostos teóricos, o dimensionamento, a hierarquização e a contextualização dos eventos, assim como sua inserção no processo histórico e sua relação com ele. Apesar de legitimar a especificidade do tempo presente, Jacques Le Goff (1999, p. 102) aponta que a natureza científica da apreensão desse tempo estará garantida se os historiadores do imediato (aparentemente ele utiliza HI e HTP como sinônimos) trabalharem metodologicamente considerando as seguintes operações: analisar o acontecimento com profundidade histórica pertinente; trabalhar as fontes com o rigor crítico e os métodos adequados; e explicar os fatos,



hierarquizá-los e integrá-los numa longa duração. (PADRÓS, 2004, p. 204).

Debruçar-se sobre o ensinar história no tempo presente, a partir das discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e as aulas de história, representou o posicionamento sobre a história política educacional do país. Assim, aproximamo-nos das afirmações de Reinaldo Lohn (2019, p. 11) a respeito de que “escrita da história voltada ao tempo presente tem como significado básico uma atitude política na qual a historiografia se expõe ao debate público em um momento em que diferentes narrativas buscam reescrever o passado com vistas a utilizá-lo como arma política”.

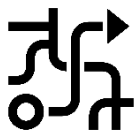
Metodologicamente, o artigo se volta para a noção de cenas escolares proposta por Fernando Seffner (2020). Nesse sentido, em diálogo com Seffner, a criação de registros e diários de campo – no contexto escolar – permite-nos refletir tanto sobre a construção das nossas práticas pedagógicas quanto sobre interações estabelecidas no currículo em ação no sentido de reafirmar a aula de história como lugar do diálogo e encontro com a diferença de gênero, classe, raça e questões religiosas.

O diário de campo corresponde a um instrumento de pesquisa recorrente no campo das ciências humanas por meio do qual “o pesquisador realiza todo tipo de anotação pertinente ao contexto explorado” (LIMA, 2018, p. 131). Desse modo, Sheila Lima (2018), citando Bogdan e Biklen (1994), esquematiza a escrita do diário de campo a partir de duas composições. A primeira envolve o caráter descritivo como o objetivo de detalhar o local e as pessoas, bem como as ações e falas. O segundo aspecto se concretiza nas anotações de cunho reflexivo, no qual o pesquisador expõe as suas preocupações, ideias e problematizações.

O diário de campo – nesse caso – segue um percurso bastante peculiar, pois almeja narrar e refletir sobre as minhas experiências como professor de história, pois esse recorte é construído dos sentimentos e significados da escrita-testemunho do “fazer pedagógico” uma vez que busca sistematizar as disputas de currículo testemunhadas no período de 2018-2022.

Consideramos que esse esforço é fundamental

[...] para a reorganização da aprendizagem, bem como fornecer ao professor informações sobre aprendizagem dos alunos e sobre o seu ensino. Assim, vemos o diário como um instrumento de reflexões e de



tomada de consciência da aprendizagem, possibilitando a reorganização e o aperfeiçoamento do ensino (ANDRÉ; POTIN, 2010, p. 15)

Diante desses aspectos, esse texto corresponde a indicar a aula de história voltada para a defesa da democracia. Nesse ponto, o texto se organiza em três momentos: discussão sobre a relação entre ensino de história e os tempos de reformas curriculares; análise da escrita-testemunho de meu exercício como professor de história; e indicações da aula de história como lugar de diálogo nos contextos de crise das instituições democráticas brasileiras.

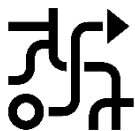
AULA DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO – REFORMAS E RESISTÊNCIAS.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) impactou de forma intensa o processo pedagógico dos contextos educativos brasileiros colocando em evidência “o acesso à educação e à melhoria na qualidade da Educação Básica” (ABRAMOWICZ; CRUZ; MORUZZI, 2015, p. 47-48), tendo como foco um currículo nacional unificado. Nesse quesito, o conceito de diversidade e de direitos de aprendizagem nortearam o debate das políticas curriculares no país.

A BNCC – em virtude de seu viés prescritivo e em caráter de lei – estabelece “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 7). Nesse sentido, o documento apresenta a história e as ciências humanas com o objetivo de

[...] estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. (BRASIL, 2018, p. 354).

Circe Bittencourt (2018) denuncia os impactos da crise do capitalismo nos currículos de história. Segundo a autora, a ênfase na tecnologia, no individualismo do jovem cidadão e na exaltação ao consumo sustentam os projetos de educação voltados à formação das subjetividades, com total indiferença às desigualdades estruturais que compõem a contemporaneidade. Sendo assim, Bittencourt sistematiza esse momento que



[...] a formação das futuras gerações deve, necessariamente, basear-se em uma *aprendizagem eletrônica* que exige uma reorganização pedagógica para que se possa elevar o capital humano ao *status* do capital financeiro. O controle dos currículos pela lógica do mercado é, portanto, estratégico e proporciona o domínio sobre o tempo presente e futuro dos alunos. (BITTENCOURT, 2018, p. 144).

O debate sobre a BNCC está relacionado ao contexto político do golpe parlamentar que afastou a Presidente Dilma Rousseff em 2016. Elizabeth Macedo (2017) enfatiza a relação entre as pautas conservadoras e o Movimento da Escola Sem Partido na construção do documento:

Já com a segunda versão da BNCC divulgada, um novo conjunto de demandas, que chamarei de “demandas conservadoras”, tem se fortalecido. Não que elas não estivessem presentes em todo o processo, como ocorre em nível internacional, mas ganharam proeminência após o impeachment de Dilma Rousseff, quando o ESP passou a ser um dos interlocutores do MEC. Em forte associação com deputados da bancada evangélica neopentecostal — que a partir dos anos 1980 têm lutado por representação política e a ampliado (BURITY, 2015) —, o ESP inseriu em sua agenda o debate sobre a BNCC. O movimento apresenta duas ordens de demandas em relação à BNCC: quanto à instância competente para sua aprovação e quanto ao seu conteúdo, mais especificamente, aos objetivos de aprendizagem e ensino. (MACEDO, 2017, p. 514-515)

Flavia Caimi e Sandra Regina Oliveira (2021, p. 4) detalham o processo de construção da Base, sendo que o período pode ser caracterizado “pelas lutas sem possibilidades de acordo”, pois certos “grupos que se definem detentores de verdades absolutas em torno de vários assuntos, inclusive sobre o que é uma escola, como o que deve ser ensinado nesse lugar”. Desse modo, conforme as autoras, a aprovação apressada da terceira versão da BNCC concretizou seu viés conservador tendo como ênfase competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo do processo de escolarização de jovens e crianças.

Tássio Acosta e Sívio Gallo sinalizam o caráter normativo e autoritário da terceira versão da BNCC. Nesse sentido, sinalizam:

O que se viu na finalização do processo, com a aprovação da terceira versão, porém, foi o desrespeito a esse processo anterior de consulta e participação, sendo aprovado o documento produzido pelas pessoas e grupos então próximos ao governo e com seus interesses privatistas, além da tentativa de não desagradar a bancada evangélica, deixando de lado os temas ligados ao gênero e à sexualidade. (ACOSTA; GALLO, 2020, p. 9).

Nesse sentido, Flávia Caimi (2016) e Nilton Pereira e Mara Rodrigues (2018) enfatizam o intenso debate da área de história sobre “qual passado é válido e legítimo a ser ensinado nos contextos escolares”. Os autores coincidem nas críticas à segunda e à terceira versão da BNCC, pois destacam que a BNCC reforça a epistemologia eurocêntrica, linear ao determinar a lista de conteúdos canônicos e convencionais. (CAIMI, 2016; PEREIRA; RODRIGUES, 2018). Esses posicionamentos evidenciam disputas de poder sobre o papel do ensino de história na constituição da consciência histórica e na interpretação sobre a sociedade brasileira.

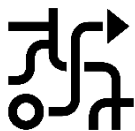
Sendo assim, Flávia Caimi (2016) sintetiza o processo de construção da BNCC, em que

[...] o documento apresentado como uma segunda versão não guarda relações de continuidade com a primeira versão, razão pela qual nos faz reconhecer nele um outro documento, com pressupostos e proposições bastante distintos daqueles que orientaram a produção inicial da BNCC História. Trata-se de uma proposta que se refugia nos conteúdos convencionais e canônicos, tomando a cronologia linear como eixo central do discurso histórico, ou seja, desconsidera os postulados, princípios e proposições oriundos da pesquisa acadêmica nacional e estrangeira dos últimos trinta anos, representando um flagrante e lamentável retrocesso. (CAIMI, 2016, p. 90-91).

Ressaltamos, ainda, que o país viveu uma série de crises dos direitos das crianças e jovens no contexto de 2018-2022. Ruy Fausto (2019) traz detalhes do conservadorismo como fenômeno político e social. Sendo assim, “da união da democratura¹ e do neoliberalismo nasce um produto estranho, que se caracteriza por ser antiemancipatório em todos os planos: ele é pró-capitalista fanático, antidemocrático, contrário ao feminismo, racista e antiecológico” (FAUSTO, 2019, p. 114). Essa onda conservadora agregou pautas morais que passaram a questionar a autonomia e o exercício da docência nas diferentes etapas da educação brasileira.

A trajetória de Jair Messias Bolsonaro, dessa maneira, dimensiona uma série de rupturas das conquistas no campo democrático e educacional. É importante relacionar a cenários da crise do capitalismo. Michel Lowy (2016) assume como ponto de partida que os golpes à democracia – em nível mundial – decorreram dos anseios

¹ Para Fausto, a democratura diz respeito a estrutura de poder que se organiza nos governos autoritários que emergiram no século XXI. A democratura, portanto, surge em resposta às crises do capitalismo, tendo o nacionalismo, as pautas morais, o antiintelectualismo, a segurança e o neoliberalismo como centrais no discurso de poder desses governos.



e interesses da lei do mercado. Além disso, as reformas da previdência e trabalhistas durante o governo de Michel Temer, entre 2016-2017, estruturam as políticas de austeridade e controle fiscal diante da crise do capitalismo, e foram mantidas entre os anos de 2018-2022, com cortes de verbas em diferentes setores da sociedade brasileira.

Dessa maneira, as pautas de cunho moral e de defesa do Estado mínimo arregimentaram diferentes grupos sociais em torno do governo de Jair Messias Bolsonaro. Ao acenar para o ultraliberalismo², segurança, anticorrupção, defesa dos valores tradicionais e cristãos, o bolsonarismo, como ideologia política, caracteriza-se pela complexidade de diferentes grupos que orbitam o nome de Jair Messias Bolsonaro.

Daniel Aarão Reis apresenta o Bolsonarismo a partir de diferentes camadas da sociedade, em que

[...] seu núcleo mais coeso nos aparelhos de segurança formais (forças armadas e polícias) e informais (milícias e bancada da bala). Agrupam-se em torno dos conceitos de Ordem, de Segurança e de defesa da Pátria. Ignorados ou marginalizados ao longo dos anos da “Nova República”, mastigaram ressentimentos represados que escoam agora com vigor. Antes, Bolsonaro e seus filhos construíram seu prestígio apoiando sem reservas os interesses corporativos desses segmentos (REIS, 2020, p. 08).

Além disso, grupos religiosos se agregam a esse núcleo no sentido de reafirmar a ideia de salvação de um país corrupto por se afastar dos valores cristãos, e, por fim, o endosso ao capital financeiro e aos interesses do agronegócio compõem a base de governo. Portanto, esses grupos movimentam-se em torno de pautas do mercado e pautas morais como forma de ampliar a conquista simbólica do governo Bolsonaro.

Daniel Aarão Reis ainda destaca a atuação do Bolsonarismo nas plataformas digitais em que

Bolsonaro, seus aliados e correligionários investem furiosamente contra os adversários reais ou supostos desrespeitam deliberadamente regras elementares de convivência (o “politicamente correto”), agredem amigos e inimigos, precipitam intrigas e discórdias, desafiam com arrogância o senso comum e até mesmo verdades

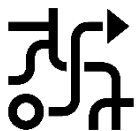
² Segundo Kátia Baggio (2016, p. 1), o termo designa “propostas econômico-sociais de Estado mínimo, defesa do livre mercado e da desregulamentação em um período de rápida e intensa globalização. Considero o termo ultraliberal, como já afirmei, mais preciso, pois sintetiza as propostas de um liberalismo acentuado, na era da globalização financeira”

científicas estabelecidas (terraplanismo), criando “fatos novos” permanentes (ouveu a última do Bolsonaro?), em uma visada típica de quem deseja “épater les bourgeois” (escandalizar os burgueses). O objetivo, em grande parte alcançado, pelo menos até o momento, é o de “pautar o debate”, manter a iniciativa a todo o custo (REIS, 2020, p. 09)

Para além desse aspecto, há um projeto de sociedade concebido nos direitos de aprendizagens e códigos de habilidades que passaram a estar presentes nos planos de estudos das escolas. Sendo assim, passou a ser obrigatório destacar os códigos de habilidades, bem como o termo objeto de conhecimento nos planejamentos dos professores e das professoras. Cabe salientar ainda que as reformas curriculares coincidem com a emergência da pandemia – entre 2020-2022– durante a gestão do Governo Bolsonaro, o que implicou em desafios tanto em medidas para conter o avanço do vírus quanto para a efetivação das aprendizagens de jovens e crianças em idade escolar.

Diante dessas questões, delimitamos que a educação brasileira está no centro das pautas conservadoras. Conforme Acosta e Gallo (2020), os grupos conservadores bradavam uma Escola Sem Partido, sem doutrinação, e, desse modo, constituíram a estratégia em torno do medo, o controle do discurso midiático e a instabilidade política para conduzir as definições do que é a escola, do que se ensina e quais as relações possíveis entre a escola e a família. Segundo os autores, ao se valerem dos espaços democráticos, esses grupos “aproveitaram-se de um apelo à participação democrática para assumir posições e reverter o processo, tornando-o antidemocrático, limitado, cerceador e censurado” (ACOSTA; GALLO, 2020, p. 12).

Apesar de não termos por objetivo evidenciar as mudanças de conteúdos elencados na BNCC, consideramos importante assinalar que as três versões da BNCC mobilizaram intenso debate e discussões sobre a organização curricular do ensino de história. Entendemos esse momento demarcado pelas disputas de quais conteúdos históricos seriam legítimos a serem ensinados nos contextos escolares, bem como representaram a edificação de um projeto de sociedade. Sendo assim, o alinhamento aos interesses privatistas e o surgimento de pautas conservadoras, no espaço público, significaram ataques ao que se ensina na escola e colocam o currículo como elemento central das políticas educacionais. Portanto, a aprovação da BNCC e Reforma do Ensino Médio estruturam um projeto de sociedade marcado pelo individualismo, pela valorização do consumo e a exaltação da meritocracia.



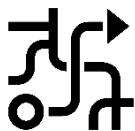
Paulo Eduardo Dias de Melo e Angela Ribeiro Ferreira (2019) analisam o contexto presente das reformas curriculares no ensino de história. Nesse sentido, enfatizam essa variação de pontos controvertidos das disputas curriculares sobre o passado inauguradas com o impeachment da Presidenta Dilma. Ao percorrerem o Governo Dilma, de Michel Temer e Jair Bolsonaro, os autores apontam o deslocamento das discussões entre especialistas (historiadores e historiadoras) em torno do currículo para a ênfase de pautas de cunho conservadoras, no qual militarização, escola sem partido, revisionismo histórico passaram a nortear o espaço público.

Nesse cenário, a acusação em torno de professores doutrinadores, a censura em temas como gênero, sexualidade, raça e ditadura Civil-militar invadiram o espaço da escola. Resistir nos espaços escolares se desdobra na defesa do conhecimento histórico e de uma educação com referência nos direitos humanos e na liberdade de ensinar. Desse modo, um ensino de história voltado para a democracia, no qual a aula de história pode potencializar experiências efetivas e afetivas de encontro com a diferença no passado e no presente com o objetivo de romper com viés eurocêntrico e conteudista imaginado pelos documentos orientadores. A aula de história assume a perspectiva da vida e da construção de outras possibilidades de ser e existir.

CENAS ESCOLARES E OS TEMPOS DE RESISTÊNCIAS

Medo e denúncia. Os últimos anos foram vividos de forma bastante intensa. A censura de certos temas provocou mudanças da aula de história, constituindo interferências sobre a atuação do professor e da professora de história. Assim, “o ódio ao doutrinador” (PENNA, 2016) fundamentou uma série de denúncias e perseguições, e, ao mesmo tempo, aprendemos a lidar com o imprevisto de que certos temas provocam no espaço escolar;

O espaço escolar se constrói de territorialidades e uma pluralidade de composições, dinâmicas e interações. Nesse sentido, Viñao-Frago (2001, p. 77) sistematiza “a escola como espaço e lugar”. Algo físico e material, mas também uma construção cultural”. O autor estabelece a arquitetura escolar como fundamento do princípio educativo, pois apresenta uma infinidade de possibilidades e sentidos, como de disciplinarização, de controle, vigilância e processos educativos. Portanto, essa compreensão assinala ainda o espaço escolar repleto de tensões frente aos



mecanismos de vigilância, no qual a luta pela ampliação dos direitos por parte de crianças e jovens passa a compor a dinâmica das relações existentes.

Além disso, a noção de cultura escolar possibilita a analisar as experiências escolares e profissionais. Nesse sentido, Viñao-Frago dimensiona cultura escolar com referência na dimensão temporal, sociológica e de poder. Sendo assim, cultura escolar pode ser entendido como

[...] conjunto de aspectos institucionalizados” — incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos — la historia cotidiana del hacer escolar —, objetos materiales — función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... —, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer (VINAO FRAGO, 1995, p. 68-69).

Já Fernando Seffner delimita a noção da escola tendo por base a socialização e a alfabetização científica que se articulam. A escola

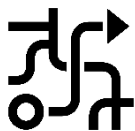
tanto se envolve na alfabetização científica quanto na educação para as relações sociais, o que implica atenção aos processos de socialização e sociabilidade, próprios da cultura escolar. Pensando a escola como um espaço público, reforça-se a garantia de que cada um possa expressar suas diferenças e ser respeitado (SEFFNER, 2020, p. 79).

Como Seffner (2020), defendemos a dimensão social da escola como fundamental para a ampliação das experiências familiares.

Nesse sentido,

É na escola que se aprende o valor do respeito pelas garantias constitucionais da liberdade de crença, de consciência e de livre manifestação de ideias. É nela também que aprendemos a diferença entre liberdade de expressão e manifestação de discursos de ódio [...]. Estas categorias são pensadas como parte fundamental da organização da sociedade, capazes de garantir respeito à diferença e a construção de um *modus vivendi* de justiça social (SEFFNER, 2020, p. 79).

Esses tempos de incerteza política aparecem na escola; sendo assim, situamos a aula de história como lugar do encontro com a diferença de modo a evidenciar negociações, estratégias e reflexões com base na perspectiva de registro de cenas escolares, o que também nos coloca na instabilidade por conta das mudanças no currículo de história em construção na atualidade.



Segundo Seffner (2020, p. 82), “a sala de aula pode ser vista como laboratório, onde o professor vai coletando cenas, situações e anotando num diário de campo, para futura análise”. Essa escrita suscita refletir sobre as práticas de ensino em história, promover novas conversas e problematizar aspectos do nosso exercício enquanto professores e professoras no contexto da sala de aula.

As cenas escolares revelam a cultura escolar delineada por negociação entre o saber histórico, as experiências/saberes das crianças e jovens e questões sensíveis de nossa sociedade. A primeira cena descortina tanto o diálogo sobre o feminismo quanto revela o significado da problematização e da curiosidade como parte metodológica do ensino de história.

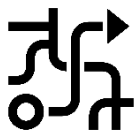
Iniciamos com a descrição da proposta da prática de ensino sobre a Primeira República:

Era um dia normal. As primeiras aulas de um dia de outono. Estudávamos a 1ª República. Discutimos a composição da Constituição de 1891 e sua perspectiva de voto. Organizei em duplas e a sugestão era a construção de manifestos sobre a luta por direitos políticos para a organização da Roda de Conversas. A proposta era pensar o presente e o passado. O entusiasmo arrebatou todo mundo. Diversos temas surgiram: racismo, analfabetismo, presidencialismo, a importância do voto. O clima político e a Covid-19 ainda transitavam nas linguagens e nos olhares que manifestavam certo entusiasmo. Tudo corria bem. E, ao transitar pelos grupos, passei a orientar as possibilidades de temas, levantar perguntas e a construção da narrativa para a Roda de Conversa. (Diário de Campo, 11/04/2022).

Diante desse cenário, deparamo-nos com a seguinte questão:

Eis que um menino, com, provavelmente, 15 anos de idade, indagou-me: - Sor, queremos falar dos direitos das mulheres. Fiquei entusiasmado. Nesse aspecto, o debate se movimentou para ideia de que gostariam de falar do feminismo e como conferem um caráter de “vitimismo” às mulheres. Pensei nas pautas conservadoras. Em segundos, comecei a questionar sobre o direito do voto das mulheres no Brasil, ao acesso à educação. E qual seria a importância desse movimento para esse processo? Eles pensaram, me olharam. Aquele silêncio. (Diário de Campo, 11/04/2022).

Estudantes e professor evidenciam o turbilhão de debates em tensão entre a escola e outros espaços de socialização. Essa discussão permite associar o cenário marcado pela ampliação do acesso à informação, bem como a intensa circulação de notícias falsas (fake news). Por isso, a escola se confronta com certos estereótipos e anacronismos históricos, já que aparece toda a carga de criminalização e pânico moral



em torno dos movimentos sociais e da presença de certos temas na escola. Essa cena motiva algumas questões: O que é vitimismo? Como construir um espaço capaz de acolher certas visões de mundo que se sustentam com base em senso comum? Como ampliar essas concepções a partir do conhecimento histórico?

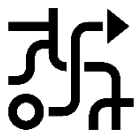
A segunda cena foi ainda mais controversa, já que trouxe uma série de imagens e preconceitos sobre as religiões de matriz-africana. Segue o relato:

Primeiro período. “Sextou”, como eles dizem. Estava finalizando a Reforma Protestante. Lemos as teses de Lutero. Uma questão do livro trazia sobre a diversidade religiosa. Pensei em promover uma conversa. Perguntei se conheciam algumas instituições religiosas. Vocês frequentam? A maioria disse que participava. Comecei a indagar quais seriam?. Surgiram Assembleia de Deus, Católica e Universal. Uma me disse, têm espíritas e macumbas. Mas não sei se são religiões como as outras. Eu sei ... Outra disse que não suportava, pois o barulho era excessivo próximo a sua casa. Mais um choque. Tentei negociar, tentei explicitar a liberdade religiosa e de culto. Parecia não fazer efeito. Pensei: precisamos debater religião (Diário de Campo, 6/05/2022).

Tratar do imprevisto presume afetividade e sensibilidade para o estabelecimento do diálogo. Nesse sentido, gostaria de chamar atenção que o currículo – na prática – é atravessado pelas relações entre os sujeitos, o que provoca sensações de afeto ou repulsa, mas também tensionam a construir caminhos para a concretização de uma educação democrática com base na negociação de posicionamentos (SEFFNER, 2020). Desse modo, esse momento trouxe algumas indagações: será que tínhamos alguns adeptos de religião de matriz africana que silenciaram? É impossível responder tal questão, mas o episódio orbitou estereótipos que precisamos enfrentar na construção de uma sociedade plural e inclusiva, e, desse modo, estabelecer estratégias de abordagens do ensino de história para confrontar tais perspectivas colonialistas e com base no preconceito. Diante desse cenário, essa demanda pode ser negligenciada diante de propostas educativas que privilegiam a lista de conteúdos dos documentos orientadores.

Se os imprevistos acabam nos cercando de perguntas sem respostas; por outro, lugares seguros criam possibilidades interessantes:

Era um tema clássico de uma de 8º ano: a revolução industrial e as condições de trabalhadores. A aula seguiu o movimento convencional: lemos as páginas do livro, organizei uma oficina sobre a divisão do trabalho, e, por fim, apresentei a cena do filme Tempos Modernos. Os alunos riram, sentiram a curiosidade, sentiram a genialidade de Chaplin. E isso, por si só, bastava. Mas resolvi tencionar a discussão. Pedi para que desenhassem ou escrevessem frases sobre a luta por direitos. E

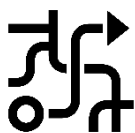


passamos a debater sobre a instabilidade do trabalho e dos postos de trabalho. Uma aluna mencionou o quanto estudar história causa incômodo, pensamentos, mas também tristeza. Fiquei imóvel. E esse incômodo se intensificou diante de frases que traziam: por melhores salários, pelo direito de descanso, por valorização. Mas um desenho impactou ainda mais, pois trazia um jovem com mordança, e, ao seu lado, o símbolo do dinheiro e do relógio. (Diário de Campo, 15/06/2022).

Nessa cena, mais do que a ideia do conceito de Revolução Industrial e o porquê de transitarmos na angústia que atravessa o nosso momento, queremos assinalar o conhecimento histórico como espaço de encontro e problematização; sobretudo com a tensão em torno do processo de ampliação da vida pública dos jovens e crianças. Pensamos – assim – a aula de história capaz de potencializar a escuta, o empenho em expressar as ideias, sejam verbais, seja a partir do desenho, e, encorajar a defesa de posicionamento a partir do encontro com o outro na sala de aula. Como afirma Fernando Seffner (2020), coloca-se a escola como espaço público comprometido para o preparo para a vida na esfera pública, em que a conquista da autonomia pessoal e intelectual perpassa o encontro com a diversidade de opiniões.

Da mesma forma, as eleições de 2022 invadiram a sala de aula diante da disputa eleitoral entre Luís Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro. Esse cenário criou a expectativa da oportunidade de ampliar o debate e a compreensão do significado do exercício democrático. A curiosidade do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, por outro lado, era em torno de qual seria a escolha política de cada professor ou professora. A afirmação mais comum era: “É claro que o professor é Lula, todo historiador é de esquerda”.

Porém, tínhamos os ecos da Escola Sem Partido, a possibilidade de uma reclamação junto à Coordenação Pedagógica. E, novamente, a tensão da escola como espaço para além do convívio familiar provoca o silêncio, o riso como desvio, e, em diversos momentos, finalizamos a discussão com a ideia de que o voto é secreto. Tínhamos o risco de uma discussão evoluir para agressão. Ao mesmo tempo, situamos a importância do voto e do processo eleitoral como formas de consolidação da democracia em nosso país. Talvez – em outro momento – estaremos mais maduros para tratar a temática com segurança, a partir dos referenciais das ciências humanas, de modo a consolidar a ideia de que crianças e jovens são sujeitos de direitos e em formação.



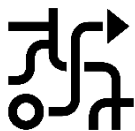
Os episódios brevemente relatados evidenciam as disputas de certos temas presentes na escola. E suscitam que a discussão da escola “comprometida com a formação científica e com o preparo para a vida no espaço público” (SEFFNER, 2020, p. 87) implica na construção de espaços para o diálogo e o encontro com a diferença. Diante disso, passamos a discorrer sobre as possibilidades de aula de história como o lugar de encontro das diferenças. E, portanto, centrado nessa ideia é que nos esforçamos na construção de relações democráticas na escola, marcadas pela empatia, a alteridade e a aprendizagem com o outro que pensa diferente de nós.

A AULA COMO LUGAR DE ENCONTRO DA DIFERENÇA

A ampliação de temas e metodologias no ensino de história também coincidiu com mudanças no sentido da aprendizagem e a concepção da aula de história. Maria Auxiliadora Schmidt (2012, p. 79-80) atribui – com base na noção de disciplina escolar – a constituição do ensino de história brasileiro tributário a um modelo de pedagogização no “qual a transposição didática do conhecimento histórico em conhecimento escolar pautou-se, sobretudo, na imposição dos aspectos psicológicos e pedagógicos”. Essa opção significou certo afastamento do método da História e da Filosofia da História; sendo, portanto, a leitura de manuais e memorização de datas e fatos uma prática recorrente do que se entende por aula de história.

Como já afirmado, a partir da redemocratização, sumariamente, a aproximação com a historiografia e a disciplina de referência elencam outros objetivos ao ensino de história. Em nosso caso, nosso fazer docente indica a presença dos temas do presente e políticos na aula de história. Desse modo, dialogamos com a noção de temas sensíveis e passados práticos propostos por Fernando Seffner e Nilton Pereira.

Pereira e Seffner (2018) delimitam os “temas sensíveis” e o “passado vivo” no espaço escolar como fundamentais para uma educação em acordo com os direitos humanos. Os autores sistematizam a importância do estudo do passado com referência nas questões do presente. Portanto, “a escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos” (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 17).



Sumariamente, os autores acenam para a aula de história na relação com o passado que não passa; portanto, carregado de tensões e angústias. Pereira e Seffner (2018) definem os temas sensíveis com a ideia de residualidades, o impacto do presente na aula de história e qual o papel dos professores e das professoras nessa criação da aula de história:

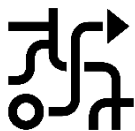
A produção dos temas sensíveis é fruto de uma relação entre passado e presente, entre o programa de história e as marcas das culturas juvenis e do contemporâneo. Exige, então, sensibilidade da parte do professor, e só confirma o ditado de que o bom professor de história é alguém que mergulha no passado com os pés bem firmes no presente, e esse presente inclui compreender a atualidade dos alunos. O terceiro elemento é assumir que os temas sensíveis são atravessados por fortes divergências de opinião e aceitar isso como constitutivo da aula de história, que busca mais debate do que propriamente a produção de consensos ou verdades acabadas do tipo “o que realmente aconteceu na história” (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 29).

Os temas sensíveis – por sua vez – coincidem com o cenário complexo de controle ideológico e a polarização política. Carmem Gil e Jonas Eugênio definem temas sensíveis no ensino de história como

[...] questões vivas para a sociedade, controvérsias na historiografia, temas constrangedores para determinados grupos sociais, difíceis no contexto da escola, que possam, queremos crer, produzir esperança nas salas de aula. Não se trata somente de outra forma de se aproximar dos conteúdos de História, mas de considerar os sujeitos para os quais se ensina História e seus contextos de vida, marcados pela violência e pela desigualdade social, além do contexto de quem ensina, marcado pelas perseguições e pela desumanização. (GIL; EUGÊNIO, 2018, p. 147).

Nesse contexto, o negacionismo e o questionamento do que se ensina nas aulas de história sustentam a acusação de professor de história como doutrinador. Artur Ávila enfatiza “os negacionismos” como uma forma de seleção do passado com base na violência e no desejo pela morte ao inimigo em construção nos últimos anos cujo

[...] negacionismo é, então, um elemento central deste ódio à democracia e das necropolíticas que lhe são inerentes. Ao legitimar a brutalização dos sujeitos pretéritos, seja pela recusa de sua facticidade, seja pela reinvidicação da violência como necessária à preservação da segurança da comunidade de semelhantes, ele avaliza essa mesma brutalização no presente. O apagamento de certas histórias torna-se uma maneira de se organizar a pólis e de se eliminar o excesso que coloca em risco o essencialismo necessário a esses projetos de poder (ÁVILA, 2021, p. 175).



Dito isso, consideramos fundamental a defesa da aula de história, conforme Pacievitch et. al, enquanto espaço de resistência e criação. Ao questionar perspectivas evolucionistas, lineares, colonialistas e padronizadoras, os autores discorrem que

[...] é por isso que a sala de aula de História e seu currículo se voltam, novamente, à vida e à resistência. Porque, se consideramos a escola como lugar de criação, é ali mesmo o lugar de toda insubordinação: contra os poderes que nos fazem dizer, ver, ouvir por dentro de normas, de padrões e de uma colonialidade que define o modo de existir. (PACIEVITCH et. al, 2019, p. 1634).

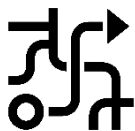
Fernando Seffner (2012) nos instiga a pensar a aula a partir de professores e alunos que dela participam; segundo o autor, a ideia de aula de história se inclina para o ensino de história para além do ensinar da narrativa histórica, o certo ou errado. Ao trazer as diferenças de classe, gênero, raça e religião, assim como a negociação de posicionamentos, o autor situa a relação entre ensino de história e a ampliação das experiências no espaço público: a consolidação de experiências democráticas no espaço escolar, visto que:

A aula de História pode servir para que os alunos explicitem o que sabem – e o que acreditam – em termos políticos, ideológicos, históricos mesmo, e para que coloquem isso em discussão. Não necessariamente para encontrar o que é “certo” ou mais atual em termos historiográficos, mas para entender dentro de qual tradição histórica cada um se situa. (SEFFNER, 2012, p. 127).

Evidenciar a escola construída na – e para – relações democráticas potencializa a perspectiva de “que grupos e pessoas negociam pontos de vista diferentes e até antagônicos, sem – necessariamente – considerar que quem pensa diferente é um inimigo (SEFFNER, 2020). Em vista disso, as aulas constituem-se em momentos que

[...] há liberdade de expressão para proliferação de perguntas e de estratégias de escuta; para levantar questões e obter respostas argumentadas a dúvidas; para visualizar os impasses e construir alternativas de negociação em torno deles; para efetuar questionamentos às normas e saber que elas podem ser modificadas pela ação humana (SEFFNER, 2020, p. 17).

Portanto, a aula de história como espaço de encontro e diferença é defender a escola como lugar de criação. A partir das questões enunciadas, refletir sobre a aula de história como lugar de encontro envolve situar o ensino de história para a ampliação das experiências dos estudantes tendo como perspectiva as tensões no passado e no presente. Essa relação com o passado é tomada de novos



questionamentos e problemáticas, visto que a ampliação de novos sujeitos, novos temas e novas questões, na educação básica, permitiu “dar visibilidade a modos de vida, temporalidades e identidades antes destituídas de historicidade e de lugar” (PACIEVITCH et. al, 2019, p. 1644).

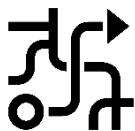
Essas histórias – na pluralidade- são tomadas de vida, empatia e esperança, já que “está comprometida com a formação ética de cada indivíduo, para quem ter uma experiência com o outro implica transformar a si mesmo e produzir-se com novas alternativas de vida e de futuro” (PEREIRA, 2018, p.111). E, portanto, ampliam o pensamento histórico de crianças e adolescentes, e, confrontam interpretações autoritárias da história brasileira presentes na escola.

Também destacamos o diálogo como fundamental na construção da aula de história. Nesse sentido, conforme Terezinha Rios (2008, p. 73), “uma aula não é algo que se dá, mas algo que se faz, ou melhor, que professores e alunos fazem, juntos”. Nesse sentido, Rios (2008) admite o encontro entre professores e alunos como decorrente de uma relação, no qual há a diferença e reciprocidade que constituem o que entendemos por aula. E, portanto, “ensinamos e aprendemos, juntos. Vivenciamos experiências, juntos. Construimos, reconstruimos, destruimos, inventamos algo, juntos. Construimo-nos, reconstruimo-nos, destruimo-nos, inventamo-nos, juntos” (RIOS, 2008, p. 78).

Diante disso, em sua crítica à educação pautada na reprodução e transmissão, denominada Educação Bancária, Freire (1987, 1996) advoga em torno de uma educação crítica, problematizadora, e, acima de tudo, uma especificidade humana. Nesse sentido, o diálogo surge como fundamento da consolidação de uma prática da liberdade, bem como presume a diferença, a diversidade de opinião e o reconhecimento do outro como humano. A educação libertadora rompe com a dominação e a ideia do aluno como depósito de conhecimento, instituindo a colaboração, o respeito e a escuta como fundamentos para a construção de conhecimento e transformação do mundo em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da diversidade de questões, gostaríamos de apontar alguns encaminhamentos que consideramos pertinentes. O objetivo central dessa escrita, com base no meu exercício enquanto professor da rede básica, é referenciar as



possibilidades de diálogo e encontro com a diferença na aula de história; a promoção de um ensino contextualizado, provocativo e sensível corresponde a enfrentar a padronização do pensamento em tempos de reformas curriculares. Dessa forma, a aula de história assume uma postura de criação e resistência, pois se volta em torno da defesa da vida e possibilidades de futuro: novas formas de ser, pensar e existir (WALSH, 2009).

Além disso, de acordo com Fernando Penna e Rodrigo Ferreira (2018), entendemos que o nosso exercício intelectual como professor de história envolve a construção de espaços de diálogo e acolhimento da diferença, já que essa dinâmica permite a compreensão de que jovens e crianças são sujeitos históricos, de direitos e que interferem no espaço público.

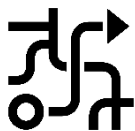
A aula de história se desdobra na educação para liberdade e autonomia onde se situa o debate sobre temas sensíveis e contraditórios como o exercício para a vida em democracia e para a atuação no espaço público. Sendo assim, o escutar como prática do sensível em sintonia de uma expectativa recíproca (SALVA et. al, 2022, p. 12) dimensiona o acolhimento à diferença, o respeito e a colaboração como fundamentos para a construção de formas de (re)existências. Por isso, defendemos o ensino de história capaz de promover a educação crítica, emancipatória e capaz de enfrentar toda forma de violência e desumanização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; CRUZ, Ana Cristina J.; MORUZZI, Andrea Braga. Alguns Apontamentos: a Quem Interessa A Base Nacional Comum Curricular Para A Educação Infantil? *Debates em Educação*, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 46-65, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2385>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ACOSTA, Tássio; GALLO, Silvio. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênese'. *Educação*, Santa Maria-RS, v. 45, n. 1, p. e92/ 1–28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/43607>. Acesso em: 29 jan. 2022.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; PONTIN, Marta Maria Darsie. O Diário Reflexivo, Avaliação e Investigação Didática. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 13-30, 2010. Disponível em <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/66>. Acesso



em: 27 fev. 2023

ÁVILA, Arthur Lima. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo. *Revista Brasileira de História*, 2021, v. 41, n. 87, p 161-184, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/cYtjsrRVpgcwbZh4c7C48FS>. Acesso em: 18 set. 2022.

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: *XII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2016, Campo Grande. Anais... São Paulo: USP, 2016. p. 1-26. Disponível em: <http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/Katia%20Gerab%20Baggio%20Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/1525620>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular pluralismo de ideias ou guerra de narrativas. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, n.4, v.3, p. 86-92. jan/jun. 2016

FAUSTO, Ruy. Depois do vendaval. In: ABRANCHES, S. H. H. *et al. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 108-120.

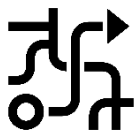
FERREIRA, Angela Ribeiro; MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Ensino de História em tempos reacionários: das “ilusões” das prescrições à realidade das proscricções. In.: MORETTO, Samira P.; OLIVEIRA, Núcia Alexandra S. (Orgs.) *Desafios e resistências no ensino de História*. São Leopoldo: Oikos, 2019, p. 19-50.

FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*, 1. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, Sílvio. Mutações no governo da infância no Brasil contemporâneo. *ZERO-A-SEIS*, Florianópolis, v. 23, p. 1091-1115, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/81100>. Acesso em: 15 set.



2022.

GIL, Carmen. Z. de Vargas; SEFFNER, Fernando. Dois Monólogos Não Fazem um Diálogo: jovens e ensino médio. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 175-192, jan/mar. 2016. Disponível em: Acesso em: 08 jul. 2021.

GIL, Carmem Z. de Vargas; EUGENIO, Jonas A. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. *Revista História hoje*, v. 7. São Paulo, 2018, p. 139-159, 2018.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. In: Tiago Siqueira Reis; Carla Monteiro de Souza; Monalisa Pavonne Oliveira; Américo Alves de Lyra Júnior. (Org.). *Coleção História do Tempo Presente*, 1 ed. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, v. 1, p. 11-26

LIMA, Sheila Oliveira. O diário de campo na experiência inicial docente. *Entrepalavras*, Fortaleza (CE), v. 8, n. 3, p. 126-141, out./dez. 2018. Disponível em: [Repositório Institucional UFC: O diário de campo na experiência inicial docente](#). Acesso em: 27 fev. 2022.

LOWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 61-67.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun. 2017

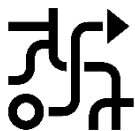
OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLCD e a Escola. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. 1-22, set. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77041>. Acesso em: 13 set. 2022.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre-RS, v. 11, n. 19, p. 199–223, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6356>. Acesso em: 29 jan. 2023.

PACIEVITCH, Caroline et al . A vida como ela foi: produzindo resistência nas aulas de história. *E-Curriculum*, São Paulo , v. 17, n. 4, p. 1626-1647, out. 2019 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762019000401626&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2023.

PENNA, Fernando de Araujo. O ódio aos professores. In: *AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO* (Org.). A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 93-100.

PENNA, Fernando de Araujo; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O trabalho intelectual



do professor de história e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola sem Partido. In: ALMEIDA, Junielia Rabêlo de.; MÊNESES, Sonia (Orgs.). *História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*. 1ed. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018, p. 109-127.

PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de história e resistência: notas sobre uma história menor. *@rquivo Brasileiro de Educação*, v. 5, n. 10, p. 103-117, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2017v5n10p103>. Acesso em: 13 jul. 22.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: temporalidades e produção de identidades no ensino de História. *Arquivos analíticos de políticas educativas*, [s. l.], v. 26, n. 107, p. 1-22, set. 2018. Disponível em: [\(PDF\) BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 27 fev. 2023.

PEREIRA, Nilton Mullet.; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427>. Acesso em: 22 set. 2022.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e36709, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709>. Acesso em: 27 fev. 2023.

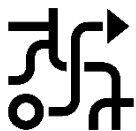
RIOS, Terezinha Azeredo. A dimensão ética da aula ou o que nós fazemos com eles. In: VEIGA, Ilma P. A. (org.) *Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas: Papirus, 2008, p. 73-93.

SALVA, Sueli. et. al. Apresentação. In: SALVA, Sueli; MATTOS, Renan Santos; MARTINEZ, Lucas da Silva. (Orgs). *Memórias, arte e (re)existências: infâncias em tempos de pandemia de Covid-19 e em outros tempos*. 1. ed. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2022, p. 6-12.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 16, n. 37, p. 73-91, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/24245> . Acesso em: 27 fev. 2023.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SEFFNER, Fernando. Comparar a aula de História com ela mesma: valorizar o que acontece e resistir à tentação do juízo exterior (ou uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa). *Historiæ*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012. Disponível em:



<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2482>. Acesso em: 27 fev. 2023.

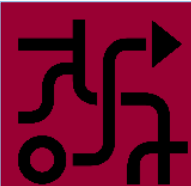
VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação. ANPED*, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12 - 43

Recebido em 02/08/2023

Aprovado em 28/10/2024



SILVA, Alan Silus da Cruz*

<https://orcid.org/0000-0002-7281-261X>

RESUMO: O presente artigo é um recorte de uma pesquisa desenvolvida em 2020 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Unidade Universitária de Campo Grande e tem por objetivo central apresentar um estudo bibliográfico sobre as obras impressas que tratam da temática sobre a história e o desenvolvimento da música sul-mato-grossense. Tem como metodologia uma análise de conteúdo a partir de obras mapeadas onde buscamos apresentá-las de forma a oportunizar ao leitor um caminho teórico sobre a temática da música no MS. Para dar sustentação teórica a tal ação buscamos aporte nas obras de Bakhtin (1988; 2011), Catonio (2000), Faccioni (2022), Figueiredo (1990), Higa (2010; 2019), Lotman (1978), Neder (2014), Rosa; Menegazzo & Rodrigues (1991), Silus (2020), Silus & Pinto (2019), Soares Neto (2018) e Teixeira (2014; 2016). Nesse caminhar compreendemos que trazer um mapeamento das fontes que tematizam a música de Mato Grosso do Sul corrobora ao desenvolvimento da pesquisa científica no âmbito das Ciências Humanas, das Letras dentre outras áreas afins e, constitui também uma forma de valorização da identidade musical e cultural de um jovem estado em ascensão social.

PALAVRAS-CHAVE: Música Sul-Mato-Grossense; Fontes Históricas da Música do MS; Obras Impressas sobre Música do MS.

ABSTRACT:

This article is an excerpt from a research project conducted in 2020 within the scope of the Postgraduate Program in Literature at the State University of Mato Grosso do Sul - UEMS, Campo Grande Unit. Its main objective is to present a bibliographic study on printed works addressing the history and development of music in Mato Grosso do Sul. The methodology involves a content analysis of mapped works, aiming to provide readers with a theoretical framework on the topic of music in MS. To support this theoretical framework, references are drawn from the works of Bakhtin (1988; 2011), Catonio (2000), Faccioni (2022), Figueiredo (1990), Higa (2010; 2019), Lotman (1978), Neder (2014), Rosa; Menegazzo & Rodrigues (1991), Silus (2020), Silus & Pinto (2019), Soares Neto (2018), and Teixeira (2014; 2016). Through this exploration, it is understood that mapping sources that focus on the music of Mato Grosso do Sul contributes to the development of scientific research in the field of Humanities, Literature, and other related areas. Furthermore, it represents a means of appreciating the musical and cultural identity of a young state experiencing social growth.

KEYWORDS: Mato Grosso do Sul Music; Historical Sources of MS Music; Printed Works on MS Music.

*Doutorando em História. Universidade Federal de Santa Maria. Professor da Rede Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: marcelo.pires@acad.ufsm.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2023 marcaram-se quarenta e cinco anos da divisão dos Estados de Mato Grosso do Sul (MS) e Mato Grosso (MT). Divisão esta que só ficou nos papéis, na política, na economia, na educação e em tantas outras áreas, exceto na cultura. Mesmo depois destas quatro décadas de emancipação política, MT e MS estão tão unidos culturalmente que ao traçar os limiares deste texto, deparamo-nos com questões comuns e tão singulares nos dois territórios.

Estudar a composição da cultura musical de um estado permite-nos abrir a discussão ao entendimento de ideologias que se colocam, neste caso, na presença da formação social, política e histórica do Mato Grosso do Sul. Paraphrasing Bakhtin (1988), tudo o que é ideológico é constituído num signo e que não existe signos sem ideologias e, com isso, “uma abordagem à análise musical constrói detalhes musicais como unidades gestuais e sintáticas significativas, organizadas por narrativas e outras convenções sociais que constituem um sistema para a produção social de sentido – um discurso” (Neder, 2014, p. 143).

Ao retratar que “Arte aqui é Mato”, Aline Figueiredo (1990) relata que a aproximação sensível da região amazônica aos estados de Mato Grosso (Norte e Sul) subjazem ao seu povo um vínculo com suas raízes, com sua terra, com sua gente e daqui, emanam sua arte — que vai correr os quatro cantos do país.

A cultura do novo Estado sempre foi palco para diversos pesquisadores nas áreas de Arte, Literatura, Dança, Teatro, identidade e formação cultural do homem pantaneiro, porém, no que tange à música, poucos estudiosos dedicaram-se a pesquisá-la com profundidade.

O incansável trabalho de Maria da Glória Sá Rosa junto a suas ex-alunas, amigas e colaboradoras de pesquisa fez com que as expressões da música regional ganhassem destaque dentro dos jornais, semanários e revistas da capital e do interior, uma vez que “a necessidade de incluir e verem-se notadas nos fenômenos sociais leva as pessoas a estabelecerem algo em comum, vivenciando valores e interesses comuns [...] perante os outros membros da sociedade”. (Catonio, 2000, p. 85).

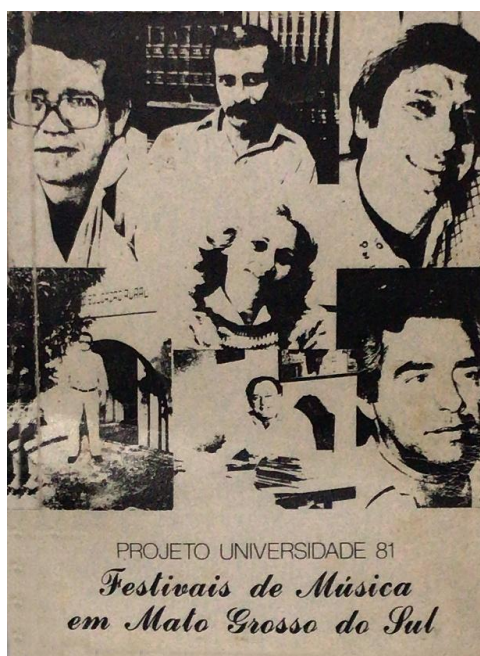
OS PRIMEIROS LIVROS SOBRE A MÚSICA DE MATO GROSSO DO SUL

A produção escrita sobre a música regional dá “o ar de sua graça” no início dos anos 1980 quando por intermédio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS juntamente com a Professora Glorinha (como Maria da Glória Sá Rosa é carinhosamente conhecida) desenvolve-se um projeto denominado “Prata da Casa”, que reuniu artistas sul-mato-grossenses em ascensão no cenário musical da época.

Junto à culminância do projeto, duas obras sobre a música de MS eram apresentadas ao público em maio de 1982: **Projeto Universidade 81: Festivais de Música em Mato Grosso do Sul** de Maria da Glória Sá Rosa, Cândido Alberto da Fonseca e Paulo Simões e **A Moderna Música Popular Urbana de Mato Grosso do Sul** de José Octávio Guizzo.

O primeiro livro conta com uma análise dos Festivais de Música Popular ocorridos no Estado de 1967 a 1981 (ano do Prata da Casa). Por meio de 15 entrevistas, os artistas e estudiosos Maria da Glória Sá Rosa, Nelson Nachif, Ailton Guerra, José Octávio Guizzo, Renê Siufi, Silvio Petengil, Silvia Odinei Cesco, Onésimo Filho, José Boaventura Sá Rosa, Geraldo Espíndola, Lenilde Ramos, Rubens de Aquino, Grupo Acaba, Paulo Simões e Almir Sater contam suas experiências como participantes desses eventos da sociedade.

Figura 1: Capa da Primeira Edição de *Projeto Universidade 81*

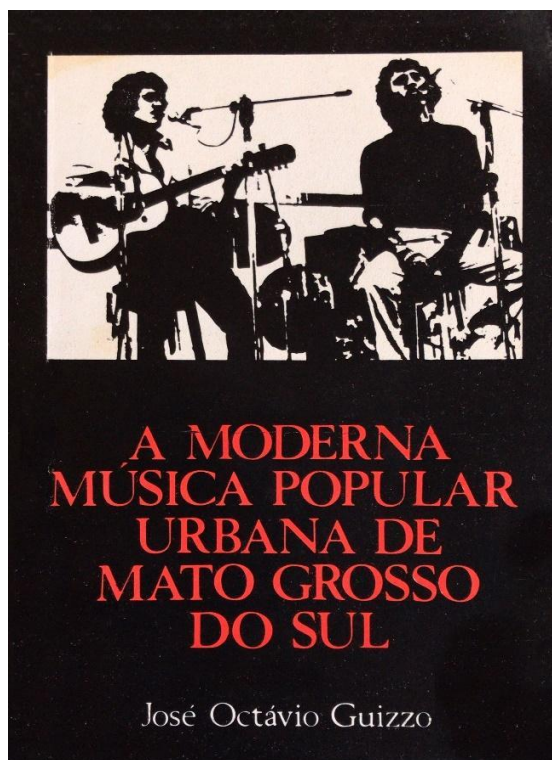


Fonte: O autor

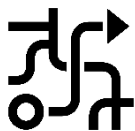
O segundo livro, é uma versão ampliada de uma Comunicação apresentada no III Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira promovido pela Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, Conselho Nacional de Direito Autoral – CNDA e Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira – APMPB no Rio de Janeiro em abril de 1982. Sobre o evento, encontramos na pesquisa de Soares Neto algumas informações sobre o Encontro:

A realização do III Encontro de Pesquisadores da MPB ocorreu entre os dias 15 e 17 de abril de 1982, no Salão Nobre do Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Como noticiou a imprensa no período, o evento contou com presença média de 150 participantes em cada uma das sessões realizadas. Na ocasião, 19 pesquisadores, vindos de 12 estados do país, contribuíram com seus estudos sobre a música popular do interior do Brasil. Uma das mais notáveis alterações ocorreu no âmbito da realização, com relação aos órgãos apoiadores e agências de financiamentos. A Funarte passou a ser a instituição realizadora do encontro por meio da Consultoria de Projetos Especiais e do INM. O apoio foi dado pelo CNDA e pela APMPB (Soares Neto, 2018, p. 79).

Figura 2: Capa da Primeira Edição de *A Moderna Música Popular Urbana de Mato Grosso do Sul*



Fonte: O autor



José Octávio Guizzo fora um dos grandes expoentes do estudo da cultura e música popular do Estado, suas contribuições e estudos o levaram a participar da fundação (em 1975) e atuar na APMPB tendo ocupado nesta o cargo de chefe do departamento jurídico, conforme mostra Soares Neto (2018) em um quadro elaborado pelo autor em sua pesquisa.

Dentro das 23 comunicações, Guizzo apresentava suas contribuições ao que hoje poderíamos enquadrar dentro do evento do Grupo de Trabalho sobre Música Popular Regional. **A Moderna Música Popular Urbana de Mato Grosso do Sul** retrata um brevíssimo panorama da história musical do Estado a fim de apresentar os passos para a construção identitária da música sul-mato-grossense.

Passados 10 anos da publicação das duas primeiras obras que tratam de aspectos históricos e culturais da música de MS (1982 – 1992), Maria da Glória Sá Rosa, Maria Adélia Menegazzo e Idara Negreiros Duncan Rodrigues publicam pela editora da UFMS em parceria com o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de MS – CECITEC, o livro **Memória da Arte em MS: histórias de vida**.

O lançamento da obra aconteceu em Campo Grande com a presença de alguns artistas que participaram do livro e outras personalidades, conforme apresenta Alba Espíndola:

Noite de lançamento do livro “Memória da Arte em MS” de Maria da Glória Sá Rosa, Idara Duncan e Maria Adélia Menegazzo.

Muito brilho, muita alegria, ambiente festivo e com bastante harmonia. Professora Glorinha, num elegante traje branco, iluminada, parecia um símbolo de paz. Muitos amigos e admiradores dessa personalidade que é Glorinha Sá Rosa.

O livro, belíssimo, muito bem elaborado, contendo depoimentos de quase todos os artistas de MS, tanto na literatura, como na música, teatro, artes plásticas, cinema e dança.

Além do livro, professora Glorinha elaborou um vídeo que é um verdadeiro documentário sobre a arte em MS. Muito lindo! (Silus, 2020, p. 92).

As palavras da mãe dos irmãos Espíndola definiram muito bem o livro. A obra foi um projeto de pesquisa financiado pelo CECITEC, Governo do Estado de MS e pela UFMS na qual as professoras Glorinha, Idara e Maria Adélia mapearam e entrevistaram as personalidades da arte sul-mato-grossense nos anos 1990.

Dividida em seis partes (Literatura, Música, Teatro, Artes Plásticas, Cinema e Dança), cada entrevistado contou um pouco de sua história de vida e suas relações com o Estado. No que tange à música os escolhidos foram Paulo Simões, Geraldo Espíndola, Grupo Acaba, Kalil Rahe e Aurélio Miranda, respectivamente.

A escolha das temáticas e dos nomes entrevistados é tratada logo no começo do livro. Maria Adélia Menegazzo, professora da UFMS na época, justificou que a pesquisa “deveu-se, sobretudo, pela compreensão da cultura como processo e produto da prática humana”.

Ao se privilegiar as histórias pessoais de artistas, críticos e animadores culturais, objetivou-se evidenciar as experiências desses sujeitos e sua interpretação do momento específico, que viveram, bem como do mundo em que vivem. Destacou-se desse modo o ponto de vista do autor (Rosa; Menegazzo; Rodrigues, 1992, p.17).

Além do livro, um documentário com o mesmo nome foi desenvolvido por Cândido Alberto da Fonseca sob a supervisão de Glorinha Sá Rosa, no qual apresenta cada uma das personalidades entrevistadas. O projeto gráfico do livro foi algo inovador para a época, produzido por Marília Leite. A capa foi desenvolvida em um tom de cinza com um quadro branco alinhado à direita com os nomes dos artistas. Sobrepondo ao quadro, à esquerda, o nome da obra em vermelho e, no rodapé da capa, os nomes das autoras.

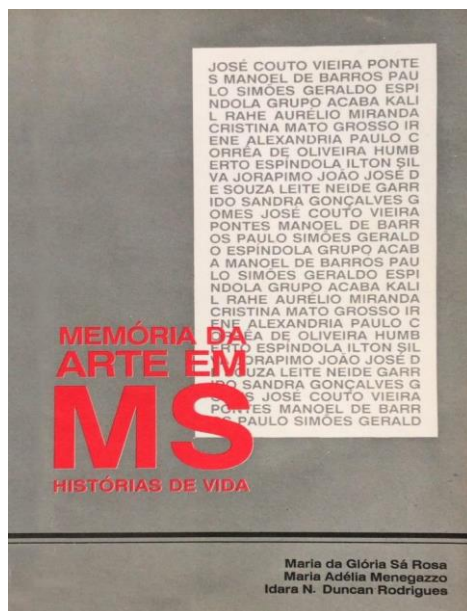


Figura 3: Capa da Obra *Memória da Arte em MS*

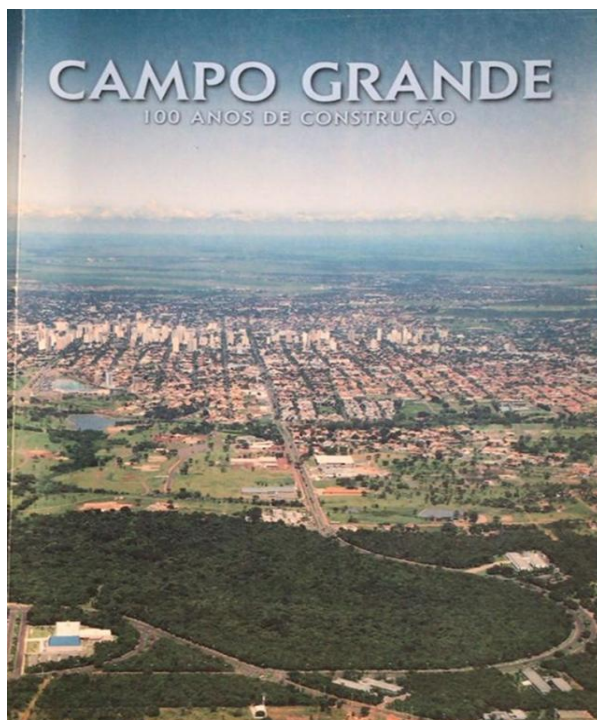
Fonte: O autor

Outra referência para o estudo sobre música em MS surge em 1999: Maria Adélia Menegazzo é convidada para escrever um capítulo da coletânea **Campo Grande: 100 anos de construção**, desenvolvida pela ENERSUL (Empresa de Energia Elétrica de MS) em homenagem ao centenário da capital sul-mato-grossense.

No capítulo intitulado *Manifestações Culturais em Campo Grande: apontamentos para uma história*, Menegazzo convida Glorinha Sá Rosa para escrever um subcapítulo e esta, por sua vez, apresenta um amplo panorama da música da capital, fazendo alguns contrapontos com a história da música no Estado.

Pela primeira vez, os expoentes da música clássica, como o maestro Evandro Higa, hoje Doutor em Música pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Mestre em Musicologia pela Universidade de São Paulo, bacharel em Piano pelo Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro, graduado em Ciências Jurídicas pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso e professor do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e a influência de outras culturas como a cítara (muito tocada por José Boaventura) são apresentados dentro desse panorama sonoro feito por Rosa.

Figura 4: Capa da Obra *Campo Grande: 100 Anos de Construção*



Fonte: O autor

FONTES CONTEMPORÂNEAS DA MÚSICA DE MS

Outra vez, o Estado permanece por 10 anos sem nenhuma obra de grande visibilidade a retratar a música de MS. Artigos em jornais, capítulos de livros e as fontes já publicadas são as únicas referências sobre o assunto, até que em 2009, Glorinha Sá Rosa e Idara Duncan lançam **A Música de Mato Grosso do Sul: histórias de vida**.

O livro foi publicado por meio do Fundo de Investimentos Culturais – FIC promovido pela Fundação de Cultura de MS e seu conteúdo é composto por 4 partes (a Música Urbana, a Música Erudita, a Música na Mídia e a Música Sertaneja e Fronteiriça). A obra conta com entrevistas a músicos e cantores dos diversos gêneros musicais do estado feitas nos anos de 1990 a 2000. As autoras iniciam a primeira parte fazendo um breve panorama da história da música no Estado a partir da primeira década dos anos 2000.

Em seguida, partem para a socialização das entrevistas com os cantores e músicos contemplados no livro, a saber: Paulo Simões, Geraldo Espíndola, Moacir Lacerda, Geraldo Roca, Tetê Espíndola, Almir Sater, Guilherme Rondon, Celito Espíndola, Carlos Colman, Alzira E, Lenilde Ramos, Antonio Porto, Jerry Espíndola, Márcio de Camillo e Rodrigo Teixeira (na música urbana).

No que tange à música erudita, Idara e Glorinha entrevistaram os músicos Vitor Diniz, Evandro Higa e Manoel Rasslan, estes últimos, Doutores em Musicologia, maestros e Professores do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Ciro de Oliveira, Cândido Alberto, Lizoel Costa e Oscar Rocha são os entrevistados para a parte sobre a Música na Mídia. Estes são grandes comunicadores que disseminam a música de Mato Grosso do Sul pelas rádios, TVs e meios eletrônicos dos principais veículos.

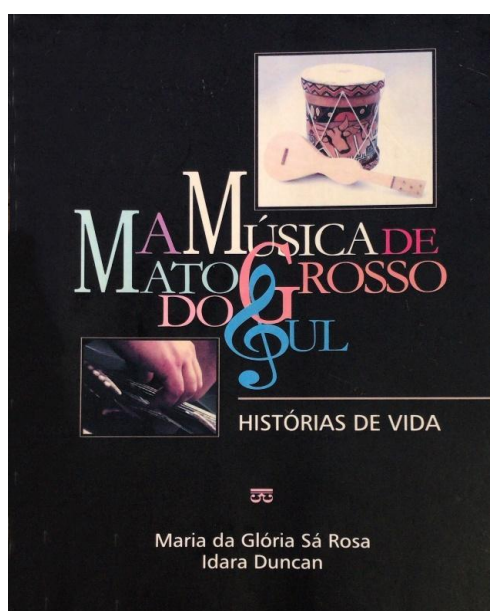
Por fim, as professoras apresentam os relatos de Zacarias Mourão, Délio e Delinha, Zé Corrêa, Amambay & Amambaí, Beth & Betinha, Brancão, Jandira e Benites, Helena Meirelles, Aurélio Miranda, Dino Rocha, Tostão & Guarany e Aral Cardoso todos representantes da música sertaneja e da região de fronteira com o Paraguai e com a Bolívia.

O critério de escolha dos músicos e cantores feito pelas autoras caracteriza o nível de importância e veiculação destas nas mídias e no gosto popular dos sul-mato-grossenses. Destacamos aqui as presenças de Almir Sater, Tetê Espíndola, Alzira E, Zacarias Mourão e Helena Meirelles como cantores/ músicos que se destacaram a nível nacional e internacional, como foi o caso de Dona Helena que, aos 70 anos, foi classificada como uma das maiores instrumentistas do gênero feminino do mundo.

Talvez, por residirem na capital (Campo Grande), as professoras Idara e Glorinha entrevistaram um número maior de músicos que residem nesta cidade. Outra suposição presente é de que devido ao fato histórico em que a capital do Estado em meados dos anos 1950 e 1960 floresceu no campo das artes, cultura e educação em relação às demais de MS, entra em ebulição um número maior de artistas do campo urbano, sendo que os artistas fronteiriços não tiveram grandes condições para tal, já que é sabido que o desenvolvimento social de cidades da região de fronteira não dava muito ou total valor à cultura.

A obra pode ser considerada até a concretização desta pesquisa como a mais completa fonte de dados sobre as manifestações da Música em Mato Grosso do Sul, uma vez que nela estão agrupadas uma máxima diversidade de artistas, movimentos e gêneros musicais tocados e ouvidos no Estado. Além disso, as apresentações feitas por Albana Xavier Nogueira e pela própria Glorinha Sá Rosa norteiam um panorama histórico da música regional.

Figura 5: Capa da Obra *A Música de Mato Grosso do Sul*



Fonte: O autor

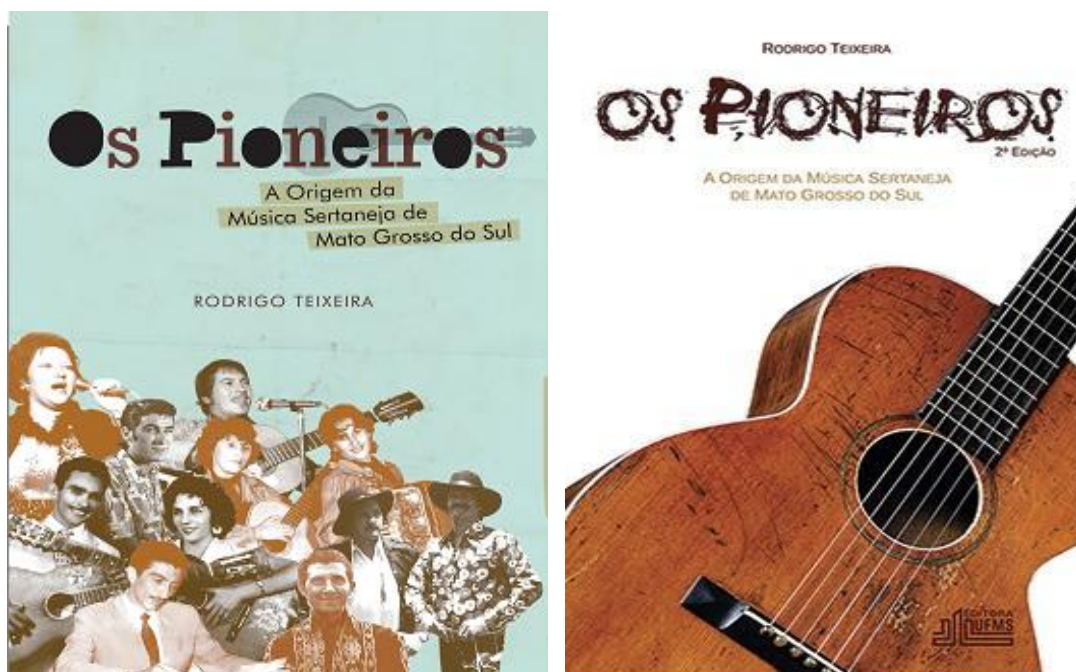
Cada entrevista aborda um pouco da vida e da produção fonográfica de cada cantor ou músico. As mediações das autoras são feitas por meio da inserção de tópicos para dividir temas abordados pelos artistas individualmente ao longo das narrativas de suas trajetórias.

No ano seguinte, é a vez da música sertaneja ganhar seu destaque, pois Rodrigo Teixeira — jornalista e músico do Estado — lança (também com o apoio do FIC) a obra **Os Pioneiros: a origem da música sertaneja em Mato Grosso do Sul**.

A obra trata das histórias de vida dos proponentes da música sertaneja em Mato Grosso do Sul por meio de narrativas, depoimentos e fotos da vida pessoal e profissional desses cantores e compositores que muito se dedicaram à produção de um estilo que saiu do interior dos Estados brasileiros e hoje se tornou febre nacional das paradas musicais.

Em 2014, com o apoio da editora da UFMS, Teixeira relançou sua obra, em uma versão atualizada, “com um novo projeto gráfico, o texto revisado e ampliado, mais fotos e letras de clássicos como Pé de Cedro, Criador de Gado Bom e Estrada de Chão” (Teixeira, 2014, p. 11).

Figura 6: Capa da 1ª e 2ª Edição da Obra *Os Pioneiros*



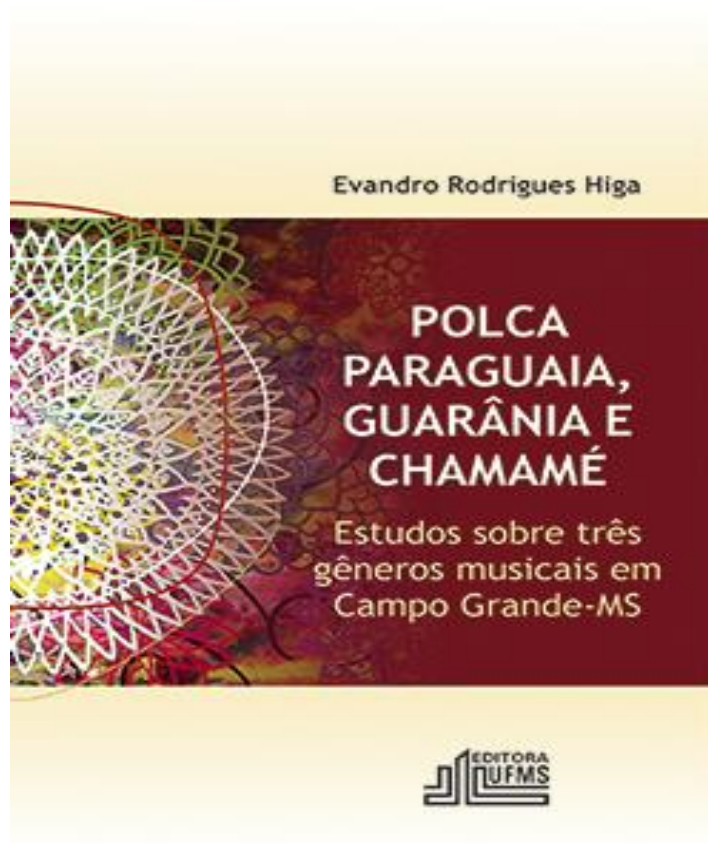
Fonte: <https://goo.gl/AodMYx> (Acesso: mar-2019)

Para o autor, o objetivo do livro é “ser consumido e servir como fonte para que surjam outras pesquisas e produtos sobre a geração de artistas enfocada. Só desta maneira, estes músicos não serão esquecidos e suas canções preservadas” (Teixeira, 2014, p. 11).

No mesmo ano da publicação de Teixeira (2012), o Professor Doutor do Curso de Música da UFMS Evandro Higa, publica os resultados de sua tese em um livro intitulado **Polca Paraguaia, Guarânia e Chamamé: estudos sobre três gêneros musicais em Campo Grande** pela editora da UFMS. De acordo com o próprio autor,

a polca paraguaia, a guarânia e o chamamé são gêneros musicais vigentes em Mato Grosso do Sul e constituem uma das representações mais importantes de sua identidade cultural. Em toda a região centro-sul do Estado, incluída a capital Campo Grande, esses gêneros são praticados em todos os segmentos sociais desde sua configuração tradicional consagrada pelas duplas e conjuntos sertanejos até as versões mais urbanas e mescladas com outros gêneros como a polca-rock. (Higa, 2010, p. 15).

Figura 7: Capa da Obra *Polca Paraguaia, Guarânia e Chamamé*



Fonte: O autor

A influência da cultura fronteiriça no Estado é pauta imprescindível para os assuntos culturais. Com a música não é diferente. Mesmo especificando seu trabalho para a capital, a obra de Higa acaba de maneira indireta referendando e utilizando os exemplos de outras localidades de MS, já que os três gêneros, conforme já mencionado por ele, estão imbuídos no processo musical dos nossos artistas.

Em 1982 a UFMS realizou um grandioso projeto intitulado **Prata da Casa** promovendo vários shows no Teatro Glauce Rocha em Campo Grande além de um especial em parceria com a TV Morena (emissora afiliada da Rede Globo). Com o fim do projeto, passaram-se trinta anos até que em 2012, a coordenadoria de cultura da UFMS desenvolveu o projeto **Músicas & Sons** que por sua vez relembrou os 30 anos do **Prata da Casa** e relançou as duas obras que surgiram no mesmo período.

O projeto de 2012 foi divulgado por diversos meios de comunicação, dos quais apresentamos o excerto de um deles:

“Músicas e Sons” revive “Prata da Casa” em noite nostálgica no Teatro Glauce Rocha

Em 03h13 - 23/05/2012

Foram quinze apresentações musicais de artistas que estiveram presentes na gravação do LP “Prata da Casa”, nos dias 15 e 16 de maio de 1982, na UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). O evento lotou o teatro. No vídeo, confira a apresentação do Grupo ACABA.

Nos bastidores, artistas de todas as idades se cumprimentando como se não se vissem há tempos. Nos assentos do teatro Glauce Rocha durante a noite desta terça-feira (22), gerações de pais, filhos e netos esperavam, ansiosos, pelo início da apresentação que prometeu ser a versão 2012 do “Prata da Casa”, festival de música promovido pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) em 1982 que revelou e eternizou talentos da música sul-mato-grossense. (MIDIAMAX, 2012, On-line).

No show, quase todos os participantes de 1982 estavam presentes (com as exceções dos já falecidos) e alguns novos convidados e músicos. Teixeira (2016) afirma que o projeto **Músicas & Sons**, além do show, promoveu um ciclo de eventos envolvendo programas na TV UFMS e uma palestra com docentes dos cursos de Jornalismo, Letras e Música da Universidade.

O projeto **Músicas & Sons** da UFMS, além de render um belíssimo espetáculo musical, culminou também no lançamento da 2ª edição das duas primeiras obras a tratar da Música em Mato Grosso do Sul: **A Moderna Música Popular Urbana de Mato Grosso do Sul** (de José Octávio Guizzo) e **Festivais de Música em Mato Grosso do Sul** (de Glorinha Sá Rosa, Cândido Alberto da Fonseca e Paulo Simões).

Figura 8: Capas da Segunda Edição das Obras lançadas em 1982

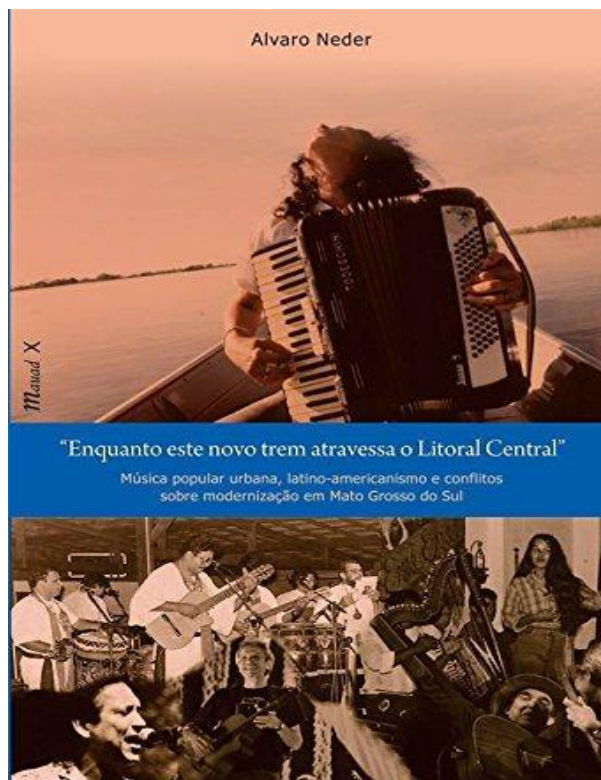


Fonte: O autor

Outra tese de Doutorado que rendeu ao MS novas fontes de bibliografia foi a do Professor Doutor da UNIRIO Álvaro Simões Corrêa Neder. Em **Enquanto este Novo Trem Atravessa o Litoral Central: música popular urbana, latino-americana e conflitos sobre modernização em Mato Grosso do Sul**, Neder discute as relações entre a música popular urbana e a sociedade de Mato Grosso do Sul.

A obra de Álvaro amplia os estudos apresentados por Guizzo em 1982, além disso, o pesquisador trata sobre um conceito de estilo musical criado por Geraldo Roca: a Música do Litoral Central que, nas palavras de Neder (2014 apud SILUS & PINTO, 2018) procede de uma derivação da “música litoraleña argentina” da bacia do Rio Prata, que a Argentina denominou de “litoral” devido ao seu não acesso ao mar.

Figura 9: Capa da Obra *Enquanto este Novo Trem Atravessa o Litoral Central*



Fonte: O autor

Encaminhando para os últimos anos, nesse percurso histórico sobre as referências publicadas acerca da música em Mato Grosso do Sul, encontramos no ano de 2016, a publicação da obra **Prata da Casa: um marco da música sul-mato-grossense**. O livro, de autoria de Rodrigo Teixeira, traz todo o histórico da construção, execução e culminância do Projeto Prata da Casa, idealizado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A obra assume um conjunto categórico de atos e fatos acerca do Projeto acontecido nos anos 1980, cuja função inicial era disseminar a arte do Estado por meio da música, sendo que “o estudo da arte por meio de categorias de um sistema de comunicação permite por e em parte mesmo resolver uma série de questões deixadas fora do campo de visão da estética” (Lotman, 1978, p. 41).

Conforme Bakhtin (2011), o texto como fonte de expressão artística passa a ocupar um conjunto coerente de signos no qual as artes, a música, a história, dentre outras fontes relacionam-se com os produtos advindos destas assumindo relações intertextuais.

Figura 10: Capa da Obra *Prata da Casa*



Fonte: O autor

Teixeira (2016) menciona que o livro “traz os bastidores desta história contada por quem participou do “Prata da Casa”, projeto que registrou e deu visibilidade a uma geração de artistas que estavam despontando no final da década de 1970 (Teixeira, 2016). Ao todo são 21 entrevistas, notícias, fotogramas e links, junto a um brilhante texto escrito pelo autor, que juntos, formam uma importante fonte para a história da música em MS.

Em **Para Fazer Chorar as Pedras: guarânias e rasqueados** em um Brasil fronteiriço (2019), Evando Higa traz novamente ao leitor a questão dos gêneros musicais fronteiriços, em foco a Guarânia e o Rasqueado, tipicamente tocados e venerados pela música popular sertaneja de Mato Grosso do Sul.

Na visão do autor, “a introdução, apropriação, ressignificação e hibridação da guarânia paraguaia no Brasil na primeira metade do século XX, possibilitaram a emergência dos gêneros musicais denominados rasqueado e moda campera, em um processo que envolveu lutas entre as representações da identidade nacional e as representações da cultura de fronteira com o Paraguai” (Higa, 2019)

Figura 11: Capa da Obra *Para Fazer Chorar as Pedras*

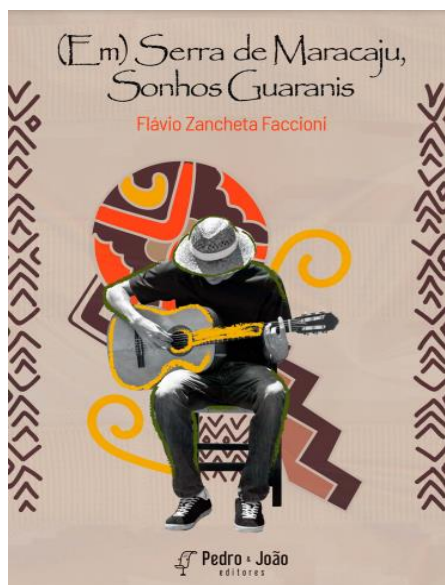


Fonte: O autor

Seu trabalho de estudo que vai além dos estudos musicológicos, informa também que as “circunstâncias que possibilitaram a penetração da guarânia no Brasil devem ser consideradas a partir das particularidades históricas, sociais, econômicas e culturais que demonstram o quanto os gêneros musicais na música popular carregam em sua significação a heterogeneidade dos vínculos identitários e as disputas de territórios simbólicos” (Higa, 2019).

Por fim, no ano de 2022, temos a publicação de **(Em) Serra de Maracaju, Sonhos Guaranis** de Flávio Zancheta Faccioni em que o autor nos brinda com os resultados de sua Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMS, Campus de Três Lagoas em 2020.

Figura 12: Capa da Obra **(Em) Serra de Maracaju, Sonhos Guaranis**



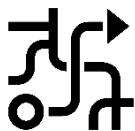
Fonte: O autor

Nesta obra, Faccioni (2022) desenvolve um estudo transdisciplinar aliando questões da memória musical de MS junto às suas relações com os povos originários e seus vínculos com o cancionário popular do Estado ao utilizar como corpus, as composições de Almir Sater, Geraldo Espíndola e Paulo Simões.

Recorrendo ao trabalho da Análise do Discurso e dos Estudos Foucaultianos, o autor produz um trânsito acadêmico-cultural que remonta às origens históricas da região sul de Mato Grosso, passando por um percurso teórico que se justifica na parte final do texto quando o pesquisador apresenta suas análises sobre a propositura do cerne do *corpus* da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES EM DIÁLOGO

Assim, por mais que sejam poucas as referências sobre a Música Sul-Mato-Grossense, ainda contamos com pesquisadores, Doutores, Doutorandos, Mestres, Mestrandos, Especialistas e Graduados nas mais diversas universidades que se propõem a estudar as vertentes sonoras do Estado. A pesquisa sobre a Música do Estado ainda é escassa. Necessitamos de projetos sejam eles promovidos pelas universidades, ou por outros órgãos que fomentem um mapeamento histórico e cronológico das origens musicais de MS.



Compreendemos neste trabalho um percurso histórico, social, político, econômico e artístico do Estado de Mato Grosso do Sul. Em seguida, desenvolvemos um recorte temporal sobre a formação de Campo Grande, cidade em que foi palco dos mais diversos movimentos da música popular urbana, tendo influenciado outras cidades da região sul do Mato Grosso. Por fim, apresentamos algumas fontes de pesquisa sobre a Música do Estado para que dessa forma, o leitor desta pesquisa possa compreender de onde vem a personagem principal que tematiza este trabalho.

Dividido de seu irmão (Mato Grosso) em 1979, o estado de Mato Grosso do Sul ainda é bastante jovem, porém, sua produção musical é muito vasta, uma vez que seus pressupostos históricos e culturais remontam desde os primórdios da ocupação do solo mato-grossense.

Por mais que sejam poucas as referências sobre a Música do MS, ainda contamos com pesquisadores, Doutores, Doutorandos, Mestres, Mestrandos, Especialistas e Graduados nas mais diversas universidades que se propõem a estudar as vertentes sonoras do Estado.

Reiteramos a importância de se relatar o desenvolvimento da Música em Mato Grosso do Sul, pois tratar deste tema ainda é um desafio para muitos estudiosos do estado, uma vez que carecem de fontes históricas que permitam que quem as estude consiga ter um panorama temporal dos fatos culturais que se iniciam ainda no Mato Grosso uno.

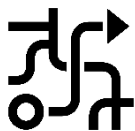
Vale ressaltar também que a urgência e emergência da viabilidade de projetos culturais, sejam eles promovidos pelas universidades ou por outros órgãos, que fomentem um mapeamento histórico e cronológico das origens musicais de MS é fundamental para a valorização do estado.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michél Lahud e Yara F. Vieira. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.

CATONIO, Ângela Cristina D. R. *Semanários Campo-Grandenses: a notícia nossa a cada domingo*. 2000. 172f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, São Bernardo do Campo, 2000.



FACCIONI, Flávio Z. (Em) *Serra de Maracaju, Sonhos Guaranis*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

FIGUEIREDO, Aline. *Arte aqui é Mato*. Cuiabá: UFMT, 1990.

HIGA, Evandro. *Para Fazer Chorar as Pedras: guarânias e rasqueados*. Campo Grande: UFMS, 2019.

HIGA, Evandro R. *Polca Paraguaia, Guarânia e Chamamé: estudos sobre três gêneros musicais em Campo Grande*. Campo Grande: UFMS, 2010.

LOTMAN, Iuri. *A Estrutura do Texto Artístico*. Trad. Maria do Carmo V. Raposo e Alberto Raposo. Lisboa: Estampa, 1978. (Coleção Teoria, n. 41).

MIDIAMAX. “Músicas e Sons” revive “Prata da Casa” em noite nostálgica no Teatro Glauce Rocha. *Mídiamax*, mai, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/30FxJ5H>>. Acesso: jul-2019.

NEDER, Álvaro. “*Enquanto Este Novo Trem Atravessa o Litoral Central*”: música popular urbana, latino-americanismo e conflitos sobre modernização em Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

ROSA, Maria da Glória Sá; MENEGAZZO, Maria Adélia; RODRIGUES, Idara N; D. *Memória da Arte em MS: histórias de vida*. Campo Grande: UFMS/ CECITEC, 1992.

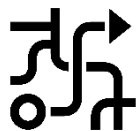
SILUS, Alan. *Do Lírio Selvagem ao Piraretã: memória e dialogismo na paisagem sonora de Tetê Espíndola*. 2020. 238f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande – UEMS/ UUCG, 2020.

SILUS, Alan; PINTO, Maria Leda. Tetê e o Lírio Selvagem e a Revista Grifo: 40 anos de memórias e interlocuções. *Letra Magna: Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, São Paulo, n. 23, ano 14, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/M6GrLR>>. Acesso: fev-2019.

SOARES NETO, Raul C. T. *Memória e História: os processos de institucionalização da Música Popular Brasileira (1965 – 1986)*. 2018. 140f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2018.

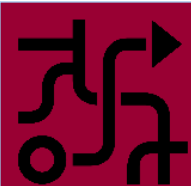
TEIXEIRA, Rodrigo. *Os Pioneiros: a origem da música sertaneja em Mato Grosso do Sul*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2014.

TEIXEIRA, Rodrigo. *Prata da Casa: um marco da música sul-mato-grossense*. Campo Grande: UFMS, 2016.



Recebido em 04/01/2024

Aprovado em 31/10/2024



LIMA, Fernando Henrique de Almeida*
<https://orcid.org/0000-0003-0735-359X>

RESUMO: Os relatos europeus de viagem constituem uma das mais clássicas tipologias de fontes para a historiografia, destacando-se também em trabalhos de sociologia, antropologia e economia. Neste artigo, pretendemos delinear as principais abordagens aos relatos de viajantes, demarcando, em particular, as contribuições recentes da historiografia africanista. Assim, foi possível observar que, até a década de 1970, os viajantes, considerados testemunhas oculares, tiveram seus registros tomados sem grandes cuidados metodológicos. Encarados como testemunhos privilegiados e objetivos, foram recorrentemente utilizados para obter informações do cotidiano e dos mais variados aspectos das sociedades que registraram, como relações sociais, práticas culturais e demografia. Entretanto, a partir da década de 1970, aportes teórico-metodológicos específicos têm sido desenvolvidos, buscando analisar os relatos europeus de modo crítico, levando em conta filtros culturais dos viajantes, sua subjetividade e convenções literárias na composição dos textos. Mais recentemente, historiadores do campo da história da África têm mobilizado os relatos de viagem como fontes centrais de suas pesquisas, aliando a crítica do discurso colonial à análise das agências africanas no contexto da expansão imperialista europeia no continente africano, a partir do final do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: relatos de viagem; viajantes europeus; fontes historiográficas.

ABSTRACT: European travel accounts constitute one of the most classical types of sources for historiography, also standing out in works in sociology, anthropology and economics. In this article, we intend to outline the main approaches to travellers' accounts, highlighting, in particular, the recent contributions of Africanist historiography. Thus, it was possible to observe that, until the 1970s, travelers, considered eyewitnesses, had their writings taken without great methodological care. Viewed as privileged and objective testimonies, they were recurrently used to obtain information on daily life and on the most varied aspects of the societies they wrote about, such as social relations, cultural practices and demography. However, from the 1970s onwards, specific theoretical-methodological contributions have been developed, seeking to critically analyze European travel accounts, taking into account the travelers' cultural filters, their subjectivity and literary conventions in the composition of the texts. More recently, historians in the field of African history have mobilized travel accounts as central sources of their research, combining the critique of the colonial discourse with the analysis of African agencies in the context of European imperialist expansion on the African continent, in the end of the XIX century.

KEYWORDS: travel accounts; travelers; historiographical sources.

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF, 2021). Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Tem como principais interesses as relações entre africanos e portugueses no final do século XIX, através das narrativas de viagem sobre a África Central.



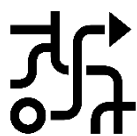
INTRODUÇÃO

Os relatos de viagem podem ser considerados uma das tipologias de fontes mais clássicas na historiografia. Sua mobilização frequente pode ser observada não só na produção dos historiadores, mas também em estudos de sociologia, antropologia e economia. As amplas possibilidades de pesquisa a partir destas fontes podem ser explicadas pela heterogeneidade que as caracteriza. Tal caráter heterogêneo se observa tanto em relação às diferentes linguagens que as compõem – verbal, iconográfica e cartográfica – quanto ao conteúdo e forma do texto, uma vez que absorvem e integram elementos de gêneros textuais distintos – como o romance de aventuras, a etnografia, a historiografia e a descrição geográfica.

Assim como são muitas as possibilidades de pesquisa a partir de relatos de viajantes, diferentes abordagens metodológicas caracterizaram sua mobilização como fonte ao longo do tempo. Se, a princípio, os relatos de viajantes foram considerados testemunhos privilegiados pelo status que lhes era conferido de testemunhas oculares, nas últimas décadas foram desenvolvidos aparatos teórico-metodológicos que permitiram leituras mais críticas destas fontes, levando em consideração suas especificidades, limites e possibilidades. Por outro lado, o reconhecimento dos limites dos relatos como fontes historiográficas – sobretudo em relação aos filtros culturais dos viajantes e ao discurso eurocêntrico que os estrutura – levou a que, por vezes, estes documentos fossem considerados deficitários e, no limite, fontes as quais se deveria evitar quando possível. Tendo isto em vista, pretendemos delinear, neste artigo, as principais abordagens aos relatos de viajantes, demarcando, em particular, as contribuições recentes da historiografia africanista.

RELATOS DE VIAGEM: DO TESTEMUNHO OCULAR A PRODUTO DA INTERAÇÃO

Até a década de 1970, segundo Miriam Leite, os relatos de viagem eram mobilizados como forma de obter informações diretas sobre dada realidade histórica, sem maiores preocupações metodológicas (LEITE, M. 1997, p. 9). Valorizava-se o enunciado do viajante em virtude de sua posição enquanto testemunha ocular, o que lhe garantiria maior confiabilidade. No caso específico da historiografia sobre o continente africano, Gérard Chouin também identificou, nos estudos anteriores à



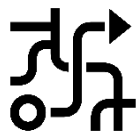
década de 1980, a ausência de esforço crítico nos usos de relatos de viajantes (CHOUIN, 2005).

Autores hoje considerados clássicos das ciências sociais brasileiras fizeram largo uso deste tipo de fontes, tais como Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda. De acordo com Stella Franco, estes autores recorriam a numerosos registros de viajantes para analisar aspectos tão variados quanto demografia, relações sociais, práticas culturais e hábitos cotidianos (FRANCO, 2011). Miriam Leite considerou que este uso pouco crítico dos relatos de viajantes levou a historiografia brasileira a reproduzir por longo tempo estereótipos como “a brandura do trabalho escravo no Brasil, a escravidão como instituição civilizadora, a hospitalidade e a indolência do brasileiro” (LEITE, M., 1997, p. 22), entre outros.

Como bem observou Romain Bertrand, outra abordagem bastante comum, e talvez até mais antiga, é a de uma história essencialmente “acontecimental” dos “exploradores do Ocidente europeu” e seus “grandes descobrimentos” empreendidos por “visionários solitários”, sem qualquer participação nativa. Essa perspectiva de análise também toma a narrativa do viajante sem maiores problematizações, limitando-se a relatá-la (BERTRAND, 2014; BERTRAND, 2015). Assim, durante muito tempo o foco principal esteve sobre a figura do viajante, seu percurso e sua trajetória individual, em uma narrativa quase heroica de seus “feitos” e “descobertas”.

Nas últimas décadas, esta perspectiva tem sido criticada e a objetividade antes conferida às narrativas de viajantes foi posta em xeque. Levantou-se a necessidade de desenvolver aportes metodológicos específicos que possibilitassem análises críticas de relatos de viagem (FRANCO, 2011, p. 71). Dessa forma, houve um distanciamento do tratamento das narrativas de viajantes como repositórios neutros de informação. Esta abordagem renovada se preocupou com o lugar de enunciação do viajante, apontando para a necessidade de investigar suas experiências sociais, seus interesses e relações com o objeto de suas descrições. Outra mudança significativa é o lugar que os relatos de viagem passaram a ocupar nas pesquisas, como observou Stella Franco:

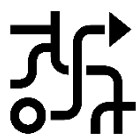
é possível identificar o esforço crescente dos pesquisadores em desenvolver trabalhos a partir de um enfoque, muitas vezes, quase que exclusivo sobre os viajantes e seus relatos. Estes deixaram de ser considerados apenas fontes para, em muitos casos, se transformarem em objetos das pesquisas (FRANCO, 2011, p. 71-72).



Esta mudança pode ser relacionada ao que Peter Burke identificou como uma ascensão do interesse por temas relativos à cultura entre as décadas de 1960 e 1990 entre historiadores, mas também entre profissionais de outras disciplinas, como geógrafos, economistas, psicólogos e cientistas políticos (BURKE, 2005). Essa expansão dos estudos sobre cultura esteve relacionada a uma aproximação com a antropologia, a partir da qual os historiadores se apropriaram do debate sobre o conceito de cultura desenvolvido por antropólogos como Bronislaw Malinowski e Clifford Geertz.

Como observou Burke, “cultura” geralmente se referia, até as primeiras décadas do século XX, às artes e às ciências, ou ao que se chamou de “alta cultura”, e foi neste sentido que se desenvolveram os trabalhos da tradição clássica da história cultural, como os de Burckhardt e Huizinga (BURKE, 2005, p. 16-19). Posteriormente, os historiadores absorveram a noção ampliada de cultura desenvolvida por antropólogos como Malinowski, que havia concebido a cultura como “heranças de artefatos, bens, processos técnicos, idéias, hábitos e valores” (MALINOWSKI apud BURKE, 2005, p. 43), e assim passaram a falar em culturas no plural, isto é, a cultura deixou de ser tomada como algo que algumas sociedades têm e outras não. Na década de 1970, Clifford Geertz propôs sua teoria de cultura como dimensão simbólica, constituindo “um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e atitudes acerca da vida” (GEERTZ apud BURKE, 2005, p. 52). Tomando como referências as contribuições destes antropólogos – notadamente de Geertz, mas também de outros, como o já citado Malinowski, além de Evans-Pritchard, Mary Douglas, Victor Turner, Lévi-Strauss e outros – consolidou-se entre as décadas de 1960 e 1990 a abordagem denominada antropologia histórica (BURKE, 2005, p. 48-60).

Essa virada antropológica também mudou significativamente a abordagem de relatos de viagem como fontes historiográficas. A partir de então, os estudos passaram a criticar a utilização deste tipo de fonte como um registro neutro sobre uma dada realidade, levantando novas problemáticas. Estes estudos procuraram demonstrar em que medida o choque cultural se refletia nas narrativas dos viajantes, enfatizando-se a ideia de esquema ou estrutura mental que moldaria previamente suas atitudes

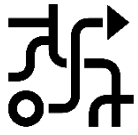


(BURKE, 2000, p. 249). Neste sentido, surgiram então estudos sobre o “olhar” dos viajantes – uma expressão que a partir de então apareceria em vários trabalhos. Esta nova abordagem colocava a questão de que a percepção de viajantes sobre as sociedades que descreveram em seus relatos era orientada pelos filtros de sua própria cultura, os quais geravam distorções. Tais distorções foram expressas nos vários estereótipos presentes nos relatos e na forma quase sempre depreciativa com que os viajantes descreveram práticas culturais que lhes eram estranhas.

A abordagem a partir do “olhar” do viajante, ou seja, a partir do seu lugar de enunciação, também trouxe a preocupação de diversificar as narrativas, fazendo emergir pesquisas dedicadas a relatos escritos por mulheres e por viajantes de diferentes procedências. Contribuíram significativamente para este processo os estudos feministas e os estudos pós-coloniais, ao apontar a necessidade de recuperar outros “olhares”, para além do padrão de viajante homem e europeu (FRANCO, 2011, p. 74-75).

O surgimento dos estudos pós-coloniais, a partir de finais da década de 1970, levantou a crítica ao discurso colonial e a tentativa de sua desconstrução, o que também impactou de forma significativa os estudos sobre os relatos de viagem. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, livro de Edward Said publicado em 1978, é considerado uma das obras inaugurais do que mais tarde se chamou de estudos pós-coloniais (BARBOSA, 2010, p. 58). Nesta obra, Said argumentou que a distinção ontológica entre Ocidente e Oriente, tão comumente naturalizada, foi inventada por uma longa tradição a qual o autor denominou de Orientalismo. Mobilizando a noção de discurso de Foucault, Said argumentou que o Orientalismo se constituiu como um sistema de conhecimento autorreferenciado que pretendeu definir o Oriente e torná-lo um objeto de conhecimento, de forma que a Europa pudesse lidar com ele, dominá-lo e ter autoridade sobre ele. Esse sistema de conhecimento foi produzido não só pelas ciências em emergência como a etnologia e a filologia, mas também pela vasta literatura produzida por escritores e viajantes (SAID, 1990, p. 50).

Um dos corolários da enorme repercussão do livro de Said foi a subsequente onda de novos trabalhos sobre “representações do Outro” na literatura – aí incluídos os relatos de viagem –, nas artes e até mesmo na música (BURKE, 2005, p. 86-87). Enfatizou-se o caráter eurocêntrico presentes nas descrições de viajantes e o quanto

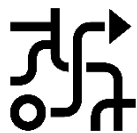


eram determinadas pela noção de predominância da “civilização europeia” sobre todas as demais. Desta forma, os relatos de viagem passaram a ser utilizados como um dos tipos de fontes para a análise do discurso colonial e dos estereótipos eurocêntricos neles expressos, consolidando-os como fontes fundamentais para o estudo de temas relativos à construção de identidade e de alteridade. Assim, a análise se deslocou das informações registradas pelos viajantes, antes consideradas como dados objetivos, para a própria construção da narrativa.

Um dos mais notáveis trabalhos desenvolvidos a partir da trilha aberta por Said foi o livro de Mary Louise Pratt, intitulado “*Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*” (PRATT, 1999). O livro consiste na análise dos relatos de viagem produzidos durante os esforços europeus de explorar regiões do interior dos continentes americano e africano, empreendidos a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo de todo o século seguinte. Nesta obra, Pratt evidencia a conexão entre a produção de relatos de viagem e a expansão política e econômica europeia, argumentando que estes relatos foram responsáveis por produzir aos leitores europeus “o resto do mundo”, contribuindo decisivamente para engajá-los nos projetos imperialistas e construindo uma nova concepção europeia de si mesma. Desde a sua publicação em 1992, o livro se constituiu como um marco nos estudos sobre relatos de viagem por suas contribuições teórico-metodológicas renovadoras e sua análise apurada das fontes. A partir da noção de “zona de contato”, a autora considera os relatos de viagem como frutos das dinâmicas e das tensões do contato entre viajantes e “visitados” – ainda que este contato fosse marcado por relações assimétricas de poder. O conceito de zona de contato é definido pela autora como

espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo (PRATT, 1999, p. 27).

Conforme observou a própria autora, este conceito é muito semelhante à ideia de “fronteira colonial”. Entretanto, enquanto a noção de fronteira está atrelada a uma perspectiva expansionista europeia e evoca a ideia de separação, “zona de contato” busca enfatizar o encontro entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, neologismo do qual a autora faz uso para destacar a dimensão interativa

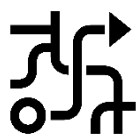


do encontro colonial. A ênfase na ideia de contato realça, portanto, o caráter “interativo e improvisado” do encontro de sujeitos que, antes separados histórica e geograficamente, passam a estabelecer relações contínuas, quase sempre através de formas de dominação (PRATT, 1999, p. 32).

Outro conceito fundamental da obra de Pratt é o de “transculturização”. Cunhado pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz na década de 1940 e introduzido por Angel Rama aos estudos literários nos anos 1970, este conceito nasce da rejeição às ideias de “aculturação” e “desculturação”. De acordo com Pratt, enquanto “aculturação” e “desculturação” tenderam a ser utilizados de modo reducionista para definir o choque de culturas em termos de transferência da metrópole para as colônias, ou dos colonizadores para os colonizados, enfatizando a “perda” de características culturais nesse processo de transferência, o conceito de “transculturização” tem sido usado alternativamente, para descrever como grupos dominados se apropriam de elementos do repertório cultural do grupo dominante e criam a partir deles. Nesta perspectiva, ainda que os grupos dominados não controlem o que emana da cultura dominante, eles selecionam, em diferentes níveis, o que absorvem e no que utilizam (PRATT, 1999, p. 30-31).

Revisitando o conceito de transculturização, Pratt nos convida a compreendê-lo como um fenômeno da “zona de contato”, que opera não só na direção da metrópole para a colônia e do colonizador para o colonizado, mas também na direção inversa. Assim, a autora considera o relato de viagem como um produto da relação entre europeus e não-europeus, produzido a partir da apropriação europeia de conhecimentos nativos. Portanto, para além de um enfoque exclusivo nos viajantes, esta perspectiva aponta para a necessidade de se considerar a interação entre eles e os sujeitos com os quais eles encontraram e se relacionaram na “zona de contato”. Ao enfatizar a experiência da viagem em sua imprevisibilidade e em seu caráter interativo, Pratt aponta para as contradições entre aquilo que os viajantes esperavam ver e as vivências da viagem, contradições que considera recuperáveis em seus textos (PRATT, 2005).

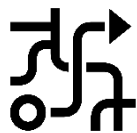
Logo em seguida à publicação do livro de Pratt, o antropólogo Johannes Fabian, em seu livro “*Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa*”, realizou uma crítica minuciosa de um amplo conjunto de relatos de



viagem sobre a África Central (FABIAN, 2000). Enquanto Pratt buscou ressaltar a ideia de interação, a análise de Fabian visa questionar o caráter de racionalidade atribuído às expedições de exploração geográfica. Assim, Fabian demonstrou como as viagens de exploração – descritas por seus agentes europeus como empreendimentos científicos e objetivos, ao mesmo tempo em que eram revestidos de um caráter glorioso de aventura e heroísmo – eram atravessadas, ao contrário, por contradições, incoerências e grandes doses de irracionalidade. Como argumentou o autor, ao contrário de sua autoimagem de observadores passivos e distanciados de seus objetos de interesse – isto é, as regiões do continente africano que percorriam e suas populações – os viajantes, no cotidiano das expedições, atuavam sob as tensões e contradições que caracterizavam suas incursões no continente africano. Além disso, em sentido complementar ao trabalho de Pratt – algo que o próprio autor notou, Fabian contribuiu para evidenciar como os relatos de viagem são permeados por distorções e estereótipos eurocêntricos.

CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA AFRICANISTA: EVIDENCIANDO INTERAÇÕES E AGÊNCIAS

No campo da história da África, contribuições teórico-metodológicas importantes têm sido feitas desde a década de 1980. Em eventos, livros e publicações periódicas, tais como a *History in Africa* e a alemã *Paideuma*, historiadores africanistas discutiram aspectos importantes desta tipologia de fontes. Dentre as questões levantadas, debateu-se o caráter dos relatos de viagens como fontes primárias ou secundárias, internas ou externas; sua suposta originalidade e o fenômeno do plágio; as implicações dos textos narrativos e não-narrativos, etc. Desta forma, o grupo de historiadores envolvidos nestes debates desenvolveram abordagens que ressaltavam a necessidade de contextualização dos relatos a partir da investigação da biografia e da identidade social dos seus autores, bem como das condições de suas viagens e dos processos editoriais envolvidos na publicação de seus textos. Também se consolidou como uma das principais abordagens os procedimentos de comparação sincrônica e diacrônica com outros relatos ou outras fontes disponíveis, que possibilitariam a identificação de redes de transmissão de informações, bem como de



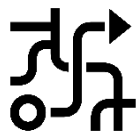
exageros, erros e invenções¹. Assim, as contribuições deste grupo de historiadores e o aparato crítico que desenvolveram suscitaram uma transformação sobre a percepção acerca destas fontes (CHOUIN, 2005).

Dentre este grupo de historiadores, destacamos a historiadora alemã Beatrix Heintze, autora de uma vasta produção sobre a região da África Central. A partir de uma perspectiva de história social, Heintze tem buscado, em diferentes trabalhos (HEINTZE, 2004; 2011), alargar a compreensão sobre africanos que interagiram com viajantes europeus, particularmente aqueles que percorreram regiões de Angola. Utilizando como fontes principais as obras do explorador português Henrique de Carvalho, mas também de diversos viajantes alemães, a autora demonstrou que as expedições europeias à África, embora afirmassem descobrir caminhos e regiões desconhecidas, na verdade se valiam de rotas das complexas redes comerciais africanas de longa distância, muito bem conhecidas e percorridas pelos nativos (HEINTZE, 2004).

A autora evidenciou a atuação de intermediários que designa, seguindo a Joseph Miller, por “luso-africanos”, isto é, “membros de uma cultura mista portuguesa e africana” (HEINTZE, 2011, p. 22. tradução nossa). A experiência destes sujeitos em viagens pelas rotas comerciais os tornava detentores de conhecimentos e informações imprescindíveis aos viajantes europeus, que por isso os contratavam. Considerando-os como “tradutores’ transculturais”, Heintze apontou que grande parte das informações sobre o continente africano disponíveis em relatos europeus provinha do engajamento com estes sujeitos (HEINTZE, 2011, p. 20).

Apesar destas contribuições e das abordagens críticas desenvolvidas, a pertinência do uso dos relatos de viagem para o estudo das regiões e sociedades descritas pelos viajantes permanecem sendo questionadas por alguns historiadores. A alegação principal é que os textos dos viajantes, por estarem profundamente marcados pelo eurocentrismo e condicionados pelos filtros culturais de seus autores, não permitiriam nada além do que uma história política, intelectual ou cultural da Europa. Contudo, como contrapôs Luis Nicolau Parés, ao desqualificar estas fontes e

¹ É importante salientar, como destacou Luis Nicolau Parés, que estes procedimentos, embora rigorosos, não nos permitem superar a natureza eurocêntrica dos dados. (PARÉS, 2016. p. 25-42).

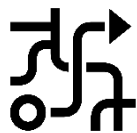


historiografia baseada nelas, corre-se o risco de se desconsiderar um acervo vasto que nos possibilita, quando submetido a uma abordagem crítica, vislumbrar “aspectos parciais do passado africano” (PARÉS, 2016. p. 26). Retomando as considerações de Beatrix Heintze, Robin Law e outros, Parés reafirmou as potencialidades do uso dos relatos de viagem. Assim, em sua obra mais recente (PARÉS, 2016), valendo-se de diversos relatos europeus do período entre 1650 e 1850 e cotejando-os à etnografia contemporânea, o autor pôde delinear práticas religiosas da chamada Costa dos Escravos, na África Ocidental, e suas repercussões e conexões atlânticas.

A historiografia brasileira sobre o continente africano também tem dado contribuições significativas, apresentando abordagens inovadoras em relação aos relatos de viagem. De fato, podemos distinguir uma tendência recente na produção brasileira, na qual relatos de viagens, antes abordados apenas em conjunto e de modo fragmentário, são analisados de modo mais sistemático e integral, de forma a pôr em foco aspectos pouco observados nas análises mais amplas. Neste sentido, podemos destacar os trabalhos de Alexsander Gebara, Maria Cristina Cortez Wissenbach e Elaine Ribeiro dos Santos.

Em um de seus trabalhos (WISSENBACH, 2011), Maria Cristina Wissenbach analisou o relato do alemão Georg Tams, que esteve em diversos pontos da costa ocidental africana nos anos de 1841 e 1842. Contextualizando as condições da viagem e da publicação da obra, e cotejando suas informações a partir da historiografia, a autora pôde evidenciar as redes mercantis e sociais articuladas pelos negociantes estabelecidos nas áreas de presença portuguesa da África Centro-Ocidental, a busca destes agentes por alianças com as autoridades africanas e suas estratégias comerciais no contexto de tentativas de contenção do fluxo transatlântico de africanos escravizados. Além disso, a análise apurada do relato de Tams também permitiu à autora ressaltar não só os interesses comerciais europeus e luso-africanos, mas também a ressonância das pressões das sociedades africanas nas transformações que caracterizaram o período.

Por sua vez, o historiador Alexsander Gebara analisou os diversos escritos do britânico Richard Francis Burton, evidenciando como o discurso do viajante se constituiu em uma dinâmica relacional entre a Inglaterra e a África Ocidental, e como teve influência significativa para as ações políticas inglesas na região. Nele, Gebara



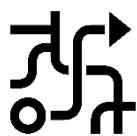
reafirmou a pertinência de relatos de viagens como fontes para o estudo não só do discurso colonial, mas também das diferentes formas de agências e resistências africanas no contexto do encontro colonial. Nesta perspectiva, ecoou a crítica de Patrick Williams e Laura Chrisman, destacando que as análises que se mantiveram concentradas apenas nas maneiras pelas quais os sujeitos “subalternos” foram construídos pelo discurso colonial continuaram a “posicionar a subjetividade colonial/imperial como tendo uma primazia ontológica e epistemológica’, ficando os sujeitos nativos ou subalternos com um papel secundário ou apenas reflexivo” (WILLIAMS; CHRISMAN, 1994 apud GEBARA, 2010. p. 15). Neste sentido, Williams e Chrisman apontaram um caminho:

O que tem sido menos explorado é a extensão na qual o subalterno pode ter jogado um papel constitutivo mais do que um reflexivo no discurso e na subjetividade colonial e imperial doméstica. Ao invés de ser aquele Outro no qual o colonizador projeta uma subjetividade e um conhecimento previamente constituído, resistências políticas, localizações e presenças nativas precisam ser teorizadas mais a fundo como tendo um papel determinante ou principal nos discursos coloniais, e nas versões domésticas destes discursos. Em outras palavras, o movimento pode ter sido tanto da “periferia” para o “centro” quanto do “centro” para a “periferia” (WILLIAMS; CHRISMAN, 1994 apud GEBARA, 2010. p. 16).

Conforme ressaltou Gebara, destacar a dimensão da interação para compreender o discurso colonial não significa ignorar a dimensão da violência e o etnocentrismo que o permeiam. Mas, para além de constatar o processo de violência epistemológica, esta abordagem nos permite trazer à tona histórias de resistência, nas quais os africanos exercem um papel de agência, contribuindo ativamente para a construção do conhecimento antes considerado puramente Ocidental e interferindo na construção da imagem da África e de si mesmos (GEBARA, 2010. p. 16-17).

Em direção semelhante, a historiadora Elaine Ribeiro, em estudo sobre os trabalhadores envolvidos na expedição liderada por Henrique de Carvalho à Lunda, reafirmou a pertinência dos relatos de viagem como fonte historiográfica, “por permitir a busca, além de suas representações, dos papéis históricos de pessoas que, embora com presença ostensiva, foram ao longo do tempo socialmente desvalorizadas [...]” (SANTOS, 2013, p. 40). Como destacou a autora,

[...] o esforço investigativo do discurso de agentes exteriores para tentar entender o espaço de possíveis agências africanas não significa



uma premissa da ausência de opressão, mesmo quando essas agências destacam protagonismos que fazem parecer como uma espécie de facilitação à política colonialista europeia sobre os territórios africanos (SANTOS, 2013, p. 39).

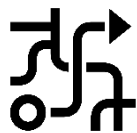
A partir desta perspectiva, Elaine Ribeiro tomou como fontes os relatos de Henrique de Carvalho, analisando o cotidiano de tensões, resistências e negociações dos trabalhadores africanos contratados como carregadores para a expedição liderada pelo militar português à Lunda, entre os anos de 1884 e 1888. Assim, a autora salientou o papel fundamental que estes africanos tiveram para o andamento da expedição – não só por seu trabalho, mas também por seus saberes – e demonstrou como negociaram e resistiram à persistência do trabalho forçado com base em suas próprias noções de direitos e deveres, de trabalho e de liberdade (SANTOS, 2013).

Em estudo ainda mais recente, Gebara estudou os casos de intermediários – termo que abarca sujeitos que, por diversas tarefas, mediam o contato entre europeus e africanos – que atuaram em diversas expedições britânicas pela África Ocidental entre 1825 e 1854 (GEBARA, 2019). Como observou o autor, na maior parte das vezes as informações sobre estes sujeitos aparecem de forma fragmentária nos relatos de viagem e, apesar da sua numerosa presença e dos papéis fundamentais que desempenharam, não foram considerados protagonistas pelos viajantes. Assim,

trata-se metodologicamente de procurar nas entrelinhas dos textos, ou em menções originalmente com objetivos anedóticos e/ou contextuais, as participações destes “intermediários” nas dinâmicas das viagens e, a partir daí, inferir ou esboçar reflexões sobre a sua importância nos empreendimentos (GEBARA, 2019, p. 209).

Nesta perspectiva, analisando a atuação de William “Abubakr” Pasco, Alihéli e Al-Hadge² – indivíduos que atuaram como intermediários em expedições britânicas – Gebara pôde demonstrar como estes sujeitos poderiam influenciar a dinâmica das viagens em virtude da busca de seus interesses próprios, através de diferentes estratégias, intervindo para a alteração de percurso, selecionando interlocutores, dentre outras. Assim, Gebara evidenciou a agência destes sujeitos, mesmo em um estreito horizonte de possibilidades que se colocava a partir das novas conjunturas atlântica e africana (GEBARA, 2019).

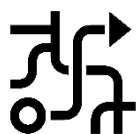
² Como nota o autor, Alihéli e Al-Hadge podem ter sido a mesma pessoa, embora as fontes não sejam claras a este respeito. (GEBARA, 2019).



Contudo, se os trabalhos mais recentes ressaltam outras possibilidades de análise a partir de relatos de viagem, eles não ignoram os seus limites. Em artigo de 2008, Sílvio Marcus de Souza Correa sintetizou pontos importantes a este respeito, apontando como o real e o fantástico frequentemente se entrelaçam nos testemunhos dos viajantes. Assim como outros autores já mencionados, Correa destacou as convenções literárias próprias dos relatos de viagem e a inclinação de seus autores a descrever populações africanas em função de aspectos considerados curiosos ou pitorescos (CORREA, 2008). A partir do século XVIII, tornou-se cada vez mais comum que viajantes europeus se empenhassem na tarefa de inventariar, classificar e hierarquizar os povos africanos, descrevendo-os a partir das normas da escrita etnográfica. Assim, era comum que descrevessem homens e mulheres de modo anônimo e despersonalizado, identificando-os apenas como “tipos” de determinada “tribo”, como se suas características físicas e culturais correspondessem às características de todo um grupo, reduzindo-os a “exemplares” de uma determinada população (HEINTZE, 2000. p. 112-113). A partir destes princípios, classificaram e compararam práticas culturais, crenças, formas de organização social e conhecimentos tecnológicos, tendo como referencial a Europa “civilizada”. Outra prática textual recorrente nos relatos de viagem é a descrição atemporal dos povos visitados, considerando os aspectos observados “não como um evento particular no tempo, mas como uma instância de costume ou traço preestabelecido” (PRATT, 1999. p. 119). Também é preciso considerar que os relatos de viagem se inscrevem em uma longa cadeia de transmissão de informações sobre o continente africano, e não raramente viajantes escreveram sobre sociedades que nunca visitaram, tomando informações de outros viajantes que os antecederam ou de seus interlocutores africanos (CORREA, 2008).

Contudo, conforme destacamos, mesmo através de fontes europeias e marcadamente eurocêntricas, a historiografia africanista recente, na qual se inclui e se destaca a produção brasileira, tem buscado trazer à tona experiências históricas de sujeitos quase sempre ignorados, experiências tais praticamente imperscrutáveis através de outras fontes.

Podemos retomar o paralelo que Elaine Ribeiro estabeleceu entre esta perspectiva e os estudos sobre a escravidão no Brasil:



Esta perspectiva teórica e analítica é similar ao movimento realizado, na década de 1980, pela historiografia social da escravidão no Brasil, que retomando o uso de processos criminais – documentação tida até então como própria dos agentes repressores e, portanto, externa aos escravizados – conseguiu comprovar a sua importância para o entendimento tanto do papel dos escravizados como agentes históricos, quanto da dinâmica histórica da escravidão (SANTOS, 2013. p. 40-41).

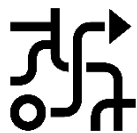
Deste modo, a partir destas contribuições teórico-metodológicas, as quais destacaram a dimensão da interação na produção dos relatos de viagem, consideramos que ao analisar a constituição do discurso colonial – e, mais especificamente, a constituição de narrativas de viagem sobre o continente africano – a partir da dimensão da interação podemos romper com a noção do olhar soberano do viajante. Assim, pode-se dizer que embora se pretenda soberano, o olhar do viajante é por vezes “astigmático” (SANTOS, 2013, p. 158), sofrendo interferências dos sujeitos com os quais ele se relaciona no curso da viagem. Ilka Boaventura Leite, em estudo sobre escravos e libertos em Minas Gerais a partir de relatos de viajantes, já havia destacado o espaço de interferência de informantes locais:

De certo modo, essa ‘interferência’ da comunidade diluía o exclusivismo do pensamento europeu, implodindo o projeto autoral, a versão única, e revelando as várias contradições que, supostamente, ocorriam entre o que o viajante ‘queria’ ver e o que a comunidade ‘queria’ mostrar. O informante interferia com a sua versão, mesmo quando sua resposta era o silêncio ou a não-aceitação do estrangeiro. O viajante também ‘elegia’ o que deveria ser mostrado. Assim se arma o jogo de representações que irá compor as versões sobre os escravos e libertos. O relato, como produto da experiência de viagem, apresenta a tensão que caracteriza o contato, como ele se produz e se reproduz no texto (LEITE, I., 1996, p. 97-98).

Na mesma direção, Heloísa Pires Lima ressaltou que não há unilateralidade na construção das imagens presentes nos relatos de viagem, e é necessário compreendê-las como resultado de um jogo imbricado entre a seleção do viajante e ao que ele se expunha:

A seleção do narrador mostra ao que ele se ateuve como faces de uma África que se impõe ao registro. Todavia, que também se expõe. A perspectiva a considerar está nos indícios de não haver unilateralidade na confecção das imagens levando a supor os encontros, as negociações e as resistências locais (LIMA, 2013, p. 10).

Produzidos a partir do contato, os relatos de viagem não deixam de reproduzir “as experiências de embates, resistências e colaborações” (GEBARA, 2010) que o



caracterizam. A investigação apurada da narrativa torna possível vislumbrar as diversas formas de interação que se deram no contexto do contato colonial:

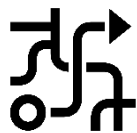
O objeto da análise passa a notar o negativo da foto, ou seja, o destaque a recolher é a perspectiva das contendidas enfrentadas pela figura do explorador, dos habitantes que o observam, dos atores locais que chamaram a atenção a ponto de entrarem para a narrativa (LIMA, 2013, p. 10).

Assim, mesmo a partir de informações fragmentárias, julgamos ser possível entrever traços das interações entre os viajantes e os diversos sujeitos africanos com os quais cruzaram durante a viagem. Os momentos de conflitos e tensões constituem matéria fundamental para a análise, uma vez que trazem à tona interesses, normas e valores que se confrontam. Contudo, se as situações de embates podem revelar de modo mais evidenciado a dinâmica das relações entre africanos e europeus, as situações de colaboração e negociação também são importantes, pois tornam possível apreender os espaços de agências e os papéis desempenhados por africanos no andamento das viagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos de viagem são, ainda hoje, fontes de significância incontornável para a historiografia do largo período entre os séculos XV e XIX. Se, a princípio, sua mobilização acrítica acarretou a reprodução de distorções e estereótipos, as contribuições recentes têm possibilitado não só questionar a objetividade dos testemunhos de viajantes, mas também de mobilizá-los a fim de compreender os papéis de outros sujeitos, para além dos próprios autores.

Dentre estas contribuições, as pesquisas em História da África, destacadamente aquelas produzidas no Brasil, desenvolveram um aparato teórico-metodológico robusto a respeito dos relatos de viagem. Distanciando-se daqueles que consideraram os relatos de viagem como expressão pura da subjetividade europeia, como também daqueles que os trataram como reflexo do real, estes estudos ressaltaram a relevância destas fontes para aprofundar o entendimento da dinâmica das relações entre africanos e europeus, evidenciando as agências, as negociações e as tensões que as caracterizaram, bem como os papéis desempenhados por africanos diante da expansão imperialista europeia.



Desta forma, reafirmamos que ainda que estas fontes estejam permeadas por categorias eurocêntricas e ainda que seus autores estivessem profundamente comprometidos com a expansão imperialista, da qual eram agentes, os relatos europeus de viagem constituem fontes importantes ao historiador, desde que submetidos a um tratamento teórico-metodológico crítico, que considere suas especificidades, suas limitações e suas possibilidades, levando em conta a situação de contato que lhes deu origem.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, Romain. Historia global, historias conectadas: ¿un giro historiográfico?. *Prohistoria*, v.18, n.24, p. 3-20, dez. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5460312>. Acesso em: 21/10/2021.

_____. *La historia en partes iguales: relatos de un encuentro de Oriente y Occidente (siglos XVI y XVII)*. Paris, Seuil, 2014.

CHOUIN, Gérard. Vu, dit ou déduit? : l'étude des relations de Voyage em Guinée. *Journal des africanistes*, v.75, n.2, n.p., 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/africanistes/124?lang=en>. Acesso em: 15/10/2021.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. *Aedos*, v. 1, p. 11-21, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9809>. Acesso em: 02/10/2021.

FABIAN, Johannes. *Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa*. Los Angeles: University of California Press, 2000.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: USP; Humanitas, 2011. v.2. p. 62-86. Disponível em: <https://leha.fflch.usp.br/sites/leha.fflch.usp.br/files/inline-files/CSP2.pdf>. Acesso em: 24/09/2021.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *A África de Richard Francis Burton: Antropologia, política e livre comércio, 1861-1865*. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. Agências e interações entre africanos e europeus nas expedições britânicas ao rio Níger (1825-1854): os casos de William “Abubakr” Pasco e “Alihéli”. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 204-228, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dxgcgPzSvW9G367rfz9npck/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09/09/2021.



HEINTZE, Beatrix. Hidden transfers: luso-africans as european explorers' experts in nineteenth-century West-Central Africa. In: LANDAU, Paul Stuart. *The power of doubt: essays in honor of David Henige*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin-Madison, 2011. p. 19-40.

_____. *Pioneiros Africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (1850-1890)*. Luanda: Nzila, 2004.

_____. Representações visuais como fontes históricas e etnográficas sobre Angola. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA, 2. Lisboa, 2000. Construindo o passado angolano: as fontes e sua interpretação. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 187-236.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

LIMA, Heloisa Pires. Na curva das águas: a África de Serpa Pinto entre a Antropologia e a História. *Revista Crioula*, v. 13, p. 1-14, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/64730>. Acesso em: 06/10/2021.

PARÉS, Luis Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PRATT, Mary Louise. Entrevista com Mary Louise Pratt. [Entrevista concedida a] Bianca Soares e Orlando Costa. *Habitus*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 1-7, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11269>. Acesso em: 28/09/2021.

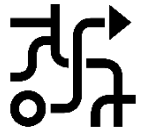
_____. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

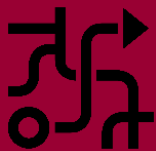
SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios na África centro-ocidental na década de 1840. *Afro-Ásia*, v. 43, p. 10-52, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21220>. Acesso em: 03/10/2021.



Recebido em 30/10/2021

Aprovado em 28/10/2024



LUZ, Rosiane Rodrigues*

<https://orcid.org/0000-0002-0637-4770>

RESUMO: Este artigo se concentra na análise de periódicos do século XIX para compreender a moda na sociedade brasileira da época, especialmente na Corte Imperial e na província de São Paulo. Os periódicos escolhidos foram o *Jornal das Senhoras* e *O Lirio*, direcionados ao público feminino. A análise se baseia na interpretação da moda pelo olhar feminino e na relação de consumo que as mulheres mantinham com a moda na época. Para organizar o debate, foram utilizados processos como seleção de periódicos relevantes para o tema, análise de conteúdo e interpretação dos dados a partir de uma perspectiva de gênero. Além disso, questões sociais e econômicas relacionadas ao consumo da moda também foram abordadas. O artigo destaca a influência francesa sobre a moda feminina no Brasil Imperial e a participação das mulheres na direção e redação de periódicos em uma sociedade patriarcal e conservadora.

PALAVRAS-CHAVE: Século XIX; Periódicos femininos; Influência francesa e moda.

ABSTRACT: This article focuses on the analysis of 19th-century periodicals to understand fashion in Brazilian society at that time, especially in the Imperial Court and the province of São Paulo. The chosen periodicals were *Jornal das Senhoras* and *O Lirio*, aimed at a female audience. The analysis is based on the interpretation of fashion through a feminine lens and the relationship women had with fashion consumption at that time. To organize the debate, processes such as the selection of relevant periodicals for the topic, content analysis, and interpretation of data from a gender perspective were used. In addition, social and economic issues related to fashion consumption were also addressed. The article highlights the French influence on women's fashion in Imperial Brazil and the participation of women in directing and editing periodicals in a patriarchal and conservative society.

KEYWORDS: 19th century; Women's periodicals; French influence and fashion.

* Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas(2022).

INTRODUÇÃO

“O continente negro da Mulher apavora, e não há delírio que não seja preferível à sua presença escandalosa e nua.”

Stéphane Michaud

Como a França de Napoleão II se tornou a cidade preferida da moda no universo feminino brasileiro e se consagrou como a cidade mais elegante da Europa no século XIX? Tal fenômeno para ser compreendido, carece de uma análise minuciosa entre a moda e o consumo. Entender qual a influência que a importação dos figurinos da moda francesa acarretava no contexto social e cultural da brasileira, no Segundo Reinado do Brasil, e como essa relação de consumo do vestuário com as modistas impactava a economia das famílias. As brasileiras se tornaram meras reprodutoras do *toilette* parisienses ou podemos identificar uma adaptação dos trajés?

Ao questionar essas inquietações ao longo da pesquisa, podemos perceber como algumas lacunas que podem ser preenchidas pela História das mulheres, uma vez que compreendemos que a relação da mulher e o vestuário vai além da mera futilidade e capricho de simplesmente descrever a indumentária que temos acesso através das gravuras das revistas e jornais; estudando de forma crítica essa relação nos faz compreender o protagonismo da mulher, nos faz estudar uma mulher que entendia de economia doméstica, uma mulher que visionava se destacar em seu grupo social, se mostrando pertencente a uma sociedade, buscando a identidade visual requintada através da imagem.

A Historiografia sobre as mulheres abarca grandes estudos renomados que narra e analisa a trajetória do feminino na História, mesmo quando sua presença era omitida; para este estudo, consultar essas obras antes de tudo, foi obrigatório; não se pode entender um fragmento sem compreender o contexto geral. Entre as obras consagradas que estuda a mulher e o vestuário, temos a socióloga brasileira Gilda de Mello e Souza, em um estudo que a própria autora descreve como inusitado, por ser algo que estava ao contrário do que se costumava pesquisar naquele período: *O Espírito das Roupas: A moda no século dezanove*, que elucida a questão do social e cultural no olhar das roupas, destacando que a vestimenta possuía um espírito, nos remete a análise da mentalidade e compreendemos que a moda reflete a sociedade que a constrói.

Pioneira e essencial para estudar a História das mulheres, a historiadora francesa Michelle Perrot possui uma imensidão de textos, ensaios e livros; fazer uso desses materiais nos abriu horizontes para enxergarmos um leque maior de possibilidades; e no processo, entender como elas foram excluídas mesmo sendo as primeiras na linha de frente das revoltas francesas; compreender que como donas do lar, elas entendiam da economia doméstica, ao mergulhar nos estudos realizados pela Perrot, podemos reconhecer que a sociedade do século XIX, no Brasil e na França, mesmo sendo predominantemente patriarcal, as mulheres desafiavam o sistema e se tornavam autoras da própria vida.

Para compreender a relação de consumo das brasileiras com os franceses, precisamos primeiro entender a sociedade de consumo na França. Com esse propósito, o geógrafo britânico David Harvey, foi crucial para iluminar a visão sobre essa sociedade. No livro *Paris, capital da modernidade*, o autor dedica um capítulo para analisar a mulher dentro da sociedade de consumo e como a burguesia ascendente buscava uma afirmação social através da demonstração do poder econômico usando dos artifícios da moda.

Entre os estudos brasileiros, o livro *História da Vida Privada do Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional*, volume organizado por Luiz Felipe de Alencastro, foi de fundamental importância para se abarcar o momento que a sociedade brasileira estava vivenciando; o esclarecimento adquirido com o estudo da obra possibilitou analisar o contexto sociocultural, econômico e político no Segundo Reinado de Dom Pedro II.

OS PERIÓDICOS E A MODA NARRADA POR MULHERES

Durante os anos de 1820-1860, foi possível observar um significativo aumento na produção de jornais, folhetins, periódicos e revistas no Brasil. A comprovação desse fenômeno pode ser encontrada ao acessar a Biblioteca Digital do Brasil – Hemeroteca, que disponibiliza um acervo considerável desses materiais para consultas on-line. É notável que a quantidade de fontes impressas preservadas desse período é impressionante e, graças à facilidade de acesso remoto a esse rico acervo, tornou-se possível selecionar e acessar as fontes de forma *on-line*.

Adentrando no que se refere à fonte de análise, temos dois periódicos selecionados do ano de 1852 e 1860, com o intuito de abranger um período significativo para embasar as discussões que abordaremos neste estudo, que visa

debater a influência e o impacto que a importação da moda francesa ocasionou no vestuário e no cotidiano social e econômico dessa mulher brasileira do século XIX e como essa relação de consumo é refletida na visão dessas consumidoras. Analisar a ideia de modernidade e os exageros da moda.

O olhar se debruçou primeiro, por escolha cronológica, sobre *O Jornal das Senhoras*, redigido por mulheres e a elas destinado, que circulou na corte do Rio de Janeiro e nas províncias, entre os anos de 1852 a 1855; o segundo se chama *O Lirio*, e também foi redigido e direcionados às mulheres, que circulou em São Paulo no ano de 1860.

É válido destacar que, com exceção de algumas páginas de apresentação dos folhetins, o método empírico de investigação baseou-se somente nas colunas sobre a moda; portanto, as demais colunas dos periódicos não fazem parte da abordagem deste estudo.

O Jornal das Senhoras possuía uma tiragem semanal, o qual era publicado todo domingo; as informações para as assinantes se encontravam na última página, e o primeiro jornal do mês trazia consigo um brinde contendo um figurino que nas palavras da redatora: “do mais bom tom em Paris”. Contendo 52 tiragens em cada ano, alguns periódicos mesclavam-se entre 8 e 12 páginas; analisar todos os anos se tornou inviável; nesse caso, contentou-se em estudar somente o ano de 1852.

A redatora chefe, Joanna Paula Manso de Noronha, cumprimenta seu público-alvo, alegando qual o intuito por trás do periódico, fala sobre a relevância de se ter uma mulher à frente de um jornal e que esse acontecimento estava relacionado com o momento de modernidade que o Brasil vivenciava. Ao fundar o jornal, a redatora relata ter em mente o “melhoramento social e a emancipação moral da mulher” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852).

A autora da coluna ‘Modas’, que se diz anônima, inicia já informando que sua função social é “relatar com toda a lealdade o que eu presenciei em Paris e o que me explicarão algumas elegantes com quem tive a fortuna de travar relações de amizade” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). Analisando a posição da autora, podemos constatar que quem ditava a regra da etiqueta e da elegância era a capital francesa; outro ponto inicial apontado pela autora é a qual grupo social ela se dirige, ao círculo do ‘bom-tom’, deixando claro a qual classe social é pertencente; nas falas da autora, ela segue enaltecendo o requinte parisiense, elogiando que por lá cada grupo social

se veste de acordo com o status econômico que possui (JORNAL DAS SENHORAS, 1852).

Outro ponto de análise a ser considerado é o de como a autora demonstra o impacto da influência francesa no Brasil. Essa relação de ter Paris como a detentora do polo glamuroso, remete a uma inferioridade de criação de moda por parte dos brasileiros; esta mentalidade se prolonga por todo o periódico, chegando a momentos em que a autora relata de forma conformista que cabe somente aos franceses o 'dom' de criar os figurinos mais elegantes que existe.

O *Lirio*, foi um periódico publicado na província de São Paulo, as datas de publicações seguem padrões aleatórios, não havendo uma regularidade nem na quantidade de dias, nem o dia exato da semana. No formato digital, temos acesso aos 12 periódicos que sobreviveu ao tempo e está preservado e digitalizado; o primeiro periódico continha 8 páginas e todos os demais 12. Além disso, *O Lirio* foi um periódico de curta duração, pois encerrou suas publicações com apenas seis meses; a primeira publicação foi no dia 07 de junho de 1860 e a última em 30 de novembro de 1860.

Este periódico se intitula ainda como um "Jornal de Variedades", a redatora inicia dizendo que é um jornal para a família, direcionado principalmente à mulher cristã; no entanto, não revela sua identidade, nem usa um pseudônimo. Sequer informa se o periódico é redigido apenas por mulheres. A redatora declara seu posicionamento conservador em relação à religião e justifica que o nome escolhido para nomear o jornal, se dá por conta de a flor ser um símbolo de delicadeza, castidade e inocência que, segundo ela, tais requisitos deveriam ser natos na mulher religiosa.

Diferente do *Jornal das Senhoras*, o periódico *O Lirio* não possuiu uma coluna fixa sobre a moda; portanto, dos 12 periódicos analisados somente 7 possuem a coluna sobre a moda; porém, esses fragmentos foram de grande importância para a complementação da pesquisa, e não diminuiu o entendimento do contexto e uso da moda na província de São Paulo.

A influência parisiense nas vestimentas em São Paulo não é diferente da influência exercida no Rio de Janeiro. Para compreendermos mais a questão proposta para debate, vamos agora adentrar na coleta de dados e como tais informações nos ajuda a analisar as questões sociais que pretendemos elucidar.

MOLDES FRANCÊS E O COMERCIO DA MODA NO RIO DE JANEIRO

A primeira coluna do periódico *Jornal das Senhoras* já mostra a dominante influência da capital francesa no gosto das brasileiras. A autora relata que em Paris a publicação de figurinos é abundante, tendo as parisienses uma grande variedade de *modelitos* toda semana.

Esta colocação da autora nos remete aos estudos de Harvey (2015). A França do século XIX estava permeada com ideias fortemente voltada para o capitalismo, com a classe burguesa da sociedade explorando o meio industrial, as mudanças começam a aparecer. Para Harvey, “Em meados do século o Estado francês buscava modernizar suas estruturas e práticas de modo condizente com as necessidades contemporâneas” (HARVEY, 2015 p. 191). A França se mostrava ser uma sociedade cada vez mais consumista. E uma das formas de mostrar esse consumo era através do vestuário. E ainda segundo Harvey (2015), a indústria têxtil teve grandes impulsos, principalmente do Império.

A França sob o comando de Napoleão II prosperou economicamente. No setor da moda essa prosperidade foi ressaltada por Boucher (2010 p. 333): “é apenas sob o Segundo Império que Paris voltará a se tornar o centro da elegância”. Durante todo o Império, essa fama de capital esplendorosa se manteve, mas, por um desvio do destino, “a derrota da França em 1870 e os problemas do ano seguinte mantiveram Paris fora de cena por algum tempo e ela demorou um pouco a recuperar sua ascendência” (LAVÉR, 1989 p. 190).

Alencastro (1997) também se apoia na ideia que foi sobre a regência do Segundo Império Francês que o tom de modernidade floresceu na França e esse florescer inspirou as elites brasileiras a copiar não somente o vestuário, como também alguns aspectos culturais e sociais da vida urbana e rural que eram comuns entre os franceses.

Outra visão demonstrada por Harvey (2015) mostra como foi possível essa mulher burguesa sair do espaço recluso do lar e adentrar no espaço público; a explicação está nas modificações das esferas do consumo. A mulher burguesa se torna uma janela para exibir as conquistas do marido. E o autor ressalta que “(...)durante o Segundo Império é o do crescente controle feminino sobre o espaço interno da casa, associado à crescente transformação das mulheres em mercadoria na vida pública” (HARVEY, 2015 p.260). Essa percepção das mulheres serem

importantes para consumir e exibir-se, torna-as o centro da moda. Esse mercado de consumo tende a ganhar ainda mais força conforme a expansão que o capitalismo insere na sociedade através dos meios de produção.

Portanto, todo esse estímulo ao consumo da moda, torna Paris a capital glamorosa da Europa; o Brasil, mesmo estando a um oceano de distância, não ficou imune a essa influência.

No *Jornal das Senhoras* fica nítido na posição da autora, o quanto a França, no que se refere a moda, é o exemplo apropriado a ser copiado. A autora, que se diz anônima, destaca que em Paris se utiliza da moda como marca de diferenciação, dizendo que: “a sua competente distinção segundo as conveniências de cada um, o seu estado e a sua posição” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). Esse posicionamento deixa claro a consciência de classe social, que esse grupo de mulher brasileira mostrava possuir; e que usar das vestimentas para demonstrar essa diferença social é algo totalmente necessário.

Na edição do dia 04 de abril de 1852, a autora se mostra encantada com os vestuários de bailes que estavam no auge em Paris e destaca que: “modernos figurinos, que só pertencem à classe d’aquelles, que forão escolhidos e são preferidos pelo mundo elegante de Paris. Custa caro este capricho, é bem verdade.” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). Tal percepção da autora mostra uma visão concentrada no eurocentrismo; se esse pensamento era um espelho da sociedade como um todo, não sabemos, mas nesse círculo social essa ideia aparenta perdurar.

O fato de o periódico destacar constantemente a França como uma inspiração no universo da moda, se mostra emblemático em diversos momentos; uma questão levantada pela própria autora mostra que a novidade e o imediatismo eram vistos por elas como algo louvável. Na edição do dia 25 de janeiro de 1852, a autora ressalta que “nossos figurinos são expressamente feitos em Paris para o nosso jornal” e destaca em seguida que “era de costume velho no Rio de Janeiro apresentarem as fazendas e as modas de Paris muitos mezes depois de lá serem vistas e usadas; isto acontecia em primeiro lugar por serem as estações do anno diferentes e opostas” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). O jornal acredita está sendo inovador ao conseguir trazer os figurinos da moda francesa enquanto ele está em seu auge do sucesso. No entanto, podemos perceber que a moda que estava em alta entre os francesas, era completamente inviável de ser usada no Brasil no mesmo período.

A autora da coluna modas se vangloria por ter acesso inédito aos figurinos que vem de Paris diretamente para suas mãos, “os figurinos que chegam para o *Jornal das Senhoras* são publicados no Rio de Janeiro um mez depois da sua publicação em Paris, diferença unicamente do intervalo da viagem do paquete (Teviot-navio inglês).” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). No entanto, há um empecilho que, por vezes, deixa a autora inconformada, que se trata das divergências nas estações do ano entre a França e o Brasil. Segundo a autora, Paris tem as estações do ano muito bem definidas, diferente das estações do Brasil, que se divide apenas em duas, verão e inverno. Porém, com grande satisfação ela anuncia que as modelagens, mesmo sendo inspiradas nos modelitos parisienses, foram criados especialmente para as brasileiras, em suas palavras: “não se trata de um figurino antigo, nem é um figurino atual, pois lá está frio. É um figurino por eles criado para se adaptar ao clima brasileiro” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852).

Essa adaptação da moda é vista pela autora como algo maravilhoso; ter inspirações francesas no vestuário feminino se torna uma distinção social e econômica, mesmo a moda não sendo idêntica; mesmo os tecidos recomendados sendo tecidos leves e transparentes, que fosse confortável para o verão no Rio de Janeiro; mesmo com todas as modificações que o clima exigia, a autora segue totalmente confiante que a moda parisiense se fazia presente na vida das brasileiras da Corte Imperial.

Enveredando para o caminho da consciência, constatamos, por diversas vezes, que a autora demonstra não só compreender de economia doméstica, como incentiva as leitoras/assinantes a produzir seu próprio vestuário; utilizando como inspiração os figurinos disponibilizados pelo periódico, as mulheres que possuía o conhecimento de modelagem, corte e costura, tinham a vantagem de reproduzir os modelos das saias e vestidos e assim confeccionar suas peças com um baixo custo financeiro.

Para as mulheres que por falta de experiência com o corte e costura, preferem não se aventurar por conta própria, a autora recomenda as casas de modistas. Não está claro se a recomendação das modistas faz parte de um anúncio indireto ou se a autora queria apenas informar; tendo em vista que o periódico em todo o ano de 1852 publicou em algumas edições apenas o anúncio sobre calcados-VIANNA e C. OUVIDOR 154-. Fato é que, com essas menções sobre os armazéns e modistas, percebemos um movimentado comércio central.

Na edição do dia 18 de janeiro de 1852, a autora relata sua experiência de exploração na rua dos comércios visualizando as novas indumentárias, artefatos e tecidos que havia chegado de novidades trazidas pelo comércio marítimo para o Rio de Janeiro. Ela informa que “hei de visitar, já agora que principiei, todos os armazéns de mais bom-tom da rua do Ouvidor e vos irei dando notícia –do bom e do melhor-que for encontrando” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). É válido destacar, que a rua do Ouvidor, neste momento é uma das ruas mais movimentada no que se refere ao comércio local na Corte, podendo encontrar nela diversas lojas de roupas, calçados, acessórios, tipografia como a que imprime o *Jornal das Senhoras*, entre outros comércios.

A redatora por diversas vezes incentiva as mulheres a saírem de casa e irem as modistas, já que pela fala da redatora, aparenta ser costume as brasileiras terceirizar essa tarefa aos homens da casa, como os pais, irmãos ou maridos. Essa situação se contrapõe com o modelo das damas parisienses, que ganhando autonomia no espaço doméstico, se aventuravam para o espaço público dos bulevares, frequentando as modistas e admirando vitrines de casa de moda. Tal observação é destacada por Harvey, quando ele posiciona a mulher no meio da ‘sociedade do espetáculo’. “Para elas, tornou-se uma necessidade social passear pelos bulevares, fitar as vitrines, comprar e exibir suas aquisições no espaço público, em vez de recolher-se em casa ou no boudoir” (HARVEY, 2015 p.291).

Outro aspecto da economia que o periódico aborda, é sobre a venda de tecidos. A autora relata que os tecidos vinham nos navios e de diversos lugares da Europa, da China, da Índia e da França. A redatora não deixa claro se existia uma loja somente de tecidos; mas esclarece que nas casas das modistas e nos armazéns, havia uma variedade considerável de tecidos para escolher; se refere também a presença de caixeiros envolvido no comércio do vestuário. O folhetim nos mostra uma variedade impressionante de possibilidades de tecidos como: seda, lã, fustão, metim, rendas, veludos, cambrainha, sarjas de Hespanha, setins de macau, chamalote, linho, tafetá, entre outros(JORNAL DAS SENHORAS, 1852).

Engana-se quem vê a moda somente como uma frivolidade feminina; no *Jornal das Senhoras*, percebe-se uma grande movimentação econômica vinda desse setor do vestuário. Entre os eventos de maiores destaques que movimenta o comércio, está presente o carnaval, as temporadas de bailes e soirées e o casamento.

Na edição do dia 22 de fevereiro de 1852, a autora narra as alegrias festivas do carnaval; a empolgação da autora com a festa é refletida nas linhas escritas. A movimentação nas lojas, pela visão da autora, aparenta ser aquecida; nos armazéns havia roupas de fantasias e máscaras que podiam ser compradas ou alugadas para as ocasiões, como por exemplo, uma loja citada pela autora “a casa da Sra Luigia Balestra, costureira veneziana na rua Carioca n 118, lindos dominós e costumes de qualquer época, alugados ou vendidos por preços rasoáveis” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852).

No Rio de Janeiro, a autora relata que no mês de abril é “o mez da estreia dos bailes de primeira ordem, das soirées e das partidas, que tão vivazes, suptuosas e fulgurantes” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852) Os bailes representam o momento em que praticamente todas as jovens em idade de se casar aguardam ansiosamente, para se fazer presente no meio da sociedade abastada; os vestidos e adornos descritos no periódico, revela o luxo e o requinte que as damas se apresentavam.

Souza (1987) enfatiza a ideia de as vestimentas serem um artifício para explorar a sexualidade feminina e, dessa forma, conquistar a atenção de um homem; o sucesso da sedução das roupas está no segredo entre: “a parte que a vestimenta acentua e não com a que desnuda.” (SOUZA, 1987, p. 93). Dessa forma, podemos entender o quanto as damas estavam dispostas a investirem em seus trajes de baile, para serem notadas entre tantas.

O casamento é o grande momento almejado e esperado pela mulher; o enxoval dos noivos é descrito de forma extasiada pela autora. Novamente a autora menciona a inspiração parisiense; ela ressalta que tradicionalmente na França, a celebração do matrimônio é realizada pela manhã, esse fator favorece o uso de dois vestidos pela noiva, um para a cerimônia e outro para o jantar. E ela destaca que “A pesar dos casamentos cá na nossa terra fazerem-se de tarde, (hora tão Impropria!) nem por isso deixão-se de fazer riquíssimos enxovaes em tudo conformes aos usos parisienses” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). Tudo relacionado ao casamento exigia fundos monetários; o dinheiro investido em todo o cerimonial do casamento era sim uma quantia considerável; prova disso é que há relatos de casais que viviam juntos na ‘clandestinidade’ por não possuírem dinheiro suficiente para custear os transmites exigidos para oficializar a união.

Ao que tudo indica, essa influência francesa no Brasil, teve início quando as relações entre Brasil e França se tornaram mais amigáveis. Em um estudo, titulado *Mme Durocher, modista e parteira*, Mott (1994) analisa a vida de Mme Durocher, usando como fonte, relatos de viajantes pelo Brasil, principalmente pela Corte do Rio de Janeiro, e biografias sobre a vida da modista; ela ressalta o comércio francês no centro comercial e movimentado do Rio de Janeiro, destacando que no ano de 1816 houve um *boom* de migrações de franceses no Brasil e o estreitamento das relações comerciais; deixando a Corte Imperial emergida em artefatos, vestuários e estilos franceses.

Curiosamente, a influência francesa da moda não segue um padrão rigoroso; na edição do dia 07 de março de 1852, a autora da coluna modas, nos revela algo interessante. Em pleno período de Quaresma - período que inicia na Quarta-feira de Cinzas e se encerra no Domingo de Ramos -; a moda feminina se modifica. Estamos cientes que cada ocasião requeria um tipo diferente de vestuário, os bailes, os passeios diurnos, as idas ao teatro e as roupas de ficar em casa. Então, o que se mostra aqui é fruto do contexto religioso que se mescla com o contexto social. Na Quaresma, a autora fala sobre um figurino que ela intitula 'traje de respeito', sendo formado por um vestido e véu preto.

Segundo a autora, o traje é "usado entre nós nestes dias de religiosa concentração. Este uso ou moda de longa data, que veio desde Hespanha até à nossa terra, e que com muita razão aqui se naturalizou." (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). A autora defende então a não cópia da moda francesa nessa ocasião de grande solenidade católica; e explica o porquê: "Paris não segue esta moda, porque as suas instituições religiosas são outras, porque enfim não há a solenidade da Semana Santa com as mesmas formalidades que entre nós se observa" (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). Então, somente neste momento, seguir os *modelitos* franceses não se torna adequado.

A MODERNIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO E AS PECULIARIDADES DA MODA

O Lirio diz ter o intuito de educar a mulher com base nos dogmas religiosos da Igreja Católica. Uma autora faz um desabafo sobre a carência da circulação desse tipo de material e diz ainda que esse periódico é necessário a esse papel direcionador e instrutor da moral feminina (O LIRIO, 1860).

O periódico *O Lirio*, por se declarar um jornal de variedades, tenta cumprir sua função, informando a comunidade feminina, diversos assuntos de cunho social; embora não seja declarações propriamente sobre a moda e o vestuário, a coluna que tem por título 'Noticiário', destaca informações importantes sobre o momento de modernização que a província de São Paulo estava vivenciando, como por exemplo, narrar para as leitoras os acontecimentos relevantes:

No dia 13 algumas pessoas alegremente traspunhão a estrada, que d'esta Cidade vai á Santos; (...) No dia 15 teve lugar a cerimonia da inauguração da *estrada de ferro*, que d'ahi d'essa Cidade tem de ir á Jundiahy, passando pela pitoresca Paulicéa. (...) (a estrada de ferro) tem de trazer á esta heroica provincia o seu engrandecimento. Bem vinda seja pois a estrada de ferro de S. Paulo! Então, leitoras, vós podereis ir á Santos sem o menor incommodo, e d'ahi ir ao aristocrático Rio de Janeiro, que para os provincianos é o sonho dourado. Tudo lucrá com a estrada de ferro! Até vós, leitoras, porque as modas virão mais depressa. (O LIRIO, 1860)

Esse momento de progresso iniciado pela província mostra ser um reflexo da modernização em andamento na Corte Imperial. As relações comerciais entre Rio de Janeiro e São Paulo, se mostrava importantíssima, vale destacar que nesse período o comercio era feito por vias marítimas e o porto de Santos estava por se tornar grandioso demais para o Brasil. Alencastro (1997) destaca no livro *História da vida privada do Brasil*, as atividades exercidas no porto fluminense e como "No plano inter-regional, o Rio de Janeiro constituía o ponto de encontro e de redistribuição da economia nacional. Metade do comércio exterior brasileiro passa pelo cais cariocas durante o século XIX" (ALENCASTRO, 1997 p.24)

No que se refere à moda, *O Lirio*, se inicia tímido, aconselha as damas a serem cuidadosas ao se vestirem, pois, "a moda deve ser adaptada à idade, estado das pessoas e ao clima do paiz; do contrário é cahir no ridículo" (O LIRIO, 1860).

Na edição do dia 28 de junho de 1860, temos uma coluna interessantíssima sobre um curioso artefato de moda, a saia balão, ou como é conhecida na França, a crinolina. "A moda, com sua extravagante mobilidade, algumas vezes traz novidades bem úteis. E uma destas o balão (saia). Ninguém contestará, sem duvida, as vantagens que andão ligadas ao balão. Considere-se-o com duas phases — economica e comoda" (O LIRIO, 1860).

A autora segue explicando as vantagens da saia balão, ela ressalta que antes da 'saia balão', as mulheres que queriam estar na moda da saia volumosa, tinham que usar seis camadas de saias ou mais; e calculando quanto custa cada saia, chega ao

total de 331 côvados somente para um figurino. “Um balão custa 10, ou 12\$ e dura muito mais do que todo esse panno”(O LIRIO, 1860).

Esta moda da crinolina ou saia balão surgiu nos salões franceses. Por se tratar de um artefato de moda peculiar e controverso no meio feminino, a aderência foi grande, assim como também houve grandes zombarias de alguns grupos masculino, estampados em jornais franceses. Sobre a fabricação da crinolina, seus moldes primários possivelmente eram construídos de forma artesanal. Garcia (2015) detalha que o processo de criação possivelmente iniciou entre os anos de 1848 e 1852. Consistia basicamente em uma anágua com aros de aço interligados, que possibilitava o abobadado nas saias.

Segundo Monçores (2012), “outras armações já haviam sido usadas, mas nenhuma com tamanha adesão popular e tecnologia, fazendo uso de materiais que não eram comuns ao vestuário, como o aço envergado” (MONÇORES 2012 P. 67). Essa visão sobre o quanto a crinolina inovou no setor da moda é compartilhada por outros autores também. Podemos assim dizer que, a crinolina representava um símbolo de modernidade na França, e sua aparição na província de São Paulo nos mostra que esse progresso estava de acordo com os relatos sobre modernidade ressaltado no periódico *O Lirio*.

A crinolina não representava somente o momento de modernização; o seu uso é analisado por alguns autores como um artefato diferenciador no vestuário feminino. Segundo Laver (1989), era tido como um artifício no papel da sedução feminina. Desse modo, podemos dizer que a crinolina realçava as curvas femininas em proporções inumanas; mas que criavam uma ilusão aceita. “Em um de seus aspectos simbolizava a fertilidade feminina, como um aumento do tamanho aparente dos quadris sempre parece sugerir” (LAVÉR, 1989 p. 184).

No periódico *O Lirio*, o uso da ‘crinolina/saia balão’, é defendido; o autor da coluna Modas ressalta que saiu em defesa do balão, por conta das duras críticas que esta moda estava recebendo da sociedade. O artefato era uma opção mais econômica e mais confortável para as mulheres, pois possuía uma leveza nos movimentos que as camadas extras de tecidos não permitiam; a praticidade da saia estava também no vestir, economizava-se tempo e era considerada mais higiênica que as camadas extras das anáguas comum; e o peso gerado pelas saias sobrepostas eram incômodos e causavam desconfortos nas mulheres. Mas para autores como Garcia

(2015), conforme as usuárias aceitam o uso da crinolina, suas proporções se expandem, e ressalta que, “a amplitude das saias tornou-se cada vez maior e o que inicialmente representou praticidade, transformou-se em um fato limitador da circulação e até mesmo das relações de sociabilidade” (GARCIA, 2015 P. 170).

Souza (1987), mais uma vez, se faz presente para debater as ideias da crinolina; em sua interpretação, ela diz que está relacionado com o momento de modernidade, e que “(...) são símbolos de classe que, alcançando o seu exagero máximo justamente no período em que o desenvolvimento das estradas de ferro incrementava as viagens, mostram como coerência e comodidade são elementos estranhos à moda, sobretudo à moda feminina” (SOUZA, 1987 p. 127). Percebemos que os exageros cometidos nas tendências relacionados à moda chegam a situações extremas, reconhecidas pelas suas usuárias; temos a sensação, que mesmo consciente de tamanhos exageros, elas optam por fazê-los a bel prazer.

Outra tendência da moda feminina que é analisado pelo periódico *O Lirio*, é o colete/espartilho, segundo o autor da coluna moda, o colete é uma moda que durou por várias décadas, e essa longevidade se dá por conta da tamanha aceitação do público feminino que dele fez uso. No entanto, a busca pela silhueta ‘perfeita’, aparentemente, sempre exigiu das mulheres sacrifícios; sacrifícios esses, que muitas mulheres se submetiam, provavelmente por pressões sociais, que muitas das vezes iniciava na idade terna da mocidade.

O autor faz uma descrição da peça, sua aparência e uso:

O collete de hoje é uma trança complicada de barbatanas, fios, cordéis, e um pedaço de panno, que as mulheres amarrão sobre os seios, comprimindo-os ao ponto de privar da respiração, e machucar de tal arte o corpo que chega a deixar contusões. Tudo isto para tornar fina a cintura, e aformosear o corpo. Este cilício ellas trazem todos os dias, algumas até dormem com ele! Custa a crêr (O LIRIO, 1860).

A moda do espartilho, aparenta ser uma questão debatida em alguns jornais e revista daquele momento; o autor destaca que ao escrever a coluna Modas, estava a par de um artigo encontrado na “Revista Popular de 1 de junho” de autoria do “Sr Luiz de Castro”, que em seu artigo, cita as ideias de um cidadão francês de nome Sr. A. Dabay.

Os trechos transcritos pelo autor no *O Lirio* reflete as consequências que o espartilho causa no corpo feminino, deformando-os; critica as mulheres que acreditam

estarem mais sedutoras com o uso do “colete aberração”; segundo ele, imperfeição era a única coisa que tal vestimenta poderia ocasionar.

No periódico do dia 30 de julho, o autor da coluna Modas continua a debater sobre o uso do acessório, mas, dessa vez, ele prefere falar sobre o seu posicionamento; em suas palavras, ele diz que prefere um meio termo sobre o uso da peça de moda, pois não acredita que: “a beleza só esteja na cintura *fina*, assim como não também na *grossa*. Seria para desejar que todas as Senhoras tivessem a cintura fina; porém a natureza *caprichosa* não consentio n’isso” (O LIRIO, 1860). Portanto, a mulher que buscava de forma desesperada, aperfeiçoar a silhueta natural do próprio corpo, estava de alguma forma, indo contra a harmonia proporcionada pelo biotipo corporal de cada indivíduo.

Talvez, como forma de conscientizar, o autor da coluna moda do O Lirio, conta uma história trágica que aconteceu no Rio de Janeiro, sobre duas amigas que resolveram testar para ver qual das duas possuía a cintura mais fina e delicada; uma comete a infelicidade de antes de dormir, amarrar uma correia de couro molhada na cintura; naturalmente, o couro quando seca tende a se encolher e esse encolhimento obstruiu a passagem de ar e do sangue na jovem; e por consequência dessa atitude imatura, a jovem foi encontrada morta (O Lirio, 1860)

Se tal história é verídica ou não, não conseguimos comprovar. No entanto, cabe uma reflexão sobre o quão longe alguns grupos de mulheres estavam dispostas a irem, para alcançar um contorno corporal com proporções totalmente ilusórias.

Por fim, *O Lirio* cumpre o seu papel, informa sobre a moda, principalmente suas extravagâncias, e narra o momento de prosperidade da província, mostrando-se esperançoso com a grandiosidade que São Paulo prometera atingir. Neste periódico, não notamos a presença massificadora de falas sobre a influência francesa; mas sendo uma província da Corte Imperial, e essa sim, ser influenciada pelos moldes francês, implicitamente a moda em São Paulo, era também uma cópia adaptada do estilo parisiense. Em um dos escritos sobre o assunto, a autora pondera sobre que mesmo tendo o parecer da “Revista Popular” sobre a moda, a variação no vestuário se faz presente e ressalta que alguns gostos nos figurinos são mais aceitos do que em outros.

A REVOLUÇÃO DOS PERIÓDICOS FEMININOS E A CONDIÇÃO DA MULHER

Progresso, modernização e globalização. Esses conceitos são amplamente usados por pesquisadores que analisam os periódicos escritos por mulheres no século XIX. Com os estudos realizados, foi possível compreender o período de modernização do Brasil e como isso se refletiu na vida das brasileiras que fazem parte de um determinado grupo social.

Para alguns estudiosos que escolhem os periódicos, jornais e revistas, como fonte de análise, em sua maioria, interpreta a presença da mulher no meio editorial como uma prova de reafirmação feminina que a globalização possibilitou.

Melo (2014), ao procurar compreender como era exercido a educação do corpo, nos bailes do Rio de Janeiro, irá salientar que se tratando de progresso, as transformações: “(..)são claramente observáveis no município neutro da Corte, que se tornou o espaço das principais experiências de modernização do país, foco irradiador de novas modas e costumes” (MELO, 2014 p. 753). Essa colocação, reafirma o quanto a Corte do Rio de Janeiro estava vivenciando um grande momento de transformações em diversos aspectos sociais.

Percebemos ideias como essa também no artigo *A moda e os Bailes no Jornal das Senhoras* (2015). Segundo as autoras, o ideal de progresso estava espelhado na imprensa. “A imprensa do século XIX materializou nas suas páginas a dinâmica social da época, com seus conflitos e reações frente a forças que a sociedade não compreendia ou que podiam abalar os alicerces do poder político-econômico dominante” (VASCONCELO e PERIOTTO, 2015 p. 77). Nesta linha de pensamento, as mulheres mesmo tendo uma imagem social que deveria interpretar, se aventuravam no mercado editorial, e recebiam fortes críticas.

A ideia de país civilizado se formava ao querer copiar o capitalismo que se iniciava na Europa. E como ter um país globalizado se todos os membros não estiverem inseridos nele? Como já vimos, as mulheres se tornaram as queridinhas da indústria da moda, e seja qual for o desejo que faziam das mulheres o alvo da moda, elas se reconheciam nesse mundo e o abraçavam; e essa aceitação, ao que tudo indica, era reconhecida:

As mulheres tinham sido identificadas como mercado e eram agora um alvo das empresas de vestuário e editoriais. O figurino de moda introduziu as mulheres no mundo da publicidade, com a sua paradigmática aliança entre imagem e informação comercial que vendia os seus produtos como o ideal de um sexo e de uma classe (HIGONNET, 1991 p. 320).

Esse apontamento de Higonnet, nos faz entender o porquê do surgimento de tantos periódicos escritos por mulheres e até jornais e revistas que visavam alcançar esse público, que mesmo a margens, era inserida ativamente na sociedade.

Ao analisar os vestuários nos periódicos femininos, as autoras Assunção e Italiano (2018), refletem sobre a participação das mulheres no meio econômico, “a disseminação de informações foi facilitada em um nível jamais alcançado no país: a intensa comunicação entre países permitiu que as culturas se interligassem formando redes, que possibilitariam o fenômeno da globalização” (ASSUNÇÃO E ITALIANO, 2018, p.234). Perrot (1992) também ressalta a mulher como sendo uma consumidora de bens, e por esse motivo, se torna o foco da indústria da moda, e a ‘rainha soberana’ das grandes revistas.

Embora os estudos apontem os periódicos escritos por mulheres ou a elas destinados, como um símbolo da modernidade, eles não sobreviviam por muito tempo. Os que falavam sobre moda, não havia mudanças verdadeiramente significativas nos vestuários; essa lentidão rotativa das tendências no figurino, produzia pouco conteúdo semanal ou mensal. Vejam que em comparação aos periódicos, percebe-se que no Rio de Janeiro os folhetins escritos por mulheres tiveram uma duração maior, circulando por mais tempo. Fazendo uma busca simples no acervo da Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional, ressaltando que foi levado em conta os periódicos preservados, constatou-se esse fato.

Analisando o *Jornal das Senhoras* e *O Lirio*, nota-se uma indignação por parte das redatoras com relação às críticas direcionadas aos folhetins. Ao que tudo indica, não é o receber das críticas que as incomodavam e sim o teor delas. Nota-se algo já esperado para o período, o ‘machismo’ descabido; em um dos momentos no *Jornal das Senhoras*, a autora desabafa dizendo: “ora, senhores, não sejaes assim tão injustos com as vossas patrícias.”. No *O Lirio*, percebemos o mesmo tipo de sentimento, dito “Aquelles, de quem esperávamos animação e soccorro, forão os primeiros a abandonar-nos na arena”.

Entre os diversos estudos sobre o século XIX levantados para o arcabouço teórico, nos deparamos com uma mentalidade patriarcal e conservadora. Exemplos desse contexto é destaque por Laver (1989, p. 184) o quanto “a metade do século XIX foi o ponto mais alto da dominação masculina”; essa visão é ressaltada pela Perrot

(1993, p. 126) como “o século XIX conta com muitas figuras de pais triunfantes e dominadores”, e nessas formas de dominação patriarcal, a mulher é sempre colocada em uma posição de submissão ao homem, sendo designada somente ao ambiente doméstico. “O século XIX exalta o lar como único lugar de felicidade. Aí a mãe vela pelos seus filhos, faz a felicidade do marido e é a guardiã moral do grupo familiar” (GIORGIO, 1991, p. 192).

Essa visão domesticada e dócil da mulher se propaga de forma densa no século XIX e, de alguma forma, mulheres que se aventuravam a romper com esses laços, possivelmente eram más vista pela sociedade e, sem dúvidas, eram as exceções. Portanto, constatou-se que mulheres que se aventuravam pelo mercado editorial, eram criticadas de forma impiedosa, não eram apoiadas por bases sólidas e, na sua maioria, encerravam as atividades cedo demais.

Perrot (1992) critica a Escola dos *Analles* de excluir a mulher do protagonismo da História, mesmo tendo revolucionado o método científico; a História das mulheres ficou às margens dos acontecimentos históricos. “O ‘ofício do historiador’ é um ofício de homens que escrevem história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. (...) as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da História!” (PERROT, 1992, p. 185).

Essa falta do protagonismo feminino demonstra que, apesar dos esforços para ser um indivíduo em destaque, as mulheres do século XIX ficavam à mercê do domínio e da necessidade do homem e a sombra do patriarcado.

INTERPRETAÇÃO COMPARATIVA DOS PERIÓDICOS

Como falar sobre moda e não destacar a importância da modista. Imagina uma realidade em que não existia lojas de departamentos com estoques colossais de roupas, calçados e acessórios; pois bem, este é o cenário do século XIX. Os armazéns e casas de modas, eram os responsáveis por possibilitar a encomenda e confecção das indumentárias.

A modista como principal fornecedora dos figurinos, estava sempre cercada por membros da alta sociedade. Nos dois periódicos analisados, o papel da modista é sim evidenciado. *O Jornal das Senhoras* elogia sempre as modistas, reafirma o quanto é precioso poder contar com o auxílio dessa profissional para confeccionar os trajes. Enquanto isso, no *O Lirio*, a visão sobre essa figura se mostra controversa; o periódico

dedica uma coluna inteira para descrever a dualidade do sentimento que a modista desperta na sociedade:

E' opinião do próprio bello sexo, que o inimigo mais temivel da casada, da noiva, e até da mulher do mundo, é a modista. E, apesar d'isto, quantas não tem tido aventura do se apresentarem ante a ara nupcial, sem mais encantos que os que lhe preparou a agulha da modista! (O LIRIO, 1860).

Vale ressaltar que os periódicos foram escritos em anos e lugares diferentes. No entanto, é no mínimo curioso perceber que um determinado grupo na província de São Paulo insinua que a moral e a conduta das modistas fossem duvidosas; tal preconceito não impediam as mulheres de manterem as modistas por perto, afinal de contas, sem essas profissionais para confeccionar os vestuários elas não ficariam elegantes e bem vestidas.

Ambos os periódicos se posicionam sobre o uso do colete/espartilho. No *Jornal das Senhoras*, o uso é fortemente defendido e aconselhado, desde que se use com cautela, a autora informa que “o arrocho do seu espartilho, o qual, se não for ajustado ao corpo guardando-lhes as fôrmas naturaes, certo que as deixará ficar comprimidas em todos os movimentos. Um mal feito espartilho também contribuirá muito para esse estado mortal” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). *O Lirio*, reflete sobre as complicações do uso desta peça e não aconselha as mulheres a aderirem essa moda e ressalta as complicações resultante da utilização imoderada.

Outro ponto em comum que podemos analisar entre ambos os periódicos, é o olhar sobre o tipo corporal da mulher. A reflexão sobre os biotipos do corpo, gira em torno das autoras aconselhar suas leitoras mulheres a saberem reconhecer os formatos de corpos que tem e se vestirem adequadamente. Além de mencionarem estereótipos corporais como na seguinte frase: “Uma é bela, alva e romântica, a outra é morena, viva e ardente” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). Ambos os periódicos debatem sobre a moda se enquadrar no clima, “a moda deve também acompanhar as estações” (O LIRIO, 1860) não seguindo essa regra sobre se vestir conforme o clima, a dama se sujeitaria ao deboche.

Além dos pontos semelhantes que ambos os periódicos destacam, há a falta daquilo que não foi dito. A roupa de baixo, as peças íntimas. Para não ser injusta com o *Jornal das Senhoras*, há um momento em que a autora menciona roupas íntimas. Quando está fazendo a descrição das peças de um enxoval e cita que um dos vestidos sensuais, era para “fazer visitas de intimidade”. Com exceção desta parte, em

nenhuma outra ocasião as peças de baixo que acompanham todo figurino é mencionado; a recusa de mencionar tais peças, pode ser fruto de uma sociedade conservadora e religiosa, ao ponto de considerar o assunto indecoroso, escandaloso, inapropriado.

É válido destacar que nem todos os exageros são aceitos pela autora da coluna moda, o ponto alto da sua discórdia é sobre os trajes infantis. Ela critica as crianças serem vestidas com roupas de adulto com tão pouca idade. Essa é uma ideia que a incomoda, insatisfeita ela diz que: “na menina passa a se vestir e comportar como mulher aos oito anos” (JORNAL DAS SENHORAS, 1852). Em uma sociedade em que a mulher já nasce com o destino traçado e direcionado para o matrimônio, a infância é ignorada, o ponto principal é aprender se portar como mulher.

Mesmo não sendo o foco de nenhum dos jornais, e não sendo o foco da pesquisa, não há como ignorar que neste período no Brasil a escravidão era uma realidade. No periódico circulado no Rio de Janeiro em 1852, a presença de escravas é citada nos folhetins, apenas dizendo sobre a sua posição servil para ajudar as senhoras a se vestirem. As escravizadas são chamadas de servas ou criadas, talvez por influência francesa da palavra. No periódico circulado em São Paulo no ano de 1860, foi encontrada uma reflexão sobre a escravidão. A autora cita o quão vergonhoso e desumano esse regime era, dizendo:

O dia em que nosso paiz não houver mais escravos o futuro de nossas famílias será mais risonho, mais feliz, mais racional, porque a educação de nossos filhos será melhor. Feliz o dia em que os nossos descendentes possam dizer: -Somos filhos de um paiz, aonde impera a liberdade! (O LIRIO, 1852).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que uma mulher se destaca em algo, nós que pertencemos ao gênero, nos sentimos representadas, ou pelo menos deveríamos. Séculos de dominação masculina e submissão feminina, fez com as mulheres sempre se sentissem às margens dos grandes acontecimentos históricos que marcaram a humanidade. Ao iniciar a pesquisa para esse artigo, o foco histórico naturalmente foi sobre o universo feminino.

Os objetivos iniciais baseados em buscar respostas sobre a influência francesa no vestuário da brasileira, rendeu frutos que germinaram e floresceram satisfatoriamente. Analisar o cotidiano feminino, a relação da mulher com a moda, nos

fez perceber como a mulher estava envolvida fortemente com o meio social, econômico, cultural e religioso, ao ponto de haver comparações de peças do vestuário como um símbolo da modernidade e globalização. Esse modo de assimilar o vestuário com o progresso, nos faz pensar em mulheres que estavam inseridas de forma consciente na sociedade e entendia os momentos de transformações sociais.

Dos objetivos que foram alcançados, um de grande destaque foi entender sobre o olhar das brasileiras, como a importação impactava o vestuário no que compete ao clima. Entendemos que o vestuário vindo de Paris era apenas um modelo a ser copiado, pois era inconcebível, em um país tropical, trajar as peças que circulavam em Paris. Portanto o figurino era totalmente adaptado para ser levemente confortável ao clima brasileiro. Da França, recebiam somente os moldes/ilustrações e os tecidos; toda a confecção das peças acontecia aqui em solo brasileiro.

A moda é extravagante por diversas vezes, mas também se revela possuidora de signos que para aquelas mulheres era de fundamental importância, como por exemplo, ser de conhecimento comum na Corte Imperial que as damas solteiras não usassem colares nos pescoços; tal adorno era permitido somente às senhoras casadas; as senhoritas deixavam o pescoço e colo desnudo de joias para simbolizar a sua disponibilidade para receber tais *mimos*. Mais que isso, mostra ser um mercado altamente lucrativo, posicionando as mulheres no centro dessa movimentação. E respondendo a inquietação inicial, a França de Napoleão II, se torna a pioneira no mundo da moda, na Corte, primeiramente pela leva migratória francesa, que desembarca no Rio de Janeiro, segundo graças aos incentivos do Segundo Império Frances, que injetou recursos no setor industrial da moda e isso deu início a criação e a distribuição dos figurinos franceses, fazendo com que a França se tornasse referência nesse universo da moda.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Org. História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol 2.

ASSUNÇÃO, Beatriz Alvarez de. ITALIANO, Isabel Cristina. Moda e vestuário nos periódicos femininos brasileiros do século XIX. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, núm.71. 2018.

BOUCHER, François. História do vestuário no Ocidente: das origens aos nossos dias. Tradução de André Telles. Edição de Yvonne Deslandres. São Paulo, SP: CosacNaify, 2010.

GARCIA, Paulo Júnior Debom. Sob o império da aparência: moda e imagem na França de Luís Napoleão Bonaparte (1848-1870). Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 2015.

GIORGIO, Michela de. O modelo católico. *In*: DUBY, Georges, L, Michelle. Orgs. História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1991. Vol 4.

HARVEY, David. Paris: capital da modernidade. Tradução de Magda Lopes. Revisão de Artur Renzo. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.

HIGONNET, Anne. Mulheres e imagens. Representações. *In*: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. Orgs. História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1991. Vol 4.

LAVIER, James. A roupa e a moda: uma história concisa. São Paulo, companhia das letras, 1989.

MELO, Victor Andrade. Educação do corpo- bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de paranhas. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 3, p. 751-766, jul./set. 2014.

MONÇORES, Aline Moreira. Tendências –o novo constante : Um estudo sobre a origem das tendências no campo da moda. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, setembro de 2012.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Mme Durocher, modista e parteira. *In*: Revista Estudos feministas, v.2, n.3, p. 101. 1994.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. *In*: PERROT, Michelle. Org. História da Vida Privada: Da Revolução à Primeira Guerra. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

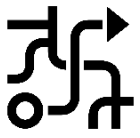
PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Coautoria de Maria Stella Martins Bresciani. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

SOUZA, Gilda de Melo e. O espírito das roupas: a moda do século XIX. 1ª ed. São Paulo: companhia das letras, 1987.

VASCONCELO, Mônica. PERIOTTO, Marcilia Rosa. A moda e os bailes no Jornal das Senhoras. Revista HISTEDBR On-line, nº 64, p. 76-85, set 2015.

FONTES

O LIRIO, São Paulo, 1860. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/lirio/818275>. Acessado em 01 de novembro de 2022.



JORNAL DAS SENHORAS, Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096> . Acessado em 01 de novembro de 2022.

Recebido em: 03/01/2023

Aprovado em: 28/10/2024



SANTOS, Luiz Gustavo Alves Lemos dos*
<https://orcid.org/0009-0002-7633-5758>

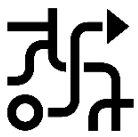
Transcorridas duas décadas desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que institui a inclusão obrigatória da temática “História e cultura afro-brasileira” nos currículos de todas as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, abrangendo desde o ensino fundamental até o ensino médio, a norma emergiu como elemento catalisador de uma política educacional destinada a fomentar a diversidade cultural e a efetivar uma abordagem educativa fundamentada nas relações étnico-raciais nas escolas.

Nesse contexto, a reflexão sobre decolonialidade emerge como um impulso substancial para a reavaliação dos cenários políticos, sociais e históricos da América Latina, assim como das estruturas de poder e conhecimento remanescentes do antigo sistema colonial que, embora tenha desmoronado ao longo do século XIX, tem ramificações cuja influência é palpável nos currículos escolares conetemporâneos.

Neste livro, Bárbara Carine Soares Pinheiro, conhecida nas redes sociais como “intelectual diferente”, se define em suas próprias palavras como “[...] mulher negra nordestina, de ascendência materna quilombola do Mocambo dos Negros, nascida e criada em Salvador: ‘uma intelectual disruptiva, de origem favelada’ [...]”, (PINHEIRO, 2023, p. 19). Ao identificar a carência de representatividade negra nos ambientes educacionais em Salvador, a cidade mais negra do mundo fora do continente africano, ela decidiu criar uma escola para sua filha, Iana, que contemplasse com o seu projeto pedagógico antirracista e emancipador famílias negras e não negras que acreditavam e lutavam por um mundo livre de opressões estruturais

A Escola Afro-brasileira Maria Felipa, pioneira no Brasil ao ser registrada em uma Secretaria de Educação como uma instituição afro-brasileira regular, leva o nome de uma mulher negra, Maria Felipa de Oliveira, que participou da guerra da Independência do Brasil na Bahia, em 1823, e que, de acordo com Eny Farias, viveu uma história singular na Ilha de Itaparica, na Independência do Brasil. A dimensão

* Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Câmpus de Assis (2018). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (2024). Atualmente é aluno do Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



simbólica das lutas nas quais participou, criou estratégias, ironizou situações, tornou sua memória uma ressignificação do presente e proposta para contribuir na transformação do futuro (FARIAS, 2010, p. 53).

A criação da instituição Maria Felipa é resultado da experiência da autora ao longo de mais de uma década na formação de educadores e de sua vivência como fundadora e gestora. A obra visa destacar caminhos comuns para uma educação centrada nas relações étnico-raciais.

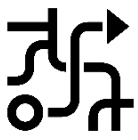
A construção de uma educação alinhada a esses parâmetros demanda a análise e o debate sobre os currículos escolares: é preciso repensá-los. Veruska Azevedo (2020) denuncia, sobretudo, os currículos de história, como reveladores de uma “racialização das vidas negras e indígenas” (Azevedo, 2020, p. 146), que, ao longo da história do Brasil, os destituiu do “estatuto de corpos pensadores e fazedores de cultura” (AZEVEDO, 2020, p. 146).

Com uma escrita envolvente, Bárbara Carine convida os leitores a refletir sobre como se tornar um educador antirracista, levantando questões sobre a branquitude nos espaços de poder e o mito da democracia racial, baseando-se em suas experiências e no reconhecimento dos desafios enfrentados, nos progressos diários alcançados e na interação entre corpo docente, gestão, equipe administrativa, de apoio e as crianças da escola.

Para a autora, na difusão de uma educação antirracista, “[...] todas as pessoas que atuam no interior de uma escola são educadoras e precisam ser formadas [...]” (PINHEIRO, 2023, p. 25) e não apenas o corpo docente. O aspecto da formação, nesse sentido, é importantíssimo para qualquer escola que se propõe ser antirracista, formação essa que se realiza no âmbito do letramento racial, sobre questões de gênero, classe, sexualidade, sobre infância, sobre afetividade e sobre a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC.

A formação de professores para a promoção de uma educação antirracista consiste num desafio pois os cursos iniciais de formação de professores, de pedagogias e licenciaturas no Brasil ainda não cumprem esse papel, mesmo passadas duas décadas da implementação da Lei nº 10.639.

Além de formar os profissionais da escola, as ações antirracistas que foram desenvolvidas levaram os envolvidos na fundação da escola a pensar em uma campanha publicitária que envolvesse majoritariamente crianças negras e a contratar



peças negras para o corpo de profissionais, principalmente para os espaços de poder da escola, como direção, coordenação etc., a fim de que as crianças se vissem ali representadas e compreendessem que pessoas negras podem estar em quaisquer espaços sociais.

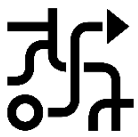
Outro ponto importante na obra é a descrição da estruturação de um calendário decolonial, não eurocentrado, para dar conta das festividades escolares, destacando a importância de datas comemorativas de base indígena e africana também. O currículo e a organização didático-pedagógica da escola procurou valorizar bastante a cultura africana, afrodiaspórica e indígena.

A proposta da autora está alinhada com a discussão levantada pelo historiador argentino Francisco Ramallo (2016, 2017), que destaca em seus estudos a ciência histórica e seu ensino como instrumentos potencialmente eficazes para auxiliar na desnaturalização da colonialidade, seja ela de poder, saber, ser ou gênero. Essa abordagem busca desenvolver a compreensão de que outras narrativas e realidades são sempre possíveis.

Carine nos leva a refletir, como educadores, que em nossas práticas antirracistas não devemos “[...] abordar em sala de aula a cultura africana, afro-brasileira e indígena apenas pela obrigatoriedade legal, mas sim pela consciência de reparação histórica [...]” (PINHEIRO, 2023, p. 82), afinal, embora a legislação seja crucial para assegurar a implementação dessas práticas, é a consciência histórica que deve prevalecer para promover uma transformação social profunda.

Ao longo do livro, Bárbara Pinheiro defende que o educador antirracista é, acima de tudo, um indivíduo consciente de si dentro dos sistemas de opressão que estruturam a nossa sociedade, sendo aquele sujeito que em uma sociedade estruturalmente racista, compreende que não há como fugir psicologicamente desse mal que deve ser destruído em suas raízes históricas. A autora sugere que embora seja um problema estrutural, o racismo deve ser combatido por nós mesmos, enquanto indivíduos, a partir de denúncia e conscientização no meio em que estamos inseridos.

Além disso, nesta publicação a autora destaca o papel da escola como o espaço de formação humana por excelência, sendo um “[...] complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social [...]” (PINHEIRO, 2023, p. 147) que deve, por sua vez, ser forte aliado no enfrentamento das opressões



estruturais, fundamentalmente o racismo. A escola deve firmar o compromisso de ser antirracista.

É importante destacar que a obra de Pinheiro está distante de se configurar como mero manual de práticas pedagógicas antirracistas. No livro, a autora destaca a complexidade inerente à decolonização do currículo escolar, delineando-a como um trabalho árduo que exige formação especializada e a disposição de todos os envolvidos. É somente mediante o comprometimento coletivo que escolhas alinhadas com a perspectiva antirracista podem ser efetivadas no ambiente escolar e no cotidiano da escola, permitindo assim a materialização de resultados dessas práticas a longo prazo em nossa sociedade.

Vale ainda ressaltar que a análise da autora não se limita à esfera do corpo docente e membros da equipe escolar. Ela se revela essencial também para os pais, percebidos como agentes educacionais que reconhecem a própria responsabilidade no processo e compreendem a urgência de adotar práticas antirracistas em todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Veruska. A descolonização e a decolonialidade como possibilidades na construção do ensino de história na escola básica. In: ALMEIDA NETO, A. S. de; LOURENÇO, E.; CARVALHO, J. P. F. de (org.). *Ensino de história em tempos torpes: leituras e reflexões*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p.145-169.

FARIAS, Eny Kleyde V. *Maria Felipa de Oliveira: heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quartetto, 2010.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RAMALLO, Francisco. Curriculum, identidad(es) y didáctica de las otras historias: una mirada de la historia de África y los afrodescendientes en el contexto bonaerense. *XVI Jornadas Nacionales y V Internacionales de Enseñanza de la Historia*. Mar del Plata, set. 2016.

RAMALLO, Francisco. Pedagogías descoloniales en la Didáctica de la Historia. *Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas*, Mendoza, v. 19, p. 1-10, 2017.

Recebido em: 06/02/2024

Aprovado em: 01/11/2024



OLIVEIRA, Vitor Vagner Neto de*

<https://orcid.org/0000-0003-2008-4195>

RESUMO: O Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”, da UFMS/CPTL, mantém a guarda de acervo físico de diversas procedências, aberto a pesquisadoras e pesquisadores que buscam fontes de temas relacionados à história das populações da região leste de Mato Grosso do Sul e oeste de São Paulo. Para além da guarda documental, o NDH desenvolve ações de conservação, mediação de informação e divulgação de acervos sob a guarda de instituições da região. A primeira experiência nesse sentido se deu em 2008 quando, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Três Lagoas e Selvíria (SINTED), foi organizada a documentação da entidade, na sede do sindicato, a qual passou a constar no guia do acervo do núcleo. Seguindo esses princípios, de 2020 a início de 2023, uma equipe trabalhou na organização e na descrição do acervo da Chancelaria da Cúria Diocesana de Três Lagoas. Este artigo apresenta o arquivo da chancelaria e descreve a experiência de sua organização pela equipe do NDH.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo eclesiástico; Diocese de Três Lagoas; Arquivologia; História

ABSTRACT: The Núcleo de Documentação Histórica "Honório de Souza Carneiro", at UFMS/CPTL, holds physical collections from various sources, open to researchers looking for sources on topics related to the history of the populations of eastern Mato Grosso do Sul and western São Paulo. In addition to document storage, the NDH carries out conservation, information mediation and diffusion of collections held by institutions in the region. The first experience in this regard was held in 2008 when, in partnership with the Três Lagoas and Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Três Lagoas e Selvíria - SINTED, it organized the entity's documentation at the Sindicato headquarters, which was then included in the NDH collection guide. Following these principles, between 2020 and early 2023, a team worked on organizing and describing the archive of the Chancellery of the Cúria Diocesana of Três Lagoas. This article presents the archive of the Chancellery and describes the experience of its organization by the NDH team.

KEYWORDS: Ecclesiastical archives; Diocese of Três Lagoas; Archival Science; History

* Graduado em História Licenciatura pela UFMS, Mestrado em História pela PUC-RS, Doutorado em História Social do Trabalho pela UNICAMP, professor titular do Curso de História da UFMS/CPTL onde coordena o Núcleo de Documentação Histórica. Orcid: 0000-0003-2008-4195. Email: vitor.oliveira@ufms.br.

A IGREJA EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL: BREVES CONSIDERAÇÕES

A Diocese de Três Lagoas-MS foi criada pelo Papa Paulo VI, em 3 de janeiro de 1978, e compreende mais nove municípios do leste do Mato Grosso do Sul, além da sede, sendo eles: Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Água Clara, Selvíria, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul e Paranaíba. O acervo documental acumulado pela instituição remonta ao século XIX, a todo o século XX e ao tempo presente, uma vez que são registros do movimento eclesiástico desde a primeira paróquia criada em Sant'Ana de Paranaíba, na primeira metade do século XIX.

A implementação de capelas, paróquias, prelazias, dioceses e arquidioceses (estruturas da Igreja Católica que indicam a hierarquia de poder e de abrangência territorial) acompanha *pari passu* o desenvolvimento do Estado e da sociedade em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.

Ainda no século XVIII, em 6 de dezembro de 1746, antes de Cuiabá ser elevada à categoria de cidade, a Santa Sé governada pelo Papa Benedito XIV criou a prelazia de Mato Grosso, sob a jurisdição da diocese do Rio de Janeiro. A prelazia indicava alçar a região a uma condição de importância alcançada pelo desenvolvimento populacional e econômico para a Coroa Portuguesa, advindos da caça aos indígenas e da exploração do ouro. A criação da prelazia se deu dois anos antes da fundação da capitania de Mato Grosso (1748), desmembrada da capitania de São Paulo, menos de trinta anos após a descoberta de lavras de ouro de aluvião no rio Coxipó (1718) pelos bandeirantes Pascoal Moreira Cabral e Fernando Dias Falcão, que lavraram a ata de fundação da vila de Cuiabá em 1719.

A proximidade cronológica indica a correlação entre avanço da colonização para as fronteiras da colônia brasileira e do cristianismo na formação da civilização ocidental. A presença da Igreja Católica nesses rincões estava associada à catequese indígena, à assistência religiosa aos militares e à manutenção da expansão das fronteiras do domínio português. No sul da capitania, existiam algumas capelas precárias de pau a pique que marcavam a presença cristã na região dominada pelos povos indígenas, mas já em disputa pelos colonizadores.¹

¹ Para uma história da Igreja no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ver Jérri Marin (2009).

Em 1818, Cuiabá foi elevada à categoria de cidade, já como sede da capitania de Mato Grosso, papel que era desempenhado até então pela Vila Bela da Santíssima Trindade. Após a emancipação política do Brasil, em 7 de setembro de 1822, a região passou a se denominar província de Mato Grosso e, em 15 de junho de 1826, o Papa Leão XII criou o bispado de Mato Grosso em substituição à prelazia, acompanhando os limites territoriais da província.

Após a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, entre 1864 e 1870, houve relativo desenvolvimento econômico e urbano do sul da província de Mato Grosso, a partir do incremento de forças militares na região para a defesa das fronteiras do Império, somado à importância de Corumbá como porto de entrada do oeste do país. Especialmente após a proclamação da República e início do século XX, a economia do sul do Estado foi dinamizada com a exploração da erva-mate, a criação de gado e a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (1904-1914).

Em 5 de abril de 1910, o papa Pio X elevou Cuiabá à condição de arquidiocese e sede metropolitana, criando as dioceses sufragâneas de São Luís de Cáceres e Santa Cruz de Corumbá. Esta última compreendia as freguesias de Nossa Senhora do Carmo (em Miranda), Sant'Ana (em Sant'Ana de Paranaíba), Santa Cruz (em Corumbá), São José (em Coxim) e Santa Rita (em Nioaque). A Igreja Católica seguia a descentralização da federação brasileira, advinda com a implementação da República, promovendo todas as capitais de estados a sedes de dioceses, criando em alguns casos dioceses sufragâneas.

Foi por obra do primeiro bispo da diocese de Santa Cruz de Corumbá, D. Cirilo de Paula Freitas, que se ergueu a primeira capela em Três Lagoas, em 13 de fevereiro de 1913. O povoado de Três Lagoas havia surgido em 1909 a partir de um acampamento de trabalhadores da construção da ferrovia Noroeste do Brasil. Em 1911, já eram diversas as casas nos domínios do fazendeiro Antônio Trajano dos Santos, que doou para a Igreja uma grande extensão de terras. O ano em que o povoado foi elevado à categoria de distrito, 1914, foi o de término da construção da Ferrovia. Foi, também, o ano de finalização da construção da pequena igreja Santo Antônio. Em 1915, o distrito tornou-se a Vila de Três Lagoas e logo se emancipou de Paranaíba.

O surto de desenvolvimento que o sul de Mato Grosso presenciou no século XX – criação de colônias agrícolas (década de 1940), a migração de nordestinos e sulistas, o avanço do monocultivo de cereais (na segunda metade do século) – foi determinante para a efetivação da diocese de Corumbá e para o seu desmembramento posterior.

Em 1948, o número de municípios no sul de Mato Grosso era 14; em 1956, já chegava a 34. No mesmo período, as paróquias aumentaram de 18 para 27, o clero de 60 para 93, além de 141 capelas (Marim, 2009, p. 414). Por sua vez, a população da região cresceu de 300 mil para 500 mil habitantes. Nessa época, Três Lagoas já estava na condição de vigaria sob o paroquiado de Paranaíba, e desde 1919 tinha um hospital mantido pela Igreja. Em 1957, o Papa Pio XII criou mais duas dioceses no sul de Mato Grosso, vinculadas à arquidiocese de Cuiabá: as dioceses de Campo Grande e de Dourados. Três Lagoas e Paranaíba passaram a compor a diocese de Campo Grande.

Esses desmembramentos acompanhavam o crescimento populacional, econômico e a importância política de novas áreas. Dourados despontava como centro de produção de grãos e de pecuária, e Campo Grande, como centro regional político e de produção pecuária, além de cidade estratégica na ligação com a capital, Cuiabá, que se deve à abertura da estrada de rodagem que encurtava distâncias. Por conseguinte, foi esse desenvolvimento que alçou a elite política e econômica da região à condição de pleitear (e conseguir) a divisão do Estado de Mato Grosso e a criação do Mato Grosso do Sul em 1977, no contexto da ditadura civil-militar.

Um ano depois, em 1978, instituiu-se a Diocese de Três Lagoas. O fato de Três Lagoas ser a sede da diocese no leste do Estado também é revelador das mudanças na ordem regional. Se até 1948 Três Lagoas era subordinada, paroquialmente, à Santana do Paranaíba, quando da divisão do Estado e da Diocese de Campo Grande – e a elevação de Três Lagoas à categoria de diocese –, a antiga cidade de Paranaíba já não ocupava o posto de porta de entrada para o Mato Grosso, posição que ocupara em grande parte do século XIX, época das entradas de mineiros, paulistas, goianos e nordestinos em seus carros de boi para “afazendar-se” em terras pertencentes aos povos originários Cayapó. Três Lagoas, no século XX, passava então a ser a porta de entrada da “modernidade”, do trem e depois do automóvel.

Desde a sua fundação, a diocese de Três Lagoas teve quatro bispos: Dom Geraldo Majela Reis, Dom Izidoro Kosinski, Dom José Moreira Bastos Neto e Dom Luiz Gonçalves Knupp, que assumiu o posto em 2015 e permanece até os dias atuais.

Organizar o acervo documental produzido nessa longa história é de suma importância para permitir acesso eficiente da instituição às informações necessárias para o bom desempenho de suas prerrogativas. Por guardar vestígios da história da Igreja Católica relacionados à história da região e do país, a catalogação do acervo amplia a possibilidade de pesquisa aos interessados em diversos temas que podem ser desvelados no acervo sob a guarda da Cúria de Três Lagoas.

O TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO DO ACERVO

A equipe do Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro², da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, é responsável pelo projeto de reorganização, descrição e catalogação do acervo documental da Diocese, tendo iniciado os trabalhos em 2020 e finalizado essa primeira fase em dezembro de 2022. A pandemia de COVID-19, entre outros percalços, prolongou as atividades por três anos.

O acervo da diocese de Três Lagoas é bastante vasto, compreendendo documentos do século XIX, antes mesmo da fundação da cidade de Três Lagoas, uma vez que incorpora a paróquia de Sant’Ana, criada no século XIX em Paranaíba. Os documentos, predominantemente escritos em português, mas também em alemão, maltês, italiano e latim, variam no conteúdo, na tipologia [manuscritos, datilografados, digitados, impressos, fotos, jornais, cartazes etc.], na autoria, na origem e na funcionalidade. A maior parte do acervo encontra-se em bom estado de conservação, todavia um volume expressivo está deteriorado, a exemplo dos documentos de doação de terras para a paróquia de Santo Antônio e para a fundação de Três Lagoas, que têm mais de cem anos.

O arquivo objeto de organização e catalogação foi o classificado de “Histórico”, conforme a definição do Código Canônico, que classifica acervos da Igreja Católica em “Corrente”, “Histórico” e “Secreto”. De início, a Cúria fez a reclassificação de documentos tidos como “Secretos”, passando-os para a condição de “Histórico”. Na terminologia da Arquivologia (Brasil, 2006) das três idades do documento, esse

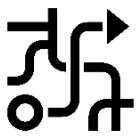
² <https://ndh-cptl.ufms.br/>

arquivo “histórico” é composto de unidades “permanentes”, mas também de “intermediárias”, uma vez que os registros guardam informações que, não raro, são acessadas a pedido da comunidade local. Exemplo disso é o registro de batismo, acessado para solicitação de dupla nacionalidade, além de outras demandas.

A equipe do NDH/UFMS esteve atenta para respeitar alguns princípios da Arquivologia, tais como: a “organicidade” (respeito às estruturas, funções e atividades da instituição em suas relações internas e externas); a “unicidade” (não obstante forma, gênero, tipo ou suporte dos documentos, respeitamos seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos); a “indivisibilidade” (organização dos conjuntos documentais sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida); e o princípio da “proveniência” (os arquivos de uma mesma proveniência foram mantidos juntos, sem serem misturados com os de outra proveniência, bem como conservados segundo a sua ordem primitiva) (Rousseau; Coutre, 1998).

Com esses critérios, procedeu-se a avaliação do acervo e foram estabelecidos os grupos, subgrupos, séries e subséries. Para essas divisões sequenciais, seguiram-se as definições que a própria Cúria de Três Lagoas estabelece na sua organização. Assim, definiram-se os grandes grupos a partir da procedência do arquivo, conforme a divisão territorial da diocese, e um grupo estabelecido pelo critério da “proveniência” dos documentos produzidos ou recebidos pela chancelaria. A definição dos subgrupos acompanhou também as definições que a Cúria estabeleceu no arquivo original. Depois de “subgrupo”, temos “série” e “subsérie”, afunilando-se a unidade básica do conjunto de documentos. As séries e subséries são diversas e foram definidas, novamente, respeitando os critérios da Arquivologia de “indivisibilidade” e “procedência”, bem como a lógica arquivística adotada pela Cúria.

Na descrição dos conjuntos documentais, procurou-se estabelecer um padrão que facilite a busca da informação por parte do/da consulente. Sendo assim, optou-se pela descrição de conjuntos reunidos a partir dos critérios anteriormente citados, e não da unidade documental, tendo em vista ser isso algo inviável, dado o tamanho do acervo. Contudo, a partir do método adotado, será possível, em trabalhos futuros, o aprofundamento da descrição até chegarmos à unidade dos itens do arquivo.



[Exemplo de ficha descritiva]

**FUNDO DOCUMENTAL – CHANCELARIA DA CÚRIA DIOCESANA DE TRÊS
LAGOAS**

Grupo: Diocese
Caixa: 06
Pasta de foto relacionado:
Placa relacionada: 05

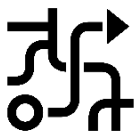
Maço: 14

Subgrupo: Dados pastorais
Série: Pastoral Família
Subsérie: Conselho, Forania e assembleias.
Tipo: Digitado.
Quantidade: 19 Documentos /44 Folhas

Identificação	Datas-limite: (2007-2009)
	Nomes: Pe. Lauri Bosi.
	Localidades: Três Lagoas; Aparecida do Taboado; Água Clara; Rio de Janeiro.
	Idiomas: Português
	Observações:
Descrição	Peregrinação da família ao Santuário Diocesano em Aparecida do Taboado [Programação]; Propostas de ações da Semana Santa; Reunião Forania [Programação]; Assembleia geral diocesana; XII Congresso Nacional da Pastoral Familiar; Planejamento de atividades; Encontro de Forania de Três Lagoas.

A ficha descritiva é a principal ferramenta de busca do Guia do Acervo.³ Uma ferramenta que pretende ser de importante auxílio para a equipe administrativa da instituição, para a comunidade em geral, que buscar informações como batismo, casamento e óbito, e para pesquisadores interessados em temas diversos da história.

³ A disponibilização do guia com as fichas descritivas para consulta via sistema de internet será feita na página da Cúria que, neste momento, passa por reformulação.



No que se refere aos livros (de batismos, de crismas, de casamento, entre outros), fez-se uma relação por paróquia, descrevendo-se a dimensão e o período cronológico.

Os conjuntos documentais foram envolvidos em papel pH neutro e a guarda definitiva do material se deu em caixas poliondas.

Quanto à dimensão, o acervo da diocese, reorganizado pela equipe do NDH, compreende 32 caixas arquivos, 10 placas com documentos de dimensões especiais e 9 pastas de fotografias. Esses suportes guardam cerca de 7.876 documentos escritos em 14.308 folhas, agrupados em 351 maços, 9 cartazes, 11 mapas e plantas, 19 jornais e ou recortes de jornais com 100 folhas, e 55 fotografias. Constam, ainda, 180 livros de registros diversos.

Como arquivo “intermediário” e “permanente”, na definição da Arquivologia, pode-se dizer que esse arquivo é um acervo em constante crescimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

MARIN, Jérri Roberto. *A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia: o acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2009.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

Recebido em: 18/08/2023

Aprovado em: 28/10/2024